

Outra filantropia

Uma história da Fundação Charles Léopold Mayer
para o Progresso Humano - FPH

1980-2014

Pierre Calame

Agradecimentos

Este livro é dedicado duplamente a Paulette Calame.

Primeiro, porque ela participou de toda a aventura, desde 1980, quando descobriu que o capital da fundação corria o risco de desaparecer em bolsos profundos, passando pela redação dos estatutos da futura fundação com Madeleine Calame e eu em 1981, e depois assumindo durante trinta e cinco anos a organização administrativa e a gestão do património da fundação, apoiando-me incondicionalmente nas aventuras mais arriscadas, nas quais muitas vezes presumi das nossas forças.

Em segundo lugar, porque sem ela esta crónica nunca teria sido escrita. Durante anos, ela repetiu-me que eu devia levar esta história até ao fim, que depois de nós ninguém o faria e que tudo cairia no esquecimento. Ao longo do caminho, pude verificar o quanto ela estava certa: pilhas de fotos jogadas no lixo pelos nossos sucessores, para quem elas não significavam nada, sites que desaparecem por falta de renovação do nome de domínio, arquivos nos quais ninguém se aprofunda por não ter uma necessidade imediata, bases de dados tão abundantes que não podem ser exploradas sem um fio condutor... E, no entanto, ela tinha a sensação de que todas essas experiências, todas essas tentativas mereciam mais do que o esquecimento e que salvá-las fazia parte dos nossos deveres. Eu respondia que era um trabalho colossal que não interessaria a muita gente. Ela acabou por me convencer de que há coisas que devemos a nós mesmos, independentemente do interesse que os outros possam ter nelas.

Ao longo das páginas, verá entrar em cena as pessoas, milhares delas, que juntas escreveram esta aventura coletiva. O livro também lhes é dedicado.

Em primeiro lugar, o núcleo duro do Conselho de Fundação, aqueles que, com a sua constância e assiduidade, fizeram do Conselho, durante várias décadas, um espaço de elaboração coletiva bastante único. Madeleine Calame, que foi a fundadora e primeira presidente até à sua morte, em 1986. Paulette Calame. Françoise e Jean Paul Astier. Robert George. Maurice Cosandey, que nunca faltou a uma reunião do Conselho até aos noventa anos, Joseph Tarradellas. André Talmant e depois Danièle Talmant. Jacques Poulet Mathis. Jean Freyss, que infelizmente faleceu no início dos anos 2000. Jean Fischer. Juntos, fizeram crescer a fundação, permitiram as suas iniciativas ousadas graças à confiança mútua que se construiu entre todos.

Depois, foi a equipa e, sobretudo, o seu núcleo duro, aqueles que estruturaram o trabalho, teceram durante várias décadas os laços de parceria, nunca pouparam o seu tempo e os seus

esforços. Michel Sauquet. Catherine Guernier. Pierre Vuarin. Françoise Macé. Philippe Amouroux, que também faleceu prematuramente no início dos anos 2000, Mila Lopez, antiga governanta de Charles Léopold Mayer, que só deixou a fundação quando se reformou, Gustavo Marin. Karine Goasmat, Matthieu Calame, Annie Gogat, Hamid Hamis, Djamila Zemmari, Naïma Sayah...

São, enfim, milhares de parceiros, com quem muitas vezes abrimos novos caminhos. Também aqui tudo se baseou na confiança mútua. Se, por filosofia e temperamento, a concedíamos de bom grado no início, ela só se consolidava com o uso e, muitas vezes, diante de dificuldades superadas em conjunto.

Embora as funções de cada um, membros do Conselho, equipas e parceiros, estivessem claramente definidas, a divisão institucional de papéis não refletia a realidade das parcerias e amizades. Fizemos tudo para criar laços diretos entre os membros do Conselho e os membros da equipa, que se reuniam uma vez por ano para a Assembleia Geral, e mesmo entre os membros do Conselho e os parceiros através de vários Conselhos da Fundação dos quais estes últimos participavam. Longe de temer uma mistura de géneros ou relações pessoais que contornassem as relações hierárquicas, considerámos que nada seria pior do que uma fundação no papel, onde as decisões fossem tomadas apenas com base em relatórios escritos. Da mesma forma, uma vez atingida a idade limite pelos membros do Conselho, todos aqueles que assim o desejaram continuaram a participar nas deliberações do Conselho como membros honorários, garantindo, para além do diretor, a continuidade viva da estratégia. Foi isso que fez desta fundação uma aventura humana partilhada. Que esta crónica possa dar uma ideia disso.

Sumário

Agradecimentos.....	2
Prefácio - Uma outra filantropia.....	8
Introdução - O caminho da FPH.....	10

Primeira parte

De projetos pontuais a uma Aliança Mundial

I. Primeira etapa, dos projetos aos programas, 1983 – 1991.....	14
1.1 – O contexto geopolítico, intelectual e ideológico no nascimento da fundação.....	14
1.2 – Primeiros passos, primeiras intuições.....	16
1.3 – A fundação passa pela sua primeira transformação: o período sabático, 1989 – 1990.....	30
II. Segunda etapa: implementação dos sete programas.....	42
2.1 – A nova estratégia é implementada.....	42
2.2 – Os encontros fundadores dos sete programas.....	44
2.3 – O apelo para os Estados Gerais do Planeta e a Convenção Preparatória.....	60
2.4 – Primeiras lições dos programas e encontros fundadores.....	64
III. Um exemplo de programa: da luta contra a exclusão à socioeconomia solidária.....	69
3.1 – A luta contra a exclusão através de iniciativas económicas.....	71
3.2 – O microcrédito e a criação da Finansol.....	74
3.3 – Teorizar a mudança de escala.....	81
3.4 – Rumo a uma sociedade menos excludente e a uma socioeconomia solidária.....	91
IV. A invenção da Aliança para um mundo responsável e solidário, 1994-1995.....	100
4.1 – O contexto geopolítico, intelectual e ideológico.....	101
4.2 – A Aliança, um fator de unificação para a fundação.....	107
4.3 – A Aliança ou o realismo levado ao extremo.....	109
4.4 – A Aliança, de uma iniciativa a um conceito.....	111
4.5 – O lançamento da via colegial.....	120
4.6 – O lançamento da via geocultural.....	123

V. A estruturação da Aliança, 1995-1996.....	125
5.1 – Da improvisação inicial a uma abordagem estruturada.....	125
5.2 – Os desafios de governança de um objeto institucional não identificado.....	130
5.3 – A estruturação das três vias da Aliança e a abertura em todas as direções.....	134
5.4 – A Aliança, um novo modo de organização coletiva.....	148
5.5 – O desenvolvimento da via geocultural e os seus desafios.....	155
5.6 – O desenvolvimento da via colegial e os seus desafios.....	160
VI. Em busca de valores comuns para a humanidade.....	169
6.1 – A necessidade de valores comuns para um planeta único e frágil.....	169
6.2 – A Carta da Terra.....	169
VII. Três projetos temáticos marcantes.....	181
7.1 – O território como base da governança do futuro.....	181
7.2 – Ecologia industrial e territorial.....	184
7.3 – Rumo a um sistema financeiro responsável?.....	188
VIII. A Assembleia Mundial dos Cidadãos e a Agenda do Século XXI, 1999-2002.....	199
8.1 – Do movimento antiglobalização ao alterglobalismo.....	200
8.2 – Assembleia Mundial de Cidadãos ou Assembleia Mundial de Aliados?.....	209
8.3 – A Assembleia Mundial dos Cidadãos, Lille - dezembro de 2001.....	211
8.4 – A Agenda do século XXI.....	219

Segunda parte

Ao serviço dos desafios do século XXI, 2003-2014

I . Terceira etapa, as orientações da Fundação para 2003-2014.....	226
1.1 – O contexto económico e geopolítico.....	226
1.2 – Reforçar as sinergias entre as ações financiadas.....	229
1.3 – Orientações decorrentes da Agenda para o Século XXI.....	231
1.4 – Da Aliança às alianças para construir uma comunidade global.....	234
1.5 – O capital metodológico acumulado ao longo dos primeiros vinte anos, ao serviço da ação.....	235
1.6 – O segundo período sabático.....	236

1.7 – A organização da fundação, reflexo da sua natureza e dos seus objetivos.....	237
1.8 – Qual o lugar da Aliança na terceira etapa?.....	244
1.9 – O seminário da Ilha de Yeu.....	248
1.10 – O orçamento de 2004-2005, reflexo da terceira etapa da fundação.....	249
II. Inventar novas modalidades de diálogo entre sociedades: Europa e China.....	254
2.1 – Capitalizar dez anos de diálogo com a sociedade chinesa.....	254
2.2 – Contar a construção europeia aos chineses, o Fórum de Nansha, 2005.....	270
2.3 – O segundo Fórum China Europa, 2007, na Europa.....	276
2.4 – O diálogo com as instituições europeias e a oportunidade perdida do concurso público europeu.....	286
2.5 – O terceiro Fórum China Europa, na China, 2010.....	293
2.6 – Epílogo: fim do Fórum, fim de uma era.....	308
III. Criar alianças cidadãos internacionais.....	315
3.1 – A aliança internacional dos habitantes.....	316
3.2 – A Aliança dos Jornalistas.....	318
3.3 – A Aliança dos Juristas.....	319
3.4 – A Aliança dos Artistas.....	321
3.5 – A Aliança dos Académicos.....	321
3.6 – A Aliança dos Jovens: «vamos cuidar do planeta».....	327
3.7 – A iniciativa internacional sobre a responsabilidade dos quadros.....	334
3.8 – A Aliança dos Militares pela Paz.....	339
3.9 – A Aliança dos Cientistas.....	351
3.10 – A Aliança dos Editores Independentes.....	369
3.11 – A Aliança de Doadores para uma Outra Globalização.....	371
3.12 – A Aliança das Grandes Empresas.....	373
3.13 – A Aliança dos Agricultores e Pescadores Artesanais.....	376
3.14 – A Aliança dos Religiosos.....	382
3.15 – Lições aprendidas com estas alianças cívicas.....	383

IV. Colocar a responsabilidade no centro da vida das sociedades e do direito.....	384
4.1 – Da Carta da Terra à Declaração Universal das Responsabilidades Humanas.....	386
4.2 – A promoção da Declaração a nível internacional.....	395
4.3 – A cooperação com o Collège de France.....	407
4.4 – O desejo frustrado de uma Aliança Mundial da Responsabilidade.....	411
4.5 – A difícil emergência da responsabilidade dos atores financeiros.....	412
V. Promover uma revolução na governança.....	418
5.1 – O Instituto de Investigação e Debate sobre a Reestruturação da Governação, IRG.....	419
5.2 – A Aliança para Refundar a Governação em África, ARGA.....	437
5.3 – Um espaço público europeu de debate sobre o futuro dos territórios rurais.....	468
5.4 – Um banco internacional de experiências territoriais, CITEGO.....	475
VI. Repensar a economia.....	493
6.1 – A aliança para uma economia responsável, plural e solidária.....	495
6.2 – A iniciativa para repensar a economia e o renascimento da economia.....	503
Conclusão.....	511

Prefácio

Uma outra filantropia

Por que este título para a crónica de uma fundação de direito suíço que cobre trinta anos da sua existência? Porque as fundações geralmente se preocupam em medir a eficácia das suas ações e, para isso, estabelecem objetivos calibrados pelos meios de que dispõem. E essa tendência é reforçada pelo receio dos poderes constituídos de ver a filantropia aventurar-se em assuntos políticos. As fundações que não se contentam em atenuar, por meio de medidas concretas, a exclusão social ou o mau desenvolvimento, mas pretendem também atacar as suas causas, são rapidamente acusadas de ultrapassar a sua vocação e, por isso, ameaçadas de perder os benefícios fiscais que são um combustível essencial da filantropia.

A Fundação Charles Léopold Mayer para o Progresso Humano seguiu, durante trinta anos, um raciocínio totalmente diferente. Não procurou dotar-se de objetivos à medida dos seus meios, cuja realização lhe teria dado a sensação da sua própria utilidade, mas questionou-se sobre qual seria a melhor utilização a dar a estes dois privilégios que tornam as fundações instituições de natureza única: a sua total independência, por um lado, e a possibilidade de agir a longo ou mesmo muito longo prazo, por outro. E concluiu que os objetivos a que devíamos nos dedicar, no atual período histórico, não tinham relação com os meios financeiros de que dispúnhamos, levando-nos a inventar, passo a passo, uma outra filantropia.

O jurista Alain Supiot, professor honorário do Collège de France, fala de «sono dogmático» para descrever o facto de os sistemas jurídicos não conseguirem renovar-se em resposta a realidades radicalmente novas, como as interdependências irreversíveis entre as sociedades do mundo e os dramáticos ataques à integridade da biosfera. Este sono dogmático estende-se aos nossos sistemas de pensamento e aos nossos sistemas institucionais. Eles não evoluíram ao mesmo ritmo que as próprias sociedades. Continuamos a pensar e a gerir o mundo com as categorias mentais e as instituições herdadas dos séculos passados. Esta constatação aplica-se ao direito, mas também à governação, à economia, à ética e às relações entre as sociedades. As organizações que estruturam as nossas sociedades, Estados, empresas, associações e universidades estão ultrapassadas pelos novos desafios do mundo e, muitas vezes, presas a modos de pensar e agir herdados do passado. Que outras instituições além das fundações podem ousar contribuir para o surgimento de sistemas de pensamento e institucionais que respondam aos desafios do século XXI? Para isso, é necessária uma outra filantropia. É o que chamamos de «dever de ambição» das fundações. Ele guiou, durante mais de trinta anos, de 1982 a 2014, a minha ação à frente da Fundação Charles Léopold Mayer para o Progresso do Homem e espero poder convencê-los, ao lerem esta crónica, de que outra filantropia não é apenas necessária, mas também possível, que a desproporção entre os objetivos perseguidos

e os meios disponíveis não é um obstáculo, desde que se conceba uma aventura coletiva perseguida com obstinação durante várias décadas.

Uma história da fundação

A crónica que irá ler não é a história oficial da fundação. Não se detém na descrição dos seus estatutos e órgãos. Também não é exaustiva, não abrange toda a ação realizada, privilegia as aventuras às quais estive pessoalmente associado. É por isso que me expresso na primeira pessoa.

Ao longo do caminho

Esta crónica conta «o caminho de uma fundação». Ouvimos frequentemente citar o poema de Machado, «Viajante, não há caminho, o caminho faz-se ao caminhar». Nada poderia ser mais aplicável à fundação. Ela não tinha teses prontas a defender e o seu ponto de partida foi feito de perguntas, não de certezas. Ela inventou uma maneira de trilhar o caminho, com milhares de parceiros, descobrindo com eles os grandes desafios do século XXI e esforçando-se para dar as primeiras respostas. Para ela, a estratégia sempre prevaleceu sobre o planeamento. Guiada pela sua estrela, ela abriu caminho de acordo com as circunstâncias, as oportunidades e os encontros.

Ecoando a frase do filósofo latino Sêneca, «*não há vento favorável para o marinheiro que não sabe para onde vai*», esta crónica ilustra a forma como, durante estes trinta anos, a Fundação procurou captar os ventos favoráveis para contribuir, ainda que muito modestamente, para o surgimento de um mundo ainda habitável amanhã.

Introdução

O caminho da FPH

Em 1983, a então chamada Fundação para o Progresso do Homem concedeu os seus primeiros financiamentos. Em 2013, tornada Fundação Charles Léopold Mayer para o Progresso do Homem, em homenagem ao seu fundador, completou o terceiro período sabático da sua história.

Ao apresentar a nossa fundação a um público chinês em 1999, Paulette Calame, que foi a sua inspiradora desde o início, observou que toda a organização tem duas faces: é uma *instituição*, com os seus estatutos, as suas regras, tudo o que constitui a sua permanência; e é uma *aventura coletiva*, singular, que evolui ao longo do tempo, fruto de uma história que deve às intenções e às permanências, mas também às oportunidades, aos acasos, aos encontros e às circunstâncias. A particularidade da Fundação Charles Léopold Mayer para o Progresso do Homem é ter destacado esta segunda dimensão, a da aventura humana coletiva. Fruto de tentativas, entusiasmos e aprendizagens, uma organização deste tipo só compreende o seu presente e projeta o seu futuro a partir da sua história.

É por isso que, desde o início, fizemos questão de marcar o nosso percurso. Em 1985, Paulette Calame propôs escrever o primeiro número de uma série, *«A Fundação em Caminho»*. A ilustração desse primeiro número faz referência a um herói de banda desenhada dos anos 1960, Valentin Le Vagabond, criado por René Goscinny e Jean Tabary. Um pouco atordoado, escalando uma colina, com o seu saco pendurado na ponta de um bastão, ele é, segundo a Wikipédia, *«um vagabundo muito simpático, extremamente ingénuo, amante da natureza, que vagueia pelo campo e sempre acaba por se envolver, contra a sua vontade, em incríveis peripécias»*. Sempre assumimos essa ingenuidade de postura e questionamento, vagamos pelo mundo inteiro e aceitamos nos deixar levar por aventuras imprevistas.

Essas «fundações em caminho», até ao final da década de 1990, constituíram o nosso diário de bordo e uma forma de partilhar as nossas experiências, convicções e reflexões. Seis números foram publicados em menos de quinze anos. Depois, um silêncio, que coincide com o crescimento da nossa editora, a publicação mais regular e detalhada dos nossos relatórios de atividade, o grande período de expansão da fundação. Combinando diário de bordo e análises, a «fundação em caminho» tornou-se um género híbrido. Cada uma das funções que lhe tinham sido atribuídas inicialmente era agora assegurada por um meio de comunicação específico: a editora para partilhar ideias, os relatórios de atividade para dar conta da ação, os períodos sabáticos para reconstituir os itinerários, os documentos de literatura cinzenta para manter um registo do movimento do pensamento, o site da Internet para partilhar com o grande público. Para retomar a expressão de Joseph Tarradellas, um dos pilares históricos do

nosso Conselho de Fundação, a fundação em construção tinha-se tornado um pouco como um móvel da Ikea: encontravam-se as peças, mas não as instruções de montagem...

No entanto, os antigos mantiveram a nostalgia da «fundação em construção» n.º 1, a de 1986, mal feita, sem grande esforço de apresentação, mas que, talvez por essa mesma razão, era a mais próxima do diário de bordo, daquilo que, na imaginação, sempre esperamos encontrar um dia num velho baú de marinha. É por isso que o Conselho da Fundação, em 2013, decidiu retomar a intenção original e, no início da sua quarta etapa, retratar os trinta anos de trajetória da fundação.

Outra razão nos levou a isso. Trinta anos é o tempo de uma geração durante a qual, de 1983 a 2013, o modo de gestão da fundação, o seu Conselho e o seu diretor, foi surpreendentemente estável. Não é exagero falar sobre isso como um «contrato de geração». Isso justificou que, no momento de passar o bastão para uma nova equipa e uma nova geração, contássemos as intuições que nos guiaram, os encontros que nos enriqueceram, as experiências que nos formaram, as reflexões que nos fizeram evoluir.

A imagem de um organismo vivo se adapta bem à fundação. Ela tem, sem dúvida, *genes*, características fundamentais da sua identidade, enunciadas desde o início e que inspiraram incessantemente a nossa ação. Mas ela também se caracteriza pela sua *neotenia*: como os bebês humanos, ela não sai, como Minerva, adulta e totalmente armada da coxa de Júpiter; ela nasce incompleta, em desenvolvimento, maleável, aberta a influências externas. Se, ao longo dos anos, ela amadureceu, se estruturou, consolidou as suas convicções, aperfeiçoou os seus métodos, ela continua aberta ao mundo e às suas influências. E essa neotenia é ainda mais importante porque o mundo à sua volta mudou profundamente.

Falemos primeiro dos genes da fundação. Ela foi criada em Lausanne por Madeleine Calame em 1982, com o património constituído por Charles Léopold Mayer, de quem ela era a executora testamentária, onze anos após a morte deste. Ela sucedeu a uma fundação com estatutos precários que ele tinha criado no Liechtenstein. Essa própria precariedade a tornou vulnerável a desvios. O património esteve prestes a desaparecer devido à dissolução da primeira fundação. Tudo precisava ser reconstruído. A ideia de uma fundação de direito suíço impôs-se, combinando rigor de controlo e confiança no Conselho para a conduzir. Paulette Calame, nascida Neuenschwander, cresceu no cantão de Vaud. É isso que nos leva a escolher este cantão. Sempre tivemos motivos para nos congratular com esta escolha decisiva.

O seu nome. A expressão «para o progresso do homem» é uma homenagem a este fundador mecenas, engenheiro químico, filósofo, saint-simoniano, cuja profissão de fé era que «o homem só vale pelo progresso», uma fórmula típica dos anos 1930, recheada do positivismo do século XIX e da sua fé inabalável no poder emancipador das ciências e das técnicas. Apesar da guerra de 1914, as ligações íntimas entre a ciência e a guerra ainda não tinham assumido, para os homens da sua geração, o carácter de evidência que lhes conferiu o nazismo. Essa fé num progresso irresistivelmente impulsionado pelo desenvolvimento das ciências e das técnicas não podia mais ser compartilhada após a Segunda Guerra Mundial. É isso que confere à fundação sua primeira característica congênita: o progresso só pode mais ser escrito com um ponto de interrogação. O que é, afinal, o progresso? Qual é a sua relação com as ciências e

as técnicas? De que forma os seus avanços ou os das produções materiais podem ser assimilados ao progresso da humanidade? E, inversamente, quais são os seus perigos? Como evitar para a humanidade o que os gregos chamavam de «hubris», a desmesura, aquela que torna os homens loucos e cegos pela fascinação do seu próprio poder? Todas estas questões estão na base da fundação.

Edgar Morin escreveu que a característica própria de uma sociedade laica é que *«a pergunta prevalece sobre a resposta»*. Nesse sentido, a fundação é, desde o início, decididamente laica: o seu percurso, longe de se basear em certezas, avançará de interrogação em interrogação. E aqui encontramos Valentin, o Vagabundo, e a sua ingenuidade: a fundação nunca hesitará, mesmo que isso provoque sorrisos, em questionar certezas facilmente aceites, em contrariar convicções coletivas.

Por vezes, nos primeiros anos da fundação, sentimos a tentação de nos livrarmos do nome «Fundação para o Progresso do Homem», que suscitava sorrisos ou suspeitas, mas mantivemo-nos firmes, considerando, pelo contrário, útil que o próprio nome suscitasse questões tão fundamentais. No entanto, alguns anos após a sua criação, e na esperança de pôr fim às suspeitas – será que alguns, ao ouvirem o nosso nome, não associaram a fundação a uma seita, quando todas as suas características indicavam o contrário? – decidimos sacrificar o uso das fundações e batizá-la com o nome do seu fundador, chamando-a doravante de Fundação Charles Léopold Mayer para o Progresso do Homem, mantendo o seu acrónimo inicial, FPH, pelo qual se tornou conhecida.

Criar uma fundação cujo património rondava, na altura da sua criação, os 150 milhões de francos suíços, dotá-la de estatutos e dar-lhe o seu impulso inicial não foi tarefa fácil. Madeleine Calame aproximava-se dos 80 anos. Então, Paulette, minha esposa, e eu decidimos ajudá-la, por dever filial, o que explica nosso apego ao seu desenvolvimento e ao seu futuro.

Como definir os objetivos, ato irrevogável de qualquer fundação, fixados de uma vez por todas pelo fundador? Para responder a essa pergunta, não nos perguntamos «como as fundações costumavam fazer», mas sim «para que serve uma fundação?» E «do que ela morre». A rápida investigação conduzida por Paulette Calame mostrou-nos que as fundações, eternas no seu princípio, morriam ou porque os seus objetivos, demasiado restritos, tinham perdido a sua relevância, ou porque o património tinha sido mal gerido. Daí a preocupação em redigir objetivos suficientemente amplos para se adaptarem à evolução do mundo. O nosso consultor jurídico da época, o Dr. Zumstein, notário em Lausanne, foi a nossa fada madrinha ao sugerir-nos que não limitássemos demasiado a fundação com estatutos rígidos.

Retivemos duas características principais das fundações: a independência e a possibilidade de agir a longo ou mesmo muito longo prazo, desde que fôssemos capazes de gerir o património com prudência. Essa liberdade de ação despertou o nosso entusiasmo. Perante um mundo em movimento, onde as grandes instituições tradicionais tinham dificuldade em transformar-se para se adaptarem aos novos desafios, as fundações são uma das poucas estruturas capazes de ousar responder a esses desafios. É isso que lhes confere o que chamamos de «dever de ambição».

Longe de constituírem, como se afirma frequentemente no mundo das fundações, uma alternativa à ação pública, elas são, pela sua independência, um meio de sair do jugo geográfico, a Nação, e institucional, o Estado, que já não correspondem ao estado da sociedade. Mas para assumir este dever de ambição, as formas tradicionais de ação das fundações nem sempre são adequadas. Daí a ideia de que é por «tentativa e erro», por uma exploração obstinada das realidades do mundo, que encontraríamos o nosso caminho. É por isso que o nosso horizonte rapidamente se tornou o das interdependências entre as sociedades, entre a humanidade e a biosfera, um horizonte mundial.

Pressentíamos que os desafios que as nossas sociedades teriam de enfrentar seriam vastos e difíceis, exigindo uma ação de longo prazo. Os nossos objetivos eram suficientemente vagos e vastos para permanecerem válidos a longo prazo e permitirem uma evolução futura da ação, tanto em função da aprendizagem como da evolução da própria sociedade. E assim, em abril de 1982, a fundação começou a sua vida. Tudo estava por inventar. A única restrição que nos impusemos, para matizar a visão demasiado exclusiva da ciência de Charles Léopold Mayer, foi que a fundação recém-nascida caminhasse sobre duas pernas: a perna do progresso dos homens através da ciência; a perna do progresso dos homens através da evolução social. Essa dicotomia não resistiu ao teste dos fatos, mas deu à fundação sua terceira característica: ela coloca a questão da relação entre ciência e progresso, declinada, como veremos, em múltiplas dimensões, no centro de sua ação e de sua reflexão.

As regras de redação desta Fundação em evolução

Uma palavra sobre a metodologia seguida para contar a trajetória da Fundação. Segundo a expressão consagrada, «o passado já não é o que era». Nós o examinamos, o fazemos falar, às vezes de forma abusiva, a partir das questões que são nossas hoje. Daí o risco de uma racionalização a posteriori, como se a Fundação fosse guiada desde o início pelas perspectivas que são as suas trinta anos depois. Para evitar esse erro, fiz o trabalho de um arquivista. Como nosso desejo foi, muito rapidamente, marcar nosso caminho, criamos o hábito, a partir de 1986, de manter um registro de nossas atividades por meio de um resumo de nossas trocas com parceiros externos, as «fichas de acompanhamento» informatizadas, também conhecidas como FDS, que em 2025 formam uma série contínua de mais de vinte mil relatórios. Em seguida, multiplicaram-se as notas de reflexão, muitas vezes guiadas pelas circunstâncias. Inicialmente em papel, a sua multiplicação levou-nos a criar uma nova base de dados informatizada, batizada de «biblioteca interna permanente», ou BIP, com mais de seis mil documentos. A partir daí, a metodologia de redação da Fundação em caminho estava traçada: seguir essas duas bases de dados permite restituir a qualquer momento o que foram as nossas trocas e reflexões. Daí a forma particular do presente texto, a meio caminho entre uma narração e um trabalho de arquivista. É certo que o leitor não tem acesso direto a essas duas bases de dados, mas fizemos questão de fornecer a referência em cada etapa por meio de uma nota de rodapé e de multiplicar as citações, situando com muita precisão o que estamos a falar no tempo e no espaço. Esse método faz com que o texto perca um pouco da sua fluidez, mas constitui uma importante garantia de autenticidade. O leitor com pressa pode sempre saltar essas citações, mesmo que tenha de voltar atrás para encontrar o testemunho vivo do que contamos sobre o caminho.

Primeira parte

De projetos pontuais a uma Aliança Mundial

I. Primeira etapa, dos projetos aos programas, 1983 – 1991

1.1 – O contexto geopolítico, intelectual e ideológico no nascimento da fundação

No início dos anos 80, o fosso entre os países cientificamente, tecnicamente e economicamente desenvolvidos e os países pobres ilustrava o impasse de uma promessa, aquela que fazia derivar o progresso da humanidade do desenvolvimento das ciências e das técnicas. A resposta dada pela geração de Charles Léopold Mayer – nascido exatamente um século antes do início da fundação, em 1881 – a essa questão foi o darwinismo social. O colonialismo havia substituído a escravidão. Grande parte da geração de Charles Léopold Mayer, filósofos, cientistas, economistas, sem serem racistas no sentido estrito da palavra, estava profundamente impregnada dessa ideia. Era natural que a raça branca substituísse progressivamente as outras e se apropriasse dos recursos naturais do planeta, sendo a mais capaz de valorizá-los. No seu livro «Le Génie de l'Occident» (O Génio do Ocidente), Louis Rougier, que receberia o prêmio Charles Léopold Mayer da Academia de Ciências Morais e Políticas, sublinha que apenas certas formas da raça branca ultrapassaram por si mesmas o limiar da revolução científica e industrial. Henri Decugis, por sua vez, no seu livro «Le destin des races blanches» (O destino das raças brancas), com prefácio do grande geógrafo André Siegfried, publicado em 1938, preocupa-se com o declínio demográfico e a perda de influência mundial da Europa e questiona-se «quem irá agora segurar a tocha da civilização». Este era o universo intelectual em que Charles Léopold Mayer vivia.

Em 1983, quando a fundação iniciou a sua atividade, essas reflexões liberais e positivistas do período entre as duas guerras, relegadas para segundo plano pelo keynesianismo dominante do pós-guerra, voltaram a ganhar força. Margaret Thatcher assumiu a chefia do governo britânico em 1979 e Ronald Reagan a presidência dos Estados Unidos em 1981. Essa coincidência marca o início da revolução liberal e conservadora, alimentada pelas reflexões

dos economistas da sociedade do Monte Pèlerin¹. Ela atingirá seu auge com a implosão da União Soviética em 1991 e o triunfo, por algum tempo incontestável, da economia de mercado.

Mas, no início dos anos 80, para quem se interessa pelas relações entre o desenvolvimento das ciências e das técnicas e o progresso da humanidade, essa revolução conservadora não é o pensamento dominante. Nos anos 50, as coligações que se formaram na luta contra o fascismo reconvertem-se na luta pela independência dos países colonizados. Na esfera francófona, estamos em 1983, vinte anos após as independências. No início, muitos imaginaram que a ação do Estado, os investimentos e a importação de técnicas ocidentais permitiriam o acesso quase automático dessas sociedades descolonizadas à modernidade e à prosperidade. Vinte anos depois, é hora do desencanto. As crises petrolíferas, o endividamento crescente dos Estados (incentivado pelo sistema financeiro internacional, que precisa de reciclar o fluxo de petrodólares), a fraca eficácia dos capitais públicos investidos, a crescente divisão entre uma pequena elite e a massa popular nos países recém-independentes fazem seriamente duvidar que a combinação de planeamento, Estado e importação de técnicas ocidentais seja a fórmula infalível para o desenvolvimento de todos.

Neste contexto, economistas de esquerda, como o franco-egípcio Samir Amin, muito em voga no início dos anos 80, reciclam a tese marxista da pauperização absoluta do proletariado em direção às relações Norte-Sul. Eles prevêm, com base na troca desigual, que o fosso entre os países do Norte e do Sul só pode aumentar. No seu livro «La déconnexion» (A desconexão), publicado em 1985, Samir Amin conclui que os países do sul terão de cortar os laços com os países do norte se quiserem desenvolver-se. O movimento antiglobalização ganha força.

Outra referência intelectual da época, entre os nossos primeiros parceiros, é Schumacher². Em 1973, ele publicou o seu livro «Small is beautiful». Ele também defende que, em vez de importar tecnologias de países industrialmente desenvolvidos, os países do sul devem optar por tecnologias intermediárias. É o surgimento de um grande movimento de reflexão sobre a adaptação das tecnologias às diferentes etapas do desenvolvimento das sociedades; uma herança também de Gandhi e do retorno à fiação familiar ou de Mao Tsé Toung e sua siderurgia rural. Com a moda das tecnologias apropriadas, novas instituições são criadas para acompanhar a concepção e a implementação dessas tecnologias nos países do sul. Em França, a mais importante é a associação parapública GRET, Groupe de Recherche et d'Études Technologiques (Grupo de Investigação e Estudos Tecnológicos). A questão da autonomia dos países do sul nas suas escolhas de desenvolvimento tecnológico surge ao Conselho de Fundação como uma prioridade para as instituições que se preocupam em colocar melhor os desenvolvimentos científicos e técnicos ao serviço do homem.

Por fim, desde a primeira cimeira de Estocolmo sobre o ambiente, em 1972, têm surgido

¹ A Sociedade do Monte-Pelerin é um grupo de reflexão criado em 1947 e composto por economistas, intelectuais e jornalistas. Fundada por Friedrich Hayek, Karl Popper, Ludwig von Mises e Milton Friedman, entre outros, a Sociedade do Monte-Pelerin defende valores liberais, como a economia de mercado, a sociedade aberta e a liberdade de expressão.

² Ernst Friedrich Schumacher é um economista britânico de origem alemã. A ele se deve a popularização, em 1973, da expressão Small is beautiful (Pequeno é bonito), de seu mestre Leopold Kohr.

questões cada vez mais acentuadas sobre a sustentabilidade de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração massiva dos recursos naturais e dos combustíveis fósseis. Estas questões também têm o seu livro de referência, o de Denis Meadows, «Halte à la croissance» (Parem o crescimento), escrito para o Clube de Roma. Os dois choques petrolíferos de 1973 e 1980 constituem, de certa forma, a confirmação disso.

Após as independências, e num contexto de desencanto em relação à ação do Estado nos países recém-soberanos, muitas organizações não governamentais de solidariedade internacional, de inspiração religiosa ou laica, ganharam impulso. O Conselho de Fundação expressou dúvidas, já nessa época, sobre o seu modo de ação dominante: a multiplicação de pequenos projetos de desenvolvimento. Esses projetos afirmam estar enraizados nas comunidades de base, mas, na realidade, dependem em grande parte do que as instituições e pessoas privadas que os financiam estão dispostas a apoiar ou a ouvir.

Após um golpe militar, uma ditadura instalou-se no Brasil em 1964. Ela duraria até 1985. Em 1973, foi a vez do Chile sofrer o mesmo destino e o general Pinochet assumiu todos os poderes até o referendo que perdeu em 1988. Ainda em 1973, uma ditadura militar se impôs no Uruguai e, em 1976, na Argentina. A primeira durou até 1985, a segunda até 1983. No outro extremo do continente sul-americano, a Frente Sandinista tomou o poder na Nicarágua em 1979 e o manteve até 1990. Finalmente, no Haiti, Jean-Claude Duvalier fugiu em 1986, pondo fim à ditadura. A Europa, em particular a França, acolheu muitos exilados políticos, na sua maioria intelectuais. Este é um dado importante para compreender os primórdios da fundação; as organizações não governamentais de apoio ao desenvolvimento em África são também aquelas que, em ligação com os exilados políticos, se esforçam por ajudar as populações latino-americanas.

1.2 – Primeiros passos, primeiras intuições

Partilhar a aventura: o núcleo estável do Conselho de Fundação

A análise prévia sobre a mortalidade das fundações resultou nas escolhas feitas para a constituição do Conselho de Fundação. As fundações são frequentemente tentadas a consolidar a sua credibilidade, integrando pessoas de renome no Conselho de Fundação. Esta prática tem dois efeitos perversos. Em primeiro lugar, como os membros do Conselho têm pouca disponibilidade, o Conselho de Fundação funciona de forma formal, quando o nosso sonho era torná-lo um verdadeiro coletivo, deliberando sobre a conduta a adotar e pronto a partilhar questões e aprendizagens. Em segundo lugar, cada membro do Conselho traz consigo as suas áreas de ação preferidas, ou seja, os seus «dadas», muitas vezes em prolongamento da sua própria atividade profissional, e o risco é então grande de que as orientações políticas do Conselho sejam, em grande parte, a soma das preferências dos seus membros.

O critério da confiança mútua foi decisivo para a escolha dos membros do Conselho. Entre 1983 e 1986, data do falecimento da Sra. Calame, pode-se falar da constituição de um núcleo fundador que impulsionou o desenvolvimento da fundação durante trinta anos, núcleo ao qual se juntaram, ao longo do tempo, algumas outras personalidades que teremos oportunidade de evocar. Além de Paulette e eu, tratava-se de Françoise Astier, filha de Madeleine Calame, Robert George, dirigente de uma PME do cantão de Vaud, André Talmant, alto funcionário do Ministério do Equipamento, colega e amigo próximo, Maurice Cosandey, na época ainda presidente das Escolas Politécnicas Federais Suíças, acompanhado por um dos seus colaboradores, Joseph Tarradellas, professor de ecotoxicologia na Escola Politécnica de Lausanne.

Foi a estabilidade deste núcleo fundador e o empenho incondicional dos seus membros que deram o tom à política da fundação e um significado humano concreto à ideia de aprendizagem. Foi esta confiança e estas referências forjadas em comum que permitiram à fundação tomar, por vezes, iniciativas ousadas.

Quais eram, em 1983, os modos de ação possíveis? Como os estatutos da fundação previam que ela não agisse por conta própria, mas por meio de doações e empréstimos, não considerávamos outras formas de ação, no imediato, além de receber pedidos de subsídios, examiná-los e classificá-los de acordo com suas qualidades e conformidade com nossos objetivos. É o que todas as fundações fazem e não víamos razão ou possibilidade de proceder de outra forma. Ainda assim, era necessário, pelo menos no início, suscitar esses pedidos, dando-nos a conhecer.

Três fatores terão um papel decisivo: a nossa primeira interpretação dos objetivos; o clima intelectual e político em que estávamos imersos; os atores suscetíveis de nos apresentar projetos.

Uma fundação que deseja ultrapassar as divisões

Antes mesmo de comprometer os primeiros financiamentos, o Conselho da Fundação voltou atrás na ideia inicial de ter duas meias fundações, uma dedicada ao progresso humano através do desenvolvimento científico, a outra ao progresso humano através do desenvolvimento social, e de dotar cada uma dessas duas metades de um Conselho de Orientação formado por especialistas na área. Esse dispositivo teria privado a fundação de sua maior riqueza, a capacidade de abordar questões sociais de forma transversal às divisões intelectuais e institucionais predominantes. Esta revisão baseou-se numa constatação: já não era a falta de conhecimentos científicos e técnicos ou de meios materiais que explicava o contraste entre a riqueza da humanidade e a sua incapacidade de responder às suas necessidades mais prementes, quer se tratasse de alimentar, vestir e alojar todos os povos, quer se tratasse de preservar o planeta.

Portanto, o que estava em causa e fazia duvidar da fundamentação da fé cega da geração de Charles Léopold Mayer nas virtudes da ciência e da técnica para o bem-estar da humanidade

não era o conhecimento científico, mas a capacidade das nossas sociedades de colocá-lo a serviço do bem-estar de todos.

Com base nessa constatação, introduzimos um «novo gene»: a nossa vocação seria interessar-nos pelas relações entre os domínios, entre as instituições, entre os povos, entre os desenvolvimentos científicos e técnicos e o florescimento das sociedades. Estabelecer ligações onde os sistemas intelectuais e institucionais criam barreiras pareceu-nos a melhor forma de valorizar a nossa independência.

Os primeiros financiamentos...

Rapidamente se estabeleceram laços entre a fundação e duas das principais ONG francesas de desenvolvimento, a CIMADE e o CCFD, laços facilitados pelo facto de Paulette Calame ter trabalhado no passado com a CIMADE. E, naturalmente, os nossos primeiros financiamentos foram para projetos de apoio aos países do sul, com um forte tropismo africano e latino-americano, visando na maioria das vezes reforçar a autonomia tecnológica dos países do sul.

Seria tedioso enumerar os quarenta projetos financiados entre 1983 e 1986. Limitar-nos-emos a comentar os mais significativos. O primeiro, e um dos mais pesados financeiramente, beneficiou o INHE, sucessor do Instituto Pasteur no Vietname. Uma escolha altamente simbólica. A vitória do Vietname contra os Estados Unidos granjeou-lhe, durante a década de 1970, a simpatia de muitos militantes do Terceiro Mundo. Mas a invasão do Camboja em 1978, três anos após a reunificação do Vietname, mesmo que tenha posto fim ao regime sanguinário dos Khmer Vermelhos, virou a opinião do Terceiro Mundo contra ele. Considerando que os atos do governo vietnamita não deveriam penalizar a população, decidimos, juntamente com a CIMADE, ajudar na criação em Hanói de um criadouro de animais livres de germes, necessário para a produção autónoma de vacinas. No mesmo espírito, alguns anos mais tarde, facilitaremos na Nicarágua um programa de combate à leishmaniose e a criação de um banco de sangue regional, tornando o país autónomo na fabricação dos soros necessários para a classificação dos grupos sanguíneos.

Outro grande projeto, a partir de 1984, foi o desenvolvimento, na Universidade de Morogoro, na Tanzânia, de um novo programa de formação de agrónomos, centrado no diálogo com o mundo rural. Era uma época em que os programas de formação se inspiravam diretamente nos programas ocidentais e em que a divulgação agrícola seguia um modelo «descendente», com divulgadores imbuídos dos seus conhecimentos técnicos a transmitirem-nos a camponeses supostamente ignorantes. O projeto «Morogoro» pretendia romper com esse modelo. Aqui encontramos os primórdios de uma abordagem que mais tarde daria frutos e que visava lançar as bases de uma ciência mais cidadã e responsável, elaborada em colaboração com a própria população e ao seu serviço. Manifesta-se também a vontade da fundação de defender e promover a agricultura familiar e camponesa, muitas vezes associada, na época, ao atraso. Anne-Marie Cochet publica pela editora L'Harmattan, em 1985, o seu livro «Les paysans ces ignorants efficaces» (Os camponeses, esses ignorantes eficientes). Uma nova geração de líderes camponeses surge em África. Nos países andinos, os descendentes dos

índios colonizados começam a erguer a cabeça e a reabilitar a sua cultura.

O ORSTOM, Instituto Francês de Pesquisa Científica para o Desenvolvimento em Cooperação, sob a presidência de Alain Ruellan, está na vanguarda dessa reabilitação e do reconhecimento do conhecimento camponês. Por meio dele, financiamos um importante projeto de desenvolvimento de tecnologias alternativas relacionadas ao conhecimento camponês no Brasil. No Peru, também acompanhamos uma iniciativa de reabilitação das tecnologias camponesas.

Numerosos projetos, pequenos e grandes, apoiam o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ditas adequadas, nos setores da construção, da drenagem de água – os projetos proliferam literalmente nesta época – ou da pecuária.

...E as primeiras dúvidas

A fundação não adere sem reservas à ideologia das tecnologias apropriadas. Embora considere essencial a revalorização dos conhecimentos vernáculos, ela é impressionada pela ingenuidade de muitas iniciativas simpáticas, iniciadas por atores do norte e que pretendem colocar a sua tecnicidade a serviço das comunidades rurais do sul. O que ela chamará, alguns anos mais tarde, de «complexo de Robinson Crusoé»: ajuda-se o bom selvagem, partindo do zero, a inventar uma ferramenta técnica que possa ser fabricada e reparada na aldeia. Intenção louvável, mas sem grande relação com a realidade técnica e económica do desenvolvimento. Ainda nos lembramos de um projeto de ajuda à drenagem de água para os horticultores do Burquina Faso: as bombas manuais continuavam a ser demasiado caras para uso doméstico e com caudal demasiado baixo para uso profissional, de modo que a tecnologia realmente adequada era a das pequenas bombas a motor japonesas.

Em 1996, a editora Charles Léopold Mayer publicou um pequeno opúsculo, «Des machines pour les autres» (Máquinas para os outros), escrito por Thierry Berot-Inard e Michelle Odeyé-Finzi. Referindo-se a estas tecnologias trazidas com as melhores intenções do mundo por jovens e menos jovens vindos da Europa, um aldeão exclama: *«Deixámos que instalassem as suas máquinas, isso dava-lhes tanto prazer»...*

Desde os seus primeiros anos de existência, a fundação procurou não se limitar a iniciativas de apoio ao desenvolvimento em África, na América Latina ou no Vietname. Ela tenta relacionar as inovações técnicas com o progresso humano, tanto no Norte como no Sul. Sob a impulsão de dois membros do Conselho da Fundação provenientes da Escola Politécnica Federal de Lausanne, Maurice Cosandey e Joseph Tarradellas, apoiaremos projetos de mobilização de conhecimentos científicos e técnicos na Suíça romanda. O primeiro, dirigido pelo Professor Lachavanne, diz respeito à ecologia dos lagos, mais precisamente às margens dos lagos, e mobiliza conhecimentos multidisciplinares para fundamentar uma política de preservação desses ecossistemas frágeis. O segundo, com um jovem doutorando, Jean-Jacques Meister, visa desenvolver um método não invasivo de medição do fluxo sanguíneo.

A «fundação em andamento n.º 1» em 1986 é a ocasião para um primeiro balanço dos três

anos transcorridos. Já se revela uma mudança de postura da fundação em relação aos seus parceiros. Para o mundo das ONG de desenvolvimento, o surgimento de um novo balcão, de um novo mecenas, rapidamente se tornou conhecido e o tempo em que íamos ao encontro de potenciais parceiros para lhes propor a análise dos projetos que tinham em carteira já tinha ficado para trás. As propostas chegam-nos em massa. Como, questiona-se o Conselho da Fundação em 1986, não nos tornarmos uma «máquina de produzir projetos» face a organizações não governamentais que multiplicam os projetos a financiar sem nunca pararem para olhar para trás?

Partimos dos ricos debates dos Conselhos da Fundação e tomamos consciência do que as nossas escolhas nos revelam sobre as nossas preocupações e evoluções. Ao fazê-lo, inauguramos uma abordagem metodológica que se desenvolverá durante os períodos sabáticos e que, em muitos aspetos, lembra a forma como o direito americano se desenvolveu através da jurisprudência: partir de uma coleção de julgamentos empíricos para extrair, ex post, os princípios orientadores constantes que constituirão a doutrina futura. Por exemplo, não nos resignamos com questões sem resposta. É o caso da nossa questão inicial: por que razão tanto conhecimento acumulado e tão pouco efeito nos desenvolvimentos do terceiro mundo? Os projetos financiados nos primeiros anos respondem apenas parcialmente a essa questão e percebemos a importância e a complexidade das mediações necessárias para transformar o conhecimento científico em progresso concreto para todos. Uma nota que redigi em 1990, intitulada «Desenvolvimento do conhecimento e progresso da humanidade»³, insiste precisamente na importância capital das mediações.

«A empresa moderna é um enorme sistema de mediação entre a produção de conhecimentos básicos e a produção de produtos destinados aos nossos clientes. Mas, em todos os campos, e são muitos, que não pertencem à esfera comercial e à atividade da empresa, essas mediações praticamente não existem. Nestas condições, colocam-se três grandes questões:

- como organizar essas mediações quando sabemos, por um lado, que a oferta de conhecimento é mais limitada do que parece e não corresponde bem aos verdadeiros desafios sociais [...] e que a procura é, ela própria, muito dependente do que sabemos sobre a oferta existente [...];
- como melhorar a circulação dos conhecimentos úteis para a ação;
- não será necessário redefinir os próprios mecanismos de produção de conhecimento?»

Estas questões levam-nos a adotar uma atitude mais ativa em relação aos projetos financiados. Mas como? Recrutando uma equipa (até então, a equipa limitava-se a quatro pessoas que asseguravam simultaneamente a receção das instruções dos projetos, a sua apresentação ao Conselho de Fundação e a contabilidade)? Apoiando-nos numa rede de especialistas externos e, nesse caso, quais? Ou associando coletivamente os nossos parceiros a este processo de exploração coletiva? Optamos pela terceira opção.

³ BIP n.º 1431 - setembro de 1990 - Desenvolvimento do conhecimento e progresso da humanidade. O que seria necessário fazer para que o conhecimento acumulado no domínio das ciências e das técnicas servisse melhor ao progresso da humanidade e, em particular, aos mais desfavorecidos?

Sair de uma lógica de balcão e conduzir ação e reflexão em conjunto

É o início de uma profunda mudança na abordagem da fundação. Ela deixa de considerar um projeto que lhe é apresentado como um «objeto a comprar». Esta formulação pode parecer um pouco caricatural, mas a maioria dos financiadores, tanto privados como públicos, quer financiar projetos específicos cujas etapas, parceiros e despesas são detalhados. Este modo de apresentação oculta as incertezas, confunde estratégia e planeamento e não deixa espaço para abordagens exploratórias. No entanto, afirmamos desde 1985 que a abordagem é tão importante quanto o assunto. Mesmo quando se trata de um projeto aparentemente muito técnico, como a construção de habitações com materiais reciclados no Chile, é a abordagem de desenvolvimento comunitário que pode surgir que nos interessa, mais do que a construção em si.

Conduzir simultaneamente uma ação e uma reflexão sobre a ação é menos simples do que parece. No entanto, é isso que esperamos agora dos nossos parceiros, o que nos levou, desde 1985, a revolucionar o tipo de acordo celebrado com eles: o nosso financiamento permite-lhes, sem dúvida, conduzir o projeto tal como o definiram, mas esperamos também que contribua para esclarecer uma série de questões.

Esta exigência de que cada projeto contribua de alguma forma para uma reflexão coletiva perturba alguns dos nossos parceiros. Começa a espalhar-se a ideia de que «entramos na fundação com um projeto e saímos com outro». A fórmula contém uma parte de verdade. A nossa exigência de associar intimamente ação e reflexão perturba mais do que um.

Embora nos empenhemos em identificar com cada parceiro as questões específicas do seu domínio de intervenção, a importância que atribuímos à mediação entre a investigação e a ação leva-nos a colocar três questões em comum em cada convenção:

- quais são os conhecimentos científicos e técnicos mobilizados no âmbito da ação?
- Que questões a ação remete ao mundo da investigação?
- e que novos conhecimentos a ação traz?

Rapidamente percebemos as limitações do exercício e a dificuldade dos nossos parceiros. É o início de uma segunda mudança nas relações entre a fundação e os seus parceiros. Tentamos encontrar na rede de «amigos da fundação» simpatizantes da iniciativa para constituir o comité de acompanhamento de cada projeto, cuja missão é, através de um diálogo regular, levar os protagonistas a refletir sobre estas três questões. Nem todos podem ser Sócrates. Acompanhar a reflexão dos atores no terreno, muitas vezes a milhares de quilómetros da sede da fundação, não é tarefa para todos. Não seremos capazes de dotar, como esperávamos, cada projeto de um comité de acompanhamento. Apesar destas insuficiências, esta mudança de postura marcará de forma duradoura o estilo da fundação.

A importância dos métodos e da partilha de experiências

Esta nova postura em relação aos nossos parceiros implica exigências metodológicas para a fundação. Se a fundação quer ser uma organização em aprendizagem, que se alimenta das reflexões dos seus parceiros, capaz de recolher a experiência uns dos outros para a partilhar com os outros, tem de construir da forma mais rigorosa possível a memória dos seus diálogos. Da mesma forma, se queremos poder solicitar aos amigos da fundação que acompanhem os projetos, precisamos de um diretório comum a toda a equipa, que reflita o viveiro do qual será possível tirar partido.

É essa a origem das duas primeiras bases de dados informáticas da fundação, ambas criadas em 1986 e constantemente enriquecidas até hoje: a base de «fichas de acompanhamento» e a base «diretório». A base de fichas de acompanhamento representa, em 2014, mais de 10 000 relatórios, numa série contínua inaugurada a 1 de janeiro de 1986. É uma ferramenta insubstituível de trabalho e diálogo e um símbolo do que a fundação pretende ser.

Capitalizar em vez de avaliar: a origem de um banco de experiências

Ainda em 1986, a reflexão sobre as relações entre conhecimento e ação revelou que «o conhecimento mais útil para a ação nasce da própria ação». Todos sabem que, diante de um problema concreto, nada vale mais do que uma troca com pessoas que enfrentaram o mesmo tipo de problema, com quem nos podemos identificar ou que conhecem e compreendem as limitações da ação. O que é novo é fazer disso a espinha dorsal de uma política.

Mobilizar o conhecimento nascido da ação teve duas consequências importantes. Em primeiro lugar, sobre a forma de tirar partido dos projetos que financiámos. Na altura, a moda era a avaliação de projetos. Adotamos outra postura, opondo a noção de «capitalização da experiência» à de avaliação de projetos. É claro que é sempre útil saber para que serviu o financiamento que concedemos. Mas o que está feito está feito e a avaliação que se pode fazer é, no fim das contas, de pouca utilidade, pois de qualquer forma não vamos refazer a mesma coisa outra vez. Além disso, há algo de um pouco ingénuo ou presunçoso na ideia de medir o resultado da sua ação. O que vale quando se leva a cabo uma ação massiva e dedicada a um objetivo específico, deixa de valer quando se está interessado em evoluções mais amplas. Se retomarmos os alguns projetos mencionados, a avaliação pode fazer sentido para a construção do laboratório de animais no Vietname: efetivamente, esse laboratório foi construído e efetivamente serve para o desenvolvimento de vacinas: as competências científicas e técnicas já existiam no local, o projeto veio preencher a lacuna que faltava. Mas, nos outros casos, a relação já é mais difusa: não se pode esperar que, ao financiar uma cátedra de agronomia na Tanzânia, promovendo o diálogo com o mundo camponês, se transforme num passe de mágica a lógica de nomeação dos professores universitários tanzanianos, que depende mais das suas publicações em revistas anglo-saxónicas do que da sua capacidade de respeitar as organizações camponesas e dialogar com elas. Também não se pode mudar com um passe de mágica os serviços de extensão agrícola, que tiram o seu estatuto da suposta

superioridade dos seus conhecimentos em relação aos dos seus interlocutores camponeses. No máximo, pode-se analisar a forma como este novo programa de formação conseguiu restaurar a confiança das organizações camponesas ou o seu impacto na estruturação nacional do movimento camponês.

Desde essa época, estamos interessados na pertinência da ação empreendida, na sua fecundidade, sabendo que outros fatores externos condicionarão, sem que possamos prever, o seu impacto. Em vez de nos empenharmos em avaliar o projeto e verificar a sua adequação aos objetivos previamente definidos, não será melhor observar as dinâmicas que ele gerou e tirar lições de alcance mais geral sobre os processos de inovação? É isso que entendemos por capitalização da experiência. Pela primeira vez, a fundação se engaja em um debate de ideias, publicando esse tipo de reflexão.

Em segundo lugar, esta reflexão leva-nos a considerar novos modos de ação. Se é tão óbvio que o conhecimento útil para a ação nasce da ação, como explicar, perguntámo-nos, que esta transferência de experiências seja tão pouco reconhecida, sistematizada e valorizada? Na época, identificamos dois obstáculos, um institucional e outro metodológico. Obstáculo institucional: a troca de experiências não é algo natural. É preciso dedicar tempo e recursos a isso. Ora, por mil razões, o dinheiro que abunda para os «projetos» torna-se escasso ou inexistente quando se trata de capitalizar e trocar experiências. O obstáculo metodológico é que a transferência de experiências, como todas as mediações entre conhecimento e ação, é muito mais complexa do que parece. Não se trata de divulgar «receitas». Nenhum contexto se assemelha a outro. O que teve sucesso aqui pode falhar ali. Assim, o que se aprende com a experiência do outro é subtil: uma forma de raciocinar, um processo, a identificação dos fatores essenciais de sucesso ou fracasso, em vez de um modelo a reproduzir.

Para ilustrar a importância e a dificuldade da troca de experiências, usamos uma metáfora química: «a experiência é como o «hidrogénio nascente» produzido durante uma reação química: um componente extremamente ativo, mas extremamente efêmero». A partir daí, surge a questão de saber como conservar algo tão precioso. É necessário conceber toda uma cadeia, que vai da ação à sua narração, da narração à formulação da experiência, da formulação à sua confrontação com outros, para destacar o que é estrutural e o que é circunstancial até à sua transmissão. Não basta colocar os atores em contacto, é preciso conceber e implementar as ferramentas e os processos de troca de experiências.

Em 1986, os microcomputadores estavam a tornar-se comuns. As bases de dados informatizadas multiplicavam-se, mas continuavam inspiradas nos sistemas documentais clássicos. Daí surgiu a ideia de criar redes de intercâmbio de experiências e uma base de dados de experiências partilhadas. No início, imaginávamos que ela seria baseada na troca, cada um fazendo um esforço para contribuir com a sua experiência para se beneficiar da experiência dos outros. Essa é a origem de uma política que vem sendo conduzida há vinte e cinco anos. Ela passou por várias mudanças, que teremos oportunidade de mencionar, mas inicialmente assumiu a forma de um banco de dados «DPH». A sigla significava originalmente «Diálogos para o Progresso do Homem», passando mais tarde a significar «Diálogos, Propostas, Histórias». Pela primeira vez, a fundação afastou-se decididamente do financiamento de projetos concebidos e apresentados por outros para tomar uma iniciativa transversal aos projetos.

O encontro, outra forma de partilhar experiências

Ao mesmo tempo, Paulette Calame, que analisava todas as propostas de financiamento, ficou impressionada com o grande número de projetos de tecnologia alternativa relacionados com a água que nos eram apresentados. Cada um tinha a sua bomba manual. Mas onde estava, em tudo isso, a vontade de trocar e aprender com a experiência dos outros? A resposta era que, para a troca de experiências, um encontro, a sua preparação e realização levavam tempo, portanto dinheiro, e os financiadores não estavam dispostos a fornecê-lo. Foi o estopim.

Em 1986, organizámos um primeiro encontro sobre tecnologias adequadas. Muitas organizações responderam positivamente ao nosso convite e a troca de experiências revelou-se muito produtiva. Vimos nisso uma nova perspectiva para a fundação. A abundância de financiamento para projetos, num momento em que se instalava um ceticismo bastante generalizado em relação a eles – para usar uma das nossas fórmulas da época, «mil projetos solidários não fazem um desenvolvimento solidário» –, fez-nos perceber que a fundação poderia usar a sua independência para apoiar tipos de ações que dificilmente encontrariam apoio noutros lugares.

É o princípio da subsidiariedade que tem guiado a nossa fundação desde então: seria um desperdício do privilégio que nos confere a nossa grande independência limitar-nos a fornecer financiamento adicional a ações, por mais relevantes que sejam, que respondem aos critérios e à lógica de outras instituições privadas ou públicas de financiamento; é melhor concentrar o nosso apoio naquilo que se revela muito difícil de financiar, nomeadamente porque os benefícios que daí advêm são imateriais, não mensuráveis, o que afasta as instituições que têm de prestar contas a terceiros.

Concentrar-nos no que os outros não podem ou não querem fazer não foi para nós o resultado de um desejo de nos diferenciarmos, mas sim a concretização da ideia de que os nossos privilégios nos criam deveres.

Os dias de Vézelay: a irracionalidade é a única atitude razoável

Nesse mesmo ano de 1986, um encontro fortuito também reorientaria de forma duradoura a ação da fundação. Um grupo de universitários da região parisiense envolvidos na economia do desenvolvimento, o GEMDEV, Grupo de Interesse Científico para o Estudo da Globalização e do Desenvolvimento, escreveu-nos para nos recomendar um bolseiro. Respondemos ao presidente do GEMDEV, Michel Beaud, comunicando-lhe o nosso desejo de contribuir para o surgimento de um «humanismo do século^{XXI}». Intrigado e interessado, Michel Beaud quis encontrar-se connosco. A química entre nós foi instantânea. Ele revelou um sonho que cultivava há muito tempo: formar um grupo de reflexão, que se reuniria em Vézelay, um importante centro de espiritualidade ocidental, para refletir coletivamente sobre os desafios e riscos que o desenvolvimento das tecnologias representava no final do século.

1986 não foi um ano qualquer: o buraco na camada de ozono, causado principalmente pelas

emissões de clorofluorocarbonetos (CFC), surgiu nos pólos norte e sul, onde ninguém vivia, um símbolo perfeito da globalização dos efeitos do homem sobre o ambiente. 1986 é também o ano em que a revista americana Times proclama o planeta «homem do ano». É finalmente o momento em que se decide a preparação da primeira cimeira da Terra, que se realizará no Rio de Janeiro em 1992, vinte anos após a cimeira de Estocolmo. O momento é bem escolhido para lançar uma reflexão coletiva sobre os principais riscos tecnológicos. A intuição de Michel Beaud nos seduz. Perante as grandes questões que agitavam a humanidade, grandes vozes individuais tinham-se feito ouvir no passado, Bertrand Russel, Albert Camus, Albert Einstein e outros. No entanto, tudo parecia indicar que, com a crescente complexidade dos problemas, nenhuma voz individual ousava ou conseguia fazer-se ouvir. Daí a ideia, na falta de uma grande voz individual, de constituir uma pequena voz coletiva.

O Conselho de Fundação rapidamente percebeu a importância do desafio e deste novo modo de ação. Demos às «journées de Vézelay» os meios para um verdadeiro trabalho coletivo, precedendo-as de quatro análises técnicas confiadas a diferentes relatores: os riscos nucleares; a camada de ozono; o desenvolvimento não regulamentado das tecnologias; os riscos ligados às biotecnologias. Calliope Beaud, esposa de Michel Beaud, está no comando. Com base nos quatro relatórios, o grupo de Vézelay redigiu em 1987 uma primeira síntese. Esta sublinha a amplitude das mudanças que esperam as nossas sociedades e a inadequação das modalidades clássicas de regulação e governação para conduzir essas mudanças. O grupo de Vézelay, formado por oito intelectuais francófonos, alcançou rapidamente um vasto público, nomeadamente através da revista *Le Monde Diplomatique*.

A fundação tinha colocado como condição para o seu apoio financeiro a participação de membros do Conselho de Fundação no grupo, para permitir que o Conselho se enriquecesse com as suas reflexões e formasse uma opinião sobre a fecundidade desta nova linha de ação. Maurice Cosandey e eu integramos o grupo de Vézelay. Nós encarnávamos a vontade de extrair dos trabalhos do grupo as implicações para a ação. No entanto, a situação era tão preocupante que nenhum modo de ação tradicional parecia adequado à situação.

Um grupo de intelectuais, sem qualquer alavanca de ação, podia contentar-se em fazer um balanço da situação e alertar a opinião pública. Isso já era muito: na época, os danos irreversíveis à biosfera e às condições de vida da humanidade ainda não tinham adquirido, junto do grande público, o estatuto que têm hoje. Mas essa postura não era suficiente para a fundação, que dispunha de meios para agir, por mais modestos que fossem face à imensidão do desafio. A partir daí, a irracionalidade era a única atitude razoável. É por isso que Pierre Calame propôs, em março de 1988, ao grupo de Vézelay e à fundação, lançar um «Apelo para os Estados Gerais do Planeta⁴». O papel desse apelo foi tão decisivo para a evolução da fundação que vale a pena citar alguns trechos:

«[...] o domínio do homem sobre a natureza mudou radicalmente de dimensão [...]. Pela primeira vez na história, a atividade humana corre o risco de alterar irreversivelmente os equilíbrios fundamentais do nosso planeta [...]. O pior não é certo, mas os fatores de desequilíbrio acumulam-se como a água atrás de uma barragem: no dia em que a barragem se romper, não

⁴ BIP 713 - março de 1988 - Apelo para os Estados Gerais do Planeta

será mais suficiente impedir a entrada de água [...]. Os progressos técnicos aceleram-se a tal ponto que escapam a qualquer controlo. As mentalidades e as instituições não evoluíram ao mesmo ritmo [...]. É essencial agir à escala global para retomar o controlo do progresso [...]. Apelamos àqueles que exercem responsabilidades em associações, empresas, cidades, Estados, organizações internacionais, apelamos aos cidadãos de todas as regiões do mundo para que façam tudo o que estiver ao seu alcance para controlar estes riscos planetários. Propomos que, dois séculos após a Declaração dos Direitos Humanos, os Estados Gerais do Planeta, reunindo todas as forças vivas, afirmem solenemente os direitos da humanidade.»

Os dados estavam lançados. A fundação lançava-se no desconhecido. Afirmava o dever de se envolver em desafios incomensuráveis para a sua pequena dimensão. Esse dever, palavra que deve ser sublinhada mais uma vez, e que alguns anos mais tarde iríamos chamar de dever de ambição, influenciaria de forma irreversível as orientações e a ação da fundação.

A ampliação da gama de intervenções

O apoio ao nascimento e ao desenvolvimento do grupo de Vézelay não é, no período de 1987-1988, o único sinal precursor da mudança da fundação. A consciência das limitações do apoio a projetos de desenvolvimento manifesta-se na busca de novos métodos e novas perspetivas.

Tínhamos, por exemplo, adquirido a convicção de que a luta contra a pobreza nos países do sul implicava o apoio a dinâmicas económicas capazes de se tornarem autónomas. No Burquina Faso, estabelecemos como condição para o nosso apoio a tecnologias adequadas o envolvimento do setor artesanal e o desenvolvimento de microempresas. Na Guiné, apoiámos a criação de um fundo de apoio ao setor informal e às pequenas empresas. Mas tudo isso permanecia em pequena escala e pressupunha uma evolução mais geral do acesso ao crédito por parte dos pequenos empresários.

Através da parceria com o Instituto de Estudos Sociais da Universidade Católica de Lyon, com o objetivo de redigir histórias de desenvolvimento, conhecemos Maria Nowak. Na altura, ela trabalhava no Banco Mundial e tinha descoberto o Grameen Bank. O seu fundador, Mohamed Yunus, não inventou, como se pensa frequentemente, o microcrédito e os sistemas de garantia mútua entre as populações pobres, uma vez que existem muitas formas de «tontinas» em todo o mundo, mas teve o enorme mérito de criar uma nova forma de banco baseada na ideia de garantia mútua e, sobretudo, de teorizar a sua filosofia.

Em 1986, Mohamed Yunus ainda não era a estrela mundial que se tornou vinte anos mais tarde, ao receber o Prémio Nobel da Paz. O Grameen Bank, criado em 1977, só obteve o estatuto de instituição bancária em 1983. Por intermédio de Maria Nowak, ele veio visitar-nos na fundação no outono de 1986. A química entre nós foi instantânea. Maria Nowak propôs fazer com ele um filme para divulgar a experiência do Grameen Bank. Aceitámos imediatamente. Um cineasta canadiano, Gérald Belkin, acostumado a recolher a «voz do camponês», foi escolhido para realizá-lo. O processo foi bastante tumultuoso. Seria necessário um filme de propaganda, para glorificar o microcrédito e Mohamed Yunus, ou um filme que contasse sem rodeios a contrapartida dessas garantias mútuas exigidas aos mutuários, na

maioria das vezes mulheres, ou seja, uma organização rígida, quase paramilitar? Foi esta segunda opção que Gerald Belkin escolheu, tornando o filme difícil de divulgar a um público militante do que se chamava então de «terceiro-mundismo».⁵

Com este filme, a Fundação toma partido por uma nova abordagem na luta contra a exclusão social, partindo não do que «os pobres não têm» e que justificaria a generosidade dos ricos para com eles, mas «do que eles têm», das suas capacidades; um fio condutor que nos guiará ao longo dos dez anos seguintes. Ela se engaja na batalha de ideias, considerando que é preciso agir sobre os sistemas conceptuais e institucionais, interpelar os centros de decisão. No entanto, ela tem o cuidado de não embelezar a realidade e fazer crer em soluções milagrosas. A realização do filme sobre a história exemplar do Grameen Bank inscreve-se nessa abordagem.

A história deste filme e a sua recepção pelo público são significativas. O filme mostra com honestidade a contrapartida, em termos de controlo social, de um sistema de microcrédito baseado na garantia coletiva de reembolso proporcionada por grupos de mulheres. Vemos as reuniões nas aldeias com os representantes itinerantes do Grameen Bank, a disciplina que reina nelas, as mulheres envolvidas que se levantam e fazem continência militar aos representantes do Grameen Bank quando seus nomes são chamados. Tudo isso é insuportável para o público dos ativistas tradicionais do terceiro mundo! Nos anos seguintes, os filmes sobre o Grameen Bank multiplicaram-se. Mas a maioria preferiu transformá-lo num conto de fadas: o entusiasmo internacional revelou a busca por receitas milagrosas. As Nações Unidas chegaram mesmo a decretar 2005 como o «ano internacional do microcrédito». Mesmo que isso nos faça parecer destruidores de sonhos, sempre insistimos em submeter as teorias ao teste dos factos e olhar também para o outro lado da moeda.

Outro exemplo da ampliação da nossa gama de modos de ação é que, juntamente com o sociólogo francês Henri Chombart de Lauwe e a Associação de Pesquisas Cooperativas Internacionais (ARCI), fundada por seus ex-alunos, buscamos desenvolver espaços de diálogo entre ONGs e pesquisadores. A ARCI solicita à fundação que seja coorganizadora de um colóquio que pretende realizar. A fundação é, assim, convidada a desempenhar um papel de mediadora entre estes dois mundos que, muitas vezes, se ignoram. O objetivo do colóquio é reconhecer melhor as dinâmicas culturais em ação nos processos de desenvolvimento. Isso só pode ser do nosso agrado, num momento em que nos distanciamos tanto das teorias macroeconómicas do desenvolvimento como das tecnologias apropriadas.

Assim, em parceria com uma pequena associação francesa, a INODEP, iniciamos uma «cooperação técnica invertida». Naquela época, a cooperação técnica consistia essencialmente em enviar técnicos de países desenvolvidos para países pobres. É certo que as ONG de desenvolvimento progressistas nunca deixam de lembrar tudo o que as populações do sul nos trazem, mas sem especificar a natureza desse enriquecimento. Ora, em 1987, o desemprego e as despesas sociais continuavam a subir inexoravelmente em França. Não seria necessário admitir que, após os Trinta Gloriosos, durante os quais o emprego tinha sido praticamente a

⁵ FDS Q&R 372 - julho de 1987 - Grameen Bank

norma, tínhamos perdido as competências sociais coletivas para enfrentar a nova situação de desemprego em massa? Então, por que não recorrer a um olhar externo, a competências técnicas adquiridas, para retomar a nossa expressão da época, «*em países onde a pobreza não era como aqui uma ilha, mas era o próprio oceano*»? Ou seja, a especialistas africanos. O departamento de Yonne mostrou-se interessado na operação. Ela resultou num relatório, «*Regard noir sur la pauvreté en France*» (Olhar negro sobre a pobreza na França), mas de forma mais politicamente correta «*Regards africains sur la pauvreté en France*⁶ » (Olhares africanos sobre a pobreza na França: o que nos ensinam os países mais pobres). O fio condutor era: como é que tantas instituições e tanto dinheiro conduzem a resultados tão medíocres? Resposta: ao criar novos dispositivos financeiros sempre que surgia um problema, ligando cada dispositivo a uma «deficiência presumida» de uma categoria da população, apenas as famílias inseridas em redes sociais conseguiam tirar partido deles.

Modos de apoio flexíveis e reativos

Outro exemplo do nosso esforço de diversificação é o financiamento de pequenas bolsas para jovens com iniciativas interessantes. A relação estabelecida entre a pequena equipa permanente e o Conselho de Fundação, sendo que a equipa recebia os pedidos, analisava-os e submetia-os ao Conselho de Fundação, único órgão habilitado a tomar decisões financeiras, era inadequada para ações de pequena dimensão, mas que exigiam uma maior capacidade de resposta. O Conselho aprova então um envelope financeiro no âmbito do qual a decisão de atribuição das subvenções é delegada à equipa permanente, iniciando uma mudança na natureza da relação entre o Conselho da Fundação e a equipa.

Mudança confirmada pelo compromisso da fundação em apoiar a agricultura camponesa. Essa já era uma preocupação antiga, mas a adição de projetos, gotas d'água no oceano, era a melhor maneira de promover a causa dessa agricultura, em um mundo interdependente e um mercado globalizado? Obviamente não. Não basta criar alguns ilhéus de resistência pontual. É preciso examinar como melhor equipar este meio. Na época, ele ainda era compartimentado. As reflexões sobre a agricultura camponesa do Norte e do Sul raramente se encontravam. Como fazer com que se construísse uma voz coletiva forte, mostrando que esta agricultura camponesa não era um simples sobrevivente do passado? Tudo isso pode parecer banal hoje. O ano de 2014 foi proclamado o ano internacional da agricultura familiar e a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) apela a uma mudança de paradigma em favor de uma agricultura sustentável e familiar! Mas essa não era a orientação dominante das instâncias internacionais em 1988!

Ao decidir apoiar uma dinâmica coletiva, colocando ao seu serviço os métodos de troca de experiências que começam a ser a sua marca, a fundação abre duas novas frentes: no plano político, ela se engaja no que poderíamos chamar de «a luta das ideias»; no plano

⁶ Olhares africanos sobre a pobreza em França. Publicado em 1991 por C. Fall, M. N'Dao, P. Kuyowa.
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/regards-africains-sur-la-pauvrete-en-france/

metodológico, começa a afirmar-se nesse papel de mediadora, de quebra-barreiras, à escala continental e mundial. Mas tudo isso pressupõe uma mudança no modo de operação. Dentro de um envelope financeiro global aprovado pelo Conselho, as decisões operacionais são delegadas à equipa permanente.

Devido a estas inovações, entre 1986 e 1989, a equipa passou de um secretariado de duas ou três pessoas para dez pessoas, com um início de especialização de cada uma em função da sua própria experiência. Este aumento da equipa irá colocar questões de natureza nova que a fundação levará vários anos a resolver.

Primeira abordagem dos fenómenos de transição

Em 1988, um referendo no Chile rejeitou o regime do general Pinochet, abrindo caminho para a transição democrática, cuja primeira etapa seria as eleições presidenciais de dezembro de 1989. Durante a ditadura, muitas organizações não governamentais apoiadas por organizações europeias foram criadas no Chile para servir de proteção e meio de subsistência para militantes e líderes políticos e administrativos marginalizados. Através da CIMADE e do CCFD, passámos a apoiar no Chile nada menos que oito programas que vão desde técnicas adequadas à educação popular, da saúde à recuperação da identidade cultural dos povos mapuches. Os seus líderes desenvolveram um discurso sobre a sociedade civil, mas a sua cabeça está noutro lugar, voltada para o regresso da democracia.

A seu pedido, aceitamos reuni-los para uma partilha de experiências. Mas ainda é necessário um tema comum: as condições da transição democrática. Este tema é tanto mais atual quanto o recente regresso à democracia da Argentina, do Brasil e do Uruguai não se fez sem dificuldades. Decidimos organizar um encontro internacional sobre um tema que se situa a meio caminho entre a atividade das ONG e o seu futuro: «A transição da inovação local para as políticas nacionais».

A sociedade civil é, de facto, capaz de inovações de todos os tipos, mas o Estado chileno é tradicionalmente forte e centralizado. Estava longe de ser certo que esses dirigentes de ONG, reintegrados muito provavelmente em cargos oficiais, mantivessem a memória da sua atividade associativa. Além disso, este tema era, em muitos países, de grande atualidade. As mesmas causas produzindo os mesmos efeitos, a queda da ditadura de Jean-Claude Duvalier no Haiti impulsionou para a cena nacional os dirigentes das ONG, em particular o nosso parceiro, o Serviço Ecuménico de Ajuda (SOE), que também se viu confrontado com a necessidade de estabelecer uma ligação entre as inovações promovidas pelas ONG e as políticas nacionais.

Foi o nosso primeiro encontro internacional de grande envergadura sobre um tema de interesse comum, mas transversal a cada projeto específico. E um dos primeiros, sobre a «natureza das relações possíveis entre o Estado e a sociedade civil». O sucesso do encontro convenceu-nos da fecundidade deste tipo de intercâmbio internacional. Devido às convergências que surgiram, foi adotada uma «declaração de Santiago», menos como declaração

política – cuja legitimidade teria sido incerta – do que como um marco para uma reflexão internacional sobre a relação entre as ONG e o Estado. A declaração destaca três modelos possíveis de relação: a substituição de Estados falhos por ONG (muitas vezes financiadas pelo estrangeiro); funções complementares dos Estados e das ONG para garantir um serviço à população; um papel de «peixe-piloto» das ONG chamadas a explorar alternativas, incluindo no campo da ação pública.

1.3 – A fundação passa pela sua primeira transformação: o período sabático, 1989 – 1990

Paulette Calame, sempre preocupada em que não nos tornássemos uma máquina de financiar projetos e constatando que esse risco era bem real, propôs em 1988 ao Conselho da Fundação que instituíssemos, a um ritmo a determinar, «períodos sabáticos» que nos obrigariam a levantar os olhos do guiador, a extrair lições da experiência acumulada para servir de base às orientações do período seguinte. Uma fundação tem, muito mais do que uma associação clássica ou uma administração pública, a possibilidade de o fazer. Não é um luxo, é uma necessidade. O Conselho de Fundação adota este princípio, que servirá de base duradoura para a organização dos ritmos da fundação. O primeiro período sabático é fixado para 1989. Inicialmente previsto para um ano, prolongar-se-á por um ano e meio.

O contexto mundial no final dos anos 80

Antes de evocar os métodos de trabalho desse período sabático e as perspectivas que dele resultaram, devemos recordar as profundas mudanças ocorridas no mundo durante os anos 80. Os acontecimentos em si são conhecidos. Vamos analisá-los do ponto de vista da evolução da estratégia da fundação.

1989 foi, por um lado, a queda do Muro de Berlim e a implosão do sistema soviético e, por outro, o massacre da Praça Tiananmen na China.

Os governos conservadores, Margareth Thatcher na Grã-Bretanha e Ronald Reagan nos Estados Unidos, tiveram, ao longo da década, todo o tempo para implementar o seu programa: a revolução neoliberal estava em marcha. Do lado chinês, e em menor grau do lado indiano, a vontade de se integrar no mercado mundial provocou um rápido crescimento que contrariou os teóricos da desconexão. O único continente que se desconecta é a África, mas essa desconexão não ocorre por sua iniciativa e é o único que estagna! Na França, mesmo após o retorno da direita ao poder entre 1986 e 1988, François Mitterrand foi eleito para um segundo mandato. Michel Rocard é o chefe do governo. Ele adota uma abordagem pragmática e se abre para o centro. Estamos longe da ambição de 1981 de «mudar a vida», à qual a passagem do testemunho de Pierre Mauroy para Laurent Fabius, em 1983, deu um fim abrupto. A nível europeu, e graças à cumplicidade de Helmut Kohl e François Mitterrand,

Jacques Delors, respeitado presidente da Comissão Europeia, consegue fazer avançar a integração da União, chegando mesmo a pressagiar o alargamento das suas competências.

À escala internacional, os ajustamentos estruturais resultantes da primeira crise da dívida estão em pleno andamento, levantando a questão das responsabilidades por essa dívida — nomeadamente com o afluxo de capitais resultante da massa de petrodólares colocados no mercado após os dois choques petrolíferos —, das consequências sociais dos ajustamentos estruturais e da insolvência de muitos países, apesar dos sacrifícios exigidos à população. Os ajustes afetam muito diretamente os países africanos e latino-americanos com os quais trabalhamos.

No imediato, o que marca a reflexão da fundação nessa época é o fim das «grandes narrativas» que dominaram o século. O socialismo e depois o comunismo foram vividos como alternativas globais ao capitalismo. As frentes antifascistas formadas antes e durante a Segunda Guerra Mundial, reconvertidas após a guerra em movimentos de luta anticolonialistas que desprezavam o sistema capitalista, encontram-se duplamente abaladas: por um lado, pelo colapso da esperança comunista e, por outro, pela evolução, no mínimo decepcionante, dos países que conquistaram a sua independência na década de 1960. A evolução da Frente de Libertação Nacional (FLN) argelina é um exemplo entre tantos outros. Em 1991, a interrupção brutal do processo eleitoral perante a provável vitória da Frente Islâmica de Salvação foi o ponto de partida de uma guerra civil cuja crueldade rivalizou com a da guerra da independência. Outra figura simboliza esse desencanto: Isayas Afeworki. Não faz muito tempo, a nossa fundação ajudou a realizar, por iniciativa de uma ONG de Genebra, um dicionário eritreu-francês em solidariedade aos refugiados eritreus na Europa. Mas o herói, ao chegar ao poder, tornou-se o carrasco da Eritreia a partir de 1991, instaurando uma das piores ditaduras do planeta. Quanto ao maoísmo, que desde os anos 1960 exercia fascínio sobre os intelectuais franceses que haviam abandonado o stalinismo, ele acabou por perder o seu encanto após o massacre de Tiananmen. O antiglobalismo preencherá em parte esse vazio.

A época do nosso período sabático foi também aquela em que se iniciaram os preparativos para a Cimeira da Terra de 1992. Embora essa cimeira estivesse prevista desde a de Estocolmo, em 1972, rapidamente se tornou evidente que esta, que se realizaria no Rio, após a criação do GIEC, o Grupo Intergovernamental de Peritos sobre o Clima, e a emergência política das alterações climáticas, assumiria uma importância particular. Os trabalhos do grupo de Vézelay foram assim reinseridos no vasto movimento de ideias e iniciativas da época, o que supunha redefinir a sua originalidade e utilidade. Rio é também a primeira cimeira mundial após a queda do muro de Berlim e a abertura da China, o que na época deixava esperar uma nova era para a governança mundial, após tantos anos em que esta tinha sido dominada pela oposição entre os dois blocos. A ecologia política ganha força, renunciando as reflexões sobre o que hoje se costuma chamar de «a grande transição». Participamos no seu surgimento, na continuidade dos trabalhos do grupo de Vézelay. Mas, em 1990, ela está longe de constituir uma nova alternativa global, uma nova grande narrativa, substituindo as anteriores.

Esta reclassificação das ideologias cria um clima propício a uma abordagem mais pragmática, mais prospectiva, mais rigorosa, mas também menos globalizante das alternativas. Propício

também a um questionamento de muitos dogmas e políticas herdados do período anterior: o papel do Estado, o lugar das ciências e das técnicas, a democracia representativa, a capacidade do Estado providência de garantir a integração social de todos, a modernidade produtivista, etc.

O tempo de pausa: um luxo e um perigo

Uma aventura humana precisa de espaços para respirar, momentos para capitalizar a experiência e definir as perspectivas para o período que se avizinha. É esse o papel dos «períodos sabáticos». Um luxo e um perigo ao mesmo tempo. Um luxo que uma fundação pode oferecer. Um dever. Como pregar a capitalização da experiência se não aplicamos essa exigência a nós mesmos? Alguns não deixaram de nos fazer sentir que apenas uma fundação poderia se dar esse luxo que todos teriam. Mas, respondemos, também estamos prontos para ajudá-los financeiramente, para oferecer-lhes esse tempo para respirar. Os candidatos não se apressaram a bater à porta! O trabalho de memória é corrosivo. Na verdade, um período sabático também é um perigo. Este período sabático evidenciou o fosso entre os nossos desejos e as nossas realidades, ou ainda o caráter caótico da mudança de dimensão da nossa equipa, consequência da diversificação em todos os sentidos do final da década de 1980. No texto de balanço do período sabático (fundação em caminho n.º 4), falamos da fundação como «uma árvore sem raízes, abalada por crises de crescimento».

Enraizar na nossa história as mudanças necessárias

O que podemos aprender com a fundação? Sentíamos a necessidade de não nos tornarmos uma simples «máquina de projetos». No entanto, fiéis à ideia do período sabático, não pretendíamos de forma alguma renegar o que tínhamos feito, abandonar as redes de amizade e parceria que começavam a ser tecidas. Por um lado, sentíamos um dever de fidelidade para com muitos dos nossos parceiros, com quem tínhamos caminhado intelectualmente e graças aos quais tínhamos começado a aprender o nosso ofício. Por outro lado, a nossa independência impedia-nos de nos deixarmos envolver por rotinas. Como superar essa contradição? Tentando fazer da experiência dos primeiros anos o solo e as sementes de onde poderiam brotar novas orientações. Foi nesse sentido que, de acordo com a intuição de Paulette Calame, esse primeiro período sabático fundou a nossa segunda etapa, símbolo e tradução prática de uma aventura humana coletiva inscrita no tempo.

Em 1989, a ideia de aventura coletiva já não era mais a de um pequeno grupo humano constituído pelo Conselho da Fundação e pela equipa permanente; ela dizia respeito, sob formas a determinar, àqueles e aquelas com quem tínhamos percorrido um trecho do caminho. É assim que se deve entender a «fundação em caminho». Para além da fundação institucional, existe outra fundação, virtual, constituída por todos os laços, todas as reflexões que pudemos construir e partilhar com os nossos parceiros.

Os números 3 e 4 da Fundação em Caminho, respetivamente de outubro de 1989 e dezembro de 1990, retratam este esforço de capitalização. Retemos os métodos e o resultado.

As análises transversais, símbolo e meio do trabalho sabático

Para além da revisão dos projetos apoiados, do que funcionou ou menos bem funcionou, o método adotado resume-se a um conceito, o da «análise transversal»: aproveitar o esforço feito desde 1986 para construir a nossa memória, com as «fichas de acompanhamento» informatizadas (já existiam mais de 1000 na altura em que o período sabático começou) e com a primeira base de experiências DPH, para ir além da avaliação de cada projeto e tentar extrair lições transversais, comuns a todos. Daí o seu nome.

Para gerir estas duas bases de dados, foi construído empiricamente um thesaurus (dicionário de palavras-chave) para designar aquilo de que se estava a falar. A análise transversal consiste, numa primeira fase, em identificar as palavras-chave que aparecem com mais frequência e comparar os ficheiros que contêm essa palavra-chave, de modo a identificar regularidades e convergências.

Este exercício foi realizado com dois objetivos: identificar, por trás das áreas abrangidas pelos projetos «saúde», «desenvolvimento rural», «tecnologia adequada» ou outras, as questões subjacentes, transversais a todas; tornar essas questões transversais a espinha dorsal das nossas orientações futuras. Era a melhor maneira de conciliar o dever de fidelidade com o dever de evolução. Reconhecer que as novas orientações decorriam do que tínhamos vivido com os nossos parceiros desde o início.

O nascimento dos sete programas

As análises transversais permitiram-nos identificar sete áreas prioritárias (as citações a seguir são extraídas da Fondation en chemin n.º 4, de dezembro de 1990):

«- Os equilíbrios ecológicos e os principais riscos tecnológicos

O objetivo final é contribuir para que as forças atualmente dispersas dos Estados, empresas, igrejas, sindicatos, laboratórios de investigação e associações possam ser progressivamente reunidas na busca de modos de desenvolvimento e regras do jogo da vida económica e social, suscetíveis de preservar as condições de vida das gerações futuras. É essa ambição louca – portanto, a única razoável, pois o desafio é de escala planetária – que chamamos de preparação dos Estados Gerais do planeta. Expressamos a convicção de que nos deixamos dominar pela nossa própria criação, pela dinâmica da investigação científica e do mercado, e que é hora da humanidade recuperar o controlo. É, de certa forma, antes do tempo, o nosso manifesto altermundialista: acreditamos que outro mundo é possível e necessário e esboçamos um processo para o construir.

- Viver em paz num mundo de diversidade

Este tema tem duas origens: em primeiro lugar, o sentimento de que «a hegemonia do modelo cultural, económico, científico e técnico ocidental apresenta muitos perigos [...]; face aos desafios que nos esperam, outras concepções do mundo e das relações dos homens entre si e com o ambiente serão bem-vindas [...]»; em segundo lugar, a ideia de que «um desenvolvimento que não esteja enraizado nas realidades e dinâmicas culturais não pode ser viável».

- Estado e sociedade

À luz dos encontros dedicados às relações entre ONGs e Estados, questionamo-nos se «os Estados são capazes de ouvir, perceber e valorizar dinâmicas que não provêm deles». Observamos também que «os discursos sobre o Estado são frequentemente simplistas, oscilando entre o polo do mal (um Estado vendido aos poderosos, em preda à corrupção absoluta) e o do bem (um Estado portador do bem público face a empresas exclusivamente ávidas de interesses privados). Parece-nos necessário renovar o olhar sobre o Estado e sobre as relações entre o Estado e o resto da sociedade».

- Agricultura camponesa e modernização

Este tema, diretamente inspirado no «tropismo rural» dos primeiros projetos apoiados pela fundação, serviu de protótipo para a nossa nova abordagem. Foi adotado como uma das prioridades para o período futuro.

- Luta contra a exclusão

Tema também inerente à fundação. Desde o início, perguntámo-nos por que razão era tão difícil mobilizar os avanços tecnológicos e científicos ao serviço de todos. Mas, após vários projetos, após a exploração de novas formas de luta contra a exclusão que visavam valorizar os trunfos dos mais pobres em vez de compensar as suas desvantagens, chegámos à conclusão de que, tanto no norte como no sul, as «políticas assistenciais» são inadequadas. «Procuramos apoiar de forma coordenada as tentativas feitas para abordar o problema por outro ângulo, para que toda a luta contra a exclusão passe por uma revalorização das pessoas, das suas redes sociais e das suas capacidades criativas». E acrescentamos: «sem dúvida que isso nos levará a questionar as instituições e as legislações de gestão da pobreza».

- Alquimia das mutações das sociedades

A inovação não nos interessa por si só, queremos promover inovações que contribuam para o progresso da humanidade». Percebemos que a nossa abordagem inicial, centrada nas tecnologias adequadas, era «demasiado limitada, demasiado pontual e técnica, o que nos levou a questões mais gerais sobre os próprios mecanismos de mudança das sociedades e sobre o surgimento e a difusão das inovações».

- A construção da paz

Este tema impôs-se à fundação, por ocasião do apoio que prestámos, através do CCFD, Comité Francês contra a Fome e pelo Desenvolvimento, a um instituto de investigação sobre a paz, o CINEP, Centro de Investigação e Educação Popular, criado pelos Jesuítas na Colômbia. Os nossos intercâmbios com este instituto convenceram-nos da simplicidade das abordagens tradicionais da paz. Para alguns, ela era simplesmente o reverso do conflito e existia assim que o conflito cessava. Para outros, as raízes da violência deviam ser procuradas na ausência de democracia ou

de desenvolvimento. O slogan lançado na época pelo Papa não era «o desenvolvimento é o novo nome da paz»? Ora, a Colômbia oferecia o contra-exemplo desses simplismos. As reflexões do CINEP coincidiam com a observação que fazíamos a nós mesmos sobre a Argélia ou o Vietname:

Muitas vezes, os povos que conquistam a paz – especialmente quando se trata, em grande parte, de uma guerra civil – perdem a paz que se segue. E observávamos: «A crise ideológica do terceiro-mundismo deve-se, em grande parte, ao facto de muitos movimentos de luta pela independência ou por uma ordem social mais justa se terem transformado, após a vitória, em burocracias incompetentes, corruptas e autoritárias [...] por isso, pensamos que é urgente desenvolver uma ciência da construção da paz».

Um método de elaboração de propostas políticas enraizadas na experiência

As análises transversais também nos serviram para testar um modo de elaboração de propostas enraizadas em realidades concretas. Esta abordagem pragmática foi uma resposta ao fracasso das grandes ideologias abrangentes, que derivavam o seu programa do seu sistema de valores e da sua visão do mundo, sem ter em conta a complexidade e a diversidade das situações reais. Além disso, estávamos convencidos de que, se a fundação se comprometesse com a organização de reflexões coletivas, estas não poderiam limitar-se à troca de experiências. Elas deveriam resultar em propostas, baseadas na experiência.

Naquela época, Michel Rocard, então primeiro-ministro da França, deu expressão política a essa intuição de aprendizagem coletiva, tentando generalizar os métodos de avaliação das políticas públicas. Por seu lado, as instituições internacionais começaram a promover métodos de «avaliação por pares» aplicados à governação. Ora, a avaliação das políticas públicas estava mais próxima da nossa concepção de capitalização da experiência do que dos métodos clássicos de avaliação de projetos. As nossas reflexões estavam, portanto, em sintonia com o clima da época e a sua preocupação com um maior pragmatismo.

Em 1989, realizámos uma experiência piloto para elaborar propostas de mudança a partir do material recolhido com os nossos parceiros. A experiência incidiu sobre a ciência. Foram identificadas dez propostas para uma nova política científica:

1. um programa mundial de investigação sobre os principais desafios da humanidade;
2. prioridade dada à consolidação do conhecimento, face à sua fragmentação disciplinar;
3. a criação de mediações entre as populações mais pobres e a oferta científica e tecnológica;
4. o desenvolvimento de um novo tipo de investigação, associando os «beneficiários» – primeira expressão do que se chamou, desde então, o «terceiro setor» da ciência;
5. o respeito pelo conhecimento vernáculo e pela concepção do lugar do homem no universo que o sustenta;

6. o compromisso com abordagens globais do homem e da sociedade, nomeadamente no domínio da saúde;
7. a reorientação da formação de investigadores e técnicos, para remediar a fraqueza das reflexões epistemológicas na formação dos cientistas e permitir aos investigadores compreender melhor o campo de forças políticas, sociais e económicas em que se insere a sua investigação;
8. a introdução, desde a escola primária, de uma compreensão do lugar do homem na natureza;
9. uma deontologia coletiva do domínio do uso social das ciências e das técnicas;
10. a supressão de gratificações simbólicas e materiais para pesquisas de risco. Várias dessas orientações serão aprofundadas e popularizadas nos vinte anos seguintes, e a maioria dessas preocupações permanece singularmente atual.

Os métodos e ferramentas da inteligência coletiva: as quatro políticas

As prioridades temáticas elaboradas a partir das análises transversais foram complementadas por uma reflexão sobre os métodos de inteligência coletiva.

Os métodos experimentados durante o período anterior tornaram-se um elemento estruturante da estratégia da fundação com a definição de quatro políticas: os encontros de Saint Sabin; a rede DPH; a capitalização da experiência; a política de comunicação.

- Os encontros de Saint Sabin

Organizar encontros, nada de muito original em si. Mas quisemos especificar o estilo e os métodos daqueles que estávamos dispostos a financiar ou coorganizar, batizando-os de «encontros de Saint-Sabin», em homenagem às nossas novas instalações.

O seu objetivo: promover o diálogo entre os intervenientes. Queremos reunir pessoas empenhadas na ação, num momento, se possível, em que sintam o desejo de «levantar o nariz do guiador, refletir sobre a sua própria ação, estimuladas pelas reflexões dos outros». Dialogar, em oposição a tantos colóquios que justapõem intervenções de oradores, confinando o diálogo às pausas para café. A metodologia da «longa mesa redonda», onde cada um tem tempo para contar e falar sobre si mesmo, a igualdade de estatuto dos participantes, tanto intervenientes como ouvintes, a dinâmica de grupo de um número reduzido de pessoas, uma duração do encontro proporcional ao número de participantes. Tudo tinha de criar as condições para um verdadeiro intercâmbio.

Os resultados esperados: pensávamos que uma reunião só faz sentido na medida em que, para além da diversidade de pontos de vista, possam surgir algumas ideias e algumas ações a defender em comum. Foi a isso que chamámos «uma plataforma». Esta «imposição de produzir uma posição comum» foi por vezes levada demasiado longe. Esperar que os

participantes de um encontro, que em sua maioria não se conhecem, saiam dele com um plano de ação comum às vezes se revelou contraproducente. Por outro lado, o esforço feito para chegar a ideias comuns, ou mesmo princípios comuns de ação, muitas vezes se revelou frutífero.

Uma das nossas referências na altura era a Plataforma Inter-Redes sobre o Direito à Habitação. Esta plataforma nasceu da missão que Pierre Calame recebeu em 1989 do Ministro francês da Habitação para organizar um encontro dos Ministros europeus da Habitação sobre o tema da habitação dos mais pobres. Inspirando-se nos métodos desenvolvidos pela fundação, a preparação deste encontro oficial – marcado por um compromisso crescente da União Europeia em favor da coesão social – reuniu redes militantes e profissionais ativos neste domínio. Cada um deles foi convidado a apresentar a sua própria plataforma, a sua própria visão de uma política de habitação inclusiva. Da confrontação destas plataformas nasceu a Carta Europeia para se tornar progressivamente «o direito à *habitação*», de que falaremos mais adiante.

- A rede DPH

Quatro anos após o seu nascimento, o que inicialmente era uma disciplina intelectual – a passagem da ação ao conhecimento e depois o regresso do conhecimento à ação – tornou-se um banco de experiências. A regra da troca, em que se fornece a sua experiência para obter em troca a experiência dos outros, revelou-se rapidamente uma «falsa boa ideia». Em primeiro lugar, porque o acesso à experiência dos outros, especialmente no início, não podia justificar por si só o esforço intelectual, muito mais considerável do que se imagina habitualmente, necessário para transformar uma ação numa ficha de experiência útil para os outros. Depois, uma descoberta curiosa, porque muitos dos nossos parceiros estavam, afinal, mais interessados no exercício de redigir fichas de experiências do que no acesso às fichas dos outros, o que nos fez descobrir o valor metodológico da redação de fichas sintéticas, que ajudam os detentores de experiências a estruturar o seu próprio pensamento.

Outra constatação: uma troca de experiências «em todas as direções» não interessa a ninguém em particular. Por isso, reorientámo-nos para o apoio à realização de dossiês de fichas de experiências sobre um tema comum. Esses dossiês iam desde a prática dos paralegais, os juristas descalços, até às estratégias de sobrevivência em meio urbano, da valorização dos conhecimentos tradicionais em matéria de saúde às relações entre cultura e poder no domínio da educação popular.

Também percebemos que o uso de uma metodologia comum de recolha de experiências fazia ainda mais sentido, uma vez que esses dossiês temáticos eram apoiados por redes. Passamos gradualmente de um banco comum de experiências para uma federação de redes unidas por uma metodologia comum de inteligência coletiva.

- A capitalização da experiência

A decisão de fazer da capitalização uma política por direito próprio decorreu da dificuldade que os nossos parceiros tinham em tirar lições da sua própria experiência e em fundamentar as suas convicções, ilustrando-as com casos concretos. Sempre a questão, vista sob outro

ângulo, da mediação entre conhecimento e ação.

As ONG não têm mais pressa do que os partidos políticos em realizar um trabalho rigoroso de inventário. Desde meados da década de 1980, oferecemos a várias ONG o financiamento de um trabalho de capitalização da sua experiência. Em todos os casos, o resultado foi, no mínimo, revelador: uma ONG que financiava há anos centros de saúde em aldeias percebeu que não tinha em seus arquivos nenhuma avaliação do impacto real de sua criação; uma rede da economia social e solidária no Chile, que apresentava as empresas do seu setor como modelos de democracia, teve de descobrir que essas iniciativas corajosas, tomadas durante a ditadura, só podiam ser obra de personalidades autoritárias e que a democracia interna das empresas da economia social era mais discurso do que realidade; outra ainda, que contava a si mesma uma história consensual, exumou, por ocasião do trabalho de memória, os cadáveres dos armários. É assim tão surpreendente? Qualquer aventura humana, quando vai contra as ideias, as instituições e os atores económicos dominantes, só pode nascer da paixão, do entusiasmo. As paixões chocam-se e depois são cuidadosamente apagadas. O entusiasmo é mantido graças a uma história reinventada e transformada em mito fundador. A capitalização da experiência revela tudo isso à luz do dia. A própria fundação não escapou à regra. Não se contam as tensões e os psicodramas que marcaram o nosso ano e meio de trabalho de memória. No entanto, avaliávamos demasiado a importância que este trabalho tinha para nós para não desejarmos que outros beneficiassem das mesmas oportunidades.

- A política de comunicação

Inaugurada em 1990, não teve como objetivo nos tornar mais conhecidos do grande público, pois a nossa independência financeira nos dispensava disso, e foi inspirada, como as outras políticas, pela preocupação de colocar os conhecimentos nascidos da ação a serviço da ação. Em 1990, ainda não estávamos prontos para criar a nossa própria editora e considerámos mais conveniente aliar-nos a editoras existentes para as obras suscetíveis de serem vendidas. Por outro lado, queríamos poder valorizar as reflexões dos nossos parceiros, os trabalhos e as conclusões dos encontros de Saint-Sabin, os dossiês temáticos DPH, e até mesmo os trabalhos de capitalização, sob a forma de documentos de trabalho sem fins comerciais, inaugurando assim duas séries de publicações, cada uma com mais de cem títulos: os «Cahiers à fenêtr» para os relatórios; os «Dossiers pour un débat» para os documentos mais elaborados.

Os métodos de gestão da fundação

Novas orientações, novo modo de funcionamento. Enquanto a equipa era pequena e se dedicava à análise dos pedidos de projetos e ao acompanhamento dos projetos financiados, o modo de funcionamento era bastante «familiar», o que não excluía tensões e lágrimas. Com a animação de programas e políticas, era indispensável uma diferenciação mais acentuada das funções. Além disso, o acompanhamento dos projetos levou a associar ao funcionamento da equipa permanente voluntários escolhidos em função das suas qualidades humanas ou competências profissionais e que, para alguns deles, aspiravam a estar associados à vida e à evolução da fundação. Daí o conceito de «equipa alargada» introduzido nessa altura.

Como conciliar a autonomia de cada um e a coerência do conjunto? Sabíamos que cada um dos sete programas exigiria uma animação autônoma, mas que, por isso, corria o risco de se tornar uma mini fundação, com a sua própria rede de parceiros, financiamentos e calendário. Ora, cada um dos sete desafios identificados para definir os programas teria, pela sua amplitude, merecido mobilizar a totalidade dos financiamentos da fundação. A única justificação para abordar tantos desafios era a existência de complementaridades entre eles. A sensação de que a relevância da ação da fundação dependia da sua capacidade de *gerir as relações* nos guiou desde 1983, quando renunciamos a tratar separadamente o «progresso pela ciência» e o «progresso pelo desenvolvimento social». Essa exigência assumia agora duas novas formas: as relações entre os programas; a utilização das nossas quatro políticas no âmbito de cada um deles. Mais fácil dizer do que fazer! Internamente, era necessário que todos aceitassem jogar esse jogo difícil sem sucumbir (ou não muito) à tentação de criar um feudo a partir de um programa ou de uma política; tentação tanto mais normal quanto seria um eco do desejo, também legítimo, dos parceiros de transformar cada programa num clube fechado, para não ter que partilhar com outros um dinheiro sempre muito escasso. As respostas a este desafio institucional variaram ao longo dos anos, mas sempre se basearam em dois princípios: a participação de toda a equipa na definição e condução do projeto, simbolizada pelas «reuniões de segunda-feira», para as quais toda a equipa alargada era convidada; o respeito por todos pelas disciplinas coletivas.

As disciplinas comuns

O essencial está nas cozinhas. Este slogan da fundação reflete a preocupação em garantir a coerência do projeto através de métodos, em vez de uma autoridade hierárquica. As nossas duas bases de dados comuns, a base de dados do diretório e a base de dados das fichas de acompanhamento, são o reflexo disso.

A base de dados do diretório. Partilhar os nossos contactos, nada mais trivial à primeira vista, nada mais exigente na realidade. Pois, para cada responsável de programa, a rede de seus interlocutores e parceiros constitui o seu fundo de comércio, o seu capital social, a base do seu poder e da sua autonomia. Decidir por um diretório comum e garantir que ele seja devidamente preenchido e atualizado é um ato político e simbólico cuja importância não pode ser subestimada. A prova disso é que poucas instituições praticam efetivamente esse tipo de atividade.

O mesmo se aplica às fichas de acompanhamento. Relatórios de reuniões ou mesmo simples trocas telefónicas, simbolizavam a partilha de informação e, portanto, a existência de um projeto comum.

De 1986 até hoje, as três disciplinas – reuniões de segunda-feira, fichas de acompanhamento, diretório comum –, aperfeiçoadas ao longo do tempo, estruturaram o trabalho da fundação.

Também nos impusemos uma quarta disciplina: *uma nomenclatura comum* para a ação da fundação: um compromisso interessante entre a exigência de coerência, que, levada ao

extremo, teria levado a que todos os arquivos fossem comuns e localizados num único local, e a exigência de autonomia, ou de comodidade, que exigia que cada membro da equipa tivesse à mão os seus próprios arquivos. A existência de uma nomenclatura comum deveria permitir dispor de um arquivo comum, embora repartido entre os diferentes escritórios. Esta última disciplina foi apenas parcialmente respeitada. A multiplicação das trocas eletrónicas tornou-a parcialmente obsoleta na década de 1990, levando-nos a criar outras bases de dados para partilhar a memória. O desafio de uma nomenclatura comum tornou-se ainda mais imperioso, tal como o da adoção, para todas as nossas bases de dados, de tesouros comuns. É preciso reconhecer que se trata de ferramentas muito exigentes, cuja utilização teve dificuldade em impor-se no seio da própria equipa.

Contabilidade analítica: transparência, contrapartida da autonomia

A reorientação do projeto da fundação também tornou insuficiente a ferramenta contabilística dos nossos primórdios, que se limitava a dividir as despesas em três categorias: financiamento de projetos; despesas gerais da equipa; algumas despesas específicas de acompanhamento dos projetos. Essa simplicidade já não era adequada às novas orientações. Em primeiro lugar, porque a animação dos programas representava um custo significativo, cuja adição teria inflado brutalmente as despesas gerais, como se a fundação se tivesse subitamente engordado com uma gordura burocrática indesejada. Daí a necessidade, nos nossos balanços, de dissociar a animação dos programas das despesas gerais propriamente ditas. Em segundo lugar, porque a condução dos programas mobilizava formas de ação, e portanto tipos de financiamento, muito diversas.

O Conselho já não decidia o financiamento projeto a projeto. Atribuía a cada programa ou, dentro deles, a cada subprograma, uma dotação financeira, denominada «autorização de programa (AP)», destinada a diferentes tipos de ações cuja utilização controlava a posteriori. Tornou-se indispensável acompanhar essas ações de forma detalhada, com a ajuda de uma contabilidade analítica que também permitisse avaliar a forma como as diferentes políticas eram implementadas no âmbito de cada programa. Essa contabilidade analítica deveria, portanto, ser «matricial» para poder apresentar as despesas em três dimensões: *o objetivo* perseguido, *a natureza* das despesas (subsídios globais, despesas de transporte, telecomunicações, despesas salariais, prestação de serviços, etc.), os meios utilizados (nomeadamente organização de encontros de Saint-Sabin, trabalhos de síntese documental DPH, capitalização da experiência). O processo de desenvolvimento da contabilidade analítica estendeu-se de 1990 a 1993, mas, desde então, tem funcionado praticamente sem alterações.

Um programa singular, o programa «riscos tecnológicos graves»

Tendo em conta a importância que virá a ter posteriormente na fundação, mais uma palavra sobre o que ainda é provisoriamente designado por programa «riscos tecnológicos maiores». Inicialmente, abrange as atividades do Grupo de Vézelay, mas, desde 1988, o «apelo para os

Estados Gerais do planeta⁷ » constitui a sua referência.

Em 1990, observamos:

«O apelo afirma que, para controlar os riscos tecnológicos maiores, é necessário chegar a um consenso planetário sobre as instituições, os valores, os dispositivos jurídicos, financeiros e técnicos que permitirão uma verdadeira gestão dos equilíbrios planetários. Como os Estados e as atuais instituições internacionais não são capazes, por si só, de chegar a esse consenso, é necessário mobilizar todas as forças espirituais, científicas, económicas, associativas e políticas e organizar um vasto processo que permita a convergência dessas forças» [...].

«Como concretizar uma ambição de tal magnitude? Qual pode ser o papel de um pequeno grupo quando, na sequência do relatório da Sra. Brundtland, «Nosso Futuro Comum», publicado três anos antes, a ONU mobilizou meios consideráveis para abordar e tratar o problema? [...] Concluimos que o envolvimento das instâncias internacionais é simultaneamente indispensável e insuficiente. Indispensável porque é o meio de sensibilizar amplamente a opinião pública e iniciar negociações entre os Estados. Insuficiente porque não conduz, a longo prazo, à convergência dos esforços de atores muito diversos. Pensamos que é necessário inventar uma abordagem que permita assumir plenamente a dificuldade da aventura e, em particular, os dois aspetos seguintes: a grande interdependência dos equilíbrios a nível planetário conjuga-se com uma extrema diversidade de situações locais [...] (o nosso) programa é, portanto, acima de tudo, a procura de um processo progressivo, das etapas para o tornar visível e dos aliados para o implementar. Para tal, propomos uma abordagem organizada em torno de três vias que caracterizam três dimensões diferentes da diversidade: uma «via geográfica» para ter em conta a extrema diversidade das situações locais e regionais; uma «via colegial» para iniciar o diálogo com as diferentes forças em ação [...]; uma «via setorial» para aprofundar as propostas a defender nos domínios do direito, da fiscalidade, da tecnologia e da educação. »

Desde o início, o processo cujos princípios começamos a vislumbrar leva em conta os limites da ação institucional internacional, a mesma que culminará na Cimeira da Terra de 1992. Pretende ser um protótipo que «mostra» o que, em nossa opinião, deveria ser um processo cidadão global à altura do desafio. E observamos: *«pelo seu conteúdo, abordagem e ambição, o trabalho do grupo de Vézelay tem uma função federadora em todo o trabalho da fundação»*. A fundação tomou, portanto, consciência de uma característica importante da ação em períodos de grande mudança: o que é necessário é irrealista em relação aos meios financeiros e institucionais existentes. Entre o necessário e o realista, a fundação opta pelo necessário.

René Loubert, um dos membros do grupo de Vézelay, disse um dia que *«os Estados Gerais do Planeta eram talvez uma linha do horizonte que nunca se alcançava, mas que permitia organizar a ação e colocá-la numa perspetiva de longo prazo»*. Foi exatamente isso que aconteceu».

⁷ BIP 713 - março de 1988 - Apelo para os Estados Gerais do Planeta

O impacto do período sabático: uma fundação profundamente transformada

O período sabático deu origem a uma fundação de natureza nova. As suas prioridades não resultaram de uma reflexão isolada do Conselho de Fundação, mas da exploração das reflexões acumuladas ao longo dos primeiros anos de existência. A fundação afirma a importância das ferramentas e dos métodos de inteligência coletiva. Ela está convencida de que os desafios atuais são irremediavelmente globais e interligados, o que a leva a ampliar o seu campo geográfico e de parcerias e a buscar formas de relacionamento entre os desafios e entre os parceiros. Ela compreende que as sociedades devem inventar respostas novas para questões também novas e de uma amplitude sem precedentes, e que essas respostas não podem mais derivar das grandes ideologias do século XX. A relação entre unidade e diversidade, entre autonomia e coesão, revela-se central, quer se trate, para o mundo, de conciliar desafios comuns e diversidade de contextos locais, quer se trate, para a própria fundação, de conciliar autonomia dos programas e projeto global.

A última década do século XX será decisiva para enfrentar os desafios globais, mas o sistema internacional atual não permitirá que isso seja feito e, portanto, é necessário inventar novas formas de diálogo entre as sociedades. Apesar de sua dimensão modesta, a fundação acredita que é necessário e possível contribuir para essa invenção.

A linha está traçada para os próximos vinte anos. Mas, em 1990, ela comporta muitas incertezas e incógnitas. Como redefinir as relações entre o Conselho e a equipa? Mais precisamente, qual será o papel do Conselho agora que ele não é mais a instância de decisão projeto a projeto? Como definir as novas relações com os parceiros e de quais parceiros se tratará? Como é que a fundação encontrará o seu lugar no grande jogo da nova globalização? Poderá ela realmente trazer um valor acrescentado num meio de atores mil vezes mais poderosos do que ela? E se as ONG de desenvolvimento, que até agora foram os seus parceiros privilegiados, perderem essa posição de destaque, quem serão os parceiros do futuro?

II. Segunda etapa: implementação dos sete programas

2.1 – A nova estratégia é implementada

Contar a história no dia a dia

Para contar a primeira etapa da fundação, baseámo-nos principalmente na série «Fondation en chemin» (Fundação em caminho). A série «Fondation en chemin» terminou em 1999 com o n.º 6, mas desde o início da década de 1990 que perdeu importância, como atesta a publicação

dos quatro primeiros números em cinco anos e dos dois últimos em dez anos. De facto, a partir de 1991, com o desenvolvimento da política de comunicação, dispomos de um corpus de documentos muito mais abundante do que antes de 1990. É certo que eles não apresentam, como a série «Fondation en chemin» procurava fazer, uma síntese do percurso. Cada um foi escrito com um objetivo e para um público específico, muitas vezes em ligação com um dos programas, mas a energia antes dedicada à «Fundação em caminho» foi redirecionada para esses documentos ao longo do tempo.

Para retratar o percurso da fundação ao longo dos onze anos entre 1991 e 2001, somos confrontados com uma superabundância de fontes. Alguns números:

- milhares de fichas de acompanhamento e atas de reuniões permitem acompanhar diariamente as discussões com os parceiros;
- os textos de literatura cinzenta aumentam: menos de cinquenta por ano antes de 1993, entre cinquenta e cem por ano em 1993-1994, entre cem e duzentos até 1997 e mais de duzentos por ano em 1998-1999. Reunidos na base de dados «BIP», originalmente «Biblioteca Interna Permanente», que conta em 2016 com mais de quatro mil notas, eles são a expressão da nossa exigência de um trabalho regular de escrita;
- o número de livros publicados pela fundação ou em parceria com outras editoras, e depois pela editora fundada em 1995, a Éditions Charles Léopold Mayer, ECLM, cresceu nos primeiros anos, estabilizando-se em cerca de vinte obras por ano a partir de 1996. Eu escrevi pessoalmente três desses livros: «Mission Possible», em 1993, reflete o estado das nossas reflexões coletivas nessa data; «Un territoire pour l'homme», em 1994, e «L'État au Cœur», escrito com André Talmant, do Conselho da Fundação, em 1996, refletem as reflexões realizadas no âmbito do programa Estado e sociedade;
- existem também três balanços intercalares dos nossos métodos: «Analisar e valorizar um capital de experiência», publicado em 2001; «Redes e homens», 1997, sobre a construção de redes; «Elementos de método e reflexão para a organização de um encontro», 1999, sobre a organização de encontros.

O texto que se segue remete constantemente para este corpus documental, que nos permite referir-nos ao que pensávamos e escrevíamos na época dos factos descritos. Uma história é sempre uma reconstituição do passado à luz do presente, em resposta a questões presentes. Como costumava repetir Jacques Poulet Mathis, um dos membros do Conselho, «*o passado já não é o que era*», entendendo com isso que o passado é sempre lido à luz de novas interrogações sobre o presente e o futuro. O apego às fontes permite, pelo menos, não o reinventar em função dos nossos desejos.

Uma nova divisão do tempo

No final do período sabático de 1989-1990, pensávamos ter definido um projeto de quatro anos, que deveria ser concluído com um segundo período sabático em 1995. Na realidade, a segunda etapa da fundação durou... onze anos. Não é fácil dividir esta longa etapa em períodos claramente delimitados, pois cada um dos sete programas teve de encontrar os seus parceiros e o seu ritmo, e nenhuma das divisões é adequada para todos.

No entanto, adotaremos uma divisão em três períodos, 1991-1993, 1994-1998 e 1999-2001, inspirada na ascensão da «Aliança para um mundo responsável e solidário». Nascida em 1994, esta aventura internacional marcou profundamente a fundação, contribuiu para dar uma unidade global à nossa estratégia e constitui um bom reflexo dos avanços e contradições desta segunda etapa.

Em setembro de 1993, realizou-se em Vaux de Cernay, na região parisiense, um encontro singular: a «Convenção preparatória para os Estados Gerais do Planeta⁸». Reuniu cerca de sessenta pessoas, provenientes de todos os continentes e associadas há vários anos às nossas reflexões. No final desta convenção, foi adotada a «Plataforma para um mundo responsável e solidário» e, no início de 1994, foi lançada a «Aliança para um mundo responsável e solidário». Ela encerra o período de 1991-1993 de implementação dos diferentes programas.

Intitulámos este primeiro período «Os encontros fundadores» porque, para cada programa, o objetivo era partilhar as experiências dos nossos parceiros, o que foi feito na maioria das vezes através de encontros internacionais que serviram de base para a continuação do programa. Limitar-nos-emos a este período para relatar, programa por programa, os mais marcantes.

2.2 – Os encontros fundadores dos sete programas

O período de 1991 a 1993 foi marcado, para cada programa, por encontros internacionais que podem ser considerados fundadores, pois marcaram o desenrolar dos acontecimentos. Foi a transição entre a primeira e a segunda etapa da fundação, a forma de associar os nossos parceiros da primeira etapa às ambições da segunda. Mesmo que voltemos a eles mais adiante, na descrição de cada programa, começaremos aqui por evocar todos eles, devido à sua semelhança em termos de objetivos e métodos.

⁸ BIP 966 - julho de 1993 - Convenção preparatória para os Estados Gerais do Planeta. Objetivos, preparação, participantes e desenrolar

Encontros do programa «Estado e sociedade»

Dois encontros se destacam. O de Caracas, em 1991. Nos anos 1980, apoiámos a rede de ex-alunos (ARCI) do sociólogo Henri Chombart De Lauwe, adeptos, como ele, de uma sociologia participativa. Uma arquiteta venezuelana talentosa e convicta, membro da rede, Téolinda Bolivar, dedicava grande atenção à transformação progressiva dos bairros informais ou bairros populares que prosperam, sob diversos nomes – favela, barrio, kampung, etc. – nas grandes cidades do mundo e, mais particularmente, nos países em desenvolvimento. Esses bairros, muitas vezes considerados pela classe média como verrugas ou ameaças, eram frequentemente alvo, na década de 1980, de medidas de despejo e destruição, antes de se reformarem um pouco mais adiante. Noutros casos, as autoridades públicas, tanto nacionais como locais, reconheciam nestes bairros um esboço da cidade do futuro e esforçavam-se, com mais ou menos sucesso, por acompanhar a sua transformação, nomeadamente através da prestação de serviços coletivos, como água ou saneamento. Em outros casos ainda, foram os próprios moradores que conseguiram se organizar para transformar em uma verdadeira cidade uma área que inicialmente acolhia pessoas carentes. Em 1991, o ícone era Villa El Salvador, um gigantesco bairro informal na periferia de Lima, no Peru, há muito autogerido pelos seus habitantes e transformado progressivamente numa verdadeira cidade (hoje em dia, tem a sua própria universidade). Mas a maioria dos bairros informais não teve uma evolução tão notável, e o desafio de inventar relações construtivas entre os poderes públicos e os habitantes estava presente em toda a parte.

Em 1991, o governo venezuelano desejava preparar uma lei que oficializasse o papel dos habitantes na transformação dos bairros informais. À margem de uma grande conferência organizada pelo governo, decidimos, com Téolinda Bolivar, organizar uma pequena reunião internacional de responsáveis nacionais ou locais por essas questões, vindos de diferentes continentes. Essa conferência de Caracas, pelo seu método e resultados, deixou uma marca duradoura na fundação. A presença de responsáveis das Filipinas, Indonésia, México, Chile, Vietname, ao lado de franceses, camaronenses e brasileiros, nos fez sair do nosso horizonte habitual. A reunião não se baseou em apresentações preparadas com antecedência, mas em uma verdadeira partilha de experiências. A pergunta feita a cada um dos responsáveis presentes era simples: *«como é que, apesar das intenções proclamadas, é tão difícil criar sinergias entre os poderes públicos e os habitantes?»*. Rapidamente percebemos que, apesar das grandes diferenças de contexto, as dificuldades encontradas eram as mesmas em todos os lugares. Uma descoberta bastante comvente, daí a decisão improvisada de registrar essa descoberta na «Declaração de Caracas⁹». Ela destaca seis princípios:

1. toda a política pública passa pelo conhecimento, reconhecimento e reforço das dinâmicas económicas, sociais e culturais dos bairros de habitação precária;

⁹ A reabilitação de bairros degradados. Lições da experiência internacional – A declaração de Caracas, novembro de 1991 No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/la-rehabilitation-des-quartiers-degrades/

2. é necessário consolidar a situação fundiária dos habitantes;
3. é necessário reforçar as capacidades de organização e de expressão dos excluídos;
4. não há política eficaz sem uma reforma da ação pública para que esta ultrapasse a sua própria segmentação administrativa, de modo a poder estabelecer um diálogo global com os habitantes;
5. é necessário fazer com que os ritmos administrativos e políticos coincidam melhor com os ritmos sociais;
6. os financiamentos devem ser adaptados aos desafios e permitir, em particular, associar os meios públicos aos meios dos próprios habitantes.

Através da Declaração de Caracas, tomámos consciência de que a pertinência da ação pública se baseava em alguns princípios, aparentemente simples, mas que, na realidade, traziam consigo uma verdadeira revolução cultural. A Declaração de Caracas teve um papel fundamental na nossa abordagem das relações entre o Estado e a sociedade. A existência de princípios comuns, nascidos da troca de experiências e validados pela diversidade dos contextos a partir dos quais foram elaborados, fundamentou o princípio da «subsidiariedade ativa».

O segundo encontro fundador foi o dos ministros europeus da habitação, em 1989, dedicado à habitação dos mais pobres. Foi o primeiro do género. Encarregado pelo então ministro da habitação de o organizar, quis, previamente, reunir experiências concretas, com base em diferentes redes profissionais ou militantes. Essas diferentes redes, de especialistas, gestores de habitação social (CECODHAS-Comité Europeu de Coordenação da Habitação Social), de lares de jovens trabalhadores, de associações de inquilinos, desejavam reunir-se após o encontro dos ministros. Sabíamos bem que, apesar do seu sucesso, o encontro oficial era um soufflé que corria o risco de esfriar rapidamente. No entanto, era uma época em que, sob a presidência de Jacques Delors, a União Europeia demonstrava grande dinamismo. Na prolongação do seu compromisso com a coesão social, não era impossível pensar que a questão do direito à habitação entraria um dia no âmbito de competências da União. Daí surgiu o desejo dessas redes, algumas das quais se descobriram mutuamente durante a preparação da reunião dos ministros, de continuar a reunir-se e a comparar as suas experiências. Assim nasceu a «Carta Europeia para a Luta contra a Exclusão e o Direito à Habitação».

Esta Carta esteve em vigor até 1993. Com o apoio da União Europeia, pudemos organizar em 1992, em Bruxelas, uma primeira reunião sobre o papel da habitação na Europa social. O método de troca de experiências provou, mais uma vez, a sua fecundidade. Permitiu elaborar um «caderno de encargos das políticas de habitação na Europa». Nova aplicação do princípio da subsidiariedade ativa: «não são as soluções que podem ser comuns a todos os contextos, mas sim os princípios orientadores que devem guiar a procura de soluções em cada contexto».

O processo adquiriu tal notoriedade que Jacques Delors me pediu, em 1993, para organizar, com vista ao encontro que ele estava a organizar em Copenhaga sobre a Europa social, uma reflexão europeia sobre a extensão dos direitos sociais. No final desse encontro, apresentámos-lhe um projeto de Declaração solene para construir uma União Europeia pacífica, democrática e solidária¹⁰. Essa declaração destacava, em particular, a metodologia a ser seguida para elaborar as especificações das políticas europeias de combate à exclusão: insistíamos na riqueza nascida da diversidade da União, que fazia do princípio da subsidiariedade ativa o fundamento natural da governança europeia.

Jacques Delors manifestou o seu apoio pessoal a este projeto de declaração, mas, pouco tempo depois, a União Europeia entrou em crise e o alargamento das suas competências foi adiado para as calendas gregas. Consequentemente, a Carta Europeia, tendo perdido o seu objetivo comum, entrou em declínio, ilustrando a dificuldade em manter uma dinâmica coletiva quando se perde a saída política que lhe deu origem. No entanto, vinte anos depois, os laços de cooperação com a maioria dos protagonistas daquela época mantêm-se.

Se compararmos esses dois encontros, o de Caracas e o dos ministros da habitação, com os encontros organizados na década de 1980 sobre as relações entre ONGs e o Estado, observamos uma mudança na postura da fundação. Naquela época, todos os nossos parceiros eram ONGs. Na década de 1990, governos e instituições públicas também passaram a participar.

Encontros do programa «Luta contra a exclusão»

O programa Luta contra a exclusão, liderado por Gérard Eloy e depois por Philippe Amouroux, partiu das múltiplas parcerias criadas na década de 1980 e privilegiou, inicialmente, a partilha das suas experiências. No entanto, há duas mudanças que merecem ser destacadas.

Primeira mudança: estamos menos interessados no tratamento da exclusão do que nas suas causas. Na sequência do que descobrimos com os jovens especialistas africanos que vieram trabalhar no departamento de Yonne, percebemos que o problema mais grave, num continente como a Europa, era a ruptura do vínculo social. Foram organizados dois encontros europeus sobre este tema em março e maio de 1993. Concluímos que as estratégias de redistribuição e assistência implementadas desde o fim da Segunda Guerra Mundial tinham atingido os seus limites. Sem um sistema de regulação social capaz de prevenir a exclusão, as sociedades europeias não poderiam manter a sua coesão. Para o programa Luta contra a Exclusão, foi o início de uma longa viagem rio acima, da luta contra a exclusão a montante, em direção à invenção de um novo modelo económico. O problema da inutilidade é ainda mais grave do que o da exploração, que exige regras de proteção, ou o das deficiências, que exige

¹⁰ BIP 3052 - março de 1993 - Apelo para a elaboração de uma declaração solene da comunidade sobre os objetivos da união e a luta contra a exclusão social. Em 1993, o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, organizou uma conferência europeia em Copenhaga sobre a exclusão social na Europa. Nessa ocasião, foi-lhe proposta a ideia, que ele defendeu, de uma declaração solene sobre os valores fundadores da Europa.

medidas de compensação específicas. No meu livro de 1993, «Mission Possible¹¹» (Missão possível: o futuro da economia), um capítulo intitula-se «Os ricos ainda precisam dos pobres?». Serão necessários mais de vinte anos para que os economistas tomem consciência desta nova realidade.

Segunda inflexão, desta vez na sequência do filme sobre o Grameen Bank, um encontro internacional intitulado «Vers une banque solidaire¹²» (Rumo a um banco solidário no mundo). Realizou-se em junho de 1992 e reuniu todas as instituições que começavam, em particular em França, a interessar-se pelo microcrédito. Desse encontro nasceu, em junho de 1994, a associação Finansol¹³, que se propôs a promover a ideia de solidariedade na poupança com vista ao financiamento de atividades económicas de pequena dimensão, sem acesso ao crédito bancário habitual. Para responder aos desejos dos participantes, a Finansol¹⁴ foi inicialmente acolhida pela FPH e Philippe Amouroux, responsável pelo programa «Luta contra a exclusão» a partir de 1993, foi o seu primeiro secretário-geral. Este apoio direto inaugurou outra mudança de posicionamento da fundação: tornar-se incubadora de novas organizações.

Encontros do programa «Agricultura camponesa e modernização»

Este programa, inspirado por Henri Rouillé d'Orfeuil e animado por Pierre Vuarin, serviu de modelo para outros desde a década de 1980. A sua construção ilustra a força e a fraqueza da abordagem da fundação. A sua força reside em colocar no centro uma questão global e uma tese: «a agricultura, a alimentação e a gestão dos territórios fazem parte dos desafios fundamentais do planeta e a agricultura camponesa, longe de ser um resquício da história, é uma resposta para o futuro» (Fondation en Chemin n.º 5¹⁵). A sua fraqueza, que muitas vezes nos será reproçada, é não privilegiar nesta abordagem as redes e sindicatos camponeses que existem ou estão a surgir na mesma época em África e na América Latina. Escolha deliberada: acreditamos que «a evolução do mundo não se reduz a oposições frontais entre interesses encarnados por forças mais ou menos corporativistas» e que o papel da fundação é ajudar cada ator a enriquecer a sua visão dos desafios; que os atores menos poderosos, em particular os pequenos agricultores e os movimentos que os representam, se verão reforçados se tiverem acesso ao melhor do conhecimento internacional, permitindo-lhes adquirir uma verdadeira voz especializada, à escala nacional, continental e mesmo mundial.

Na primeira fase do programa, nos dedicamos a criar ou fortalecer redes regionais de trabalho. A Rede Interamericana de Agricultura e Democracia (RIAD)¹⁶, que reúne responsáveis de organizações camponesas e animadores de ONG de uma dúzia de países; o

¹¹ Missão possível. Publicado em 2003, por Pierre Calame. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/mission-possible/

¹² BIP 36 - junho de 1992 - Rumo a um banco solidário

¹³ Site da Finansol: www.finance-fair.org/fr

¹⁴ BIP 1161 - maio de 2001 - O selo Finansol: 27 produtos certificados, dos quais 7 em 2000. Brochura de apresentação

¹⁵ BIP 3680 - 1995 - Fundação em caminho n.º 5. Olhar sobre quatro anos de atividade da FPH, 1991-1995

Fórum de Agricultura da Europa Central e Oriental¹⁷, no contexto de rápida mutação nascida do colapso do império soviético; a rede interafricana. Também acompanhámos a criação, por iniciativa de Edgar Pisani, um dos arquitetos da Política Agrícola Comum no início dos anos 60, de um grupo de reflexão francês, o grupo de Seillac¹⁸, e depois europeu, o grupo de Bruges¹⁹, que reuniu diferentes tipos de atores. A nossa filosofia não era ajudar um interveniente específico a elaborar e defender as suas teses, mas sim construir, através do diálogo, uma melhor compreensão dos desafios por parte dos diversos intervenientes.

No mesmo espírito, o programa iniciou uma série de abordagens temáticas: preservação da biodiversidade, negociação do GATT, evolução da Política Agrícola Europeia, política de divulgação, estruturação das organizações camponesas, agricultura e ambiente.

Refletindo essa evolução, o programa passou a se chamar «Agricultura camponesa e globalização». «Modernização» foi substituída por «globalização», pois é justamente essa dimensão internacional das evoluções técnicas dos mercados e dos setores que os pequenos agricultores enfrentam.

No final dos encontros do programa, emergiram três grandes temas: o direito e a capacidade de cada povo de se alimentar a si próprio; a gestão sustentável dos territórios; o domínio social das tecnologias e dos progressos técnicos pelos próprios camponeses. Apesar da ambiguidade da palavra «povo», na afirmação do direito e da capacidade de se alimentar, traduzida, em nossa opinião, de forma errada, pelo conceito de «soberania alimentar (dos Estados)», afirmávamos com o primeiro tema os limites da legitimidade do livre comércio. Com o segundo tema, inscrevíamos a questão agrícola numa abordagem territorial global. Com o terceiro, preparávamo-nos para o que um dia se tornaria a luta em torno dos organismos geneticamente modificados (OGM) ou a favor das sementes camponesas.

Encontros do programa «Viver em paz num mundo de diversidade»

O reconhecimento da diversidade de pontos de vista e culturas constitui uma preocupação comum a muitos atores sociais públicos e privados, mas não é estruturante para nenhum deles. O programa ilustra, a este título, a estratégia da fundação: partir de questões comuns, mesmo e sobretudo se não forem defendidas por nenhum ator social.

¹⁶ BIP 65 - julho de 2000 - Relatório da realização do fórum internacional e III encontro continental de orientações estratégicas da RIAD: «Globalização, Agriculturas Familiares e Democracia rumo ao século XXI» (Porto Alegre, 4-10 de julho de 2000). Em 2000, a RIAD faz um balanço dos 8 anos de trabalho coletivo e aproveita este encontro para organizar, em paralelo, um fórum internacional sobre o impacto da globalização na agricultura familiar e na democracia.

¹⁷ BIP 5223 - maio de 2017 - Relato do Fórum dos Agricultores dos PECO. Nota para a fundação em curso, a partir dos arquivos da fundação

¹⁸ BIP 2246 - junho de 1992 - O apelo de Seillac «Agricultura, sociedade e territórios: por uma política europeia». Apelo redigido pelo «grupo de Seillac», constituído em 1992 em torno do ex-ministro da Agricultura, Edgar Pisani, que defende uma reconstrução da política agrícola que tenha em conta os novos desafios da sociedade. Texto escrito coletivamente.

¹⁹ BIP 3125 - fevereiro de 2003 - Histórico do Grupo de Bruges (1993-2003)

Desde 1991, sob a impulsão dos seus animadores, Michel Sauquet e Catherine Guernier, dividimos o programa em três subprogramas. O primeiro, «Viver em paz num mundo de diversidade», salientava que entrámos num mundo decididamente intercultural, devido à crescente interdependência entre as sociedades e ao facto de cada país, cada cidade, cada território, ser composto por comunidades cada vez menos homogêneas. Era necessário aprender a viver esta nova situação. O segundo, «Culturas, vozes do silêncio e comunicação na base», visava «dar voz» de várias maneiras àqueles que normalmente não são ouvidos. O terceiro, «Diversidade cultural e cooperação internacional», interessava-se pela relação intercultural na cooperação Norte-Sul. Cada subprograma teve o seu programa de encontros.

Em março de 1993, organizámos o «encontro de Saint-Sabin», o mais caro desse período. A partir da rede de parceiros construída entre 1983 e 1989, quisemos promover o diálogo entre todos aqueles que tinham uma experiência concreta das condições da coabitação intercultural²⁰. Eles vinham de diversos horizontes e a maioria não se conhecia entre si. Confiamos, então, à Rede Sul-Norte, Cultura e Desenvolvimento, liderada por Edith Sizoo e Thierry Verhelst, um longo trabalho de preparação para recolher e divulgar a experiência de cada um.

O encontro em si decorreu num ambiente excepcional de escuta e amizade. Mais uma vez, ficámos impressionados com a convergência das conclusões que emergiram das diferentes experiências: todos constataram *que «nenhuma sociedade pode desenvolver-se sem reconhecer a sua própria capacidade criativa e sem revalorizar a sua cultura aos seus próprios olhos»*.

Também observámos, tema que se tornaria central posteriormente, que a diversidade das respostas inventadas por povos variados, em contextos variados, a problemas universais, constituía um verdadeiro património da humanidade, uma espécie de imenso reservatório à disposição de todos.

Também se impôs a ideia de «dinâmica cultural», de transformação constante das culturas, tanto em resposta à evolução dos contextos como pela influência das culturas umas sobre as outras; toda a cultura é fruto de uma mistura permanente, de uma interação com as outras²¹.

Por fim, em vez de pregar a compreensão da cultura do outro, pareceu-nos mais justo, no diálogo, partir do pressuposto da ignorância. No diálogo intercultural, o mal-entendido é a regra e não a exceção.

Estas quatro teses, tomadas em conjunto, constituíam um verdadeiro programa. A partir desta constatação, Pierre Calame deduziu, de forma um pouco ingénua, que os participantes no encontro estavam dispostos a adotar uma plataforma comum e um programa de ação comum. Não foi esse o caso! Compreendemos, nessa ocasião, que esse esquema mecânico, uma questão – um encontro – uma plataforma – um programa de ação coletiva, não poderia ser a forma canónica de ação da fundação e do desenvolvimento dos seus programas. Uma vez

²⁰ BIP 423 - maio de 1991 - Para viver em paz num mundo de diversidade: plataforma de convicções comuns

²¹ Culturas entre si: dinâmica ou dinamite? Publicado em 1994 por Thierry Verhelst
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/cultures-entre-elles-dynamique-ou-dynamite/

que nenhuma força social se organizava em torno dessas teses, tratava-se menos, ao final de um encontro, de definir uma plataforma de ação do que de se empenhar em divulgar as reflexões que dela resultaram.

De facto, os participantes neste encontro, embora se identificassem com as teses que dele resultaram, não tinham entre si uma convivência suficiente para criar uma abordagem coletiva, e a pretensão da Fundação de a impor poderia rapidamente ter sido assimilada como uma forma de instrumentalização dos nossos parceiros. Tivemos de aprender a ser pacientes e modestos. Mas, embora este encontro fundador não tenha sido o ponto de partida de um programa de ação coletiva, teve, no entanto, uma rica posteridade. Primeiro, a publicação de um dos nossos primeiros livros, em 1994, intitulado «Cultures entre elles : dynamiques ou dynamites» (Culturas entre si: dinâmicas ou dinamites), coordenado por Édith Sizoo e Thierry Verhelst. Depois, mais tarde, dois descendentes: uma aliança intercultural e interlinguística de editores; programas de formação em relações interculturais. O que mostra que o fracasso das intenções iniciais não exclui a fecundidade de um processo.

Culturas, vozes do silêncio e comunicação na base

Este segundo subprograma²², tinha como subtítulo «Ajudar a dar voz àqueles que estão longe dos pólos de conhecimento e poder». Nos anos 80, apoiámos vários projetos que visavam dar voz ao povo, nomeadamente iniciando líderes de movimentos populares no domínio dos meios de comunicação modernos, como por exemplo o vídeo. Esses diferentes projetos reuniram-se em Fortaleza, em 1992. O conjunto das experiências foi disponibilizado a um vasto público, tanto através do relatório do encontro como de várias fichas de experiências da rede DPH, Diálogos para o Progresso Humano. Cerca de vinte fichas de experiências dessa época estão disponíveis no site da COREDEM²³, Comunidade de sites de recursos para uma democracia mundial: palavras-chave «comunicação na base» e «vídeo popular». Vinte anos depois, elas não perderam nada do seu interesse. Algumas também foram objeto de um livro publicado pela ECLM em 1992, «Petits écrans et démocratie, vidéo légère et télévision alternative au service du développement» (Pequenos ecrãs e democracia, vídeo leve e televisão alternativa a serviço do desenvolvimento), de Alain Ambrosi e Nancy Thède²⁴. Esses documentos têm o mérito de dizer a verdade, de não difundir uma visão idílica de ferramentas e comunicação de base supostamente adequadas para todos e que mudam automaticamente a forma como o resto da sociedade vê os grupos mais desfavorecidos. Por outro lado, ficámos surpreendidos ao descobrir que todos esses promotores talentosos e empenhados na comunicação de base não estavam tão desejosos quanto imaginávamos de se alimentar da experiência dos outros, o que se coadunava com os primeiros ensinamentos da DPH: os atores de base estão ansiosos por dar forma à sua própria experiência, uma oportunidade para «levantar o nariz do guiador», mas o seu interesse pela experiência dos

²² Culturas, vozes do silêncio. Publicado em 1992 por Coletivo. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/cultures-voix-du-silence/

²³ Site da Coredem: <https://www.coredem.info/>

²⁴ Pequenos ecrãs e democracia. Vídeo leve e televisão alternativa ao serviço do desenvolvimento. Publicado em 1992 por Nancy Thède, Alain Ambrosi

outros é menor do que se poderia imaginar. É toda a dificuldade das comunidades de aprendizagem.

O interculturalismo e a cooperação técnica internacional: as vicissitudes do «modelo missionário»

Entre os nossos parceiros da primeira hora, muitos partiram, cheios de entusiasmo, para colocar os seus conhecimentos técnicos ao serviço das comunidades do Sul. Após um percurso mais ou menos longo e doloroso, eles passaram a respeitar os conhecimentos e as reflexões de seus interlocutores, a ponto de, às vezes, procurarem se tornar seus porta-vozes, renunciando ao sentimento de superioridade técnica e cultural que atrapalhava tantos projetos de desenvolvimento. François Greslou, um agrônomo familiarizado há muito tempo com os países andinos, foi o mais prolífico colaborador dessa reflexão coletiva, com três livros de títulos evocativos: «Coopérant, volontaire et avatar du modèle missionnaire²⁵» (Cooperante, voluntário e avatar do modelo missionário: o caso do Peru), em 1991, «Le paysan, l'expert et la nature²⁶» (O camponês, o especialista e a natureza: o caso do Peru), em 1992, com Pierre de Zutter, «Le coopérant, missionnaire ou médiateur²⁷» (O cooperante, missionário ou mediador: o papel do cooperante no desenvolvimento), em 1995. Todas estas obras são referências para um outro modelo de cooperação.

Encontros do programa «Construir a paz»

No final do período sabático, concluímos, para retomar a expressão de Pierre Calame, animador do programa, no seu livro «Mission Possible», que a paz, longe de ser simplesmente a «não guerra», era uma elaboração cultural, social e política em si mesma. Ora, se existem dois termos para designar a arte da guerra, a polemologia – a arte de analisar os conflitos – e a estratégia – a arte de comandar os exércitos –, não existe equivalente linguístico em matéria de paz. Seria a irenologia – a arte de analisar as condições da paz – e a irenagie – a arte de construir uma paz duradoura. Mas, na mente de muitos, bastava desejar a paz, renunciar à violência, transformar as espadas em arados, como diz a Bíblia, para que uma paz duradoura se instaurasse. Estávamos convencidos, pelos exemplos históricos que tínhamos diante dos olhos, de que não era assim. Daí surgiu a questão: «É possível construir uma arte da paz?» Essa construção era, em si mesma, uma aventura a longo prazo. Como fazê-lo? O programa dividiu-se em três subprogramas: dar um apoio concreto à construção da paz num determinado país; aprofundar os fundamentos filosóficos e humanos da violência; identificar e reunir os

²⁵ Cooperantes, voluntários e avatares do modelo missionário, por François Greslou. Publicado em 1991. Por que, para quê e como cooperamos, com que papel e que estatuto? Este dossiê tenta responder a estas perguntas. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/cooperants-volontaires-et-avatars-du-modele-missionnaire

²⁶ O camponês, o especialista e a natureza. Sete fábulas e relatos sobre ecologia e desenvolvimento nos países andinos. Publicado em 1992 por Pierre De Zutter. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/le-paysan-l-expert-et-la-nature/

²⁷ O cooperante, missionário ou mediador? Encontro de culturas e desenvolvimento nos Andes: um testemunho. Publicado em 1995 por François Greslou. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/le-cooperant-missionnaire-ou-mediateur/

componentes da construção da paz. Se o segundo subprograma se limitou a apoiar uma síntese de Charles Henri Tauxe²⁸, escritor, jornalista e filósofo suíço, sobre as raízes da violência, os outros dois subprogramas tiveram uma rica posteridade.

Ajudar um país a construir a paz

Da reflexão «os povos que ganham uma guerra civil perdem a paz que se segue», deduzimos que havia um momento privilegiado para ajudar um país a conquistar a paz depois de ter ganho a guerra. O momento em que se passava da guerra para a paz, o momento em que as partes em conflito, conscientes de que estavam a entrar num novo período, mas sem meios para o fazer, poderiam estar particularmente receptivas a lições vindas de fora.

Rapidamente, surgiu a oportunidade de testar essa tese e esse método na Etiópia. Por meio do CCFD, apoiávamos uma associação liderada por Néguedé Gobezie, um antigo militante de extrema esquerda que se converteu à criação de um centro de análise e reflexão sobre as condições para a construção da paz no Corno de África. No entanto, em 1991, o ditador etíope Menghistu foi derrubado e obrigado a fugir. Formou-se uma coligação das forças democráticas etíopes no exílio. Apoiamos a sua ideia de uma conferência nacional que reunisse representantes da sociedade civil para lançar as bases de uma transição e propomos um método: convidar as partes em conflito a identificar os principais desafios à paz; reunir o melhor da experiência internacional sobre cada um desses desafios; organizar um encontro em que as manhãs fossem dedicadas a discutir, para cada um dos desafios, as conclusões desse intercâmbio internacional de experiências e as tardes a uma discussão entre etíopes, sem testemunhas externas, sobre as respostas a dar a cada um dos desafios identificados.

Esta primeira tentativa foi um sucesso, embora a recusa do partido governamental do presidente Meles em participar na reunião de Paris tenha limitado o alcance do encontro. O livro publicado pela ECLM, «Os caminhos da paz; dez desafios para passar da guerra à paz e à democracia na Etiópia - O contributo da experiência de outros países»²⁹, resume bem o que foi um esforço de reconciliação nacional baseado não em relações de força, mas na construção de uma estratégia comum de construção da paz.

Este modelo metodológico foi retomado em 1994, em circunstâncias ainda mais dramáticas, após o genocídio ruandês. Há muito tempo que um amigo de longa data, Jean Carbonare, nos alertava para os riscos de uma guerra civil no Ruanda. Em 1992, ele participou numa missão internacional de investigação sobre os direitos humanos no Ruanda: uma Frente Patriótica Ruandesa, FPR (tutsi), concentrada nas fronteiras; um governo (hutu) que não quer negociar com ela; o exército francês que supervisiona o exército ruandês; a repressão que se agrava no país. As condições para uma explosão estavam reunidas. Retomamos com ele a ideia da abordagem etíope: organizar um encontro num local neutro, onde todos pudessem conversar. Mas quem poderia convocá-lo? Foi finalmente a CETA (Conferência das Igrejas de Toda a

²⁸ Henri-Charles Tauxe (1933 – 2013), escritor, jornalista, filósofo, psicoterapeuta e dramaturgo do cantão de Vaud.

²⁹ Os Caminhos da Paz. Dez desafios para passar da guerra à paz e à democracia na Etiópia. A contribuição da experiência de outros países. Publicado em 1991 por Collectif. Memórias da conferência de Paris sobre a paz na Etiópia. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/les-chemins-de-la-paix

África), sob a presidência moral do arcebispo sul-africano Desmond Tutu, que se revelou a mais bem colocada para a convocar em Mombaça, na Tanzânia, em 1993, permitindo a reunião de cerca de quarenta personalidades ruandesas representando os partidos, as igrejas, movimentos juvenis e ONG, após o acordo de paz assinado em Arusha (Tanzânia) em 4 de agosto de 1993 entre o FPR e o governo, que previa, nomeadamente, o direito de regresso dos exilados, a constituição de um governo provisório encarregado de criar instituições democráticas e a formação de um exército nacional composto por metade de tropas governamentais e metade de tropas do FPR.

Encontro promissor. Infelizmente, em 16 de abril de 1994, o assassinato do presidente ruandês Habarimanya acendeu a mecha. Sabemos o que se seguiu. Em maio de 1994, quando pensávamos que todos os participantes do encontro de Mombaça tinham sido assassinados por serem partidários da reconciliação, um deles, Faustin Twagiramungu, que escapou milagrosamente ao massacre depois de ter sido nomeado primeiro-ministro no âmbito dos acordos de Arusha, ligou a Pierre Calame de Bruxelas. O genocídio continua em pleno andamento. O FPR ainda não tomou Kigali. No entanto, ele já pensa na construção da paz e diz que só vê uma solução: retomar o espírito de Mombaça. Adotamos, na hora, o princípio de realizar o mais rápido possível — mas quando e onde? — um seminário sobre a reconstrução do país, envolvendo as ligas de direitos humanos, as ONGs de desenvolvimento e o governo.

Em agosto de 1994, somos convidados a organizá-lo em Kigali, no mesmo espírito da conferência de paz sobre a Etiópia. O seminário realizou-se a 22 de outubro. Com base nos onze desafios identificados pelas organizações ruandesas, reunimos urgentemente experiências internacionais relacionadas a cada um deles. Melhor ainda, aproveitando a extraordinária onda de compaixão, simpatia e culpa nascida do genocídio, conseguimos trazer a Kigali trinta e cinco grandes testemunhas, de todos os continentes e de todos os horizontes, para testemunhar a sua experiência³⁰. Um momento incontestavelmente decisivo, tanto para o Ruanda, onde este encontro foi um dos raros momentos em que todos saíram da ação de emergência para se projetarem no futuro³¹, como para a fundação, que conseguiu, neste contexto dramático, associar uma abordagem a longo prazo, a elaboração de uma arte de construção da paz, e um momento histórico.

Construir, tijolo a tijolo, os rudimentos de uma arte da paz

O encontro na Etiópia foi uma primeira e preciosa oportunidade para recolher experiências de construção da paz. A recolha de experiências é um exercício tão difícil que, por vezes, é mais fácil fazê-lo face à urgência de um encontro do que fazê-lo «a frio». No entanto, é preciso muito mais para construir uma verdadeira arte da paz. Esta preocupação com uma abordagem sistemática foi o ponto de partida de uma longa colaboração com Richard Pétris,

³⁰ Experiências e reflexões sobre a reconstrução nacional e a paz. Publicado em 1994 por Claire Moucharafieh. 75 contribuições de diferentes países do mundo para a conferência «Ruanda reconstruir»
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/experiences-et-reflexions-sur-la-reconstruction-nationale-et-la-paix/

³¹ Ruanda: reconstruir. Seminário internacional de Kigali, Ruanda (1994). Publicado em 1994 por Coletivo
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/rwanda-reconstruire/

que acabara de fundar em Grenoble a École de la paix (Escola da Paz)³². Escola podia ser entendida num duplo sentido: a necessidade de construir uma arte da paz; a importância da educação para a paz. E foram esses, com ênfases variáveis consoante as épocas, os dois pilares da nossa cooperação.

A primeira etapa, nesse período marcado pela queda do Muro de Berlim e pelo fim da Guerra Fria, consistiu em reunir experiências de conversão da economia, em particular das indústrias de armamento, da guerra para a paz. Isso permitiu-nos verificar que, mesmo num tema relativamente óbvio, a conversão das indústrias de armamento, «*colher os dividendos da paz*», como se dizia na época, era mais um slogan do que uma realidade. A conversão de indústrias criadas para responder às necessidades da guerra em indústrias voltadas para a economia da paz é tudo menos simples e imediata. O exemplo da URSS está aí para o provar. O livro «A conversão das indústrias de armamento; ou como realizar a profecia da espada e do arado³³», publicado pela ECLM em 1993, reúne essas experiências.

Paralelamente, estamos a realizar outro trabalho de capitalização, o do movimento PAX CHRISTI³⁴, que desempenhou um papel importante nos meios cristãos, antes e depois da Segunda Guerra Mundial, na reconciliação franco-alemã. Este trabalho, conduzido por um jovem investigador, François Mabilie, também deu origem a uma publicação da ECLM em 1993: «PAX CHRISTI et la réconciliation franco-allemande³⁵» (PAX CHRISTI e a reconciliação franco-alemã: o movimento cristão e a paz na Europa).

O que é interessante neste programa é que a fundação legitima uma nova questão, «Construir uma arte da paz», e, para tal, mobiliza, numa abordagem a longo prazo, a troca de experiências. Por outro lado, o que confirma a observação feita sobre o programa Viver em paz num mundo de diversidade, não conseguimos na época, e não conseguiremos posteriormente, construir em torno da ideia da arte da paz uma «rede internacional de pacificadores». As redes existentes são mais ou menos concorrentes e algumas consideram que detêm, por si só, a arte da paz. É o caso, por exemplo, dos movimentos não violentos que identificam a não violência com a paz.

No plano da governança da fundação, o programa Construindo a Paz apresenta uma singularidade. Desejando não aumentar excessivamente a equipe, não queríamos que houvesse um membro permanente da equipe dedicado a cada programa e confiamos a Richard Pétris a co-gestão, incluindo a administrativa, do programa. Esta solução não se revelou muito feliz, uma vez que Richard era financiado pela fundação pelo seu trabalho e chamado a agir em nome da fundação perante outros parceiros.

³² Site da Escola da Paz: www.ecoledelapaix.org

³³ A conversão das indústrias de armamento. Ou como realizar a profecia da espada e do arado. Publicado em 1993 por Richard Petris. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/la-conversion-des-industries-d-armement/

³⁴ Site do movimento Pax Christi: www.paxchristi.fr/

³⁵ Pax Christi e a reconciliação franco-alemã. Publicado em 1993 por Collectif. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/pax-christi-et-la-reconciliation-franco-allemande/

Encontros do programa «Inovação e mudança social»

Este programa, liderado por um membro do Conselho da Fundação, Jacques Poulet-Mathis, também se baseia numa questão comum, em vez de estar relacionado com forças sociais claramente identificadas. Após refletir, através dos projetos do primeiro período, sobre os mecanismos de apropriação e difusão da inovação, chegámos a duas conclusões. A primeira é que a inovação, nomeadamente a inovação técnica, está longe de constituir o «motor automático do progresso humano», pelo que seria importante vencer as resistências à sua difusão como forças irracionais que resistiriam à marcha vitoriosa da razão e do Progresso; a segunda é que a apropriação e a difusão de novas técnicas é um processo complexo que é útil compreender.

Isso levou-nos a promover tanto um «humanismo da inovação técnica» (que inovação é útil para a sociedade e em que condições?) quanto uma «ecologia ou sociologia da inovação» (que inovações se desenvolvem e se difundem? Sob a ação de que forças económicas e sociais?). A estrutura do programa decorreu disso, com quatro subprogramas: formação em inovação; mediações; domínio social das tecnologias; mudança social.

Formação em inovação

Os primeiros encontros envolveram os engenheiros, ou seja, o grupo social mais diretamente envolvido na inovação técnica. Apoiámos, de forma bastante modesta, programas que, sob o rótulo «ciências, técnicas e sociedade», visavam uma maior compreensão dos mecanismos pelos quais a inovação se difunde, incentivando os estudantes de engenharia a trabalhar em casos concretos. Também incentivámos a publicação de livros que contavam a história de uma inovação, como «La machine à coudre» (A máquina de costura), de Monique Perrière, notas sobre a difusão da máquina de escrever e sobre o nascimento do modelo Twingo da Renault. A difusão do progresso técnico no mundo agrícola, por sua vez, foi objeto de uma publicação da ECLM, em 1993, intitulada «Des paysans qui ont osé ; história das mudanças na agricultura numa França em modernização - A revolução silenciosa dos anos cinquenta³⁶». Também dessa época data a coleção de fichas de casos de difusão da inovação. Mais de sessenta ainda se encontram hoje no site da COREDEM.

Mas, num contexto em que surgiu uma nova onda de inovações, as manipulações genéticas, a televisão digital, as NTIC (Novas Técnicas de Informação e Comunicação), das quais a Internet e as autoestradas da informação se tornaram hoje os símbolos, foi-se impondo progressivamente o «humanismo da *inovação*», as implicações éticas do trabalho do engenheiro e do investigador que gradualmente ganharam destaque. Estabeleceu-se então uma parceria duradoura entre a fundação e o Centro de Ética Contemporânea de Lille, dirigido por Bertrand Heriard Dubreuil. Este centro, que fazia parte do Instituto Católico de Lille, estava bem ligado às escolas de engenharia membros deste Instituto. A partir da

³⁶ Camponeses que ousaram. História das mudanças na agricultura numa França em modernização. A revolução silenciosa dos anos cinquenta. Publicado em 1993 por Collectif
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/des-paysans-qui-ont-ose/

publicação do livro «Imaginaire technique et éthique sociale - essai sur le métier d'ingénieur» (Imaginário técnico e ética social - ensaio sobre a profissão de engenheiro), de Bertrand Heriard Dubreuil, publicado pela De Boek em 1997, desenvolveu-se toda uma corrente de reflexão e pedagogia com o objetivo de preparar engenheiros e investigadores para enfrentar as questões éticas implícitas na sua investigação. Sob a impulsão de André Talmant, do Conselho de Fundação, essa reflexão se ampliou para a dimensão social e ética das decisões técnicas no momento em que se criava na França a Comissão Nacional do Debate Público.

As mediações

Jacques Poulet-Mathis, o animador do programa, tinha experiência pessoal na questão, tendo animado a rede das vinte e duas Agências Regionais de Informação Científica e Técnica (ARIST) ao serviço da pequena indústria nas regiões francesas. Ele contribuiu muito para nos fazer compreender que não havia um encontro automático entre uma «necessidade de inovação» claramente identificada e formulada, por um lado, e uma «inovação adaptada a essa necessidade», por outro. A mediação é sempre complexa, entre uma necessidade confusa e uma grande diversidade de técnicas disponíveis. A grande empresa pode ser entendida como um vasto processo de mediação, mobilizando os três grandes fatores da revolução industrial: conhecimentos científicos e técnicos, capitais e mão de obra. Mas, fora da empresa, a nossa sociedade dispõe de poucos mecanismos de mediação com o mesmo poder. Para colocar o conhecimento e a inovação ao serviço da sociedade, é necessário inventar outras formas de mediação, que não se podem reduzir a uma vulgarização dos resultados da investigação.

O domínio social das tecnologias

«Nos países do norte, a máquina do progresso técnico parece autoalimentar-se, sujeita às exigências de competitividade das empresas. E, mesmo que estas pareçam controlar, pelo menos no seu aspeto técnico, as trajetórias da inovação, perguntamo-nos frequentemente quem controla o conjunto... Vemos o motor do processo, mas não o volante para conduzi-lo. Ora, muitas inovações têm efeitos consideráveis na sociedade ou implicam riscos. Pensamos na criação de produtos farmacêuticos, na energia nuclear, nas tecnologias que prejudicam o ambiente». (Fondation en chemin n.º 5, página 51).»

Desde o início dos anos 90, constatámos que o controlo público da inovação não era uma garantia suficiente de domínio social e orientação da inovação. Os Estados e as grandes empresas estão frequentemente ligados e a concorrência entre os países, o medo de ficar para trás em relação aos outros, levam-nos a promover a inovação pela inovação. O argumento supremo apresentado contra qualquer limitação à investigação científica é «*se não o fizermos, outros o farão*». Um exemplo entre milhares, uma iniciativa popular foi lançada em dezembro de 1992 na Suíça para solicitar uma moratória sobre a engenharia genética. Parecer das autoridades suíças: «*uma proibição no domínio dos OGM teria consequências graves em certas áreas da investigação suíça nas universidades, hospitais e indústria. Isolaria a Suíça no domínio da investigação científica e obrigaria os industriais a deixar o país para realizar a sua investigação*».

Foi a incapacidade dos Estados de garantir, em nome da população, um controlo público das inovações que nos levou a falar de «controlo social ou domínio social das tecnologias».

Na primeira etapa do programa, esforçámo-nos por reunir elementos da problemática, por exemplo, analisando o complexo jogo das empresas e dos poderes públicos em torno da televisão de alta definição. Rapidamente, a nossa atitude tornou-se mais militante: era necessário reconhecer a dimensão eminentemente política e cívica do domínio da inovação, encontrar e divulgar os seus métodos. Esta vertente do programa resultou, nos anos seguintes, em cerca de vinte publicações da editora Charles Léopold Mayer, nomeadamente duas obras destinadas a popularizar no mundo francófono as reflexões americanas: «Choix technologique, choix de société» (Escolha tecnológica, escolha de sociedade), de Richard Sclove, em 2003³⁷ e «La baleine et le réacteur, à la recherche de limites au temps de la haute technologie» (A baleia e o reator, em busca de limites na era da alta tecnologia), de Langdon Winner, em 2002³⁸.

Duas tecnologias irão gradualmente polarizar a nossa atenção e os nossos esforços sobre os organismos geneticamente modificados, por iniciativa de Joseph Tarradellas e, por ocasião da votação popular suíça já mencionada, o controlo social da Internet, nomeadamente através do apoio à associação VECAM, uma ferramenta de vigilância cidadã sobre o desenvolvimento da Internet, criada em meados da década de 1990.

Inovação e mudança social

Como a sociedade muda? Desde o início, mesmo que seja apenas pelo próprio nome da fundação, que remete ao progresso e, portanto, ao movimento, essa questão é central em nossa estratégia. No início dos anos 90, ficámos convencidos de que qualquer representação simplista da mudança social, seja ela vista como tendo o desenvolvimento das ciências e das técnicas como seu principal motor, seja ela representada sobretudo sob um ângulo político, pelo confronto de interesses e classes sociais, era ao mesmo tempo falsa e perigosa. Naquela época, devido ao nosso interesse pela «ecologia da inovação», aproximámo-nos de Thierry Gaudin, um dos grandes especialistas franceses em política de inovação e prospectiva, um dos que, com Bertrand Gille ou Philippe Roqueplo, conduziu as reflexões mais aprofundadas sobre a transformação dos sistemas técnicos e sobre a interação entre sistemas técnicos e sociedades.

Os limites da abordagem por tecnologias alternativas, que descobrimos na década de 1980, também nos levaram a preferir, em vez das teorias mais normativas do desenvolvimento que dominavam o debate intelectual da época (Walt Whitman Rostow, Samir Amin, François Perroux, Gérard Destanne de Bernis), trabalhos mais pragmáticos de observação das mudanças nas sociedades ao longo de quarenta ou cinquenta anos. Nesse sentido, apoiámos a criação pela UNESCO de uma rede internacional de cientistas que desejavam criar um

³⁷ Escolhas tecnológicas, escolhas sociais. Publicado em 2003 por Richard Sclove. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/choix-technologiques-choix-de-societe/

³⁸ A Baleia e o Reator. Em busca de limites na era da alta tecnologia. Publicado em 2002 por Langdon Winner. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/la-baleine-et-le-reacteur/

«Observatório da história das mudanças sociais» em cerca de dez países em desenvolvimento. Iniciativa sem futuro. Foi sobretudo o economista Pierre Judet, cujo conhecimento de longa data sobre o desenvolvimento de diferentes países do sul e o pragmatismo humanista nos seduziram, com quem caminhámos para compreender os percursos de desenvolvimento. Foi também para nós uma das primeiras grandes oportunidades de abertura ao mundo asiático.

Pierre Judet sensibilizou-nos para a singularidade de cada percurso de desenvolvimento e mostrou-nos como certas sociedades, à imagem da Meiji no Japão no século XIX e depois da Coreia e da China no século XX, se mostraram capazes de controlar as relações com o mundo exterior, aproveitando a experiência de outros países que lhes parecia boa para o seu próprio desenvolvimento, sem sucumbir a um mimetismo estéril.

Uma das questões muito presentes nesse período de 1991 a 1993, porque estava enraizada nos projetos da década de 1980, era saber em que condições as inovações locais poderiam mudar de escala. Isso era o que se chamava na época de «relação micro-macro». A recolha de experiências e os encontros internacionais desempenharam um papel importante no progresso. Assim, no site da COREDEM, é possível encontrar mais de 60 fichas de experiências correspondentes à palavra-chave «relações micro-macro».

Em 1992, realizou-se um novo encontro em Santiago intitulado «Iniciativas locais que mudam o mundo». Alimentado por 25 fichas de experiências redigidas pelos seus participantes, o encontro destacou as diferentes configurações de relações entre organizações não governamentais, frequentemente envolvidas em inovações locais, e Estados que mantêm um papel dominante na generalização das inovações. Incorporarei essas reflexões, quase vinte anos depois, no «Ensaio sobre economia³⁹», destacando o facto de que uma mudança estrutural pressupõe a mobilização de quatro tipos de atores: os *inovadores* (correspondentes ao que na época se chamava de iniciativas locais); os *teóricos* (capazes de conceber e legitimar outro sistema conceptual); os *generalizadores* (aqueles que contribuem para a difusão da inovação e para as mudanças de escala); os *reguladores* (em particular os Estados, suscetíveis de alterar as «condições-quadro» que, consoante os casos, são um obstáculo ou uma ajuda à mudança). Elas também deram origem a uma obra intitulada «On ne ramasse pas une pierre avec un seul doigt⁴⁰» (Não se apanha uma pedra com um único dedo: a mobilização dos atores locais para a gestão da água no Mali), de 1996, dedicada ao Mali. Como um eco do encontro de Santiago, esta obra, também baseada em fichas de experiências, sublinha a necessária cooperação, mesmo conflituosa, entre as organizações da sociedade civil e os Estados.

³⁹ Ensaio sobre a economia. Publicado em 2009, por Pierre Calame. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/essai-sur-l-oeconomie/

⁴⁰ Não se apanha uma pedra com um único dedo. Organizações sociais no Mali: um trunfo para a descentralização. Exemplos concretos. Publicado em 1996, por Collectif
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/on-ne-ramasse-pas-une-pierre-avec-un-seul-doigt/

2.3 – O apelo para os Estados Gerais do Planeta e a Convenção Preparatória

Encontros do programa «Riscos tecnológicos maiores» e a Convenção preparatória para os Estados Gerais do planeta

O apelo para os Estados Gerais do Planeta de 1988 destacou a necessidade de novos modos de diálogo entre as sociedades para enfrentar desafios de natureza nova, aos quais os Estados e as relações intergovernamentais clássicas não saberiam dar resposta. Perante esta necessidade, o grupo de Vézelay está dividido entre duas atitudes possíveis: continuar, sob a forma de um grupo de reflexão, a aprofundar as questões abordadas e analisar, em particular, as condições em que a dinâmica internacional denominada «Estados Gerais do Planeta» poderia emergir e desenvolver-se; ou envolver-se mais diretamente na criação do próprio processo social.

Michel e Calliope Beaud, iniciadores e almas do grupo de Vézelay, não dispunham de uma instituição poderosa. Para manter a autonomia do grupo, só podiam considerar uma função de reflexão e magistério intelectual. Se nos dirigíssemos para a organização dos Estados Gerais do Planeta, apenas a nossa fundação dispunha dos meios para ousar, o que a levaria, mais cedo ou mais tarde, a assumir a liderança. Foi adotado um compromisso entre as duas posições: o grupo de Vézelay organizaria não os Estados Gerais propriamente ditos, mas uma «convenção preparatória». Numa primeira fase, dedicámo-nos a desenvolver diálogos com diferentes meios, sindicatos, líderes religiosos, líderes políticos, empresas, para recolher os seus pontos de vista e sensibilizá-los para a necessidade de uma abordagem de natureza nova. Foi assim que, por exemplo, graças a Jean Fischer, então Secretário-Geral da Conferência das Igrejas Europeias do Conselho Ecuménico das Igrejas (KEK), nos envolvemos no processo ecuménico internacional chamado «Paz, Justiça e Preservação da Criação»⁴¹. Em 1989, o grupo de Vézelay esteve representado na Conferência Europeia das Igrejas em Basileia e, em 1990, no encontro mundial em Seul⁴². Ao regressar de Seul, observámos o seguinte:

«As igrejas não estão preparadas para uma abordagem estratégica rigorosa: o relatório preparatório era dividido em três partes, mas na verdade sobrepunha dois trípticos diferentes: um científico, análise/avaliação/proposta, e outro teológico, confissão dos pecados/arrependimento/salvação. Essa confusão leva a misturar no texto afirmações teológicas, descrição dos fatos e indignação virtuosa, a sistematicamente escurecer o quadro (pois vivemos num mundo de pecado) e a formular propostas sem explicar os meios para agir de fato. E, no que diz respeito aos problemas económicos, ainda se funciona demais no registro da indignação. Eu (escreve Pierre Calame) tentei, com a Delegação Francesa, muito reduzida, fazer

⁴¹ A «salvaguarda da Criação» designa, na linguagem cristã, a preservação do ambiente humano, tanto a nível ambiental como social e económico. Refere-se à fé comum dos cristãos num Deus criador, tal como confessam no Símbolo dos Apóstolos ou no Símbolo de Nicéia-Constantinopla. Visa um desenvolvimento sustentável, incluindo uma dimensão espiritual

⁴² FDS Q & R 1536 - março de 1990 - Jornadas de Vézelay, Encontro Mundial das Igrejas: Paz, Justiça e Salvaguarda da Criação (JPSC)

com que as propostas relativas à salvaguarda da criação fossem mais do que uma soma de recomendações piedosas... Foi feito um grande trabalho para levar as igrejas a assumir o poder de proposta e de ação de que dispõem de facto.»

É ao confrontar-nos com dinâmicas próximas, no seu espírito, da ideia dos Estados Gerais do planeta que a nossa filosofia se vai tornando progressivamente mais precisa. A ausência da Igreja Católica na Conferência Mundial de Seul também nos levou, por intermédio da PAX CHRISTI, a encontrar-nos no Vaticano com o cardeal Etchegaray, presidente internacional da PAX CHRISTI, para tentar convencê-lo de que a Igreja deveria, ao mais alto nível, pronunciar-se sobre estas questões. Foi preciso esperar até 2015 e a encíclica «Laudato, Si» do Papa Francisco para que o nosso desejo fosse atendido.

Mas foi sobretudo a perspectiva da organização pela ONU da Cimeira da Terra, no Rio, em 1992, que nos levou a precisar a nossa filosofia. Em 1987, Gérard Mégie foi relator de uma das pesquisas encomendadas pelo grupo de Vézelay sobre o buraco na camada de ozono. Foi ele quem, primeiro, chamou a nossa atenção para o desafio que representavam os gases de efeito estufa e os riscos das alterações climáticas. Foi também ele quem, pouco tempo depois, em novembro de 1988, viria a ser um dos fundadores do GIEC (Grupo Intergovernamental de Peritos sobre as Alterações Climáticas), com o apoio da Organização Meteorológica Mundial (OMM) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Estávamos, portanto, em primeira fila para observar os preparativos da futura conferência mundial.

Com esta Cimeira, a ONU inaugurou a primeira das grandes conferências interestatais da década. Imaginava-se que a queda do Muro de Berlim inauguraria uma era dourada para a comunidade internacional, após décadas de oposição entre os dois blocos, capitalista e comunista. No início dos anos 90, a preparação da Cimeira da Terra do Rio chamou seriamente a atenção do Grupo de Vézelay. Não seria simplesmente os Estados Gerais do Planeta que a ONU estava a organizar, satisfazendo assim os nossos desejos e tornando desnecessário continuar com os nossos próprios esforços? Após um breve momento de hesitação, concluímos que não. Em primeiro lugar, apesar do empenho do Secretário-Geral da Cimeira, Maurice Strong, em envolver todos os setores da sociedade na sua preparação, rapidamente se tornou evidente que a Cimeira acabaria por ser, no fim de contas, uma conferência intergovernamental clássica. No Rio, os grupos socioprofissionais que participaram na Cimeira foram mantidos à distância da conferência dos Estados. Também constatámos, desde o relatório Brundtland, «Nosso Futuro Comum», que o conceito de desenvolvimento sustentável devia mais à necessidade diplomática de mostrar um compromisso entre dois termos objetivamente contraditórios, «desenvolvimento» e «sustentável», do que à necessidade de salvar o planeta através da invenção de um novo modelo de desenvolvimento. Assim se formou o oxímoro «desenvolvimento sustentável», do qual, vinte anos depois, não conseguimos nos livrar. Concluímos que a perspectiva dos Estados Gerais mantinha seu interesse e sua força simbólica e decidimos perseverar com a organização, em 1993, de uma convenção preparatória para os Estados Gerais do planeta.

A convenção preparatória para os Estados Gerais⁴³

Em que consistia e como prepará-la? As prioridades das sociedades eram muito diferentes, dependendo do seu grau de desenvolvimento. Se as mais desenvolvidas e ricas podiam preocupar-se com o futuro a longo prazo, com o risco que os crescentes desequilíbrios da biosfera representavam para as gerações futuras, não seria isso um luxo que lhes estava reservado, inacessível aos países menos desenvolvidos, cuja população mais numerosa se questionava sobre o que iria comer ao jantar e como seria o dia seguinte? Desde a redação do relatório Brundtland, os países em desenvolvimento temiam que essa preocupação com o equilíbrio ecológico planetário fosse um obstáculo aos seus próprios esforços de desenvolvimento. O grupo de Vézelay concluiu que havia uma etapa prévia a qualquer esforço de construção de um movimento cidadão mundial: uma série de encontros, cada um organizado em uma região diferente do mundo, onde o grupo ouviria as preocupações dessa região. Só se fosse possível chegar a um consenso entre as preocupações dessas diferentes regiões é que se poderia imaginar organizar um dia uma espécie de Estados Gerais do planeta.

Para a fundação, essa decisão de organizar um encontro em diferentes regiões do mundo representou uma nova ruptura. Em todos os programas, a dimensão internacional estava agora presente e os encontros fundadores dos diferentes programas reuniram participantes de diferentes continentes. Mas, aqui, passamos do internacional para o mundial! Assim, sete encontros regionais foram organizados entre 1991 e 1993⁴⁴: em Montreal para a América do Norte, no Chile para a América do Sul, em Alexandria para os países árabes, perto de Shenzhen para a China, em Nova Deli para a Índia, em Ouagadougou, no Burquina Faso, para a África, e em Atenas para a Europa Ocidental e Oriental.

Foi por ocasião desses encontros regionais que a fundação entrou em contacto com a China. Ela se preparava para isso desde 1991, graças ao apoio de um «projeto de antropologia recíproca», desenvolvido pelo Instituto Transcultural⁴⁵ e coordenado por Alain Le Pichon. A ideia, fértil, era não reservar a abordagem antropológica aos ocidentais «que vão ao encontro dos povos ditos primitivos», mas fazer com que africanos e chineses utilizassem as mesmas ferramentas para analisar a sociedade europeia. Graças a esta rede, o grupo de Vézelay conseguiu reunir um pequeno grupo de interlocutores na China, essencialmente intelectuais – filósofos, antropólogos, historiadores, ecologistas – que iriam formar o grupo Jianjin. É importante perceber o que representava para uma fundação como a nossa a decisão, em 1991, de cooperar com a sociedade chinesa. Isso aconteceu apenas dois anos após os protestos de Tian'amen, cuja repressão sangrenta marcou o fim das esperanças democráticas na China. Encontrámo-nos na mesma situação quando decidimos, em 1983, apoiar um grande projeto de desenvolvimento no Vietname, pouco tempo depois de esse país ter invadido o Camboja. Na altura, a nossa escolha não foi cooperar com o governo chinês ou com o partido

⁴³ FDS Q&R 2735 - setembro de 1992 - Organização da convenção preparatória Estados-Gerais

⁴⁴ FDS Q & R 2733 - setembro de 1992 - Encontros regionais preparatórios para a convenção de 93

⁴⁵ Em 2001, esta rede interuniversitária de investigadores constitui-se como Observatório Transcultural Europeu. Paralelamente, as organizações chinesas envolvidas no Instituto reforçam a sua própria organização e criam a revista Diálogo Transcultural

comunista. Ninguém teria compreendido isso. Mas mesmo a decisão de organizar um encontro na China suscitava muitas questões. Foi então que se afirmou a doutrina da fundação: «se os problemas são globais, não podemos trabalhar apenas com as civilizações que nos seduzem ou com os governos que nos convêm ». E não podemos infligir às sociedades sob regimes ditatoriais uma dupla punição, a do regime e a da recusa em dialogar com elas. Em suma, tendo em conta o peso da população chinesa no mundo e a importância da civilização chinesa na história, tínhamos de aprender a cooperar com a China e com a sociedade chinesa.

Foi também entre 1991 e 1993 que definimos, a par da via «geográfica» (os sete encontros regionais) e da via «colegial» (os diálogos com os diferentes meios socioprofissionais), a terceira via de construção dos Estados Gerais do planeta, a via «setorial». Para marcar a imensidão e a diversidade das transformações a empreender, chamámos ao seu recenseamento «Os doze trabalhos do grupo de Vézelay», uma forma de dizer que estávamos conscientes da desproporção entre os meios de que dispúnhamos e a amplitude da tarefa. Assim, antes mesmo da Convenção preparatória dos Estados Gerais de setembro de 1993, as três vias – setorial, colegial e temática – de construção dos Estados Gerais do planeta foram demarcadas e deram origem a trabalhos concretos. Por exemplo, para a via setorial, foram atribuídos mandatos de estudo que conduziram à publicação de duas obras: «Estratégias energéticas para um desenvolvimento sustentável», de Benjamin Dessus, e «O dinheiro, o poder e o amor, reflexões sobre alguns valores ocidentais», de François Fourquet.

O formato da Convenção preparatória para os Estados Gerais foi definido no outono de 1992, com um encontro de cinco dias, reunindo cerca de sessenta participantes, mas representativos da diversidade das regiões do mundo e, em certa medida, dos meios socioprofissionais. Foi aqui que a fundação enunciou, a propósito dos encontros mundiais, uma hipótese fundamental à qual permanecerá fiel: *«se não é possível reunir à escala mundial representantes das diferentes regiões do mundo e dos diferentes meios socioprofissionais designados pelos seus pares, que pelo menos a realidade da diversidade do mundo se reflita na escolha dos participantes»*.

A ficha, redigida pouco tempo após a convenção, faz um balanço imediato⁴⁶. Ela formaliza a transição do grupo de Vézelay para uma «Aliança para um mundo responsável e solidário», dando origem, desta vez, à construção de uma dinâmica cidadã internacional apoiada financeira e metodologicamente pela fundação. Esta Convenção encerra o ciclo dos encontros fundadores.

A plataforma para um mundo responsável e solidário

Em conclusão das reflexões iniciadas com o grupo de Vézelay desde 1986 e de todos os diálogos internacionais que daí resultaram, redigimos coletivamente, antes da Convenção, um projeto de «Plataforma para um mundo responsável e solidário⁴⁷», debatido e adotado durante a convenção. Este é o ponto de partida da Aliança para um mundo responsável e

⁴⁶ FDS Q&R 3882 - dezembro de 1993 - As alianças do programa Futuro do Planeta

solidário. Em muitos aspetos, é também o testamento intelectual do período dos encontros fundadores. Como tal, merece que nos detemos um pouco nele. Após uma introdução que recorda a gravidade dos perigos que ameaçam a humanidade e sublinha que não estamos, por isso, condenados à impotência, a plataforma desenvolve cinco elementos principais:

- *elementos de diagnóstico comum*: sofremos de três grandes desequilíbrios: entre o Norte e o Sul, entre ricos e pobres dentro de cada sociedade; entre os homens e a natureza
- *valores e princípios para agir*, no número de sete: os princípios de salvaguarda, humanidade, responsabilidade, moderação, prudência, diversidade e cidadania
- *prioridades temáticas*: são recomendados «programas mobilizadores» sobre água, energia, solos, revitalização de regiões degradadas e conversão das indústrias de armamento
- *uma estratégia de ação*: combinar unidade e diversidade, articular os níveis de ação, agir todos juntos (através de uma mudança progressiva das representações, da construção de um imaginário coletivo, da condução frontal das inovações, do desenvolvimento e da federação de redes de intercâmbio de experiências)
- *um calendário*, prevendo a realização, até ao ano 2000, de «Estados Gerais do Planeta».

A Plataforma será progressivamente traduzida para mais de 35 línguas (incluindo vietnamita e suaíli). Será amplamente divulgada junto das redes e parceiros e servirá de ponto de encontro para a constituição, a partir de 1994, de uma «Aliança para um mundo responsável e solidário».

2.4 – Primeiras lições dos programas e encontros fundadores

A experiência dos encontros fundadores transformou a forma de pensar e o posicionamento da fundação.

Privilegiar a investigação clínica e a elaboração de estratégias de mudança

Partilhar a nível internacional uma experiência enraizada na ação. Identificar as questões comuns. Aprofundar essas questões. Compreender por que é difícil respondê-las. Esboçar

⁴⁷ BIP 1980 - 1993 - Plataforma para um mundo responsável e solidário. Diagnóstico, princípios e estratégias para enfrentar os principais riscos planetários. Site web: https://www.alliance21.org/2003/rubrique.php3?id_rubrique=234

perspetivas comuns. Interpelar os sistemas institucionais com base nessas perspetivas para fazê-los evoluir. Selecionar, através da troca de experiências entre diferentes contextos, o que é específico de cada contexto e o que é comum a todos, abrindo assim caminho para uma nova forma de conjugar unidade e diversidade. Estes são, em linhas gerais, os princípios metodológicos que irão orientar cada programa. São os princípios metodológicos que começámos a experimentar durante o período sabático sob o nome de «análises transversais».

Assim se define a filosofia política da fundação. Num contexto dominado pela compartimentação dos sistemas institucionais, das culturas e das histórias nacionais, pelas ideologias do passado, a fundação não pretende chegar com uma ideologia de substituição. Ela propõe aos seus parceiros um método coletivo de elaboração de uma ideologia que assuma a amplitude global das interdependências entre as sociedades e entre a humanidade e a biosfera, mas também a extrema diversidade de contextos, histórias e culturas.

Não é de admirar que, de tempos em tempos, encontremos nos textos da fundação a questão recorrente: «*Como a sociedade está a mudar?*» A sociedade está a mudar rapidamente diante dos nossos olhos, especialmente sob a influência das inovações científicas e tecnológicas, mas, com a crise das grandes ideologias, ficámos órfãos de um modelo intelectual de representação das mudanças na sociedade. Além disso, podemos duvidar que essas mudanças respondam às necessidades da humanidade, incluindo as suas necessidades de sobrevivência. Regularmente, a fundação será levada a construir a sua própria representação das mudanças necessárias e dos processos suscetíveis de conduzir a elas. No imediato, após o período dos encontros fundadores, cada programa procura tornar-se um potencial fator de mudança.

Baseando cada um deles na troca de experiências, procuramos iniciar um verdadeiro processo de investigação clínica coletiva, envolvendo os próprios atores da mudança (Fundação em caminho 5 p.22). É a continuação da dialética entre reflexão e ação definida durante a primeira etapa da fundação. Pensamos ter entrado numa época em que a elaboração de leis universais, testadas em laboratório de acordo com o método experimental iniciado no século XIX, se torna menos importante do que a investigação clínica que se interessa pela confrontação de situações concretas determinadas por múltiplos fatores.

«Partilhar a experiência [escrevemos em 1994] é, antes de mais, aprender a descrever a inserção de um problema num contexto, é desenvolver uma prática da abordagem sistémica (Fundação em caminho 5 p.22). E, neste contexto, o especialista para nós não é o detentor do conhecimento técnico, é o mediador entre experiências humanas. (Fondation en chemin 5 p.21.)»

Um dos parágrafos da Fundação em Caminho n.º 5 intitula-se, aliás, «Profissão: corretor de experiências». É um resumo bastante bom da vocação que a fundação foi gradualmente assumindo. Ao fazê-lo, pensávamos estar a enunciar uma evidência, que não poderia deixar de contar com a adesão de todos. Mas rapidamente constatamos que não é esse o caso. A dialética entre reflexão e ação pode, a qualquer momento, colocar os atores em uma posição delicada, produzir um efeito corrosivo sobre os dogmas, raramente apreciado por todos aqueles que, engajados na ação, precisam de certezas.

Esta abordagem clínica também prejudica o que chamamos nas publicações de «modelo

missionário», que consiste em enviar para os países pobres jovens especialistas seguros da sua ciência ou arautos de um modelo de desenvolvimento supostamente universal, pouco aptos a ouvir ou mesmo a perceber o conhecimento dos outros. É preciso dizer que, na mesma época, com as suas receitas universais de «boa governança», as instituições internacionais levaram esse modelo missionário à caricatura. Mas são também as certezas dos militantes do terceiro mundo ou dos profissionais da solidariedade que sofrem o efeito corrosivo da «prova dos fatos». Por isso, ao contrário do período anterior, em que, apesar das suas questões incómodas, a fundação era vista como aliada natural das organizações não governamentais de solidariedade cujos projetos financiava, a fundação viu-se mais isolada, sem aliados naturais evidentes.

A sociedade, um sistema bio-socio-técnico: a teoria dos desfasamentos

Se as mudanças são necessárias, quais são os obstáculos? É nessa época que se forma uma opção teórica que desempenhará um papel decisivo ao longo da história da fundação, a teoria dos desfasamentos. «*Trata-se de contribuir para construir, nas próximas décadas, conceitos, doutrinas e estratégias de evolução que permitam aproximar as ideias e as instituições da realidade do mundo de amanhã*» (Fondation en chemin n.º 5, p. 67). Em 1992, Pierre Calame escreve, a pedido do diretor de comunicação da fundação, Michel Sauquet, o livro «Mission possible». Michel considera, de facto, perante a profusão de notas de trabalho, que é tempo de o diretor as reunir num conjunto mais estruturado que constitua os elementos de uma doutrina da fundação. O primeiro capítulo do livro é dedicado à evolução dos sistemas bio-socio-técnicos. É a primeira vez que este conceito aparece nos nossos textos para descrever o que são as sociedades.

Um sistema bio-socio-técnico é um sistema que compreende várias dimensões interdependentes:

- é, em primeiro lugar, um *sistema ecológico* (o primeiro termo, «bio»): a humanidade deve ser recolocada no conjunto da biosfera, em vez de se colocar acima dela. Essa necessidade é ainda mais imperiosa, pois, desde a revolução industrial e, mais ainda, desde o século XX, entramos numa nova era geológica, o antropoceno, caracterizada pelo impacto decisivo da atividade humana na evolução do planeta e da biosfera. O termo antropoceno só se popularizou mais tarde, mas todas as reflexões realizadas durante a preparação da Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro, em junho de 1992, já se inscreviam nessa perspetiva. A humanidade só pode, portanto, ser compreendida no âmbito das grandes leis da evolução da biosfera;
- é, em seguida, um *sistema social* organizado, com as suas dimensões culturais, as suas representações do mundo, as suas instituições económicas, políticas ou sociais, os seus modos de regulação e as leis de evolução próprias a todos esses aspetos. É o segundo termo, «socio», do sistema bio-socio-técnico;
- é, finalmente, um *sistema técnico*, no sentido de Bertrand Gilles, com as suas próprias

leis de evolução, parcialmente independentes das regulações sociais e políticas. Nesse sentido, é preciso também interessar-se pela sua própria dinâmica.

Ao introduzir este conceito, formulamos uma hipótese fundamental sobre a temporalidade do sistema: a curto prazo, ele caracteriza-se pela sua estabilidade. Mas essa estabilidade a curto prazo deve combinar-se com a capacidade de adaptação a longo prazo às novas realidades que emergem. Ora, essa combinação entre o horizonte de curto prazo e o horizonte de longo prazo é um grande desafio, especialmente neste final do século XX, em que o mundo se encontra profundamente perturbado e em que, pela primeira vez, as atividades humanas são capazes de destruir os equilíbrios fundamentais da biosfera. Portanto, é preciso interessar-se pela inércia própria de cada parte do sistema. Identificamos duas inércias principais: a dos sistemas conceptuais e a das grandes instituições. Daí a nossa preocupação: *«continuamos a gerir os problemas de amanhã com as instituições de ontem e a pensar no mundo de amanhã com as ideias de anteontem!»* Portanto, o desafio histórico da humanidade é ser capaz de repensar o próprio sistema conceptual e transformar as grandes instituições. Sem uma capacidade de inovação suficiente e uma vontade transformadora, a humanidade corre o risco de perecer devido a esse desfazamento. No pequeno livro publicado por Edgar Pisani em 1994⁴⁸, que faz o balanço do trabalho do Grupo de Seillac, Edgar Pisani, a propósito das políticas agrícolas europeias, observa que *«não se deve influenciar os homens, mas os modos de pensar»*. Esta ideia torna-se o fio condutor do compromisso da fundação.

Assim, em dois ou três anos, dotamo-nos tanto de um método, a investigação clínica conduzida de forma coletiva, como de um objetivo a longo prazo, a transformação dos sistemas conceptuais e das grandes instituições.

No final desse período, entre 1991 e 1993, compreendemos também que os programas, apesar do esforço feito para garantir a sua coerência global através do respeito por disciplinas comuns, precisariam de um horizonte comum. Esse horizonte é o dos Estados Gerais do Planeta, que imaginávamos, na época, em 1999. Na Fundação em Caminho n.º 6, um parágrafo é intitulado «Rumo a 1999». Escrevemos sobre isso:

«Um pouco como os espigas numa gavela, este horizonte dá, de facto, uma perspetiva de convergência de todas as nossas atividades. Imõe e imporá, nos anos que se seguem, uma contagem decrescente, uma faseamento das atividades que permita evitar sofrer os acontecimentos.»

Uma fundação que se tornou inclassificável

O caminho percorrido entre 1991 e 1993 confronta a fundação com novas dificuldades. Ela tornou-se, no sentido literal da palavra, inclassificável. No mundo das fundações, distingue-se tradicionalmente entre as fundações que utilizam os seus rendimentos para subsidiar

⁴⁸ Por uma agricultura comercial e doméstica. Publicado em 1994, por Edgar Pisani
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/pour-une-agriculture-marchande-et-menagere/

projetos apresentados por terceiros (grant making foundations) e as fundações que utilizam os seus rendimentos para implementar elas próprias os seus objetivos, tais como círculos de reflexão, universidades ou hospitais (operating foundations). Esta distinção nem sempre resiste à análise, uma vez que os critérios de escolha das fundações influenciam os projetos que financiam, mas permite saber com quem estamos a lidar. Com a nova estratégia da fundação, encontramos-nos num meio-termo. O futurista Thierry Gaudin qualificou-nos como OINI, «objeto institucional não identificado», um OVNI no mundo das fundações. Esta dificuldade em nos encaixar numa categoria era uma fonte de confusão quando era necessário apresentar a fundação ao exterior, incluindo a novos parceiros. Como referimos na altura (Fondation en chemin n.º 6, p. 24):

«Quando, para o parceiro, a ambição de uma inteligência coletiva é apenas um complemento, sendo a sua ambição principal a realização de projetos concretos, a mudança de rumo da fundação não se fez sem resistência! O que é esse financiador que, além de ter uma estratégia, ainda se intromete? Detendo tanto o dinheiro quanto o desejo, ele não goza de um poder exorbitante? Ele não vai transformar gradualmente os seus parceiros em meros instrumentos da sua vontade, em meros prestadores de serviços?». Jacques Poulet-Mathis, um dos membros do Conselho, utilizou uma bela metáfora: «Na fase de financiamento dos projetos, o parceiro era o sol em torno do qual gravitava o planeta fundação. Na nova fase, a fundação não deve considerar-se o sol em torno do qual tudo gira.»

Realismo e idealismo: a inversão

Outro motivo de incompreensão foi a ambição de estabelecer como horizonte os grandes desafios do mundo contemporâneo. Para alguns, isso parecia megalomania. No entanto, para nós, era apenas a conclusão lógica a que chegámos. Um texto escrito em 1998 para o Conselho Americano de Fundações, intitulado «Dez questões-chave para a governança das fundações»⁴⁹, resume bem a evolução iniciada nessa época para responder às críticas daqueles que nos chamavam de idealistas ou nos acusavam de fugir para a abstração. As duas primeiras questões-chave intitulam-se, respetivamente: «O que é o realismo, o que é o idealismo?» e «O concreto e o abstrato».

«O realismo, escrevíamos, consiste em partir do mundo tal como ele é e modelar a sua ação em função dessa realidade. O idealismo, pelo contrário, consiste em partir do que somos ou do que desejamos para modelar mentalmente o mundo à nossa imagem. O idealismo é, em suma, tomar os nossos desejos por realidades [...]. Assim, sou pequeno, por isso tenho de me concentrar nos desafios à minha medida, o que é característico do idealismo. O realismo consiste, pelo contrário, em partir dos desafios reais, necessariamente desproporcionados em relação à dimensão da fundação, para determinar, face a esses desafios, as formas de ação que melhor aproveitam a sua independência e a sua capacidade de agir a longo prazo. E, no que diz respeito ao concreto e ao abstrato: no mundo atual, muitas dificuldades advêm do desfazamento entre o nosso modo de pensar e a realidade das situações. O mais urgente, o mais concreto, seria, nessas condições, atacar esse próprio modo de pensar.»

⁴⁹ BIP 876 - novembro de 1998 - Dez questões-chave para a governança das fundações. Apesar de terem um estatuto jurídico idêntico, as fundações podem fazer escolhas estratégicas muito diferentes, dependendo da resposta que dão a uma série de questões fundamentais. Nota escrita para o Council of Foundations em 1998

III. Um exemplo de programa: da luta contra a exclusão à socioeconomia solidária

A partir de 1999, e à medida que se aproximava a data da Assembleia dos cidadãos, a fundação fez um esforço considerável para fazer convergir os diferentes programas para essa data comum. Mas antes de abordar este novo período, é bom voltar mais detalhadamente à condução dos diferentes programas da fundação durante o período 1991-1998. Foi feita uma breve descrição ao falar dos encontros fundadores. Vamos agora detalhar o seu desenrolar, limitando-nos ao programa «luta contra a exclusão».

Este programa, intitulado de 1991 a 1998 «Luta contra a exclusão» (LEX), assumirá, no final de 1998, outro nome, «Alternativas de desenvolvimento económico» (ECO): uma mudança significativa na evolução da fundação que poderíamos qualificar como «retorno à origem», desde o tratamento da exclusão social até à procura de um modelo económico que não seja fonte de exclusão para uma parte importante da população.

Ao abordar aqui o período de 1991 a 1998, nos concentraremos essencialmente no antigo programa LEX, mas veremos ao longo dos anos a evolução relativa de seus diferentes componentes.

O enraizamento da luta contra a exclusão na história da fundação

A ação da fundação, no domínio da exclusão económica e social, durante o seu primeiro período, 1983-1989, caracterizou-se pela vontade de se afastar da abordagem caritativa da ajuda humanitária, para se orientar para uma abordagem que visava dotar as populações mais pobres de novas capacidades para estarem presentes no campo produtivo. O acompanhamento do desenvolvimento e da difusão, com todas as suas limitações, de tecnologias alternativas, ditas adequadas, inscrevia-se, aliás, nesta perspetiva, com o desenvolvimento de pequenas empresas. Foi também nesta ótica que acompanhámos organizações como o CIDR, Centro Internacional de Desenvolvimento e Investigação, que promovia a criação de pequenas empresas em África, ou ainda o Fórum das Jovens Empresas do Congo, criado pelo padre Christian De La Bretesche.

Foi também isso que nos levou, em novembro de 1986, a receber Mohamed Yunus, fundador do Grameen Bank, que ainda não tinha a notoriedade adquirida nas décadas seguintes. Ele chamou a nossa atenção para o potencial do microcrédito como forma de apoiar a iniciativa económica das populações mais pobres. Isso levou-nos, no início de 1987, a entrar em contacto com Maria Nowak. Ela própria tinha descoberto o microcrédito no âmbito das suas funções de diretora de estudos da Caisse Centrale de Coopération Economique Française (que mais tarde se tornaria a Agência Francesa de Desenvolvimento) e decidimos realizar com ela o primeiro filme – que temos conhecimento – sobre o Grameen Bank.

Do apoio a projetos no terreno ao apoio ao intercâmbio entre eles

Durante o período sabático de 1990-1991, decidimos dar o salto, dedicar os nossos recursos financeiros ao intercâmbio entre iniciativas, à capitalização das suas experiências, à mudança de escala das iniciativas locais, à transformação das ideias de uns e outros em propostas políticas.

Esta evolução suscitou sentimentos ambivalentes nos nossos parceiros. Por um lado, reconheciam a importância desta partilha e a originalidade de uma fundação decidida a apoiá-la, mesmo sabendo que os seus efeitos seriam menos imediatamente perceptíveis do que o apoio a projetos no terreno. Por outro lado, viam secar uma fonte de financiamento dos seus projetos. Uma conversa com Jean-Pierre Dardauid, na época presidente da Frère des hommes, em janeiro de 1991, reflete bem essa ambivalência.

Por um lado, reconhece ele,⁵⁰

«somos movimentos que só conseguem mobilizar recursos, pessoas e ativistas para a ação. Se vendermos tempo de reflexão no âmbito dos nossos programas de ação, isso aumentará os nossos custos operacionais. Os financiadores dir-nos-ão: queremos financiar ações, não estruturas.»

Um grande clássico e é precisamente isso que nos levou a reorientar a fundação para abordagens mais metodológicas e intelectuais. Mas, ao mesmo tempo, ele dizia-nos:

«É preciso colocar a ação em primeiro lugar, conectar-se melhor às iniciativas existentes; o programa não é suficientemente concebido como um apoio às iniciativas em curso, tanto em termos de métodos como de esforço para tirar lições ou de divulgação.»

É interessante ouvir Jean-Pierre Dardauid ao longo das décadas. Ele esclarece ao jornal La Croix em 2005, ou seja, 15 anos depois:

«A luta contra a pobreza continua mais atual do que nunca, mas evoluímos na nossa prática. Hoje, as medidas de assistência devem ser limitadas, exceto, claro, em casos de emergência humanitária absoluta. Pois, a longo prazo, a assistência é contraproducente. Destrói a autoestima e não permite construir uma dinâmica cidadã. Em contacto com as populações pobres, descobrimos que a verdadeira pobreza não é tanto a falta de bens materiais, mas a humilhação e a deterioração da autoestima, que as tornam totalmente incapazes de sair da sua inércia». E o projeto da Frère des hommes em 2017 especifica: «apoiar a formação das populações para fazer emergir atores capazes de contribuir para o desenvolvimento económico e social do seu país, com o objetivo de uma transformação social sustentável».

Uma bela homenagem a posteriori à iniciativa da fundação.

O programa LEX, Luta contra a exclusão, inclui originalmente três subprogramas:

⁵⁰ FDS 1985 - 8 de janeiro de 1991 - Agricultura camponesa e modernizações

LEX1 – lutar contra uma sociedade excludente, trabalhar nas causas da exclusão;

LEX2 – lutar contra a exclusão através da iniciativa económica;

LEX3 – lutar contra a exclusão através da habitação.

Começaremos por referir o programa LEX2, que era a continuação da ação passada, depois descreveremos o LEX1 e terminaremos com o LEX3.

3.1 – A luta contra a exclusão através de iniciativas económicas

Fiel à sua filosofia, a fundação procurará sempre estabelecer ligações entre a abordagem nos países ditos desenvolvidos e a abordagem nos países ditos em desenvolvimento.

Um contexto internacional e europeu favorável a novas reflexões

O contexto, em 1991, é favorável ao lançamento deste programa de intercâmbio de experiências. Globalmente, o modelo de luta contra a exclusão está efetivamente em crise em quase todos os lugares. No que diz respeito às ONG orientadas para os países em desenvolvimento, alguns anos antes, verificou-se uma ruptura entre as ONG ditas «humanitárias», que intervêm de forma curativa e, em princípio, em situações de emergência, e as ONG ditas «de desenvolvimento», que pretendem acompanhar os processos de desenvolvimento económico, apoiando iniciativas das sociedades locais. Mas mesmo neste segundo caso, assistimos a uma forma de desilusão, nomeadamente entre aquelas que apostaram numa forma de desenvolvimento comunitário, a par dos mecanismos do mercado.

Assistimos ao esgotamento do discurso sobre as tecnologias alternativas, em particular aquelas que eram marcadas pelo que chamávamos na época de «síndrome de Robinson Crusoe»: a ideia de que uma comunidade local podia produzir tudo sozinha. Assim, após as desilusões do modelo desenvolvimentista conduzido pelo Estado na década de 1970, o atolamento do «consenso de Washington», que assumia uma posição contrária e remetia o Estado para um simples papel de organização do mercado, surgiu o modelo de desconexão do desenvolvimento local ou nacional em relação ao mundo exterior, baseando-se principalmente ou exclusivamente nos recursos próprios das populações que estavam em dificuldades.

Perante estas desilusões, induzidas sobretudo pelas esperanças excessivas depositadas em cada modelo, estava a construir-se uma alternativa ainda pouco percebida na época: o modelo de desenvolvimento chinês, baseado simultaneamente num papel importante do Estado e na abertura internacional às técnicas e aos mercados. É verdade que a repressão de Tiananmen na primavera de 1989 obscureceu a visão dos democratas ocidentais, contrariou aqueles que associavam indissolivelmente democracia política e economia de mercado, repugnava os

antigos maoístas, cuja influência intelectual não era negligenciável num país como a França, e era um repelente absoluto para as ONG alimentadas pelos direitos humanos.

Do lado da Europa, estávamos atentos a dois desafios

O primeiro é a crise do Estado-providência. Como salientava na época o grupo de trabalho «Democracia e Emprego», constituído por altos funcionários de esquerda, liderado por Gabriel Mignot, antigo diretor do serviço económico do Commissariat au Plan e chefe de gabinete do ministro da Indústria francês em 1981, refletindo sobre os limites da sua ação⁵¹, «acreditámos durante demasiado tempo que cada problema de exclusão podia ser tratado por um novo dispositivo financeiro e setorial, acumulando assim os dispositivos – e, incidentalmente, os impostos – como se lutar contra a exclusão consistisse em atacar, um a um, uma série de handicaps».

Segundo desafio: o enfraquecimento da integração através do trabalho. Este enfraquecimento tem duas facetas. Por um lado, o aumento do desemprego e, por outro, o enfraquecimento das capacidades integradoras das próprias empresas: o emprego vitalício numa empresa já não é um modelo geral e as políticas paternalistas características das antigas bacias de emprego industrial foram abandonadas pelas empresas que enfrentam a forte concorrência mundial.

Uma troca de ideias datada da primavera de 1991 com Claude Bijon⁵², um consultor empresarial que aceitou envolver-se voluntariamente ao lado da fundação, expressa bem isso ao falar do «desafio da empresa integradora» capaz de desempenhar um papel face às novas formas de exclusão.

Foi neste duplo contexto de impasse do Estado-providência e de perda da capacidade de integração das empresas que Michel Rocard chegou, em 1988, à chefia do governo francês. Ele tomou duas iniciativas significativas: a criação do rendimento mínimo de inserção (RMI), que, como o próprio nome indica, deveria promover a inserção – mas o I de inserção foi rapidamente esquecido – ; confiar a Claude Alphandéry, um banqueiro imaginativo que desenvolveu o leasing financeiro em França, a missão de conceber e desenvolver uma política ativa de «integração através da economia». Desta segunda decisão nasceram tanto a fundação France Active, para desenvolver empresas de inserção, concebidas como uma ponte entre o desemprego e a integração no mercado de trabalho, como um fundo de solidariedade no seio da Caisse des dépôts. Quando o programa LEX2 arrancou, Michel Rocard tinha acabado de se demitir a pedido expresso do Presidente François Mitterrand, mas o impulso permaneceu.

Como acompanhar de forma eficaz as iniciativas económicas das próprias pessoas, sabendo que não se pode separar o económico do social?

Desde 1991, constatamos os limites de uma abordagem baseada nos direitos. Assim, em

⁵¹ FDS 6043 - 17 de novembro de 1995 - Projeto de encontro com a Démocratie et Emploi

⁵² FDS 2031 - 17 de maio de 1991 - Luta contra a exclusão por meio de iniciativas económicas

junho de 1991, Georges Festinger, formador de adultos e informático, que também tem experiência em África, observa⁵³:

«Não conseguimos sair de uma dialética de subassistência e sobreassistência. Seria necessário fazer uma análise rigorosa dos efeitos perversos do RMI: na Guadalupe, já não há cortadores de cana, porque o RMI rende mais do que o SMIC. Nas instituições de formação, observa-se o mesmo: jovens de 25 anos que tiraram a carta de condução para veículos pesados recusam-se a ser motoristas de entregas, porque é preciso carregar os pacotes.»

E Jacques Poulet-Mathis observa:

«As pessoas da Saint-Gobain reconversion (na época, a Saint-Gobain era considerada uma empresa pioneira em matéria de reconversão) são muito críticas em relação aos dispositivos públicos que enunciam direitos».

Coloca-se também a questão da capacidade efetiva das grandes instituições para acompanhar realmente as iniciativas provenientes dos excluídos, ou mesmo para as compreender. Maria Nowak, que entretanto fundou a ADIE (Associação para o Direito à Iniciativa Económica), prepara-se, no outono de 1991, para ser colocada à disposição do Banco Mundial para implementar uma política na Europa de Leste. Ela observa⁵⁴:

«O Banco Mundial está aberto a novas abordagens, mas exige de seus parceiros atitudes de submissão inadmissíveis.»

E ela enfrenta as mesmas dificuldades por parte dos países⁵⁵:

«O grande problema na Polónia é a barreira da imaginação: eles não conseguem imaginar como poderia funcionar de outra forma que não a que sempre funcionou.»

Dentro das grandes instituições, algumas personalidades questionam-se. É o caso, por exemplo, de Bernard Meriaux, diretor adjunto da ANPE, que participou no nosso programa praticamente até à sua morte, em 1996. E, no outono de 1991, Stijn Albrechts, que trabalha na divisão de indústria, departamento África do Banco Mundial, e é parceiro da SIDI, Solidariedade Internacional para o Desenvolvimento e o Investimento, presidida na época por Jean-Paul Vigier, nos informa que, dentro do Banco Mundial, foi constituído um pequeno grupo informal de reflexão⁵⁶. Antes de dirigir um programa de desenvolvimento do Banco, ele próprio se ocupou da criação de pequenas empresas no Gabinete Internacional do Trabalho. Tem, portanto, vinte anos de experiência nestas questões e parte da constatação de que:

«o que os financiadores (as 11 principais instituições internacionais) estão a fazer não é satisfatório e todos querem retomar o problema na sua origem». O programa de apoio às pequenas empresas do Banco Mundial é clássico: evolução do quadro fiscal e regulamentar,

⁵³ FDS 2057 - 3 de junho de 1991 - Luta contra a exclusão por meio de iniciativas econômicas

⁵⁴ FDS 2212 - 11 de outubro de 1991, id

⁵⁵ FDS 2242 - 16 de abril de 1991, id

⁵⁶ FDS 2301 - 8 de novembro de 1991, id

serviços de apoio, sistemas financeiros, formação e aconselhamento. Ele diz-nos «ter ficado impressionado com a falta de compreensão da sociedade africana por parte das instituições internacionais, devido ao imperialismo cultural e à hegemonia da economia.»

Concluímos que será necessário formalizar as coisas, enunciar outro modelo de ação para fazer com que as instituições se movam: as inovações locais são impotentes para o fazer se não conduzirem a um novo quadro de referência.

Por seu lado, em dezembro de 1991⁵⁷, Karl Osner, militante do programa Justiça e Paz da Igreja Católica e alto funcionário alemão, afirma: «*sentimos a necessidade, no seio das organizações governamentais, de enfrentar situações reais de pobreza, tanto no sul como no norte*». Ele procura transpor para a administração alemã e para as ONG o método dos «programas de imersão» aprendido na Justiça e Paz. A ideia é simples: convidar funcionários e quadros de ONG a viver durante algum tempo em comunidades muito pobres para perceberem por dentro tudo o que isso implica. Uma filosofia muito desenvolvida na ATD Quart Monde. Ele também observa a discrepância entre o discurso público das organizações de ajuda ao desenvolvimento e a realidade:

«Sempre defendemos a autopromoção, mas, na realidade, menos de 5% da ajuda vai para projetos de autopromoção [...] todos os ministérios da cooperação procuram ONG do Sul que sejam, na verdade, meros instrumentos da ação pública.»

Essa atitude descendente, normativa e, para dizer a verdade, paternalista não é monopólio das instituições públicas. Noël Cannat, sociólogo e escritor que trabalhou durante várias décadas sobre a questão da pobreza (entre os seus livros: «*La force des peuples : olympiens et gens de rien à la conquête de la ville monde*» [A força dos povos: olímpicos e pessoas sem importância à conquista da cidade mundial], 1993, «*Sous les bidons la ville*» [Sob os bidões, a cidade], 1988, ou «*Le pouvoir des exclus : pour un nouvel ordre culturel mondial*» [O poder dos excluídos: por uma nova ordem cultural mundial], 1990) comprometeu-se a trabalhar como voluntário ao lado da fundação. Ao regressar de uma reunião da rede IRED (Inovações e Redes para o Desenvolvimento), criada pelo suíço Fernand Vincent, ele conta-nos⁵⁸:

«As ONG da rede revelaram-se muito pouco preparadas para acolher as palavras diretas das mulheres de meios populares [...]. Um encontro que revela toda a ambiguidade de redes como a IRED, claramente descendentes, o que explica a profunda reserva de certos militantes em relação ao discurso sobre as redes.»

3.2 – O microcrédito e a criação da Finansol

Naquela época, as reflexões e iniciativas concentraram-se no apoio à iniciativa de pessoas

⁵⁷ FDS 2368 - 19 de dezembro de 1991, id

⁵⁸ FDS 2731 - 4 de setembro de 1992 - As contradições das ONG de serviço e apoio

excluídas e no desenvolvimento do microcrédito. Não o consideramos uma panaceia, mas muitos dos nossos parceiros, tal como nós, vêem-no como uma novidade interessante que obriga a explorar novos tipos de relações entre as grandes instituições e as pessoas temporária ou permanentemente excluídas do mercado de trabalho normal. Aliás, é a expressão «Banco Solidário» que une os nossos parceiros no sul e no norte, e não a expressão «microcrédito».

Numa reunião realizada na primavera de 1992 com Maria Nowak, Claude Bijon e Bernard Chabert⁵⁹, Claude Bijon recorda que, nas nossas ações coletivas, é necessário:

«apresentar o trabalho independente como uma solução entre outras: o trabalho independente não é A solução, mas uma solução muitas vezes esquecida. Há muitas pessoas que fantasiam com o trabalho independente, é preciso dizê-lo.»

Ao que Maria Nowak responde:

«Dissuadimos dois terços das pessoas que nos procuram, mas na nossa clientela as pessoas têm pouco a perder.»

Bernard Chabert responde:

«Não, em alguns casos as pessoas afundam-se ainda mais, com mais um fracasso.»

Além disso, a transposição da experiência do Grameen Bank para um país como a França não é nada óbvia, tornando necessária a implicação de grandes instituições. Como Maria Nowak também observa⁶⁰:

«O problema dos empréstimos aos pobres é o custo operacional da gestão dos empréstimos. Não se pode praticar na França, psicológica e legalmente, taxas de empréstimo muito elevadas e não se pode cobrir os custos operacionais da instituição de crédito com uma taxa de empréstimo normal. O Grameen Bank dispõe de recursos a 3% e concede empréstimos a 13%, o que lhe permite remunerar-se e, ao mesmo tempo, oferecer às pessoas que beneficiam desses empréstimos taxas muito inferiores às praticadas noutros locais (uma vez que, excluídas do sistema bancário, não têm outra solução senão recorrer a credores privados que praticam taxas de juro muito elevadas). Enquanto que em França, os custos de funcionamento têm de ser suportados no âmbito da ajuda à criação de emprego. Mas aqui deparamo-nos com outra dificuldade: alguns consideram que a única criação de emprego é a de empregos assalariados.»

Em proporções relativas, este debate será relançado 20 anos depois, com o desenvolvimento da Uber. Já em julho de 1992, Bernard Willot observava que os transportes são o local de eleição das microempresas⁶¹:

«Muitos vivem de forma insuportável, trabalhando a qualquer preço. O mesmo problema se verifica entre os estafetas. Não será necessário alertar a sociedade para os riscos de exploração

⁵⁹ FDS 2591 - 5 de maio de 1992 - Luta contra a exclusão, o ambiente institucional

⁶⁰ FDS 2514 - 21 de fevereiro de 1992 - Luta contra a exclusão por meio de iniciativas económicas

⁶¹ FDS 2692 - 9 de julho de 1992 - um caminho para a inserção: criação do próprio emprego

excessiva e de acidentes?»

Mais uma vez, o debate foi relançado vinte anos depois, com o desenvolvimento dos «falsos independentes» no setor das entregas ao domicílio.

O microcrédito não nos parece, portanto, ser a solução definitiva. Por outro lado, a ideia de instrumentos financeiros capazes de ir ao encontro de pessoas hoje excluídas dos empréstimos bancários tradicionais nos parece fundamental. Isso inclui também as pequenas empresas, tanto no norte como no sul. Entre os parceiros da nossa reflexão coletiva figuram, além da ADIE, a fundação France Active, a NEF (Nouvelle Économie Fraternelle), nascida do movimento antroposófico, a SIDI, emanada do CCFD, o CIDR e muitos outros.

É por isso que decidimos organizar um encontro internacional sobre o que deveria ser um banco solidário, termo genérico que englobava essas diferentes iniciativas. O encontro realizou-se nos dias 17 e 18 de junho de 1992 na fundação. Foi também uma oportunidade para testar a metodologia dos «encontros de Saint-Sabin», uma das nossas políticas emblemáticas, com uma mesa redonda detalhada, tomada de notas por profissionais para registar os debates e constituir um documento de trabalho e conclusões tiradas dos debates.

Estiveram presentes, além dos parceiros já mencionados e do Grameen Bank, um banco popular do Ruanda, um dispositivo de empréstimos para habitação popular do México, sistemas de crédito alternativo da Europa, dos Estados Unidos e da Austrália. Deste encontro particularmente frutífero surgiu o que passou a ser chamado de «Cahier des charges d'une banque solidaire» (Especificações de um banco solidário). Ele compreende os oito pontos a seguir:

1. Os instrumentos financeiros devem ser adaptados às necessidades e à cultura da população em questão. Para evitar ter de selecionar os beneficiários, recomenda-se conceber produtos adaptados à população-alvo e sem interesse para as categorias mais favorecidas. Isto pressupõe, evidentemente, um conhecimento muito bom da população que se pretende ajudar.
2. É necessário propor um processo de financiamento adaptado aos modos de funcionamento da população visada. Propor empréstimos por etapas, prazos relativamente curtos e reembolsos frequentes (semanais no caso do Grameen Bank) permite, por exemplo, adaptar-se à gestão quotidiana das populações mais pobres.
3. As garantias exigidas devem ser adaptadas à cultura local. É um princípio absoluto: não há empréstimo sem garantia, mas esta deve ser justificada; pode ser a pressão dos amigos que se prestam como fiadores. É também necessário promover a compreensão, por parte dos mutuários, dos valores do banco solidário.
4. Para ganhar em eficácia, as estruturas devem ser muito descentralizadas; para preservar a dignidade dos mutuários, devem propor-lhes que participem na sua gestão. No Grameen Bank, os mutuários são acionistas e é o banco que vai ao encontro dos aldeões e não o contrário: as transações realizam-se nas aldeias.

5. É um equilíbrio delicado de se encontrar: inserir-se nas relações sociais locais sem cair no clientelismo ou ser controlado pelos pequenos notáveis. O problema deve ser conhecido e avaliado pelo banco.
6. Reduzir os custos simplificando ao máximo a burocracia e recorrendo ao voluntariado: isso alivia o funcionamento e permite dedicar tempo ao acompanhamento dos projetos. A contabilidade deve permitir distinguir os custos normais de funcionamento dos custos de acompanhamento dos projetos: nos países do Norte, seria lógico que estes últimos fossem suportados por organismos públicos.
7. Apelar à generosidade dos aforradores e à ética pode ajudar o banco, fornecendo-lhe recursos financeiros mais baratos, mas também contribuir para o desenvolvimento de relações de solidariedade na sociedade.
8. O desenvolvimento deste tipo de banco deve ser feito em rede, afirmando os seus valores e garantindo o profissionalismo dos funcionários. Sem centralização excessiva, sem desvios comerciais, sem amadorismo: eis algumas das chaves do sucesso.

A partir deste encontro, será este caderno de encargos que servirá de base às nossas trocas, em particular com as diferentes instituições.

No que diz respeito à França, uma das ideias mais naturais era envolver os Correios num sistema de crédito solidário. Era, de facto, a instituição que dispunha, de longe, do maior número de balcões, uma instituição familiar às populações mais pobres, onde a caderneta de poupança constituía a única conta bancária. Naquela época, a Posta era presidida por Yves Cousquer, um colega de Pierre Calame. Encontramo-nos em 1 de julho de 1992⁶². Yves Cousquer, embora convencido do papel social da Posta, fez duas objeções à nossa ideia:

«Em primeiro lugar, os Correios temem um processo de empobrecimento, um local onde se reúnem, como na Suécia, todos aqueles que são rejeitados pelo sistema bancário clássico. Nos bairros, há filas de espera devido aos beneficiários do RMI e da assistência social (que vêm receber os seus subsídios no balcão), o que afasta a clientela popular abastada.»

E, segunda objeção, ainda mais determinante:

«Os Correios não querem desempenhar qualquer papel no domínio do crédito (o Banco Postal ainda não tinha sido criado na altura): o crédito é monopólio das instituições de crédito e os Correios não têm qualquer direito neste domínio.»

Vimos aqui uma dificuldade institucional já bem identificada na declaração de Caracas: a especialização das instituições que não permite beneficiar das redes de proximidade e se opõe a uma abordagem global da exclusão.

Restava explorar as relações com a Caisse des dépôts. Em 7 de julho de 1992, foi realizada

⁶² FDS 2690 - julho de 1992 - Implicação dos Correios num sistema de crédito solidário

uma reunião⁶³. O objetivo era comparar as especificações do Banco Solidário, tal como haviam sido definidas em nossa reunião, com a linha de emprego-solidariedade criada pela Caisse. A diferença continua grande, mas as especificações obrigam a mudar as regras do jogo. O Sr. Fahri, da Caisse des dépôts, observou:

«Uma ferramenta ambiciosa não poderia ter surgido de uma só vez na Caixa. É claro que o atual fundo de solidariedade não satisfaz, no seu estado atual, nenhum dos oito pontos do caderno de encargos. É mesmo provavelmente impossível fazê-lo evoluir: construiremos uma nova ferramenta com estas pedras, mas depois de o demolir, o fundo atual não é nem um banco nem uma sociedade financeira. Para conceder empréstimos, teremos de nos disfarçar, passar por um banco.»

Outra possibilidade consistia em mobilizar os bancos tradicionais para esta aventura. Uma das fontes de inspiração da época veio dos Estados Unidos, onde foi aprovada em 1977 a «Community reinvestment act» que, para reduzir o paradoxo de uma poupança dos bairros pobres orientada para os bairros ricos (nomeadamente para o financiamento da habitação), obrigava os bancos americanos, em troca da instalação de novas agências, a prever empréstimos em benefício da própria comunidade de onde provinha essa poupança. Ao longo dos anos, esta lei foi objeto de inúmeros debates nos Estados Unidos, sofreu muitas alterações até à década de 2000, mas manteve-se firme nos seus princípios.

Reconheçamos que, neste domínio, nenhuma resposta é perfeita. De certa forma, o escândalo das hipotecas subprime, que acabou por desencadear a grande crise financeira de 2008, nasceu da vontade de conceder empréstimos aos mais pobres para a compra de habitação, o que fez com que todo o sistema se baseasse num crescimento contínuo dos preços imobiliários, principal garantia dos bancos. A reviravolta do mercado fez com que o sistema entrasse em colapso. Mas ainda não estávamos nessa altura.

No outono de 1992, Claude Alphanéry conta-nos os avanços e as dificuldades da fundação France Active⁶⁴:

«Consegui alargar a sua base a cerca de dez grandes instituições financeiras para organizar um clube de reflexão sobre o tema: ultrapassar a relutância dos bancos em relação à integração das PME.»

Nos EUA, existem sanções que vão até ao encerramento de agências para os bancos que não colaborarem.

«Já não estamos no campo das economias alternativas: são o Chase Manhattan Bank ou o Morgan Stanley que devem intervir na integração.»

A fundação, no que lhe diz respeito, não deseja partir de uma estrutura a priori, não tem vontade de fazer o alternativo pelo alternativo, interessa-se apenas pelos objetivos

⁶³ FDS 2693 - 16 de julho de 1992 - Encontro FPH – CDC sobre a ideia de Banco Solidário

⁶⁴ FDS 2787 - 7 de outubro de 1992 - Participação da Caisse des Dépôts na criação de um banco solidário

perseguidos: desafiar os bancos clássicos a satisfazer o caderno de encargos elaborado pelos Bancos Solidários seria muito estimulante. O que ela especifica em 1993 à France Active⁶⁵:

«Seja qual for o nome escolhido para as instituições que permitem implementar o direito ao crédito, o importante é confrontar as soluções apresentadas com o caderno de encargos de oito pontos resultante da reunião de Saint-Sabin, em junho de 1992. Este exercício também se aplicaria ao esforço de mobilização dos bancos tradicionais, tal como concebido pela fundação France Active.»

Outros permanecem fiéis à ideia de reunir capitais para atingir os 35 milhões de francos necessários para se tornar efetivamente um banco de pleno direito. Os nossos parceiros reúnem-se em setembro de 1993⁶⁶:

«Uma mesa redonda da SIDI, da Autonomie et solidarité (um fundo de apoio às pequenas empresas criado por Christian Tytgat no norte de França) e da NEF leva a pensar que, com a cooperação do Crédit coopératif e uma vez que os parceiros presentes já são capazes de reunir 20 milhões, seria possível atingir o limiar fatídico».

O Fundo de ação social (FAS) destinado à integração dos imigrantes também foi abordado⁶⁷.

E a própria fundação? Está pronta para investir capital num banco solidário? Este é o tema de uma discussão muito acalorada durante o Conselho da Fundação do outono de 1993⁶⁸. Os argumentos a favor e contra equilibram-se.

Contra: «Facilitámos este diálogo entre as organizações e facilitaremos outros, e depois cabe às pessoas avançarem. Além disso, não somos banqueiros e – já – temos de pensar em concentrar os nossos meios na preparação dos Estados Gerais do Planeta previstos para 1999.

A favor: «não se compreenderia que muitos outros se comprometessem e a FPH não. No entanto, sem participar nos órgãos de direção, devemos continuar a avaliar o dispositivo. E ao reunir pessoas em torno da ideia do Banco Solidário, assumimos uma responsabilidade moral que devemos assumir.»

É verdade que, desde o início da fundação, adquirimos participações em organismos de financiamento solidário, como a SIDI, as Cigales, a Garrigue, etc. Na prática, uma vez que a ideia de criar em conjunto um único banco solidário foi progressivamente abandonada, a FPH continuará a comprometer-se nos anos seguintes. Fá-lo-á de duas formas bem distintas: subscrevendo participações no capital, como na sociedade financeira NEF⁶⁹; apoiando o esforço de capitalização de cada organismo específico.

⁶⁵ FDS 3654 - 23 de julho de 1993 - Cooperação com C. Alphandery CDD e Banco Solidário

⁶⁶ FDS 3819 - 14 de setembro de 1993 - Banco solidário: contribuição para o capital

⁶⁷ FDS 3714 - 21 de setembro de 1993 - envolvimento do FAS no banco solidário

⁶⁸ FDS 4004 - 16 de novembro de 1993 - aquisição pela FPH do capital de um banco solidário

⁶⁹ FDS 7566 - 16 de novembro de 1995 - apoio à capitalização da experiência das Cigales

Assim, observamos desde o verão de 1995⁷⁰:

«Na série de dossiês para um debate dedicado ao financiamento solidário em França, eis o n.º 4. Depois da ADIE, da Autonomie et solidarité e da Nouvelle économie fraternelle, que estão em curso, é outro membro da Finansol que se junta a eles. Essas organizações demonstram com eficácia a utilidade da poupança solidária e ética na criação de empregos, na inserção social por meio da atividade económica e no desenvolvimento de empresas construídas mais em torno dos homens e mulheres que as compõem e dos laços que os unem do que na simples rentabilidade económica. Essas organizações existem, mas ainda são pouco conhecidas e carecem cruelmente de recursos. Um trabalho de capitalização das suas experiências adquiridas pode permitir, ao mesmo tempo, torná-las mais conhecidas, sensibilizar pessoas e instituições para as suas iniciativas, criar émulos e, ao mesmo tempo, relançar as suas próprias dinâmicas através deste trabalho de reflexão sobre os fatores-chave do seu sucesso e os seus pontos de atrito.»

Tendo em conta a diversidade das lógicas em presença e, é preciso dizê-lo, as fortes personalidades envolvidas na criação dos mecanismos de crédito solidário, face também à dificuldade de pôr em comum o capital uns dos outros, chegaremos, na primavera de 1995, à criação da associação Finansol, que reunirá de forma duradoura a maioria deles. De forma significativa, nos primeiros anos, a fundação continuará a ser o ponto de encontro desta rede e Philippe Amouroux, funcionário da FPH, será o seu primeiro secretário-geral, antes de, por sua vez, a Finansol se tornar autónoma e, em 1997, um selo atribuído a instituições, quaisquer que sejam, que respeitem uma carta de finanças solidárias amplamente inspirada no caderno de encargos de 1992.

Acompanharemos o seu desenvolvimento ano após ano, como observadores atentos. Pouco a pouco, a fundação irá centrar-se no apoio ao intercâmbio de experiências e à capitalização. Teremos a oportunidade de voltar a este assunto ao descrever, a partir de 1998, o desenvolvimento do polo de socioeconomia solidária (PSES) da Aliança. Basta recordar aqui que, à medida que a experiência for sendo adquirida, a tónica passará para a ligação entre microfinanças e laços sociais⁷¹, que será objeto de debates e fichas de casos.

Paralelamente, a Finansol reforçará a sua capacidade de proposta, em plena conformidade com o nosso desejo de 1991 de que a capitalização das experiências contribua para a mudança de escala das iniciativas locais e permita transformar as ideias de uns e outros em propostas políticas. Assim, a Finansol⁷² desempenhará um papel significativo entre o outono de 1999 e a primavera de 2000 na redação do projeto de lei francês sobre poupança solidária e sobre a reforma da lei bancária europeia⁷³. Mais de vinte anos após a sua criação, tornou-se uma referência incontornável, contribuindo nomeadamente para que o crédito solidário faça parte integrante dos dispositivos de poupança salarial.

⁷⁰ FDS 5964 - 23 de agosto de 1995 - World Wide Web

⁷¹ BIP 1038 a 1059 - julho de 2002 - Workshop «Microfinanças e Laços Sociais» Encontro de Dourdan organizado pelo Pólo Socioeconómico Solidário e pelo projeto «Finanças Solidárias» da FPH

⁷² Site da Finansol: <https://www.finansol.org>

⁷³ BIP 14 - 14 de maio de 2000 - Propostas da Finansol

3.3 – Teorizar a mudança de escala

Juntamente com a agricultura camponesa, foi a luta contra a exclusão que deu origem ao maior número de projetos na primeira etapa da fundação. A maioria deles era local. Tínhamos a sensação de que as ações eram realizadas em paralelo, mas sem se alimentarem mutuamente, sem que se pudesse tirar lições mais gerais e sem que conseguissem mudar de escala.

A aprendizagem coletiva da troca de experiências

Em resposta às limitações observadas, foi nesta área que desenvolvemos de forma mais sistemática e duradoura a troca de experiências. No início, foi um processo de tentativa e erro, com rodadas de mesa redonda em que cada um contava a sua experiência e era convidado a colocá-la por escrito, mas, com o tempo, o método foi se aperfeiçoando.

A reunião de balanço de 4 de outubro de 1994, «A capitalização, como e porquê fazê⁷⁴», permite ver como uma doutrina foi elaborada coletivamente e quais as exigências metodológicas que se impuseram progressivamente:

«De 1991 a 1993, o workshop [de troca de experiências] apropriou-se da ferramenta DPH através da aprendizagem da redação de fichas e das restrições das bases de dados. Submetidos a uma pressão de redação, tivemos de aprender a aceitar as correções dos outros, depois percebemos o interesse disso e isso criou até momentos muito alegres. Então nos perguntamos: por que e para quem capitalizamos? Tivemos que compreender as lógicas e as palavras, como «descritores», por exemplo, descobrimos a sua importância e a necessidade de participar na criação do novo thesaurus (um thesaurus é o conjunto de descritores utilizados numa base de dados) e, em seguida, formulámos um referencial coletivo: dinâmicas culturais, laços sociais, dispositivos financeiros. Durante as reuniões mensais, cada organismo tinha de sintetizar o seu ponto de vista e dizer o que esse esforço tinha trazido ao próprio organismo. Eis as recomendações resultantes do trabalho do grupo:

1. é necessário chegar a um acordo desde o início sobre o que se entende por capitalização;
2. cada um deve redigir um pequeno número de fichas submetidas à crítica coletiva para permitir a apropriação da ferramenta;
3. é necessário empreender uma abordagem de análise transversal que permita, progressivamente, definir um referencial comum;
4. com base nesse referencial, adotar para cada categoria de situação um plano de fichas que seja necessário para facilitar a comparação.»

Catherine Chaze, do CIDR, uma das animadoras deste grupo, indica

⁷⁴ FDS 4860 - outubro de 1994 - o processo do workshop capitalização de experiências e FDS 4867 - outubro de 1994 - Primeira leitura transversal da luta contra a exclusão

«o CIDR realizou uma primeira análise transversal a partir de 400 fichas, centrada em experiências de autoinserção na África, Europa e América Latina, adotando sucessivamente três pontos de vista: os beneficiários; as organizações de apoio; a criação de laços sociais.»

A formulação de uma «doutrina da capitalização»

Não entraremos aqui em detalhes: o essencial do que é mencionado pode ser consultado no site da COREDEM, criado em 2003 e cuja génese contaremos mais adiante. Mas podemos reter as diferentes funções dessa abordagem de capitalização, cuja síntese metodológica figura no site da [ECLM](#), em três obras: «Histórias, conhecimentos e homens: a experiência é um capital», de Pierre De Zutter, em 1994; «Analisar e valorizar um capital de experiências: referência para um método de capitalização», de Sylvie Robert, Annick Ollitrault Bernard e Pierre De Zutter, em 2001; «O capital memória: identificar, analisar e valorizar a experiência nas instituições», de Sylvie Robert e Annick Ollitrault Bernard, em 2005.

Foram identificadas quatro funções principais da capitalização: a troca de experiências; a reflexão das instituições sobre a sua própria estratégia (o que se designou por capitalização no sentido estrito do termo); a possibilidade de definir princípios comuns de ação, princípios orientadores, um referencial comum; o meio de refletir sobre a mudança de escala, o que na época foi chamado de «passagem do micro para o macro».

- Desenvolver, em primeiro lugar, o hábito de trocar experiências. Isso pode parecer óbvio vinte anos depois, mas, na época, a ideia de que era necessário adotar formatos comuns de restituição da experiência para facilitar a mutualização era nova. Alguns até se questionavam sobre a utilidade disso. É verdade que, na época, não dispúnhamos, como seria o caso mais tarde com a generalização da Internet, de um meio de partilha com o grande público.
- A segunda função da capitalização é a possibilidade oferecida às organizações de fazer um balanço da sua ação, de a dar a conhecer melhor e de contribuir assim para a evolução da opinião pública. Limitar-nos-emos a dar uma visão geral a partir da cronologia dos títulos publicados pela fundação e, a partir de 1995, pela editora Charles Léopold Mayer: «Le capital au risque de la solidarité⁷⁵» (O capital em risco da solidariedade: uma nova economia solidária), da associação Autonomie et solidarité, em 1993, «Les Cigales⁷⁶» (As cigarras: a economia solidária em ação), em 1995, e «Quand l'argent relie les hommes⁷⁷» (Quando o dinheiro une as pessoas: a economia solidária em ação), da Nouvelle économie fraternelle (NEF), em 1996.

⁷⁵ O capital em risco da solidariedade. Uma poupança coletiva para a criação de empresas que empregam jovens e desempregados de longa duração. Publicado em 1993, por Michel Borel, Pascal Percq, Bertrand Verfaillie, Régis Verley. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/le-capital-au-risque-de-la-solidarite/

⁷⁶ Cigales. Clubes locais de poupadores solidários para investir de forma diferente. Publicado em 1995, por Pascale Dominique Russo, Régis Verley. No site da ECLM: www.eclm.fr/?s=cigales

⁷⁷ Quando o dinheiro une as pessoas. Uma outra forma de ser banqueiro: a experiência da NEF. Publicado em 1996, por Sophie Pillods. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/quand-l-argent-relie-les-hommes/

- Terceira função: definir princípios comuns, como ilustrado nas especificações do banco solidário.
- Quarta e última função: refletir sobre a mudança de escala e interpelar os poderes públicos, ilustrando essa defesa com estudos de caso. Em 1996, é publicado «Politiques publiques et citoyenneté face aux nouvelles formes d'exclusion⁷⁸» (Políticas públicas e cidadania face às novas formas de exclusão: o caso de um bairro de Paris), que levanta a questão da necessária evolução dos poderes públicos. Em 1997, foram publicados dois livros de natureza diferente: uma reflexão pessoal de Noël Cannat, «L'honneur des pauvres⁷⁹» (A honra dos pobres e a economia social), que enfatiza, em linha direta com todas as reflexões sobre a exclusão, a criatividade das populações mais carentes; «L'économie sociale : une autre approche de l'entreprise» (A economia social: uma outra abordagem da empresa), fruto de um projeto europeu, Émergence, cofinanciado pela fundação. Todas estas obras são ilustradas com fichas de casos. Em 1998, «Banquiers du futur» (Banqueiros do futuro), escrito por Benoît Granger, membro da INAISE (International Association of Investors in Social Economy), relata o surgimento, em toda a Europa, de instituições e instrumentos financeiros que respondem às necessidades daqueles que são excluídos pelos bancos tradicionais. Também se baseia num conjunto de estudos de caso. Por seu lado, Maria Nowak, que entretanto se tornou uma figura muito mediática, publicou em 1994, na editora Albin Michel, «La banquière de l'espoir : celle qui prête aux exclus» (A banqueira da esperança: aquela que empresta aos excluídos). Tornada, ao lado de Mohamed Yunus, o ícone do microcrédito, ela se manterá a partir dessa data um pouco à margem da dinâmica coletiva e «esquecerá» que a fundação apoiou sua iniciativa durante os anos difíceis.

O microcrédito, estrela mundial: alcance e limites da mudança de escala

A criação, em 1997, das cimeiras mundiais anuais sobre microcrédito, a atribuição do Prémio Nobel da Paz ao fundador do Grameen Bank, Mohamed Yunus, em 2006, e o lançamento, em 2011, do movimento global do «social business» fizeram com que o microcrédito passasse para outra categoria, sob a égide direta da ONU ou da Comissão Europeia. Isso é tanto uma expressão de sucesso mundial quanto um risco. Desde o final dos anos 90, em algumas aldeias africanas havia várias organizações de microcrédito que competiam entre si para emprestar dinheiro a pessoas que não encontravam saída para suas atividades artesanais. A popularização do discurso sobre o microcrédito varreu os limites e os riscos, os mesmos que

⁷⁸ Políticas públicas e cidadania face às novas formas de exclusão. Debates sobre a lei-quadro contra a exclusão em França. Publicado em 1996, por Philippe Amouroux, Laurent Fraisse
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/politiques-publiques-et-citoyennete-face-aux-nouvelles-formes-dexclusion/

⁷⁹ A honra dos pobres. Valores e estratégias das populações dominadas na era da globalização. Publicado em 1997, por Noël Cannat. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/l-honneur-des-pauvres/

eram debatidos pelos parceiros da fundação, destacando a importância das relações sociais, tanto como pré-requisito quanto como possível benefício do microcrédito. Com os inevitáveis choques de retorno: em 2018, Jean-Michel Servet, economista e especialista reconhecido em moedas locais, publicou na ECLM «L'économie comportementale en question⁸⁰» (A economia comportamental em questão: o microcrédito e a política monetária), onde denuncia a vontade dos Estados e das instituições internacionais de, a todo o custo, integrar os pobres num sistema bancário que os aliena.

A apresentação de Rene Chao Beroff, um pilar da dinâmica coletiva de capitalização, na École de Paris de Management, no seminário Vie collective, destaca por que, já naquela época, o microcrédito estava numa encruzilhada⁸¹:

«Em 20 anos, a microfinança conheceu um desenvolvimento extraordinário em todo o mundo, nos países do sul, mas também agora na Europa de leste. A taxa de crescimento do setor, que atingia 50% ao ano no final da década de 1980, ainda hoje (em 2002) é de 10 a 20% ao ano... Para atingir o seu objetivo, as instituições de microfinanças tinham de operar como empresas rentáveis no âmbito de uma economia de mercado; foi assim que assistimos ao nascimento do que podemos realmente chamar de indústria de microfinanças. Existem hoje cerca de 10 000 instituições de microfinanças, IMF, no mundo, que atingem 25 milhões de clientes num mercado estimado em [...] 600 milhões de pessoas. Mas as cinco maiores IMF, quatro das quais na Ásia, atingem sozinhas 50% do mercado total... Atualmente, as IMF enfrentam quatro desafios principais [...]: 1. aproximar-se dos seus clientes... porque, na realidade, durante muito tempo, contentaram-se (ao contrário do que diziam) em oferecer produtos muito padronizados que podiam ser entregues muito rapidamente [...]; 2. reforçar as capacidades de gestão; 3. melhorar a eficácia, para poder baixar as taxas de crédito (não é raro encontrar taxas de juro de 30 a 40%) [...]; 4. tornar-se independente das subvenções [...] com o risco de abandonar progressivamente as camadas mais pobres da população para se dirigir às camadas mais abastadas, que podem pedir empréstimos de montantes mais elevados, oferecendo ao mesmo tempo mais garantias (o que é característico dos bancos tradicionais).»

Retomando as conclusões do grupo de trabalho organizado em torno destas questões pela fundação, Rene Chao Beroff refere:

«A criação de um selo de qualidade para o microcrédito solidário, que distinguiria as IMF que têm em conta os laços sociais e o capital social das IMF com vocação estritamente comercial (...) mas a elaboração deste tipo de indicadores apresenta, naturalmente, grandes dificuldades. Este é o desafio que o microcrédito terá de enfrentar nos próximos anos.»

⁸⁰ A economia comportamental em questão. Publicado em 2018, por Jean-Michel Servet
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/l-economie-comportementale-en-question/

⁸¹ BIP 1037 - 13 de junho de 2002 - Microfinanças e laços sociais; exposição de Rene Chao Beroff e debate «Fazer fortuna com os pobres»

O grupo de trabalho «micro-macro»

Para além do caso do microcrédito, todas as reflexões sobre a luta contra a exclusão levavam a questionar em que condições se pode passar de experiências locais para políticas nacionais e internacionais? Quais são os obstáculos e os mecanismos? Esta questão faz parte de uma questão mais ampla, que muito animou a fundação na década de 1990 e continua a ser o pano de fundo da maioria das suas políticas: «*quais são os mecanismos de transformação da sociedade?*». Pierre Calame já tinha lançado este debate no âmbito do primeiro período sabático da fundação, em 1990⁸²:

«A passagem do micro para o macro é uma forma de difusão da inovação e os seus mecanismos são os mecanismos clássicos de difusão da inovação: resposta a uma necessidade, papel das elites, papel dos poderes, papel das redes, efeito de imitação e contágio: encontramos um pouco dos mesmos ingredientes em toda a propagação de um produto, de uma ideia, de um tipo de política, de um conhecimento, etc. Reservámos a noção de «passagem do micro para o macro» para situações em que não se trata de difundir um produto, mas sim uma prática social, uma forma de agir, um dispositivo institucional ou financeiro.»

Mas foi em 1995, uma vez consolidada a prática da troca de experiências, que o grupo de trabalho sobre a luta contra a exclusão realmente se apropriou dessa questão e a levou a bom termo.

Em julho de 1995, a «Contribuição para a reflexão sobre a relação micro-macro» lançou as bases. Vários pontos de consenso emergiram: o interesse em selecionar alguns exemplos particularmente significativos que pudessem servir de ícones para um movimento; o papel da comunicação; a necessidade de influenciar o ambiente institucional, o que se chamaria dentro do grupo «Agir sobre as condições-quadro». Na reunião de lançamento do grupo⁸³, Bernard Ginisty, cofundador da Démocratie et spiritualité e que será diretor da Témoignage chrétien de 1996 a 2000, sublinha:

«[...] questão particularmente importante, pois está no cerne das políticas de inovação social. Muitas vezes, diz-se que o valor de uma experiência local reside na sua capacidade de generalização. Ora, penso que essa relação particular – geral induz efeitos perversos e explica muitos fracassos das políticas públicas [...]. Uma das primeiras confusões diz respeito a «experimentação» e «inovação». No caso da experimentação, pensa-se num resultado reproduzível e generalizável. É a abordagem habitual da administração francesa, que se esforça, por meio de textos regulamentares, por generalizar a inovação. No entanto, qualquer fenómeno humano e, mais particularmente, qualquer inovação pressupõe que se preste mais atenção ao processo do que ao resultado. Por conseguinte, é mais importante destacar, para as promover, as capacidades concretas de inovação do que os resultados, que só fazem sentido através da abordagem que os sustentou. As histórias de vida dos inovadores são tão importantes quanto a análise dos resultados a que chegaram.»

⁸² BIP 1026 - 15 de novembro de 1990 - Relação micro-macro

⁸³ BIP 1027 - 11 de julho de 1995 - Contribuições para a reflexão sobre a relação micro-macro - 1995, C. San Sébastian e R. de Schutter, B. Ginisty, R. Chao Beroff, C. Bijon, H. de Chaponay

Vimos, pelo exemplo do microcrédito, o quanto as palavras de Bernard Ginisty eram pertinentes.

Por seu lado, Renée Chao Beroff, familiarizada com as grandes instituições, lembra:

«[...] convém definir com precisão o que se entende por iniciativas implementadas com sucesso... Quase sempre, o que se divulga é um conceito-chave, a mensagem inspiradora e portadora, [...] e uma metodologia de implementação, ambos retirados dos ensinamentos da ação fundadora. É por isso que, na ausência de uma capitalização sistemática da ação bem-sucedida, ela não pode servir de base para uma divulgação. Essa capitalização é também um trabalho de ascetismo, para realmente conseguir definir os fundamentos que não podem ser ignorados e os domínios em que a adaptação pode ser feita ou mesmo incentivada.»

Este grupo de trabalho será concluído em outubro de 1997 com um encontro internacional, realizado em Villarcieux, do qual sairá um documento precioso: «A passagem do micro ao macro ou como a interação entre a iniciativa local e as dinâmicas globais pode contribuir para a mudança social».⁸⁴

As lições do trabalho coletivo: o dossiê «micro-macro»

O documento de trabalho resultante dessas reflexões coletivas é particularmente interessante, tanto pelas reflexões e recomendações que dele emergem quanto pela preocupação em ilustrar cada tese apresentada com casos concretos⁸⁵:

«O tema central escolhido é o da mudança da sociedade... e como podemos evoluir para uma sociedade mais solidária... A mudança ocorre a diferentes níveis, graças a uma combinação de fatores [é a ideia à qual permaneceremos fiéis da combinação das diferentes escalas de mudança]. Utilizamos o termo micro quando o papel dos atores no terreno é determinante e as iniciativas se circunscrevem à dimensão local; o termo macro, ao nível regional ou nacional, onde predominam os dispositivos institucionais e as orientações políticas globais. No entanto, em todos os níveis, fatores culturais, institucionais e sociais articulam-se com fatores económicos para criar condições específicas para o desenvolvimento de iniciativas. O que varia é a escala... A transição do micro para o macro é, portanto, um tema fundamental para todos aqueles que desejam contribuir para a mudança social.»

Em seguida, o relatório destaca a diversidade

«das interações entre as iniciativas locais e as dinâmicas globais que elas podem suscitar ou que podem impulsioná-las».

Em seguida, descreve o método de trabalho:

⁸⁴ BIP 1028 - 1997 - Dossiê com janela micro-macro. Este documento é público e pode ser consultado no site socioeco.org: www.socioeco.org/docs/bip1028_df_micro_macro.pdf

⁸⁵ BIP 1028 - maio de 2000 - Iniciativas locais que mudam o mundo? Em que condições elas surgem e influenciam a sociedade? Publicado em 2000 pelo Coletivo No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/des-initiatives-locales-qui-changent-le-monde/

«Tomar como ponto de partida casos significativos que permitam o intercâmbio, aprofundar temas que nos parecem importantes... e, na medida do possível, chegar a uma reflexão estratégica que identifique alguns dos princípios essenciais da mudança social que desejamos.»

O grupo chegou a seis princípios. Os dois primeiros destacam o facto de que o objetivo não é «a mudança social em si», mas sim «a mudança para uma sociedade menos excludente». Eles podem ser compreendidos à luz do que foi dito anteriormente sobre a generalização do microcrédito, sobre o qual não se tinha certeza se ele continuaria a partir dos interesses concretos e das dinâmicas impulsionadas pelas pessoas e se realmente as ajudaria a se tornarem autônomas:

«1. Inscrever a articulação do micro e do macro num projeto político, condição para uma mudança duradoura. Este projeto deverá basear-se em valores fortes de solidariedade e integrar a ação concreta dos cidadãos e cidadãs;

2. Partir dos interesses concretos e das dinâmicas impulsionadas pelas pessoas para que elas adquiram poder sobre suas vidas, capitalizando seus conhecimentos [em outras palavras, as próprias pessoas devem ser beneficiárias dessa mudança de escala.»

Os outros quatro princípios dizem respeito à estratégia: o que se podia retirar de múltiplas experiências como lições para melhor ajudar as iniciativas locais a mudar de escala. Eles podem parecer relativamente óbvios, mas no contexto da década de 1990, muito marcado pela justaposição de projetos financiados uns ao lado dos outros, com uma oposição de princípio, mais retórica do que real, entre o mundo das ONGs e as grandes instituições públicas ou privadas, esses princípios têm um verdadeiro sabor de novidade:

«3. O ambiente deve ser objeto de uma análise precisa para identificar as relações de força e de poder, a fim de se posicionar e determinar as estratégias que servem a ação;

4. Trabalhar com os atores institucionais, em particular o Estado;

5. Estabelecer alianças no seio de redes vivas de atores da sociedade civil;

6. Utilizar a comunicação como ferramenta estratégica e dar visibilidade às iniciativas.»

Reconhece-se bastante bem nestes princípios todos os diálogos que conduziram à construção de uma federação como a Finansol.

Repensar a relação entre ONGs e Estado

Para compreender bem o contexto, é útil referir-se a outra iniciativa da fundação, o encontro internacional de ONG em Santiago, em junho de 1992, para refletir sobre as relações entre ONG e Estado. Porquê Santiago? Porquê 1992?

A fundação, por intermédio de ONG de ajuda mútua e desenvolvimento, como a CIMADE e o CCFD, apoiou, durante a sua primeira etapa, de 1983 a 1989, várias ONG chilenas que

enfrentavam a ditadura de Pinochet. Mas, na verdade, muitos dos animadores dessas ONG não eram militantes de longa data da ação não governamental, como os que se podia encontrar na Europa do Norte. Eram, antes, membros da elite burocrática e universitária do Chile democrático que perderam os seus empregos com a chegada da ditadura e se viram, por assim dizer, em situação de exílio interno, enquanto outros, mais expostos, optaram pelo exílio na Europa ou na América do Norte, pelo menos quando conseguiram escapar da prisão ou de algo pior.

A partir de então, após a retirada de Pinochet em 1990 e o retorno gradual à democracia, a questão que animava parte desses animadores de ONGs chilenas era saber que tipo de Estado construir a partir de então: seria necessário voltar à situação que prevalecia antes de Pinochet, de um Estado centralizado e relativamente burocrático, ou seria possível tirar lições dessa passagem obrigatória pelo mundo não governamental para inventar um novo Estado e novas relações entre o Estado e a sociedade civil?

A Declaração de Santiago, redigida no final desse encontro, afirma no preâmbulo:

«Nós, signatários desta declaração, conscientes da necessidade de refletir melhor sobre as relações possíveis entre o micro e o macro, quisemos reunir-nos em Santiago [...] Viemos de todos os continentes e de todos os horizontes filosóficos, políticos, institucionais e profissionais para partilhar a nossa experiência, ouvir-nos mutuamente, extrair lições e formular uma série de propostas para o futuro.»

Em seguida, a declaração introduz uma distinção, muito necessária, mas original na época, entre «organizações de cidadãos» e «organizações de serviço e apoio». Lembremo que, na época (e ainda hoje, 20 anos depois), as organizações de apoio, muitas vezes compostas por profissionais, reivindicavam o direito de falar em nome dos cidadãos. O relatório de Noël Cannat após a sua missão no Sri Lanka, já mencionado, é um reflexo disso. Em seguida, e este é o ponto essencial da declaração, são distinguidos três tipos de situação para as ONG:

- uma função de substituto de um Estado ilegítimo, ineficaz ou injusto, mas, frequentemente, quando a democracia se instala, os antigos quadros das organizações de serviços participam ativamente no governo e na reconstrução do Estado e, por vezes, uma vez integrados nas instituições políticas, consideram que as estruturas não governamentais de onde provêm perdem o seu interesse;
- uma função subsidiária ao Estado, assumindo o que o Estado e o mercado são incapazes de assumir – é tipicamente o caso de muitas associações que atuam na área social na França e ainda mais na China, onde o Estado impulsionou o desenvolvimento do «terceiro setor» quando decidiu concentrar-se nas suas funções económicas e estratégicas –;
- uma função de pesquisa de um novo projeto de sociedade, germe de uma nova concepção da sociedade, face à crise dos modelos de desenvolvimento, do Estado-providência, da organização hierárquica das partes e da ação pública. Reconhece-se bastante bem nesta terceira função o que as organizações parceiras da fundação

procuravam fazer, que, através da reflexão «micro macro», procuravam promover uma outra concepção das políticas de luta contra a exclusão.

As três modalidades de generalização das inovações

O relatório micro-macro identifica três «níveis macro»:

- o das redes de atores que asseguram a disseminação e a replicação;
- o das instituições e medidas políticas que levam a uma mudança nas práticas em maior escala;
- e, finalmente, o da sociedade – culturas, correntes de pensamento, mentalidades – que permite obter um efeito de massa .

O macro também implica uma dimensão de escala e duração: de escala, pela disseminação ou replicação de uma experiência; de duração, porque uma iniciativa se torna uma fonte de inspiração ou referência... ou porque influencia a corrente de pensamento dominante [o que os anglo-saxões chamam de «main streaming»].

É difícil resumir em poucas linhas um texto de mais de 100 páginas, cuja virtude é ilustrar cada afirmação com exemplos em que os membros do grupo de trabalho foram protagonistas ativos. O que impressiona, no entanto, mais de vinte anos depois, é a solidez da argumentação, que torna este texto um verdadeiro manual para a ação.

Tem, nomeadamente, o mérito de sublinhar que uma mudança de escala da inovação, impulsionada por grandes instituições, não é isenta de riscos. Ao duplicar as formas, corre-se o risco de perder o sentido, o espírito. O grupo tem naturalmente em mente a recuperação política já em curso para o microcrédito, cujos desvios foram assinalados. Como é que uma abordagem baseada na promoção da solidariedade pode tornar-se, pouco a pouco, um incentivo ao individualismo? Mas o risco maior, na recuperação de uma iniciativa exemplar por grandes instituições, é esquecer as condições específicas que deram origem à iniciativa para manter apenas uma receita universal. É exatamente isso que acontece com as «boas práticas», cuja imitação tem sido tão frequentemente recomendada pelas organizações internacionais.

No domínio da luta contra a exclusão, uma das preocupações dos autores do relatório era ver desaparecer as próprias pessoas excluídas como atores, elas que estavam no centro da maioria das iniciativas. Foi precisamente para evitar esse desvio que os autores salientaram a importância de fazer uma análise aprofundada do ambiente das iniciativas emblemáticas, ou seja, da conjunção de fatores que, num determinado momento, as tornou possíveis. Eles citam, em particular, três elementos: a personalidade forte, até carismática, dos iniciadores; a resposta a uma conjuntura de crise (como vimos no caso do Estado-providência), que abre uma janela de oportunidade para propor outras formas de agir; e, finalmente, a presença de um mercado potencial: é interessante notar que, embora todos pertençam ao mundo das

organizações não governamentais, os autores do relatório não hesitam em usar referências tiradas do mundo económico. Estamos longe de uma abordagem, ainda frequente na época, em que se opunham as ONG «necessariamente desinteressadas» às empresas «necessariamente suspeitas». Pelo contrário, reconhece-se que foi no mundo empresarial que se acumulou a maior parte da experiência sobre a mudança de escala das inovações, confirmando uma das conclusões da fundação no final da sua primeira etapa: as empresas são vastos sistemas de mediação, de transformação de protótipos em produtos de série, enquanto a sociedade civil raramente se dotou de meios equivalentes de mediação.

O grupo reconhece também a multiplicidade de canais através dos quais uma inovação muda de escala. O pré-requisito é que essa inovação tenha realmente sido submetida a «testes de solidez» através de aprendizagens sucessivas: mais uma vez, princípio de realismo, não é porque uma ideia é sedutora ou uma intuição correta que a solução concreta que foi escolhida é viável. O processo de tipo industrial, de passagem do protótipo para a série, não é rejeitado. Ele pode resultar tanto do surgimento de uma rede nacional que promove a inovação quanto do que o grupo chama de «franquias», permitindo que outros sejam reconhecidos como capazes de prestar os mesmos serviços. É a ideia que desenvolvemos no caso da Finansol, com um comité encarregado de zelar pelo seu cumprimento pelos signatários. No entanto, afirma-se a preferência por destacar um certo número de inovações dos princípios fundamentais: a difusão da inovação será feita através da replicação desses princípios, adaptando-os a cada caso concreto.

Mas outros exemplos são citados para a difusão da inovação. Às vezes, como a experiência de Fortaleza na construção de habitações em bairros populares, é a ideia que se espalha – associar a construção de habitações, a formação e o desenvolvimento de atividades económicas em bairros populares – em vez das modalidades concretas adotadas em Fortaleza. Noutros casos, a ideia difunde-se influenciando os programas oficiais de formação. Uma terceira via é que uma inovação participe na evolução geral de uma corrente de pensamento que permita, progressivamente, inverter a corrente dominante. Encontra-se aqui a ideia da importância de propor um novo quadro de referência.

O grupo também se interessa pelo que chama de evolução das «condições-quadro», o quadro jurídico, administrativo, fiscal, financeiro, normativo, etc., no qual se desenvolve uma inovação. Esse quadro, adaptado às situações do passado, rapidamente se torna um obstáculo, se não para o surgimento de uma inovação, pelo menos para a sua difusão. Entre os meios sugeridos, particularmente válidos para renovar as abordagens da luta contra a exclusão, o grupo destaca os «programas de imersão» destinados a responsáveis políticos, jornalistas ou quadros administrativos, único meio de lhes permitir tocar com os próprios olhos uma realidade que, na maioria das vezes, só percebem através do filtro das ideias preconcebidas.

Por fim, o grupo faz um apelo veemente à construção de alianças no seio da sociedade civil. Mais uma vez, menos trivial do que parecia na época (mas será assim tão diferente vinte anos depois?), em que as diferentes organizações e redes, concorrentes a nível simbólico e de acesso aos recursos, procuram mais distinguir-se umas das outras do que construir as alianças necessárias.

O que impressiona, mais de vinte anos depois, é a atualidade dessas reflexões. Elas deram origem a duas convicções bem estabelecidas da fundação: a sociedade muda quando quatro tipos de atores se mobilizam juntos: os inovadores, os teóricos, capazes de propor um novo quadro intelectual de referência, os generalizadores e os reguladores que podem mudar as condições estruturais; e, na maioria das vezes, essa mudança deve ocorrer simultaneamente em diferentes escalas, do local ao global.

3.4 – Rumo a uma sociedade menos excludente e a uma socioeconomia solidária

A origem do programa

Desde o final da década de 1980, estávamos convencidos de que era necessário ir além da luta contra a exclusão por meio de ações económicas para atacar a raiz do problema, compreendendo melhor as fontes da exclusão e construindo sociedades menos excludentes.

Essa foi a origem da criação do programa LEX1. Ele foi definido pelo Conselho de Fundação no início de 1993⁸⁶:

«O termo «análise dos processos de exclusão» não é adequado para o LEX1, pois dá a sensação de um processo puramente intelectual, quando se trata de estruturar, a nível europeu e a nível dos nossos parceiros, um trabalho coletivo para construir uma sociedade menos excludente. Decide-se intitular a autorização do programa: por uma sociedade menos excludente.»

Não é sem timidez que abrimos esta nova frente. O terreno já está ocupado por inúmeros intelectuais e movimentos associativos e políticos. No final dos primeiros encontros, estas dúvidas foram parcialmente dissipadas. Durante o Conselho de Fundação de janeiro de 1996, observamos⁸⁷:

«A decisão de prosseguir com o LEX1 foi longamente ponderada, pois a amplitude das questões levantadas é tal que o valor acrescentado da fundação não é evidente.»

Esta decisão foi tomada com base na reunião do Conselho de abril de 1995 e em três constatações:

«A necessidade de trabalhar sobre as causas da exclusão; a necessidade de articular as diferentes escalas em que o problema se coloca, do nível local ao nível global; o facto de o campo ser deixado livre pelo mundo associativo quando se trata de ultrapassar a fase das reivindicações para passar à fase das propostas [...] além disso, foi decidido apoiar o programa com base em duas dinâmicas fortes: a da aliança e a da capitalização de experiências.»

⁸⁶ BIP 3166 - 10 de fevereiro de 1993 - Apresentação das linhas de trabalho das alianças sobre LEX1

⁸⁷ BIP 6248 - 24 de janeiro de 1996 - Balanço e perspetivas do programa LEX1

A fundação pretende, portanto, basear o seu valor acrescentado nas redes internacionais que contribui para criar, em particular na ligação Norte-Sul que já valorizou para a luta contra a exclusão através da iniciativa económica, na capacidade propositiva e no método que permite partir da troca de experiências para fundamentar as propostas.

Sempre com o objetivo de não reinventar a roda, decidimos iniciar um estudo de enquadramento (confiado a um jovem militante da Aliança, Philippe Guirlet), para identificar as diferentes correntes de pensamento inovador económico e social e colocá-las em perspetiva. O seu relatório será apresentado no encontro da Aliança em Bertiotga, em 1997⁸⁸.

Os encontros fundadores: a ruptura do vínculo social, um risco planetário

Uma primeira etapa foi a organização, em março e maio de 1993, de dois encontros europeus, iniciados por um dos membros do grupo de Vézelay, René Loubert⁸⁹. A síntese desses dois encontros levou a esclarecer as relações entre exclusão e desemprego⁹⁰:

«No final de 1993, o desemprego afetava 19 milhões de europeus, ou seja, quase 12% da população ativa. A pobreza afetava 50 milhões de pessoas, um nível nunca antes atingido. Opulência e pobreza coexistem. Mas as dimensões económicas não abrangem os aspetos sociais do problema, o da exclusão... Ela define-se como a marginalização, concreta ou simbólica [...]. Nem sempre é sinónimo de pobreza: algumas pessoas pobres podem estar integradas na sociedade ou reagrupar-se em grupos.

Mais do que o dinheiro, é o trabalho remunerado que está no centro do vínculo social nas nossas sociedades industriais. A lógica mercantil tende a dominar as outras relações sociais: ser excluído é estar entre aqueles de quem a economia já não precisa, é ser afastado do sistema mercantil. No entanto, nem todos os desempregados são excluídos das relações sociais, isso depende da estruturação dessas relações numa determinada sociedade.

A exclusão é também a perda da autoestima e a negação das possibilidades criativas do indivíduo. Muitas vezes, ela passa pela acumulação de desvantagens de várias naturezas... a exclusão é multidimensional e exige respostas múltiplas... O trabalho proporciona rendimentos, mas também utilidade social e relações sociais. É fonte de integração e identidade. A família também constitui uma forma de vínculo social. As nossas sociedades geram exclusão. É necessário refletir sobre a relação entre progresso técnico, crescimento e ruptura da coesão social na Europa.

Como dar voz aos excluídos quando, tendo como objetivo encontrar trabalho, eles não podem constituir-se como classe social? Seria importante para eles fazerem ouvir a sua voz, de modo a serem incluídos no campo político [...]. Existem iniciativas em todos os países da Europa, é importante promover a troca de experiências [...].

O crescimento económico não cria necessariamente emprego nem laços sociais: é preciso

⁸⁸ No site da Socioeco: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-1314_fr.html

⁸⁹ BIP 3837 - 4 de novembro de 1993 - Agrupamento do LEX1 e do LEX2 com os outros programas FPH (agrupamento aqui com o trabalho do grupo de Vézelay)

⁹⁰ Ficha histórica 1129 - 1996 - Ruptura do vínculo social: risco planetário grave. Elementos para uma reflexão sobre a exclusão, projetos e problemas

reconhecer a ideia de partilha e refletir sobre novas formas de integração social [...]

A questão da exclusão também levanta questões políticas, especialmente para os países do Leste, sobre os modelos de economia de mercado [...]

Quais são as linhas de ação? Para alguns, o cerne do problema é o emprego. Para outros, é preciso tentar evitar a exclusão, mesmo com o desemprego, questionando, por exemplo, por que o trabalho está no centro do vínculo social e refletindo sobre novas formas de socialização.»

A plataforma para um mundo responsável e solidário, redigida alguns meses mais tarde, reflete estas reflexões ao identificar três crises nas relações: entre as pessoas (a ruptura do vínculo social), entre as sociedades (as relações internacionais, ainda marcadas pelo soberanismo, não gerem as interdependências à escala planetária) e entre a humanidade e a biosfera (um modelo económico que não leva em conta os limites e a fragilidade da biosfera).

Estas questões iniciais irão marcar o caminho que nos levará, no início do ano 2000, à ideia de uma socioeconomia solidária.

Os ricos ainda precisam dos pobres?

No outono de 1993, Pierre Calame deu a um dos capítulos do seu livro «Missão possível» um título provocador: «Os ricos ainda precisam dos pobres?». Na época, isso foi uma verdadeira ruptura em relação à explicação, onipresente desde Karl Marx, de que a pobreza era fruto da exploração dos pobres pelos ricos. Pensada no século XIX à escala de um país ou de um continente, esta explicação, nos últimos anos do século XX, estendeu-se às relações mundiais: a pobreza do Sul era explicada pela sua exploração económica pelo Norte. Daí as três teses políticas e económicas dominantes na época nos meios «progressistas»:

- o fosso entre os países do Norte e os países do Sul só pode aumentar, versão globalizada da tese da pauperização absoluta cara aos marxistas do século XIX;
- para permitir o desenvolvimento do Sul, é necessário desconectar as economias do Sul das do Norte, tese defendida por economistas como Samir Amin, ainda muito em voga na época;
- é preciso combater a globalização económica, que é a fonte de todos os males do Sul.

Começamos a pensar que essas teses são, pelo menos em parte, erradas. É verdade que, desde 1992, iniciámos um diálogo com a sociedade chinesa e vemos claramente o partido que a China começa a tirar da globalização económica. Mas, no fundo, a situação talvez seja ainda mais grave. A relação de exploração continua a ser, apesar de tudo, uma relação social, enquanto que, se «os ricos já não precisam (de todos) os pobres», é necessário inventar novas respostas para a ruptura do vínculo social.

Desde essa época, tomamos consciência de que o desenvolvimento económico impulsionado

pela revolução técnica das NTIC (Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação) não levaria à criação de emprego para todos sob a forma salarial tradicional. A partir daí, era necessário abordar de frente, dissociando-a do crescimento, a questão da integração social.

A exclusão social na Europa: a declaração de direitos sociais adicionais é a resposta?

A nível europeu, no início de 1993, Jacques Delors, então Presidente da Comissão Europeia, organizou uma conferência em Copenhaga sobre a exclusão social na Europa, e Pierre Calame foi encarregado do workshop sobre a extensão dos direitos sociais. Juntamente com juristas de diferentes países, constatámos que a declaração de direitos sociais cada vez mais alargados era uma ilusão, pois esses direitos não eram, na realidade, oponíveis a ninguém. Consequentemente, propusemos a Jacques Delors a elaboração de uma declaração solene sobre os valores fundadores da Europa⁹¹, cujo esboço lhe foi apresentado sob o título: «Plaidoyer pour l'élaboration d'une déclaration solennelle de la Communauté sur les finalités de l'Union et de la lutte contre l'exclusion sociale» (Apelo à elaboração de uma declaração solene da Comunidade sobre os objetivos da União e a luta contra a exclusão social).

Este esboço de declaração já salientava que:

«A união económica e monetária não pode substituir o projeto da União... As suas consequências estruturais sobre o ambiente, o empobrecimento do património cultural e natural, as zonas rurais e a exclusão social são conhecidas. Até agora, a União tem enfrentado esta situação multiplicando medidas corretivas de todos os tipos (...) O que é contraditório com a própria natureza dos processos de exclusão, que são globais, afetam grupos sociais e regiões e exigem respostas multidimensionais... Nenhuma motivação económica ou política pode justificar que uma parte da população que vive no território da União (...) sofra estruturalmente de exclusão (...) nenhuma consideração míope pode justificar que o futuro das gerações futuras, o equilíbrio da biosfera ou as perspetivas de desenvolvimento dos países pobres sejam sacrificados em prol do bem-estar de uma minoria ou de lógicas económicas, sociais e técnicas que nos revelaríamos incapazes de controlar e reorientar. »

Reconstruir o vínculo social, um pré-requisito para a integração

Desde o relatório «Regards africains sur la pauvreté en France» (Olhares africanos sobre a pobreza em França)⁹², em 1989, tomámos consciência da importância crucial dos laços sociais, incluindo para poder aceder às múltiplas ajudas públicas. Vimos, juntamente com muitos outros, instalar-se um círculo vicioso: a perda do emprego ou o desmoronamento da célula familiar levando à destruição do vínculo social e da autoestima, tornando assim impossível ou muito difícil a reintegração social. Na mesma época (1995), o sociólogo Robert Castel⁹³, no seu livro «Les métamorphoses de la question sociale : une chronique du salariat» (As metamorfoses da questão social: uma crónica do assalariado), analisa a constituição da

⁹¹ BIP 3052 - 1993 - Apelo à elaboração de uma declaração solene da comunidade sobre os objetivos da união e a luta contra a exclusão social. Em 1993, o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, organizou uma conferência europeia em Copenhaga sobre a exclusão social na Europa. Nessa ocasião, foi-lhe proposta a ideia, que ele defendeu, de uma declaração solene sobre os valores fundadores da Europa.

⁹² Olhares africanos sobre a pobreza em França. Publicado em 1989. No site da ECLM: www.eclm.fr/ouvrage-259/

sociedade assalariada, depois a sua desintegração a partir de meados da década de 1970 e as suas consequências: *«a exclusão — ou melhor, o que ele chama de desfiliação —, a vulnerabilidade e a fragilização que afetam os indivíduos»*.

É por isso que apoiaremos vários trabalhos coletivos que fazem da reconstrução dos laços sociais um pré-requisito para qualquer esforço bem-sucedido de integração social, inclusive através do trabalho. Em primeiro lugar, a capitalização da associação Solidarités nouvelles face au chômage (Novas Solidariedades face ao Desemprego), criada por Jean Baptiste de Foucauld, então Comissário do Plano. O subtítulo do livro⁹⁴ (Solidariedade e desligamento) fala por si: *«Tecer laços para encontrar um emprego: relato de uma experiência cidadã»*. A associação defende, por exemplo, a ideia de atribuir aos desempregados um cheque associativo, para os incentivar a filiarem-se num sindicato ou numa associação, menos para defender os seus direitos do que para restabelecer laços sociais. Em seguida, após vários anos de acompanhamento, um trabalho de capitalização da associação ATD quart monde⁹⁵. A associação não ficou imediatamente seduzida pela ideia de transformar as suas experiências concretas em fichas DPH, mas os responsáveis da ATD voltaram a contactar-nos três anos depois⁹⁶ para nos pedir ajuda na organização de histórias representativas da ação do seu movimento *«para fazer uma análise, extrair princípios de ação e redigir um manual para a ação»*. É claro que aceitámos fazê-lo⁹⁷. Após um seminário internacional da ATD Quart Monde realizado em Jerusalém, foi finalmente publicado em 1997 um livro em francês e inglês intitulado *«Artisans de démocratie»* (Artesãos da democracia)⁹⁸, escrito por Bruno Tardieu e pelo sociólogo israelita Jona Rosenfeld: *«Os cidadãos comuns podem recriar o vínculo social entre as instituições da nossa sociedade e as pessoas que dela são excluídas»*.

A importância dada à ruptura dos laços sociais levou-nos, na mesma época, a acompanhar o trabalho do sociólogo Patrick Gaboriau, que publicou em 1994: *«Clochard. O universo de um grupo de sem-abrigo parisienses»*. O que, pouco a pouco, levou o INSEE a pedir a Pierre Calame para presidir o grupo de trabalho do CNIS (Conselho Nacional de Informação Estatística), dedicado ao conhecimento dos sem-abrigo. Na época, a preocupação das instituições era (mas será que agora é tão diferente?) contabilizar os sem-abrigo. Pierre Calame conseguiu, apesar da resistência inicial do Ministério da Habitação, que o mandato do grupo de trabalho fosse alargado também à oferta de habitação. Isto porque, desde os anos 70, um vasto movimento — cuja legitimidade é incontestável — levou à normalização do parque habitacional em França, impondo a todos padrões mínimos de conforto, o que teve como consequência a eliminação progressiva das habitações de aluguer muito baratas, que eram o recurso dos mais pobres. O inferno está pavimentado de boas intenções! Mas, acima

⁹³ Robert Castel (1933-2013) é um sociólogo e filósofo francês, especialista em sociologia do trabalho e questões relacionadas com a exclusão social

⁹⁴ Novas solidariedades face ao desemprego. Criar laços para encontrar um emprego. Relato de uma experiência cidadã. Publicado em 1999, por Sophie Pillods. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/solidarites-nouvelles-face-au-chomage/

⁹⁵ FDS 2489 - 21 de fevereiro de 1992 - contacto: ATD Quart Monde

⁹⁶ FDS 5523 - 2 de maio de 1995 - Pedido de financiamento de um manual para a ação

⁹⁷ FDS 7212 - 1 de fevereiro de 1997 - Capitalização ATD Quart Monde

⁹⁸ FDS 9894 - 21 de janeiro de 1999 - Capitalização ATD Quart Monde

de tudo, na sua introdução ao relatório final⁹⁹, Pierre Calame salientou que colocar o problema em termos de recenseamento trazia em si a sua própria resposta institucional: «*Quantos leitos são necessários nos centros de acolhimento?*», quando o problema é mais profundo, pois resulta da evolução divergente da sociedade e do parque habitacional.

É verdade que, na época, as administrações e as associações de caridade travavam uma batalha de números: quanto mais progressista se era, mais se avançava com um número elevado de pessoas sem domicílio fixo. Mas será que essa era a abordagem correta?

«[...] Quer partamos dos habitantes ou das habitações, surgem três ideias fundamentais que constituem a base das nossas propostas. A primeira é que é necessário integrar o conhecimento sobre os sem-abrigo e os processos de exclusão numa abordagem global da sociedade. É reconhecendo a precariedade como uma das componentes da nossa sociedade, dotando-nos dos meios para a compreender em inquéritos nacionais, que evitaremos a ilusão de abordagens específicas [como a contagem dos sem-abrigo] que só podem reforçar a estigmatização dos excluídos e a ideia de que os seus problemas podem ser resolvidos por medidas específicas. A segunda é que devemos privilegiar as abordagens locais, tanto na compreensão dos problemas como na procura de soluções. A terceira, finalmente, é que devemos empenhar-nos acima de tudo em compreender os processos que conduzem à exclusão, quer esses processos se encontrem na história das famílias ou no funcionamento dos mercados imobiliários [...]. O que pode ser mais escandaloso do que uma morte por frio na rua? Isso impregna cada um com um sentimento de urgência. Saber e saber rapidamente. A minha opinião, após a reflexão realizada no âmbito do grupo de trabalho, é que é preciso ousar dedicar tempo para compreender.»

Face à constatação do fosso crescente entre ricos e pobres em cada continente e em cada país, falamos na declaração de Copenhaga da Aliança, resultante dos quatro encontros continentais organizados no início de 1995, de uma «Aliança contra o apartheid social»¹⁰⁰. O interesse desta nota é reconhecer que as realidades continuam a ser diferentes de um continente para outro. Consequentemente, apela a:

«[...] à emergência, à escala dos continentes, de projetos de sociedade [...] a grande maioria dos Estados-nação não tem escala e peso suficientes para constituir o quadro de tais projetos. No entanto, não é submetendo todos a uma ordem mundial e a uma concorrência internacional sem limites que se ultrapassarão os limites das regulamentações atuais [...]. Ao organizarem-se, ao terem uma grande ambição, ao interligarem as múltiplas iniciativas existentes, os atores organizados e as sociedades civis de cada continente, as mulheres, os jovens, os camponeses, as empresas, os consumidores, os sindicatos e as associações profissionais são capazes de atravessar as fronteiras, de ultrapassar as divisões para dar origem a tais projetos [...]. Isto também leva a defender uma nova governação mundial.»

A partir de 1995, quatro grandes vias serão exploradas para a construção de uma sociedade menos excludente:

- definir o quadro de uma economia redistributiva com as suas diferentes vertentes

⁹⁹ BIP 3321 - fevereiro de 1996 - Introdução do relatório CNIS sobre os sem-abrigo

¹⁰⁰ BIP 1306 - março de 1995 - Encontro de Copenhaga: Uma Aliança Mundial contra o Apartheid Social

possíveis, de partilha de rendimentos, de partilha de trabalho ou de contrato cívico;

- combater o desemprego e a exclusão social a partir dos territórios: será o movimento dos Pactos Locais;
- reforçar o capital social das pessoas e das comunidades e lutar contra a destruição dos laços sociais, na continuidade das reflexões sobre a finança solidária;
- explorar o que poderia ser um modelo de «socioeconomia solidária», reflexão animada no âmbito da Aliança para um mundo responsável e solidário por Philippe Amouroux e que, dez anos mais tarde, conduzirá a uma perspetiva mais ampla: a iniciativa para repensar a economia.

Vamos abordar em linhas gerais estes diferentes eixos de trabalho, alguns dos quais foram mais desenvolvidos do que outros.

O conceito de economia redistributiva foi cunhado por um economista e alto funcionário, Dubouin. Nascido em 1878, foi subsecretário de Estado do Tesouro em 1926¹⁰¹ e refletiu sobre a crise de 1929. Para ele, estamos a sair de milénios de escassez e a entrar numa era de possível abundância, na qual será necessário escolher o que produzir, como, com quem e como distribuir.

A sua filha visitou a fundação em 1998¹⁰²:

«A Sra. Duboin entrou em contacto connosco a partir da reflexão do seu pai sobre a economia redistributiva. Professora universitária, ela disse-nos: senti que tinha uma missão em relação ao meu pai. Ele era três anos mais velho que Charles Léopold Mayer. Sem criar um movimento, lançou ideias que, creio, é preciso conhecer, mas continua a ser considerado um visionário à frente do seu tempo. Ele afirma a necessidade de uma mudança na economia, de algo completamente diferente que colocasse o homem em primeiro lugar (...). A economia redistributiva é a partilha da produção e dos seus frutos. As propostas do meu pai datam da década de 1950 e mantinham-se no âmbito nacional: ele propunha um emprego para todos, o serviço social e a partilha dos rendimentos em função das necessidades. Agora, precisamos de outra coisa que leve em conta a complexidade do nosso mundo. Daí a ideia do contrato cívico: que cada um possa escolher o que vai fazer, os períodos de sua vida dedicados aos estudos e à produção.»

A questão está mais do que nunca em aberto. Mas, na década de 1990, dois movimentos ganharam algum peso: o do rendimento básico universal e o da partilha do trabalho.

Em setembro de 1992¹⁰³:

¹⁰¹ Jacques Duboin (1878-1976) foi um banqueiro, industrial e político francês. Em outubro de 1935, criou o jornal de reflexão socioeconómica La Grande Relève. Ao longo dos anos, apresentou nele a sua visão de uma economia de partilha de riqueza a que chamou «economia distributiva» e é considerado uma das primeiras figuras políticas francesas a defender a ideia de um rendimento básico

¹⁰² FDS 9675 - 24 de novembro de 1998 - A economia distributiva e a Aliança

¹⁰³ FDS 2783 - 18 de setembro de 1992 - Além do RMI e do Estado Providência

«[...] para além do RMI e do Estado-providência, recebemos representantes da BIEN: Basic Income European Network. O quarto congresso da BIEN realizou-se a 18 de setembro de 1992 na Faculdade de Ciências Económicas e de Gestão de Paris Saint-Maur. Este colóquio reuniu cerca de 150 pessoas, principalmente francesas, com alguns ingleses presentes. A BIEN é uma organização internacional que reúne pessoas e grupos militantes de vários países da Europa, mas também do Canadá, dos Estados Unidos e da Austrália, em prol da atribuição automática de um rendimento mínimo a todas as pessoas vivas.»

Este contacto não teve qualquer efeito. Na verdade, tínhamos duas sérias dúvidas em relação a esta proposta. A primeira dizia respeito à abertura das fronteiras e à pressão migratória: garantir um rendimento mínimo universal, vinculado à presença em solo francês, seria compatível com o princípio da livre instalação em nosso território de todos os cidadãos europeus, de acordo com os tratados europeus? E isso não correria o risco de se traduzir num fechamento das nossas fronteiras ao sul, diante da pressão migratória do continente africano?

Mas a nossa segunda razão para o ceticismo prendia-se com o facto de estarmos principalmente preocupados, na altura, com a ruptura do vínculo social. De que forma o rendimento mínimo universal permitia responder a esta questão? A questão da desvinculação preocupava-nos acima de tudo. Daí o nosso interesse pela noção de «contrato cívico», a par de uma reterritorialização da economia, que Jean-Louis Laville teorizaria alguns anos mais tarde.

No início dos anos 90, a partilha do trabalho era um tema muito debatido em França. Alguns anos mais tarde, isso traduziu-se na lei francesa que fixou a duração do trabalho em 35 horas. Mas, já na época, a lei Robien previa, a título experimental, uma redução das contribuições sociais para as empresas que reduzissem o tempo de trabalho. Foi nessa época que Pierre Larruturou se tornou conhecido com a sua proposta de semana de 4 dias.

Recebemo-lo na primavera de 1997¹⁰⁴:

«Pierre Larruturou trabalha no gabinete Arthur Andersen. Ele tirou uma licença sabática para se dedicar à ATD Quart Monde. Neste contexto, trabalhou sobre o desemprego e chegou à ideia da semana de 4 dias. O seu ponto de partida é simples: em vinte anos, o produto interno bruto (PIB) cresceu 50%, enquanto o número de horas de trabalho diminuiu 11%. Durante o mesmo período, o número de ativos potenciais (trabalhadores mais desempregados) aumentou 14%. Houve, portanto, uma redução média de 25% na relação entre o número de horas trabalhadas e o número de ativos. A partilha do trabalho que daí resulta ocorre de facto de formas diferentes de um país para outro: através do aumento do desemprego na Europa, da combinação de empregos estáveis e pequenos trabalhos nos EUA, da partilha entre homens e mulheres no Japão. O problema não é, portanto, saber se devemos ou não partilhar o trabalho, mas sim definir as modalidades que preferimos. Foram estas ideias que deram origem à lei Robien, implementada a título experimental. Atualmente, já existem 180 convenções empresariais.»

Para Pierre Larruturou, a melhor solução era impor a partilha do trabalho por lei, fixando a semana de trabalho em 4 dias. Também neste caso, a fundação, embora mantendo contacto com Pierre Larruturou, não se comprometeu com esta via. Na mesma reunião, colocámos três questões:

¹⁰⁴ FDS 7473 - 25 de março de 1997 - Semana de 4 dias e apartheid social

- «a) Uma economia da inteligência é compatível com uma divisão mecânica do trabalho?
- b) Que alternativa de inserção social ao trabalho oferecer a toda a sociedade?
- c) Não será necessário distinguir bens e serviços, uma vez que os ganhos de produtividade são muito diferentes nos dois casos?»

A ambiguidade da proposta da semana de 4 dias prendia-se com a partilha de rendimentos que, logicamente, daí deveria resultar. A questão voltou a surgir no seio da fundação, alguns anos mais tarde, quando se tratou de implementar a lei das 35 horas. Foi o único conflito aberto em toda a vida da fundação. Segundo uma parte dos assalariados, o «progresso do homem» traduzia-se necessariamente numa redução do tempo de trabalho, em conformidade com a lei, mas com rendimentos constantes. Pierre Calame, por seu lado, na qualidade de diretor, mostrou-se hostil a esta tese. A fundação, dizia ele, não obtém rendimentos financeiros do seu trabalho. Deve partilhar os rendimentos provenientes do seu património entre a atividade própria da equipa e as subvenções aos parceiros. Além disso, não há «ganhos de produtividade» a esperar no nosso próprio trabalho. Por conseguinte, reduzir o tempo de trabalho sem redução do rendimento equivalia a reduzir a intensidade do diálogo entre a fundação e os seus parceiros, intensidade que dependia do empenho e do tempo de trabalho dos assalariados, ou a recrutar, mas nessas condições em detrimento do apoio aos nossos parceiros.

A escolha que foi feita em consequência, e que se manteve durante cerca de quinze anos, até que as modalidades de aplicação da lei se tornaram mais rigorosas, foi aproveitar uma derrogação que permitia aos funcionários autónomos na organização do seu trabalho – o que era o caso de todos aqueles que na fundação tinham um estatuto de quadro – definir o tempo de trabalho em número de dias úteis por ano e não em número de horas por semana.

Embora a questão continue controversa em França, parece que a lei das 35 horas se traduziu na sociedade de forma diferenciada, dependendo do setor de atividade. Na indústria e, em particular, nas grandes empresas, a redução do tempo de trabalho traduziu-se numa intensificação do trabalho, nomeadamente com uma redução das pausas, o que significa reduzir ainda mais a função integradora da empresa; nos serviços públicos, em particular nos serviços de saúde, por uma redução efetiva da qualidade do serviço, o que também prejudicou as relações sociais; e em setores como a construção civil, a restauração ou a hotelaria, seja pelo não cumprimento da lei, seja pelo recurso crescente a imigrantes sem documentos. De qualquer forma, não é evidente que esta lei das 35 horas tenha sido capaz de reduzir as desigualdades de rendimento associadas ao desenvolvimento daquilo a que chamámos «economia da inteligência».

Foram, portanto, as nossas reservas em relação às duas hipóteses da época, rendimento universal e partilha mecânica do trabalho, que nos levaram a privilegiar outras perspetivas. Na nossa opinião, a integração económica europeia e a globalização da economia mundial obrigavam a pensar em novos termos.

Desde janeiro de 1996, definimos esta parte do programa de luta contra a exclusão como a

animação dos projetos socioeconómicos da Aliança e destacamos os seguintes temas¹⁰⁵:

«Como construir projetos de sociedade que sejam mobilizadores para o próximo século? Que alternativas ao trabalho propor como base da integração social? Como utilizar a arma da poupança e do financiamento alternativo e solidário? Como promover sistemas locais de troca em contraponto às trocas mundiais? [vemos esses sistemas locais de troca como a combinação de] uma economia de mercado local, a promoção da autoprodução, novas formas de troca de bens e serviços. Que mecanismo de redistribuição para sociedades responsáveis e solidárias?... Os primeiros resultados do estudo de enquadramento sugerem outras linhas de trabalho: sobre as empresas (carta social das empresas, regulação da atividade das empresas multinacionais); sobre os valores da sociedade (hospitalidade, noção de propriedade, transmissão de valores na educação dos jovens).»

E, um ano depois, precisamos¹⁰⁶ [sobre o estudo de enquadramento]:

«[...] a ênfase foi colocada no estudo de soluções inovadoras, políticas ou macroeconómicas, implementadas e na comparação de sistemas explicativos e soluções e rupturas propostas sobre a moeda, o trabalho e todas as grandes questões em debate... Duas orientações principais para a LEX1 emergiram do estudo: contribuir para os projetos atuais ou potenciais da Aliança sobre temas socioeconómicos; criar uma rede de intercâmbio sobre o pensamento inovador sobre esses mesmos temas.»

O polo de socioeconomia solidária, que se desenvolverá a partir de 1998, sob a impulsão de Philippe Amouroux, procurará combinar estas duas dimensões à escala internacional.

IV. A invenção da Aliança para um mundo responsável e solidário, 1994-1995

Nas aventuras humanas, pelo menos aquelas que estão amplamente abertas ao exterior, é raro que a realidade se conforme ao que foi previsto. Vimos que, durante a primeira etapa da fundação, de 1982 a 1989, o envolvimento da fundação na criação e no apoio ao grupo de Vézelay introduziu uma ruptura que, no momento da tomada de decisão, não imaginávamos que alteraria a própria natureza da estratégia da fundação.

A divulgação da Plataforma para um mundo responsável e solidário, conclusão da convenção preparatória dos Estados Gerais, em dezembro de 1993, e o lançamento, no início de 1994, da Aliança para um mundo responsável e solidário produziram uma ruptura ainda maior. É certo que a Aliança era a continuação lógica da ambição traçada em março de 1988 com o apelo aos Estados Gerais do planeta, mas uma coisa era lançar um apelo, outra coisa era colocar-se,

¹⁰⁵ FDS 6253 - 24 de janeiro de 1996 - Apoio aos projetos socioeconómicos da Aliança

¹⁰⁶ FDS 7201 - 1 de fevereiro de 1997 - Por uma sociedade menos **excludente**

como pequena fundação, o desafio de responder às ambições e esperanças que ela havia despertado, de organizar ela mesma algo que se aproximasse da ideia dos Estados Gerais do planeta.

4.1 – O contexto geopolítico, intelectual e ideológico

Para compreender a nossa dupla iniciativa, a da Plataforma para um Mundo Responsável e Solidário e, em seguida, a da Aliança com o mesmo nome, é necessário contextualizar a época.

O comunismo caiu do seu pedestal

A queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, e os massacres da Praça Tian'anmen, em junho de 1989, privaram todos aqueles que viam os limites e as contradições do sistema capitalista da alternativa que o comunismo representava em teoria. Ora, essa oposição entre os dois sistemas, capitalismo e comunismo, havia estruturado a essência dos debates políticos e intelectuais no rescaldo da guerra. Com a União Soviética auréolada pelos seus sacrifícios e vitórias contra o nazismo, a abordagem marxista fascinava a grande maioria dos intelectuais.

Depois da repressão dos motins populares em 1956, em Budapeste, e da Primavera de Praga em 1968, após a descoberta progressiva dos estragos causados ao ambiente natural por um modelo produtivista e uma industrialização sem contrapoder na Sibéria, foi o próprio sistema soviético que se desmoronou como um castelo de cartas. Para um mundo intelectual em busca de uma alternativa ao sistema capitalista, o comunismo chinês, o maoísmo, substituiu o comunismo soviético no final da década de 1960. Após a morte de Mao Tsé-Tung, um processo de releitura da história do maoísmo e da revolução cultural surgiu mais ou menos na própria China, numa abordagem que lembra o relatório de Khrushchev de 1956 denunciando os crimes do stalinismo. Mas a virada radical da China para a abertura ao mundo e ao sistema capitalista, tomada por Deng Xiaoping em 1979, foi acompanhada por uma amnésia oficial em relação aos dramas e erros do maoísmo, em particular da revolução cultural, que perdura até hoje. Foi o massacre da Praça Tian'anmen, em junho de 1989, que assinalou, pelo menos na Europa, o fim do «sonho chinês». A repressão violenta das manifestações estudantis, traçando uma linha de separação sangrenta entre abertura económica e abertura política, marcou o fim do jogo.

A esperança frustrada de uma governança mundial renovada

No início dos anos 1990, o descongelamento ideológico obrigou os críticos do capitalismo a se organizarem em torno de novas perspectivas e de um novo imaginário, eventualmente a encontrar um novo inimigo: uma «globalização» em pleno andamento, tanto no plano ecológico quanto no plano económico, com a crescente integração da China no comércio

mundial. No entanto, faltava uma resposta ideológica e política a essa nova globalização. Um sopro de esperança veio de Mikhail Gorbachev e do seu grande discurso na ONU em dezembro de 1988:

«Pela primeira vez na história, basear a política internacional em normas morais e éticas comuns a toda a humanidade tornou-se uma exigência vital... Hoje entramos numa era em que o interesse de toda a humanidade deve ser colocado na base do progresso... Aproximámo-nos do limite além do qual a espontaneidade desordenada conduz a um beco sem saída. Por isso, a comunidade internacional terá de aprender a formar e a dirigir os processos de forma a poder salvar a civilização, torná-la mais segura para todos e mais favorável a uma vida normal... O crescimento económico mundial expõe as contradições e os limites da industrialização tradicional. A sua expansão «em largura e profundidade» conduz a uma catástrofe ecológica.»

Foi preciso esperar 27 anos e a encíclica do Papa Francisco, *Laudato Si*, em 2015, para que outra grande voz mundial se expressasse com tanta veemência para convidar a humanidade a construir um destino comum. Mas, em 1990 e 1991, a desintegração da União Soviética e a destituição de Mikhail Gorbachev puseram fim a esse impulso.

A Cimeira da Terra de 1992: alcance e limites das conferências intergovernamentais

Para a fundação, na ausência do grande impulso evocado por Mikhail Gorbachev, foi a preparação da Cimeira da Terra de 1992, inspirada no relatório Brundtland, «Nosso Futuro Comum», de 1986, que assumiu o relevo.

Já mencionámos, a propósito do grupo de Vézelay, o facto de que, inicialmente, esta Cimeira da Terra nos pareceu uma concretização possível dos Estados Gerais do planeta. Mas, já em 1991, compreendemos que não seria esse o caso. No entanto, é preciso lembrar o entusiasmo que reinou durante a preparação, a mobilização das comunidades científicas, das organizações da sociedade civil, das empresas e das autoridades locais. No ano que antecedeu a Cimeira da Terra, surgiram várias centenas de projetos de «Carta da Terra», em resposta a uma ideia que tinha sido lançada vinte anos antes na primeira conferência mundial sobre o ambiente, em Estocolmo. Mas, embora a Cimeira da Terra tenha marcado, em muitos aspetos, o início de uma nova era, em que a questão dos desequilíbrios entre a humanidade e a biosfera continuará em destaque, ela sofreu de quatro fraquezas cujas consequências ainda hoje se fazem sentir.

Em primeiro lugar, ao contrário da ideia dos Estados Gerais, que pressupunha o diálogo entre todos os atores, a Cimeira do Rio criou um fosso entre a negociação intergovernamental e os atores não estatais. Ao contrário do que Mikhail Gorbachev evocava na tribuna da ONU, os líderes mundiais esperam colocar o vinho novo das interdependências globais nos velhos odres das relações entre Estados soberanos, e a soberania absoluta de cada um deles será repetida de conferência internacional em conferência internacional.

A segunda fraqueza é a própria fragilidade do conceito de «desenvolvimento sustentável». É a

figura imposta em todos os discursos. Apresentado como uma revolução cultural e antropológica, colocando os direitos e interesses das gerações futuras no centro das políticas do presente, o desenvolvimento sustentável é, na realidade, o resultado de um compromisso diplomático entre o reconhecimento da necessidade de proteger a biosfera e o reconhecimento do direito ao desenvolvimento de todos os países. Pode-se dizer que, ao colocar no centro da vida internacional um oxímoro, a justaposição de dois termos contraditórios, «desenvolvimento» e «sustentável», a Cimeira do Rio inaugurou a era do pensamento mágico: um pensamento que pretende que as contradições são resolvidas assim que são nomeadas e que os termos são associados.

Terceira fraqueza: a recusa dos governantes em chegar a um acordo sobre um texto de ética comum que possa fundamentar o futuro direito internacional de gestão do bem comum. Para grande desgosto de Maurice Strong, o Secretário-Geral da conferência, que depositava muitas esperanças nisso, os chefes de Estado não quiseram adotar uma Carta da Terra, terceiro pilar da Comunidade Internacional ao lado da Carta da ONU e da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Consequentemente, e esta é a quarta fraqueza, as orientações adotadas no Rio não são vinculativas. De facto, na história da exploração irracional dos recursos da biosfera, é difícil discernir um ponto de inflexão em 1992. As grandes lógicas do desenvolvimento económico e técnico permanecerão inalteradas. Um fosso se abre entre o discurso e a ação, dando origem a uma esquizofrenia duradoura, simbolizada pela sequência de G8 e G20, para relançar o crescimento, e COP (Conferência das Partes), para reduzir o consumo e proteger o clima.

As «cimeiras espelho», expressão de uma sociedade civil global em emergência

Quais eram as alternativas que se apresentavam na época e em relação às quais, implícita ou explicitamente, a Aliança deveria se posicionar? Primeiro, havia a ideia de «cúpulas espelho», encarnada pela TOES (The Other Economic Summit). Lançado por Sally Willington, membro do Partido Verde britânico, o TOES, reunindo os sete «povos mais pobres», pretende ser a imagem inversa das cimeiras do G7 que, desde 1974, reúnem anualmente os sete países mais ricos. O TOES organizou, em particular, esta cimeira em Paris, em 1989, em parceria com organizações do terceiro mundo. Isso será a fonte de inspiração, no final da década de 1990, do Fórum Social Mundial, imagem inversa do Fórum Económico Mundial de Davos. O método é sedutor: aproveitar, numa luta dos fracos contra os fortes, o impacto mediático das cimeiras dos poderosos deste mundo, para revelar as falhas do sistema e exigir alternativas. Mas é também a fraqueza: opor um contra-discurso ao discurso não faz necessariamente surgir alternativas reais, assim como a organização de eventos não é suficiente para estruturar os processos de reflexão coletiva capazes de suscitar esse surgimento. Era precisamente essa a ambição que a ideia dos Estados Gerais trazia consigo.

Na mesma época, diante do declínio do internacionalismo dos partidos políticos tradicionais, surgiram redes internacionais que tentavam se colocar à escala do planeta: do lado dos

ecologistas, organizações como o Greenpeace; do lado das empresas, o World Business Council for Sustainable Development (WBCSD). Em 1995, nasceu nas Filipinas o Focus on Global South. Ele constitui uma matriz do que se tornaria o altermundialismo, insistindo na mobilização dos países em desenvolvimento contra as estruturas, OCDE, G7, criadas pelos países mais ricos. Nessa tendência, foi preciso esperar 26 anos para que o Fórum Social Mundial fosse organizado, em 2016, num país do «Norte», o Canadá. No entanto, a Plataforma para um Mundo Responsável e Solidário, ao colocar em paralelo as três crises, fez-nos sair da lógica de um «confronto Norte-Sul». A abordagem com que sonhamos implica, pelo contrário, multiplicar os diálogos internacionais, associando em pé de igualdade as «sociedades do Norte e do Sul». Graças às parcerias estabelecidas com a China, pressentimos que o estado do mundo já não corresponde a essa oposição binária. O conceito de «países emergentes» e de BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China) ainda não surgiu, mas a nova realidade do mundo já é visível.

Outra referência possível é a do Clube de Roma, que se tornou famoso em 1972 com o relatório Meadows «Os limites do crescimento». Mas, precisamente, a experiência do grupo de Vézelay mostrou-nos o alcance e os limites dos pequenos grupos de intelectuais centrados na reflexão. Em reação ao que chamámos de «sociedade em tubos de órgão»¹⁰⁷, meios socioprofissionais que se organizam à escala mundial, mas dialogam pouco entre si, vamos tentar construir uma aliança que promova o diálogo entre os diferentes meios.

Remédios milagrosos ou transição sistémica?

Muitas propostas alternativas que florescem de época em época apresentam-se como A solução para as injustiças e os desequilíbrios. Nos anos 80, era a ideia da desconexão entre o Norte e o Sul. Nos anos 90, foi a campanha do Jubileu pela anulação da dívida dos países mais pobres, o imposto Tobin sobre as transações financeiras, a glorificação das soberanias nacionais face a uma globalização dos mercados que despoja os povos do seu destino e, por fim, a última encarnação, o «socialismo do século XXI século», lançado pelo presidente Hugo Chávez no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro de 2005. O posicionamento da Aliança, que será sua força e sua fraqueza, será, ao contrário, defender a ideia de que, diante de desafios complexos e de natureza nova, não se pode ficar por soluções simples, ou mesmo simplistas. A ideia de um desfasamento entre os sistemas conceptuais e institucionais herdados do passado e os desafios a enfrentar constituirá sempre o pano de fundo da nossa reflexão. A Plataforma para um Mundo Responsável e Solidário insiste, aliás, muito na ideia de uma transformação frontal, que deve associar inovações em domínios muito diversos, renunciando a uma transformação radical, política, económica ou técnica, que teria a virtude de arrastar todas as outras.

A ligação entre as três crises – a crise das relações entre as pessoas, que se traduz em novas formas de exclusão social e na diluição dos laços de proximidade que fundamentam a coesão;

¹⁰⁷ BIP 503 - 30 de março de 2002 - De uma coligação antiglobalização a uma aliança por outra globalização

a crise das relações entre as sociedades e o fosso entre países ricos e países pobres; e, finalmente, a crise das relações entre a humanidade e a biosfera – é outra expressão dessa frontalidade das inovações a conceber. Não é, portanto, surpreendente que a questão da relação esteja no centro da abordagem da Aliança. Um texto de 1995 de Matthieu Calame, no posfácio das conclusões de um primeiro encontro inter-religioso sobre o usufruto da terra (cujas atas foram publicadas em 1997 pela ECLM), reflete perfeitamente o nosso estado de espírito da época: *«Como fazer para que as nossas necessidades existenciais voltem a ser compatíveis com o respeito pelos grandes desafios ambientais e sociais? Na religião há uma ligação: acima de tudo, não impor aos homens uma nova verdade, mas que os homens já existentes se liguem para que se unam, para que se aliem, para que façam alianças»*.

Para gerir estas relações, não podemos ignorar as revoluções técnicas em curso. Foi em agosto de 1992 que o termo «internet» apareceu pela primeira vez nas nossas reflexões¹⁰⁸. Muito rapidamente, a fundação acompanhou uma reflexão coletiva sobre o uso social das novas autoestradas da comunicação. E, a partir de abril de 1994, procuramos implementar ferramentas de comunicação e articulação dentro da Aliança¹⁰⁹ através do correio eletrónico. Assim, desde o início, a Aliança surge como um esforço para fazer emergir uma nova forma de cidadania global na era da Internet.

Em resposta ao que Michel Camdessus, antigo diretor-geral do Fundo Monetário Internacional, chama de «déficit de universalidade»¹¹⁰, a Aliança irá encarnar essa busca pela universalidade. Universalidade que não pode mais, como foi o caso no pós-guerra, ser uma simples extensão dos valores ocidentais ao mundo, mas deve resultar de um diálogo paciente e determinado entre civilizações. É isso que a Aliança procurará encarnar.

As novas formas de expressão política

No momento em que a Aliança nasce, novas formas de ação política, à margem dos partidos políticos institucionalizados, emergem em vários lugares do mundo, especialmente na América Latina. É o caso, em particular, da revolta de Chiapas, no México, que, graças ao talento mediático do seu porta-voz, o subcomandante Marcos, consegue conquistar uma audiência mundial. No Brasil, onde a desilusão com os jogos políticos não tardou a suceder ao entusiasmo pelo retorno da democracia, a Campanha Cidadã contra a Fome e a Miséria, liderada pelo verdadeiro ícone que foi, na sua época, o sociólogo Betinho, mostra a capacidade de mobilizar milhões de pessoas em torno de questões específicas, transcendendo as divisões políticas tradicionais. Estivemos em contacto com Betinho no início da Aliança e a sua influência intelectual foi considerável, nomeadamente através do pragmatismo que o animava a aceitar os fluxos e refluxos de qualquer movimento social. Preparámo-nos para a ideia de que também na Aliança se sucederiam momentos de expansão e de dúvida.

¹⁰⁸ FDS 2838 - 30 de outubro de 1992 - FPH e Rio (rede informática da Orstom)

¹⁰⁹ FDS 4418 - 10 de abril de 1994 - Ferramentas de comunicação e articulação da Aliança

¹¹⁰ FDS 4525 - 24 de maio de 1994 - Papel possível das redes de engenheiros na Aliança

O início da crise europeia

O fim do mandato de Jacques Delors coincide, para a Europa, sem que o percebêssemos claramente na altura, com o início de uma longa crise. O Tratado de Maastricht, que entrou em vigor a 1 de novembro de 1993, foi certamente, à primeira vista, um passo decisivo na construção europeia. No entanto, as dificuldades da sua ratificação em alguns países revelaram os limites de uma construção europeia baseada exclusivamente na unificação do mercado. A era Delors foi aquela em que, apesar da presença do Reino Unido, da Irlanda e da Dinamarca, que aderiram à Comunidade em 1973, se podia esperar equilibrar um pouco esse domínio do mercado com outras políticas comuns. Essa esperança seria frustrada devido ao rápido alargamento da União.

Em 1994, Espanha e Portugal, que aderiram à União Europeia em 1986, eram os últimos a chegar. A entrada da Suécia e da Finlândia na União em 1995 não foi de natureza a perturbar o funcionamento da União Europeia. A queda do Muro de Berlim, por outro lado, criou uma situação radicalmente nova. Os países da Europa Central e Oriental, libertos do jugo soviético, parte integrante da cultura europeia há mais de um milénio, aspiram agora a entrar na União, e não é humanamente nem politicamente possível mantê-los à porta durante várias décadas. Mas o aprofundamento da União Europeia e o seu alargamento aos países da Europa Central e Oriental eram contraditórios. Foi o alargamento que prevaleceu. Já nessa altura se falava de uma cooperação reforçada entre alguns países, nomeadamente entre os seis membros fundadores, no seio de uma Europa mais vasta. A questão ressurgiu periodicamente, mas foi sempre vivamente combatida pelos países que teriam sido excluídos.

Desde 1994 que sabíamos da necessidade de construir uma Europa responsável e solidária e de redefinir o lugar da Europa no mundo. Com o seu peso demográfico e económico em declínio, a pretensão da Europa de continuar a ser a primeira do mundo na economia do conhecimento era mais um mito do que uma realidade. É através da sua capacidade de propor um novo modelo de governação, que vai do local ao mundial, e através da sua capacidade de pensar simultaneamente a unidade e a diversidade, que ela pode esperar continuar a desempenhar um papel proeminente no mundo emergente. A nossa fundação procurará contribuir, por mais modesta que seja a sua contribuição, para esta redefinição do projeto europeu. Mas, no imediato, o fim do movimento de integração crescente comprometerá as perspetivas às quais estávamos ligados, por exemplo, a Carta Europeia do Direito à Habitação. Daí o nosso interesse pelo desenvolvimento da Aliança nas diferentes regiões da Europa e a esperança de que o confronto com aliados de outras regiões do mundo ajudasse a precisar o projeto europeu.

4.2 – A Aliança, um fator de unificação para a fundação

Uma fundação em expansão

A partir de 1994, a fundação passou a dispor de uma contabilidade analítica detalhada que distingue as despesas de acordo com a sua natureza, o seu objetivo (a sua ligação aos diversos programas e políticas) e o meio de ação utilizado (subvenção global, apoio à capitalização da experiência, etc.). Essa transparência foi decisiva para as relações entre o Conselho da Fundação e a equipa permanente. Hoje, ela permite compreender o lugar crescente que a Aliança ocupou na estratégia da fundação.

A evolução da estrutura das despesas é evidenciada pela comparação dos dois anos extremos do período, 1994 e 1998. Ela revela a evolução das prioridades e dos modos de ação.

Em primeiro lugar, verifica-se que, de 1994 a 1998, o total das despesas anuais passou de 34,67 milhões de francos franceses para 43,3, ou seja, um aumento do orçamento em francos correntes de 25%, muito superior à inflação. A fundação está em expansão. Após um período de transição, entre 1991 e 1993, em que uma parte significativa das despesas ainda era dedicada a projetos lançados no período anterior e em que se estavam a implementar novos modos de atuação, a fundação desenvolve a sua atividade.

Uma fundação «mista»

As despesas de funcionamento, que correspondem à animação dos programas e das políticas, são a rubrica de despesas mais importante: 28% do orçamento em 1994 e 32% em 1998. A fundação tem agora um caráter misto, a meio caminho entre uma fundação dedicada à concessão de subsídios a parceiros externos e uma fundação dedicada à realização de ações próprias.

Esta inflação das despesas de funcionamento, que reflete em particular o aumento da equipa permanente, precisava de ser justificada tanto aos olhos do Conselho da Fundação, que podia vê-la como uma deriva burocrática, como perante a autoridade de supervisão, o Cantão de Vaud, que poderia, com razão, ficar indignado ao constatar que uma fundação estatutariamente dedicada à concessão de doações e empréstimos dedicava uma parte crescente de suas receitas ao seu próprio funcionamento. Isso mostra a importância, para essas duas instâncias, de poder detalhar a afectação dessas despesas de funcionamento, distinguindo aquelas relacionadas à administração propriamente dita da fundação e aquelas relacionadas à animação de cada programa e política. Constata-se então que as despesas administrativas ou gerais representam apenas 30% do total das despesas de funcionamento, sendo 70% repartidas entre os diferentes programas e políticas.

O grande desafio da governança: autonomia dos programas e sinergia entre eles

Já em 1991, afirmámos que o projeto da fundação não se podia reduzir à justaposição de sete programas temáticos: cada um deles, pela amplitude das questões que tratava, poderia legitimamente mobilizar a totalidade do orçamento da fundação! O número de programas só se justificava pelas sinergias a construir entre eles. Na prática, cada programa contava com uma ou mais pessoas da equipa dedicadas à sua animação e construía progressivamente a sua própria rede de parceiros. A sinergia entre os programas consistia em desejar que os nossos próprios parceiros fossem além da sua agenda para se associarem às reflexões mais amplas que a fundação lhes propunha. Não era assim tão simples!

Toda organização enfrenta a dupla necessidade de conceder autonomia a cada membro da equipa, sem a qual ele seria apenas uma engrenagem da organização, e garantir a coesão do conjunto, mas esse desafio era particularmente agudo para nós porque os parceiros que financiávamos não eram subcontratados nem fornecedores da fundação, mas organizações autónomas, cada uma com a sua própria vocação, estratégia e parcerias.

A condução da estratégia baseou-se, portanto, numa alquimia complexa. Os nossos acordos de parceria, cujo modelo foi definido nessa época, insistem todos na «convergência de desejos»: o que nos liga ao parceiro não é um programa de ação detalhado antecipadamente — o que excluiria a adaptação a um mundo incerto e em mudança —, mas a afirmação de que queremos avançar na mesma direção. Uma abordagem globalmente eficaz, que permite um bom compromisso entre a autonomia dos parceiros e a coesão do conjunto, mas que não pode esconder a assimetria entre a fundação, que distribui dinheiro, e os parceiros que procuram dinheiro e estão habituados a ceder, aparentemente, às exigências do financiador. Nas fundações que atribuem subsídios, os parceiros consideram-se os verdadeiros portadores de sentido, situando-se o financiador mais do lado dos meios. No entanto, ao lançar a Aliança, a fundação alterou esta repartição simbólica de papéis.

A partilha de informação, meio privilegiado de conciliação entre autonomia e coesão

Internamente, a dialética entre a autonomia dos programas e políticas e a coesão global do projeto foi gerida através da partilha de informação. As reuniões de segunda-feira, em que toda a equipa dedicava a manhã a apresentar as atividades da semana e a discutir as perspetivas para a semana seguinte, decorriam da ideia de que uma troca constante de informações constituía o melhor compromisso entre autonomia e coordenação. Troca reforçada pela disciplina de partilha de informações em bases de dados comuns: diretório, fichas de acompanhamento, documentos de literatura cinzenta: transparência e disciplinas coletivas, contrapartida da autonomia. Isso foi muito útil para garantir a coesão da fundação, mas não resolveu completamente a questão da relação entre os programas temáticos e essa nova aliança abrangente.

A ascensão da Aliança para um mundo responsável e solidário

No projeto de 1991, todos os programas parecem ter o mesmo peso, inclusive financeiro. Mas, muito rapidamente, eles se diferenciam entre «grandes programas», que mobilizam orçamentos importantes e uma ampla rede de parceiros, e «pequenos programas», que mobilizam mais matéria cinzenta do que dinheiro. A partir de 1994, o programa chamado «Futuro do Planeta», antes de se tornar o «programa de apoio ao desenvolvimento da Aliança para um Mundo Responsável e Solidário», passou a ter maior peso, lado a lado com a «política de comunicação» e o programa «Agricultura e Globalização»: cada um deles representa mais de 10% das despesas totais da fundação. Os outros são duas a três vezes menos dispendiosos. Quatro anos depois, em 1998, o panorama mudou. O programa «Futuro do Planeta» passou de 4,5 para 10,4 milhões de despesas anuais. Por si só, representa quase um quarto das despesas totais da fundação. Estes dados numéricos mostram o papel crescente do desenvolvimento da Aliança na estratégia da fundação, deixando já entrever a relação por vezes problemática dos outros programas com a Aliança, por vezes vista como uma oportunidade, por vezes como uma concorrente¹¹¹.

O desenvolvimento da Aliança, fio condutor da crónica da fundação, a partir de 1994

Pelas novas perspetivas que abre, pelo carácter global das ambições que ostenta, pelo seu peso no orçamento, pela atenção especial que lhe é dada pelo Conselho de Fundação e pelo diretor, a Aliança, com os seus avanços e contradições, simboliza a evolução da fundação a partir de 1994. Decidimos, portanto, torná-la também a espinha dorsal da crónica desses anos de 1994 a 1998, com os outros programas servindo de contraponto.

4.3 – A Aliança ou o realismo levado ao extremo

Do internacional ao mundial, dos programas temáticos à transição

Os encontros regionais de 1992 e 1993 constituíram para a fundação um primeiro salto, do internacional para o mundial. A realização da Convenção preparatória para os Estados Gerais e a adoção da Plataforma para um mundo responsável e solidário nos fizeram dar um segundo salto. A Plataforma liga, de facto, as três crises das relações do mundo contemporâneo, entre os indivíduos, entre as sociedades, entre a humanidade e a biosfera, e constata que é necessária uma transição sistémica, que exige uma inovação frontal e nos impede de concentrar os nossos esforços numa ou noutra mutação. É preciso abraçá-las todas em conjunto.

¹¹¹ FDS 3882 - 4 de novembro de 1993 - As alianças do programa: Futuro do planeta

Um diálogo de natureza nova entre os atores

Tendo aprendido com os fracassos da Cimeira da Terra de 1992, não consideramos os Estados como os atores decisivos da transição. Sabemos muito bem os impasses induzidos pela conceção absoluta da soberania, que continua a ser o dogma fundador da ONU. Fiéis à intuição dos Estados Gerais, pensamos que é necessário um diálogo de natureza nova entre os atores. Outra ruptura em relação ao espírito da época, não designamos a priori um único ou principal responsável pelas crises, como «o Norte», «as empresas multinacionais», «o capitalismo» ou ainda «a globalização». Estamos convencidos, desde essa época, de que a regulação dos problemas do mundo pelo mercado constitui uma ilusão perigosa, que a liberalização do comércio mundial não resolverá os problemas da sobreexploração dos recursos naturais, que a pretensão de certas empresas multinacionais de encarnar o bem comum é, na melhor das hipóteses, de excesso e, na pior das hipóteses, de fraude, que o «valor para o acionista», que leva as empresas a maximizar os lucros a curto prazo em benefício dos proprietários, é um desvio do ato de empreender. Mas o colapso do comunismo histórico, a conversão da China à economia de mercado, os impasses em muitos países, nomeadamente africanos, dos modelos de desenvolvimento supervisionados pelos Estados, impedem-nos de pensar que basta contrariar os excessos neoliberais para salvar o planeta. Ambição declarada desde o início, a Aliança pretende ser um espaço de diálogo entre todas as categorias de atores.

Globalização versus mundialização

Uma das nossas preocupações foi distinguir claramente a «mundialização», ou seja, a existência de interdependências mundiais irreversíveis entre as sociedades e com a biosfera, da «globalização», reversível, que descreve o rápido crescimento do comércio internacional e o surgimento de um mercado mundial unificado. No entanto, no início dos anos 90, dominados pelo pensamento anglo-saxónico, o uso de um único termo inglês «globalization» ocultou essa diferença fundamental.

Essa exigência de rigor intelectual e pragmatismo colocou a fundação e, consequentemente, a Aliança em desacordo com a maioria das correntes que agitavam a sociedade da época: a corrente «desenvolvimentista», centrada em projetos concretos; a corrente «direitos humanos», que considerava possível basear uma regulamentação mundial eficaz numa extensão progressiva dos direitos humanos aos direitos económicos, sociais e ambientais; a corrente «antiglobalização», que pensava que o progresso nasceria da luta contra as multinacionais e as instituições internacionais, à qual opúnhamos a necessidade de inventar outra globalização; a corrente «ambientalista», que se concentrava exclusivamente nos desafios ecológicos; a corrente «soberanista», que reivindicava o controlo total do comércio pelos Estados; a corrente do «desenvolvimento sustentável», que via nesse conceito a alavanca da mudança esperada, enquanto nós estávamos sensíveis às contradições internas que ele veiculava e mascarava. Se tivéssemos de resumir numa palavra o nosso pensamento da época, diríamos que respeitávamos essa constelação de movimentos militantes, que eram

de certa forma nossos aliados naturais, mas expressávamos sérias dúvidas sobre a possibilidade de que a soma das suas lutas criasse as condições para a transição sistêmica que ansiávamos.

Pelas mesmas razões, não idealizávamos a «sociedade civil». Tínhamos a sensação de que seria necessária uma nova forma de diálogo, à escala mundial, para fazer emergir novos modos de pensamento, de ação, de organização e de governação, e que a própria sociedade civil nem sempre sairia incólume dessa transição.

Um início em grande estilo

Começo eufórico. O *Le Monde Diplomatique*, referência intelectual para os meios militantes, publicou a Plataforma na íntegra. As suas filiais na Holanda e na Itália seguiram o exemplo. Nós a divulgamos diretamente na nossa rede social da época e rapidamente recolhemos várias centenas de assinaturas de diferentes continentes. Assim, pessoas muito diversas se identificaram com ela.

Resta passar da adesão a um texto para uma dinâmica coletiva.

4.4 – A Aliança, de uma iniciativa a um conceito

O que impressiona, ao reler, com vinte e cinco anos de distância, os textos dos anos 1994 a 1996, é a consciência de que era preciso abrir caminho em um território desconhecido. Tínhamos avaliado a amplitude do fosso que separava as grandes conferências interestatais que marcaram a última década do século XX daquilo que era necessário para inventar e conduzir a transição sistêmica que todos desejavam. Víamos também os limites dos movimentos políticos ou das organizações da sociedade civil quando se tornava indispensável envolver todos os meios num vasto processo de transformação do mundo. Não existia um modelo para o que acreditávamos ser indispensável fazer. Tudo tinha de ser inventado.

Assim, em poucos anos, através de tentativa e erro, mas permanecendo obstinadamente fiéis à intuição inicial e à ambição enunciada pela Plataforma para um mundo responsável e solidário, chegámos a conceber um novo modelo de governação para a ação coletiva. Iniciativa singular no início, «aliança» tornou-se progressivamente um nome comum, um conceito, um novo modo de organização coletiva em torno de um objetivo comum, aplicável, como tal, a outras dinâmicas. Ao fazê-lo, tivemos de enfrentar inúmeras contradições internas e muitos mal-entendidos, tanto por parte dos próprios aliados como por parte dos nossos interlocutores e potenciais parceiros. É disso que vamos dar conta nas páginas que se seguem.

Sobre este assunto, mais ainda do que sobre outros, seria tentador escrever a história a partir das suas conclusões, mas isso não permitiria dar conta dos múltiplos debates que marcaram a história da Aliança, e em particular a invenção da sua governação. É por isso que, mesmo que

isso implique algumas repetições, fiz questão de me ater o mais possível aos textos da época para recriar o contexto e o movimento das ideias.

A Aliança, uma instituição sem muros, um objeto institucional não identificado

Na época, uma aliança não correspondia a uma forma de organização caracterizada. Ela se definia primeiro pelo que não era: nem uma associação, nem um partido político, uma igreja ou um sindicato. Um novo «objeto institucional não identificado», para retomar a expressão do futurista Thierry Gaudin. A nossa convicção de que era necessário inventar um movimento de natureza nova decorria de uma constatação: independentemente do eco que a nossa primeira divulgação da Plataforma tivesse suscitado, os signatários estavam longe de refletir a diversidade dos meios socioprofissionais, das áreas geoculturais e dos centros de interesse que a ideia dos Estados Gerais implicava. O desafio inédito era, portanto, criar um coletivo que não pretendesse encarnar, e muito menos «governar» a Aliança, mas que fosse animado pelo desejo de se ver permanentemente superado pelo alargamento do círculo de aliados.

Qualquer associação, sindicato ou partido tem vocação para se expandir, mas geralmente trata-se de obter «mais do mesmo» e não «mais do diferente». Era, portanto, necessário escolher um termo adequado. A escolha do termo «Aliança» não era tão má para designar a reunião de pessoas e organizações fundamentalmente heterogêneas, mas unidas por um objetivo comum. Foi preciso esperar até ao final da década de 1990 e as dificuldades que iremos narrar para que a Aliança se tornasse efetivamente um conceito organizacional. A nossa primeira tarefa foi imaginar o seu modo de funcionamento.

Já antes da Convenção preparatória para os Estados Gerais, em setembro de 1993, a fundação tinha dito¹¹²:

«[...] que é necessário poder propor aos participantes da Convenção que o desejarem perspectivas de trabalho em comum para os anos vindouros. O ponto de articulação será uma nova «instituição sem paredes.»

Uma nota de janeiro de 1995, «A Aliança por um mundo responsável e solidário; perspectivas, desafios e métodos»¹¹³ reflete as nossas reflexões um ano após o nascimento do movimento:

«A questão do que os signatários da plataforma irão empreender em conjunto está colocada. A resposta é dada pela ideia de aliança, mas do que se trata? Como organizá-la? Quem reúne? Para quê? Tudo ainda está por definir e precisar. Começamos por definir o objetivo: superar o sentimento de impotência, reunir-nos em torno de objetivos comuns, respeitando a autonomia de cada um, organizar, no alvorecer do próximo século, um evento planetário símbolo da diversidade do mundo, da união de energias em torno de propostas comuns; inventar, em cem

¹¹² FDS 3725 - 15 de setembro de 1993 - Organização e perspectiva do programa VEZ

¹¹³ BIP 927 - 31 de janeiro de 2003 - A Aliança para um mundo responsável e solidário. Perspectivas, desafios e métodos

locais, uma forma de trabalhar em conjunto.»

Desde essa época, o Conselho de Fundação considera que a perspectiva de organizar os Estados Gerais do planeta — que rapidamente se tornarão a «Assembleia Mundial de Cidadãos», uma vez que o conceito de Estados Gerais é difícil de compreender fora do contexto francês — é essencial para unir esforços a longo prazo.

O texto continua:

«A Aliança reúne pessoas, instituições e movimentos que se reconhecem nas perspectivas da Plataforma e querem trabalhar em conjunto. Não é uma estrutura jurídica, nem um partido, nem um movimento. Cada um fala em seu próprio nome.»

Ao longo da década de 1990, o Conselho de Fundação insistirá nesta especificidade da Aliança. Esta foi, como se verá, a sua força e a sua fraqueza. É a famosa pergunta de Henri Kissinger, o Secretário de Estado americano, que perguntou: «*A União Europeia, qual é o número de telefone?*». «*A Aliança, qual é o número de telefone?*» Nenhum. Essa foi a escolha. A fundação, o Conselho e a equipa reunidos expressaram-se frequentemente sobre os seus compromissos financeiros e pessoais para com a Aliança, inclusive nos meios de comunicação social, mas sempre se abstendo de falar em nome da Aliança ou em nome de todos os aliados.

Aliados individuais e aliados coletivos

Desde o início, falamos de pessoas, instituições e movimentos. O que chamamos, por um lado, de «aliados individuais», que, ao assinarem a plataforma, comprometiam-se apenas a si próprios, e, por outro lado, de «aliados coletivos», instituições e movimentos. No final de 1995, 45 associações ou movimentos eram signatários da Plataforma¹¹⁴. Estamos conscientes da necessidade de tratar de forma diferente os aliados individuais e os aliados coletivos. A nossa preocupação foi entrar em contacto com movimentos cuja abordagem nos parecia próxima. Mas isso levantava várias questões. A primeira foi enunciada em novembro de 1994 por Jean Freyss¹¹⁵ do Conselho de Fundação:

«Quem é o «nós» da Aliança? É importante que se desenvolvam diferentes locais e que, a prazo, haja um espaço de síntese destes grupos promotores; algo que dê continuidade à fundação como promotora da abordagem. Pois se em 1999 a FPH for a única promotora, isso seria um fracasso, mas é verdade que não se deve avançar demasiado depressa». E mais adiante, o mesmo: «Não há um primeiro passo a dar para que diferentes parceiros institucionais já aderentes à Aliança participem em pé de igualdade na aventura? Se já temos parceiros sólidos, é preciso associá-los desde já.»

Ao longo desses anos, esse será o nosso principal desafio: garantir a continuidade do processo, ser o garante dos métodos até a Assembleia Mundial, ao mesmo tempo em que criamos as modalidades de pilotagem coletiva. Essa questão é debatida especificamente em março de 1995,

¹¹⁴ FDS 6391- 18 de janeiro de 1996 - A economia solidária e a Aliança

¹¹⁵ FDS 5222 - 14 de novembro de 1994 - Organização do grupo de Lausanne

em uma reunião intitulada «A articulação da Aliança com processos externos»¹¹⁶. Primeiro, surge a questão da escolha dos parceiros. Como sublinha Maurice Cosandey, do Conselho de Fundação: *«existem 10 000 organizações no mundo interessadas no mesmo problema, não podemos estabelecer colaborações fortes com mais do que uma vintena delas»*. E sob que forma criar essas parcerias? Gustavo Marin observa: *«não se trata de recrutar, mesmo que por vezes seja interpretado dessa forma. O caminho é longo para que um movimento pré-existente, com a sua própria dinâmica, se sinta «membro da Aliança»*. O que Patrick Viveret resumirá mais tarde, observando que *«se a Aliança se apresentar como uma grande holding, isso afugentará as pessoas»*. Para resolver esta contradição, adotaremos uma atitude pragmática. A primeira etapa é o conhecimento mútuo; a segunda etapa é a assinatura da Plataforma, marcando uma comunidade de pontos de vista sobre os objetivos; a terceira, uma participação efetiva na animação dos trabalhos. Mas a questão da gestão coletiva nunca será realmente resolvida.

Coloca-se também a questão da anterioridade de certos movimentos e do que pode parecer aos seus olhos como concorrência desleal de um recém-chegado. Foi o caso do Movimento dos Cidadãos do Mundo, com um longo e glorioso passado. Criado em 1937 para combater os nacionalismos, já destacava a necessidade de uma visão cosmopolita global. Foi sobretudo após a guerra que se tornou famoso com o gesto espetacular de Garry Davis (1921-2013), que rompeu simbolicamente com a sua pátria em maio de 1948, entregando formalmente o seu passaporte à embaixada americana em França e declarando-se apátrida e «primeiro cidadão do mundo». Foi também ele quem, juntamente com Albert Camus, solicitou a criação de um governo mundial. Na época, eles foram acompanhados por personalidades tão diversas como Albert Einstein, Jean-Paul Sartre ou o Abbé Pierre. Foi aberto um registo de cidadãos do mundo. Em certa altura, contou com centenas de milhares de assinaturas. Câmaras municipais proclamaram as suas cidades «cidades mundiais». Mas, por ter sido excessivamente catastrofista ao anunciar que iríamos caminhar para um conflito nuclear e o fim do mundo se um governo mundial não fosse instaurado antes do final da década de 1950, o movimento foi gradualmente perdendo força.

Várias personalidades marcantes do Movimento, ao descobrirem a nossa Plataforma no Monde Diplomatique, reconheceram-se nela, como Robert Sarrazac. Personalidade fora do comum, foi ele quem nos fez descobrir toda a profundidade histórica do Movimento. Outros militantes históricos dos cidadãos do mundo envolveram-se no desenvolvimento da Aliança. Como, então, Renée Marchand, depositária da herança do Movimento, não teria sentido uma certa amargura? Em outubro de 1995, organizamos uma reunião com ela. Gustavo Marin observa em seu relatório da reunião,¹¹⁷ *«Renée Marchand fez algumas perguntas que revelavam uma certa desconfiança ou falta de compreensão sobre a dinâmica iniciada: quem controla a Aliança? Quem redigiu a plataforma? A FPH pode se dar ao luxo de lançar essa iniciativa porque tem meios para isso»*. O desejo de Renée Marchand era estabelecer um acordo entre os Cidadãos do Mundo e a Aliança, mas Gustavo Marin respondeu: *«isso não é possível porque a Aliança não é uma instituição nem uma associação jurídica»*. Esforçámo-nos constantemente por ser um espaço onde muitas instituições e movimentos, muitas vezes muito mais antigos do que nós, pudessem reconhecer-se e cooperar. Mas não foi tão fácil explicar isso!

¹¹⁶ FDS 5615 - 23 de março de 1995 - A articulação da Aliança com processos externos

¹¹⁷ FDS 5795 - 27 de outubro de 1995 - Cidadãos do mundo da Aliança para um mundo responsável e solidário

O que impressiona, no entanto, nestes primeiros anos, é o nosso esforço para dar espaço a instituições de natureza muito diversa, ora acolhendo as suas iniciativas no seio da Aliança, ora procurando formas concretas de diálogo. Foi o caso da Rede Sul Norte Cultura e Desenvolvimento¹¹⁸, que desde 1995 se questiona: «*Quais serão os critérios de escolha dos delegados aos Estados Gerais?*». Nos EUA, vários dirigentes do Millennium Institute, de Washington, assinaram a Plataforma e participam na animação de um projeto. O Instituto, que permanece ancorado na América do Norte, vê na participação na Aliança uma abordagem mais intercultural e mais orientada para propostas. Outro exemplo é a relação com a AIU (Associação Internacional das Universidades)¹¹⁹, sediada na UNESCO. O seu vice-presidente, Michel Falise, vê todo o interesse desta Aliança porque, diz ele, «*vocês apelam a uma visão, enquanto as burocracias se limitam a uma extrapolação*». Na Bélgica, o partido Ecolo lançou, em 1996, os seus «Estados Gerais da Ecologia Política», amplamente inspirados na abordagem e nos métodos da Aliança¹²⁰. Na Itália, é o diálogo com a SID (Sociedade Internacional de Desenvolvimento)¹²¹: «*outra senhora idosa, que celebra em 1996 os seus quarenta anos com o tema central «globalização, sim, mas qual?»*».

Este processo de alargamento progressivo das parcerias será simultaneamente decisivo e laborioso. Deve ser realizado passo a passo. Como observa Venant Cauchy, do grupo de Vézelay, em março de 1995,¹²² «*O método mais frutífero é passar por pessoas que conhecemos; as pessoas que não nos conhecem desconfiam, temem que isso venha de grupos esotéricos*». O caráter globalizante da Plataforma e da abordagem pode, de fato, fazer com que alguns temam, apesar do nosso esforço de transparência, ser recrutados para uma espécie de seita. Veremos as consequências concretas disso alguns anos mais tarde.

Os três caminhos da Aliança

Ainda na nota de janeiro de 1995, «Perspetivas, desafios e métodos», a terceira questão colocada é a dos modos de trabalho. Ao longo do ano de 1994, a ideia das «três vias da Aliança» foi-se concretizando: a cada uma dessas três vias corresponderá um modo de organização e de trabalho.

A primeira via são os «grupos locais». Organizados numa base geográfica, espera-se que se tornem mini-alianças, pela diversidade socioprofissional dos seus membros. São raros os casos em que realmente conseguiremos isso. Esses grupos devem ter a capacidade de reformular a Plataforma para adaptá-la ao contexto cultural local. É o paradoxo do universal num mundo irreduzivelmente plural: a ida e volta entre unidade e diversidade nunca se completa.

A segunda via são os «colégios», que reúnem pessoas e movimentos do mesmo meio social ou profissional. Desde o final de 1994, a nossa principal preocupação é abrir o diálogo com todos

¹¹⁸ FDS 6001 - 17 de outubro de 1995 - A rede Norte-Sul e a Aliança

¹¹⁹ FDS 6854 - 22 de outubro de 1996 - Cooperação AIU-FPH para a Aliança

¹²⁰ FDS 6507 - 10 de maio de 1996 - Estados Gerais da Ecologia Política e Aliança

¹²¹ FDS 6855 - 4 de novembro de 1996 - A SID e a Aliança

¹²² FDS 5417 - 21 de março de 1995 - Desenvolvimento da Aliança no mundo filosófico

os meios. Em janeiro de 1995, observamos que:

«Certos meios já estão mais ou menos estruturados. Essas estruturas raramente são globais e não se constituíram em torno dos desafios do próximo século, muito menos em torno das preocupações enunciadas na plataforma. Elas visam mais propagar uma doutrina, representar uma defesa dos interesses morais e materiais de seus membros, pressionar os poderes estabelecidos, fazer respeitar uma ética profissional, do que criar espaços de diálogo e intercâmbio dentro de um meio e com os outros. É preciso, portanto, partir, num determinado meio, dos signatários da plataforma ou simpatizantes da Aliança para construir progressivamente redes tão internacionais quanto possível e a sua voz coletiva (...). O importante é reconhecer as iniciativas e redes pré-existentes, entrar em contacto com elas. A Aliança deve esforçar-se por federar redes, abrir as estruturas existentes a novos campos de preocupação, em vez de criar outras a partir do zero.»

A terceira via é a «via setorial» da Aliança, a dos projetos temáticos. No início de 1995, o panorama desses projetos ainda não estava definido e mantivemos o que havia sido conquistado nos anos anteriores: «Os 12 trabalhos do grupo de Vézelay», identificados desde 1990, e os «5 programas mobilizadores» (água, energia, solo, revitalização de regiões profundamente degradadas, conversão das indústrias de armamento) citados na plataforma. Já tínhamos anotado a este respeito:

«A Aliança, na fase atual, está longe de contar com todas as competências necessárias para abranger campos tão vastos. Não importa. É preciso lançar-se à água, que algumas pessoas aceitem começar, dar os primeiros passos, o resto virá. »[...] «A primeira tarefa de um projeto temático será recensear, sintetizar, condensar, selecionar, desbloquear e divulgar milhares, por vezes milhões, de páginas que já foram escritas sobre cada uma das mudanças a empreender.»

A Aliança procura o seu valor acrescentado na ligação, na abertura de abordagens ou meios isolados.

Cada uma das vias reflete assim a amplitude colossal da ambição. Revela-se assim a natureza profunda da empresa: não é ter sucesso, o que seria uma tarefa prometeica, mas revelar progressivamente as condições para uma transformação inédita do mundo. Criar, diante de cada desafio, um protótipo do que poderia e deveria ser uma Aliança em grande escala. Para ousar uma metáfora artística, faremos sobre cada tema o primeiro esboço de um fresco a vir.

A comunicação, sistema nervoso da Aliança

Se o desafio é conectar, como alcançá-lo? Na mesma nota de janeiro de 1995, reconhecemos a importância da comunicação:

«A que se pode comparar a Aliança? A uma cidade ou a um organismo vivo que se desenvolve sem um plano pré-estabelecido, sem um sistema de controlo centralizado, mas que mantém a sua coesão graças a mecanismos internos de regulação. É o sistema de informação que constituirá o sistema nervoso da Aliança, que será o seu cimento.»

Isto pressupõe ferramentas comuns. No final do primeiro ano da Aliança, identificámos quatro.

- Primeira ferramenta, «o boletim da Aliança». Foi criado em outubro de 1994 e apresenta trimestralmente o que está a acontecer, pois *«um único pé não cria o caminho, mas nos faz tomar consciência do nosso próprio movimento»*.
- A segunda ferramenta é o «diretório informático», atualizado regularmente, um meio de saber quem é quem e quem faz o quê. Observamos que *«essa necessidade será cada vez mais premente, à medida que os projetos forem surgindo e se diversificando. Um diretório informático comum, gerido de forma descentralizada, é indispensável para permitir os contactos e dar vida às múltiplas intersecções entre os três pontos de entrada do trabalho coletivo»*.
- Terceira ferramenta, «as conferências eletrónicas». *«Meio económico de um intercâmbio permanente, livre do espaço e do tempo.» [...] «Não é o fascínio pela técnica, mas sim a necessidade que nos leva a isso, pois numa dinâmica plural, descentralizada e planetária, o custo, a rapidez e a facilidade dos intercâmbios são decisivos...»*.
- Por fim, a quarta ferramenta, «o banco de experiências», que será o suporte da *«construção das inteligências coletivas, o meio de selecionar, estruturar e difundir a informação: o reflexo de um mundo em movimento»*. Reconhece-se aqui a transposição para a Aliança da abordagem de capitalização da experiência, já tão familiar à fundação... e tão difícil de implementar.

No cerne da filosofia da Aliança, uma visão do «poder criador»

Na vida económica, na vida da sociedade e no mundo vivo, existem vários modelos implícitos de organização. Para simplificar, de um lado, os «modelos mecânicos», nos quais as peças são progressivamente montadas de acordo com um plano pré-concebido; do outro, os «modelos mais biológicos», ecossistémicos, nos quais o desenvolvimento ocorre de forma progressiva e descentralizada, por multiplicação celular, fluxo de energia e informação entre os componentes elementares e diferenciação progressiva dos órgãos. No segundo tipo de modelo, são as leis elementares do desenvolvimento que devem ser definidas, em vez de um resultado final. Estes dois tipos de modelo conduzem a uma governação e a uma conceção do poder muito diferentes.

Esta é a última questão abordada na nota de março de 1995 já citada, que constitui a nossa primeira nota doutrinária. Intitula-se «Quem detém o poder?»:

«O poder não se toma, cria-se». «Quem detém o poder? Aqueles que fazem, aqueles que ousam, aqueles que criam, aqueles que unem, aqueles que avançam. A Aliança, hoje, não tem qualquer estrutura jurídica. Terá algum dia? O futuro decidirá. A fundação deseja continuar ao serviço desta aventura humana, desta ambição. Ela não tem os meios nem a vontade de assumi-los sozinha. A Aliança será uma aventura coletiva ou não será. Um dia surgirão problemas de poder, dinheiro, território, responsabilidade. Em breve, o mais tarde possível... Cada um de nós pode dizer-se membro da Aliança: nenhum de nós pode pretender falar em nome dos outros se não tiver sido mandatado por eles. Não haverá uma direção «da Aliança». Uma aventura coletiva não se dirige, constrói-se e coordena-se. Por outro lado, as funções dentro da Aliança irão

diferenciar-se. É a marca distintiva da vida. A partir dos três pontos de entrada, irão criar-se grupos e abrir-se projetos. A fundação assumirá os primeiros anos, esforçando-se por reunir os animadores para confrontar métodos, dificuldades e resultados. A partir de agora, um pequeno «grupo metodológico» informal reuniu-se, formado por pessoas suscetíveis de nos ajudar, com o seu olhar crítico e a sua experiência, a dar o próximo passo... Grupos locais, colégios, grupos temáticos, sentirão sem dúvida a necessidade de se dotarem de um estatuto jurídico, nem que seja apenas para encontrar apoios financeiros. Adotarão o estatuto mais adequado às suas necessidades específicas. Noutros casos, um movimento pré-existente tornar-se-á membro da Aliança, animará o trabalho coletivo através de um grupo local, um meio, um projeto temático». E a nota conclui: «A Aliança para um mundo responsável e solidário não fechará as suas portas, pois não tem portas. Vai funcionar.»

A última frase é, como se pode imaginar, fruto do método Coué, mas essa firme convicção de que era preciso tentar nos acompanhou ao longo de toda a aventura.

Assim, para enfrentar um desafio inédito, a Aliança assume, sob o impulso da fundação, uma forma também inédita, provocando, em troca, uma transformação da fundação. Essa será a sua força. Será também a fonte de múltiplos mal-entendidos.

No imediato, quatro polos de poder de importância desigual

O envolvimento maciço da Fundação no desenvolvimento da Aliança resultou mais da vontade do Conselho da Fundação do que de um consenso dentro da equipa permanente. Para o Conselho, é a continuação lógica da mudança iniciada em 1986 com o apoio ao trabalho do grupo de Vézelay. Dois membros do Conselho, Maurice Cosandey e Pierre Calame, fazem parte desse grupo e o Conselho beneficiou permanentemente de informações em primeira mão sobre a sua evolução. Mas para uma parte da equipa, esta abordagem, ao mesmo tempo global e abrangente, é motivo de preocupação. Cada programa, de facto, dotou-se progressivamente de um grupo estável de parceiros, entre os quais se estabeleceram relações de confiança, e centrou-se num número relativamente limitado de zonas geográficas e temas de trabalho. Como é que estas duas lógicas muito diferentes vão coexistir, cooperar ou subordinar-se uma à outra? Nos primeiros anos da Aliança, estas questões são implicitamente colocadas, mas permanecem em suspenso.

Dentro da equipa, Gustavo Marin assegurou, desde 1991, o acompanhamento do grupo de Vézelay. Ele encarregou-se do desenvolvimento da Aliança. Mas Pierre Calame era, na época, simultaneamente presidente do Conselho, diretor da equipa e membro do grupo de Vézelay. Dentro desse grupo, ele impulsionou a transição para uma aliança mundial. Uma dualidade de responsabilidades se estabelece necessariamente entre ele e Gustavo Marin. Nesse jogo, em geral cooperativo, Gustavo Marin se sente mais como o representante dos aliados e da aspiração a uma gestão coletiva, e Pierre Calame como o representante da vontade do Conselho.

Por fim, coloca-se a questão do futuro do grupo de Vézelay. Se Calliope e Michel Beaud, os fundadores do grupo, preferiram retirar-se, o resto do grupo, Maurice Cosandey, Larbi Bouguerra, Joseph Ki-Zerbo, Venant Cauchy, René Loubert e Pierre Calame, deseja continuar a

envolver-se. Mas de que forma? No final de 1994, o grupo de Vézelay passa a ser o «grupo de Lausanne». Joseph Tarradellas, outro membro do Conselho da Fundação, integra-se nele. A Fundação assegura o secretariado. Qual pode ser o seu papel? Herdeiro do grupo de Vézelay, ele retira dele uma certa legitimidade, mas não tem controlo sobre as questões financeiras e técnicas, e o seu papel enfraquece rapidamente.

Assim, no início da Aliança, existem quatro polos de poder: o Conselho, a equipa, os aliados e o grupo de Lausanne. Cada um com a sua própria legitimidade. Várias atas de reuniões,^{123,124,125} datadas do final de 1994 mostram que estamos conscientes dos possíveis conflitos de legitimidade. Decidimos que o grupo de Lausanne não será o transmissor do Conselho de Fundação. Deve ser o portador da memória e um «grupo espelho», a uma boa distância da ação quotidiana, para poder formular uma opinião, eventualmente crítica, em relação àqueles que conduzem a ação no dia a dia. Este dispositivo pressupunha o desejo de cada um de participar no jogo. Funcionou bastante bem durante vários anos, mas não podia ser mais do que transitório. À medida que o número de aliados aumentava, que a Aliança se desenvolvia e se estruturava, a memória do grupo de Vézelay foi-se desvanecendo.

No imediato, o Conselho de Fundação está consciente de que o lançamento da Aliança por sua iniciativa altera o seu próprio papel e a natureza das suas relações com a equipa permanente, estruturada desde 1991 em torno de cinco programas autónomos entre si. Tirando as consequências, o Conselho decide, no final de 1994, aumentar para cinco a frequência das suas reuniões anuais, tornando-se o¹²⁶, com o seu diretor, o animador direto da estratégia. A especificidade da FPH no mundo das fundações torna-se ainda mais marcante. Durante a década seguinte, a preparação dos Conselhos da Fundação e a implementação das suas decisões marcaram o ritmo da vida da Fundação.

Três condições, reunidas nessa época, permitiram que o sistema funcionasse. Pierre Calame, sendo simultaneamente presidente do Conselho de Fundação e diretor da equipa, assegurava a mediação, correndo o risco de que a Aliança parecesse ser «o seu bebé»; o Conselho de Fundação era muito estável na sua composição, unido por relações de amizade forjadas ao longo dos anos e por uma memória e um imaginário comuns; finalmente, a transparência na circulação de informações e o contacto direto e frequente entre os membros da equipa e os membros do Conselho criaram relações de confiança mútua, indispensáveis no momento em que empreendíamos uma aventura cujos efeitos só poderiam ser medidos a muito longo prazo.

¹²³ FDS 5088 - 25 de janeiro de 1995 - Balanço financeiro e perspetivas do programa Futuro do Planeta

¹²⁴ FDS 5099 - 25 de janeiro de 1999 - Apoio ao grupo de Lausanne

¹²⁵ FDS 5308 - 22 de novembro de 1994 - Temas a serem abordados pelo grupo de Lausanne

¹²⁶ FDS 5224 - 24 de novembro de 1994 - Função e método de trabalho do Conselho

4.5 – O lançamento da via colegial

A imaginação dos Estados Gerais do planeta pressupunha que todos os meios socioprofissionais estivessem representados e, além disso, à escala mundial. Como concretizar tal utopia?

Partir do que já existe

A ideia inicial foi entrar em contacto com as redes mundiais pré-existentes, apresentar-lhes a Plataforma e ver em que medida as teses nela expostas encontravam eco nas mesmas. Esperávamos fazer da Aliança um espaço de discussão de natureza nova entre os meios socioprofissionais mais diversos, mas para que isso funcionasse era necessário que esses meios já estivessem estruturados, se possível à escala internacional, o que raramente era o caso.

Naquela época, só tínhamos contactos em alguns meios. O primeiro era o dos estudantes. Desde 1992, constatámos que não existiam redes de estudantes organizadas para abordar as questões debatidas no grupo de Vézelay, nem à escala europeia, nem, a fortiori, à escala mundial. Matthieu Calame, então com 22 anos, estudava agronomia em Toulouse. Já envolvido nas atividades da fundação, ele aceitou o desafio de organizar um encontro internacional de estudantes em Toulouse. Um grupo de estudantes argelinos, liderado por uma jovem agrônoma, Nacéra Aknak, participou desse encontro. Nacéra, entusiasmada, via para a juventude argelina uma oportunidade única de sair do seu isolamento. Era o início dos «anos de chumbo» na Argélia. A interrupção do processo eleitoral pelo presidente Chadli, para evitar a vitória da Frente Islâmica de Salvação (FIS), precipitou o país numa verdadeira guerra civil. Foi em resposta à esperança assim suscitada que nasceu o que veio a ser o «colégio estudantil da Aliança», o REMED... e que foi tomada a decisão de organizar na Argélia – o que não faltava nem em audácia nem em inconsciência – a sua primeira reunião. Na ausência de uma rede internacional que pudesse tornar-se nossa parceira, vimo-nos obrigados a criar uma do zero.

O segundo ponto de partida foi o dos religiosos. Em 1991, Pierre Calame representou o grupo de Vézelay, em Seul, na Coreia do Sul, no encontro mundial do processo de diálogo ecuménico intitulado Justiça, Paz e Salvaguarda da Criação (JPSC). Tínhamos avaliado as suas limitações. Ainda se tratava apenas de um diálogo entre as diferentes confissões cristãs. O desafio de um diálogo inter-religioso sobre as transições a realizar permanecia intacto. Seria necessário muito trabalho antes de o alcançar. A nossa ideia era criar um grupo de trabalho inter-religioso sobre valores: a busca de valores comuns é central na Plataforma. Mas como avançar? Que papel o diálogo inter-religioso pode desempenhar na busca de valores comuns? Os nossos dois pontos de partida são aqui Jean Fischer, na época secretário-geral da Conferência das Igrejas Europeias (KEK) no Conselho Ecuménico das Igrejas (COE) e, fora do

cristianismo, Sulak Sivaraska, fundador da Rede Internacional de Budistas Engajados (INEP) tailandesa, que participou na Convenção Preparatória dos Estados Gerais. É com eles que exploraremos as potencialidades e os limites das diferentes redes de diálogo inter-religioso existentes.

Terceiro ponto de partida: as organizações camponesas. No âmbito do programa Agricultura Camponesa e Modernização (APM), foram estabelecidos numerosos diálogos com organizações camponesas, principalmente na Europa, África e América Latina. Mas a China e a Índia, que constituíam a imensa massa camponesa, estavam ausentes das nossas redes. Os parceiros do programa eram principalmente organizações de pequenos agricultores, em luta contra a agricultura industrial e produtivista. Por fim, esta rede APM estava centrada nos objetivos próprios do programa e não desejava alargar excessivamente o seu campo de ação: para qualquer rede que dependa de contribuições financeiras externas para funcionar, o que é o caso mais frequente, qualquer alargamento da rede pode significar simultaneamente uma perda de poder dos seus atuais animadores e uma diluição do financiamento.

Estes três exemplos antecipam bastante bem as dificuldades que encontraremos para concretizar a nossa utopia. Para entrar em contacto com as redes pré-existentes, era necessário primeiro identificá-las. A partir de maio e junho de 1994, procedemos a um primeiro balanço dos nossos contactos^{127,128,129}: autarquias locais, empresas, engenheiros, ativistas políticos, grandes ONG ambientais, quadros, consumidores. A repercussão da Plataforma proporcionou-nos alguns contactos prévios, mas era necessário fazer escolhas. As primeiras manifestações iriam marcar de forma duradoura a Aliança, pois é verdade que um coletivo se define mais pela natureza dos seus membros do que pelos seus objetivos. É por isso que, por exemplo, consideramos que o contacto com o mundo político não é uma prioridade para nós: *«a Aliança não deve ser associada de forma demasiado forte aos partidos verdes que, na maioria dos países, se concentram na ecologia, em detrimento de outros desafios»*. Da mesma forma, questionamo-nos até onde devemos ir com as ONG ecológicas internacionais. Os nossos primeiros aliados dizem-nos que elas podem ser mobilizadas no debate, mas com prudência, uma vez que a seriedade da análise varia de caso para caso e algumas delas continuam a dar a sensação de que a conservação dos meios naturais pode ser feita contra os seres humanos.

As autarquias locais? *«Tanto quanto sabemos, não existe uma rede mundial sobre estes temas. O principal ponto de apoio poderia ser a Federação Mundial das Cidades Unidas (FMCU), cujo secretário-geral já contactou a fundação»*¹³⁰. Decidimos também entrar em contacto com a International Union of Local Authorities (IULA), a outra rede internacional de autarquias locais. As duas redes iniciaram um processo de aproximação que acompanharemos de perto, participando na primeira conferência mundial das cidades no Rio de Janeiro em 1995 e, em

¹²⁷ FDS 3478 - 21 de junho de 1994 - Redes: Política, Engenheiros, Consumidores

¹²⁸ FDS 3481 - 26 de maio de 1994 - Via colegial: redes de empresas e coletividades locais

¹²⁹ FDS 4205 - 28 de janeiro de 1994 - Alianças com organizações internacionais ecológicas

¹³⁰ FDS: 3481 - op cit

seguida, assegurando o enquadramento metodológico do congresso fundador que concretizou a sua fusão numa associação mundial, Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), em 2004. Mas nunca conseguiremos associá-las plenamente à Aliança.

Em busca dos «meios ausentes»: raridade e fraqueza das redes internacionais

O provérbio latino «*asinus, asinum fricat*», o burro esfrega o burro, ou seja, quem se parece junta-se, reflete bem, ainda hoje, o estado do mundo e a dificuldade concreta de se aproximar de mundos diferentes do seu e, mais ainda, de suscitar um diálogo entre mundos que se ignoram mutuamente: o diálogo não fundamenta uma identidade; ele pressupõe, antes de mais nada, que essas identidades existam.

Desde maio de 1994, observamos o que será o fio condutor de toda a nossa ação:

«O trabalho colegial continuará a ser feito à mão. Os contactos com cada rede são estabelecidos em função das oportunidades. Sabemos que uma das principais dificuldades, face às ambições da plataforma, reside na escassez de redes mundiais. Por isso, até ao final de 1997, devemos conseguir estabelecer ligações com outras redes existentes, consolidar, na perspetiva dos Estados Gerais do planeta, as redes com as quais já estamos ligados e, se for caso disso, tentar fazer surgir outras redes. As lacunas mais evidentes [nos contactos prévios da FPH] dizem respeito às redes relacionadas com os detentores de poderes e responsabilidades económicas, políticas e sociais.»

No que diz respeito às empresas, entraremos em contacto com o Word Business Council of Sustainable Development (WBCSD), que Maurice Strong, secretário-geral da Cimeira da Terra, criou, consciente de que as mudanças a empreender não seriam da exclusiva responsabilidade dos Estados. O nosso contacto com o WBCSD terá lugar, mas sem resultados operacionais. Este Conselho encarna o esforço das grandes empresas para destacar o seu compromisso voluntário, a fim de evitar a implementação de regulamentações internacionais mais restritivas, como a tributação do carbono. É toda a ambiguidade do movimento da «Responsabilidade Social das Empresas» (RSE), para o qual o compromisso voluntário permite evitar a regulamentação.

Pensávamos também em abordar a empresa por meio de engenheiros, executivos e técnicos. Mais uma vez, rapidamente percebemos as limitações da estruturação desses meios socioprofissionais, cujo objetivo principal – e não podemos culpá-los por isso – é a defesa dos interesses da categoria. Não é fácil passar disso para um compromisso coletivo com a preservação do planeta! Observamos, por exemplo, *que «na França, os engenheiros não constituem um meio socioprofissional muito forte; eles são mais fortes na América Latina e, sem dúvida, é do mundo americano que devemos partir, com base no contexto brasileiro»*. Pensamos também em nos voltar para o Movimento de Quadros Cristãos (MCC), menos estritamente centrado na defesa de interesses específicos, mas o nosso diálogo com Alain Heilbrunn, um dos animadores do Movimento, também nos mostra os seus limites. Citando Michel

Camdessus, antigo presidente do Fundo Monetário Internacional, ele constata que «*o mundo tem um déficit de universalidade, o que explica a falta de estruturas internacionais*. Esta observação esclarece tanto o interesse como a dificuldade da nossa Aliança.

As mesmas dificuldades se apresentam com a Associação Internacional de Universidades. Serão necessários vinte anos e múltiplas tentativas mais ou menos infrutíferas para encontrar maneiras de progredir.

Por vezes, os contactos são estabelecidos rapidamente. É assim que procuraremos divulgar a plataforma no congresso da IOCU (Organização Internacional das Uniões de Consumidores) e no seio da FIET (Federação Internacional dos Empregados e Técnicos), mas sem resultados concretos. A Plataforma desperta interesse, mas não incentiva a alargar as agendas dos movimentos.

Em alguns casos, como o dos meios científicos, é mais fácil envolver especialistas num tema específico num projeto temático da Aliança do que obter desse meio uma reflexão global sobre as suas próprias responsabilidades. Tal como aconteceu com a Universidade, levaremos vinte anos para começar a alcançar esse objetivo. Desde 1994 ⁽ⁱ⁾ a FPH participou com o CNRS na organização de uma reunião de cientistas franceses ^{131, 132} para refletir em conjunto sobre as relações entre ciência e sociedade. Mas faltará a possibilidade de perpetuar e internacionalizar as conclusões desta conferência.

Em novembro de 1994, surge assim a filosofia de trabalho da fundação e da Aliança em busca de «meios ainda ausentes¹³³». Uma abordagem pragmática, em que se procura sempre, para começar, e com base no nosso capital social, o contacto com as redes pré-existentes, sabendo por experiência que nenhuma corresponderá completamente ao que esperamos de um colégio da Aliança, mesmo que, quando necessário, seja preciso tentar criar uma rede quando não existe nenhuma. E, nesse caso, como observamos em março de 1995¹³⁴: «*o nosso problema é encontrar uma pequena equipa de aliados capazes de tomar a iniciativa*».

4.6 – O lançamento da via geocultural

De um encontro internacional a um diálogo duradouro e a uma Aliança Mundial

Durante o primeiro ano, a nossa abordagem da via geocultural é claramente menos afirmada do que a abordagem colegial, pois, de 1991 a 1993, a organização dos encontros regionais e,

¹³¹ FDS 2798 - 23 de setembro de 1992 - Convite à apresentação de propostas aos investigadores do CNRS sobre os 12 trabalhos

¹³² BIP: 448 - 5 de agosto de 2010 - Ambiente, investigação e sociedade: ensino, mediação, especialização

¹³³ FDS 5310 - 22 de novembro de 1994 - O que fazer em relação aos meios ausentes?

¹³⁴ FDS 5614 - 24 de março de 1995 - Estratégia da Aliança em relação às escolas ausentes

posteriormente, da Convenção preparatória para os Estados Gerais do Planeta foi, por natureza, intercultural. No seio do grupo de Vézelay, foi essencialmente a nossa coordenadora, Calliope Beaud, que se encarregou de identificar interlocutores credíveis em cada continente. O nosso primeiro desafio em 1994 foi, portanto, não perder esses contactos após a saída de Calliope do processo. Foi através dessas personalidades que procuramos, em primeiro lugar, divulgar a Plataforma e colocá-la em debate.

Sabíamos que essa forma de agir tinha as suas limitações. Participar pontualmente num encontro, por mais rico que seja, não equivale a comprometer-se a «embarcar» – pois trata-se bem de navegar em alto mar – na Aliança para uma aventura partilhada. Aprendemos isso à nossa custa com o encontro fundador do programa Viver em paz num mundo de diversidade. Desta vez, estamos a proceder com pequenos passos, cuidando de manter os contactos já estabelecidos nos diferentes continentes e criando novos. Não é uma onda gigantesca. Com exceção do Monde Diplomatique e das suas filiais na Itália e na Holanda, no Brasil e no Chile, nenhum grande meio de comunicação se posicionou a favor da Aliança. O copo está meio cheio, pois os signatários da Plataforma virão progressivamente de mais de cem países, o que torna a Aliança uma aventura bastante única. O copo meio vazio é que os signatários da plataforma continuarão a ser, em sua maioria, da França e, mais amplamente, do mundo francófono.

Os limites físicos do capital social

Desde essa época, tomamos consciência da nossa dupla limitação. Em primeiro lugar, uma limitação física: não basta registrar em um diretório um signatário da plataforma ou mesmo um aliado (a diferença entre os dois permanecerá obscura), é preciso manter relações contínuas com ele ou ela. Ao nível da nossa equipa, e para todos os programas, os contornos das nossas parcerias são limitados pela capacidade de cada membro da equipa de manter tais relações personalizadas. No caso da Aliança, a desproporção entre a dimensão da equipa de animação – basicamente, uma pessoa e meia – e a amplitude do desafio obriga-nos a recorrer a mediadores. Este será todo o desafio da estruturação da Aliança em projetos geoculturais, colegiais e temáticos, cabendo à equipa permanente manter com os responsáveis pelos projetos relações suficientemente contínuas para que cada um deles tenha, para além das suas próprias responsabilidades, uma visão global da Aliança. Problema particularmente grave no caso dos grupos geoculturais: a pertença a uma mesma zona geográfica e a assinatura da Plataforma não garantem de forma alguma que as pessoas tenham entre si afinidades suficientes para promoverem em conjunto a abordagem global da Aliança. Por isso, muito poucos grupos locais terão uma verdadeira consistência e nenhum será financeiramente independente da Fundação.

A Aliança corre o risco de ser infiltrada?

Desde 1994, várias questões foram levantadas que prenunciavam os anos seguintes. Em primeiro lugar, devemos excluir certos perfis da iniciativa? «*E se personalidades de extrema direita comesçassem a assinar a plataforma?*», perguntaram-nos. Muitos habituados à vida política e associativa já viram tomadas de poder por um afluxo brutal de membros. A nossa

resposta era que os signatários da plataforma não eram membros de uma associação. Essa era mesmo a razão da forma institucional particular adotada pela Aliança. Assim, essa tomada de poder era impossível. Em contrapartida, privávamo-nos das modalidades clássicas de gestão coletiva, deixando em aberto a questão do sistema nervoso central desse ser coletivo ao qual tentávamos dar vida, com a fundação a assegurar essa função de forma duradoura.

Um aliado¹³⁵ da primeira hora perguntou se veríamos com bons olhos a assinatura da plataforma pelo presidente da Hungria. Dissemos que éramos a favor, porque a Aliança não quer posicionar-se como «anti». Queríamos que a Aliança existisse pelas *propostas* que seria capaz de conceber e levar adiante, e não como um movimento militante que se define contra os grandes poderes estabelecidos.

«E se os signatários da plataforma», perguntaram-nos ainda, «tiverem um comportamento contrário à plataforma e aos valores que ela defende?» Na altura, pensámos que tal contradição, se fosse flagrante, seria visível e, de certa forma, «oponível» a esses signatários. E, de facto, embora a Aliança tenha passado por lutas de influência e poder, o receio inicial de ver a Aliança infiltrada por este ou aquele grupo revelou-se infundado.

A Aliança precisa de ícones?

Outra questão frequentemente colocada é a de conseguir o apoio de personalidades icónicas, de estrelas, se quisermos, que poderiam ter sido destacadas na lista de signatários e que teriam dado uma imagem e credibilidade à Aliança. Essa possibilidade, frequentemente evocada no início da Aliança, nunca foi perseguida de forma obstinada. Talvez, ao nível da fundação, isso nos lembrasse dos nossos primórdios, quando alguns nos recomendavam que incluíssemos personalidades famosas no Conselho de Fundação para adquirir notoriedade de uma só vez. Não foi esse o caminho seguido. Procurámos antes criar um núcleo duro de pessoas dispostas a trabalhar em conjunto e a dedicar tempo à fundação. Com razão ou sem ela, foi a mesma escolha que fizemos para a Aliança.

V. A estruturação da Aliança, 1995-1996

5.1 – Da improvisação inicial a uma abordagem estruturada

O Conselho da Fundação de janeiro de 1996 foi a ocasião para fazer um primeiro balanço¹³⁶. A partir de então, passou a dispor de uma contabilidade detalhada¹³⁷. O orçamento global

¹³⁵ FDS 4266 - 16 de fevereiro de 1994 - Energia 21

¹³⁶ FDS 6120 - 24 de janeiro de 1996 - Perspectivas do programa AVE em 1996

atribuído ao desenvolvimento da Aliança é repartido pelas três vertentes e, dentro de cada vertente, por projeto. Salientamos, em particular, os esforços a realizar nos próximos anos:

«Embora tenham sido constituídos grupos locais em vários países de África e da América Latina, na maioria dos países da Ásia e da Europa Oriental o número de signatários da plataforma ainda é muito reduzido. Algumas categorias continuaram a sua expansão, nomeadamente os jovens e os camponeses, outras iniciaram os seus primeiros trabalhos, como os jornalistas e os parlamentares, por exemplo, mas outras são praticamente inexistentes: os empresários e os líderes religiosos. Vários projetos temáticos foram iniciados de forma promissora [...] mas, em várias áreas, ainda não identificámos os animadores capazes de iniciar as primeiras atividades.»

Na mesma nota de balanço, precisamos:

«Em 1995, envidámos esforços para elaborar documentos de base, nomeadamente de ordem metodológica, para contribuir para este processo de construção da Aliança, em particular a proposta para a organização da via setorial de dezembro de 1995 (que organiza a via setorial em torno de quatro grandes eixos: representações; economia e sociedade; governação; gestão dos ecossistemas). Todo este dinamismo terá um momento forte durante o encontro internacional de animadores do projeto da Aliança, organizado em abril de 1996, por iniciativa da Ecoconcern, associação signatária da plataforma com sede em Barcelona. Este encontro tornará possível uma estratégia de construção coletiva, implementada por animadores de diferentes regiões, colégios e temas.»

A fundação sabe agora que não lhe será possível apoiar uma aliança global deste tipo, atribuindo uma subvenção global a uma estrutura jurídica que encarne toda a aventura: continua a ser a única, por enquanto, capaz de assegurar a coordenação. Mesmo à escala de um meio socioprofissional, não podemos esperar descobrir agora ou criar uma estrutura ou um movimento disposto a conduzir uma dinâmica tão ousada e tão global. O facto de, no final de 1995, 45 associações ou movimentos terem assinado a plataforma não significa, contudo, que constituam um núcleo duro coerente capaz de levar a cabo coletivamente tal dinâmica. A nossa esperança é que, após o futuro encontro de abril de 1996 em Barcelona, surja uma estrutura que reúna os animadores dos projetos geoculturais, colegiais e temáticos. É essa estrutura que poderá animar todo o processo.

A outra palavra-chave é voluntarismo. Compreendemos bem que a construção da Aliança ao longo do tempo, por difusão natural a partir dos núcleos de aliados existentes, não tinha qualquer hipótese de concretizar; até 1999, o sonho que formulámos de uma Assembleia Mundial que refletisse a tripla diversidade geocultural, socioprofissional e temática do mundo.

¹³⁷ FDS 6119 - 24 de janeiro de 1996 - Balanço e perspectivas do programa AVE

A heterogeneidade das expectativas em relação à Aliança: o encontro de Dourdan (abril de 1995)

Na primavera de 1995, organizámos a primeira reunião coletiva de aliados: 80 pessoas, francófonas, reunidas em Dourdan, na região de Ile-de-France. Um subgrupo que se poderia considerar suficientemente homogêneo para constituir o início de uma animação coletiva da Aliança. Mas, desde a sua preparação, percebemos a dificuldade do exercício. Até então, aqueles a quem chamávamos de «aliados» eram signatários da plataforma. Cada um deles tinha as suas próprias razões para assiná-la. «*Não corremos o risco de sonhar com a Aliança sem viver a Aliança?*», questionava Philippe Robichon, um aliado desde o início. Ele propôs um único objetivo para o encontro de Dourdan¹³⁸:

«A responsabilização dos signatários [...] a fim de promover o estabelecimento de laços entre os participantes. O coletivo propõe preparar antes do encontro um trombinoscópio onde cada um expressaria sucintamente quem é, o que fez, em que está envolvido, quais são os seus centros de interesse [...] O diretório não deve ser uma simples ferramenta de gestão, deve permitir que os membros da Aliança se conheçam melhor, se relacionem de forma transversal e não através da fundação.»

Mas o encontro de Dourdan não vai cumprir todas as suas promessas¹³⁹. Uma parte dos participantes são signatários que vieram graças a laços já tecidos pela fundação. Outros são signatários que vieram depois de lerem a plataforma no Le Monde Diplomatique. Sem que haja necessariamente coincidência entre estas duas categorias, as discussões de Dourdan revelaram dois tipos de motivação fortemente diferentes entre os signatários. Os «especialistas», que constituem o primeiro tipo, são portadores de reflexões críticas sobre a situação mundial na sua área de competência. Eles veem na Aliança a possibilidade de criar um espaço favorável ao trabalho internacional e muitas vezes tornam-se membros ativos dos projetos temáticos. Os «militantes», que constituem o segundo tipo, são mais desiludidos com a ação política clássica que, limitada pelas fronteiras nacionais, impede abordar os grandes desafios do mundo, aqueles que a Plataforma identificou. Estes «militantes» vêem na Aliança um meio de recomposição da ação política e do compromisso social, uma forma de movimento cívico mundial. O altermundialismo está a inventar-se, a tal ponto que a maioria dos membros do núcleo fundador do Fórum Social Mundial de Porto Alegre esteve, em determinado momento, envolvida na Aliança e se afastou dela, desapontada por ela não ser o início desse movimento mundial de protesto. Os dois tipos de aspirações, especialistas e militantes, complementares em teoria, revelaram-se difíceis de conciliar na prática.

Constatando a divergência de expectativas, um dos primeiros aliados, Daniel Brabis, terá, durante o balanço do encontro de Dourdan, esta expressão um pouco desesperada: «*não vamos conseguir*». No imediato, apostamos que estas duas expectativas, diferentes, se não contraditórias, em relação à Aliança podem coexistir e até alimentar-se mutuamente. Mas, na prática, elas pressupõem dois modos de desenvolvimento muito diferentes da Aliança: o

¹³⁸ FDS 5809 - 20 de janeiro de 1995 - Preparação do encontro dos signatários francófonos europeus

¹³⁹ FDS 5489 - 24 de abril de 1995 - Em Dourdan, encontro dos signatários da Aliança

grande projeto do diálogo entre as sociedades sobre os desafios das próximas décadas implica um grande voluntarismo para ir ao encontro das diferentes regiões, dos diferentes meios e dos diferentes temas; privilegia e coloca em cena a grande diversidade do mundo e dos pontos de vista, enquanto um movimento militante mundial se define mais pela sua homogeneidade ideológica, seja uma «internacional ecologista» ou um movimento «antiglobalização».

A Aliança suscita uma reorientação do projeto da fundação, o que não deixa de causar tensões internas

Em novembro de 1994, uma nota de trabalho interna intitulada «A fundação: sete programas, mas uma abordagem e uma filosofia comuns¹⁴⁰» revela uma mudança no nosso projeto:

«A fundação é muito pequena tendo em conta a imensidão do desafio [...] o seu envolvimento num assunto só faz sentido se adotar uma abordagem e métodos de trabalho que permitam uma verdadeira mais-valia. [...] O problema deve ser colocado no seu conjunto, com as suas diferentes componentes e à escala do planeta; deve ser abordado nas suas relações com outras questões com que a humanidade se confronta em toda a sua diversidade sociocultural [...] existe um desafio global, na medida em que a questão é importante em todo o lado, mas coloca-se em termos muito diferentes de um país para outro. Por fim, o desafio deve ser abordado de forma coletiva. A Fundação não é um centro de investigação, mas um local onde o pensamento procura construir-se ao serviço da ação.»

A Fundação já não se define por prioridades temáticas – os sete programas definidos em 1991 –, mas por uma atitude, uma forma de se posicionar em relação aos grandes desafios do mundo. Tirando lições tanto do diagnóstico da Plataforma – as três crises das relações – como da segmentação institucional, é na criação de relações que a Fundação procura afirmar a sua especificidade.

Mas como proceder? Uma primeira solução é seguir a agenda da ONU, que prevê uma série de encontros temáticos mundiais, para ampliar as parcerias. É o que empreendemos por ocasião do encontro mundial de Copenhaga¹⁴¹, convocado pela ONU em 1995 e dedicado à coesão social. A fundação organiza, antes da reunião da ONU, quatro encontros continentais preparatórios. A carta enviada pela Fundação aos participantes dá o tom:

«Não se pode esperar muito mais do sistema da ONU, local de negociação entre os aparelhos estatais que o constituem, do que boas palavras e belas resoluções sem efeito concreto significativo [...] mas a cimeira de Copenhaga parece-nos uma oportunidade para dar um pouco mais de substância à Aliança, um pouco mais de visibilidade aos intercâmbios entre os diferentes continentes, em suma, de oferecer, através de uma espécie de efeito de calendário, a oportunidade de suscitar uma reflexão simultânea sobre os mesmos temas entre os diferentes continentes.»

¹⁴⁰ BIP 728 - 29 de novembro de 1994 - A fundação: sete programas, mas uma abordagem e uma filosofia comuns

¹⁴¹ BIP 442 - 10 de janeiro de 1995 - O apoio da Fundação para o Progresso do Homem aos quatro encontros continentais preparatórios do encontro mundial de Copenhaga

O novo posicionamento da fundação em relação aos desafios globais é objeto de debate no seio do Conselho de Fundação e suscita mesmo, ao longo do ano de 1995 e pela primeira vez, tensões bastante fortes que só puderam ser superadas graças ao envolvimento de cada membro do Conselho na aventura coletiva e graças à amizade que nos unia. Dois membros do Conselho, André Talmant e Jacques Poulet-Mathis, propuseram a adoção de uma Carta que expressasse o que o Conselho desejava ser, para além da sua definição estatutária de poder supremo da fundação. Esta Carta do Conselho foi adotada em novembro de 1995.¹⁴² Ela torna o Conselho o espaço de deliberação permanente sobre as orientações da fundação, uma espécie de bússola. Aqui está um trecho significativo:

«A primeira missão do Conselho é selecionar os desafios e definir os meios e formas pelos quais pretende, com os seus parceiros, contribuir para os superar. Esta missão é exercida de forma contínua, mas traduz-se especialmente na definição periódica e eventual atualização de uma estratégia plurianual. Esta estratégia é explicada num texto adotado pelo Conselho, que apresenta o projeto para os três anos seguintes. O conjunto das deliberações do Conselho contribui, de forma contínua, não só para as suas próprias decisões, mas também para as orientações a ter em conta, sob a impulsão do presidente, pelo diretor-geral e pela equipa.»

Uma definição que poderíamos qualificar como muito moderna do exercício do poder, com ênfase no processo que orienta as decisões, em vez do momento da decisão propriamente dita.

O Grupo Catalão e o encontro de Barcelona

Em fevereiro de 1995, através de Patrick Viveret, aliado desde o início, conhecemos Marti Olivella¹⁴³. Ele lidera na Catalunha uma associação de inovadores sociais: Ecoconcern. Desde este primeiro contacto, notamos que:

«A abordagem metodológica e intelectual da Ecoconcern é muito próxima da da FPH. Pierre Calame propôs então à Ecoconcern que se compromettesse com a Aliança [...] Marti pareceu muito interessado em todas essas perspetivas. Ele é signatário da plataforma e participará do encontro de abril em Dourdan.»

Em maio de 1995, esta ligação consolida-se por ocasião de uma visita de Gustavo Marin a Barcelona¹⁴⁴:

«Marti Olivella, diretor da Ecoconcern [...] organizou, em 16 de maio de 1995, uma reunião preparatória para uma assembleia extraordinária da Ecoconcern, a fim de informar os membros dessa associação, bem como outros convidados, sobre a dinâmica de construção da Aliança. [...] a plataforma foi traduzida para o catalão, assim como outros materiais que elaborámos na FPH, mas que foram reapropriados pelos animadores da Ecoconcern. [...] Eles incluíram a lista dos

¹⁴² BIP 3330 - 14 de novembro de 1995 - Carta do Conselho da Fundação

¹⁴³ FDS 5646 - 17 de fevereiro de 1995 - Rumo a uma colaboração entre a FPH e a Ecoconcern

¹⁴⁴ FDS 5631 - 18 de maio de 1995 - A Catalunha e a Aliança para um mundo responsável e solidário

países onde existem signatários da plataforma e acrescentaram o endereço da Ecoconcern como local de contacto onde os catalães podem participar na dinâmica da Aliança. [...] À noite, durante um encontro, a Ecoconcern apresentou a plataforma e a dinâmica da Aliança. Havia cerca de cem pessoas: cientistas, empresários, jovens, estudantes, animadores de associações locais. O encontro foi uma experiência muito forte.»

Como poderia ter sido diferente? A Ecoconcern, com o seu poder de convocação local, conseguiu à primeira o que nós próprios não fomos capazes de fazer na região parisiense! A partir desse momento, a Catalunha tornou-se o modelo mesmo do que entendíamos por «grupo geocultural da Aliança».

5.2 – Os desafios de governança de um objeto institucional não identificado

O encontro de Barcelona abre um debate coletivo sobre a governança da Aliança

Até 1996, o debate sobre a natureza e a governança da Aliança tinha sido bastante interno ao Conselho e à equipa da Fundação. Tudo mudaria com o desenvolvimento da Aliança e a multiplicação dos seus projetos. Após Dourdan, estávamos conscientes da necessidade de organizar, em 1996, um novo encontro, desta vez multilingue, reunindo os animadores dos diferentes projetos da Aliança, em sua maioria projetos temáticos, para partilhar os conhecimentos metodológicos adquiridos pelo trabalho coletivo no seio da Aliança e construir um roteiro que permitisse cobrir melhor os temas, as regiões do mundo e os meios. Prosseguindo a nossa busca por uma animação mais coletiva da Aliança e subestimando, apesar da experiência de Dourdan, o facto de que, por trás de uma mesma adesão à plataforma e de uma mesma abordagem da construção da Aliança, as imaginações uns dos outros eram diferentes, queríamos que este novo encontro não fosse organizado pela fundação. A escolha da Ecoconcern e do grupo catalão para organizá-lo impôs-se por si mesma. O encontro realizou-se em Barcelona, de 17 a 23 de abril de 1996, e reuniu 60 animadores da Aliança provenientes de 27 países diferentes. Embora tenha sido, em si mesmo, um grande sucesso, o encontro¹⁴⁵ revelou muitas tensões:

«Ela reflete tanto divergências ou contradições na própria concepção da Aliança como revela, pela primeira vez, um debate que atravessará toda a história da Aliança sobre a forma de a dirigir coletivamente e sobre o lugar específico da fundação e de Pierre Calame nessa direção.»

Dois documentos, o relatório da reunião redigido pela Ecoconcern¹⁴⁶ e, um mês depois, a

¹⁴⁵ BIP 761 - 9 de maio de 1996 - A Aliança entre grande obra e dinâmica social

¹⁴⁶ BIP 1866 - 1996 - O Primeiro Encontro Internacional de Animadores da Aliança

resposta pública da Fundação, dão conta disso. A Ecoconcern relembra na introdução do relatório o nosso objetivo comum: *«partilhar os projetos que cada um implementa, recolher e confrontar as propostas [...] no alvorecer do ano 2000, realizar uma assembleia mundial para articular e dar a conhecer as propostas»*. Mas o encontro organizado pela Ecoconcern foi mais longe, colocando em debate duas questões que não estavam previstas, mas cuja legitimidade era difícil de contestar:

« [...] elaborar cenários para o evento de 1999-2000 [...]; discutir a organização, a tomada de decisões e o financiamento da Aliança como um processo coletivo: a Aliança está a passar por uma etapa fundamental de transição para uma autonomia crescente, com uma dinâmica coletiva, liderada por aliados que assumem progressivamente diferentes iniciativas em diferentes projetos e regiões do mundo».

A Ecoconcern propõe que se constitua, com os participantes de Barcelona, um

«comissões encarregadas de decidir sobre as modalidades de desenvolvimento da Aliança [...]; nesta fase de crescente autonomização, é também necessário que a Fundação redefina o seu lugar no processo da Aliança, avaliando a sua contribuição para o lançamento desta iniciativa e apoiando a dinâmica de autonomização iniciada, incluindo a sua contribuição financeira». E mais adiante: «os projetos nascem por autocriação» [...] quem financia decide quais os projetos a financiar. A questão é: que diálogo com os aliados para chegar a acordo sobre os pontos estratégicos a privilegiar?

A Ecoconcern também especifica a coexistência, ao longo do encontro de Barcelona, de três lógicas de tomada de decisão:

«A lógica da assembleia [...] onde cada um tem direito a um voto e é a maioria que vence e se impõe sobre a minoria; a lógica da auto-responsabilização baseada em coletivos de voluntários que preparam as decisões e buscam o consenso; e a lógica diretiva que considera que os presentes podem discutir e tomar decisões sobre o que o grupo fundador e os dirigentes (ou seja, a FPH) acreditam ser apropriado.

Em suma, tratava-se de criar um diretório coletivo da Aliança. A fundação, que a havia iniciado, foi convidada a financiá-la, deixando ao diretório a tarefa de definir as orientações estratégicas. Isso não era aceitável aos nossos olhos, porque o processo estava apenas no início e os aliados presentes em Barcelona estavam muito longe de refletir a diversidade do planeta. Além disso, o grupo de Barcelona questionava a própria ideia dos Estados Gerais do Planeta, pedra angular da Plataforma para um Mundo Responsável e Solidário, que todos tinham assinado.»

Este debate é tão central para o futuro da Aliança que vale a pena citar amplos excertos da resposta da fundação, em maio de 1996. Ela irá basear toda a sua doutrina nos anos seguintes, oficializada pelo Conselho de Fundação na sua sessão de novembro de 1996.¹⁴⁷ A nota afirma:

«a necessidade de encontrar modalidades de governação da Aliança que não sejam copiadas dos modelos de organização anteriores, mas que se adaptem à sua verdadeira natureza [...].

¹⁴⁷ BIP 380 - 13 de novembro de 1996 - A aliança para um mundo responsável e solidário: o envolvimento da FPH no seu desenvolvimento - Qual o lugar da Aliança na estratégia da FPH?

Quatro ideias são desenvolvidas:

1. A Aliança é ao mesmo tempo um grande projeto [...] e um movimento social (encontramos aqui o traço do que foi aprendido no encontro de Dourdan). Do ponto de vista do grande projeto, ela requer uma forte organização, uma grande disciplina nos métodos e na assunção de responsabilidades; do ponto de vista do movimento social, ela dá mais espaço ao dinamismo de cada um e a uma certa forma de caos criativo [...].
2. A Aliança deve consolidar-se por etapas. Em Barcelona, a própria ideia de uma Assembleia de cidadãos da Terra, concluindo o primeiro ciclo da Aliança, foi questionada por alguns aliados, mas ela é constitutiva do próprio projeto da Aliança. Coloca-se então a questão das modalidades de decisão de um processo como este. As decisões anteriores podem ser questionadas a qualquer momento, à medida que o círculo de aliados se alarga? [...] Defendemos a ideia de consolidações sucessivas: um recém-chegado deve aceitar o corpus do que foi adquirido [...].
3. O poder decorre da assunção de responsabilidades. Durante a reunião de Barcelona, a questão do exercício do poder no seio da Aliança foi repetidamente levantada: decorre do dinheiro que a fundação investe? Da sua posição de anterioridade no processo? Ou é necessária uma tomada de decisão democrática? [...] Desenvolvemos a ideia de que, num processo como este, o poder não decorre essencialmente de uma posição estatutária na organização, mas da assunção de responsabilidades. [...]
4. É necessário desenvolver as capacidades estratégicas da Aliança. Em 1996, ela se caracteriza por inúmeras lacunas: a maioria das regiões do mundo está ausente, a maioria dos meios também, e todos os projetos temáticos identificados em 1995 não foram lançados.»

Tomámos realmente consciência de que estávamos perante uma dinâmica de natureza nova, que as palavras utilizadas para a descrever traem, pois são emprestadas de outras formas, mais clássicas, de organização coletiva. Assim:

«[...] lutámos durante muito tempo contra a utilização irrefletida do termo pilotagem da Aliança, porque se inscrevia numa visão demasiado mecânica, com a distinção entre o piloto, o ator e o carro, o instrumento. Distinção inadequada numa dinâmica em que cada um dispõe de autonomia e assume as suas próprias responsabilidades. No entanto, a Aliança, em última análise, deve ter uma estratégia, deve ser pilotada: a pilotagem é o resultado, mas não o pré-requisito da ação. Da mesma forma, as noções de decisão, de partilha de poder [...] remetem para a imagem de um sistema fechado, de um grupo identificado que se dá regras para decidir com mecanismos de maioria. [...] Qual é o equilíbrio certo entre uma fundação que seguiria a sua própria visão e usaria os seus meios financeiros para instrumentalizar os seus parceiros e uma fundação que renunciaria ao papel que desempenhou até agora e se transformaria num simples financiador de uma dinâmica encarnada por outros?»

O texto continua:

«[...] numa dinâmica como a da Aliança, onde novos aliados são constantemente convidados a aderir, onde nenhum equilíbrio pode ser encontrado senão no desenvolvimento, no encontro com outros países, outros meios, outras abordagens, é necessário, para avançar, que um certo número de elementos – perspetivas, imaginários coletivos, prazos, métodos de trabalho – sejam

considerados como adquiridos, façam parte do património da Aliança e sejam adotados como tal pelos recém-chegados. Como se constituem esses adquiridos? Quem decide? Em que momento devem ser considerados irreversíveis? São conhecidos e explicados? Com que legitimidade?»

Estas questões cristalizaram-se em Barcelona num ponto específico: a Assembleia de 1999. No processo apoiado pela fundação, a ideia da Assembleia foi adquirida desde a Convenção preparatória dos Estados Gerais. Um momento de encontro de todos os representantes dos locais e dos meios. Desde 1990, essa perspectiva constituiu, se não o objetivo final da Aliança, pelo menos um dos seus elementos federadores, a partir do qual se organizavam os prazos comuns. O encontro de Barcelona:

«mostrou que essa imaginação não era necessariamente partilhada por todos [...]. Tal questionamento teria um efeito destruturante: não é possível assumir uma história, convidar novos aliados a participar na aventura, dando-lhes vontade de o fazer com perspetivas claras, e simultaneamente questioná-las. [...] Se não se decide uma convergência, o que devemos fazer, nós, fundação? Sem dúvida, não decidir pelos aliados o que cada um deve fazer nos próximos anos. Mas dizer claramente o que estamos decididos a apoiar até ao final do século, em fidelidade a uma história e em eco ao desejo dos aliados. Esta iniciativa, a Assembleia dos Cidadãos da Terra, não resumiria toda a Aliança; seria a contribuição da fundação para a materialização da Aliança.»

E mais adiante, sobre a institucionalização jurídica da Aliança:

« [...] um quadro jurídico pode tornar-se indispensável a qualquer momento, mas eu tenho (é Pierre Calame que fala), há vários anos, a intuição de que, se fosse constituído prematuramente, sufocaria a dinâmica que pretendia estruturar, primeiro delimitando de forma demasiado precisa os objetos e um território, depois desviando as energias para questões de poder formal. [...] O que são os animadores de projetos, senão pessoas a quem todos reconhecemos poder sobre as orientações da Aliança, uma vez que aceitaram assumir a responsabilidade de animar um projeto com tudo o que isso implica em termos de vigilância, inteligência e iniciativa? [...] O modo de tomada de decisão coletiva proposto pela Ecoconcern e por alguns animadores de projetos em Barcelona também parece contraditório com o voluntarismo cuja necessidade se impôs a nós. De forma significativa, a noção de estratégia de desenvolvimento da Aliança não aparece nos textos elaborados pelos diferentes grupos de trabalho de Barcelona, como se essa estratégia fosse, por definição, a soma dos trabalhos desses grupos. Não é assim. Assim, a questão importante da abertura da Aliança a grandes países da Ásia, da Europa Oriental e do mundo árabe, nos quais ela não está muito representada, e aos meios económicos e políticos, nos quais ela está praticamente ausente, a questão do lançamento de grandes projetos temáticos que ainda não foram iniciados por falta de pessoas e meios capazes de assumir a responsabilidade, tudo isso é ocultado pela expressão técnica «projetos esquecidos». O termo é obviamente inadequado. Pelo contrário, são projetos nos quais pensamos constantemente, mas não basta pensar neles para que sejam implementados: é necessária uma estratégia.»

Assim se desenha uma oposição que perdurará até 2001. De um lado, o surgimento histórico da sociedade civil, que se espalha como uma mancha de óleo e da qual deriva uma assembleia que reflete esse surgimento, tese que mais tarde culminará no Fórum Social Mundial de Porto Alegre; do outro, a organização voluntarista de um diálogo que coloca em cena, em torno dos

desafios do século XXI, as diferentes regiões do mundo e os diferentes meios em torno de uma multiplicidade de abordagens das quais se tratará de extrair perspectivas comuns.

5.3 – A estruturação das três vias da Aliança e a abertura em todas as direções

Em 1995, tornou-se evidente a necessidade de uma maior estruturação das vias «colegial» e «setorial». A estruturação da via geocultural decorria implicitamente da divisão do planeta em continentes, regiões do mundo e países. A reestruturação é menos clara quando se trata dos meios socioprofissionais e dos temas de trabalho.

A partir das «Doze tarefas do grupo de Vézelay» e, posteriormente, com a divulgação pela Plataforma de quatro «programas mobilizadores», elaborámos uma primeira lista de projetos temáticos. Era bastante heterogénea. Alguns deles, como «a vocação dos mercados financeiros», liderado pelo economista genebrino Paul Dembinski, ou «a ecologia industrial», liderado pelo jornalista de Lausanne Suren Erkman, resultaram de compromissos da fundação anteriores ao desenvolvimento da Aliança. Cada novo aliado trazia consigo os seus próprios centros de interesse. Era perfeitamente legítimo, mas a Aliança, sob a influência incessante da chegada dos nossos aliados, podia ser tentada a alongar incessantemente a lista de projetos para satisfazer toda a gente, transformando a via setorial numa espécie de longa lista de temas de trabalho e comissões. Outra solução teria sido, pelo contrário, concentrarmo-nos nas três «crises das relações» identificadas pela plataforma, levando a cabo apenas três grandes projetos temáticos, cada um dedicado a uma das crises. Mas isso teria sido contraditório com a outra afirmação da plataforma: estamos perante uma crise sistémica, não há soluções milagrosas a esperar e é através de uma multiplicidade de abordagens que podemos abordar as três crises das relações e responder-lhes. Portanto, dizíamos, *«a via setorial traça um caminho estreito entre aqueles que desejariam uma abordagem enciclopédica dos problemas do nosso tempo e aqueles que consideram que tal visão enciclopédica, embora intelectualmente satisfatória, não tem qualquer utilidade para a ação»*. Portanto, apenas um caminho se abre para nós: *«a Aliança Mundial fracassaria se não fosse capaz de identificar, graças ao desvio por múltiplos projetos temáticos, as poucas mudanças essenciais, transversais a esses projetos, nas quais é preciso concentrar todos os esforços»*. É esta doutrina, a multiplicidade de projetos e a pesquisa das poucas mudanças essenciais através da confrontação das suas conclusões, que guiará todo o processo da Aliança e, posteriormente, a metodologia da Assembleia dos Cidadãos da Terra.

A convicção de que, através de diversos projetos, seríamos capazes de identificar algumas mudanças importantes e estruturantes era fruto da nossa própria aprendizagem. Foi assim que, em 1991, no final do primeiro período sabático, a partir da comparação dos vários projetos apoiados até então, surgiram as linhas de força que se tornaram os nossos sete programas. Em setembro de 1994, uma nota intitulada «Os princípios básicos da troca de

experiências¹⁴⁸» formalizou essa intuição. Nela, salientamos que «o objetivo fundamental da troca de experiências é descobrir juntos princípios comuns para além das diferenças». É a base da investigação de tipo clínico que desejamos promover:

«A nossa base de experiências é a sociedade como um todo e é a partir da sua observação que devemos tirar conclusões de natureza geral: não se trata de sistemas nos quais podemos multiplicar testes à vontade, como faríamos numa situação experimental, em laboratório. O sistema é real, não se presta a experiências [...] A troca de experiências é analisada, em última instância, como uma investigação clínica coletiva.»

Esta abordagem, que agora praticávamos regularmente para tirar lições gerais das abordagens comparativas de uma mesma questão em diferentes países, deu-nos confiança, no momento de estruturar a via setorial, na ideia de que um dia poderíamos, de forma ainda mais convincente, uma vez que os temas abordados teriam sido diversos, destacar as mudanças essenciais do século^{XXI}. E foi isso, como veremos, que orientou em 2001 a metodologia implementada durante a Assembleia Mundial dos Cidadãos para elaborar a Agenda do século XXI.

Fortalecida por essa convicção, a fundação optou, mais uma vez, por multiplicar os projetos temáticos, não somando os desejos dos aliados, mas adotando a mesma abordagem voluntarista para integrar à Aliança representantes de diferentes regiões do mundo e de diferentes meios. Isso implicava dotar-nos de um quadro geral de classificação dos projetos temáticos, o que foi feito no final de 1995. Estabelecemos uma lista ideal de projetos temáticos divididos em quatro polos: o polo 1 - *Representações e conhecimentos* reúne tudo o que estrutura as nossas representações do mundo e orienta a nossa ação: filosofia, visão do mundo, sistema de valores e ética, arte, ideologia, doutrinas e sistemas conceptuais, cultura, identidade e memória coletiva, mudança cultural, relações interculturais, saber, ciência e conhecimento, tecnologia e métodos, educação e formação, ensino superior, sistema de informação e meios de comunicação social, religiões;

- o polo 2 - *Economia e sociedade* abrange a organização da sociedade, os modos de vida e os modelos sociais, demografia, coesão e exclusão sociais, habitação e sistemas de produção, organização geral da economia, alternativas à economia dominante, cadeias de produção e globalização económica, bem como os diferentes setores de produção, agricultura, pecuária e pesca, indústria, serviços às pessoas, trabalho e emprego, economia informal, comércio e organização dos mercados, sistema financeiro, fiscalidade, relações entre economia, sociedade e território;
- o polo 3 - *A governança* abrange a cidadania, os direitos, as políticas públicas, as finanças públicas, a organização da sociedade civil, a gestão da segurança, a justiça, a guerra e a paz, a organização política, as relações entre atores públicos e privados, a política internacional, a articulação das escalas de governança;
- o polo 4 - *As relações entre a humanidade e a biosfera* abrange a evolução climática, a

¹⁴⁸ BIP 146 - 13 de setembro de 1994 - Os princípios básicos da troca de experiências

energia, a água, as florestas, a degradação do ambiente e os recursos naturais, os solos.

Esta estruturação permitiu reintegrar na Aliança os contributos de outros programas da Fundação e orientar a nossa procura de potenciais animadores. Para dar uma ideia da magnitude desse esforço, na Assembleia Mundial dos Cidadãos de 2001, 61 cadernos de propostas (12 do polo 1, 21 do polo 2, 13 do polo 3 e 15 do polo 4) foram disponibilizados aos participantes.

Essa estruturação em quatro polos também teve outro uso, que será desenvolvido posteriormente, o de uma grade de leitura de alcance geral que pode ser usada independentemente do assunto. A realidade é sempre multidimensional. Os quatro pólos constituem quatro dimensões a partir das quais se pode analisar a realidade. Para dar apenas um exemplo, se nos interessarmos pelo solo, tema que se insere no pólo 4, humanidade e biosfera, as questões relacionadas com os solos podem ser abordadas sob múltiplos ângulos: o dos valores, da visão do mundo, da cultura, da religião, da educação e das tecnologias (pólo 1), da diversidade de usos do solo e da concorrência entre eles, dos modos de produção e dos modos de valorização e troca (polo 2), da sua governança (polo 3) e até mesmo das suas relações com os outros componentes da biosfera, como a água ou a biodiversidade, por exemplo (polo 4).

A primeira aplicação concreta desta grelha de leitura será a cooperação estabelecida, em 1995, entre a fundação e o *Courrier de la planète*,¹⁴⁹ revista editada pela associação Solagral, um antigo parceiro da fundação, e animada por Laurence Tubiana. Na contracapa de cada número temático da revista figurava um diagrama representando os quatro pólos. O tema da edição da revista era colocado no centro do diagrama e declinado de acordo com essas quatro dimensões.

A partir dessa estruturação da via setorial, deduzimos uma estruturação da via colegial: não há um meio socioprofissional propriamente dito que se classifique na relação humanidade e biosfera; a «lista ideal» desses colégios foi distribuída entre os pólos 1, 2 e 3.

Esses princípios de estruturação foram decisivos na construção da Aliança, mas também revelaram o caráter titânico do empreendimento.

O diálogo com o mundo das fundações: em busca de parceiros

Até 1994, constatando que a grande maioria das fundações estava organizada para financiar projetos apresentados por terceiros, o Conselho da Fundação privilegiou a nossa própria ação em vez de procurar estabelecer parcerias com outras fundações.

A partir de 1995, o desafio do desenvolvimento da Aliança levou-nos a mudar de estratégia e

¹⁴⁹ FDS 5649 - 12 de julho de 1995 - O Correio do Planeta e os projetos da Aliança

a procurar outras fundações, na esperança de descobrir algumas que tivessem chegado a conclusões e perspectivas semelhantes às nossas. Foi assim que surgiram duas campanhas de contacto com fundações americanas, em 1995 e 1998, e a decisão do Conselho de Fundação, em setembro de 1999, de aderir ao Centro Europeu de Fundações¹⁵⁰.

Em agosto de 1995, Henri Rouillé d'Orfeuil, um antigo parceiro da fundação, de regresso dos Estados Unidos, encorajou-nos a marcar diretamente uma reunião com a presidente da Fundação Ford.¹⁵¹ Foi neste contexto que, no outono de 1995, conduzi uma primeira missão de contacto com diferentes fundações nos Estados Unidos. Foi com a Fundação Ford que o contacto foi melhor¹⁵²:

«Pierre Calame reuniu-se com Suzanne Berresford, nova presidente da Fundação Ford. O contacto foi bom. Assunto a ser acompanhado, devemos refletir sobre as perspectivas propostas no âmbito dos diferentes programas [...]. A Fundação Ford representa 300 milhões de dólares anuais, ou seja, 40 vezes o orçamento da FPH. O seu relatório de atividades de 1993 apresenta-a como um recurso para pessoas e instituições inovadoras em todo o mundo.»

Os outros contactos revelar-se-ão mais decepcionantes. Segundo Cynthia Merritt, da Fundação Carnegie¹⁵³, especialista no mundo das fundações americanas,

«[...] estas são fundamentalmente conformistas. Cada uma olha por cima do ombro da outra. Representativas das pessoas ricas, elas não são muito propensas à ousadia. Estão atentas à sua credibilidade e respeitabilidade. O Congresso republicano está de olho nelas, pois muitos progressistas, da época de Kennedy, vieram de think tanks de fundações, e o Congresso zela para que as organizações isentas de impostos não financiem iniciativas políticas hostis. Assim, a maioria delas refugia-se em áreas sem risco político. O seu Conselho reflete essa atitude cautelosa: dedicam pouco tempo à fundação e não têm meios para se formar.»

Além disso, como nos fará notar em 1998 Sylvie Tsyboula, antiga diretora da Fondation de France, que nos ajudou na altura a multiplicar os contactos com as fundações americanas,¹⁵⁴:

«[...] os dirigentes das fundações têm um grande ego, um grande gosto por círculos exclusivos e a consciência de que, face a uma campanha que se prepara por parte da administração fiscal americana contra as fundações, têm de justificar a sua utilidade. [...] Por enquanto, há muito poucas perspectivas internacionais nas fundações. Muitas têm uma missão estatutária limitada a ações nacionais [...] a sua ação comum é, portanto, puramente técnica e elas conhecem-se mal. Nos Estados Unidos, das 800 fundações membros do Conselho Americano de Fundações, apenas vinte têm uma ação internacional significativa.»

Durante anos, apesar de todas estas limitações, procurámos estabelecer parcerias e, por

¹⁵⁰ FDS 10716 - 10 de setembro de 1999 - Participação no Centro Europeu das Fundações

¹⁵¹ FDS 5852 - 25 de agosto de 1995 - A Fundação Ford

¹⁵² FDS 6379 - 30 de novembro de 1995 - Possíveis convergências entre a Fundação Ford e a FPH

¹⁵³ FDS 6026 - 30 de novembro de 1995 - O conformismo nas fundações americanas

¹⁵⁴ FDS 8595 - 24 de fevereiro de 1998 - Contactos com fundações americanas e francesas

vezes, conseguimos fazê-lo para projetos pontuais, mas o caráter globalizante da Aliança estava decididamente muito longe da lógica dominante das fundações para que se pudesse esperar estabelecer uma parceria estrutural para o seu desenvolvimento. No entanto, a nosso ver, é a independência e a capacidade de agir a longo prazo das fundações que lhes deve conferir um «dever de ambição». Este é o título do artigo publicado na revista canadiana *Ecodécision* em 1996¹⁵⁵. Nele defendemos a ideia de que:

«[...] face aos desafios do mundo atual, a independência das fundações confere-lhes uma responsabilidade especial. Uma fundação dispõe de dois privilégios: a independência em relação aos grandes poderes e a capacidade de agir a longo prazo. Face aos desafios da humanidade neste final do século XXI, a sua independência deveria conferir-lhes uma inércia menor do que os grandes aparelhos públicos e privados. Portanto, um dever: o de contribuir ativamente para traçar perspetivas para o futuro. Perante as grandes mudanças que se avizinham [...] as fundações deveriam tomar iniciativas importantes. Infelizmente, por razões culturais e institucionais, raramente o fazem.»

E o artigo conclui apelando a uma aliança de fundações que partilhem o mesmo sentimento de dever de ambição. Apelo sem eco.

Ao encontro de grandes instituições

A decisão, tomada em 1992, de não participar na Cimeira da Terra não significava, na nossa opinião, que os encontros intergovernamentais e as grandes instituições não tivessem qualquer importância, que fossem essencialmente adversários, especialmente se provenientes do mundo económico, e que fosse necessário contribuir para o surgimento de uma sociedade civil militante que fosse o seu contrapoder, tese dominante no seio da nebulosa dos movimentos «antiglobalização» em fase de estruturação. Pelo contrário, durante os anos de 1995-1996, tentámos estabelecer contactos e cooperação com o Conselho da Terra de Maurice Strong, com o Fórum de Davos (horresco referens!) e com o WBCSD (Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável).

O Conselho da Terra foi criado para dar continuidade internacional à Cimeira da Terra do Rio. Maurice Strong ficou desapontado com a atitude dos chefes de Estado durante essa cimeira. Na grande tradição das conferências internacionais, eles subiram ao palco por alguns minutos sem se darem ao trabalho de ouvir os outros e não quiseram, como esperava Maurice Strong, adotar a Carta da Terra que ele havia preparado. O contacto com ele foi estabelecido por Robert Lion¹⁵⁶ que, após a sua demissão da Caisse des Dépôts, se apaixonou pelas questões do desenvolvimento sustentável e criou uma pequena estrutura, a Energy21, que se tornou a força motriz do «projeto energia» da Aliança. Robert Lion foi cooptado como membro do

¹⁵⁵ Bip 2540 – 1996 - Fundações: o dever da ambição

¹⁵⁶ Robert Lion Robert Lion (1934 – 2019), alto funcionário, político e responsável associativo francês. Foi diretor-geral da Caisse des dépôts et consignations de 1982 a 1992. Em 2009, anunciou o seu compromisso político com a Europa Ecologia. Foi eleito em 2010 para o conselho regional da Île-de-France e tornou-se o decano dessa assembleia regional

Instituto do Conselho da Terra, uma das ramificações deste Conselho¹⁵⁷:

«O desejo de Maurice Strong é fazer deste Instituto uma plataforma e um espaço de diálogo entre diferentes instituições [...]; ele oscila entre duas visões mais ou menos contraditórias do Conselho da Terra. De um lado, uma mesa redonda permanente, reunida em torno de Maurice Strong para tentar fazer convergir as energias; do outro, um gabinete de estudos que desenvolve uma linha de produtos e aproveita a notoriedade do presidente para atrair mais facilmente financiamentos externos.»

Em novembro de 1995, sempre por intermédio de Robert Lion, Pierre Calame teve a oportunidade de se encontrar com Maurice Strong e apresentar-lhe os desafios a superar para o desenvolvimento da Aliança¹⁵⁸:

«Maurice Strong manifestou o seu interesse pela iniciativa da Aliança [...] mas questiona-se sobre como conseguir dar credibilidade internacional suficiente a uma iniciativa tomada inicialmente por uma pequena fundação? (Pierre Calame) conclui enunciando a aporia do mundo atual: as grandes instituições não querem e as pequenas não podem?»

Essas ligações com Maurice Strong não resultarão operacionalmente numa parceria entre a Aliança e o Conselho da Terra, mas continuarão por vários anos em relação à Carta da Terra.

Foi por intermédio do Banco Bordier, que na época administrava parte do património da fundação, que tive a oportunidade de conhecer Klaus Schwab, fundador do Fórum de Davos¹⁵⁹. Ao final desse encontro, Pierre Calame observou:

«[...] num estilo radicalmente diferente, o fundador de Davos tem intuições bastante semelhantes às da Aliança. Ele enfatiza as redes, os processos, a inteligência coletiva, temas que nos são familiares. Será possível, então, imaginar uma parceria duradoura entre a Aliança e o Fórum Económico Mundial? Não; não lutamos na mesma categoria. Como empresário, Klaus Schwab diz-nos: «uma cooperação pontual com a Aliança não levaria a nada: levaria demasiado tempo a gerir [...]». O que Klaus Schwab deseja é criar um think tank relativamente independente que trabalhe na preparação dos desafios do século^{xxi} e que seja cofinanciado pela fundação.»

Mesmas intuições, mas abordagens diferentes. Enquanto apostamos na construção de uma inteligência coletiva internacional, o Fórum de Davos prefere círculos de especialistas que apresentam propostas ao Fórum. No entanto, aos olhos da fundação, o Fórum de Davos não é o inimigo a combater. Nesse aspeto, ela difere da maioria dos seus parceiros. É difícil não ser sensível à intuição de Klaus Schwab e Raymond Barre, co-criadores do Fórum:

«[...] o mundo será transformado por redes transversais às estruturas formais; é aí que se constroem os poderes de proposta. Exemplo: o automóvel do século^{xxi} está a ser desenvolvido no seio de uma rede que permite o intercâmbio entre os diretores executivos da Renault, da Volkswagen e o ministro da Indústria da China. Basta um consenso entre 17 grandes chefes das

¹⁵⁷ BIP 452 - 25 de setembro de 1995 - Earth Council Institute

¹⁵⁸ FDS 5993 - 8 de novembro de 1995 - Maurice Strong e a Aliança

¹⁵⁹ FDS 7352 - 29 de novembro de 1996 - Encontro com Schwab, fundador do WEF (Davos)

indústrias automóveis mundiais para que as coisas sejam decididas num mês. Com o antigo sistema, teria sido necessário que os Estados reunissem as suas associações nacionais de fabricantes de automóveis [...] o que levaria anos.»

Partilhamos essa atenção à transformação das estruturas de poder e dos modos de negociação.

Foi por intermédio de Suren Erkman, o animador do projeto «ecologia industrial», que se estabeleceram os contactos com o Conselho Mundial de Empresas para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD)¹⁶⁰. Suren Erkman sabe que, no âmbito da via colegial da Aliança, estamos preocupados em integrar o mundo económico e temos dificuldades em fazê-lo. A título pessoal, vários membros do WBCSD participam no projeto «ecologia industrial». É imaginável criar com este Conselho um colégio de grandes empresas? Suren Erkman: «*o Conselho procura antes uma missão [...] para o colégio, ele deve ser informado, mas não se deve contar com ele como mediador*». De facto, o discurso de Stéphane Schmidheiny, fundador do WBCSB, no Rio, durante o 5.º aniversário da Cimeira da Terra¹⁶¹, foi particularmente decepcionante: um elogio ao mercado e às boas intenções. No entanto, os nossos contactos continuarão de forma esporádica. Ainda em 2000, Pierre Calame observava¹⁶²: «*O WBCSD tem o seu ritmo e o seu programa de trabalho. Ele sente que é necessário um diálogo com as outras partes interessadas, mas tem dificuldade em encontrar as articulações certas*». O mundo dos dirigentes de grandes empresas está certamente habituado a dialogar com as outras partes interessadas, mas no seu próprio terreno. Não está pronto para se colocar no mesmo plano que os outros atores.

O desenvolvimento da via geocultural

O desenvolvimento da via geocultural enfrenta três dificuldades combinadas: são necessários pontos de partida iniciais, mesmo que muito modestos, para abordar um país onde não há signatários da plataforma; a existência de um certo número de signatários na mesma cidade ou região não cria automaticamente laços entre eles; os grupos locais precisam, para emergir, de objetivos comuns sobre os quais trabalhar e de um mínimo de recursos financeiros para funcionar e se expandir. Os nossos relatórios destes dois anos¹⁶³ ilustram tanto estas dificuldades como a forma pragmática com que procuramos superá-las.

¹⁶⁰ FDS 5991 - 3 de outubro de 1995 - Reflexão sobre o projeto - Ecologia Industrial

¹⁶¹ FDS 7350 - 18 de março de 1997 - Exposição de Schmidheiny na Rio+5

¹⁶² FDS 13020 - 10 de outubro de 2000 - Cooperação WBCSD - Aliança

¹⁶³ FDS 5089 - 25 de janeiro de 1995 - Construção da Aliança; FDS 5092 - 25 de janeiro de 1995 - Apoio aos grupos regionais da Aliança; FDS 5088 - 25 de janeiro de 1995 - Balanço financeiro e perspectivas do programa Futuro do Planeta; FDS 5211 - 25 de janeiro de 1995 - Polo regional Rhône-Alpes e Economia e Humanismo; FDS 5316 - 26 de janeiro de 1995 - Evolução da Rússia e Aliança; FDS 5317 - 17 de janeiro de 1995 - Itinerário da Aliança no Cone Sul; FDS 5558 - 23 de maio de 1995 - Colaborar com a China: uma experiência reveladora; FDS 5571 - 20 de maio de 1995 - Encontro com o Yanging Group; FDS 5887 - 28 de fevereiro de 1995 - Lições de cultura de paz; FDS 5697 - 3 de agosto de 1995 - Apoio ao Pacs no Brasil para um grupo local da Aliança; FDS 6309 - 21 de maio de 1996 - Fichas de segurança alimentar África; FDS 7993 - 3 de outubro de 1997 - Um encontro Norte da Valónia paralelo a São Paulo

O ponto de partida são os primeiros signatários da Plataforma. Eles provêm dos contactos estabelecidos ao longo dos anos pela fundação, dos leitores do *Le Monde Diplomatique* ou dos participantes na Convenção preparatória para os Estados Gerais. Para facilitar o enriquecimento mútuo, incentivámos os membros ativos da Aliança a ir ao encontro de outros membros noutros países. Foi o caso, por exemplo, da visita de Joseph Ki-Zerbo, grande historiador burquinês e membro do Grupo de Vézelay, ao Brasil. Às vezes, também aproveitamos eventos para ampliar os contactos. Foi o caso, já mencionado, da Cimeira Social Mundial de Copenhaga e da sua preparação por meio de encontros regionais. Uma aliança internacional é composta por círculos concêntricos a partir de um núcleo muito ativo, muitas vezes os animadores de um projeto temático ou de um colégio, até simpatizantes, passando por toda uma gama de situações intermediárias de pessoas interessadas na dinâmica global, mas acima de tudo empenhadas em desenvolver, graças a ela, laços internacionais em função dos seus centros de interesse.

Esta diversidade de motivações e graus de envolvimento levantou desafios organizacionais de um novo tipo. A abordagem geocultural mostra bem que não se podia estabelecer a identidade de «signatário da plataforma igual aliado» e deduzir uma «lista de membros». Conscientes dessa dificuldade, gradualmente demos menos importância à contagem dos aliados e mais ao incentivo a uma difusão mais capilar, multiforme, mas também menos mensurável, das ideias e métodos.

Como escrevemos em janeiro de 1995 no balanço da Aliança¹⁶⁴ apresentado ao nosso Conselho de Fundação:

«Os grupos regionais constituem um dos pilares fundamentais da Aliança. Em 1994, começámos a apoiar o Yanging Group na China, um grupo de intelectuais de renome, e o CEDA no Burquina Faso. Em 1995, outros grupos provavelmente serão constituídos. No Brasil, no Uruguai e no Chile, alguns signatários da plataforma estão a tomar iniciativas nesse sentido». Mas também observámos: «a fundação não poderá sustentar financeiramente 20 grupos regionais, assim como não pode sustentar todos os projetos temáticos.»

O método dos «embaixadores itinerantes» revelou-se muito útil. A visita de um amigo estrangeiro oferece frequentemente um bom pretexto para reunir simpatizantes, não para uma campanha de assinaturas, mas para trocar ideias sobre os desafios. Por exemplo, um responsável dos sindicatos camponeses uruguaio, Silvio Marzaroli, propôs-se ser o ponto de apoio de um grupo regional da Aliança no Uruguai e na Argentina e fazer uma digressão pelo Brasil, Peru, Chile e Bolívia para se encontrar com os signatários da Plataforma e promover reuniões em torno da dinâmica de construção da Aliança. Outro antigo parceiro da fundação, Rodrigo Alvaay¹⁶⁵, começou a criar um grupo local no Chile, e Marcos Aruda, no Brasil. O desenvolvimento dos colégios, em particular do «colégio jovem» animado por Nacéra Aknak, é outro exemplo. Através de contactos sucessivos, criados em cada etapa, ela conseguiu fazer uma digressão muito produtiva na África Ocidental. Esses sucessos nem sempre foram isentos

¹⁶⁴ FDS 5092 - 25 de janeiro de 1995 - Apoio aos grupos regionais da Aliança

¹⁶⁵ FDS 5687 - 29 de março de 1995 - Apoio a Rodrigo Alvaay para o desenvolvimento da Aliança na América

de efeitos perversos. É natural, por exemplo, que jovens africanos, com poucos recursos para viajar e poucos contactos internacionais, tenham demonstrado grande entusiasmo por esse espaço de intercâmbio que lhes foi oferecido, mas isso gerou, da parte deles, expectativas de diálogo que às vezes tivemos dificuldade em satisfazer.

Noutros casos, como o do Yanging Group, a reputação pessoal dos seus membros – entre os quais se encontrava um jovem ecologista, Wang Yi, que em 2015 se tornou um dos negociadores da China para a COP21 – permitiu a difusão de ideias e métodos. A principal animadora das nossas relações com a China na época, Yu Shuo, observou, por exemplo, ao regressar da China em dezembro de 1996, «*a possibilidade de um encontro em torno dos temas da Aliança, organizado com o Yanging Group e a revista de Ciências Sociais*».

Foi assim, aproveitando todas as oportunidades, que, nos anos de 1995-1996, a Aliança e as suas ideias se enraizaram na América do Norte, América do Sul, Magrebe e África (principalmente francófona), Filipinas, Índia, Paquistão e China. Embora a lista de signatários continuasse muito desequilibrada a favor da francofonia, foi essa diversidade de abordagens que permitiu, menos de cinco anos depois, vislumbrar uma Assembleia verdadeiramente mundial.

O desenvolvimento da via colegial

A filosofia da abordagem colegial foi, como vimos, formalizada em novembro de 1994. Uma abordagem oportunista baseada no nosso capital social, privilegiando sempre os contactos com as redes pré-existentes antes de considerar a criação de uma nova rede. Em 1995-1996, mais de 100 fichas de acompanhamento foram dedicadas ao desenvolvimento da via colegial, refletindo a energia gasta para desenvolver essa via. Essencialmente, elas tratam do desenvolvimento e do acompanhamento dos colégios criados em 1994, principalmente os jovens e os movimentos espirituais ou religiosos.

A REMED (Rede Estudantil Multidisciplinar para o Ambiente e o Desenvolvimento) conhece um belo desenvolvimento geográfico, desde a Austrália¹⁶⁶, passando pela África¹⁶⁷, Reino Unido e África Ocidental. É, atualmente, a rede universitária mais vasta e ativa. Tem as limitações dos movimentos juvenis: não se pode contar com a estabilidade a longo prazo dos participantes e são redes, em particular no Magrebe e em África, dependentes do apoio financeiro da fundação. Pontualmente, podemos contar com redes já constituídas, como a Federação Francesa de Associações Cristãs de Estudantes (FEDE)¹⁶⁸, para organizar um encontro entre estudantes africanos e europeus, ou como a associação Cultura e Liberdade¹⁶⁹ para organizar um debate entre jovens dos subúrbios, em Paris e na província, sobre os temas

¹⁶⁶ FDS 5699 - 13 de junho de 1995 - Apoio ao ponto de ancoragem do Remed na Austrália

¹⁶⁷ FDS 5698 - 13 de junho de 1995 - Apoio ao ponto de ancoragem do Remed no Benim

¹⁶⁸ FDS 5703 - 24 de maio de 1995 - Contribuição para o encontro África-Europa da FEDE

¹⁶⁹ FDS 5709 - 27 de julho de 1995 - Contribuição para Cultura e Liberdade para os encontros de jovens

da Aliança. É certo que a REMED não deu origem a uma rede mundial duradoura de jovens em torno dos desafios do século^{xxi}, mas foi, segundo muitos testemunhos, uma bela escola de pensamento e uma abertura aos grandes desafios do mundo para vários milhares de jovens que reinvestiram essa consciência nos meios profissionais em que se inseriram.

As escolas ligadas aos movimentos filosóficos e religiosos tiveram três pontos de apoio: a Conferência das Igrejas Europeias (KEK), com Jean Fischer; o diálogo inter-religioso na Ásia, com o líder budista Sulak Sivaraksa; a rede internacional de filósofos animada pelo filósofo canadiano membro do Grupo de Vézelay, Venant Cauchy. No final de 1996, ainda estamos longe de uma rede internacional inter-religiosa e interfilosófica. Cada rede tem a sua própria agenda, à qual se acrescentam as preocupações ou os métodos da Aliança. A título de exemplo, um excerto do balanço do trabalho ecuménico¹⁷⁰ com a Conferência das Igrejas Europeias (KEK) e o Conselho Católico das Conferências Episcopais Europeias (CEE):

«[...] conclusões promissoras e, ao mesmo tempo, esmagadoras. O trabalho de sensibilização das igrejas cristãs da Europa para os desafios do futuro depara-se com numerosos obstáculos e divisões entre o Norte e o Sul, entre o Oeste e o Leste, entre os jovens e os idosos [...]. No entanto, o esforço em busca de uma verdadeira reconciliação entre as diferentes igrejas da Europa continua a ser uma tarefa indispensável e urgente para salvaguardar a paz no continente.»

Em novembro de 1995, também apoiámos o colóquio organizado pela Pax Christi «Ecologia e Espiritualidade».

«O método utilizado para o encontro não permitiu valorizar o potencial constituído pela diversidade de sensibilidades reunidas num mesmo local, mas [o colóquio] pode constituir um ponto de partida para a construção de um colégio de responsáveis religiosos e espirituais, dada a grande diversidade de abordagens que a equipa da Pax Christi conseguiu reunir.»

Por seu lado, a rede de Sulak Sivaraksa¹⁷¹

«[...] anima uma atividade muito interessante sobre a contribuição do budismo para a busca de modos de vida sustentáveis face à modernidade ocidental [...] mas Sulak não integra o seu projeto na dinâmica de construção da Aliança e eu (Gustavo Marin) tenho a impressão de ser considerado sobretudo como um funcionário de uma fundação que traz fundos.»

A evolução do «colégio dos camponeses e pescadores» teve uma evolução positiva. O programa Agricultura Camponesa e Globalização (APM) visava inicialmente apenas o mundo dos agricultores. O apoio que prestámos ao mundo da pesca artesanal na década de 1980 veio enriquecê-lo. Transformá-lo num «colégio de camponeses e pescadores» da Aliança¹⁷² traz um enriquecimento mútuo adicional.

¹⁷⁰ FDS 6135 - 24 de janeiro de 1996 - Colégio de filósofos e religiosos

¹⁷¹ FDS 5790 - 25 de outubro de 1995 - Reunião com Sulak Sivaraksa

¹⁷² FDS 6143 - 24 de janeiro de 1996 - Os colégios dos camponeses e dos pescadores

Outros colégios começam a surgir. É o caso do «colégio dos sindicatos»¹⁷³:

«[...] na sequência do encontro de dirigentes sindicais organizado em setembro de 1993 com vista à Convenção Preparatória, Carlos Galano, secretário de relações internacionais da Confederação de Educação da Argentina, multiplicou os contactos no Cone Sul da América Latina [...] várias iniciativas foram tomadas por vários professores argentinos para popularizar a dinâmica da Aliança [...] Em dezembro de 1995, Carlos Galano participou na série de encontros dos aliados no Cone Sul. Ele relatou amplamente a sua experiência na Argentina e na região, despertando grande interesse.»

Por isso, em 1996, preferimos concentrar os nossos esforços nos sindicatos do Cone Sul da América. Mas, na fronteira com o «colégio dos quadros», também mantínhamos contactos frequentes com a Confederação Europeia e Mundial dos Quadros¹⁷⁴ e a Confederação dos Sindicatos Cristãos da Suíça.

Nasceu um «colégio de artistas»¹⁷⁵ :

«[...] alguns artistas conhecidos no seu meio ou no seu país, como Gilberto Gil no Brasil, por exemplo, continuam atentos à dinâmica da Aliança. Muitos signatários têm bons contactos com artistas interessantes».

Estabeleceu-se um diálogo com uma rede de parlamentares europeus, Globe Europe^{176,177} :

«Os animadores da Globe e os parlamentares europeus que se reivindicam da rede Globe organizam grupos de trabalho sobre temas ambientais e globais [...] Durante conferências internacionais, os parlamentares coordenados pela Globe pressionam os governos para que se comprometam com políticas respeitadoras do ambiente [...] esses parlamentares sentem fortemente a necessidade de coordenar a sua iniciativa com a de outros atores sociais e políticos; a Aliança para um Mundo Responsável e Solidário oferece-lhes uma oportunidade concreta para o fazer.»

O antigo ministro do Ambiente checo, infelizmente falecido pouco tempo depois, tinha sido signatário da plataforma e o iniciador deste intercâmbio.

No que diz respeito aos jornalistas¹⁷⁸:

«[...] graças à iniciativa de Zubeida Jaffer, jornalista sul-africana que participou no encontro da Cidade do Cabo (preparatório para a Cimeira Social Mundial), pudemos esboçar uma estratégia para o arranque do colégio de jornalistas, com o apoio de Ana Mercedes Gomez, diretora do

¹⁷³ FDS 6144 - 24 de janeiro de 1996 - O colégio dos sindicatos

¹⁷⁴ FDS 5319 - 17 de janeiro de 1995 - A fundação sindical suíça e o caminho colegial da Aliança

¹⁷⁵ FDS 6137 - 24 de janeiro de 1996 - O colégio dos artistas

¹⁷⁶ FDS 7004 - 16 de novembro de 1996 - Apoio à Globe para a rede de parlamentares europeus

¹⁷⁷ FDS 5639 - 18 de julho de 1995 - Contribuição da Globe Europe para uma Aliança por um mundo responsável

¹⁷⁸ FDS 5640 - 24 de junho de 1995 - Rumo a um colégio de jornalistas da Aliança; FDS 5944 - 18 de agosto de 1995 - Colégio de jornalistas da Aliança; FDS 6324 - 1 de dezembro de 1995 - Zubeida Jaffer e a rede de jornalistas; FDS 6146 - 24 de janeiro de 1996 - O colégio de jornalistas; FDS 6337 - 9 de fevereiro de 1996 - Transformação do observatório em fundação

jornal El Colombiano. Este trabalho está ainda no início, mas o futuro do colégio é promissor. Zubeida tem laços sólidos com vários meios de comunicação na África e na Índia; Ana conhece bem as redes internacionais de jornalistas e participou ativamente da federação internacional de jornalistas.»

Esta faculdade evoluirá com o tempo. Ela está na origem da Aliança Internacional de Jornalistas, que ainda existe 20 anos depois.

Com o intuito de garantir que o mundo económico e político não fiquem de fora, iniciamos, graças a um professor do INSEAD, Instituto Europeu de Administração de Empresas, Henri-Claude de Bettignies, signatário da plataforma, um diálogo com os estudantes do INSEAD. Também participei, a seu convite, em junho de 1997, num seminário de chefes de empresas que ele organizou na Califórnia. Sabíamos que essa construção seria difícil e não negligenciamos nenhuma pista. Assim, por intermédio de Jean-Loup Dherse, ex-vice-presidente do Banco Mundial, ativo no projeto temático sobre finanças, participei também em 1997 da Mesa Redonda de Caux sobre Ética nos Negócios^{179, 180}. Anotamos então para o Conselho da Fundação:

«Em 1995, procurámos alimentar o diálogo com os líderes empresariais. Um trabalho particularmente árduo. Identificámos alguns líderes empresariais, poucos em número, signatários da plataforma, para propor as primeiras iniciativas neste colégio [...] (com o objetivo de criar, por um lado, um colégio de pequenas empresas e, por outro, um colégio de grandes empresas, dada a heterogeneidade do mundo empresarial), trabalhamos agora com dois signatários, líderes de pequenas e médias empresas, que se propuseram a animar o colégio. Uma pequena rede de responsáveis económicos chineses tornou-se signatária da plataforma.»

As nossas tentativas de construir uma rede de funcionários de organismos internacionais não tiveram sucesso. Em contrapartida, multiplicámos os contactos pessoais¹⁸¹:

«Várias pessoas motivadas pela Aliança e alguns signatários da plataforma trabalham em organismos internacionais: Banco Mundial, Comunidade Europeia, Nações Unidas, PNUD. Mas, até agora, não conseguimos criar um colégio de signatários desses organismos. É certamente difícil para eles assumirem publicamente um compromisso com a dinâmica de construção da Aliança.»

O desenvolvimento da via setorial

Seria tedioso enumerar os projetos temáticos que surgiram nesse período. A estruturação da «via setorial» deu-lhes um novo enquadramento. Ao lado dos projetos lançados na linha dos «Doze trabalhos do Grupo de Vézelay», novos projetos surgiram. A integração efetiva de alguns deles na Aliança colocou um problema semelhante ao dos colégios. Grupos de

¹⁷⁹ FDS 6325 - 1 de fevereiro de 1996 - O colégio das empresas no seio da Aliança

¹⁸⁰ FDS 6142 - 24 de janeiro de 1996 - O colégio dos chefes de empresas

¹⁸¹ FDS 6138 - 24 de janeiro de 1996 - Os organismos internacionais e a Aliança

especialistas aceitam de bom grado o apoio da Fundação para realizar um trabalho internacional que alimente a reflexão da Aliança, mas mostram-se mais reticentes em parecer subordinados a ela. É o caso típico dos mercados financeiros¹⁸². O animador deste projeto, Paul Dembinski, esclarece:

«O Observatório das Finanças não é um órgão da Aliança. Pretende conduzir uma reflexão a nível mundial para fornecer materiais para os Estados Gerais de 1999. Os membros do Observatório não são obrigados a assinar a plataforma para um mundo responsável e solidário, mas podem fazê-lo. Em princípio, todos eles simpatizam com as ideias expressas na plataforma.»

Entre os avanços significativos, o projeto que se inicia sobre os sistemas de valores¹⁸³ inscreve-se na preocupação de procurar, através de um intercâmbio entre culturas e religiões, valores comuns para gerir o planeta:

«[Um signatário da plataforma] André Levesque e os seus colaboradores do CERS (Centro de Estudos e Pesquisas Sociológicas) iniciam um percurso filosófico para encontrar, em várias regiões do mundo, homens e mulheres de diversas culturas motivados para a construção da Aliança para um mundo responsável e solidário. O objetivo é avaliar com eles, a partir do seu próprio contexto histórico e cultural, a sua visão sobre os cruzamentos essenciais da aventura humana. A primeira etapa da jornada consiste na organização de dois encontros na Índia.»

É o início de um longo processo ao qual voltaremos.

Temos muita esperança no programa mobilizador sobre energia¹⁸⁴ que Robert Lion acaba de assumir em nome da Aliança e do Conselho da Terra. A sua credibilidade pessoal e a do Conselho da Terra permitiram-lhe rapidamente constituir uma importante rede de contactos internacionais, com aqueles que na época eram importantes nessas questões, como Amory Lovins nos Estados Unidos.

Graças à notoriedade de Alain Ruellan, um dos primeiros parceiros da fundação, antigo diretor-geral do ORSTOM (Office de la recherche scientifique et technique Outre-Mer, hoje IRD, Institut de recherche pour le développement) e membro influente da associação internacional de pedologia, pudemos lançar em boas condições de credibilidade o programa mobilizador sobre solos¹⁸⁵:

«Um jovem pedólogo argelino, Rabah Lahmar, antigo aluno de Alain Ruellan, assumiu a coordenação. Foi lançado um apelo no boletim da associação nacional de ciências do solo.»

O compromisso de Stéphane Hessel¹⁸⁶, que concordou em dedicar parte do seu tempo disponível à Aliança, constituiu um excelente começo para o projeto sobre as regulamentações internacionais, do qual nasceria mais tarde o caderno de propostas sobre a

¹⁸² FDS 5808 - 4 de outubro de 1995 - Mercados financeiros

¹⁸³ FDS 5375 - 1 de fevereiro de 1995 - Encontros filosóficos e sistemas de valores

¹⁸⁴ FDS 5798 - 25 de setembro de 1995 - Programa mobilizador de energia

¹⁸⁵ FDS 5799 - 25 de março de 1995 - Programa mobilizador sobre os solos

¹⁸⁶ FDS 5805 - 6 de setembro de 1995 - Envolvimento de Stéphane Hessel nos projetos temáticos da Aliança

governança mundial. Na mesma época:

«O relatório Von Weizsäcker recomenda uma aliança global para o desenvolvimento humano sustentável. Stéphane Hessel chama a nossa atenção para uma das principais dificuldades da Aliança: para se mobilizar, é preciso um inimigo. Atualmente, o inimigo é a degradação do planeta, mas ela não tem rosto.»

Aliás, é isso que Bernard Cassen, do Le Monde Diplomatique, nos dizia, em setembro de 1995, quando conversávamos sobre a continuação da cooperação entre o Le Monde Diplomatique e a Aliança¹⁸⁷: uma crônica regular para manter o leitor a par da evolução da dinâmica não o cativaria. Esta é uma grande dificuldade com que nos depararemos até à Assembleia Mundial dos Cidadãos. Na mesma época, os antiglobalistas – que só mais tarde se tornariam altermundialistas –, tendo como alvo as grandes instituições internacionais, em particular a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial, tinham um inimigo bem identificado contra o qual se mobilizar. É o que, muito mais tarde, em fevereiro de 2002, chamaremos de diferença entre uma coligação antiglobalização e uma aliança por outra globalização¹⁸⁸. No final de 1996, através de todos os acontecimentos vividos ao longo desses dois anos, ficou claro que a Fundação já havia feito a sua escolha: é essa aliança por outra globalização que queremos apoiar.

A título de conclusão: a passagem para a adolescência faz com que a Aliança perca a sua inocência

Em 1995-1996, a Aliança passou da infância para a adolescência. À medida que se desenvolvia, os desafios e as contradições começaram a manifestar-se abertamente. Perante estas contradições, a Fundação teve de fazer escolhas estratégicas que determinarão o percurso da Aliança até à Assembleia Mundial dos Cidadãos. Essas escolhas não foram fáceis de fazer. O Conselho da Fundação posicionou-se claramente: respeito pela perspectiva dos Estados Gerais, considerada como a pedra angular da Plataforma; abordagem voluntarista para se aproximar de meios e regiões do mundo com os quais tinha poucos ou nenhuns contactos prévios; consequências tiradas do carácter frontal dos desafios; ênfase nos métodos; aposta de que, quando chegasse o momento, saberíamos identificar, entre a profusão de projetos setoriais, os grandes desafios do século^{XXI}; e, finalmente, vontade de apoiar a elaboração pluralista de perspetivas alternativas. Este rumo será mantido contra ventos e marés.

¹⁸⁷ FDS 5778 - 22 de setembro de 1995 - Le Monde Diplomatique e a Aliança, e agora?

¹⁸⁸ BIP 503 - 20 de março de 2002 - De uma coligação antiglobalização a uma aliança por outra globalização

5.4 – A Aliança, um novo modo de organização coletiva

O encontro mundial de Bertioiga, no estado de São Paulo, em dezembro de 1997, precursor da Assembleia Mundial dos Cidadãos, revelou divergências de concepção entre os aliados que o tempo não irá reduzir.

A preparação do encontro mundial de Bertioiga

No final do encontro de Barcelona, na primavera de 1996, todos concordámos que a próxima etapa deveria ser uma espécie de modelo reduzido da futura Assembleia Mundial dos Cidadãos. Isso exigia várias inovações: um encontro mais numeroso e mais longo, multilíngue; a combinação de um encontro de «delegados» das diferentes regiões da Aliança com sete encontros regionais ligados em direto com o encontro mundial; um equilíbrio entre signatários e não signatários da Plataforma; um primeiro esforço de apresentação e síntese das propostas.

No final de 1996, contactámos o grupo de aliados de São Paulo para organizar este primeiro encontro mundial¹⁸⁹. Um grupo local da Aliança em São Paulo havia se desenvolvido rapidamente nos dois anos anteriores e conseguiu mobilizar financiamento local para a Aliança e o Brasil. Por sua diversidade e contrastes, o Brasil nos parecia um bom resumo do que é o planeta. Mas, fortalecidos pelas dificuldades encontradas em Barcelona, concordamos em preparar este encontro¹⁹⁰ de forma muito coletiva:

«separando a função de organização no local [...] e a função mais geral de conceção global do encontro, que deve ser da responsabilidade de todos os aliados.»

Para o conseguir:

«um comité organizador internacional de cerca de vinte pessoas trabalhará, principalmente através de intercâmbios à distância, para definir os objetivos e as regras do encontro [...] Terá de responder às seguintes perguntas: qual será, em São Paulo, o equilíbrio entre signatários e não signatários da Plataforma? Como serão escolhidos uns e outros [...] na situação atual, os aliados não representam equitativamente os diferentes meios e as diferentes regiões do mundo;

- quais são os resultados esperados da reunião de São Paulo? : [...] levar cada grupo de trabalho a identificar as principais questões que emergem, [...] confrontá-las entre si para identificar coletivamente algumas linhas de força [...];
- Como os não participantes do encontro serão associados a essa preparação? [...] É essencial,

¹⁸⁹ BIP 475 - janeiro de 1998 - Apresentação dos encontros internacionais de dezembro de 1997 da Aliança por um mundo responsável e solidário

¹⁹⁰ BIP 694 - 31 de janeiro de 1997 - Caderno de encargos do comité organizador (reunião de São Paulo 1997)

no espírito da preparação da Assembleia 1999-2000, que os participantes sejam mensageiros dos outros aliados, mais do que representantes no sentido da democracia representativa;

- como decorrerá a semana de trabalho? Equilíbrio entre trabalho em pequenos grupos sobre os dossiers, grupos de reflexão sobre questões específicas e sessões plenárias?
- Como serão geridas as escolhas durante o encontro? A este respeito, com base na experiência passada, observamos que um encontro com esta ambição envolve sempre imponderáveis, as coisas não decorrem como previsto. Escolhas decisivas têm de ser feitas no local. Quem as fará? Como será dado conta disso à Assembleia? Como evitar que os debates processuais perturbem os debates de fundo?»

Todas estas questões foram inspiradas, para além dos contratempos de Barcelona, pelas lições retiradas das conferências internacionais organizadas pela fundação desde 1991. Não queríamos reproduzir o formato das conferências internacionais clássicas, estruturadas por apresentações e concluídas com textos preparados antecipadamente pelos organizadores. Mas também aprendemos, e o encontro de Barcelona não foi exceção, que a organização coletiva de um encontro pode levar a graves mal-entendidos, pois cada um atribui, por trás das mesmas palavras, imaginações muito diferentes do que o encontro deveria ser¹⁹¹.

Na primavera de 1997¹⁹², realizou-se no Rio de Janeiro a conferência internacional Rio+5 para fazer o balanço da Cimeira da Terra cinco anos após a sua realização. Eu participei e aproveitei a viagem para fazer um balanço com o grupo de São Paulo. Muitas questões foram levantadas. Considerando que essas questões tinham um valor geral, aproveitei a minha presença no Brasil para iniciar um diálogo com o grupo e, ao regressar, relatei as questões abordadas:

- «A ligação entre a Aliança e outras dinâmicas mundiais [...]. Nos três anos anteriores, procurámos obstinadamente dinâmicas do mesmo tipo que a Aliança e acabámos por constatar que provavelmente não existiam. A especificidade da Aliança: o diálogo entre diferentes meios; uma abordagem sistémica das mudanças; um constante vaivém entre diversidade e unidade; a recusa da institucionalização; a preocupação de que todos os continentes e as grandes civilizações estejam representados de forma igualitária.
- O desafio do seu rápido crescimento: explicamos as razões para não institucionalizar a Aliança, para evitar que a energia se esgote em lutas pelo poder. E reconhecemos o desafio que representa transmitir aos novos aliados o património da Aliança e comunicar «o que se passa na Aliança.»

¹⁹¹ Em março de 1999, a fundação reuniu o que havia aprendido nos oito anos anteriores sobre a organização de um encontro e toda a equipa contribuiu para um texto intitulado «Elementos de método e reflexão para a organização de um encontro», ilustrado por mais de 60 fichas de casos retirados dos nossos diferentes programas. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/elements-de-methode-et-de-reflexion-pour-l-organisation-d-une-rencontre/

¹⁹² BIP 881 - 3 de abril de 1997 - Algumas reflexões pessoais de Pierre Calame sobre as questões levantadas pelos amigos do grupo de São Paulo

O balanço do encontro de Bertioga

O encontro foi realizado em dezembro de 1997. É impressionante constatar que todo esse aprendizado, todas essas precauções, todo o trabalho coletivo preparatório não nos protegeram de decepções e tensões. Decididamente, a Aliança, acumulando inovações, não foi um longo rio tranquilo!

A nota de balanço¹⁹³ redigida na altura, em janeiro de 1998, reflete isso mesmo:

«Em Bangalore, na Índia, em Argel, na Argélia, em Kigali, no Ruanda, em Barcelona, na Espanha, em Roubaix, na França, em Tolga, na Noruega (paralelamente a Bertioga, realizaram-se seis encontros ligados pela Internet ao encontro regional mundial). Durante este primeiro protótipo de assembleia de cidadãos da Terra, tivemos de enfrentar simultaneamente três desafios, todos difíceis:

- equilibrar a representação dos diferentes continentes [...] procurar um melhor equilíbrio entre mulheres e homens, jovens e menos jovens, pessoas de diferentes origens profissionais e sociais: esses equilíbrios, necessários para refletir a real diversidade do mundo, fizeram com que a maioria dos participantes fossem aliados recentes que estavam a descobrir o universo humano da Aliança, a sua abordagem, o seu estado de espírito, a sua história;
- trabalhar em conjunto nas mudanças a empreender para o próximo século [...]. A Assembleia de 1997 foi a primeira ocasião para abordar de frente [...] uma imensa gama de mudanças, desde os valores, as ciências, a organização económica e social até à governação;
- realizar uma assembleia parcialmente à distância. A experiência semelhante, tentada em Barcelona, revelou-se pouco conclusiva: a intensidade das trocas entre os participantes no encontro deixava pouco espaço para a informação dos aliados que acompanhavam o encontro à distância. Com base nessa primeira experiência, desenvolvemos um sistema interessante de «patrocínio»: cada participante à distância tinha um correspondente privilegiado em Bertioga. A experiência revelou-se interessante, mesmo que esses correspondentes privilegiados só tenham podido relatar brevemente as contribuições das seis reuniões regionais.»

Para facilitar as discussões sobre os avanços dos projetos, os seus animadores, presentes ou não em Bertioga, foram convidados a fazer uma apresentação sintética dos seus avanços e esses resumos foram reunidos em torno dos quatro eixos da via setorial. É preciso reconhecer que, durante o encontro em si, não houve tempo para buscar linhas de força comuns. É verdade que, naquela época, as produções dos projetos, assim como o seu estado de avanço, eram heterogêneos. E, acima de tudo, muitos dos participantes não fizeram da compreensão dos trabalhos dos projetos a sua prioridade. A fundação era praticamente a única a ter uma visão global das dinâmicas que constituíam a Aliança e, por isso, a única a querer fazer dessa partilha a sua prioridade.

¹⁹³ BIP 386 - janeiro de 1998 - A Assembleia de 1997 e suas consequências. Primeira Assembleia Internacional da Aliança, Bertioga, São Paulo, Brasil

Muitos dos participantes, especialmente os recém-chegados, estavam mais interessados em conhecer os outros, simplesmente descobrir o que era a Aliança, trazer a sua própria imaginação: para cada recém-chegado, a Aliança começa no dia em que ele se junta a ela e ele deseja, acima de tudo, dar o seu contributo. Isso foi particularmente frustrante para a fundação, que havia depositado tanta esperança e energia nessa pré-figuração de uma Assembleia Mundial de Cidadãos.

A questão persistente da governança da Aliança levou à teorização dos fundamentos das alianças, consideradas um novo tipo de organização coletiva

Ao longo do encontro de Bertioiga, a questão da gestão coletiva da Aliança voltou a ser levantada, interferindo na reflexão coletiva ao tornar a clarificação da gestão uma condição prévia. Tanto mais que a fundação, quase envergonhada do seu papel preponderante na Aliança, hesitava em se destacar.

Além da divisão identificada desde o encontro de Dourdan em 1995, entre «especialistas» e «ativistas», revelou-se outra divisão: a que existia entre as algumas dezenas de aliados que, devido ao seu forte envolvimento na Aliança ou ao seu temperamento, queriam participar na direção coletiva e nas orientações da Aliança, reduzindo, se possível, a fundação ao seu papel de financiadora, e a grande maioria dos aliados, cujo principal desejo era participar numa dinâmica internacional ambiciosa e eficaz. Nos eventos públicos organizados em torno do encontro de Bertioiga, a fundação esteve quase ausente, dando a ilusão de que a Aliança era resultado da iniciativa de ativistas da sociedade civil, com as fontes de financiamento do movimento cuidadosamente deixadas em aberto.

A fundação não soube lidar bem com essa nova divisão entre aliados, evidente desde o encontro de Barcelona, e não ousou afirmar-se como o «cérebro» da Aliança, ou seja, responder aos desejos da maioria dos aliados, mesmo que isso significasse alienar definitivamente os mais ativos entre eles. Edith Sizoo, uma aliada de primeira hora, abordou-me em julho de 1998 sobre este assunto¹⁹⁴:

«Todo movimento bem-sucedido tem um rosto [...] no plano emocional. A Aliança é uma fonte de esperança: portanto, há pessoas em todos os lugares que querem agir. Por outro lado, em termos de estruturação, há uma fraqueza não nas ideias, mas nos fatos. Em termos de compartilhamento de ideias e capitalização, a Fundação não pode desistir. [...] A grande atração da Aliança é não ser apenas um movimento dedicado a um objetivo limitado. Algumas pessoas reclamam da FPH, mas são pessoas que gostariam de ter o mesmo poder e não têm meios para isso. Todos os outros aliados te veem como líder da Aliança e esperam que assumas essa função. Há uma procura por um líder e, quando dizes que não és o dono da Aliança, as pessoas se perguntam por que dizes isso, o que isso esconde.»

Imediatamente após Bertioiga, tal como após Barcelona, compreendemos a necessidade de disponibilizar a todos os aliados, e especialmente aos recém-chegados, uma série de textos claros sobre o que era a Aliança. Tratava-se, como dissemos num texto de fevereiro de 1998,

¹⁹⁴ FDS 8822 - 28 de julho de 1998 - Reflexão sobre a organização da Aliança

de dar forma aos textos fundadores da Aliança e definir os meios de transmissão da memória¹⁹⁵.

Para isso, a escolha das palavras e imagens utilizadas era decisiva:

«queremos construir novas formas de ação coletiva e só dispomos de palavras, conceitos e referências práticas, provenientes de outras formas de ação coletiva, em particular de associações ou sindicatos, para falar sobre isso. Por isso, as palavras «poder», «decisão», «tomada de decisão», «arbitragem» em caso de conflito e até mesmo «coordenação» são traiçoeiras.»

Os promotores da gestão coletiva da Aliança observaram:

«Que, na ausência de clareza, se constroem poderes de facto que são piores do que os poderes de direito institucionalizados, que queremos evitar.»

A fundação respondeu:

«Não há poder de direito, uma vez que a Aliança não é uma instituição, há apenas poderes de facto. O problema é evitar os poderes ocultos, ou seja, a situação em que há uma aparência de poder de um lado e a realidade do poder do outro.»

Tornou-se claro que a Aliança não era apenas a invenção de um processo, mas também a invenção de um novo tipo de organização coletiva. Por isso, dedicámo-nos a explorar uma expressão mais adequada do que era a Aliança, do que era «uma aliança», uma nova modalidade de organização coletiva¹⁹⁶:

«O desenvolvimento da Aliança assemelha-se mais ao de um ser vivo do que ao de uma organização tradicional. Tal como um ser vivo, ela precisa de genes que estruturam o seu futuro. É também um barco que, para enfrentar o mar, precisa de lastro para evitar virar à menor onda. Os genes da Aliança são os seus textos fundadores, que lançam as bases duradouras do seu modo de desenvolvimento. O lastro é a memória da história – ainda jovem e já rica – da Aliança, que deve ser transmitida aos novos aliados.

Quais poderiam ser esses genes, esses textos fundadores? Na nossa opinião, eram cinco: a Plataforma; a metodologia da Aliança; um documento sobre as mudanças do próximo século, a ser preparado; um texto apresentando o cenário da Assembleia 2000 e uma Carta Ética da Aliança. Após quatro anos de história, pode-se considerar que, em junho de 1998, uma fase fundadora estará concluída, que terão sido definidas as orientações, os métodos de trabalho, as principais características da Assembleia 2000, os direitos e deveres dos aliados, as grandes questões sobre as quais eles estão decididos a trabalhar juntos. Estes textos constituem a base constitucional da Aliança. A sua alteração pressupõe um processo diferente daquele que rege a sua implementação.»

Voltamos também à ideia forte:

¹⁹⁵ BIP 470 - 3 de fevereiro de 1998 - A Assembleia de 97 e suas consequências

¹⁹⁶ BIP 367 - 20 de outubro de 1998 - A Aliança, uma forma emergente de ação coletiva

«[...] que, ao contrário das instituições clássicas, numa aliança não existe um interior e um exterior separados por uma pele. É certo que a assinatura da plataforma constitui uma pele, mas, na realidade, existem tanto signatários não aliados ou aliados pouco ativos como não signatários fortemente envolvidos no trabalho coletivo. A Aliança reúne uma grande diversidade de graus de envolvimento. [...] Já dissemos anteriormente que a Aliança não fechará as suas portas porque não as tem [...]; poderíamos dizer que a Aliança não tem um interior e um exterior, mas uma continuidade entre o coração e o exterior. [...] Na Aliança, procuramos valorizar o poder de servir e o poder de iniciativa. Não existe poder jurídico nem poder de coagir os outros. Se quisermos caracterizar o poder de facto, exercido por uns e outros, é necessário identificar as diferentes componentes do poder e as diferentes condições de legitimidade do poder.

Componentes do poder: o poder de empreender, [...] o poder de propor; o poder de incitar os outros a agir. Condições de legitimidade do poder [...] só podem decorrer do reconhecimento dessa legitimidade pelos outros aliados [...] pode resultar da antiguidade, do envolvimento, da dedicação, da competência reconhecida, da notoriedade ou de qualquer outro fator de reconhecimento social.

Pelas mesmas razões, o que é uma decisão na Aliança? [Uma série de exemplos] mostra a ambiguidade da noção de decisão coletiva: o termo coletivo aplica-se tanto a montante – quais são os aliados ou as instâncias que tomaram a iniciativa – como a jusante, em que medida isso influenciou o desenvolvimento coletivo da Aliança. Seria melhor falar (dizíamos nós) de decisão que se forma progressivamente, em vez de tomada de decisão coletiva: não há, no sentido estrito do termo, um momento em que a decisão foi tomada.»

Como ilustra esta passagem, tomámos consciência da necessidade de inventar, ao longo do caminho, um novo tipo de ser vivo coletivo, uma nova maneira de fazer juntos, uma nova conceção da legitimidade e do exercício do poder dentro de um coletivo e de encontrar as palavras adequadas para o descrever.

Essa formulação da definição e dos princípios de governança das alianças respondia a outro imperativo. Estávamos convencidos de que uma sociedade global emergente precisaria de novos modos de organização e que o conceito de aliança poderia responder a essa necessidade. A partir daí, começámos a falar de alianças no plural, sendo a nossa Aliança o protótipo.

A partir de 1995, com a crescente notoriedade da Aliança, escrevemos artigos para revistas, respondemos a entrevistas e tivemos de esclarecer qual era a utopia que a Aliança defendia. Resumimos isso em dois textos: «O imaginário da Aliança face às outras utopias existentes»¹⁹⁷ e «A Aliança, uma forma emergente de ação coletiva»¹⁹⁸. Eis o que dissemos neles:

«A utopia da Aliança não se refere à sociedade ideal a criar, mas ao movimento, ao processo, à forma de nos relacionarmos para transformar juntos a sociedade mundial, respeitando a diversidade das culturas e das aspirações ou respeitando a complexidade das realidades. A utopia não se refere ao objetivo, mas ao caminho. É uma utopia de civilidade mundial.»

¹⁹⁷ BIP 974 - outubro de 1997 - O imaginário da Aliança face às outras utopias presentes

¹⁹⁸ BIP 367 - 20 de outubro de 1998 - A Aliança, uma forma emergente de ação coletiva

E destacávamos as características genéricas das alianças:

«A aliança assume todo o seu sentido num contexto de crise das formas tradicionais de ação coletiva, seja no âmbito estatal, partidário ou não governamental. Permite, de facto, assumir a unidade e a diversidade na perspetiva de ações coletivas à altura dos desafios do mundo. Uma aliança tem seis características: o reconhecimento de valores e perspetivas comuns; a adoção de métodos de trabalho comuns; um poder que resulta da ação de todos; limites voluntariamente difusos; uma gestão coletiva que funciona por consenso; um sistema de comunicação e informação próprio.»

Nenhuma destas características é trivial. Tomemos o exemplo dos métodos. Com base na nossa experiência em análises transversais, esforçamo-nos por implementar métodos de síntese. Mas é ainda necessário que os participantes se identifiquem com esses métodos! Se lhes forem impostos, a sua eficácia a longo prazo será limitada, pois as conclusões não serão realmente adequadas.

Mas todos esses esforços de esclarecimento não respondiam à insistência cada vez mais premente de um grupo de aliados particularmente ativos, militantes experientes da sociedade civil, aos olhos dos quais todas essas discussões serviam apenas para mascarar a vontade da fundação de manter o poder que lhe conferiam os seus meios financeiros e a dependência quase total da Aliança em relação a eles.

Diante dessa suspeita, que a cada dia mais pesava sobre o ambiente dentro da Aliança, tivemos de aceitar em Bertioga, apesar do nosso receio de ver a Aliança sujeita a métodos de democracia representativa inadequados, porque pressupõem uma comunidade fechada e listas eleitorais, a constituição de um Conselho de Orientação Internacional eleito por consulta a todos os aliados registados no diretório. O que colocava a fundação numa posição delicada¹⁹⁹:

«Como suscitar candidatos que sejam o mais representativos possível da diversidade da Aliança? [...] temos um conhecimento único da rede, mas podemos ser acusados de privilegiar os nossos amigos.»

O processo de convocatória de candidaturas, eleição e definição das funções deste Conselho de Orientação absorveu, ao longo de 1998, uma energia e um tempo consideráveis. Na fundação, tínhamos uma sensação de tempo perdido e, o que é mais grave, todos esses debates ou controvérsias eram testemunhados por todos, devido à generalização progressiva do correio eletrónico (que, em muitos aspetos, antecipou o que observamos hoje nas redes sociais).

O mais grave é que esses debates intermináveis desapontaram os aliados mais numerosos, aqueles que se juntaram a nós precisamente porque lhes parecia que a Aliança oferecia um quadro de trabalho coletivo eficaz, longe dos conflitos de poder tradicionais do mundo político, sindical e associativo. E eis que esses velhos demónios voltaram com força total. Sentíamos essa decepção, partilhávamos dela, mas a fundação, ao mesmo tempo fonte quase

¹⁹⁹ FDS 9271 - 2 de setembro de 1998 - Implementação da organização da Aliança

única de financiamento e fonte de inspiração da Aliança, criadora dos seus métodos, não se sentiu com o direito e a capacidade de evitar os debates sobre a conduta coletiva da Aliança: sabia muito bem que essas questões, se não fossem tratadas, envenenariam todo o resto da história. Isso não impediu os avanços concretos da Aliança, mas o ímpeto estava agora quebrado. Tanto mais que, independentemente das nuances atribuídas ao papel «consultivo» desse Conselho de Orientação, estava necessariamente a ser criado um espaço alternativo de tomada de decisão. O que aconteceria se as orientações propostas fossem contraditórias com o processo de preparação de uma Assembleia Mundial de Cidadãos?

Desde a origem da Aliança e da conceção das «três vias» para chegar aos Estados Gerais do planeta, percebemos que a via setorial, construída como uma série de «obras temáticas» reunidas em quatro polos, não colocava problemas de organização. A animação de cada projeto dependia de especialistas que, é claro, precisavam ser encontrados e remunerados, mas que muitas vezes podiam mobilizar redes de pesquisa pré-existentes. O mesmo não acontecia com a via geocultural e a via colegial.

5.5 – O desenvolvimento da via geocultural e os seus desafios

Todos os anos, o Conselho da Fundação de janeiro oferece a oportunidade de fazer um balanço. O que impressiona quando se relê o relatório desses balanços anuais de 1997 e 1998 é a obstinação demonstrada pela fundação em diversificar os contactos em todos os continentes, apoiando-se nas diferentes redes constituídas no âmbito dos seus diversos programas, nomeadamente «Viver em paz num mundo de diversidade», «Agricultura e globalização» e «Construindo uma arte da paz», e aproveitando as oportunidades que se apresentam.

Europa

Na Europa²⁰⁰, tentámos consolidar dois pólos locais: o da Região Alpina Latina, animado pela Economia e Humanismo em Lyon, e o da Catalunha, animado pela Ecoconcern em Barcelona. Novos grupos locais surgiram na Bélgica, Itália, Grécia e norte de França.

Na Europa Central e Oriental, o encontro mundial de São Paulo, em dezembro de 1997, foi a ocasião para trazer aliados russos, búlgaros e polacos. Por intermédio de Piotr Dabrowski, um aliado polaco que desempenhou um papel muito significativo na transição democrática na Polónia, algumas novas perspectivas se abriram em direção à Ucrânia e à Lituânia. Mas Piotr Dabrowski²⁰¹ lembra-nos da dificuldade de construir uma dinâmica coletiva nesses países, devido às feridas da história. Animador do Fórum das Agriculturas da Europa Central e

²⁰⁰ FDS 7063 - 1^{er} de fevereiro de 1997 - A Aliança na Europa; FDS 8181 - 21 de janeiro de 1998 - A Aliança na Europa

²⁰¹ FDS 8508 - 20 de fevereiro de 1998 - Europa Central: o desafio da criação de relações igualitárias

Oriental, apoiado pela Fundação no âmbito do programa Agricultura e Globalização, ele pôde avaliar o tempo necessário para criar uma confiança mútua entre países que herdaram uma história muito conflituosa:

«A maioria dos ucranianos da minha geração não conheceu o seu pai. Pessoas que chegam de carro a uma aldeia são sinónimo de perigo mortal para a família, e nós, na Polónia, ignorávamos tudo isso. [...] As relações entre os russos e os satélites da Europa Oriental, entre o Ocidente e o resto da Europa, eram muito hierarquizadas. [...] Isso mostra o que significa a ruptura de ter ucranianos, lituanos, russos e polacos sentados à mesma mesa em pé de igualdade.»

Arnaud Blin fala sobre a política do ressentimento²⁰² para sublinhar o quanto as feridas da história pesam nas relações entre os Estados, mas também entre as sociedades. Este é um dos principais desafios das dinâmicas de diálogo verdadeiramente globais.

Em 1997, estabeleceram-se contactos mais intensos com o Reino Unido. Conheci Jacques Mirenowicz, um jovem cientista talentoso, jornalista nas horas vagas para o *La Liberté*, um jornal de Friburgo, na Suíça. A reportagem que ele fez sobre a iniciativa da Aliança demonstrou uma compreensão tão profunda do que procurávamos fazer que estabelecemos contactos duradouros com ele. Tendo partido para o Reino Unido para se formar como jornalista científico, devido ao distanciamento que tinha tomado em relação ao mundo da investigação pura em que tinha evoluído até então, ofereceu-se para facilitar os contactos com Ed Mayo²⁰³ da New Economic Foundation, com a Christian Aid e a Real World Coalition, da qual ela fazia parte²⁰⁴, e com diferentes coordenações inglesas²⁰⁵, nomeadamente a coordenação de autarquias locais, empresas e associações.

Outra pista foi aberta com uma rede de parlamentares essencialmente anglófonos, a *Parliamentarian For Global Action (PGA)*²⁰⁶. Esta rede reunia, na altura, 1200 parlamentares. Tal como o seu nome indica, a sua abordagem era bastante semelhante à da Aliança. Por outro lado, a rede não era financeiramente autónoma e os seus dois principais financiadores, agências das Nações Unidas e fundações, tinham a sua própria agenda. A PGA tinha de lidar com eles. Por conseguinte, fazer coincidir as suas prioridades temáticas com a abordagem e os projetos da Aliança exigiria muito tempo e recursos humanos e financeiros de que não dispúnhamos.

África

Na linha do que havia sido tentado durante o encontro europeu de Barcelona, tentámos associar o encontro mundial de Bertioğa a seis encontros regionais simultâneos, cada um

²⁰² Arnaud Blin e Gustavo Marin - 2015 Dicionário de governança global. Muvis

²⁰³ FDS 7599 - 23 de abril de 1997 - Cooperação entre a Aliança, a FPH e a New Economic Foundation (NEF)

²⁰⁴ FDS 7603 - 22 de abril de 1997 - Christian Aid e a Aliança

²⁰⁵ FDS 7606 - 24 de abril de 1997 - A Aliança e as coordenações inglesas

²⁰⁶ FDS 7864 - 17 de junho de 1997 - Parlamentares pela Ação Global (PGA) e a Aliança

deles com «correspondentes» em Bertioga. Na prática, essa associação revelou-se difícil, uma vez que cada encontro tinha o seu próprio ritmo. Por outro lado, os encontros regionais revelaram-se excelentes oportunidades para o diálogo intra-regional. Foi o caso, por exemplo, do encontro de Kigali, que reuniu aliados de onze países africanos²⁰⁷.

Sul da Ásia

A expansão da Aliança na Ásia foi feita por dois meios: viagens internacionais de um ou dois animadores da Aliança para se encontrarem com signatários da Plataforma até então isolados e a organização de encontros regionais. Além da China e da Índia, dinâmicas modestas, mas reais, surgiram nas Filipinas, na Tailândia, na Austrália, no Japão, no Paquistão e no Irão. Pontos relativamente isolados, mas que demonstram, no entanto, que a Plataforma e a proposta de um diálogo mundial sobre os desafios comuns eram audíveis em todas as culturas.

China

Na China, o ano de 1997 foi particularmente fecundo. Naquela época, menos de vinte anos após a abertura económica da China, apenas oito anos após o massacre de Tian'anmen, a integração da China no sistema económico mundial avançava a passos largos. Por outro lado, a própria sociedade chinesa tinha muito menos oportunidades do que teria vinte anos mais tarde para dialogar com outras sociedades e participar nos assuntos mundiais. Além disso, rapidamente se criou um fosso entre a China costeira, em vias de se tornar a «fábrica do mundo», e a China interior. É isso que dá todo o valor a três eventos organizados em 1997 na China com a Aliança: a viagem com a Associação dos Prefeitos da China; a tradução para o chinês do livro «Rumo a uma ecologia industrial»; o encontro de Macau.

A viagem com a Associação dos Prefeitos da China. Em junho de 1997, respondendo ao convite da Associação dos Prefeitos da China (AMC), com a qual estabelecemos contacto por intermédio da Sra. Yu Shuo, um pequeno grupo de aliados participou com funcionários permanentes da AMC numa viagem pelo interior da China. Durante a estadia, percebemos que a nossa visita oferecia à AMC a oportunidade de reforçar os laços entre as cidades costeiras e as do interior, num momento em que a disparidade de desenvolvimento entre as regiões chinesas ameaçava a coesão da sociedade. A fundação, por seu lado, estava convencida de que o crescimento das cidades chinesas constituiria, no século^{XXI}, um daqueles raros acontecimentos que, por si só, mudam a face do mundo.

Graças a esta viagem, compreendemos que os dirigentes chineses seriam levados, nos próximos anos, a fazer escolhas, nomeadamente em matéria de transportes e urbanismo, que comprometeriam o futuro a longo prazo. E ficámos impressionados com a curiosidade

²⁰⁷ FDS 8182 - 21 de janeiro de 1998 - A Aliança na África

insaciável dos nossos interlocutores em relação à evolução da urbanização na Europa. A conclusão impôs-se por si mesma: criar, utilizando os métodos de intercâmbio de experiências já testados na Fundação, um «polo de mediação entre cidades europeias e chinesas». Infelizmente, não conseguimos mobilizar cofinanciamentos para criar esse polo. A Europa, tão disposta a expandir a atividade das suas empresas na China, tão inclinada a dar lições aos chineses sobre direitos humanos, não estava pronta para partilhar as suas experiências «abertamente», permitindo que os responsáveis chineses as explorassem e retivessem o que lhes parecesse útil para o seu país. Um dos muitos encontros falhados entre a Europa e a China, que tentaremos compensar oito anos depois, com a criação do Fórum China Europa.

A tradução para o chinês do livro «Vers une écologie industrielle» (Rumo a uma ecologia industrial). 1997 foi um daqueles momentos históricos em que algumas ideias novas, surgindo no momento oportuno, podem ter efeitos consideráveis e inesperados. A editora, criada dois anos antes pela fundação, [Editions Charles Léopold Mayer](#), acabara de publicar o livro de Suren Erkman «Vers une écologie industrielle» (Rumo a uma ecologia industrial), do qual falaremos mais adiante. Ele traçava a origem e as primeiras realizações de um movimento internacional que ganhava força e que, inspirando-se nas trocas de matéria e energia entre as diferentes partes de um ecossistema vivo, visava desenvolver novas sinergias entre as atividades económicas de um mesmo território, os resíduos e subprodutos de uma tornando-se a matéria-prima da outra.

A ideia tornou-se tão familiar vinte anos depois que é difícil imaginar a inovação que representou na última década do século^{xx}. Gustavo Marin teve a ideia de propor ao Yiang Jing Group, o nosso coletivo de aliados na China, traduzir rapidamente o livro para o chinês e publicá-lo. Rebatizado em chinês como «Economia Circular», o livro viria a tornar-se, dez anos mais tarde, uma das referências oficiais do governo chinês que, na sua diretiva sobre a economia circular, comprometeu-se a reorientar o sistema industrial chinês! Pequena causa, grandes efeitos. Mas também revelador para nós do imenso interesse de um diálogo amplo e duradouro entre as sociedades para iluminar o futuro.

O encontro de Macau. Organizado em setembro de 1997 pelo Instituto Chinês de Ciências Sociais, submeteu a debate crítico a Plataforma para um mundo responsável e solidário traduzida para o chinês. Inaugurava-se aqui – e é altamente significativo que isso tenha começado pela China – uma nova maneira, multipolar, de construir o universal. Desde o século^{xix}, e na esteira do avanço dos europeus no domínio das técnicas e das instituições, o universal adquiriu um significado particular: a difusão universal dos valores, das técnicas e das instituições do Ocidente. A maioria das constituições redigidas durante o século XIX tomou a Constituição francesa como modelo. O Japão importou quase que na íntegra o direito ocidental em substituição ao direito chinês, contribuindo, através da tradução em ideogramas dos seus principais conceitos, para a difusão desse direito em toda a Ásia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 é a última encarnação desse período de um século e meio durante o qual o Século das Luzes, a Revolução Francesa, a Revolução Industrial Inglesa, a democracia representativa, os direitos humanos e os direitos dos cidadãos partiram à conquista do mundo. O capitalismo e o comunismo, as duas grandes ideologias que

estruturaram os confrontos do século XX, tinham eles próprios a mesma matriz europeia.

Não é sobre estas bases que se pode construir o universal no século XXI. Os próprios direitos humanos, cuja universalidade é proclamada pela Declaração de 1948, são difíceis de traduzir em muitas línguas, especialmente em culturas onde o interesse coletivo continua a prevalecer sobre o interesse individual. O declínio demográfico do Ocidente, o recuo do seu peso relativo na economia mundial, o crescimento económico da Ásia e a pluralidade dos pólos de inovação já não permitem ao Ocidente, no século XXI, reivindicar o monopólio do universal. *«Hoje em dia, o universal só pode nascer da busca de princípios comuns resultantes do confronto respeitoso entre culturas e civilizações».*

Esta intuição guiou o processo de elaboração da Plataforma para um Mundo Responsável e Solidário, com base nos sete encontros regionais de 1992 e 1993. Vários intelectuais chineses, que participaram na Convenção Preparatória dos Estados Gerais, observaram que Michel Beaud e Pierre Calame, os principais redatores da plataforma, eram ambos franceses. Ora, sabemos o quanto a língua e as referências conceptuais implícitas que ela veicula estruturam o pensamento. Assim, o encontro de Macau inaugurou uma segunda etapa do método: submeter à crítica um texto resultante de um diálogo mundial, mas marcado pelos seus redatores. Este método, inspirado nas lições do programa «Viver em paz num mundo de diversidade», será generalizado nos anos seguintes²⁰⁸.

América do Norte

A distância cultural nem sempre é o principal obstáculo ao diálogo. Cada sociedade dominante, em um momento da história, pretende encarnar o universal e está mais disposta a dar lições aos outros do que a recebê-las. É o que descobriremos com os Estados Unidos, onde os potenciais parceiros, a priori na mesma sintonia que nós, manifestaram um interesse muito vivo pela iniciativa da Aliança até ao momento em que lhes propusemos participar. Invariavelmente, o tom mudava e nos faziam entender que nenhuma dinâmica mundial desse tipo poderia nascer em outro lugar que não fosse Washington ou Nova Iorque!

Foi por intermédio do Canadá e do grupo de Montreal²⁰⁹, animado por um dos antigos membros do grupo de Vézelay, Venant Cauchy, que as ideias da Aliança puderam se difundir, de forma modesta, a partir da publicação do livro «Pour un monde responsable et solidaire» (Por um mundo responsável e solidário), extraído dos trabalhos do colóquio organizado em Laval (subúrbio de Montreal) em junho de 1996.

Todos estes avanços regionais não devem ocultar a dificuldade de criar dinâmicas locais autofinanciadas. Podemos, portanto, falar, ao longo destes dois anos, de uma verdadeira globalização da Aliança, de uma difusão da Plataforma em todos os continentes, o que constituirá mais tarde a garantia de uma Assembleia Mundial de Cidadãos que merece o seu

²⁰⁸ FDS 8186 - 21 de janeiro de 1998 - A Aliança na China

²⁰⁹ FDS 8184 - 21 de janeiro de 1998 - A Aliança na América do Norte

nome, sem, no entanto, poder falar de uma dinâmica mundial capaz de se desenvolver por si mesma sem o apoio da Fundação.

5.6 – O desenvolvimento da via colegial e os seus desafios

No início de 1997, observámos, para o Conselho da Fundação²¹⁰:

«A via colegial continua a ser a menos utilizada pelos aliados, apesar dos esforços envidados para introduzir a abordagem da Aliança nos meios científicos, empresariais, bancários, religiosos, políticos, etc. Outros colégios não conseguem descolar: jornalistas, sindicatos, organismos internacionais». Seria tedioso voltar aos colégios criados no período anterior, em particular os dos camponeses, jovens e artistas. Notemos apenas que eles continuaram o seu desenvolvimento, com o colégio de jovens, em particular, conseguindo estabelecer contactos em todos os continentes. Prefere-se aqui debruçar-se sobre os esforços realizados durante esses dois anos, 1997-1998, para desenvolver contactos com o que chamámos de «colégios ausentes» (ou seja, ausentes da nossa Aliança).»

O mundo científico

A participação na conferência Rio+5²¹¹, no Brasil, foi uma oportunidade para estabelecer contactos com a International Conference of Scientific Unions (ICSU), criada em 1919, que reúne 95 associações científicas nacionais e mais de 25 associações internacionais disciplinares. A dificuldade com este tipo de estrutura abrangente é que, quanto mais organizações ela reúne, mais se afirma o seu papel de representação geral do meio, o que dificulta a reflexão introspectiva e crítica. Em 1992, a ICSU foi a principal consultora científica da Cimeira do Rio, depois de ter organizado em Viena, em 1991, um grande encontro sobre os desafios lançados às ciências exatas e às ciências humanas pelos novos problemas da humanidade. A sua primeira preocupação era fazer reconhecer o lugar das ciências e das técnicas na Agenda 21 do Rio. Quem poderia contestá-la? A criação do GIEC a partir das ciências climáticas, por iniciativa de alguns físicos de renome, entre os quais Gérard Mégie, que tinha sido o nosso interlocutor no âmbito do Grupo de Vézelay, demonstrou o papel importante que as redes científicas internacionais podiam desempenhar na tomada de consciência da amplitude das alterações climáticas, tornando-se, pela seriedade das suas análises, um ator político importante. Os cenários de aquecimento global do GIEC tornaram-se A referência do Protocolo de Quioto e, em 2015, do acordo intergovernamental de Paris sobre o clima. Mas a investigação científica continua a ser, em grande parte, governada pelas questões de poder dos Estados e de lucro das empresas, levantando a questão da responsabilidade da investigação científica. Questão que o ICSU não estava disposto a colocar. Por isso, continuámos a nossa pesquisa em redes mais limitadas, mas também mais dispostas

²¹⁰ FDS 7071 - 1^{er} de fevereiro de 1997 - Os colégios da Aliança

²¹¹ FDS 7348 - 11 de março de 1997 - O ICSU e o século XXI

a conduzir essa reflexão. Várias pistas foram exploradas em 1997-1998.

Historicamente, foi a questão da bomba atômica e da paz que, após a Segunda Guerra Mundial, provocou um despertar ético do mundo científico. Como observa, em julho de 1998, o professor Guy de Thé²¹²: «*Em reação à bomba atômica, houve uma tomada de consciência universal*». Daí surgiu, nomeadamente, o movimento Pugwash, que, em 1995, tomou a iniciativa de um novo «Juramento dos Cientistas». A ideia de Joseph Rotblatt, consciência moral dos físicos ao lado de Einstein e Oppenheimer, era dispor, para a investigação científica, do equivalente ao juramento de Hipócrates para os médicos. Mas os laços estabelecidos com o Pugwash nos anos seguintes não permitiram ultrapassar a questão da bomba atômica que lhe deu origem.

Com outro físico francês de renome, Gérard Toulouse, continuámos essa exploração. O tema mais forte na época era o do papel dos cientistas em relação à paz, também herdado da questão nuclear. Assim, em 1998, retomámos o contacto com outra rede, a IPPNW²¹³, Rede Internacional de Médicos para a Prevenção da Guerra Nuclear), contactada em abril de 1997. Sabíamos da importância de aproveitar os eventos internacionais para avançar numa agenda comum. Dois eventos desse tipo estavam previstos para 1999: o centenário do «Apelo de Haia» pela paz mundial e a conferência mundial sobre ciência preparada pela UNESCO, que deveria ser realizada em Budapeste.

Richard Pétris, o nosso principal parceiro na construção de uma arte da paz, foi encarregado de explorar as possíveis sinergias para o primeiro evento. Ao regressar de uma viagem a Londres, ele observou:

«Há um envelhecimento nos movimentos pela paz; os jovens estão mais envolvidos nos movimentos pelos direitos humanos, pelos direitos das mulheres, pela ação humanitária... O movimento dos jovens das Nações Unidas mobiliza milhares de pessoas todos os anos. Eles não querem fazer uma conferência pontual, mas também realizar campanhas, embora não estejam muito avançados na forma de conceber o processo.»

Após a queda do Muro de Berlim, assistimos de facto a uma espécie de desligamento em relação aos grandes debates ideológicos que dominaram o pós-guerra e ao envelhecimento das grandes causas que, na época, mobilizaram as melhores energias: a luta contra a ameaça nuclear, a aproximação entre o Oriente e o Ocidente, a construção da Europa, o federalismo mundial²¹⁴. Gus Massiah, um antigo parceiro da fundação, militante de longa data da causa anticolonialista e depois altermundialista, observou em fevereiro de 1998²¹⁵:

«Há um problema de passagem de uma geração para a outra e de transmissão da memória. A nova geração reconhece-se nos movimentos, mas não nas organizações. Ela quer ser ao mesmo tempo radical e concreta. Ela é a Internet.»

²¹² FDS 8834 - 24 de julho de 1998 - Colégio científico da Aliança

²¹³ FDS 8729 - 4 de maio de 1998 - Complementaridade Aliança – Apelo de Haia

²¹⁴ FDS 7602 - 22 de abril de 1997 - Os federalistas mundiais ingleses e a Aliança

²¹⁵ FDS 8476 - 10 de fevereiro de 1998 - Reinventar a política

Com os cientistas, estamos confrontados com um sistema de defesa bem rodado, ilustrado em março de 1998 por uma troca de ideias em Moscovo com grandes cientistas russos²¹⁶: questionei-os sobre a responsabilidade coletiva dos cientistas perante os desafios do século XXI, constatando que a mobilização da comunidade científica era muito menor do que era no final da Segunda Guerra Mundial. Estas questões suscitaram reações defensivas...O Dr. Victor Goskhov, especialista em regulação climática por biotas (grandes áreas que permaneceram naturais), responde:

«A situação da bomba nuclear era única; não há nada equivalente como ameaça atualmente, pois os físicos trabalham hoje no nível infra-atômico ou nos universos externos, e o risco de derivar ameaças para a humanidade não é o mesmo que quando trabalhavam à escala atômica. Não acreditamos que o desenvolvimento da ciência possa ameaçar a humanidade; pelo contrário, a ciência é o nosso único recurso [...] As transformações do mundo vêm das ciências aplicadas, são elas que estão em causa! É aí que devemos procurar as responsabilidades.»

Gérard Toulouse, por seu lado, observava¹⁰³:

«Penso que a tomada de consciência interna (no meio científico) é indispensável, mas não será suficiente na ausência de pressões externas. Como diz Pierre Thuillier (autor prematuramente falecido do livro «La grande implosion» (A grande implosão); relatório sobre o colapso do Ocidente 1999–2002²¹⁷), a ciência é um ensinamento de desprezo. A França é historicamente um exemplo disso: nos anos 30, todos os geneticistas eram eugenistas.»

Nos últimos anos do séculoXX, manifesta-se não a pressão externa que Gérard Toulouse deseja, mas uma atitude cada vez mais crítica da opinião pública em relação à ciência. Os três discursos apologeticos tradicionais, «a ciência é o motor do progresso», «a investigação pura está isenta de qualquer suspeita, são as suas aplicações que devem ser controladas» e, como dizia o apelo de Heidelberg, «os problemas nascidos da ciência e da técnica serão resolvidos por mais ciência e mais técnica», encontram cada vez mais ceticismo. Como nos diz, na mesma época, o presidente da Euro Science²¹⁸:

«Não podemos posicionar-nos apenas no registo crítico, mas se a ciência é mal vista, se os governos não compreendem, se os cientistas se sentem desconfortáveis, é necessário fazer uma revisão geral.»

Todas essas tentativas de aproximação com redes científicas existentes nos levarão a criar, no âmbito da Aliança, um primeiro colégio de cientistas. Elas também nos convencerão a participar da conferência mundial de Budapeste, em 1999, com a convicção de que, mais cedo ou mais tarde, será necessário reformular o contrato social entre o mundo da pesquisa e a sociedade como um todo.

²¹⁶ FDS 8511 - 9 de março de 1998 - Os cientistas na Rússia

²¹⁷ A grande implosão. Publicado em setembro de 1995, por Pierre Thuillier, editora Fayard

²¹⁸ FDS 8132 - 28 de outubro de 1997 - Apoio ao livro «Os lobbies da saúde

As universidades

Para desenvolver um colégio de universidades responsáveis e solidárias, partimos em busca de redes internacionais pré-existent. Naqueles anos, graças a Jacques Poulet-Mathis, membro do nosso Conselho de Fundação, tínhamos um verdadeiro trunfo: Michel Falise, que era seu amigo. Era um cristão convicto e aberto, primeiro presidente leigo do Instituto Católico de Lille. Em 1996, vice-presidente da Associação Internacional de Universidades (AIU) e presidente da Federação das Universidades Católicas Europeias (FUCE).

Michel Falise pediu-me, em 1996, para fazer em Banguécoque, por ocasião de um encontro internacional da Associação Internacional das Universidades, AIU, uma conferência sobre o tema «A universidade responsável e solidária»²¹⁹, que teve uma excelente repercussão. Foi assinado um acordo com a AIU em torno da ideia de um novo contrato entre as universidades e a sociedade. Mas essa ideia, divulgada numa primeira carta informativa da AIU, estava longe de suscitar unanimidade, como ilustram as trocas de correspondência com Michel Falise e Eva Egron Polak, secretária-geral da AIU, em janeiro de 1998²²⁰.

Segundo Eva:

«É preciso um longo caminho para compreender a Aliança e isso implicaria uma transformação da AIU, pois quanto mais diversificado é um meio, mais o consenso se limita a dimensões gerais. A AIU é uma organização de serviço às universidades, mas não tem consistência doutrinária [...]. Aparentemente, as retóricas da AIU e da Aliança são semelhantes, mas, no fundo, vocês (a Aliança) convidam a uma revolução considerável na universidade [...]. Os textos fundadores da AIU pressupõem que o conhecimento é neutro e bom [...]. Um contrato social parece simples, mas, na verdade, é uma revolução.»

Perante estes obstáculos, contribuiremos com a AIU para preparar a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior²²¹, realizada em 1998, mas o entusiasmo já não existia. Observamos, a propósito do ambiente da preparação da conferência, que *«tudo se normaliza, tudo perde o seu encanto e o seu aroma»*. Conseguiremos organizar, durante esta conferência mundial realizada em Paris, um encontro do «Colégio Jovem» muito notado, mas, devido aos obstáculos que acabamos de descrever, não conseguiremos, com a AIU, concretizar as esperanças nascidas da conferência de Banguécoque.

Ainda graças a Michel Falise, a Federação Internacional das Universidades Católicas (FIUC) pareceu-nos uma rede talvez mais promissora. Em junho de 1998, observamos²²²:

«O contacto com a FIUC, estabelecido em Banguécoque, foi renovado em Lovaina. A federação internacional questiona-se sobre os seus modos de funcionamento no futuro. Poderá ser um parceiro importante para a Aliança.»

²¹⁹ BIP 382 - 14 de novembro de 1997 - Universidade e desenvolvimento: antecipar a mudança para uma universidade responsável e solidária

²²⁰ FDS 8423 - 28 de janeiro de 1998 - Relações FPH Universidade

²²¹ FDS 8735 - 5 de maio de 1998 - A preparação da conferência mundial sobre o ensino superior

²²² FDS 9168 - 8 de junho de 1998 - Evolução da FIUC (Federação Internacional das Universidades Católicas)

Desse diálogo nasceu, em setembro de 1998, um apelo «por uma Aliança 21 mundial de universitários responsáveis e solidários»²²³. Trata-se de um apelo dirigido aos universitários para que criem um novo contrato social entre a universidade e a sociedade em torno de cinco princípios: a promoção da interdependência que une o mundo e da diversidade que o enriquece; a colocação ao serviço do bem comum da liberdade de que gozam os universitários; o reconhecimento do poder de influência que confere a formação das elites e o reconhecimento das contrapartidas que esse poder implica; a promoção de seres humanos completos; a preocupação com o longo prazo. Este apelo será retomado pela FIUC... mas quase vinte anos mais tarde. Sinal, ao mesmo tempo, do tempo que levam as evoluções profundas e do interesse de todas essas sementes plantadas à escala internacional e que, na sua maioria, acabarão por dar frutos.

Na impossibilidade de associar organicamente à Aliança as redes internacionais já constituídas, decidiremos, no âmbito dos projetos temáticos, abrir um novo projeto, liderado por Edgar Morin, intitulado «A universidade do século XXI».

As empresas

Os dois contactos pessoais que nos permitiram avançar nesses anos foram, por um lado, André Lévêque, um padre de quem falaremos longamente a propósito da Carta da Terra, consultor de longa data de empresas e coletividades territoriais, e outro amigo de Jacques Poulet-Mathis, Henri-Claude De Bettignies, professor do INSEAD.

Graças ao primeiro, pudemos iniciar reflexões sobre o papel das empresas, em particular com Hervé Sérieyx²²⁴ e Jacques Lesourne²²⁵. Ambos se mostraram muito atentos à iniciativa da Aliança, mas também extremamente conscientes das dificuldades em suscitar uma reflexão coletiva real entre os chefes de empresas. Os nossos contactos durante o período anterior com o World Business Council for Sustainable Development e com o fundador de Davos já nos tinham preparado para essas dificuldades. Hervé Sérieyx observa, por exemplo:

«Os grandes empresários são extremamente frágeis e o facto de procurarem pensar não lhes traz qualquer benefício; a sua tarefa é agradar ao núcleo duro dos acionistas.»

Quanto a Jacques Lesourne, fundador da SEMA (Sociedade de Estudos e Matemática Aplicada), ele observa:

«Mesmo as grandes empresas são bastante pobres em pessoas de valor capazes de questionar-se estrategicamente sobre os grandes problemas; o que faz com que aqueles que existem estejam

²²³ BIP 385 - 9 de setembro de 1998 - Por uma Aliança 21 mundial de universitários responsáveis e solidários

²²⁴ FDS 7351 - 22 de março de 1997 - Abertura ao mundo das empresas

²²⁵ FDS 7613 - 13 de janeiro de 1997 - A Aliança e as empresas; FDS 7354 - 17 de abril de 1997 - Encontro de empresários francófonos sobre «conflitos de valores

sobrecarregados. Por isso, ele encoraja-nos a aproximar-nos do CJD, o Centro de Jovens Dirigentes, ou do Instituto da Empresa, que tem mais liberdade de pensamento do que o CNPF.»

Uma das dificuldades da Aliança, neste meio como em outros, é a sua própria globalidade:

«A resolução de tensões entre imperativos contraditórios (que é a definição de ética) é um discurso familiar às empresas. Mas como formular um ponto de partida concreto para um diálogo com elas? Não basta apontar a sua esquizofrenia. Seria necessário formular uma reflexão geral, mas a partir de pontos de entrada concretos [...]. É preciso procurar instrumentos que permitam superar os conflitos em condições diferentes das dos anos 1960.»

Henri-Claude De Bettignies, por seu lado, muito conhecido na Ásia e nos Estados Unidos, convidou-me, em junho de 1997, para um seminário na Califórnia²²⁶: uma oportunidade preciosa para encontrar em privado chefes de empresas – muito expostos aos meios de comunicação social, eles geralmente limitam-se a discursos evasivos em público – dialogando livremente, partilhando as suas dúvidas. Philippe De Woot, professor de gestão em Lovaina, sublinha na conferência²²⁷:

«Perante a turbulência e a complexidade, o processo de planeamento deve dar lugar a um processo de desenvolvimento estratégico caracterizado pela capacidade de aproveitar oportunidades imprevisíveis e evitar riscos; o futuro já não é o que era! Daí as três dimensões essenciais da gestão da complexidade: uma visão; o desenvolvimento de recursos-chave; a rapidez de resposta [...]. Perante a incerteza, é necessário adotar uma abordagem estratégica. O planeamento a longo prazo era adequado a um mundo estável, onde o amanhã era hoje em maior escala, como nas décadas de 1950 e 1960. Em vez disso, é necessário elaborar cenários e fazê-lo envolvendo o máximo de pessoas da empresa [...]. O inferno é uma realidade que percebemos tarde demais: após cada evento, percebemos que os sinais precursores existiam e foram ignorados.»

Reflexões que encorajaram a Aliança e cuja atualidade permanece vinte anos depois. Assim como a da World Business Academy, que expressa a convicção:

«que devemos passar de empresas concebidas para gerar lucro para empresas que sejam espaços de cooperação [...]. A fixação de objetivos a priori é paralisante; o caminho é o objetivo.»

Este seminário é também uma oportunidade para refletir sobre a evolução do lugar das empresas na sociedade. Philippe de Woot sublinha o risco de

«ver as empresas tornarem-se atores demasiado dominantes no jogo mundial [...]. Contratam os melhores jovens, mas os seus critérios de decisão são exclusivamente financeiros, comerciais [...]. O ritmo do progresso é cada vez mais ditado diretamente pelas empresas. E esse progresso está a avançar demasiado depressa para que os nossos sistemas se adaptem.»

Mas também se observa nesta mesma conferência que:

«os acionistas são cada vez mais fundos de pensões públicos que têm outros valores, o que

²²⁶ FDS 7850 - 11 de junho de 1997 - As novas formas de liderança; FDS 7858 - 15 de junho de 1997 - Uma aliança no México: a business school of Monterey; FDS 7861 - 11 de junho de 1997 - O impasse atual dos modelos de desenvolvimento e as respostas possíveis; FDS 7862 - 13 de junho de 1997 - O peso e a responsabilidade das empresas no mundo de hoje

²²⁷ FDS 7849 - 12 de junho de 1997 - Lições recentes sobre gestão na complexidade

provocará uma mudança na abordagem das empresas.»

Tal como no caso das universidades e do mundo científico, não conseguiremos associar à Aliança uma rede de grandes empresas, porque as lógicas eram demasiado distantes. Por outro lado, chegamos à conclusão de que, nestes três meios, se coloca a questão de um novo contrato social. E, na falta de poder contar com uma grande rede existente, decidimos retomar estas questões num «projeto temático», animado por Philippe de Woot. Quanto ao mundo financeiro, os fundos de pensões irão gradualmente tomar consciência da sua própria responsabilidade, o que se tornará evidente quase vinte anos depois, em 2015, por ocasião da negociação do Acordo de Paris sobre o clima, sem que também aqui possamos apoiar-nos numa rede existente para avançar. Em cada ocasião, a impossibilidade de criar um colégio internacional da Aliança levou-nos a passar do desenvolvimento de um «colégio» para um «projeto temático». E todas as reflexões e contactos desses dois anos decisivos alimentariam, mais de vinte anos depois, o meu livro «Métamorphoses des responsabilités et contrat social» (Metamorfoses das responsabilidades e contrato social)²²⁸.

As autarquias locais

Há alguns anos, tínhamos adquirido a convicção de que as autarquias locais desempenhariam um papel decisivo na transição. Como procurar uma parceria com as redes já existentes?

Em Rio, em 1992, foi lançada a ideia das «Agendas 21 locais», vistas como uma simples declinação das Agendas 21 nacionais, em linha com o slogan da época «pensar globalmente, agir localmente». Mas muito rapidamente, na sequência da Carta de Aalborg em 1994, formou-se uma rede pioneira que afirmava a crescente autonomia de pensamento das autarquias locais²²⁹.

Foi com Michel Bescond, na época secretário-geral da Federação Mundial das Cidades Unidas (FMCU), que iniciámos o diálogo. O grande acontecimento, após a primeira Assembleia Internacional das Cidades durante a Habitat 2 em Istambul em 1996, foi o surgimento de uma Associação Mundial das Cidades, criada pela fusão das duas principais redes internacionais de autarquias locais, a FMCU, Federação Mundial das Cidades Unidas, por um lado, predominantemente francófona, socialista e centrada na solidariedade, e a IULA, União Internacional das Autoridades Locais, federação de associações nacionais de cidades, predominantemente anglófona e bastante liberal. Esta fusão demorou oito anos a concretizar-se, dando origem à associação mundial Cidades e Governos Locais Unidos, CGLU, à qual a fundação se associou.

²²⁸ Metamorfoses das responsabilidades e contrato social. Publicado em 2020, por Pierre Calame
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/metamorphoses-de-la-responsabilite-et-contrat-social/

²²⁹ A Carta de Aalborg foi adotada pelos participantes da conferência europeia sobre cidades sustentáveis, realizada na cidade dinamarquesa de Aalborg, em 27 de maio de 1994. Ela se apresenta como uma anti-carta de Atenas, defendendo a densidade e a diversidade das funções urbanas a serviço do desenvolvimento sustentável

O nosso apelo constante foi que esta rede mundial assumisse as suas responsabilidades. Fui convidado a desenvolver esta ideia numa mesa redonda do congresso da FMCU²³⁰ em 1998. Citemos alguns excertos da minha intervenção, pois, na década seguinte, várias tentativas serão feitas nesse sentido, até afirmar o papel decisivo que as cidades podem desempenhar na transição:

«As cidades enfrentam os desafios da globalização da cidadania e têm o dever de os enfrentar. Devem, portanto, construir uma Aliança Mundial das Cidades: é a partir do território que se elaborará a governação do futuro e se construirá a unidade a partir da diversidade [...]. Nas próximas décadas, teremos de conduzir mudanças da mesma magnitude que a transição da Idade Média para o mundo moderno. Que papel desempenharão as cidades na condução dessas mudanças? O problema para elas não é saber se têm legitimidade para agir, para fazer com que os Estados ou as instituições supranacionais reconheçam as suas competências e legitimidade para agir, mas, pelo contrário, assumir a sua responsabilidade de agir. Essa responsabilidade não decorre dos direitos que lhes são conferidos, mas do poder e da experiência de que dispõem [...]. Face à globalização, elas têm de construir a sua própria globalidade.»

Essa afirmação também era bastante revolucionária na época, pois a criação da CGLU foi amplamente motivada pela possibilidade de as autoridades locais serem reconhecidas nas instituições internacionais, como os Programas das Nações Unidas, onde poderiam falar «a uma só voz». Mas ela estava em consonância com as reflexões realizadas na mesma época sobre a natureza do poder na Aliança. Ele decorre do valor que se traz e não do lugar ou assento que se está disposto a conceder em instâncias cuja importância é superestimada. Esta ideia será posteriormente teorizada nos nossos trabalhos sobre governação, que destacarão o conceito de «legitimidade do poder» em oposição à sua «legalidade».

Os líderes religiosos e os movimentos filosóficos

Após os nossos contactos dos anos anteriores, a nossa grande questão era encontrar uma rede internacional de diálogo já constituída e que reunisse líderes religiosos de todas as confissões. No final da década de 1980, o programa Justiça, Paz e Preservação da Criação (JPSC) foi uma das raras ocasiões em que todas as confissões cristãs cooperaram. No entanto, não existia uma rede de trabalho permanente que reunisse todas as confissões cristãs.

A dificuldade era ainda maior quando nos voltávamos para as religiões não cristãs. O poder de convicção da rede de budistas engajados, de Sulak Sivaraksa, revelou-se limitado. Quanto ao Islão, sem sequer falar da divisão entre xiitas e sunitas, a sua ausência de organização hierárquica dificulta o diálogo. No máximo, pode tratar-se de um diálogo com intelectuais ou líderes espirituais dessa comunidade.

Jean Fischer, que levava essa preocupação para dentro da Aliança, continuou sua exploração em duas direcções: a do Parlamento Mundial das Religiões²³¹, que preparava uma conferência

²³⁰ BIP 384 - 5 de junho de 1998 As autarquias locais e a globalização: por uma «Aliança 21» das cidades do mundo

²³¹ FDS 7072 - 1^{er} de fevereiro de 1997 - O colégio dos filósofos e religiosos

internacional em 1999 na Cidade do Cabo; e a do Conselho Mundial das Religiões pela Paz, cujos líderes europeus conhecíamos bem e com os quais decidimos organizar um encontro inter-religioso cujos temas seriam:

«1. a constatação das mudanças e o desafio que isso representa para as religiões; 2. a natureza da casa comum que se quer construir; 3. a tensão entre pares de valores e a forma de a traduzir em regras; 4. as responsabilidades das igrejas face aos grandes desafios da humanidade.»

Em 1997, por ocasião do 50.^o aniversário do Centro Católico Internacional da UNESCO, entramos também em contacto com o cardeal Etchegaray²³², presidente mundial da Pax Christi. O cardeal viria a desempenhar um papel importante no Jubileu do ano 2000 em Roma: a data era coerente com a da nossa Assembleia Mundial. A posição do cardeal Etchegaray reflete bem as questões que se colocavam ao ramo «militante» da Igreja Católica alguns anos após o programa Justiça, Paz e Salvaguarda da Criação:

«O cristianismo quer e pode enfrentar os desafios deste tempo: eis uma profissão de fé que faço minha [...]. Antes de saber o que será do ser humano, é preciso perguntar-se quem ele é. Perante a perda de referências, o ser humano corre o risco de se identificar com uma evolução da qual renunciaria a ser intérprete. De que serviria ao homem romper a barreira do som se não consegue romper a barreira do sentido? [...]. A nossa crise é uma crise liminar e não uma crise de crescimento.»

No entanto, o cardeal advertiu:

«Cuidado com as ilusões milenaristas: não é tarefa fácil distinguir a ação dos homens da ação de Deus.»

Fui visitar o cardeal Etchegaray, no Vaticano, na esperança de que ele conseguisse convencer o Papa João Paulo II da necessidade de uma encíclica sobre os grandes desafios do século XXI. É essa perspectiva, como já mencionámos, que se concretizará vinte anos mais tarde com a encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco²³³.

Os pontos comuns da via colegial

Assim, em 1997-1998, surge o princípio orientador do diálogo com diferentes meios: encontrar em cada um deles as redes que promovem uma reflexão sobre o seu papel face aos desafios da sociedade mundial e sobre o contrato social que liga cada meio ao conjunto da sociedade. Mas, nos diferentes casos que acabamos de mencionar, descobrimos que nenhuma rede socioprofissional mundial, ou pelo menos internacional, abordava essa questão como tal, o que nos levou a criar, sob a forma de um projeto temático, um espaço de reflexão dedicado a essa ambição.

²³² FDS 7668 - 28 de maio de 1997 - Os cristãos perante os desafios do século XXI

²³³ Na Encíclica *Laudato Si'*, encontramos muitos dos temas evocados na década de 1990 com os responsáveis da Igreja Católica e como um eco direto da Plataforma para um mundo responsável e solidário.

VI. Em busca de valores comuns para a humanidade

6.1 – A necessidade de valores comuns para um planeta único e frágil

Embora seja tecnicamente um projeto temático entre dezenas de outros, a busca por valores comuns, distanciando-nos resolutamente da pretensão do Ocidente de enunciar valores universais, teve um lugar especial dentro da Aliança.

A Plataforma para um mundo responsável e solidário afirmava a necessidade de a humanidade, se quisesse enfrentar os grandes desafios comuns do século XXI, chegar a um acordo sobre valores comuns. Ao contrário do que aconteceu com a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, a partir da década de 1990, num mundo que se tornou irreversivelmente multipolar, não se podia mais proclamar que os valores do Ocidente tinham um valor universal. Isso delineou para a Aliança uma ambição e uma abordagem: descobrir valores adaptados a desafios de uma amplitude e natureza novas e enraizados em cada tradição religiosa, filosófica e cultural. Esse enraizamento era a condição para suscitar um eco no coração dos homens e das sociedades. Isso nos convidou a uma *busca do universal a partir do confronto entre diferentes tradições culturais*.

O primeiro piloto dessa pesquisa foi André Lévesque. Padre católico engajado no século, nascido em 1909, ele fundou o Centro de Estudos e Pesquisas Sociológicas (CERS) e, com o seu trabalho, contribuiu muito para formar futuros profissionais para uma reflexão ética baseada nos dilemas que eles encontravam. Ele tirou disso sólidas convicções sobre a maneira de abordar a ética a partir de sua prática. O convite que lhe foi feito para aplicar essa reflexão à pesquisa de valores universais levou-o a questionar o alcance de seus métodos, partindo de uma verdadeira busca e²³⁴:

«Será que existem, questionava-se ele, ideias, pensamentos universais, partilhados, presentes em todas as culturas do planeta?» Na Índia, na China, no Burquina Faso, no Brasil e no Japão, a partir de um método que ele desenvolveu, foi realizada uma investigação que permitiu compreender melhor, em diferentes contextos culturais, o caminho para o universal.»

6.2 – A Carta da Terra

A busca de André Levesque baseava-se em três hipóteses fundamentais²³⁵:

«os valores de uma sociedade revelam-se a partir da vida (em outras palavras, é a partir de

²³⁴ Gostos e valores. Publicado em 1999, por Georges Levesques.
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/des-gouts-et-des-valeurs/

²³⁵ BIP 680 - 7 de novembro de 1997 - Como fazer emergir um sistema de valores comuns: o projeto da Carta da Terra

situações cotidianas e escolhas concretas que os valores se revelam com mais segurança do que em grandes discursos);

- a ética não consiste em enunciar valores, mas em definir critérios de escolha e princípios de comportamento quando valores nos quais acreditamos igualmente entram em tensão ou contradição. Por exemplo, acredito igualmente na liberdade e na igualdade, mas o que acontece quando esses dois valores me levam a comportamentos contraditórios? Daí a ideia de que cada civilização se caracteriza pela forma como os valores são relacionados e colocados em tensão e pela forma como as soluções são encontradas face a essas contradições, o que o CERS chama de «grandes encruzilhadas» que caracterizam cada civilização²³⁶;
- a experiência provou que, na Europa Ocidental, grupos humanos muito diferentes em termos de idade, formação ou estatuto social acabam por identificar encruzilhadas semelhantes; no entanto, essas encruzilhadas não podem ser consideradas universais; apenas uma abordagem metodológica comum, aplicada em diferentes continentes, permitiria compreender as semelhanças e diferenças [...].

Este processo de «encruzilhadas humanas» revelou-se frutífero. Forneceu a base experimental a partir da qual foi elaborado um projeto de Carta da Terra (que será submetido aos participantes da conferência mundial de Bertog, em dezembro de 1997). Os cinco cruzamentos que André Lévesque considera terem um valor universal são: ser e ter; o uno e o múltiplo; a liberdade e a restrição; eu e o outro; o móvel e o imóvel.»

O título do documento divulgado em Bertog, «projeto da Carta da Terra»²³⁷, foi diretamente inspirado na decisão tomada em Estocolmo em 1972, durante a primeira Conferência Mundial do Meio Ambiente, de redigir uma Carta da Terra. Em 1992, Maurice Strong tentou, sem sucesso, fazer com que os chefes de Estado adotassem tal Carta. O seu fracasso convenceu-o da necessidade de prosseguir esse esforço com base noutros fundamentos, apoiando-se na sociedade civil. O Conselho da Terra, que ele presidia, e a Cruz Verde Internacional, presidida por Mikhail Gorbachev, «associaram-se para implementar um processo comum de elaboração dessa Carta».

A ideia inicial era dotar a ONU de um terceiro pilar:

«A vida internacional assenta em dois pilares fundamentais: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que enfatiza a dignidade dos indivíduos e os seus direitos; a Carta das Nações Unidas, que enfatiza a paz e o desenvolvimento. Há quase trinta anos, esses dois pilares permitiram progressos incontestáveis e ofereceram um quadro estável para a vida internacional, mas agora revelam-se insuficientes, não respondendo às mudanças que estamos a viver. Eles apresentam duas grandes fraquezas: refletindo o equilíbrio de forças existente em 1945, estão enraizados nas tradições ocidentais e na visão de modernidade que o Ocidente tinha naquela época; elaborados com base em fundamentos filosóficos anteriores ao prodigioso desenvolvimento demográfico, científico e técnico, não respondem aos desafios resultantes desse desenvolvimento e, em particular, às três crises principais: a crise das relações entre os seres

²³⁶ Esta ideia de relação era tão cara a André Lévesque que, ao morrer, ele deixou o seu património a um Instituto da Relação

²³⁷ BIP 765 - março de 1997 - Projeto da Carta da Terra

humanos, a crise das relações entre as sociedades e a crise das relações entre a humanidade e a biosfera.»

Após o seu fracasso em fazer adotar tal «terceiro pilar» na Cimeira da Terra, Maurice Strong mudou de estratégia. Convencido de que os chefes de Estado não estavam preparados, criou um Conselho da Terra e orientou-se para outro tipo de Carta, que pudesse ser um fator de união dos esforços da sociedade. Preocupado em sair do confinamento das abordagens ocidentais, que continuavam a ser dominantes nos fóruns internacionais, ele constituiu um comité de redação formado por duas pessoas por continente e pediu-me para ser um dos dois redatores europeus, o que eu naturalmente aceitei, convencido da importância de aproximar a abordagem do Conselho da Terra e a da Aliança.

Mas sabíamos, desde então, que a fusão não seria fácil:

«O projeto que o Conselho da Terra e a Cruz Verde Internacional colocaram em debate já integrou, mas de forma insuficiente do nosso ponto de vista, as ideias desenvolvidas no âmbito da Aliança. As diferenças essenciais [...] são de duas naturezas:

- *na concepção da Carta*, pensamos que é necessário partir das dualidades entre valores) [...] por seu lado, o projeto da Carta da Terra do Conselho da Terra e da Cruz Verde Internacional limita-se à enunciação de dezoito princípios;

- *na natureza do processo de debate*. A nossa opinião é que não se pode debater verdadeiramente uma Carta da Terra num processo de consulta isolado das discussões e propostas sobre as outras mudanças necessárias para preparar o século XXI. É por isso que, no seio da Aliança, a elaboração da Carta da Terra é um dos projetos temáticos entre outros (enquanto) o Conselho da Terra e a Cruz Verde Internacional implementam um processo de consulta limitado à Carta da Terra e, por isso, as pessoas consultadas até agora são principalmente especialistas em ética ou organizações não governamentais militantes.

Conclusão: «estes dois processos, longe de competirem entre si, devem alimentar-se mutuamente.»

Outra das nossas convicções era que era necessário submeter um projeto de Carta da Terra ao teste do diálogo intercultural, portanto interlinguístico²³⁸:

«O projeto Torre de Babel, liderado por Edith Sizoo, Suzanne Bukiet e Catherine Guernier, e que reúne tradutores da plataforma em mais de vinte idiomas, deveria pegar no projeto da Carta (resultante do encontro de Bertioga) para o submeter ao teste da confrontação com cada cultura [...]. A Assembleia dos Cidadãos da Terra do ano 2000 deverá resultar num novo texto da Carta da Terra, que será promovido, nomeadamente, junto da Assembleia Geral das Nações Unidas.»

Em março de 1998, a Cruz Verde Internacional organizou em Moscovo, sob a presidência de Mikhaïl Gorbatchev, uma mesa redonda sobre a Carta da Terra²³⁹. O processo foi influenciado

²³⁸ O que as palavras não dizem. Publicado em 2000, por Edith Sizoo
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/ce-que-les-mots-ne-disent-pas/

²³⁹ BIP 695 - 8 de março de 1998 - Mesa redonda de Moscovo sobre a Carta da Terra

pelos maiores contribuintes financeiros: Japão, Holanda e Suíça, principais contribuintes da Cruz Verde Internacional do lado dos Estados, e pelo Centro para o Respeito pela Vida (EUA) e pela American Humane Society do lado não governamental. Stephen Rockefeller, professor de história comparada das religiões, foi o responsável pela redação. Foi celebrado em Moscovo «o novo diálogo para forjar uma aliança de proteção da Terra entre as grandes potências que ameaçaram o mundo com armas nucleares».

Muito claramente, o projeto da Carta da Terra, liderado por Maurice Strong e Mikhaïl Gorbatchev, afastou-se da ambição inicial do terceiro pilar da ONU para se orientar, segundo a fórmula de Mikhaïl Gorbatchev, para:

«uma abordagem emocional da Carta: é preciso tocar as pessoas, fazer com que sintam as vibrações de um documento curto [...]. É preciso formular mandamentos e depois completá-los com um documento longo.»

Ele também se afastava, é claro, do espírito do texto previsto para a Assembleia dos Cidadãos da Terra do ano 2000.

Da nossa parte, tínhamos adquirido a convicção de que a elaboração de um texto que tratasse das relações entre a humanidade e a biosfera deveria estar subordinada a uma ambição mais ampla, a de identificar valores comuns para a humanidade num contexto em que não só as relações entre a humanidade e a biosfera tinham assumido uma nova dimensão – o conceito de antropoceno ainda não tinha sido introduzido –, mas também as relações entre as sociedades e entre os atores tinham mudado de dimensão.

Na mesma época, as ideias de valores comuns a toda a humanidade e de contrato ou pacto mundial florescem em toda a parte. A UNESCO, ao mesmo tempo que participa no diálogo sobre a Carta da Terra²⁴⁰, está convencida da necessidade de procurar valores éticos comuns. Gisbert Glaser, responsável por estas questões na UNESCO, indica-nos que a sua instituição procura promover uma «Declaração sobre a responsabilidade para com as gerações futuras». Ele observa também que *«os governos relutam perante a abundância de declarações»*. André Levesque participou, como representante da Aliança, no colóquio de Nápoles sobre ética universal²⁴¹ organizado pela UNESCO em 1997. Ele observa: *«as grandes personalidades expressaram-se de forma justaposta. Isso nunca resulta num texto comum»*. A UNESCO percebe que o seu método não vai funcionar e recorre à ideia de uma síntese²⁴², de Hans Kung, de contribuições heterogéneas. André Levesque preferiria, por sua vez, *«percursos que levassem uns e outros a descobrir juntos um essencial comum a partir das suas abordagens específicas...»*. André Levesque ficou marcado pelo fracasso de Hans Kung, que quis impor à UNESCO a sua Declaração para uma Ética Planetária.

Essa troca com André Levesque marca uma evolução decisiva na nossa reflexão: a questão da

²⁴⁰ FDS 8004 - 2 de setembro de 1997 - A UNESCO e a Carta da Terra

²⁴¹ FDS 8518 - 28 de fevereiro de 1998 - Carta da Terra, contrato social, responsabilidade, ética universal

²⁴² Hans Küng é um teólogo católico alemão, há muito afastado da Santa Sé, que defendeu o diálogo entre as religiões e publicou uma declaração a favor de uma ética planetária

Carta da Terra é colocada em relação direta com os debates conduzidos no âmbito da via colegial, sobre o «novo contrato social» que liga os diferentes atores ao resto da sociedade. As quatro palavras-chave do título da ficha inauguram o que se tornará cada vez mais importante para a Aliança: «Carta da Terra; contrato social; responsabilidade; ética universal».

Ao mesmo tempo, o antigo chanceler alemão Schmidt, à frente desde 1983 do Interaction Council (IC), que reúne regularmente antigos chefes de Estado para «desenvolver em conjunto recomendações e soluções práticas para os problemas políticos, económicos e sociais com que a humanidade se confronta»²⁴³, publica, em abril de 1997, uma primeira versão da «Declaração Universal das Responsabilidades Humanas ». Esta Declaração, que terá uma importância fundamental para a Aliança, abrange, tal como desejávamos, um espectro muito mais vasto do que a Carta da Terra. Como sublinha o site do IC:

«Em paralelo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pelas Nações Unidas em 1948, chegou o momento de promover uma Declaração equivalente que reconheça os deveres e as obrigações dos seres humanos. A Declaração destaca, em particular, o conceito de obrigações humanas, equilibrando as noções de liberdade e responsabilidade; enquanto os direitos estão associados à ideia de liberdade, as obrigações estão associadas à ideia de responsabilidade. Mas, apesar dessa distinção, liberdade e responsabilidade são indissociáveis.»

A minha intervenção em Moscovo, para apresentar as ideias da Aliança,²⁴⁴ inscreve-se nesta perspetiva. Afirmando que o objetivo da Carta da Terra é:

«estabelecer um novo contrato entre os seres humanos e com a comunidade do mundo vivo. O objetivo do contrato? A sobrevivência e o desenvolvimento da humanidade; o exercício das responsabilidades, nomeadamente em relação às gerações futuras. O alcance? Um alcance constitucional: servir de referência para a legitimidade e legalidade dos atos de poder (direito, tratados e regras nacionais e internacionais); servir de base para contratos sociais e códigos de conduta [...]. A aprovação da Carta deve, portanto, ser feita por uma Assembleia de cidadãos da Terra antes de ser submetida à Assembleia Geral das Nações Unidas e, em seguida, à ratificação por cada Estado.»

Mas, em Moscovo, a maioria das intervenções, aliás muito ricas, nomeadamente por parte dos cientistas russos muito presentes no encontro, concentram-se na questão específica da evolução da biosfera. A tónica é colocada nas condições biológicas e físicas da estabilidade da vida e, em particular, no papel equilibrador das biotas²⁴⁵, ou seja, os espaços virgens, oceanos, estepes, florestas primárias que têm a propriedade, resultante da evolução da Terra ao longo de milhares de milhões de anos, de assegurar um conjunto de regulações que mantêm estáveis os parâmetros de viabilidade - CO₂, azoto, vapor de água. Esta reflexão é conduzida em particular pelo físico Victor Gorshkov²⁴⁶: uma abordagem sistémica muito rica baseada,

²⁴³ Conselho de Interação. Site: <https://www.interactioncouncil.org/>

²⁴⁴ FDS 8484 - 8 de março de 1998 - Intervenção de Pierre Calame em Moscovo

²⁴⁵ FDS 8733 - 9 de março de 1998 - Os fundamentos científicos da Carta da Terra

²⁴⁶ Biotic Regulation of the Environment, key of global change. Publicado em 2000, por Victor Gorshkov, V.V. Gorshkov, A.M. Makarieva. No site da Springer: <https://link.springer.com/book/9781852331818>

nomeadamente, na distribuição nos sistemas naturais da energia primária produzida pelas plantas e consumida pelos organismos heterotróficos (ou seja, que não são capazes de mobilizar diretamente a energia solar). Esta reflexão, decisiva para compreender as condições de estabilidade do «sistema terra», leva à conclusão de que o papel equilibrador das biotas naturais não pode ser compensado pela tecnologia, sendo a estabilidade assegurada pela regulação de mais de 100 células por micrómetro quadrado.

Uma das dificuldades encontradas nesta fase prende-se com a diversidade de expectativas que a Carta da Terra²⁴⁷ deve satisfazer. A preocupação dos principais redatores, em particular Brandan Mackey²⁴⁸ e Stephen Rockefeller²⁴⁹, é reunir num único documento princípios fundamentais e aplicações concretas, o que dificulta a elaboração de um documento duradouro, condição para a sua posterior adoção pela Assembleia Geral da ONU, uma vez que as aplicações concretas são mais circunstanciais.

«É necessário (diz um participante na reunião) um documento que se dirija às pessoas e um documento que possa ser adotado pelos governos». Stephen Rockefeller quer que «a Carta seja um tratado entre os povos; na melhor das hipóteses, será reconhecida como soft law, sendo a hard law correspondente a convenção que está a ser preparada pela IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza).»

Por meu lado, destaco a arquitetura em três camadas²⁵⁰:

- «a enunciada de cinco princípios fundamentais, que se juntam aos cinco cruzamentos caros a André Levesque;
- a aplicação destes cinco princípios ao nível das pessoas, das sociedades e dos poderes públicos, bem como aos diferentes domínios, desde a salvaguarda da terra até à vida social;
- os códigos de conduta e os elementos de um contrato social por tipo de atividade.»

Apesar das divergências que surgiram, procuraremos, embora com cada vez menos ilusões, chegar a uma síntese entre a concepção da Aliança, baseada na busca de valores universais e, por isso, muito próxima da Declaração do Conselho de Interação, e a visão promovida pelos promotores da Carta da Terra. No início de 1999, André Levesque concluiu que não era possível integrar as duas concepções²⁵¹:

«A versão da Aliança trata de linhas de conduta para a humanidade, enquanto a versão do

²⁴⁷ O livreto sobre a Carta da Terra para download: <https://earthcharter.org/read-the-earth-charter/download-the-charter/>

²⁴⁸ Brendan Mackey é professor titular da Universidade Griffith, em Queensland, e diretor do Griffith Climate Action Beacon. O Beacon desenvolve o conhecimento, a liderança, a capacidade e as respostas para permitir uma ação climática eficaz e justa na sociedade através de uma compreensão científica das alterações climáticas e dos seus impactos nos sistemas humanos e naturais.

²⁴⁹ Stephen Rockefeller, ver o podcast «Experiências com a Natureza, as Origens da Carta da Terra e Reflexões sobre Alguns Princípios da Carta da Terra»: <https://earthcharter.org/podcasts/steven-rockefeller/>

²⁵⁰ FDS 8516 - 10 de março de 1998 - Estrutura do texto de comentário da Carta da Terra

²⁵¹ FDS 9936 - 15 de janeiro de 1999 - Comparar as duas versões da Carta da Terra

Conselho da Terra diz respeito à gestão do ambiente. Os objetivos em si são diferentes.»

Embora consciente dessa lacuna, tentarei em vão preenchê-la no ano seguinte.

A Carta da Terra, 1999 – 2002

No seio da equipa responsável pela Carta da Terra para o Conselho da Terra e a Croix Verte internationale, manifestam-se tensões cada vez mais acentuadas entre a equipa de redação, em particular os dois principais redatores, Brandan Mackey e Steven Rockefeller, e o Conselho da Terra, que deveria ser a instância política de supervisão²⁵².

Para garantir a autonomia da Carta, decide-se criar uma fundação dedicada a ela. No entanto, em nossa opinião, o risco é que o debate sobre a Carta se limite à questão do meio ambiente. A UNESCO, embora continue a ser o apoio oficial da Carta, também se afasta dela²⁵³. A sua ambição é «chegar a um documento universalmente aceite e que tenha em conta a diversidade das culturas»; situado acima da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e do qual se possam derivar os direitos humanos. O método preconizado pela UNESCO é:

«começar por identificar os valores que já existem: nas convenções internacionais; nas conferências internacionais; nas abordagens das ONG; nos pensadores; nas grandes tradições religiosas, e depois relacionar esses valores com os problemas a que se aplicam, pois, [diz a UNESCO], aceita-se mais facilmente a universalidade de um problema do que a de um valor».

Para isso, a UNESCO explorou numerosos documentos internacionais que tratam de problemas comuns e agrupou-os em quatro classes: as relações entre o homem e a natureza; o significado profundo da vida; as relações entre o indivíduo e a comunidade; a justiça. Esta abordagem é coerente com a da Aliança e, durante vários anos, mantivemos relações estreitas com a UNESCO, mas, pelo menos tanto quanto sabemos, esta iniciativa, muito atraente do ponto de vista intelectual, nunca resultou num texto comum, pelas razões previstas por André Lévesque: o confronto entre pensadores tem poucas hipóteses de resultar numa síntese comum.

Em março de 1999, André Lévesque e Pierre Calame encontraram-se com Federico Mayor²⁵⁴, na época diretor-geral da UNESCO. Observamos sobre o objetivo da Carta:

«Federico Mayor prestou atenção às palavras de André Lévesque sobre um novo direito internacional. Sendo a base do direito a relação, ao fundamentar a ética na relação, facilita-se a transição da Carta para o direito: a Carta deve certamente ter dimensões humanas, falar ao coração de cada homem, mas também ser um fundamento jurídico.»

Se, como veremos, as cinco relações fundamentais caras a André Lévesque não foram

²⁵² FDS 9599 - 9 de novembro de 1998 - Evolução da Carta da Terra

²⁵³ FDS 10342 - 2 de março de 1999 - UNESCO e a ética universal

²⁵⁴ FDS 10339 - 17 de março de 1999 - Diálogo entre a UNESCO e nós

exatamente retomadas pelos redatores da Carta da Terra tal como concebida pela Aliança, a ideia de que esta funda um novo contrato social entre os atores prolonga a intuição de que é a relação entre a humanidade e a biosfera, entre as sociedades e entre as pessoas que está necessariamente no centro de uma ética comum.

A preparação da Conferência Mundial sobre Ciência, em 1999, é precisamente, em nossa opinião, a ocasião para esboçar este novo contrato em relação à investigação científica²⁵⁵. Encontro-me em particular com Jane Lubchenco. Bióloga, ela destacou-se por um artigo sensacional na revista *Nature* sobre o tema do novo contrato social. É a este título que ela intervirá na sessão plenária em Budapeste:

«Temos de reexaminar as nossas responsabilidades sociais e redefinir as nossas prioridades, essa é a base de um novo contrato social [...]». Após fazer uma descrição circunstanciada da rápida e acentuada degradação da biosfera, em particular da qualidade das águas, Janes Lubchenco prossegue: «As mudanças alteram o contexto da ciência: o conhecimento existe, mas não é sintetizado nem integrado no processo político. Esta é a base de um novo contrato social, pois [até à data] a ciência não forneceu orientações mais fundamentadas (do que a política). Ela defende dois programas mundiais: a avaliação do milénio e a avaliação da evolução do ecossistema. Por fim, ela lembra que «as mudanças não são lineares: não é apenas a mudança que importa, mas também o seu ritmo.»

Embora esta intervenção na sessão plenária em Budapeste tenha reforçado as nossas perspetivas, é preciso reconhecer que esta Conferência Mundial ficou aquém das nossas expectativas. Na época, a maioria dos cientistas, embora lamentasse publicamente a perda de confiança das sociedades na investigação científica, limitava-se a atribuir essa perda de confiança a falhas de comunicação, sem nunca questionar, como fazia Jane Lubchenco, os fundamentos do contrato social entre a ciência e a sociedade.

Na mesma época, o secretariado do Conselho da Terra continuava o seu trabalho²⁵⁶. Mirian Vilela indicava que a estratégia do Conselho da Terra era:

«transmitir ideias através das grandes organizações, instituições ou ONG que têm legitimidade e, portanto, mais impacto na sociedade civil». (Ela está ciente, tal como nós, de que) «para além da redação do texto, é necessário suscitar uma reflexão sobre os valores fundamentais».

A sensação de que, no seio do próprio processo da Carta promovida pelo Conselho da Terra, alguns estavam próximos das nossas teses levou-nos a levar o diálogo até ao fim. No entanto, continuou a ser difícil porque a pequena equipa de redatores evitava qualquer debate de fundo com a Comissão que supostamente era responsável pela Carta.

Em várias ocasiões, revoltei-me contra uma prática que considerava manipuladora²⁵⁷, levando Mirian Vilela a responder:

²⁵⁵ FDS 10691 - 28 de junho de 1999 - Um novo contrato social para a ciência

²⁵⁶ FDS 10776 - 16 de julho de 1999 - Ação conduzida pelo secretariado do Conselho da Terra 1997 – 1999

²⁵⁷ FDS 10777 - 16 de julho de 1999 - Atualização sobre o processo da Carta da Terra do Conselho da Terra

«O adiamento da próxima reunião não foi decidido para impossibilitar qualquer discussão adicional sobre a Carta, como Pierre Calame parece pensar erroneamente, mas por falta de financiamento e de tempo.»

Ainda parece possível um debate de fundo sobre o objetivo, o alcance, o conteúdo, a estrutura, o processo de discussão, as ligações com outras iniciativas e o calendário de adoção da Carta da Terra. Em março de 1999, redigi²⁵⁸ um pequeno texto apresentando as alternativas possíveis para cada um desses pontos. Embora tenha sido divulgado no Conselho da Terra, este documento nunca pôde ser debatido pela Comissão.

Desde 1995, a resposta de Maurice Strong sempre foi a mesma:

«É tarde demais para debater todas essas questões de princípio, vamos nos concentrar nas alterações aos documentos.»

O mesmo infortúnio aconteceu às redes da sociedade civil interessadas em debater a Carta da Terra²⁵⁹ (uma grande reunião latino-americana foi realizada para debater a Carta):

«A representante na reunião latino-americana ficou perplexa: 5000 pessoas trabalharam no rascunho n.º 1 e, no final, o redator principal indicou que já se estava no rascunho n.º 2.»

Essas desilusões convenceram a Aliança e a fundação de que era necessário construir um processo autónomo. A nossa obsessão, já visível na abordagem internacional seguida por André Levesque, era que o nosso documento fosse o resultado de um verdadeiro diálogo intercultural. Para isso, podíamos contar com o envolvimento de Édith Sizoo. Holandesa, sociolinguista, tendo vivido muito tempo na Índia, Édith, que animava a rede Cultura e Desenvolvimento, já tinha desempenhado um papel importante na condução do programa da fundação «Viver em paz num mundo de diversidade». Era uma aliada desde o início. Ela encarnava, no seio da Aliança, a atenção à diversidade cultural.

A Plataforma para um Mundo Responsável e Solidário oferecia um terreno privilegiado para isso, pois, embora elaborada após um longo processo de diálogo internacional, tinha sido redigida em francês e por franceses. Em 1998, existia em cerca de vinte línguas, na sua maioria não ocidentais. Um tradutor confidenciou a Édith: «*Traduzi bem a plataforma, mas divulgá-la no meu país? Não me atreveria. Não quero deixar de ser levado a sério*». Há muito que tínhamos em mente uma segunda versão da Plataforma para ter em conta os progressos da reflexão coletiva. As observações de Édith Sizoo levaram-nos noutra direção. Antes de pensar num novo texto – em francês –, era preciso esclarecer esses mal-entendidos. Daí a ideia de reunir na Ilha de Naxos, na Grécia, em outubro de 1998, sob a liderança de Édith Sizoo, os tradutores e tradutoras da Plataforma e pessoas-chave.

Como lembra o livro que foi publicado a partir desse encontro²⁶⁰, «Ce que les mots ne disent pas» (O que as palavras não dizem), o trabalho do grupo de Naxos foi extremamente corrosivo

²⁵⁸ BIP 2485 - 4 de março de 1999 - Opções para a Carta da Terra

²⁵⁹ FDS 10735 - 2 de setembro de 1999 - Balanço da reunião eco-pedagógica do Brasil

em relação ao que procurávamos fazer, ou seja, criar uma dinâmica de civilidade mundial capaz de enfrentar desafios que são eles próprios mundiais. Não há um único conceito da Plataforma e da Aliança, a começar pelas próprias palavras, que tenha saído ileso deste exercício de desconstrução: mundo? futuro? tempo concebido como um desenrolar linear? cidadãos? responsabilidade? solidariedade? nós? Nenhum conceito que possa ser traduzido de forma a fazer sentido na maioria das línguas. Édith Sizoo, na sua introdução à obra, recorda as três questões iniciais: «O que fazer para nos compreendermos e agirmos em conjunto? O que pode motivar as pessoas a agirem em conjunto? O que pode motivar um movimento internacional?»

Ao ler os debates, percebe-se claramente a resistência ao esquema implícito que nos guiou desde o início: estabelecemos um diagnóstico comum sobre o estado do planeta e, com base nisso, mobilizamos juntos as nossas forças e capacidades criativas para enfrentar os desafios. No entanto, ao ler as conclusões do trabalho, temos a sensação de que, de uma forma ou de outra, chegamos a um esquema um pouco semelhante após um longo desvio. Édith Sizoo escreve na conclusão que as condições para agir em conjunto são, em primeiro lugar, reconhecer-se no outro, reconhecer que vivemos problemas comparáveis; em seguida, é partilhar interesses comuns, lutar juntos contra as causas dos problemas; e, finalmente, é partilhar o sonho comum de viver em paz num mundo de diversidade. O grupo de Naxos surgiu assim não como um grupo de desconstrução da Aliança e do impulso que ela havia gerado, mas como um local de vigilância. Segundo Édith Sizoo, os encontros regionais de 1992 e 1993 não podiam resultar num texto verdadeiramente comum, mas apenas num pré-texto, segundo um jogo de palavras que lhe era caro: um texto que era apenas um esboço, mas também o pretexto para ir mais longe.

A partir de Naxos, a busca por «encruzilhadas universais» – ser/ter, liberdade/restrrição, único/múltiplo, bem/mal, eu/o outro – tão caros a André Levesque, que até 1998 orientou a estruturação da Carta, foi substituída por uma tentativa, também liderada por Édith Sizoo, de aplicar aos nossos projetos de Carta a mesma abordagem que foi aplicada em Naxos para a Plataforma para um mundo responsável, plural e solidário: submeter os textos ao teste do intercultural, por meio de traduções. Um workshop, longamente preparado por contribuições escritas de uns e outros, reuniu-se em outra ilha da Grécia, Syros, no outono de 2000²⁶¹:

«O workshop de Syros centrou-se no processo de redação de uma Carta da Terra, iniciado pela Aliança a partir de 1998. O objetivo do workshop é contribuir para a elaboração desta Carta, valorizando as diversidades culturais manifestadas pela diversidade linguística. Para esse fim, [de acordo com as recomendações de Naxos] decidiu-se não tentar passar de um «texto único» para a diversidade de contextos culturais, mas partir da diversidade de contextos históricos, políticos, socioeconómicos e culturais, deixando em aberto a questão de saber se seria possível

²⁶⁰ O que as palavras não dizem. Algumas pistas para reduzir os mal-entendidos interculturais: a experiência singular das traduções da plataforma da Aliança para um mundo responsável e solidário – Dossiê para um debate n.º 104 – Edições Charles Léopold Mayer, 2000

²⁶¹ BIP 1986 - 4 de novembro de 2000 - Workshop de Syros: A Carta da Terra e o diálogo intercultural – subtítulo: relato do encontro na Grécia, 30 de outubro

chegar a algo em comum. Os 23 participantes do workshop, que dominavam 27 línguas, empenharam-se em definir princípios orientadores para uma ação pessoal e uma transformação coletiva relevantes nos seus países ou comunidades. Em seguida, eles começaram a examinar se esses princípios poderiam ser agrupados e combinados e chegaram a um anteprojeto de Carta baseado em seis princípios de ação e nos meios para implementá-los: unidade, solidariedade, diversidade, igualdade, paz e responsabilidade.»

A abordagem deste workshop de cinco dias foi exemplar: no primeiro dia, cada um dos 25 participantes – 10 línguas africanas, 7 línguas asiáticas, 2 línguas árabes, 2 línguas latino-americanas e 4 línguas europeias – escreveu na sua língua princípios orientadores relevantes, capazes de mobilizar pessoas e grupos no seu país; no segundo dia, esses princípios orientadores foram confrontados com a proposta da Carta da Aliança datada do início de 1999; o terceiro dia foi dedicado à redação, por cada um, na sua própria língua, dos princípios escolhidos em comum para verificar se eram «culturalmente traduzíveis»; o quarto e o quinto foram dedicados à busca de um consenso: os seis princípios acima mencionados.

A preocupação dos participantes de Syros era, nessa ótica de mobilização, que fossem evocados, juntamente com cada princípio, os meios para a sua implementação. Os participantes também desejavam manter o título «Carta da Terra». O preâmbulo comum era:

«Face aos problemas urgentes do nosso tempo, as pessoas, as comunidades e as autoridades devem assumir a responsabilidade pela sobrevivência da humanidade e do planeta Terra. Esta Carta é um convite à adoção dos princípios orientadores que se seguem para a ação de cada um e para uma transformação coletiva.»

Pela primeira vez, o princípio da responsabilidade se destaca e se impõe, de certa forma, a todos os outros.

Os participantes do workshop de Syros estavam perfeitamente cientes de que:

«[...] a sua iniciativa constitui apenas uma das muitas contribuições para a redação de uma Carta da Aliança proveniente dos diferentes projetos dos colégios [...].»

Mas este trabalho intercultural original marcou todo o resto. Os próprios participantes, na mesma linha do workshop de Naxos, não concebiam esta Carta como um objeto único e autossuficiente.

«[Eles] utilizaram a imagem de uma árvore, ou seja, os princípios orientadores seriam as raízes comuns da árvore, da qual brotam vários troncos em diferentes línguas.»

Ao fazer isso, afastou-se, tal como a Carta do Conselho da Terra, de um texto que pudesse servir de base ao direito internacional.

A complementaridade, ou a tensão, entre estas duas opções, desempenharia um papel importante nos anos seguintes. Mas, no imediato, o problema do título estava colocado. Provisoriamente, após constatar a divergência entre o processo do Conselho da Terra e o da Aliança, chamámos à nossa Carta «Por um mundo responsável, plural e solidário». Mas foi sob o nome de «Carta da Terra» que este trabalho coletivo ficou conhecido pelos aliados, tanto

mais que a maioria estava ciente da nossa esperança de chegar a um texto comum com o Conselho da Terra. Philippe Guirlet, que desempenhava um papel essencial na política de comunicação da Aliança, alarmou-se com a imprecisão que agora rodeava o processo²⁶². Comuniquei-lhe a evolução do nosso diálogo com o Conselho da Terra e a Cruz Verde Internacional e a necessidade de apresentar a Carta para um mundo responsável, plural e solidário, não como uma concorrente da Carta da Terra, mas, pelo contrário, como a etapa seguinte. A Carta da Terra encerra o ciclo das conferências mundiais da década de 1990; a Carta da Aliança abre o milénio seguinte.

A questão do título da Carta permanecia em aberto. Não era mais possível manter a ambiguidade, continuando a chamá-la de Carta da Terra. O título do Conselho da Terra foi adotado em março de 2000, durante a última reunião de sua Comissão na UNESCO. Considerando que não era possível ir mais longe, eu, como membro da Comissão, aceitei, a pedido insistente do Conselho da Terra e da Cruz Verde Internacional, dar o meu acordo à última versão do texto para permitir o consenso que todos desejavam.

Como recorda o texto da Wikipédia dedicado à Carta da Terra, esta:

«visa suscitar em todos os povos um sentimento de interdependência global e de responsabilidade partilhada pelo bem-estar da família humana, da grande comunidade da vida e das gerações futuras.»

Esta formulação faz a ponte com a Carta elaborada no âmbito da Aliança.

O título «Carta para um mundo responsável, plural e solidário», tendo sido rejeitado, adotámos, na continuidade do encontro de Syros, o título «Carta das responsabilidades humanas»²⁶³. Foi sob este título que o trabalho prosseguiu, na perspetiva da Assembleia Mundial dos Cidadãos, que deveria dar-lhe os últimos retoques e adotá-la. No outono de 2001, um comité de redação apresentou um primeiro projeto a um Comité de Sábios, cujos comentários permitiram introduzir melhorias consideráveis no texto inicial. Esta proposta foi submetida à Assembleia Mundial dos Cidadãos. Durante a Assembleia, foi organizado um workshop em torno do que chamámos as seis teses na base da Carta:

1. «perante uma situação radicalmente nova para a humanidade, é necessário um terceiro pilar comum a todas as sociedades e todos os meios, em complemento aos dois pilares existentes sobre os quais assenta a vida internacional [...];
2. os mesmos princípios éticos podem ser aplicados a nível pessoal e coletivo, orientando tanto os comportamentos individuais como fundamentando o direito;
3. a noção de responsabilidade, indissociável de qualquer interação humana, constitui um princípio universal [...];
4. devido ao impacto das atividades humanas e à interdependência entre as sociedades, é necessária uma definição alargada de responsabilidade. Esta compreende três dimensões:

²⁶² FDS 11736 - 4 de março de 2000 - Caravana e fórum do milénio

²⁶³ BIP 874 - 17 de dezembro de 2002 - Carta das responsabilidades humanas

assumir as consequências diretas e indiretas dos nossos atos; unir-nos para sair da impotência; reconhecer que a nossa responsabilidade é proporcional aos conhecimentos e poderes de cada um;

5. a Carta das Responsabilidades Humanas não impõe preceitos; ela propõe prioridades e escolhas;
6. cada meio social e profissional é chamado a elaborar, com base na Carta das Responsabilidades Humanas comum a todos, as regras da sua própria responsabilidade. Estas regras constituem a base do contrato que o liga ao resto da sociedade.»

Estas teses foram adotadas. Serviu de base à Carta adotada pela Assembleia dos Cidadãos da Terra e, mais ainda, aos esforços dos anos que se seguiram. São a essência do que viria a tornar-se a «Declaração Universal das Responsabilidades Humanas», para marcar o paralelismo e a complementaridade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

VII. Três projetos temáticos marcantes

7.1 – O território como base da governança do futuro

No seio da Aliança, um dos participantes na Convenção preparatória para os Estados Gerais de setembro de 1993, Sixto Roxas, economista filipino de renome e antigo ministro do Planeamento do seu país, nunca deixou de salientar a importância de uma abordagem territorial. Presidente do Green Forum nas Filipinas, desempenhou um papel importante na divulgação da Plataforma no seu país²⁶⁴. A sua visão era a seguinte:

«Na maioria dos países, existe uma escala privilegiada da vida económica e social [...]. [e] é necessário explorar formas de consolidar essas escalas e estabelecer balanços globais para territórios que agrupam comunidades da ordem de 30 a 50 mil famílias [...]. Em geral, todas as informações existem em serviços setoriais, mas nunca são integradas. Para isso, seria necessário dispor de uma contabilidade ecológica global desses territórios²⁶⁵.»

Sixto Roxas, na qualidade de vice-presidente da American Express e professor em Harvard – ele próprio afirmava que passaria as últimas décadas da sua vida a combater o que tinha ensinado sobre economia nos Estados Unidos –, tinha também uma visão crítica perspicaz sobre a evolução da economia *moderna*²⁶⁶:

²⁶⁴ FDS 2614 - 20 de junho de 1994 - Divulgação da plataforma nas Filipinas

²⁶⁵ FDS 4615 - 20 de junho de 1994 - A contabilidade ecológica global dos territórios

²⁶⁶ FDS 8386 - 9 de novembro de 1997 - A empresa desenvolve-se em detrimento do resto da sociedade

«O que foi novo no final do século XIX nas Filipinas não foi a economia de mercado, não foram os empresários, foi a empresa como instituição. As empresas não se dedicam a um território, mas a um produto, e as comunidades são obrigadas a tornar-se servas desse produto. Inicialmente, não havia concorrência entre as duas abordagens (por territórios e por empresas). Agora, existe apenas uma lógica, a da empresa [...]. Cada empresa é um sistema mental fechado: justapõem-se sistemas fechados, excluindo o que não se enquadra no sistema [...] e, ironia suprema, cria-se uma contabilidade nacional que consolida as contas das empresas. Só aparece se for assalariado, proprietário de terras ou acionista; como indivíduo, só existe como custo para a empresa ou como cliente [...]. As empresas desenvolvem-se como um cancro em detrimento da sociedade.»

Progressivamente, foram estabelecidos contactos internacionais em torno do «projeto territórios» da Aliança, mas os diferentes intervenientes ainda não se tinham reunido e, muito menos, tinham produzido um texto em comum. Em fevereiro de 1997²⁶⁷, Hubert Chamberland, um arquiteto quebequense, membro do grupo local da Aliança, colocou-nos em contacto com Claude Villeneuve, que nos informou da organização, em setembro, de um «Congresso internacional sobre as aplicações do desenvolvimento sustentável», em Saguenay, no Quebec:

«Temos seis meses para elaborar um menu sobre o tema território e desenvolvimento sustentável; como fazer de outra forma? Como mudar o que se dá como certo, como a globalização [...]. O congresso NICAN reunirá 500 a 600 pessoas, apenas um terço delas canadenses.»

Claude Villeneuve convida-nos a participar. Para a fundação e a Aliança, foi uma oportunidade de organizar um encontro físico dos aliados do projeto, cujos participantes poderiam depois participar no grande colóquio.

É interessante citar, além de Sixto Roxas e Hubert Chamberland, algumas personalidades envolvidas no projeto: Richard Douthwaite, irlandês, um apóstolo da reconstrução de modelos de desenvolvimento a partir do local, cujo livro-manifesto «Short Circuit» (circuito curto) seria publicado em 1998 e que posteriormente participou na criação em Dublin da FEASTA, a Fundação para uma Economia da Sustentabilidade, que promoverá, a partir de 2008, a ideia de que devemos partilhar quotas negociáveis de energia fóssil distribuídas igualmente entre os habitantes do planeta; Larry Oristo, canadiano, próximo de Maurice Strong, envolvido com Mathis Wackelnagel na promoção da pegada ecológica; Erwan Seiberth, antigo diretor do serviço de paisagismo do Ministério do Ambiente em Berlim, criador, em 1991, do Instituto Europeu das Cidades; Rabial Mallik, indiano, envolvido na estruturação dos movimentos de base; Paul Maquet Makedonski, peruano, que trabalhava desde 1980 em alternativas urbanas de desenvolvimento; Mamadou Diouf, senegalês, diretor das coletividades locais do seu país; Alhassane Condé, guineense, antigo secretário de Estado da Descentralização e depois ministro do Interior; Suzanne Brandum, canadiana, copresidente da coligação para uma renovação económica verde; Benoît Derenne, belga, diretor da Fundação para as Gerações Futuras; Jean Pierre Piéchaud, francês, cofundador da Associação

²⁶⁷ FDS 7363 - 6 de fevereiro de 1997 - Colóquio no Quebec sobre o desenvolvimento sustentável

4D (Dossiers et Débats pour un Développement Durable). Para os organizadores do Congresso NIKAN, esta abertura verdadeiramente internacional reforçou a credibilidade do seu colóquio. Um jogo ganha-ganha.

Três dias de workshops e intervenções em plenário durante o próprio congresso internacional permitiram elaborar um verdadeiro manifesto, intitulado «O território, alicerce da governança do futuro»²⁶⁸. Eis o resumo que fizemos pouco tempo depois:

«A globalização e a deslocalização das atividades industriais, longe de fazer desaparecer o papel dos territórios locais na gestão da economia, da sociedade e dos ecossistemas, reforçam a sua importância. A gestão dos territórios impõe-se como o fundamento da governança do futuro. A tendência histórica de transformação dos territórios em espaços [indiferenciados] poderá inverter-se. A evolução das técnicas, [...] bem como a necessidade de repensar a nossa relação com os ecossistemas, mostram a importância de ter uma abordagem territorializada dos problemas. Ao permitir articular preocupações de natureza diversa numa escala adequada, o território pode favorecer o surgimento de novas formas de regulação sociopolítica. O local existe, de facto, pela sua relação com o global. Por outras palavras, é a partir do local que se pode repensar o global, bem como as relações entre o global e o local, com o objetivo de conciliar unidade e diversidade. Assim, o território enfrenta uma dupla exigência: revelar modalidades concretas de gestão sistémica e construir um nível de aprendizagem da cidadania.

Este manifesto, muito utilizado nos anos seguintes, não surgiu do nada. A própria fundação, no âmbito do seu programa Estado e Sociedade, já vinha sublinhando, há vários anos, a necessidade de passar do conceito de Estado para o conceito mais amplo e abrangente de «governança» e, com o «princípio da subsidiariedade ativa», apresentado por André Talmant e Pierre Calame em 1996 no seu livro «L'État au Cœur» (O Estado no Coração)²⁶⁹, demonstrado a importância de conciliar unidade e diversidade e, para isso, conceber métodos de governança multinível. Foram realizadas inúmeras discussões a nível francês para promover esta ideia²⁷⁰.

A nível internacional, na sequência da Cimeira da Terra do Rio, redes de coletividades territoriais começaram a afirmar o papel dos territórios na transição sistémica a conduzir. A Carta de Aalborg, adotada pelos participantes da Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, realizada na cidade dinamarquesa de Aalborg em maio de 1994, afirmou tanto a responsabilidade histórica das cidades na situação atual quanto o seu papel futuro na transição. O slogan de 1992, «pensar globalmente e agir localmente», que remetia as agendas 21 locais para o estatuto de ponto de aplicação das estratégias nacionais, já estava ultrapassado.

O que chamámos de «declaração de Jonquères», em homenagem ao local do nosso seminário de 1997, foi, no entanto, um passo importante para afirmar o que mais tarde chamaríamos de

²⁶⁸ BIP 349 - 13 de setembro de 1997 - O território como base da governança do futuro

²⁶⁹ O Estado no centro. Publicado em 1997, por Pierre Calame e André Talmant.
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/l-etat-au-coeur/

²⁷⁰ FDS 3638 - 26 de julho de 1993 - Ordenamento do território: relações FPH – DATAR

«a revanche do território» e transformar o slogan tradicional, se não em «pensar localmente para agir globalmente», pelo menos em «pensar e agir localmente e globalmente».

Com base no método de recolha de fichas de experiências desenvolvido na DPH, a fundação publicou, em 1999, uma compilação ordenada de fichas de casos intitulada «Repensar os territórios - construir perspectivas comuns a partir da troca de experiências»²⁷¹. A compilação está organizada em torno de três temas: inventar localmente formas alternativas de desenvolvimento; fazer evoluir a governança dos territórios; reinventar as ligações entre o local e o global.

A entrada pelos territórios foi um elemento federador para os diferentes programas da fundação, como atesta, por exemplo, a publicação em setembro de 1998 do «Manifesto dos pactos locais»²⁷², na junção dos programas ETA e LEX. Elaborado com Hugues Feltesse da UNIOPSS (Federação das Organizações de Ação Social) e Jean-Louis Laville, um dos especialistas mais reconhecidos em economia social e solidária, foi rapidamente assinado por um conjunto de atores importantes da época, como Claude Chigot, presidente da federação das associações para a inserção através da habitação, ou Jean-Paul Delevoye, presidente da Associação dos Presidentes de Câmara da França.

Os anos de 1997-1998 foram, portanto, muito férteis para tornar a renovação das abordagens territoriais uma bandeira duradoura para a transição. Por outro lado, o que ilustra uma das limitações da Aliança, a esperança de criar, a partir do sucesso do workshop internacional da NIKAN, um vasto projeto internacional de reflexão e confronto de experiências sobre esses temas, associando as redes emergentes de coletividades territoriais, a sociedade civil e os investigadores, não se concretizou.

7.2 – Ecologia industrial e territorial

Suren Erkman, jornalista científico suíço, estava associado desde 1988 aos trabalhos do Grupo de Vézelay. Durante a Convenção preparatória para os Estados Gerais de setembro de 1993, ele partilhou com os participantes uma reflexão metodológica nascida de um meio de engenheiros nos Estados Unidos: a ecologia industrial. A ideia era simples: nos ecossistemas, as trocas de matéria, energia e informação entre os diferentes componentes do ecossistema são numerosas e tanto mais ricas quanto mais o ecossistema atinge a sua maturidade. Pelo contrário, o sistema industrial moderno é constituído pela justaposição de setores, cada um dos quais extrai recursos da biosfera e nela rejeita, sob o nome de resíduos, todos os subprodutos do processo de fabrico que não pode valorizar diretamente, ignorando cada setor o outro. Daí a ideia, aparentemente óbvia, de que agora era necessário inspirar-se nos

²⁷¹ Repensar os territórios. Publicado em 1999, por Ina Ranson. Dossiê de trabalho n.º 107
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/repenser-les-territoires/

²⁷² BIP 3039 - Setembro de 1998 - Os pactos locais para o emprego e a coesão social: uma necessidade para sair dos impasses atuais da ação pública

ecossistemas e explorar todos os meios para que o subproduto de uma atividade econômica fosse um recurso para a cadeia territorialmente vizinha. Isso impôs novos conceitos: o de «metabolismo industrial», primeira expressão de um novo interesse pela descrição dos fluxos de todos os tipos que entram e saem de um território e dos fluxos de trocas internas; o de «simbiosis industrial», cujo primeiro exemplo na Europa foi a pequena cidade de Kalundborg, situada a cerca de cem quilômetros a oeste de Copenhaga, à beira do Mar do Norte, onde o governo dinamarquês decidiu, no final dos anos 50, instalar algumas grandes empresas com elevado consumo de matérias-primas. A simbiose de Kalundborg organiza as trocas entre atividades econômicas a partir de cinco parceiros históricos principais: uma refinaria; uma central elétrica; uma fábrica de biotecnologias; uma fábrica de painéis de gesso e o município.

O termo «ecologia industrial» é, na verdade, a tradução do inglês «Industrial ecology», sendo que «industrial» significa, em inglês, «próprio das atividades humanas». Para evitar mal-entendidos, substituímos esse termo pelo conceito de «ecologia industrial e territorial». Vinte anos depois, ele passou a fazer parte do vocabulário comum. O «projeto de ecologia industrial» não mobilizava aliados propriamente ditos, mas baseava-se numa iniciativa internacional liderada pelo próprio Suren Erkman, com o desenvolvimento de uma filial na Índia, voltada para pequenas empresas têxteis. Ao apoiar este processo, a fundação adotou um perfil um pouco novo de promoção e aprofundamento de um conceito inovador. Na decisão de continuar o financiamento, em outubro de 1995, o Conselho da Fundação precisou²⁷³:

«O projeto mobiliza uma rede internacional de responsáveis de instituições públicas, associações, coletividades locais, investigadores e universitários, jornalistas, chefes de empresas, associações de estudantes e jovens profissionais. O objetivo é preparar a elaboração de propostas para a difusão e valorização da ecologia industrial, capazes de serem implementadas por empresas, autarquias locais e regionais, organismos internacionais, universidades e instituições de investigação.»

Foi este ambicioso programa que foi implementado nos anos seguintes. O apoio plurianual a Suren Erkman estava longe de ser unânime no seio do próprio Conselho de Fundação. Era, de longe, juntamente com o projeto sobre finanças, do qual falaremos mais adiante, aquele que beneficiava do nosso maior apoio financeiro. Além disso, a preocupação de Suren Erkman em dar conta de um movimento em plena evolução e acompanhá-lo, nomeadamente a nível internacional, fez com que o texto das propostas demorasse a ser concluído. No entanto, a ambição e a paciência acabaram por compensar. Desde o início de 1998, o processo se estendeu à Índia²⁷⁴: a rede animada por Suren Erkman organiza em novembro de 1998 seu segundo encontro internacional na Índia. A internacionalização do processo se reforçou ao longo do ano de 1998. No outono, observamos dois encontros importantes²⁷⁵ previstos para 1999:

²⁷³ FDS 5801 - 2 de outubro de 1995 - Ecologia industrial

²⁷⁴ FDS 8645 - 27 de fevereiro de 1998 - Apoio ao projeto de ecologia industrial da Aliança

²⁷⁵ FDS 9523 - 13 de novembro de 1998 - Apoio ao projeto de ecologia industrial da Aliança

- «de 4 a 6 de fevereiro de 1999, na Índia, no Indian Institute of Management, em Ahmedabad, onde serão apresentados os resultados dos projetos realizados na Índia. Será a primeira reunião sobre este tema neste país. Os seus parceiros são o Indian Institute of Management e a Confederação das Indústrias Indianas...;
- de 22 a 25 de setembro de 1999, em Troyes, será realizada a primeira conferência na França sobre o tema. Os seus parceiros são a Universidade de Tecnologia de Troyes, com o apoio financeiro da EDF, Elf, o Conselho Regional de Champagne Ardennes, o Ministério do Ambiente e a Comissão Europeia. Público: cerca de 300 participantes de todos os meios interessados (industriais, investigadores, funcionários públicos, estudantes, etc.);
- o projeto também terá início na China em 1999, durante uma viagem no final de abril de uma delegação de aliados. O dossiê para um debate sobre ecologia industrial será publicado em versão chinesa nessa ocasião.»

Esta viagem à China de um certo número de aliados é uma das mais significativas da iniciativa da Aliança e das novas oportunidades oferecidas pela combinação entre a abordagem temática e a abordagem intercultural. Teremos a oportunidade de voltar ao desenvolvimento da Aliança na China. Numa época em que, apesar do controlo político rigoroso, a China continuava a sua abertura ao mundo, a Aliança soube criar, em torno do Jian Jing Group, um núcleo de jovens intelectuais chamados a ocupar um lugar significativo à medida que a sua geração acesse aos alavancas do poder. Como veremos, a decisão muito rápida de traduzir o dossiê «Rumo a uma ecologia industrial» para o chinês, publicado por uma editora universitária, revelar-se-á um golpe de mestre. Tal como nos territórios, a Aliança, pela sua dimensão mundial, tornou-se um acelerador da circulação internacional de novas ideias. Em maio de 1999²⁷⁶, notamos em particular que:

«Suren Erkman procurará responder aos numerosos contactos que foram estabelecidos. Muito provavelmente, terá de regressar à China em breve.»

Esta viagem foi também uma oportunidade para estabelecer contactos frutíferos com intelectuais, investigadores e responsáveis chineses na área dos solos e da água, mas também, de forma ainda mais marcante, para construir pontes, numa época em que a situação era muito tensa, entre chineses e indianos.

Nos anos seguintes, assistiu-se a um rápido desenvolvimento da ecologia industrial e territorial. De acordo com as ideias expostas pelo economista filipino Sixto Roxas sobre os territórios, a ecologia industrial propriamente dita, ou seja, as trocas de matéria e energia entre unidades de produção localizadas no mesmo território, surgiu progressivamente como um caso particular de uma questão mais ampla: a compreensão dos metabolismos territoriais, o que deu início ao movimento dos «balanços de matéria» em várias escalas territoriais. O que observamos em 2004²⁷⁷ :

«É preciso mudar de escala e propor um estudo do metabolismo à escala da França. A Suíça, por

²⁷⁶ FDS 10497 - 12 de maio de 1999 - Continuação da viagem dos aliados à China em abril de 1999

²⁷⁷ FDS 21682 - 14 de setembro de 2004 - Promover a causa da ecologia territorial

seu lado, prevê criar um sistema de contabilidade de materiais.»

Este movimento teria de se impor mais cedo ou mais tarde e seria presunçoso considerar a nossa iniciativa do projeto de ecologia industrial como o único fator desencadeador, mas não há dúvida de que a ampla divulgação do dossiê de Suren Erkman desempenhou um papel significativo. Observamos, aliás, na mesma altura, por ocasião do lançamento da nova versão do documento²⁷⁸: «*Existe agora uma procura pública sobre estes temas que não existia em 1998.*»

O intercâmbio internacional continua. A conferência da Sociedade Internacional de Ecologia Industrial, constituída entretanto, em junho de 2005, na Suécia²⁷⁹, é um momento marcante:

«Fundada em 2001, a ISIE (Sociedade Internacional de Ecologia Industrial) é a associação de referência que reúne a maioria das pessoas ativas neste domínio. Enquanto a ecologia industrial reunia apenas um punhado de iniciados há dez anos, esta terceira conferência contou com mais de 300 participantes... O elemento mais marcante foi, sem dúvida, a impressionante delegação chinesa. Em muitos workshops [...] os chineses representavam cerca de 20% do público [...]. Esta participação chinesa não só foi impressionante em termos quantitativos [...] como também qualitativos, devido ao número e à qualidade das intervenções. Um ponto específico merece ser destacado: todos os participantes chineses presentes em Estocolmo afirmaram conhecer a versão chinesa da obra «*Vers une écologie industrielle*» (Rumo a uma ecologia industrial), publicada na China em 1999, um ano após a edição original em francês. As circunstâncias fizeram com que esta publicação, a primeira sobre o tema na China, surgisse num momento muito favorável e num contexto recetivo [...]. Ela parece constituir um documento de referência para os debates em curso há quatro ou cinco anos sobre a orientação da economia chinesa para o desenvolvimento sustentável. Assim, a ecologia industrial é abertamente apresentada como uma das principais fontes de inspiração para a «lei sobre a economia circular» atualmente em preparação. Esta lei foi inicialmente concebida no Ministério do Ambiente e, no início de 2005, o Ministério do Planeamento associou-se a esta reflexão, sinal da importância política e estratégica atribuída a este tema [...]. Simultaneamente, um dos principais temas abordados diz respeito à aplicação da ecologia industrial à escala territorial, nomeadamente regional. Trata-se, em particular, de desenvolver ferramentas de contabilidade física dos recursos produzidos e consumidos num determinado território (metabolismo das atividades económicas).»

Em dezembro de 2005²⁸⁰, observamos:

«Visita de Suren Erkman à China. É no Ministério da Reforma do Estado (o ministério mais importante da China) que está instalado o gabinete da «economia circular», enquanto o Ministério do Ambiente publicou um guia prático da economia circular [...]. Além disso, diz Suren Erkman, durante as minhas visitas, estreitei os laços com Wang Yi, que ganhou autoridade.»

Wang Yi, um jovem cientista chinês que fazia parte do primeiro núcleo de aliados, viria a ser,

²⁷⁸ FDS 21712 - 21 de setembro de 2004 - Lançamento da edição sobre ecologia industrial e a Aliança dos territórios

²⁷⁹ FDS 22420 - 18 de julho de 2005 - Conferência da Sociedade Internacional de Ecologia Industrial

²⁸⁰ FDS 22706 - 14 de dezembro de 2005 - A nova etapa de cooperação de Suren Erkman

vinte anos depois, em 2015, um dos principais negociadores chineses do Acordo de Paris sobre o clima. Um belo exemplo da aposta em jovens talentos e processos emergentes. Ele soube estabelecer muito cedo colaborações com outros países, nomeadamente com os Estados Unidos, mas não se pode negar o papel que a Aliança desempenhou na sua abertura ao resto do mundo.

7.3 – Rumo a um sistema financeiro responsável?

A questão levantada pela fundação sobre a eficácia económica e os efeitos sociais dos mercados financeiros é anterior ao lançamento da Aliança. Ela decorreu das dúvidas que tínhamos em relação à gestão dos ativos financeiros da fundação. Esta, como todas as instituições semelhantes, enfrenta um dilema ético. Ela deve garantir um rendimento adequado do seu capital, cujos rendimentos financiam os objetivos da fundação, mas esse rendimento decorre da ação das empresas nas quais ela investe e, de forma mais ampla, do funcionamento dos mercados financeiros. Portanto, é necessário que o funcionamento desses mercados não tenha efeitos contrários aos nossos objetivos.

É por isso que, por iniciativa de um dos membros do Conselho da Fundação, Maurice Cosandey, decidimos, no início dos anos 90, confiar um mandato de estudos a um gabinete de Genebra, Eco-diagnostic, dirigido por dois professores de economia, Paul Deminski e Alain Schoenenberger. Este trabalho resultou, em 1993, num dossiê publicado pela fundação intitulado: «Mercados financeiros: uma vocação traída? A bolsa ainda serve para ajudar a economia?». Várias conclusões foram tiradas deste primeiro trabalho²⁸¹:

«A eficácia dos mercados nunca pôde ser demonstrada de forma convincente. É impossível dizer se eles contribuem significativamente para melhorar a alocação de recursos numa economia e, por conseguinte, para aumentar a sua produção, ou se, pelo contrário, são uma fonte de custos adicionais e capturam recursos que seriam melhor utilizados noutros setores. Do ponto de vista financeiro, as bolsas de valores estão no centro das economias modernas, mas na verdade dizem respeito apenas a um número limitado de empresas. Estas, as maiores, beneficiam de capitais a custos muito interessantes, e o seu acesso privilegiado ao financiamento dá-lhes uma vantagem competitiva determinante em relação às PME. Por conseguinte, os mercados financeiros incentivam a concentração industrial. Será que as empresas assim ajudadas são, pelo menos, mais eficientes? Nem isso é certo. As empresas cotadas na bolsa produzem entre 10 e 15 % do PIB, embora canalizem uma parte mais importante dos capitais. Não são, portanto, as mais eficientes deste ponto de vista.»

Como se pode ver, foi nessa época que se iniciou a reflexão sobre a eficácia da alocação de capitais. Além disso, já em janeiro de 1993²⁸², observamos: «*Paul Dembinsky convida a Genebra 16 fundações ou instituições interessadas no tema «mercados financeiros e PME».*

²⁸¹ Mercados financeiros: uma vocação traída? Dossiê para debate 1993, por Paul Dembinski e Alain Schoenenberger
No site do Observatório da Finança: www.obsfin.ch/fr/textes-fondateurs/marches-financiers-une-vocation-trahie/

²⁸² FDS 2974 - 28 de janeiro de 1993 - Ampliação da abordagem dos mercados financeiros

Progressivamente, procuramos desenvolver uma reflexão mais geral sobre a ética das finanças. Para isso, é necessário encontrar um quadro mais duradouro do que um gabinete de estudos que funciona por mandatos. Paul Dembinski propõe então a criação de um observatório das finanças que associamos a um projeto temático da Aliança²⁸³.

Pelas razões que nos levaram a financiar este primeiro estudo, a fundação procura associar a esta reflexão os quatro bancos que, na altura, gerem o nosso património. Mas rapidamente percebemos a dificuldade de o fazer: *«[no âmbito da nossa gestão] lidamos com gestores de património, simples funcionários do banco que não se permitem refletir sobre os fundamentos económicos e éticos da sua profissão»*.

Na época, em 1995, a nossa iniciativa se alinhava às reflexões que começavam a surgir nas instituições públicas e no mundo das finanças. Paul Dembinski observa:

«O Observatório começa a tomar forma. A necessidade [de uma reflexão profunda sobre as finanças] começa a emergir em diferentes países da OCDE com três tipos de preocupações convergentes: a) finanças éticas: há coisas que devem ser proibidas? b) tudo isto não vai explodir um belo dia? c) até que ponto o homem pode continuar a viver neste ambiente virtual? A economia está a tornar-se desmaterializada, transformando-se em colunas de números; será que o cérebro humano conseguirá suportar a crescente dissociação entre o concreto e o abstrato? [...]. Na Alemanha, foi publicado em 1994 um livro intitulado «Moeda e moral», e o grupo de reflexão [que o inspirou] é o conselho de administração dos grandes bancos alemães. Em Itália, em Milão, constituiu-se um grupo que reúne universidades, bancos e indústrias, sobre o tema «Finanças e moral». Em França, a Caisse des Dépôts publica um relatório moral sobre o dinheiro no mundo. Na Inglaterra, um grupo de trabalho reflete na London School of Economics e está pronto para considerar uma parceria. Nos Estados Unidos, Harold Creveland, membro do establishment, escreveu um livro intitulado «O novo planeta» após uma reflexão conduzida com cerca de vinte pessoas. A sua tese: vivemos num mundo onde «ninguém está no comando». É preciso estabelecer ligações entre todas estas reflexões. [No estado atual], todos expressam a sua preocupação, mas sob o manto do anonimato, pois ninguém pode dizer publicamente, no mundo bancário, que não acredita no futuro do sistema em que trabalha.»

Esta nota de 1995 é interessante por vários motivos. A expressão «nobody is in charge» dá início à nossa reflexão sobre o surgimento de uma sociedade com irresponsabilidade ilimitada. Vemos também surgir a questão do impacto dos mercados financeiros nos sistemas de valores da sociedade, com fontes de enriquecimento que parecem cada vez mais abstratas. Por último, e mais importante, assistimos ao aumento da esquizofrenia no mundo das finanças, com contradições flagrantes entre o discurso público sobre a eficácia dos mercados financeiros e o discurso privado sobre a perda de sentido de um casino financeiro. É essa esquizofrenia que observamos, já há vários anos, nos nossos próprios gestores de património.

Em março de 1995, à margem da cimeira social de Copenhaga, que se recorda ter sido uma primeira ocasião de globalização da Aliança, realizou-se a conferência Money Matters²⁸⁴.

²⁸³ FDS 5323 - 3 de fevereiro de 1995 - Observatório financeiro e projeto temático da Aliança

²⁸⁴ FDS 5405 - 7 de março de 1995 - Conferência «Money matters»

«Organizada pela revista World Times, que publica mensalmente um suplemento mundial traduzido para chinês, japonês, russo e espanhol, reproduzido em revistas asiáticas, nove revistas da América Latina e quatro revistas do Médio Oriente. Sixto Roxas, membro da Aliança para um Mundo Responsável e Solidário, faz parte do Conselho de Administração Internacional da revista [...]. A conferência aproxima-se da nossa ideia de observatório dos mercados financeiros e reuniu organismos internacionais – FMI, PNUD, OIT –, pessoas pertencentes à comunidade empresarial, gestores de património, em particular fundos de pensões americanos [a conferência foi financiada por dois gestores de fundos], antigos ministros das finanças, presidentes de fundações, responsáveis do Banco Solidário, em particular Mohamed Yunus do Grameen Bank e Nancy Barry, presidente do Banco Mundial das Mulheres em Nova Iorque, e algumas ONG empenhadas em iniciativas de crédito aos mais pobres. Três ideias iniciais: a) os Estados não estão em condições de enfrentar a exclusão social; b) os mecanismos financeiros têm a ver com essa exclusão; c) na ausência de investimentos sociais eficazes, chegaremos a sociedades tão instáveis que a própria economia será afetada.

A conferência foi dominada por dois acontecimentos recentes: a crise financeira mexicana, que suscita muitas interrogações por parte dos grandes gestores de fundos, fortemente envolvidos nos mercados emergentes da África do Sul, da Ásia e da Europa Oriental; e a falência do banco Barings. Assim, a ideia de tributar os fluxos financeiros (as compras e vendas de moedas representam mil milhares de milhões de dólares por dia) já não é um tabu e, nos meios financeiros, questiona-se o significado real do funcionamento dos mercados financeiros e os riscos que a incrível volatilidade desses mercados representa para os gestores.»

Mais uma vez, esta nota é interessante por várias razões. Na altura, o mundo financeiro estava abalado por dois acontecimentos: por um lado, a crise da dívida de alguns grandes países em desenvolvimento e, por outro, a falência do banco Barings. Alguns países em desenvolvimento beneficiaram do afluxo de capitais em busca de investimentos após as duas crises petrolíferas de 1973 e 1980, tendo depois transformado empréstimos de curto prazo em investimentos de longo prazo. Esses dois mecanismos combinados expuseram esses países e o próprio sistema financeiro a um duplo risco: o de investimentos pouco rentáveis, impossibilitando os países de pagar as suas dívidas; e o de uma crise financeira se, devido a uma perda de confiança dos credores, os investimentos de curto prazo secassem repentinamente. Isso explica por que, em Copenhaga, em 1995, a velha questão da taxa Tobin sobre os fluxos de capital ganhou destaque junto ao grande público. A ideia foi muito popular durante esses anos na Aliança — nós a retomamos na declaração de Copenhague — apesar do fato de que tal imposto não era capaz de resolver os problemas estruturais da dívida mexicana ou asiática.

A falência do Barings, um venerável banco inglês, devido ao comportamento irresponsável de um trader em Singapura, Nick Leeson, (o trading de alta frequência surge, mas ainda não foram inventados os «produtos estruturados», fonte da grande crise financeira de 2007-2008), revela a vulnerabilidade de um sistema em que as decisões são tomadas em segundos, depois por robôs em nanossegundos, baseando-se assim em decisões individuais, fundamentadas em dados abstratos e, posteriormente, em algoritmos.

Por fim, surge pela primeira vez na nossa reflexão o papel potencial dos fundos de pensões. Gerindo as poupanças que garantem as futuras pensões dos trabalhadores, estes fundos de

pensões estão a tornar-se atores importantes nos mercados financeiros. Por natureza, deveriam ser sensíveis aos investimentos a longo prazo, mas ainda há um longo caminho a percorrer antes de se tornarem atores importantes de uma finança responsável.

A conferência de Copenhaga é também uma oportunidade para ver a evolução do pensamento das instituições internacionais com duas conferências, a de Richard Erb, antigo diretor adjunto do FMI²⁸⁵ e a de Gustave Speth, diretor-geral do PNUD²⁸⁶.

«[Segundo Richard Erb]: não há desenvolvimento económico e social sem controlo da inflação, portanto, sem um controlo do défice orçamental e uma política monetária rigorosa, pois a inflação é prejudicial aos mais pobres que, ao contrário dos ricos, são absolutamente incapazes de salvar as suas poupanças. A inflação e a instabilidade monetária também tornam impossível a criação de instituições financeiras capazes de investir a longo prazo. A qualidade dos serviços públicos e o investimento em capital humano são decisivos. Assim, os países asiáticos cujo milagre é tão elogiado começaram com um elevado nível de capital humano». [Observamos:] «vemos a influência, com alguns anos de atraso, do estudo do Banco Mundial sobre a Ásia Oriental.».

Quanto a Gustave Speth:

«Ele apresenta-se como defensor da proposta de Tobin sobre a tributação dos fluxos financeiros internacionais e salienta que, atualmente, três quartos dos investimentos estrangeiros estão concentrados em dez países. A reafetação desses investimentos entre um maior número de países parece-lhe essencial. Ele denuncia o que chama de investimento de animais de sangue frio, que só vêem a maximização do lucro, independentemente de qualquer outra consideração.»

Em retrospectiva, estas duas intervenções revelam ideias interessantes. Em primeiro lugar, a defesa do FMI contra a inflação. Na época, alguns países, como o Brasil, enfrentavam uma inflação galopante e as classes médias conseguiam se proteger com poupanças em dólares – desde então, muitos países da América Latina funcionam com uma moeda dupla, a moeda nacional e o dólar americano –, mas as classes mais pobres da população não podiam se beneficiar disso. Em seguida, a dinâmica de desenvolvimento da Ásia começou a questionar o neoliberalismo triunfante da década de 1980. Graças aos nossos laços com o economista Pierre Judet, rapidamente nos interessámos pelo rápido surgimento de vários países asiáticos – na época, ainda não se falava realmente da China, mas sim da Coreia, de Taiwan, da Tailândia – e o estudo do Banco Mundial foi uma primeira ruptura com o consenso de Washington, segundo o qual a democracia e a economia de mercado eram suficientes para garantir o desenvolvimento, salientando, pelo contrário, o papel decisivo do capital humano.

Quanto à intervenção de Gustave Speth, para além da clássica invectiva contra os animais de sangue frio, que não tem grande alcance prático, ela coloca o problema de uma melhor redistribuição dos investimentos estrangeiros. É esta questão que, alguns anos mais tarde, conduzirá à tentativa de acordo multilateral sobre o investimento (AMI), sobre o qual teremos oportunidade de voltar, e depois à proliferação de acordos bilaterais com a sua cláusula, hoje

²⁸⁵ FDS 5406 - 7 de março de 1995 - O consenso político sobre o desenvolvimento visto pelo FMI

²⁸⁶ FDS 5408 - 7 de março de 1995 - Mercados financeiros internacionais, o ponto de vista do PNUD

tão controversa, de proteção dos investimentos estrangeiros.

Como é que isto posiciona o Observatório das Finanças em relação à lógica e aos prazos da Aliança? É o que procuramos esclarecer na primavera de 1995²⁸⁷:

«[a fundação recorda] o lugar do Observatório, tanto como projeto temático da Aliança como meio de contribuir para a animação da reflexão do mundo financeiro sobre as regulamentações internacionais a inventar [...] Esta perspetiva confere ao Observatório: liberdade de expressão; a inscrição da reflexão especializada sobre os mercados financeiros numa perspetiva mais ampla [...]; um prazo, 1999, para a elaboração de propostas coletivas; d) a possibilidade de tirar partido das reflexões conduzidas noutros locais da Aliança.»

Ao longo dos anos seguintes, esta tensão entre «projeto temático» e «abordagem colegial» irá marcar o diálogo entre a fundação e o Observatório. Estamos divididos, ao nível da Aliança, entre duas atitudes: privilegiar o projeto temático, conduzindo uma reflexão sobre as finanças fora dos meios financeiros, animada sobretudo pela sociedade civil, que rapidamente fará da dívida dos países pobres e do imposto Tobin os seus estandartes – sendo o imposto Tobin mesmo o objeto inicial do movimento ATTAC (Associação para a tributação das transações financeiras e para a ação cidadã), criado em 1998 –, ou, pelo contrário, apostar numa abordagem colegial, privilegiando a reflexão interna de um meio, neste caso o meio financeiro, sobre a sua própria prática, o que necessariamente leva mais tempo e é menos radical.

Essa tensão entre a abordagem temática e a abordagem colegial se repete naturalmente em muitos assuntos, mas aqui ela assume um relevo muito particular. Lembramos que, naquela época, estávamos muito preocupados com o que chamávamos de «meios ausentes» da Aliança, pois queríamos evitar que ela se reduzisse a uma coalizão de ONGs militantes. Ora, o Observatório Financeiro oferece uma oportunidade insubstituível de diálogo com os próprios atores do sistema financeiro, que, como se pode imaginar, nunca estarão presentes nas reuniões da Aliança. Mas, ao irmos demasiado no sentido de uma abordagem colegial, corremos o risco de nos fecharmos no discurso público das instituições financeiras.

Observamos, nessa mesma reunião de 1995 em Copenhaga:

«Os contactos [com instituições financeiras] mostram que a ideia do Observatório suscita grande interesse em meios muito diversos, reforçada pelos acontecimentos recentes (México, falência do Banco Barings). O importante é dirigir-se às pessoas e não às instituições, porque o mundo financeiro é esquizofrénico. É preciso estimular a reflexão pessoal sobre o funcionamento real do sistema financeiro e as responsabilidades que daí decorrem. Daí o trabalho à porta fechada, que permite colocar em cima da mesa questões que não podem ser expressas no âmbito de uma instituição. Em diferentes países, estão a ser constituídos grupos sobre estes temas. Em França, com o programa de investigação da Caisse des Dépôts et Consignations, finanças – ética – confiança e, na Grã-Bretanha, com o Centro para a Inovação Financeira em Londres.»

Mas, ao mesmo tempo, as instituições não podem estar totalmente ausentes, uma vez que o

²⁸⁷ FDS 5431 - 24 de abril de 1995 - Observatório financeiro: enquadramento da estratégia

Observatório Financeiro conta com elas para garantir um financiamento duradouro.

«[O Observatório publicou uma nota mostrando que] a parte dos ativos financeiros nos balanços das grandes empresas cresceu rapidamente, representando, por exemplo, 50% dos ativos da General Motors. Um banqueiro questiona-se se este tipo de investigação é realmente o que mais atrairá os meios financeiros ao Observatório.»

Por um lado, precisamos, por razões de financiamento e de especialização, mobilizar o mundo financeiro; por outro, este não deseja aventurar-se em reflexões fundamentais.

A questão da responsabilidade, como descobrimos na mesma época com o trabalho sobre a Carta das Responsabilidades Humanas, se coloca em três níveis: o da ética individual dos atores; o das normas coletivas do meio; o das regras públicas que enquadram a ação dos atores. A parceria com a Caisse des Dépôts et Consignations francesa e o seu programa finanças – ética – confiança foi, ao longo desses anos, a mais sólida. Ela irá influenciar de forma duradoura as orientações do Observatório, uma vez que a Caisse des Dépôts et Consignations tem mais liberdade do que o próprio Observatório para se afastar das expectativas do mundo financeiro, do qual depende a sua perenidade. Notamos n²⁸⁸:

«Na primavera, constatou-se a convergência de objetivos e a complementaridade das abordagens com o programa da Caisse des Dépôts, que incide sobre a responsabilidade das finanças perante a sociedade.»

Mas a própria Caisse des Dépôts vê os limites do Observatório. A animadora do programa da Caisse, Hélène Ploix, observa a este respeito²⁸⁹:

«O Eco-diagnostic tem uma enorme necessidade de mostrar que realizou coisas; necessidade de existir e de aparecer. [...] Para Hélène Ploix, o trabalho de investigação e a integração das ideias que dele emergem para o mundo das finanças levam tempo. A ambição do programa de investigação é fazer avançar a formação dos operadores.»

Vamos dar um salto de vinte anos para descobrir, no entanto, o impacto a longo prazo desta parceria. Dois discursos de François Villeroy de Galhau, governador do Banco de França, em dezembro de 2017 e janeiro de 2018, ilustram isso mesmo. O primeiro é a abertura de uma conferência organizada no Banco de França para os vinte anos do selo Finansol, criado, como nos lembramos, nas instalações da nossa fundação, que assegurou o secretariado durante os primeiros anos. O segundo é proferido por ocasião do prémio internacional de ética e confiança nas finanças, co-presidido por Paul Dembinski. O governador do Banco de França sublinha a importância:

«de uma ética voluntariamente consentida a longo prazo. Não há dúvida de que o setor financeiro precisa de regras: trata-se de uma profissão de intermediação entre diferentes partes que devem ter a garantia das regras aplicadas, tanto mais que se trata de gerir riscos, protegendo os interesses dos clientes e dos segurados [...]. As recentes crises financeiras

²⁸⁸ FDS 5807 - 3 de agosto de 1995 - Estratégia do Observatório das Finanças

²⁸⁹ FDS 5998 - 11 de dezembro de 1995 - Cooperação com a Caisse des Dépôts et Consignations em matéria de finanças

revelaram as falhas do sistema financeiro, sem esquecer o impacto das novas tecnologias, como a negociação de alta frequência, as fintechs, os criptoativos [...]. Mas as regras não podem tudo. É necessária uma abordagem ética para respeitar o espírito das regras, para além do seu cumprimento puramente formal, e para tomar decisões informadas na ausência de regras claras. Para além da ética das práticas internas das instituições financeiras, o setor financeiro deve agora também interessar-se pela perceção do carácter ético das suas atividades para a sociedade, incluindo ONG, meios de comunicação social e cidadãos. É evidente que a crise de 2007-2009 resultou, em parte, de um desequilíbrio: confiou-se demasiado na ética, enquanto as regras eram insuficientes. As fraquezas da cultura empresarial das instituições financeiras ficaram bem patentes, os incentivos ao risco eram demasiado fortes e a governação inadequada.»

Ao longo dos anos, daremos cada vez mais ênfase ao nível intermédio do exercício da responsabilidade: as normas coletivas de responsabilidade social. Esta está ausente do discurso de François Villeroy de Galhau, assim como do trabalho do Observatório.

Nos anos seguintes, tivemos de gerir uma tensão permanente entre a lógica da Aliança e a do Observatório. Esta tensão está muito bem expressa no balanço das nossas relações feito em janeiro de 1996²⁹⁰. Alain His, voluntário da fundação, participou nesse mesmo mês no encontro de Barcelona organizado pelo Observatório. Ele observa:

«O encontro foi muito significativo: em si mesmo, foi um sucesso ter conseguido reunir cerca de vinte pessoas do establishment para debater os problemas da ética. Mas, para o conseguir, foi necessário: a) centrar-se em debates relativamente internos aos meios financeiros; b) escamotear totalmente a fundação, a Aliança e as razões pelas quais financiámos a preparação da conferência. Todas essas coisas não facilitam a continuação do diálogo com o meio, já que a Eco-diagnostic se encontra, voluntariamente ou não, como um obstáculo entre o meio financeiro e a fundação.»

E, por meu lado, manifesto «um certo espanto (em relação à atitude da Eco-diagnostic e à ambiguidade da sua atitude em relação à Aliança. O jogo da Eco-diagnostic não é simples: é certo que se sente comprometida com a Aliança e com a FPH [da qual depende o seu financiamento a curto prazo], mas precisa de encontrar meios para garantir a autonomia do Observatório; é certo que a Aliança lhe interessa [como dinâmica social], mas a Eco-diagnostic é um gabinete de estudos que precisa de procurar uma clientela e não a assustar; é certo que as interrogações externas aos meios financeiros são indispensáveis, mas na condição de aceitar as pessoas desse meio tal como elas são, sem as afugentar [...].»

Aceitaremos estas contradições e procuraremos avançar caso a caso nos próximos anos, pois estamos conscientes de que, apesar destas ambiguidades, o trabalho com o Observatório abre à fundação uma janela para questões que ela própria e a maioria dos outros participantes da Aliança dominam mal. Em primeiro lugar, é o²⁹¹:

«o efeito das novas tecnologias, que têm um impacto decisivo na evolução dos mercados financeiros. Existem agora verdadeiros mercados privados de moeda.»

²⁹⁰ FDS 6332 - 23 de janeiro de 1996 - Eco-diagnóstico e a Aliança

²⁹¹ FDS 6334 - 9 de fevereiro de 1996 - Projeto do Observatório das Finanças

Em segundo lugar, o papel que os fundos de pensões estão chamados a desempenhar²⁹².

«Acontece que um dos aliados, Pierre Ducret, antigo secretário-geral da Comunidade Urbana de Lyon, assumiu a direção das Caixas de Aposentadoria sob mandato da Caisse des Dépôts. A Caisse des Dépôts é gestora sob mandato de um conjunto de fundos de aposentadoria de funcionários públicos [...]. Os fundos de pensões essenciais para o planeta são os fundos de pensões dos funcionários públicos. O maior fundo mundial, Calpers, é o fundo de pensões dos funcionários públicos da Califórnia [...]. O capitalismo é sustentado [...] pelas pensões do setor protegido. Se chegarmos a um sistema de gestão paritária, poderemos ter um verdadeiro debate sobre a orientação das poupanças [...]. A pensão, ao contrário do seguro de vida, não está sujeita a retiradas rápidas de capital, pelo que, em princípio, pode funcionar a muito longo prazo.»

Nos anos seguintes, a tensão entre o debate interno no meio financeiro e a interpelação desse meio pela sociedade voltará constantemente, permitindo, no entanto, o progresso. Assim, em 1997, proponho três modos de entrada para estabelecer a lista de desafios a serem tratados nas propostas²⁹³:

«a dinâmica da evolução dos sistemas financeiros e o seu impacto na sociedade, por exemplo, o impacto da financeirização da economia nos sistemas de valores; o impacto das transformações do mundo e das sociedades no sistema financeiro, com temas como mudanças tecnológicas e finanças, demografia e finanças [já nessa época, éramos muito sensíveis ao impacto da aposentadoria dos contribuintes sobre os capitais dos fundos de pensão e ao fato de coexistirem sociedades envelhecidas, acumulando capitais para a velhice, e sociedades jovens que precisam de investimentos] ; ética e finanças; as questões colocadas ao sistema financeiro pelas mudanças necessárias para as próximas décadas [ligadas à transição para sociedades sustentáveis], por exemplo, a necessidade de implementar uma diversidade de níveis de câmbio e, portanto, de moedas.

Para a Aliança e a fundação, a participação nos trabalhos do Observatório Financeiro permite antecipar as mudanças, em particular o impacto das evoluções tecnológicas²⁹⁴:

«Alain His relata os dois dias de encontro do Observatório Financeiro em Montreux, dedicados ao tema «tecnologia e moeda». As transferências por moeda eletrônica multiplicaram-se por 1000 em volume em quinze anos, dando origem à criação de uma moeda interbancária. O comércio pela Internet está apenas a começar. Não existe, por enquanto, nenhuma forma segura e normalizada de o desenvolver, mas os fluxos futuros não passarão pelos bancos: quem possui uma rede tende a criar a sua própria moeda. Uma funcionária dinamarquesa indicou a criação de grupos de utilizadores capazes de ter voz e influenciar esses processos. Mas tratou-se estritamente de um diálogo entre banqueiros e tecnólogos, sem uma avaliação dos efeitos. E Gustavo Marin observa que órgãos reguladores como o Banco de França e o Tribunal de Contas estão completamente alheios a essas evoluções.»

A partir de 1997, o Observatório Financeiro foi presidido por Jean-Loup Dherse, que permaneceu no cargo até à sua morte em 2010. Autor, juntamente com um monge, Dom

²⁹² FDS 7362 - 26 de março de 1997 - Fundos de pensões e financiamento da transição

²⁹³ FDS 7871 - 6 de junho de 1997 - Debate sobre a lista de desafios a abordar no Anuário

²⁹⁴ FDS 8738 - 30 de março de 1998 - As tecnologias financeiras e as alternativas económicas e sociais

Miguet, de um livro notável intitulado «L'Éthique ou le chaos» (A ética ou o caos), publicado em 1998, era muito envolvido na Igreja Católica. Formado pelo Instituto Politécnico, engenheiro de minas, Jean-Loup Dherse foi diretor da grande empresa de mineração Rio Tinto, depois vice-presidente do Banco Mundial responsável pela energia e indústria, diretor-geral da Eurotunnel, mas também ex-secretário adjunto do Sínodo sobre os Leigos em Roma, responsável pela associação Présence et Témoignage (comunidade do Emmanuel), próximo do renascimento carismático e presidente da mesa redonda de Caux. Esta escolha reforçará a tendência do Observatório para se concentrar em questões de ética individual, mas também desenvolverá reflexões sobre a ligação entre religião e finanças. Assim, em 1998, observamos²⁹⁵:

«As igrejas protestantes pediram ao Observatório que as ajudasse a organizar uma conferência sobre o tema: em que condições se pode exigir o reembolso da dívida?»

Na mesma reunião, esboçamos a ideia de uma série de encontros internacionais que refletissem bem as nossas preocupações da época:

«1. O sistema financeiro como bem comum [que se tornaria o título do caderno de propostas em 2000]; 2. a reforma das instituições de Bretton Woods; 3. a tradução no domínio das finanças da extensão da solidariedade; 4. as alternativas à forma atual de assegurar as diferentes funções da moeda; 5. o financiamento das transições e os fundos de pensões.»

Em janeiro de 1999, surge também a questão das finanças criminosas²⁹⁶. Assim, vemos-nos gradualmente a construir um campo de questionamentos e uma grelha de leitura para as futuras propostas no âmbito do projeto temático. Mas propostas de quem e para quem? É a questão que Paul Dembinski volta a colocar em fevereiro de 1999²⁹⁷:

« O problema não é fazer propostas, mas saber quem as assina! Por exemplo, a ATTAC apresenta uma proposta pouco válida [o imposto Tobin], mas que cria um movimento social. O meu problema [e o do Observatório] é fazer com que as questões sejam aceites por um meio estritamente financeiro. Ora, já no diagnóstico, o que não está bem, há divergências entre especialistas.»

Ao que Maurice Cosandey responde:

«Propostas inteligentes, sem o aval dos banqueiros, mas apoiadas por milhares de pessoas, são válidas.»

É claro que, com o passar do tempo, tomamos consciência das limitações do que o meio financeiro pode suportar, mas mantemos a esperança de que este trabalho com o meio permita estabelecer propostas sólidas, mesmo que, num determinado momento, o mundo financeiro não as apoie. Mas o Observatório não pode se separar do meio ao qual se dirige prioritariamente e ao qual se destina a revista bilingue francês-inglês «Finance et bien

²⁹⁵ FDS 9602 - 7 de novembro de 1998 - Futuro das relações entre o Observatório e a FPH

²⁹⁶ FDS 10188 - 26 de janeiro de 1999 - Deve-se abordar a questão das finanças criminosas com o Observatório?

²⁹⁷ FDS 10187 - 5 de fevereiro de 1999 - Mercados financeiros e propostas

commun» (Finanças e bem comum), lançada em 1998. Paul Dembinski sonha, a partir da revista, em multiplicar os círculos de reflexão «finanças e responsabilidade», à imagem do que ele anima em Genebra. Ele destaca:

«A dificuldade das questões financeiras, ilustrando-a com o debate [que grassava na época] sobre o imposto Tobin. Este levanta questões difíceis: a) existe um bom nível de volatilidade? [uma vez que o objetivo inicial do imposto é reduzir a volatilidade]; b) em que se baseia a distinção entre economia real e economia financeira [este é um dos temas recorrentes da época, baseado na constatação de que os fluxos financeiros são mil vezes mais importantes do que a contribuição dos mercados financeiros para o desenvolvimento das empresas], daí, diz Paul Dembinski, a dificuldade em apresentar propostas sobre questões complexas.»

Jean-Loup Dherse, por seu lado, observa:

«O que é impressionante no sistema financeiro é que, a nível intelectual, ninguém domina o assunto [...]. O que se pode propor na ausência de uma compreensão global do sistema? [mas Jean-Loup Dherse também reconhece que o Observatório pode ser um espaço para recolher reações] a uma série de questões sensíveis.»

A Fundação confirma que a tarefa prioritária é, de facto, a identificação dessas questões sensíveis. Jean-Loup Dherse avança como exemplo de proposta:

«A remissão da dívida, que deveria dar o direito de ação judicial a todos aqueles que enriqueceram provocando dívidas.»

Uma abertura para a questão de uma responsabilidade alargada dos intervenientes.

Ainda em 1999, acrescenta-se outra questão sensível, a remuneração dos operadores²⁹⁸:

«Jean-Loup Dherse, em 1974, colocou a questão da reciclagem dos petrodólares. Os bancos consolidaram os empréstimos de curto prazo em empréstimos de longo prazo. Precisavam a todo o custo de mutuários a quem fossem concedidos empréstimos a taxa variável. Foi uma catástrofe quando as taxas subiram.»

Enquanto muitas organizações da sociedade civil defendiam, na época, o não reembolso da dívida em nome da pobreza dos mutuários, o que, tanto para os Estados como para os particulares, só poderia levar a que não se concedessem mais empréstimos aos pobres, nós preferimos nos concentrar na legitimidade da dívida e na responsabilidade dos credores.

No mesmo ano, avançamos na questão das moedas alternativas²⁹⁹ e, em dezembro, observamos³⁰⁰:

«Sobre dois temas, a dívida e a moeda, estão a amadurecer propostas [...] mas, ao mesmo tempo, é necessário que o trabalho do Observatório para a animação do projeto da Aliança se inscreva

²⁹⁸ FDS 10561 - 11 de junho de 1999 - Alterar a remuneração dos operadores financeiros

²⁹⁹ FDS 10987 - 19 de outubro de 1999 - Observatório das Finanças e Aliança

³⁰⁰ FDS 11486 - 2 de dezembro de 1999 - As linhas de trabalho do Observatório para a Aliança

no calendário e nas modalidades de preparação da Assembleia de 2001.»

O financiamento da fundação está agora focado na preparação da Assembleia. Apesar dessas tensões inevitáveis, o diálogo resultará, em janeiro de 2001, num caderno de propostas: «Rumo a uma finança sustentável ao serviço do bem *comum*», que se insere no âmbito do polo socioeconómico da Aliança, do qual falaremos mais adiante. Consideramos que este documento de 100 páginas é um documento de referência³⁰¹. Está estruturado em torno de cinco temas: a exclusão das finanças, tanto de pessoas como de países que se debatem com o peso da dívida; a responsabilidade dos operadores financeiros e as modalidades da sua remuneração; o investimento ético e os meios de que dispõem os aforradores para orientar os seus ativos para utilizações e afetações em relação com as suas convicções; a tomada em consideração do longo prazo nos mercados financeiros (com especial destaque para o papel dos fundos de pensões); e, por último, a governação e a arquitetura financeira internacional³⁰².

Paul Dembinski participará, apesar das suas reservas, na Assembleia Mundial dos Cidadãos, da qual sairá com uma visão muito crítica³⁰³:

«Estamos a prescrever a terceiros como devem comportar-se. No entanto, os interesses envolvidos são tais que ninguém quer questionar-se. Os projetos socioeconómicos são um conjunto de boas intenções [...] a Aliança e a FPH acreditam um pouco demais que, quando se compreende a mecânica, basta simplesmente dotar-se dos meios. E, conclui ele, a boa vontade não é suficiente. [Nos debates da Assembleia], era sempre o outro que precisava de ser informado, controlado, mas nunca nós próprios.»

Essa tensão entre a capacidade de especialização, mesmo que isso signifique reduzir o carácter espetacular ou radical das propostas, e uma abordagem dominada pelos movimentos sociais, coloca a Aliança numa posição intermediária — alguns diriam «entre duas cadeiras» —, onde a tensão é assumida para tentar transformá-la numa dinâmica positiva. A alternativa, a partir de janeiro de 2001, é o Fórum Social Mundial. Em agosto de 2001, conversamos sobre esse assunto com seu primeiro inspirador, Bernard Cassen³⁰⁴. Bernard Cassen:

«Com o Fórum Social Mundial, estamos num duplo movimento: a expressão da recusa [do sistema atual] e a capacidade de desenvolver propostas alternativas. A edição de 2001 do fórum social mundial em Porto Alegre foi a n.º 0; a n.º 1 deve ser um espaço de apresentação de propostas. Mas, observa ele, o que interessa aos jornalistas franceses é a violência, a evolução do movimento antiglobalização, a posição da ATTAC no cenário político. Fora da França, os jornalistas mais inteligentes são os jornalistas financeiros que querem compreender as tendências fundamentais: a ATTAC lhes interessa como expressão de um movimento de rejeição global, mas eles não se interessam pelas propostas.»

³⁰¹ FDS 12583 - 25 de outubro de 2000 - Lançamento do projeto para um sistema financeiro sustentável

³⁰² Rumo a um sistema financeiro sustentável ao serviço do bem comum. Janeiro de 2001, por Paul H. Dembinski, com a colaboração de Fabiola Rüegg. No site de recursos da Socioeco: https://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-1271_fr.html

³⁰³ FDS 14027 - 11 de fevereiro de 2002 - Uma visão muito crítica da Aliança e da Assembleia

³⁰⁴ FDS 13803 - 7 de agosto de 2001 - Lille / Porto Alegre: a visibilidade mediática da sua complementaridade

Na realidade, Porto Alegre, por razões às quais voltaremos mais tarde, nunca será capaz de articular propostas que levem em conta, como mencionou Jean-Loup Dherse, a complexidade do sistema. A partir de 2002, a fundação e o Observatório da Finança, embora permanecendo em contacto, seguirão caminhos separados. Reencontrar-nos-emos em 2006 e constataremos novas convergências entre nós sobre os setores e as cadeias de valor³⁰⁵:

«Paul Dembinski trabalha para a OCDE nas cadeias de valor. Ao trabalhar em três indústrias (automóvel, mecanismos de precisão, software), ele demonstrou que a abordagem estatística não permitia descrevê-las: as relações entre grandes e pequenas empresas são fundamentais na construção das cadeias de valor [...]. Além disso, muitas vezes trata-se o problema fora da distribuição, quando a distribuição é uma parte essencial do valor.»

Também nos encontraremos para discutir o tema da articulação dos níveis de troca:

«É interessante acompanhar a Community Reinvestment Act nos EUA, pois ela produziu efeitos de realocação das trocas [...]. Em todos os países continentais, existe uma verdadeira contratualização fiscal entre os investimentos estrangeiros e os países.»

Em conclusão, não parece exagerado dizer que a dialética entre a dinâmica da Aliança e uma abordagem diretamente ligada aos meios financeiros foi exemplar do que é necessário (e difícil) para combinar as reflexões internas a um meio e a socialização de um certo número de questões ao nível de toda a sociedade.

VIII. A Assembleia Mundial dos Cidadãos e a Agenda do Século XXI, 1999-2002

Os quatro anos que separam a Assembleia de Bertiot, em dezembro de 1997, da Assembleia Mundial dos Cidadãos de Lille, em dezembro de 2001, foram decisivos e levaram a muitas escolhas estratégicas, muitas vezes conflitantes. Eles levaram a Fundação a se posicionar tanto em relação aos aliados quanto em relação aos grandes debates que, na mesma época, agitaram a sociedade civil.

Em 2025, num momento em que a presidência de Trump leva os Estados Unidos a um violento retrocesso, pisoteando décadas de esforços para construir um quadro global de regras à altura das interdependências entre as sociedades do planeta e entre a humanidade e a biosfera, é necessário fazer um certo esforço para nos reposicionarmos nos debates que marcaram o final do século XX. Esses debates foram fundamentais para a Aliança.

³⁰⁵ FDS 23018 - 14 de junho de 2006 - Continuação do diálogo entre a FPH, Paul Dembinski e o Observatório das Finanças, Iniciativas para repensar a economia

Três linhas de divisão se delinearam e as escolhas feitas pela fundação em relação a cada uma delas marcaram de forma duradoura, ou mesmo definitiva, as nossas relações com vários movimentos e com os próprios aliados.

A primeira dizia respeito à posição em relação ao movimento de luta contra a globalização económica, que se desenvolvia rapidamente naquela época, com os dois episódios marcantes das manifestações contra a Organização Mundial do Comércio, OMC, inauguradas durante a conferência mundial da OMC em 1999 em Seattle, nos EUA, e da luta contra o Acordo Multilateral sobre Investimentos, AMI, em 1998.

A segunda refletiu-se na divergência de apreciação entre a fundação e o Comité Internacional de Facilitação da Aliança, nascido da vontade de uma parte dos aliados de afirmar a autonomia da Aliança em relação à Fundação, sobre as prioridades da Aliança e, em particular, sobre o lugar da Assembleia Mundial dos Cidadãos, cuja data foi fixada nessa época para dezembro de 2001.

A terceira, menos visível, mas determinante para o futuro, dizia respeito à própria concepção dessa Assembleia Mundial: tratava-se, acima de tudo, de uma reunião de aliados ou de um encontro mundial de cidadãos que refletisse a diversidade geocultural e socioprofissional do mundo e que, por isso, desse um lugar limitado aos próprios aliados? E, em última análise, o objetivo essencial da Assembleia era consolidar a Aliança ou revelar uma Agenda para o século XXI resultante de possíveis convergências, apesar da enorme diversidade do mundo?

Através destas posições sucessivas, os nossos caminhos cruzarão muitos protagonistas que desempenharam um papel importante nessa época, em particular para encarnar a sociedade civil: Walden Bello e o Fórum para o Sul Global no Sudeste Asiático, Candido Grzybowski e Chico Whitaker no Brasil, Michel Rocard, José Bové, Stephane Hessel, Edgar Morin, Bernard Cassen, Ignacio Ramonet em França.

8.1 – Do movimento antiglobalização ao alterglobalismo

Após o colapso da União Soviética em 1991, parecia possível, num contexto de certo otimismo e até autoritarismo do Ocidente, prosseguir a unificação do planeta através do comércio livre, enquadrado e moderado por um certo número de regras cujo respeito por todos deveria permitir aumentar a prosperidade geral e garantir uma gestão pacífica dos conflitos de interesses entre as nações. Mas, à semelhança dos «princípios de boa governação» promovidos pelas instituições financeiras internacionais nessa época, os impulsos vinham em grande parte dos países mais antigos e desenvolvidos e refletiam a sua ideologia.

No entanto, há muito tempo, uma parte do movimento chamado «terceiro-mundista» defendia a ideia de que essa forma de globalização do comércio era necessariamente prejudicial aos países mais pobres ou mais fracos, levando inevitavelmente ao enriquecimento dos ricos e ao empobrecimento dos pobres, atualizando a tese da «pauperização absoluta» que dominara parte da doxa marxista algumas décadas antes. Daí a

afirmação da necessidade de os países pobres se desligarem dos países ricos e desenvolverem as suas próprias tecnologias, adequadas às suas necessidades e capacidades, nomeadamente técnicas. Este tema estava muito presente na origem da Fundação e marcado pelas teses de Ernst Friedrich Schumacher, «small is beautiful». Parte deste movimento transformou-se, naqueles anos, num movimento «antiglobalização».

Duas críticas fundamentais foram dirigidas ao movimento de globalização do comércio e das finanças. A primeira dizia respeito à perda de autonomia das sociedades e de soberania dos Estados: a possibilidade de cada sociedade escolher o seu próprio caminho foi abolida em benefício do poder económico e financeiro encarnado pelas empresas transnacionais, cujo único objetivo era satisfazer os seus acionistas, e pelas grandes instituições financeiras privadas. A segunda crítica dizia respeito ao facto de que essa gestão das interdependências entre as sociedades ou entre a humanidade e a biosfera reduzia tudo, a começar pela biosfera, ao estatuto de mera mercadoria. Os solos, a água, a diversidade genética e os conhecimentos tradicionais foram reduzidos ao estatuto de «recursos naturais» que podiam ser apropriados, tornando-se os próprios conhecimentos mercadorias através da patenteação, incluindo dos seres vivos.

A aplicação das regras do comércio internacional à agricultura e à alimentação era, neste contexto, um verdadeiro espantalho. As «vantagens comparativas» da agricultura industrial iriam varrer a agricultura familiar, que continuava a ser, em muitos países, a base estável da sociedade, e a perda da «soberania alimentar» iria criar uma dependência política irreversível, ao mesmo tempo que se impunham novos modos de alimentação que prejudicavam tanto o património imaterial das sociedades como a própria saúde. A «má alimentação» tornou-se um flagelo mundial. Uma personalidade como Walden Bello, sociólogo filipino que dirigiu durante todos esses anos o Fórum para o Sul Global, associado à reflexão da Aliança sobre modelos económicos alternativos, encarnou muito bem essa reflexão coletiva.

Entre 1995 e 1999, esse movimento assumiu uma dimensão verdadeiramente internacional e política. Duas grandes campanhas, igualmente vitoriosas, encarnaram o surgimento de uma sociedade civil mundial capaz, tirando partido para isso dos novos meios de comunicação, de derrotar os Estados mais poderosos. A primeira dizia respeito à OMC e a segunda ao AMI (Acordo Multilateral sobre Investimentos).

A Organização Mundial do Comércio (OMC) nasceu do acordo internacional assinado, em abril de 1994, em Marraquexe, pela maioria das potências comerciais mundiais e ratificado pelas suas assembleias parlamentares. Assumindo o lugar do GATT, Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio, que datava do período após a Segunda Guerra Mundial, o seu principal objetivo é reduzir os obstáculos ao comércio livre e criar mecanismos de resolução de conflitos comerciais entre os Estados. O primeiro período de atividade da OMC após a sua criação, que se estendeu de 1995 a 1999, viu uma nova organização ambiciosa conseguir chegar a acordos, respeitando as agendas que lhe foram fixadas. Os Estados Unidos não eram inicialmente muito favoráveis a esses mecanismos de resolução de litígios e os países emergentes do Sul desempenharam um papel crescente na OMC, enquanto que durante a época do GATT, os Estados Unidos e a Europa tinham um papel proeminente. Tudo progrediu

de forma bastante tranquila até 1999, com uma crescente expansão dos campos de atividade abrangidos pela OMC. E foi em 1999, em Seattle, nos Estados Unidos, que o processo ficou bloqueado. Os delegados dos 135 países membros não conseguiram chegar a um acordo sobre o conteúdo do «ciclo do milénio», que deveria traduzir-se num novo alargamento do âmbito da OMC, mas foi sobretudo a força das manifestações anti-OMC, que inauguraram um ciclo de manifestações cada vez mais violentas por ocasião das grandes conferências internacionais, que revelou o novo poder das organizações de uma sociedade civil protestante capaz de interferir no diálogo entre os Estados.

José Bové, então porta-voz da Confederação Camponesa, cuja fundação é próxima através do programa APM, Agricultura Camponesa e Globalização, tornou-se famoso em agosto de 1999 por desmontar um restaurante McDonald's em Millau, em protesto contra as sanções americanas contra a França por ter recusado a carne bovina com hormonas. Ele é uma das estrelas desses protestos vitoriosos de Seattle. Juntamente com Pierre Vuarin, responsável pelo programa APM, fazemos um balanço com José Bové em dezembro de 1999³⁰⁶:

«Estamos num ponto de inflexão entre duas tendências: a da antiglobalização, encarnada pelo movimento camponês internacional Via Campesina, que defende por princípio o «não à OMC», enquanto a Confédération paysanne defende, tal como nós, a necessidade de regulamentações mundiais, mais capazes de ter em conta o conjunto dos desafios do que a OMC, dedicada, na prática, e apesar do seu preâmbulo que sublinha a importância do desenvolvimento sustentável, ao desenvolvimento do comércio e à «mercantilização do mundo». A Aliança aparece claramente como parte integrante da segunda corrente, a do «alter-globalismo».

A RONGEAD, associação dedicada à ligação entre o comércio internacional e o desenvolvimento sustentável, outra aliada de longa data e especialista em questões de regulamentação internacional, formulou, muito antes de Seattle, a necessidade de regulamentações globais equilibradas³⁰⁷:

«A OMC representa uma oportunidade formidável para avançar de forma concertada em direção a um desenvolvimento sustentável e solidário à escala planetária. Sem qualquer tipo de regulamentação, restariam apenas as relações de força. Mas não podemos nos contentar com a premissa de que a liberalização do comércio trará ipso facto o bem-estar da população. É necessário injetar mais equidade e equilibrar as forças presentes nas negociações internacionais. É preciso definir objetivos comuns e realizar avaliações regulares antes de avançar no processo de liberalização do comércio.»

Foram estes acontecimentos que nos levaram a lançar o projeto «governança global», liderado por Stéphane Hessel³⁰⁸:

«As interdependências entre as sociedades do mundo e entre a humanidade e a biosfera

³⁰⁶ FDS 11492 - 6 de dezembro de 1999 - Balanço da OMC - Seattle e a governança mundial

³⁰⁷ BIP 62 - Novembro de 1999 - Terra cidadã. Antes de SEATTLE 1999. IATP e Rongead

³⁰⁸ Stéphane Hessel, 1917-2013, figura histórica da diplomacia internacional, envolvido desde 1946 na construção das Nações Unidas e depois na redação da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, foi um aliado desde o início e uma memória insubstituível para situar os nossos esforços de renovação da governança global no contexto da longa história

desenvolveram-se a um ritmo acelerado, sem que as formas de organização dos poderes se adaptassem a tal mudança. A atual governança global, baseada nas relações entre Estados soberanos, não está em condições de enfrentar os desafios do mundo contemporâneo e sofre de uma falta de legitimidade. A aldeia global parece sem regras, sem coesão, sem redistribuição de recursos e sem justiça, como se existisse apenas para beneficiar os seus membros mais poderosos. É, portanto, necessária uma nova arquitetura para instituir uma governação mundial democrática e legítima.»

... escrevemos no prefácio do caderno de propostas «Por uma governança mundial eficaz, legítima e democrática»³⁰⁹ apresentado durante a Assembleia Mundial dos Cidadãos. Víamos claramente o fracasso das múltiplas tentativas realizadas na mesma época para renovar a ONU sob a impulsão do seu Secretário-Geral, Kofi Anan.

O Acordo Multilateral sobre Investimentos, por sua vez, foi negociado secretamente entre os vinte e nove países membros da OCDE entre maio de 1995 e junho de 1997. Oferecendo proteção aos investimentos estrangeiros em um determinado país, de forma a promover o seu desenvolvimento, ele suscitou uma verdadeira onda de protestos quando associações de cidadãos americanos revelaram a sua existência e o seu conteúdo. Essa proteção foi vista como unilateral, beneficiando os investidores e prejudicando a soberania dos Estados. O caráter secreto das negociações agravou a desconfiança em relação ao acordo. Seguiu-se uma campanha internacional envolvendo inúmeros movimentos, uma das primeiras dessa magnitude a ser conduzida pela internet. A oposição de alguns Estados, como a França, e a amplitude da campanha levaram ao fim do projeto. Também neste caso, a Aliança, embora partilhasse a indignação face a uma vontade tão evidente de colocar a opinião pública perante um facto consumado, esteve longe de cantar vitória com a retirada do projeto. Tal como no caso da OMC, considerávamos que um acordo multilateral equilibrado era melhor do que uma série de acordos bilaterais em que as relações de força teriam um papel determinante. Mas esta posição tinha pouca visibilidade na altura, com muitos movimentos a viverem a euforia desta vitória de Pirro.

O Conselho de Fundação observa, no início do ano de 2001³¹⁰:

«Em 1998 e 1999, por ocasião da campanha contra o acordo multilateral sobre o investimento (AMI) e da reunião da Organização Mundial do Comércio em Seattle, manifestou-se com força um protesto vigoroso, sistemático e organizado contra as formas atuais de globalização económica. Este protesto tem quatro características:

- a capacidade de se organizar eficazmente a nível mundial e de explorar com inteligência os meios de comunicação social e a Internet;
- uma forte capacidade de mobilização social;
- a ênfase no protesto e na resistência;

³⁰⁹ Para uma governança mundial eficaz, legítima e democrática. Publicado em 2003, por Pierre Calame
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/pour-une-gouvernance-mondiale/

³¹⁰ BIP 537 - 15 de janeiro de 2001 - O enquadramento da ação. Balanço do ano 2000 e perspetivas para o ano 2001

- a identificação dessa manifestação pela mídia como uma "coalizão antiglobalização".

Este protesto decorre de preocupações, valores e diagnósticos próximos dos da Fundação e da Aliança, mas adotando formas muito diferentes.»

A nossa posição antiglobalização não era nova. A Aliança não era, em si mesma, um esforço para gerir as interdependências mundiais e as primeiras palavras da Plataforma não sublinhavam que outro mundo era necessário e tinha de se tornar possível? Intervimos várias vezes na cena pública nos anos anteriores para explicar por que razão a própria ideia de antiglobalização, defendida ainda por uma sociedade civil mundial em formação, era um oxímoro.

O que eu sublinho no colóquio «Globalização e desenvolvimento em 1996³¹¹:

«É preciso distinguir a mundialização da globalização. A globalização refere-se a uma ideologia segundo a qual a liberalização total do comércio é sinónimo de progresso; a mundialização, pelo contrário, é um processo inevitável, mas positivo, de aumento da interdependência entre os homens e as sociedades. É, portanto, necessário identificar valores comuns às diferentes civilizações. De facto, a mundialização exige uma gestão coletiva do mundo. É importante, por isso mesmo, repensar o bem comum e o universal. Embora acompanhada de crises, a globalização traz consigo oportunidades: um outro mundo está por construir. Para tal, em resposta à crise que a política atravessa, é necessário rearticular as escalas de governação e construir um poder cidadão através do desenvolvimento de redes de intercâmbio [...]. Na palavra globalização, há tanto a ideia de estarmos juntos, no mesmo mundo, quanto a ideia de movimento indicada pelo sufixo «ação». A globalização é, portanto, estar envolvido num movimento pelo qual estamos cada vez mais juntos. Esse movimento induz crises e oportunidades. Como cidadãos, devemos enfrentar essas crises e aproveitar essas oportunidades.

Longe de ver a globalização como um fenómeno negativo, vejo-a como algo inevitável e profundamente positivo.

Inevitável, em primeiro lugar, porque resulta de transformações tecnológicas irreversíveis que reduziram o espaço e praticamente anularam a distância e o tempo nas relações entre os homens. Inevitável também porque o impacto do homem no planeta tornou-se tal, o seu domínio sobre os seres vivos tornou-se tal, que não podemos escapar à necessidade de gerir o espaço, os mares, o comércio, as atividades de produção e consumo, o impacto dos homens na biosfera, à escala planetária. E nós, como cidadãos, temos de nos apoderar desta questão.

Positivo, porque isso significa que estamos todos no mesmo barco. Acabo de regressar de Istambul, da Cimeira das Cidades, chamada Habitat II. Organizámos um fórum de habitantes para que estes pudessem falar diretamente entre si, sem a intermediação de ONG ou outras instâncias. Foi isso que eles expressaram com muita veemência: estamos todos no mesmo barco. Teremos de construir e gerir o universo em conjunto, com base num certo número de valores comuns, como o respeito pela diversidade, por exemplo [...].

A globalização confere-nos uma responsabilidade especial, a nós, cidadãos do final do século XX.

³¹¹ BIP 389 – 1996 - Cidadãos do mundo - atas do colóquio «Globalização e desenvolvimento»

E, diria em particular, a nós, cidadãos europeus. Os Estados Unidos continuam a ser, sem dúvida, a potência dominante, mas têm uma incapacidade histórica para pensar esse universal. Não têm tradição nesta matéria. Tradicionalmente, culturalmente, consideram que o seu modelo é o melhor e que é reproduzível, o que é uma forma surpreendente de conceber a busca de um universal. A Europa, por outro lado, é historicamente uma civilização que se preocupou em procurar princípios universais. É isso que lhe confere o que Stéphane Hessel chama de «seu dever histórico». No entanto, ela não assume esse dever atualmente.

A globalização, entendida como globalização económica, pode ser definida como a mundialização reduzida à ideia de comércio internacional livre. Vejo-a um pouco como a versão moderna da política da canhoneira: a utilização de relações de força política para impor a abertura dos mercados. Temos de ter consciência de que se trata de uma perversão histórica. Quando a Europa começou a formar-se através da unificação de um mercado comum, o objetivo de Jean Monnet, Winston Churchill e dos americanos não era económico, mas político: ao reduzir as barreiras alfandegárias e habituar os europeus a gerir em conjunto os recursos essenciais para a guerra — carvão, aço —, pretendia-se garantir uma paz duradoura. Cinquenta anos depois, o discurso sobre o liberalismo é utilizado, por vezes à beira da pura manipulação, numa estratégia de guerra económica. Pensemos, por exemplo, na agricultura. Americanos e europeus subsidiam fortemente a sua agricultura e não hesitam em dismantelar, através da pressão de mercados manipulados, a agricultura de outros países, tornando-os dependentes em termos alimentares. Assim, por mais que seja a favor da globalização, acredito que a globalização económica é uma escolha política e não uma fatalidade.

[Em resposta a esta nova situação,] o grande desafio do século^{xxi} é construir poder. A construção de redes internacionais é decisiva para aproveitar as oportunidades da globalização. As empresas que hoje são bem-sucedidas são aquelas que se dotaram de redes fortes, coerentes, internacionais e solidárias. Pensemos, por exemplo, no papel da diáspora chinesa em toda a Ásia.»

Assim, a Aliança, com o seu empenho em ajudar ao desenvolvimento de redes internacionais, apesar das múltiplas dificuldades, como vimos em relação à construção dos «colégios», foi desde o início um ator empenhado no altermundialismo. E, um ano mais tarde, voltei a abordar esta necessidade de sermos atores desta construção, escrevendo num artigo para a La Fonda³¹²:

«[A situação atual] induz uma série de tentações. A tentação do bode expiatório: são os mercados financeiros e as multinacionais que são a causa de tudo. Iludimo-nos com a ideia de que, se conseguíssemos eliminá-los, de repente, o mundo ficaria melhor. A tentação do ativismo: no meu canto, faço o meu trabalho, cuido dos pobres, tenho uma pequena associação, sabendo muito bem que tudo isso não é em grande escala e que são gotas de água que não conseguem formar um sistema e se articular entre si para enfrentar os problemas. Outras tentações que vemos crescer fortemente na população são a passividade e a delegação. Existem os especialistas, existem as conferências internacionais, bem, deixemos os grandes atuarem. Não! É precisamente preciso resistir a essas tentações, superar juntos o sentimento de impotência, sabendo que nenhuma instituição nascida do passado está à altura de liderar qualquer tipo de

³¹² BIP 399 - Da visão global à ação coletiva. Artigo publicado em «La Tribune» da Fonda, maio de 1997, «Aux associations citoyens»

coligação. Temos de fazer alianças. Não esperem ser convocados, não há piloto no avião, só existimos nós!»

No seio de um movimento que estava a passar da antiglobalização ao altermundialismo, rapidamente surgiram duas correntes, em princípio complementares, mas na prática relativamente independentes uma da outra, ou mesmo concorrentes.

A primeira era encarnada pela Aliança. Sem bodes expiatórios, como acabámos de ver, era necessário envolver todos os meios socioprofissionais na reflexão, elaborar e debater propostas estruturadas cuja diversidade se refletia nos múltiplos projetos da «via setorial da Aliança», abrangendo todos os aspetos das sociedades humanas, da governança à economia e dos valores às relações entre a humanidade e a biosfera.

O segundo, também defendido inicialmente por aliados da primeira hora, como Candido Grzybowski ou Chico Whitaker no Brasil, enfatizava a necessidade de criar um espaço social onde as diferentes correntes da sociedade civil e as novas aspirações dos militantes políticos, considerando ultrapassada a forma de organização dos partidos políticos cujas «Internacionais» tinham estruturado a esquerda do espectro político durante um século, pudessem reunir-se para se tornarem uma força coletiva. Neste perfil, encontramos os aliados que qualificámos de «militantes» ou «ativistas», em oposição aos «especialistas».

Todos nós acreditávamos na possível complementaridade dessas duas correntes. Em julho de 2000, concordamos com um dos principais iniciadores do Fórum Social, Bernard Cassen, editor-chefe do *Le Monde Diplomatique*, que o coordenador da Aliança dentro da fundação, Gustavo Marin, participaria da preparação do primeiro Fórum Social Mundial (FSM), ao mesmo tempo em que destacávamos os limites dessa colaboração³¹³:

«Bernard Cassen pediu para se reunir connosco para discutir a participação da Aliança no Fórum Social Mundial, que acontecerá em Porto Alegre, de 25 a 30 de janeiro de 2001. Bernard Cassen, como editor-chefe do *Le Monde Diplomatique* e presidente da ATTAC, foi o idealizador do FSM em conjunto com parceiros brasileiros. No contexto de um anti-Davos, Bernard e os brasileiros lançaram a ideia de um Fórum Social Mundial, que terá lugar em Porto Alegre na mesma semana que o Fórum de Davos. A Câmara Municipal de Porto Alegre e o Governo do Rio Grande do Sul participam ativamente na organização do Fórum Social Mundial. Raul Pont, atual presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, e Olivio Dutra, governador, lideram um comité brasileiro responsável pela organização deste fórum. O fórum terá lugar nas instalações da Universidade Católica de Porto Alegre, que dispõe de todas as comodidades para reunir as 3.000 pessoas esperadas [...]. [Bernard Cassen] está especialmente interessado na contribuição que os aliados podem dar para reforçar esta iniciativa. Pela minha parte [Pierre Calame], disse-lhe que concentrar esta iniciativa no âmbito de uma manifestação «anti-Davos» era um erro. Manifestações anti-Davos, anti-G7 ou G8 já foram organizadas no passado e é indispensável que os diversos movimentos, associações, redes, portadores de uma nova cidadania mundial, implementem uma dinâmica autónoma, com a sua própria agenda [...]. Neste momento, devemos ser capazes de participar em iniciativas que podem ser marcadas por uma posição de confronto mais tradicional, mas, além disso, trata-se de reforçar dinâmicas cidadãos capazes de agir num contexto globalizado e complexo, prontas a apresentar propostas para todos os desafios (e não

³¹³ FDS 11959, julho de 2000 - O Fórum Social Mundial e a Aliança

apenas para os desafios sociais, por mais importantes que sejam). Nesta perspectiva, Bernard acredita que a Aliança pode trazer uma nova visão, daí a sua proposta de nos convidar para a reunião preparatória em São Paulo, no próximo mês de setembro.»

Aproveitamos mesmo o primeiro FSM para promover uma reunião dos aliados e organizar uma série de workshops decorrentes dos nossos projetos temáticos³¹⁴:

«Propusemos 15 workshops: comércio mundial; questões financeiras; OGM e bioética; segurança alimentar; formação de líderes sociais, educação, água, solo, interculturalidade, cidadania e movimentos sociais; consumo; ética; moeda social [...] e uma grelha de elaboração de propostas para os workshops. Haverá um stand da Aliança. Teremos 60 aliados no mesmo hotel.»

Chico Whitaker e Candido Grzybowski, principais promotores do Fórum Social Mundial em 2000 e 2001, salientavam em uníssono que o Fórum precisava de se alimentar das propostas elaboradas no âmbito da Aliança. Mas, na prática, as dinâmicas sociais e políticas eram demasiado diferentes. Chico Whitaker, em particular, temia, por experiência própria, que as velhas tradições políticas «de esquerda» desvirtuassem esse Fórum, que se pretendia um espaço livre de intercâmbio no seio da sociedade civil mundial em emergência, e sempre zelou para que os participantes não fossem instrumentalizados, pedindo-lhes que endossassem uma «declaração final do Fórum», redigida às escondidas pelos organizadores. Para ele, a auto-organização das múltiplas oficinas dentro de cada Fórum, a livre busca de convergências entre os movimentos que participavam constituíam a quintessência dessa dinâmica. Durante os três primeiros Fóruns, todos realizados em Porto Alegre em 2001, 2002 e 2003, que constituem a fase ascendente, ou mesmo triunfal, do Fórum Social Mundial, assistiu-se a um esforço de estruturação das reflexões coletivas em torno de alguns temas estratégicos e da fundação, como a Aliança, que tiveram grande participação.

Para aqueles que não viveram esse momento, imaginem a multidão ouvindo o presidente de esquerda do Brasil, Lula da Silva, eleito no ano anterior, discursar no Fórum Social... para anunciar que iria ao Fórum Económico Mundial de Davos para «levar a voz dos pobres!»

Foi o momento mais propício para a convergência entre as duas dinâmicas do altermundialismo. A decisão dos organizadores do FSM de deslocalizar o Fórum, até então, é verdade, amplamente dominado pelos movimentos de esquerda brasileiros, e de realizar o de 2004 em Mumbai, na Índia, prelúdio de uma peregrinação mundial dos FSM onde, em muitos aspetos, a reflexão recomeça do zero a cada nova edição, pôs um ponto final nessa convergência.

Um texto de 2002, «De uma coligação antiglobalização a uma aliança por outra globalização», resume bem essa tensão entre as duas correntes do antiglobalismo³¹⁵. Foi redigido no dia seguinte à Assembleia Mundial dos Cidadãos de Lille:

³¹⁴ FDS 13040 - janeiro de 2001 - Ligação Aliança Fórum Social Mundial

³¹⁵ BIP 503 - fevereiro de 2002 - Ficha Bip n.º 503 – De uma coligação antiglobalização a uma aliança por outra globalização. Histórico do percurso seguido pela Aliança por um mundo responsável, plural e solidário, com a realização de sessenta cadernos de propostas e a organização da Assembleia Mundial dos Cidadãos de Lille em 2001

«Perante uma globalização económica sem regulamentação real, o que é necessário hoje? Uma coligação antiglobalização ou a constituição de uma aliança para outra globalização? E, se se tratar de uma aliança, quais podem ser a sua agenda, os seus objetivos, as suas modalidades, as suas etapas e as suas propostas? Enquanto se trata de se opor, uma coligação é suficiente e pouco importam as contradições de interesses, os simplismos e as aproximações de análise, apenas o resultado conta: mais numerosos, mais fortes. O desafio é bem diferente se se trata não apenas de se opor, mas de construir outro mundo, de afirmar que outro mundo, outra globalização são não só possíveis, mas ainda mais indispensáveis, se for uma questão de sobrevivência para a humanidade, tanto é evidente o impasse social e ecológico dos atuais modelos de desenvolvimento, tanto as atuais regulamentações interestatais são incapazes de garantir a paz e a justiça [...]. O surgimento de uma sociedade civil mundial, utilizando encontros mundiais – os seus ou os de outros – beneficiando do efeito Internet, abordando simultaneamente questões políticas, ecológicas, económicas e culturais, é a expressão mesma dessa globalização. Deste ponto de vista, e quer isso agrade ou não aos seus respetivos defensores, Davos e Porto Alegre são mais semelhantes do que opostos! Criam espaços de diálogo e cenários de debate público à altura dos novos desafios [...]. A coligação antiglobalização (e não «antimundialização», como é frequentemente apelidada nos meios de comunicação social) é o reflexo das reações multifacetadas [à deriva da globalização desenfreada]. O despertar, a afirmação da primazia da vida, da história e da democracia sobre a rotina cinzenta das patentes, das fusões empresariais, das lógicas de poder e da padronização do pensamento. Mas, após o despertar, é preciso pôr mãos à obra, é preciso construir e, para isso, estabelecer uma agenda.

Primeiro passo: reconhecer as diversidades e partir delas. Nem em Davos nem em Porto Alegre se expressa realmente a diversidade do mundo. A China, a África, os países do antigo império soviético, o subcontinente indiano, os países muçulmanos estão praticamente ausentes e cada fórum reúne apenas um pequeno número de meios, convencidos de avançar com as teses em debate. Em termos sociais e profissionais, bem como geográficos, cada um dos fóruns representa apenas uma pequena minoria do mundo. Construir a aliança para uma outra globalização pressupõe, pelo contrário, partir das diversidades do mundo e procurar pacientemente pontos de convergência em torno de desafios comuns.

De que diversidades partir? Da diversidade geocultural, é claro. É a que salta aos olhos. É necessário que cada povo esteja representado de forma equitativa, levando em conta a sua importância numérica, para sair da atual situação de confusão com a sua receita «um cavalo ocidental, uma cotovia asiática ou africana». Mas também, e sobretudo, da diversidade dos meios sociais e profissionais, pois a nossa sociedade globalizada é uma sociedade «em tubo de órgão» onde, com a ajuda da Internet, certos meios, grandes empresas, ONG, cientistas, etc., dialogam de um canto do planeta ao outro, enquanto o fosso se aprofunda com os vizinhos do lado. É, portanto, a partir do surgimento de «comunidades colegiais», de pessoas do mesmo meio conscientes das suas responsabilidades, que se pode estabelecer o diálogo entre meios para identificar desafios comuns.

E sobre o que debater? Sobre o que elaborar novas perspetivas? Na democracia, como nas empresas, a identificação dos problemas e o estabelecimento dos termos do debate precedem a negociação das soluções e são mais importantes do que a própria negociação quando se trata de elaborar estratégias de mudança. O processo de identificação dos desafios comuns está hoje no centro de toda a estratégia de aliança para uma outra globalização.

Essa identificação é possível? A diversidade de culturas, pontos de vista e interesses não é um

obstáculo radical a qualquer diálogo? Supondo que esse diálogo seja possível, podemos fazer com que dele surjam desafios comuns e estratégias de mudança? É possível sair de pontos de vista especializados para avançar para uma abordagem mais global e sistêmica das mudanças em gestação? É imaginável encontrar, em cada meio social e profissional, pessoas dispostas a reconhecer e assumir as suas responsabilidades e a entrar numa dinâmica de cooperação conflituosa, correndo o risco de serem tratadas por uns como idealistas e por outros como traidores sociais? Todas estas questões assumiram uma importância renovada desde 11 de setembro [2001, o ataque às torres gêmeas em Nova Iorque], pois todos começam a compreender que o simplismo é a cruzada e a cruzada é a guerra. Elas estão no centro do processo de trabalho e do diálogo a que chamamos Aliança para um mundo responsável, plural e solidário. [...]

A Assembleia Mundial dos Cidadãos dedicou-se a este exercício. Nessa Assembleia, os quatrocentos participantes refletiam a diversidade da sociedade mundial. Eles não debateram temas pré-estabelecidos. Eles elaboraram a sua própria agenda, identificaram as suas preocupações comuns. Essas preocupações têm, portanto, uma capacidade federativa sem a qual uma sociedade democrática não pode conduzir transformações importantes. Elas resumem, de certa forma, o «senso comum».

Elas situam-se em três grandes campos: os sistemas de pensamento; os sistemas de produção e a organização da vida económica e social; os sistemas de regulação, ou seja, a governação. O nosso mundo está envolvido há dois séculos numa evolução técnica e económica cada vez mais rápida. Os nossos modos de pensamento, os nossos sistemas de valores e de educação e os nossos modos de regulação evoluíram muito mais lentamente, o que resultou num atraso que acarreta grandes ameaças. É este atraso que deve ser colmatado com prioridade.

É precisamente porque as mudanças serão enormes e, portanto, demoradas, que é tão urgente e imperativo empreendê-las. Para isso, apenas uma abordagem em conformidade com os próprios objetivos tem hipóteses de sucesso: uma abordagem democrática, baseada na diversidade, de baixo para cima, ligando propostas, perspetivas, informações, criatividade e energias provenientes de diferentes regiões do mundo e de diferentes meios. Esta é, na minha opinião, a verdadeira agenda para uma outra globalização.»

Foi esse o rumo que seguimos com a fundação, à custa de muitas tensões entre os aliados, dentro da equipa permanente da fundação e mesmo dentro do seu Conselho: participar no surgimento de um movimento mundial amplamente mediatizado, na encenação da oposição a Davos, era claramente mais sedutor do que insistir em construir «colégios» internacionais em meios sociologicamente distantes do nosso ou dedicar-nos a redigir dezenas de cadernos de propostas com resultados políticos incertos!

8.2 – Assembleia Mundial de Cidadãos ou Assembleia Mundial de Aliados?

A própria concepção da Assembleia Mundial de Cidadãos veio cristalizar as divergências de objetivos, e portanto de formato, da futura Assembleia.

Lembramos que, após Bertioiga, a fundação, acusada de querer exercer um poder solitário, cedeu ao desejo da ala mais militante da Aliança de que fosse eleito um coletivo que compartilhasse ou assegurasse a futura liderança da Aliança. Seguiu-se um período bastante estranho de «campanha eleitoral» no seio de um coletivo de aliados que não constituía uma associação, no sentido jurídico do termo, ao ponto de a própria noção de «eleitor» permanecer vaga. Um exercício tanto mais perigoso quanto a Aliança dependia financeiramente da fundação. Tratava-se de uma transferência total de poder, com a fundação a votar um orçamento global anual que o futuro coletivo distribuiria? Ou a fundação mantinha o controlo sobre as prioridades orçamentais, caso em que qual seria o papel do coletivo?

O Conselho da Fundação, que se considerava garante dos objetivos e métodos da Aliança definidos desde 1994, não tencionava renunciar ao que lhe tinha custado tantos esforços em benefício de um coletivo com contornos vagos. Mas uma parte da equipa permanente, mais atraída pelo envolvimento num movimento social e político internacional do que pelo trabalho árduo da Aliança, via na constituição desse coletivo uma oportunidade de se afirmar perante o Conselho da Fundação. Chegou-se ao ponto de, incluindo a própria assistente do diretor, fazer campanha para ser eleita para esse novo coletivo... que, diante da resistência do Conselho de Fundação, passou de «conselho de orientação» para «conselho de facilitação». Foi isso que ele efetivamente procurou ser, mas sem que a ambiguidade das respectivas responsabilidades do Conselho, da Equipa e dos Aliados fosse dissipada.

O psicodrama do «orçamento 2000» da Aliança foi o ápice dessas tensões. Como diretor, eu havia desistido, cansado da guerra, de impor à equipa as prioridades do Conselho, e ela havia preparado, com os membros do Conselho de Facilitação, um orçamento que não previa mais a organização de uma Assembleia Mundial de Cidadãos, mas substituí-a por sete encontros regionais dos aliados, seguindo o modelo esboçado em Bertioiga em 1997. O seu objetivo era reforçar a dinâmica coletiva da Aliança. Ora, a Assembleia Mundial, novo nome dos Estados Gerais do Planeta, era para o Conselho de Fundação a pedra angular de anos de esforço. Foi, em trinta anos, a única ocasião em que o Conselho de Fundação rejeitou em bloco um orçamento apresentado pelo diretor. O Conselho deu três meses à equipa para preparar um novo orçamento excepcional de dois anos, que terminaria com a Assembleia Mundial de dezembro de 2001.

O último episódio deste braço de ferro foi a localização da equipa encarregada de preparar a Assembleia Mundial: o Conselho de Facilitação queria que ela estivesse sediada em Barcelona, epicentro desde 1996 da reivindicação de autonomia da Aliança em relação à fundação. Consciente dos efeitos devastadores das divergências de conceção entre uns e outros, o Conselho da Fundação decidiu instalá-la nas suas próprias instalações. O caminho para a Assembleia Mundial estava agora aberto, mas ao preço de um enfraquecimento assumido da Aliança como dinâmica social e política. Com estas decisões radicais, o Conselho tinha acabado de escolher entre dois lados da filantropia, o lado cujas bases já tinham sido lançadas no texto «Fundações, um dever de ambição»³¹⁶: ousar empreender o que nenhuma outra

³¹⁶ BIP 2540 - outubro de 1996 - Fundações: o dever da ambição. Num artigo publicado na revista canadiana *Ecodécision* em 1996, Pierre Calame mostra que, face aos desafios do mundo atual, a independência das fundações lhes confere uma responsabilidade especial

organização era capaz de fazer, em vez de acompanhar as dinâmicas sociais. A Assembleia Mundial não seria uma assembleia de aliados, mas a prefiguração de um diálogo mundial inclusivo. As fundações americanas, ao apoiarem massivamente o Fórum Social Mundial, em nome do apoio ao surgimento de uma sociedade civil mundial, fizeram a escolha oposta³¹⁷.

8.3 – A Assembleia Mundial dos Cidadãos, Lille - dezembro de 2001

Filosofia e métodos da Assembleia Mundial

Apesar de muitas reticências, pois o golpe de força do Conselho de Fundação deixaria marcas indeléveis, todos se prepararam para organizar a Assembleia Mundial dos Cidadãos, cuja data, dezembro de 2001, e local, Lille, no norte da França, foram rapidamente definidos. Mas em que formato? Com que participantes? E com que resultado?

Um texto de novembro de 2001, um mês antes da realização da Assembleia, resume os prós e contras³¹⁸. Aqui estão alguns trechos:

«A assembleia baseia-se nos trabalhos preparatórios realizados desde 1993 no âmbito da Aliança, em particular nos sessenta cadernos de propostas resultantes da reflexão coletiva dos grupos de trabalho temáticos, dos colégios socioprofissionais e das Assembleias continentais. Mas a Assembleia é também um ciclo de trabalho completo, em que a reflexão avança por etapas [...]».

O método de trabalho adotado para a Assembleia de Lille decorre diretamente dos objetivos e do formato da Assembleia:

- não se trata de um evento isolado, mas de uma etapa de um processo iniciado em 1986 e que deverá continuar. A Assembleia é uma oportunidade para valorizar o trabalho dos anos anteriores e preparar as próximas etapas;
- a Assembleia reúne quatrocentas personalidades representativas dos seus países ou meios. Cada uma tem a possibilidade de partilhar com os outros e de se expressar;
- a diversidade dos participantes é muito maior do que a diversidade, já significativa, daqueles que estiveram associados até hoje aos trabalhos da Aliança. As diferentes visões e sensibilidades são expressas livremente;
- os participantes são diversos em termos de origem cultural, meio social ou profissional e centros de interesse. Estas três dimensões da diversidade são sucessivamente valorizadas;

³¹⁷ As fundações Rockefeller e Ford por trás do Fórum Social Mundial: <https://www.mondialisation.ca/les-fondations-rockefeller-et-ford-derriere-le-forum-social-mondial-quand-le-militantisme-social-est-finance-par-des-fondations-privees/>

³¹⁸ BIP 564 - novembro de 2001 - Assembleia de Lille, os métodos: A continuidade entre os trabalhos preparatórios da Aliança e os debates da Assembleia; tornar a Assembleia um ciclo de trabalho coletivo que resulte em propostas

- o diálogo permite identificar os desafios comuns da humanidade;
- a Aliança ampliou-se por meio de sucessivas expansões. A cada expansão, abre-se um novo ciclo de identificação de desafios comuns, de busca por uma base de valores comuns, de confronto de experiências e perspectivas. A Assembleia de Lille é um novo ciclo, cujos participantes percorrem as diferentes etapas.»

Essas escolhas foram radicais. Ao contrário dos encontros anteriores em Dourdan em 1995, Barcelona em 1996 e Bertiotga em 1997, não se trata de uma assembleia de aliados, nem de uma reunião dos animadores dos projetos da Aliança, mas da prefiguração de uma Convenção Cidadã Mundial que reflete a diversidade do mundo, tanto em termos de origem geocultural como em termos socioprofissionais. A composição da Aliança, na véspera da Assembleia Mundial, já era muito mais diversificada do que a do primeiro Fórum Social Mundial, que era mundial apenas no nome, com mais de 90% de pessoas originárias da América Latina, sendo a grande maioria brasileiros, seguidos por cidadãos da Europa latina, e caracterizado por uma grande homogeneidade social e política. Mas ainda estava muito longe de refletir a diversidade efetiva do planeta.

Daí a ideia de que a Assembleia Mundial seria composta essencialmente por pessoas que não tinham uma história comum com a Aliança e estariam lá como «representantes dessa diversidade». Tratava-se, portanto, de um evento de natureza completamente nova, que colocava em cena a capacidade dos diferentes componentes da humanidade de se unirem para dialogar sobre os seus desafios comuns³¹⁹:

«Esta Assembleia Mundial, através dos seus participantes e métodos, prefigurou um Parlamento do Planeta onde estariam representados todos aqueles que, nos diferentes meios socioprofissionais e nas diferentes regiões do mundo, se preocupam com a construção pacífica do futuro.

Reuniu 400 participantes que, em conjunto, refletiam a diversidade da sociedade mundial. Assim, a Ásia, em particular a China e a Índia, representaram de longe os maiores contingentes de participantes, e todas as regiões do mundo estiveram representadas de forma equitativa. Assim, vinte e cinco meios socioprofissionais diferentes, pescadores e camponeses, sindicalistas e chefes de empresas, cientistas e universitários, mulheres e jovens, eleitos locais e funcionários internacionais, militares e juristas estavam representados³²⁰.»

Para o conseguir, estabelecemos quotas de participantes por região do mundo e por meio socio-profissional. O mundo foi dividido em vinte grandes regiões³²¹ e o número de

³¹⁹ BIP 568 - Janeiro de 2002 - A Assembleia Mundial dos Cidadãos de Lille de 2001: desafios, desenrolar, resultados. Por iniciativa da FPH e da Aliança para um mundo responsável, plural e solidário, reuniu-se, de 2 a 10 de dezembro de 2001, em Lille, uma assembleia de diálogos e propostas que refletiu a diversidade geocultural e socioprofissional do mundo

³²⁰ Acionistas, Artistas, Associações e ONGs, Empresários, Editores, Representantes locais eleitos, Professores e universitários, Mulheres, Financiadores, Funcionários públicos, Engenheiros, Instituições públicas, Inter-religiosos, Jovens, Jornalistas, Juristas, Militares

³²¹ América Central, América do Norte, Região Andina, América do Sul Plata, Ásia Central, Ásia do Sudeste, China, Taiwan, Hong Kong, Japão e Coreias, Indonésia, Subcontinente Indiano, Europa Central e Oriental, Europa do Norte, Europa Latina, Novos Estados Independentes, África do Sul, África Central, África Ocidental, Corno de África, Magrebe e Médio Oriente

participantes provenientes de cada uma delas era proporcional à raiz quadrada da população. Não chegámos à proporcionalidade da população, mas, mesmo nesta «forma atenuada», os participantes indianos e chineses representavam, juntos, um quarto da Assembleia. Da mesma forma, atribuímos quotas para cada meio socioprofissional³²². É compreensível que, a partir daí, a composição da Assembleia não tivesse nada a ver com a composição da Aliança, já que a grande maioria dos seus participantes não tinha participado nos anos anteriores nos trabalhos da Aliança, daí a insistência na ideia de que se tratava de um novo ciclo de identificação de desafios comuns, de busca de uma base de valores comuns, de confronto de experiências e perspectivas.

Como é que esses «representantes» foram identificados e recrutados? Foi, evidentemente, um processo longo e complexo, uma vez que, salvo exceções, não existiam redes socioprofissionais de âmbito mundial suscetíveis de eleger ou nomear representantes. Estes, tal como nas Convenções Cidadãs, eram representantes no sentido sociológico do termo, representativos de um meio, poder-se-ia dizer, e não delegados desse meio. A sua identificação foi feita com a ajuda de todos os aliados e redes da Fundação, através de um «método reputacional», cruzando sugestões de nomes provenientes de diferentes horizontes.

É fácil imaginar a dificuldade do exercício e a ironia que ele pode ter suscitado naqueles que teriam preferido um encontro mundial dos aliados: quem proporia uma sindicalista georgiana ou um empresário tanzaniano? A encenação de um diálogo verdadeiramente planetário foi uma estreia mundial que, como os primeiros passos na Lua, corria o risco de não se repetir por muito tempo. Foi isso que nos fez aceitar sem protestar essas críticas, pois estávamos convencidos de que tal diálogo seria, de qualquer forma, indispensável para fazer emergir uma verdadeira comunidade de destino. E quem assistiu à cerimónia de abertura da Assembleia, em 2 de dezembro de 2001, pôde ver como o mundo em sua diversidade poderia realmente ser, a milhas de distância de uma Assembleia da ONU, de um Fórum de Davos ou de um Fórum de Porto Alegre.

Isso significava que todo o trabalho da Aliança, através dos projetos, temáticos, colegiais ou geoculturais, tinha sido desperdiçado? Muito pelo contrário, mas serviu para alimentar a reflexão dos participantes sem lhes impor conclusões³²³:

«O segundo ciclo [do trabalho coletivo, 1994-2001] conclui-se com a redação de cerca de sessenta cadernos de propostas, elaborados pelas Assembleias continentais, pelos colégios e pelos projetos temáticos. Estes cadernos³²⁴ reúnem mais de mil propostas e alimentam a reflexão da Assembleia sem lhe impor uma visão e conclusões. Para isso, foram adotados cinco princípios:

- as principais propostas resultantes dos trabalhos da Aliança, aquelas que implicam uma mudança de perspectiva, aquelas que convidam não só a fazer melhor, mas também a pensar e agir de forma diferente, estão reunidas num único documento

³²² Todos os detalhes sobre a composição da Assembleia, por região e por meio socioprofissional, bem como a divisão do mundo em vinte regiões, podem ser encontrados no site da Aliança, www.alliance21.org, em particular no seguinte link: <https://www.alliance21.org/lille/fr/assemblee/cartos/regions.html>

³²³ BIP 564, op cit

traduzido em sete línguas e denominado «caderno das descobertas»³²⁵;

- as mil propostas contidas nos cadernos estão agrupadas por grandes famílias que constituem os «eixos estratégicos comuns» a diferentes projetos e colégios.»

Durante a primavera de 2001, ao comparar os diferentes cadernos, esboçámos uma metodologia de avanços³²⁶, sendo o próprio termo a tradução francesa do termo inglês breakthrough, do qual identificámos sete princípios:

1. *«A transposição, de um domínio para outro ou de uma escala para outra, e o cruzamento de sistemas de leitura extraídos de domínios muito diferentes entre si; A interrogação das raízes da ordem atual das coisas: muitas vezes, é ao revisitar a história, compreendendo como as ideias surgiram e a quais problemas ou situações elas procuravam responder, que melhor relativizamos o que nos parece uma evidência intemporal.*
2. *A tomada de consciência das discrepâncias entre os sistemas de pensamento e as realidades.* Semelhante ao anterior, este método chama a atenção para o facto de que os sistemas de pensamento e as instituições evoluem muito mais lentamente do que os factos, o que muitas vezes leva a pensar nas realidades de amanhã com as ideias de ontem e a geri-las com as instituições de anteontem. O exemplo do pensamento sobre o Estado é utilizado para ilustrar este fenómeno.
3. *A combinação de abordagens verticais e horizontais:* o exemplo da gestão territorial é dado para mostrar como, após uma fase de desenvolvimento industrial baseada em cadeias verticais, torna-se urgente valorizar abordagens mais territoriais e horizontais.
4. *A busca por abordagens que integrem as realidades em nível "micro" e em nível "macro":* não existe o que é de nível local e o que é de nível global, existe uma relação entre os dois e os nossos sistemas de pensamento devem ser capazes de refletir essa relação.
5. *A inversão:* muitas vezes, a inovação surge do facto de colocarmos no centro da reflexão uma questão até então considerada secundária e de rejeitarmos para a margem o que até então era considerado o problema essencial. Um exemplo clássico no domínio da governação: é a articulação entre os níveis de governação que se torna hoje o problema essencial.»

A este respeito, poderíamos falar de uma verdadeira metodologia de mudança sistémica, diretamente herdada das reflexões realizadas ao longo da última década do século XX sobre a

³²⁴ A lista, o conteúdo dos cadernos de propostas e o seu resumo podem ser consultados no endereço: <https://www.alliance21.org/lille/fr/assemblee/cahiers.html>. Elaborados pelos diferentes grupos da Aliança, os Cadernos de Propostas constituem uma coleção de pequenos livros que reúnem, em cada um dos domínios determinantes para o nosso futuro, as propostas que pareceram mais pertinentes para implementar nas nossas sociedades os avanços e as evoluções necessárias à construção de um século XXI mais justo e mais sustentável. O seu objetivo é estimular o debate sobre estas questões, tanto a nível local como global. Estão agrupados em quatro polos: polo «governação e cidadania» (13 cadernos); polo «humanidade e biosfera» (15 cadernos), polo «socioeconomia solidária» (21 cadernos), polo «valores, educação e cultura» (12 cadernos).

³²⁵ BIP 1138 - março de 2001 - A construção das «inovações» nos cadernos de propostas

³²⁶ BIP 1138, op cit. A lista de avanços pode ser consultada no seguinte link: www.alliance21.org/lille/fr/assemblee/cahiers.html

natureza das mudanças nos sistemas bio-socio-técnicos, ou seja, os sistemas que combinam, como o planeta, as dinâmicas dos ecossistemas, as dinâmicas sociopolíticas e as dinâmicas científicas e tecnológicas, cada uma delas com os seus graus de autonomia³²⁷.

Neste contexto:

«As contribuições dos cadernos de propostas alimentam os debates da Assembleia à medida das necessidades dos participantes. São os próprios participantes que determinarão a natureza, a forma e o momento dessas contribuições. Todos aqueles que animaram o trabalho coletivo da Aliança nos últimos anos estão presentes em Lille. Serão pessoas-recurso, à disposição dos participantes³²⁸.»

Por outras palavras, eles atuavam como especialistas à disposição de uma convenção cidadã. Os próprios membros do Conselho de Fundação eram bem-vindos à Assembleia, mas apenas como observadores.

Os objetivos ambiciosos atribuídos à Assembleia exigiam uma metodologia adequada, que refletisse o progresso da reflexão coletiva. O que se obtém numa Convenção Cidadã local, organizando esse progresso ao longo do tempo, teve de ser condensado aqui em oito dias, percorrendo as três dimensões da diversidade e passando da constatação às propostas³²⁹:

«O método de trabalho baseia-se em 9 princípios:

1. *A clareza dos objetivos e o rigor dos métodos são condições para a liberdade dos debates.* Pelo contrário, permitem distribuir equitativamente o tempo de uso da palavra entre todos, assegurar a cada um o direito de se expressar e garantir o progresso da reflexão coletiva.
2. *O trabalho em workshops permite o diálogo intercultural.* Workshops de um ou dois dias com cerca de vinte pessoas permitem que cada um se expresse na sua língua, conheça os outros e se esforce por compreender o seu ponto de vista. Todos os dias, vinte workshops deste tipo funcionam em paralelo. Mais de duzentos intérpretes, a maioria voluntários, são mobilizados para permitir este diálogo intercultural.
3. *Métodos interativos garantem o progresso diário da reflexão.* A cada dia da Assembleia é atribuído um objetivo específico. Cada oficina diária resulta num «produto» útil para os dias seguintes. O desenrolar típico de um dia é o seguinte: descoberta mútua dos participantes (quando se trata de um grupo recém-formado); contribuições de elementos de reflexão sobre o tema abordado durante o dia a partir dos trabalhos da Aliança e da experiência pessoal dos participantes; fase de criatividade, em que cada participante traz as suas reflexões e propostas, visualizadas num cartão; estruturação da reflexão, agrupando as contribuições dos participantes em torno de alguns temas principais; elaboração de

³²⁷ A teoria dos sistemas bio-socio-técnicos foi exposta em «Missão possível, pensar o futuro do planeta». Publicado em 1994, por Pierre Calame, edições Desclée de Brouwer.
Reedição de 2003 no site da ECLM: www.eclm.fr/livre/mission-possible/

³²⁸ BIP 564, op cit

³²⁹ BIP 564 op cit

elementos de consenso, abrindo a discussão a partir desses temas principais; síntese do dia por escrito e em cartões.

4. *A reflexão coletiva avança em três etapas [...], cada etapa alimentando a seguinte:* a primeira etapa (segunda-feira, 3, e terça-feira, 4 de dezembro) centra-se no meio social ou profissional dos participantes. Os workshops reúnem pessoas do mesmo meio, mas diversas em termos de origem geográfica e centros de interesse. Os resultados esperados são propostas provenientes desse meio sobre um certo número de desafios que considera prioritários; a formulação de uma «Carta de *responsabilidades*» desse meio face ao mundo de amanhã. A segunda etapa (quarta-feira, 5, e quinta-feira, 7 de dezembro) é temática. Os participantes dos workshops colegiais da primeira etapa dividem-se entre os vinte workshops temáticos, cada um com o seu próprio ponto de vista, mas também como porta-voz do ponto de vista coletivo, tal como resultou da primeira etapa [...]. Na terceira etapa (sábado, 8 de dezembro), os workshops são realizados por região do mundo. Cada participante se torna porta-voz do que foi dito durante as duas primeiras etapas [...]. Após esse percurso em três etapas, o dia 9 de dezembro é dedicado à organização dos materiais reunidos para sua apresentação na sessão de encerramento do dia 10 de dezembro.
5. *Os temas de trabalho são definidos pelos próprios participantes,* emergem durante a Assembleia e refletem as preocupações dos participantes.
6. *As sínteses são elaboradas de forma transparente* e refletem todos os pontos de vista. Para isso, recorre-se sistematicamente à cartografia [semântica] para visualizar as propostas de cada workshop e, em seguida, para visualizar os agrupamentos temáticos em workshop. O conjunto das sínteses e mapas é colocado na web e está acessível em tempo real a todos os participantes e ao público externo.
7. *Os trabalhos diários da Assembleia produzem um certo número de propostas* publicadas na web [...].
8. *As contribuições dos participantes são divulgadas a todos aqueles que o desejarem [...].* Todas as que são fornecidas em ficheiros informáticos são agrupadas em disquetes, na medida do possível, para permitir que cada participante disponha do conjunto das contribuições.
9. *A experiência de cada participante é valorizada.* Equipas estão à sua disposição para elaborar fichas de experiência com os participantes. O conjunto constitui um dos produtos da Assembleia e será amplamente divulgado.»

O mais extraordinário foi que esses princípios foram, em geral, todos respeitados. O mais exigente foi a passagem da primeira para a segunda etapa. Era necessário explorar em tempo real os trabalhos do dia para determinar a lista de workshops do dia seguinte e atribuir os participantes, o que foi uma fonte de extremo stress para a equipa organizadora, sem falar da complexidade logística, nem que fosse apenas para fornecer a cada participante as ajudas de custo prometidas e para organizar as chegadas e partidas de participantes provenientes de mais de cem países.

Também foi necessário inovar nos métodos e ferramentas. Vincent Calame desenvolveu, para a ocasião, o software de síntese cartográfica dos trabalhos dos workshops, dando origem ao método Desmodo, utilizado com sucesso nos anos seguintes, para permitir a síntese

transparente de grandes conferências com múltiplos workshops³³⁰. Foi isso que permitiu, no turbilhão do encontro, manter viva a memória dos trabalhos dos workshops, que serviriam alguns meses mais tarde para extrair as lições gerais da Assembleia e obter um resultado duradouro.

No imediato, era necessário criar as condições para o intercâmbio. Como corolário da composição da Assembleia, era inútil imaginar limitar-se a três ou quatro línguas, inglês, francês, espanhol e chinês, como tínhamos feito até então. Foi mesmo necessário construir cabines simples de tradução simultânea para cada workshop e prever, em função da composição de cada um deles, os intérpretes a mobilizar, todos voluntários provenientes de escolas de interpretação ou das diásporas em França. No total, conduzimos a Assembleia Mundial em 35 idiomas! E tudo isso foi possível apenas com os recursos da fundação e centenas de voluntários. Nesse sentido, sim, demonstramos que outro mundo era possível, um mundo onde o respeito pelas diferenças não impedia a construção conjunta de perspectivas comuns.

Numa nota de janeiro de 2002³³¹, observámos o seguinte:

«Para passar de uma conferência internacional de representantes da sociedade civil para uma Assembleia Mundial de Cidadãos, que possa ser uma antecipação do Parlamento do Planeta, refletindo a diversidade da sociedade mundial e capaz de elaborar um resumo das estratégias de mudança para o século XXI e uma carta das responsabilidades humanas, é necessário superar um conjunto de obstáculos que vão desde a identificação dos participantes até à implementação de métodos de trabalho originais. A Assembleia de Lille enfrentou todos esses obstáculos e as dificuldades encontradas, bem como as insuficiências constatadas, são também o reflexo de uma ambição que foi assumida.»

Com mais de vinte anos de retrospectiva, todas estas lições e experiências permanecem disponíveis para o dia em que a necessidade de uma mudança de escala deste tipo de dinâmica se impuser a todos... antes que seja tarde demais.

Uma das principais lições para nós foi que o que permitiu à Assembleia realizar-se e, em grande medida, estar à altura da nossa ambição foi a combinação da mobilização dos meios financeiros necessários com a maior flexibilidade e uma formidável rede de voluntários que só a natureza desinteressada de uma iniciativa como a da fundação permite.

«Eles não sabiam que era impossível, então fizeram»; retrospectivamente, é um pouco esse ditado que resume a Assembleia Mundial e permite compreender o quanto, por vezes, estivemos perto da catástrofe. Daí a importância de manter na memória todos os desafios que procuramos superar e que constituíram os três ou quatro saltos mortais que tivemos de dar em 2000 e 2001. Todos esses obstáculos só puderam ser superados graças ao empenho pessoal de todos os que participaram nesta aventura e à estima mútua que permitiu gerir tensões que, noutros contextos, teriam destruído a própria Assembleia³³².»

³³⁰ Trata-se de um software livre: <https://www.desmodo.net/>

³³¹ BIP 567 - janeiro de 2002 - Os desafios a enfrentar para uma Assembleia Mundial de Cidadãos

³³² BIP 567, op cit

E citamos, entre os desafios, a mobilização:

«Na região de Nord Pas de Calais, os recursos humanos necessários para um acompanhamento personalizado de cada participante [...]. Graças a contactos pessoais prévios (IUT de Valenciennes) ou ao envolvimento do corpo docente de diferentes escolas de interpretação nos objetivos e na abordagem da Aliança, mobilizar e orientar 350 jovens.»

Nesse sentido, pela sua ambição, métodos e resultados, a Assembleia de Lille demonstrou que outra forma de filantropia era possível.

A Aliança na era da desconfiança

Não se pode ignorar, pois as consequências concretas não foram insignificantes, um conflito inesperado na preparação da Assembleia com o movimento maçónico. É claro que, no movimento da Aliança, havia maçons e alguns deles achavam que as fontes de inspiração da Aliança não estavam muito distantes das suas próprias preocupações e que uma cooperação entre esse movimento filosófico histórico, que se espalhou por todo o mundo, e essa nova dinâmica da Aliança, que se preocupava com o universal, era, portanto, possível e desejável. A nossa filosofia pluralista e a importância que atribuímos ao diálogo inter-religioso levaram-nos a explorar as possibilidades de cooperação. Assim, em 1999, aceitei o convite de uma loja maçónica para dar uma conferência sobre a Aliança³³³:

«Quatro questões deveriam ser abordadas: que utopia para o século XXI e por que razão é urgente?; a crise da utopia dos Luminares; qual é o papel das redes internacionais e qual pode ser o papel da Maçonaria internacional numa sociedade globalizada?; que valores comuns para gerir o planeta? [...]. [Esta intervenção inscrevia-se] para esta loja no tema do ano, construir a utopia [...]. Pierre Calame questiona-se sobre a identidade da ideologia maçónica – século das luzes – e a forma como esta participa na crise desta ideologia. Houve uma época áurea da Maçonaria na 3ª República, quando a maioria dos governantes eram maçons. Mas a fraternidade na prática é limitada pelas divisões, pelo carácter elitista do recrutamento e pela quase ausência fora do mundo ocidental [...].»

Essa questão suscitou uma onda de críticas por parte dos participantes e a Aliança, em pleno desenvolvimento naquela época, foi acusada de fazer concorrência desleal à Maçonaria, invadindo o seu território utópico, mas com uma linguagem mais atraente. Naquele momento, não demos muita atenção ao que não passou de um momento difícil. Até ao dia em que descobrimos que corria o boato de que a Aliança era, na realidade, uma seita cujo guru era Pierre Calame. Sabemos o poder dos boatos. Tivemos uma demonstração flagrante disso. Por intermédio de uma de suas conselheiras próximas, queríamos convidar o então primeiro-ministro, Lionel Jospin, para a cerimónia de abertura. Na verdade, não era tão frequente que se organizasse em França algo que se assemelhasse a uma grande estreia. E descobrimos que os serviços secretos de Matignon o tinham dissuadido de vir a Lille, pois corria o risco de se tornar refém de um movimento sectário! No entanto, era fácil mostrar que tudo na Aliança era

³³³ FDS 10179 - 29 de janeiro de 1999 - Intervenção sobre a Aliança numa loja maçónica

o oposto de uma seita.

Mas no contexto da época, em que a Missão Interministerial de Luta contra as Seitas, presidida por Alain Vivien, ele próprio maçom, publicou em 2000 um relatório virulento contra o suposto laxismo do governo americano em relação às seitas, em nome da liberdade de expressão, e publicou uma lista de seitas, os ânimos estavam exaltados e o medo das seitas começava a transformar-se numa caça às bruxas. Totalmente concentrados na preparação da Assembleia Mundial, não vimos nada acontecer, tanto nos parecia absurda a ideia de uma ligação da Fundação com uma seita. Também ignorávamos que o último relatório da Missão Interministerial designava a NEF (Nouvelle économie fraternelle)³³⁴, um banco solidário do qual éramos acionistas desde os anos 80, ao lado da Caisse des Dépôts, como participante na deriva sectária devido ao papel do movimento antroposófico na sua criação, envolvendo a Fundação nesta suspeita geral.

Essa suspeita teve consequências muito graves na cobertura mediática da Assembleia em França. Um importante jornal regional decidiu, em comitê editorial, não fazer qualquer referência ao evento. E um jornalista de uma revista dedicada aos territórios começou a minha entrevista dizendo-me: *«parece que o senhor é um guru»*. Estupefato, perguntei-lhe o que o levava a pensar isso. Resposta: *«dizem que o senhor publica muito!»*. Felizmente, a cobertura mediática internacional compensou amplamente essa omertà francesa.

Alguns anos mais tarde, o movimento maçónico, tendo tomado consciência do seu atraso na reflexão sobre o desenvolvimento sustentável, pediu-me uma conferência sobre o tema, que eu, naturalmente, aceitei³³⁵. Desta vez, foi a afirmação da necessidade de uma Declaração Universal das Responsabilidades Humanas como complemento da Declaração Universal dos Direitos Humanos que incomodou alguns ouvidos...

8.4 – A Agenda do século XXI

Sáímos exaustos desse encontro em Lille. Levá-lo a bom termo, de acordo com a metodologia particularmente exigente que nos impusemos, era, naquele momento, a nossa única obsessão. A sessão inaugural³³⁶, em 2 de dezembro, contou com a participação de grandes testemunhas envolvidas na Aliança: Stéphane Hessel, a Sra. Zhang Yanling, grande jurista chinesa, o Sr. Kurosawa, diretor do centro de cultura da paz de Hiroshima, Japão, a Sra. Valentina Melnikova, presidente da União das Mães de Soldados da Federação Russa em Moscovo, o almirante Ramdas, antigo chefe do Estado-Maior da Marinha, Índia, a Sra. Brigalia Bam,

³³⁴ Os bancos éticos mais conhecidos, Triodos e NEF, nasceram no movimento da antroposofia, que também esteve na origem da agricultura biodinâmica e que desempenha na Suíça um papel importante na gestão de instituições para pessoas com deficiência mental, onde a sua competência é indiscutível

³³⁵ BIP 4369 - dezembro de 2011 - Rumo a sociedades sustentáveis: adaptações marginais ou condução de uma grande transição

³³⁶ BIP 1940 – 2 de dezembro de 2001 – Compilação completa das intervenções de grandes testemunhas, cerimónia de abertura da Assembleia Mundial

presidente da Comissão Eleitoral, África do Sul, Francisco de Roux³³⁷, Georges Berthoin³³⁸, Michel Rocard, Kimon Valaskakis³³⁹, Edgar Morin. Pela sua aura intelectual, pelas responsabilidades que exerceram e pela diversidade dos seus países de origem, todos eles contribuíram com a sua credibilidade para esta aventura histórica e ilustraram o seu alcance universal.

Então, as delegações provenientes de 20 regiões do mundo, de 135 países, levantaram-se uma a uma e um arrepio percorreu a Assembleia: sim, «o mundo» estava ali, representado de forma equitativa. Uma lembrança inesquecível e como um sonho do que um dia seria um verdadeiro parlamento do planeta. Mas trata-se apenas de uma lembrança fugaz e, apesar de toda a força do símbolo, ela não poderia justificar, por si só, os anos de trabalho árduo e os milhões investidos pela fundação nessa aventura.

No dia seguinte, os workshops começaram a trabalhar, um após o outro. Dedicámo-nos ao essencial: extrair dos trabalhos do dia os temas de trabalho do dia seguinte. Mas a metodologia adotada, com os mapas conceptuais produzidos por cada oficina, permitiria manter um registo sintético de cada uma das oficinas, dando-nos a matéria-prima para uma futura síntese que foi empreendida nos primeiros meses de 2002³⁴⁰.

Dois textos registam este trabalho e constituem o verdadeiro testamento da Assembleia, o seu resultado duradouro: o esboço de uma «agenda para o século XXI», documento analítico que descreve as diferentes etapas da síntese³⁴¹ e o seu resumo³⁴². É este segundo documento, adotado pelo Conselho de Fundação, que servirá de guia para a década seguinte. Vamos citar amplos excertos:

«Um dos objetivos da Assembleia Mundial dos Cidadãos era elaborar uma «agenda para o século XXI», ou seja, identificar perspetivas comuns a todos os participantes. A Assembleia começou com workshops «colegiais» que reuniram participantes pertencentes ao mesmo meio social ou profissional. Cada workshop elaborou a sua própria agenda, apresentada sob a forma de um

³³⁷ Francisco de Roux, nascido em 1943, jesuíta colombiano, rapidamente se envolveu na resolução da guerra civil que assolou a Colômbia durante décadas. Sucessivamente diretor do Centro de Estudos Jesuíticos sobre a Paz (CINEP), presidente da Universidade Jesuíta da Colômbia, provincial dos jesuítas, desempenhou um papel importante nas negociações entre o governo colombiano e a guerrilha das FARC e, posteriormente, presidiu a Comissão da Verdade e Justiça da Colômbia, momento decisivo na tentativa de reconciliação entre as forças em conflito, seguindo o lema: «sem verdade não há futuro».

³³⁸ Georges Berthoin (1925-2024) foi, desde os anos 50, um colaborador muito próximo de Jean Monnet e, como tal, um dos principais artífices da construção europeia. Presidente de longa data da Trilateral Europeia, tinha uma consciência aguda da necessidade de um diálogo transcontinental e foi um dos pensadores do que poderia ser uma governação mundial à altura dos nossos desafios comuns, algo que a ONU, que Georges Berthoin qualificava acertadamente como «sindicato dos chefes de Estado», não pode ser. Contribuiu amplamente, ao lado de Stéphane Hesse, para o caderno de propostas da Aliança sobre a governação mundial.

³³⁹ Ex-embaixador do Canadá junto à OCDE, fundador da Nova Escola de Atenas

³⁴⁰ Para quem desejar realizar uma exploração «secundária» deste material extraordinariamente rico, todos os trabalhos da Assembleia estão arquivados pela Fundação

³⁴¹ BIP 527 - março de 2002 - «Esboço de uma Agenda para o século^{XXI}». Documento que reúne as 17 propostas resultantes dos trabalhos da Assembleia Mundial dos Cidadãos de Lille em 2001. Entre os temas principais: a elaboração de uma base ética comum, a implementação de novas formas de governação do local ao global, a estruturação progressiva da sociedade civil, etc.

³⁴² BIP 673 - abril de 2002 - «Resumo da agenda para o século^{XXI}»

«mapa colegial» de propostas. A comparação desses mapas permitiu identificar 17 temas comuns. Cada um deles foi objeto de um workshop temático. A exploração desses materiais e sua comparação com outros trabalhos da Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário permite hoje traçar uma agenda comum e identificar um conjunto de mudanças importantes e interdependentes que deverão ser empreendidas ao longo do século XXI. Elas traduzem a maneira como nossos formidáveis meios de conhecimento e produção deverão ser (re)orientados. A elaboração de uma base ética comum, a implementação de novas formas de governação desde o nível local até ao nível mundial e o surgimento de uma comunidade mundial através da estruturação progressiva da sociedade civil são os principais elementos desta agenda.

Uma agenda é a enunciado das «coisas a fazer». A Agenda para o século XXI identifica as principais mudanças a realizar, do nível local ao nível mundial, nas próximas décadas. No final da Assembleia Mundial dos Cidadãos, pode-se considerar que esta Agenda existe, pelo menos em estado de esboço. Três constatações permitem afirmar isso: as preocupações expressas pelos diferentes meios sociais e profissionais são semelhantes; as propostas resultantes dos diferentes workshops temáticos convergem; as conclusões da Assembleia e a síntese dos cadernos de propostas da Aliança convergem.

Quando se reúnem, de todos os horizontes geográficos, culturais, sociais e profissionais, mulheres e homens preocupados com o futuro e conscientes da sua responsabilidade, o diálogo entre eles é possível e frutífero. A Agenda para o século XXI, resultante da Assembleia Mundial dos Cidadãos, foi construída de forma democrática e transparente, através de um processo ascendente, a partir da diversidade de pontos de vista provenientes de diferentes meios sociais e profissionais e de diferentes regiões do mundo, para definir, por etapas, as prioridades e estratégias comuns.

Duas prioridades emergem com força: a ética e a governança. Como se surpreender com isso? As sociedades do planeta são interdependentes entre si e com o resto do mundo vivo. A globalização é irreversível. Mas a evolução acelerada das ciências, das técnicas e da economia, as novas relações de dominação daí decorrentes, o domínio excessivo das relações comerciais, a incompatibilidade dos modelos atuais de desenvolvimento e consumo com os grandes equilíbrios do planeta, todas estas mudanças rápidas abalaram os sistemas de pensamento e as modalidades de organização das sociedades que se tinham forjado ao longo da história. Levaram à ruína dos referências intelectuais, morais e políticas tradicionais e enfraqueceram as solidariedades construídas ao longo dos séculos. Os valores, os sistemas de pensamento e as regulamentações sociais e políticas não acompanharam esse ritmo. No século XXI, é hora de reduzir esse desfasamento e reafirmar a primazia dos fins sobre os meios. Essa é a principal mensagem da Agenda. Ela pode, portanto, ser resumida em uma frase: construir uma base ética, modelos de produção e de vida, regulamentações sociais e políticas que correspondam a esse novo estado do mundo.

A Agenda não pode ser dividida em partes distintas. Cada questão que ela aborda remete a todas as outras. Verificámos isso na Assembleia. Sempre que se pretende aprofundar um tema específico, acabamos por abordar os outros. Isso é uma dificuldade quando se trata de expor o conteúdo de forma simples. Mas também é uma força. As mudanças individuais são indissociáveis das mudanças coletivas. A organização local das sociedades não pode ser pensada fora da sua inserção na sociedade mundial. A Agenda do século^{XXI} é o surgimento progressivo e hesitante de outro modelo, irreductível aos modelos liberal ou comunista que marcaram o mundo moderno. Não se trata de uma mudança de século, mas de uma mudança de era. A Plataforma para um Mundo Responsável, Plural e Solidário de 1993 já tinha intuído isso. Os

trabalhos da Assembleia Mundial dos Cidadãos demonstram-no.

O novo modelo baseia-se na relação. Num planeta pequeno, populoso e frágil, as interações entre as pessoas, entre as sociedades, com o ambiente são constantes, numerosas, intensas e estabelecem-se a todas as escalas. Aprendemos a justapor, dividir e separar conhecimentos, territórios, níveis de governação, economia e sociedade, indivíduo e coletivo, ciência e cultura, local e global, mulheres e homens, comércio e ambiente, público e privado. Pensávamos que esse esforço de separação, de distinção, era sinal de inteligência e condição para a eficácia. Agora, teremos de aprender a conectar. Os valores que se impõem são os da relação e da cooperação, os da paz, da moderação e da partilha, em vez dos da guerra, da exploração e da acumulação. Estas novas prioridades encontram-se em todos os domínios: educação, produção, intercâmbios económicos e culturais, governação. A interdependência das partes da Agenda é o seu reflexo. Este entrelaçamento permanente é o reflexo do carácter sistémico das mudanças que se avizinham.

Como fazer algo novo com algo antigo? Como dar à luz o século XXI com sistemas de pensamento ultrapassados, verdades e situações consideradas como certas, instituições forjadas noutra época e para outra situação? Esta questão eterna assume uma particular relevância na Agenda. Se se trata de mudar o sistema educativo: quem educará os futuros educadores? Como conceber o modelo futuro e como organizar a transição do modelo atual para o modelo futuro? Por onde começar se tudo está interligado? A estas questões, aparentemente insolúveis, a Assembleia dá respostas encorajadoras, pragmáticas e, por vezes, perturbadoras.

Respostas encorajadoras e pragmáticas porque em toda a parte e em todos os domínios existem os germes dessa mudança, mesmo que sejam apenas parciais e locais. O valor acrescentado da Assembleia é simplesmente ligá-los, organizá-los, revelar a sua profunda coerência. É essa rede – mais uma vez a relação, mais uma vez a relação entre o local e o global – que permite que cada pessoa, cada experiência saia da marginalidade e se descubra parte integrante de uma aventura coletiva. Daí também a importância, repetidamente sublinhada na Agenda, de construir redes internacionais.

Respostas por vezes incómodas porque não encenam os confrontos clássicos: direita contra esquerda, Norte contra Sul, classe social contra classe social. As mudanças, sem ignorar os conflitos de interesse, resultam tanto de mudanças de perspetiva como de novas relações de força.

A Agenda surge das contribuições de todos. É obra de todos. A mudança é concebida à medida que se avança. Ela associa o pensamento à ação. A Agenda tira a sua legitimidade democrática da convergência e da coerência das preocupações e experiências provenientes de todos os horizontes. É um modelo aberto, improvisado, evolutivo, não um novo dogma.

A ética é o primeiro domínio de convergência, a base da Agenda. Todos os workshops «colegiais» da Assembleia, sem exceção, falaram sobre ela, assim como a maioria dos workshops temáticos. Quatro valores, interligados, são aclamados: a responsabilidade – para com os outros, para com o planeta – ; a capacidade de levar em conta tanto a unidade quanto a diversidade do mundo; a tolerância e o respeito, ou seja, a maneira de aceitar o outro em sua igualdade e diferença; a solidariedade. Todo o resto decorre disso. A cidadania, por exemplo, outro tema muito presente nas propostas, é concebida como um equilíbrio de direitos e deveres, como resultado de um comportamento responsável.

Esses valores só se tornam realidade através de práticas. A responsabilidade só existe através de comportamentos responsáveis, a tolerância através de comportamentos tolerantes, etc. É por isso que a difusão dessa base ética não pode ser fruto de um discurso moral, mas deve resultar de aprendizagens sociais. A educação para a cidadania, por exemplo, só pode ser feita através do exemplo, através da prática da cidadania nos sistemas educativos. A democracia não é apenas, nem acima de tudo, um sistema político. É, antes de mais, um espaço de aprendizagem da responsabilidade e da parceria. É o comportamento responsável que, em última instância, fundamenta a legitimidade do exercício do poder económico e político, mesmo que a legalidade desse poder provenha do voto dos acionistas ou dos eleitores.

A base ética faz a ponte entre os comportamentos individuais e as normas sociais. O mundo só pode funcionar se o desejo individual, o prestígio social e as obrigações jurídicas e institucionais se reforçarem mutuamente. As estratégias de mudança combinam a busca individual de sentido e a criação de novas normas sociais. Uma não existe sem a outra.

A imagem da base ética deve ser entendida literalmente. É nela que se baseia todo o resto. A combinação de valores forma a paleta de comportamentos, assim como a paleta infinita de cores é formada a partir de um pequeno número de cores básicas. Não se trata de uma lista justaposta de preceitos morais, mas de uma visão de mundo.

A gestão da biosfera e dos recursos naturais é um bom exemplo dessa combinação e dessa visão. Ela é regida por dois princípios: responsabilidade e solidariedade. A responsabilidade leva à proteção e exige atenção às inter-relações dentro dos ecossistemas e com as atividades humanas; a solidariedade leva à partilha equitativa de tudo o que não existe em quantidade infinita.

A educação responde às mesmas exigências. Ela exige uma reforma de conteúdo, para se tornar educação para o ser, para as relações, para a complexidade. Ela também exige, em nome da equidade, uma nova partilha de conhecimentos. Assim se desenham as duas faces indissociáveis do bem público: o fruto de uma responsabilidade partilhada, à qual todos têm acesso de forma equitativa. A proteção do ambiente e a justiça social devem ser as duas faces da mesma moeda.

Responsabilidade e solidariedade criam as condições para a parceria e o contrato. A governança, o direito, as regulamentações políticas e a organização dos serviços públicos constituem o quadro para a implementação das responsabilidades de todos, em vez da submissão de cada um a normas em nome do interesse público. Daí a importância atribuída ao desenvolvimento de iniciativas cidadãs — que expressam a consciência individual e coletiva da responsabilidade — e aos meios de avaliar publicamente o exercício real das responsabilidades. Os princípios de parceria e contrato social tornam-se referências centrais. As autoridades públicas têm como primeira responsabilidade organizar essa parceria e comprometer-se com ela. Cada meio profissional retira do contrato que o liga ao resto da sociedade a justificação última da sua liberdade e dos seus privilégios. Os sistemas públicos de informação cidadã desempenham um papel tão importante quanto a justiça no respeito pelo contrato.

A consideração das relações e a dupla exigência de unidade e diversidade estão no centro da construção da futura sociedade mundial. Isso verifica-se em todos os domínios.

Relação significa, de facto, horizontalidade, transversalidade, enraizamento, território, busca de coerências. Daí a insistência constante, na Agenda, no lugar do local: na educação, na ciência, nos meios de comunicação, na organização económica e social, na gestão das trocas, na preservação

dos ecossistemas, na governação. Em vez de justapor leis universais da física e da economia ou cadeias verticais de produção e distribuição, é preciso organizar as ligações num contexto e num território.

Coerência local não significa isolamento, não significa autarquia. Não é um retrocesso. Pelo contrário, é um passo em frente para um novo grau de integração de conhecimentos e atividades, para uma nova capacidade de associar diversidade e unidade, autonomia e solidariedade. Pois os diferentes territórios, os diferentes contextos locais são interdependentes até ao nível mundial. Já não existem, de um lado, os problemas locais e, do outro, os problemas mundiais. Tudo é local, tudo é mundial.

Um conceito comum, quase um lema, orienta a busca por novas formas de cultura, organização social, economia e governança. É o conceito de «subsidiariedade ativa». «Subsidiariedade» porque é dada prioridade às abordagens locais; «subsidiariedade ativa» porque essa prioridade é exercida a todo momento no respeito às interdependências.

Nascido no campo da governança para descrever uma nova filosofia política, esse conceito também se aplica à economia e à sociedade para inventar novas formas de relações entre diversidade e unidade, entre o local e o global. Trata-se, em todos os domínios, de utilizar todos os recursos da inteligência e da técnica para inventar melhores formas de obter simultaneamente mais unidade e mais diversidade; de associar estes dois termos em vez de os opor.

A estruturação da sociedade mundial em rede é uma das principais dimensões da nova ligação entre o local e o global, um dos símbolos da relação renovada entre a unidade, a organização mundial da rede, e a diversidade, a autonomia e o ambiente local dos seus membros. Cada workshop colegial e a maioria dos workshops temáticos fizeram desta ligação em rede de experiências, pessoas, recursos e instituições uma prioridade. Para transformar as experiências de cada um em conhecimento partilhado. Para sair da marginalidade e da impotência. Para entrar em parceria dentro de um meio, entre meios, com os poderes públicos. Para definir uma nova partilha de papéis na produção e gestão dos bens públicos. A parceria e a partilha de papéis não retiram nada às responsabilidades políticas. Simplesmente propõem outra utilização das mesmas.

Face ao movimento de mercantilização e privatização e num cenário internacional ainda dominado pelas relações entre Estados, é fundamental e urgente organizar um espaço público mundial. Só uma organização em rede, facilitada pela Internet, permite que os atores surjam. Não haverá organização política mundial sem que uma comunidade mundial seja previamente instituída. Uma aventura inédita, em que a organização da sociedade precede e prefigura a de suas instituições políticas. As dinâmicas instituintes são essenciais.

A construção da comunidade política, especialmente à escala global, continua a ser a grande aventura do século XXI. A maioria das propostas apresentadas na Assembleia Mundial no âmbito da Aliança estão, em última análise, relacionadas com a governação, desde o nível local ao global. As ligações entre os níveis de governação são tão fortes que, sempre que um workshop da Assembleia Mundial procurou abordar um dos níveis, seja ele local, estadual ou global, foi levado a evocar simultaneamente os outros níveis. A abordagem local é um meio privilegiado de acesso ao universal. A reforma do Estado passa por uma redefinição das relações entre os Estados e os territórios locais, por um lado, e as regiões do mundo e o planeta, por outro. Por fim, uma governança mundial não pode ser concebida sem relacionar as abordagens locais dos problemas

e sem superar a concepção atual da soberania dos Estados. Além disso, os debates da Assembleia Mundial permitem verificar que as questões levantadas sobre a governança são as mesmas em todas as escalas. Essas questões podem ser agrupadas em quatro grandes capítulos:

- criar condições para uma governança legítima, democrática e eficaz;
- permitir a estruturação internacional dos atores sociais e organizar parcerias entre eles;
- proteger os direitos e os interesses dos grupos sociais ou dos países mais fracos;
- escapar ao domínio exclusivo das relações comerciais e criar regulamentações que enfrentem os desafios da sociedade do século XXI, em particular a gestão simultânea dos problemas sociais e ambientais.

Cada uma destas quatro dimensões reúne um conjunto de princípios que constituem as especificações da governança do futuro.

A arte de interligar os atores e os problemas é a condição prévia para a eficácia dos futuros sistemas de governança. Para isso, são necessárias novas formas de coordenação entre autoridades locais, nacionais e internacionais (interligar os níveis) e novos métodos de coprodução do bem público.»

Esta Agenda tornar-se-á, assim, a referência duradoura da ação da fundação, empenhada em popularizar os seus termos e traduzi-los em propostas de transformação.

Segunda parte

Ao serviço dos desafios do século XXI, 2003-2014

I. Terceira etapa, as orientações da Fundação para 2003-2014

1.1 – O contexto económico e geopolítico

A terceira etapa da ação da Fundação, de 2001 a 2014, decorre num contexto de evoluções muito rápidas, muitas vezes contrárias à implementação da Agenda do século XXI, tal como identificada no final da Assembleia Mundial, o que levará frequentemente a Fundação a navegar contra o vento.

A última década do século XX, marcada pela queda da União Soviética e pela Cimeira da Terra do Rio em 1992, trouxe uma onda de otimismo tanto entre os defensores do liberalismo, que já acreditavam detectar «o fim da história», ou seja, a vitória definitiva da economia de mercado globalizada e da democracia representativa, e entre os defensores do globalismo que, na linha do discurso de Gorbachev na ONU em 1988, viam abrir-se perspectivas de gestão de uma comunidade planetária de destino, cuja luta contra o aquecimento global, com o Protocolo de Quioto em 1997, e os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), adotados no final da Assembleia do Milénio da ONU, em 2000, eram dois símbolos. Mas, nos quinze anos que se seguiram, muitas evoluções contradiziam esse otimismo, produzindo frequentemente um movimento inverso. Sem pretender ser exaustivo, eis sete pontos que permitem compreender a ação da fundação durante esta terceira etapa.

Primeiro ponto: *o lugar da Ásia em geral e da China em particular nos assuntos mundiais*. A adesão da China à OMC, formalizada em dezembro de 2001, no mesmo momento em que se realizava a Assembleia Mundial dos Cidadãos, tem um forte valor simbólico. Foi o início de um enorme mal-entendido. Com essa adesão, a China fez o seu grande retorno aos assuntos mundiais. Ela também acelerou o seu desenvolvimento económico. Em 2001, o PIB da China representava 4% do PIB mundial. Apesar do seu arranque económico a partir da política de abertura de Deng Tsiao Ping, no início dos anos 80, em 2001 ainda era apenas a «fábrica do mundo», dedicada ao fabrico de bens concebidos no Ocidente. E a sociedade chinesa tinha tido pouco contacto com os costumes do mundo. A adesão à OMC, tal como ela a concebeu,

criou a necessidade de se equiparar às normas técnicas ocidentais. Mas os Estados Unidos e a Europa ainda a viam com desdém e apoiaram a sua adesão à OMC com a convicção de que isso aceleraria a sua democratização à maneira ocidental. Não foi isso que aconteceu. Mas, enquanto os países anteriormente desenvolvidos a viam com um sentimento de superioridade, a China conhecia um desenvolvimento extraordinário em todos os planos económicos e técnicos. Vinte anos depois, em 2021, o seu PIB representa 17% do PIB mundial, mais do que quadruplicou. E a China não se contentou em seguir, tornou-se líder em muitas tecnologias, a começar pelas que são essenciais para a transição para sociedades sustentáveis. Foi necessária a pandemia da COVID para que o Ocidente abrisse os olhos e descobrisse a sua dependência das produções e tecnologias chinesas. Esta evolução radical no equilíbrio de forças diz respeito a toda a região Ásia-Pacífico, que representa hoje 60% do PIB mundial. Já em 1992, a Fundação criou laços com a sociedade chinesa, convencida de que «*o mundo não se faria sem a China e que, portanto, era preciso aprender a cooperar com ela*». Esta intuição revelou-se particularmente acertada. Não se pode tratar de assuntos mundiais, assumir as interdependências planetárias, sem desenvolver laços com a Ásia em geral e com a China em particular.

Segundo ponto a destacar: *o fim da globalização feliz*. Ela nunca foi feliz para todos e a globalização económica sempre criou vencedores e vencidos. Mas a crise financeira de 2007 e 2008, ao revelar a forma como os investimentos arriscados americanos com os subprimes rapidamente se espalharam por todo o mundo, mostrou os limites e os perigos de uma globalização financeira e de atores financeiros que são simultaneamente irracionais e irresponsáveis. A mobilização de instrumentos financeiros públicos e a vontade de agir «custe o que custar» permitiram evitar o equivalente à crise económica e social de 1929, mas o alerta foi grave e provocou, em muitos países, um aumento da dívida pública. Este choque foi agravado, ao longo dos anos, pelo facto de, nos grandes países anteriormente desenvolvidos, Europa e Estados Unidos, haver cada vez menos vencedores e cada vez mais perdedores, alimentando a ascensão da extrema-direita e a vontade protecionista. Por não ter sido capaz de conceber uma governança multinível do comércio, a OMC, que representava um progresso significativo em relação ao GATT, transformou-se numa máquina de promover um mercado mundial não regulamentado. Este duplo movimento, crise dos mercados financeiros e mercado mundial não regulamentado, provocou o choque de retorno cujos efeitos estamos a ver.

Terceiro ponto: *os impasses da democracia pela força*. Os Estados Unidos, constatando que a democracia tal como a concebiam não se difundia à velocidade que imaginavam, muito antes de Donald Trump promover o slogan «paz pela força», recorreram à força para tentar impor a democracia. A invasão do Iraque em 2003, com base no alegado risco do desenvolvimento de armas de destruição maciça por Saddam Hussein e em desrespeito ao direito internacional, teve o efeito contrário ao desejado, confirmando na opinião pública do «Sul global» a prática de dois pesos e duas medidas. Sem chegar ao ponto de querer impor a democracia pela força, a França, no seu território da África Ocidental, exerceu toda a sua influência para pressionar os seus Estados vassalos do Sahel a avançarem rapidamente para o multipartidarismo, sem querer ver que era o Estado pós-colonial, imposto às sociedades africanas, que constituía o problema. Em ambos os casos, essas pressões foram contraproducentes. Assim como foram

contraproducentes as pressões das instituições internacionais para que os países mais dependentes da ajuda internacional se alinhassem aos preceitos de «boa governança» elaborados com a ajuda de fundações conservadoras americanas. Com a mesma ingenuidade, as «primaveras árabes» foram recebidas no Ocidente com entusiasmo unânime, sem se perceber que a revolta era liderada por uma minoria da população, as classes médias ocidentalizadas, como demonstraram as eleições livres que se seguiram, vencidas no Egito e na Tunísia por partidários do islamismo político. Ao longo dos anos, a percentagem da população mundial que vive em democracias autênticas diminuiu, caindo abaixo dos 10% em 2025.

Quarto ponto a destacar: *uma União Europeia vítima do seu próprio sucesso e da sua inércia intelectual*. A queda do Muro de Berlim tornou politicamente muito difícil recusar aos antigos países satélites da URSS a adesão à União Europeia, que lhes parecia simultaneamente a garantia da irreversibilidade da transição para a democracia e a entrada num mundo de prosperidade económica. A União cresceu, assim, com dez novos membros em 2004 e mais dois em 2007. Mas este alargamento não foi acompanhado por uma reforma profunda das instituições europeias, concebidas para preservar os interesses dos pequenos Estados-Membros numa Europa a seis, nem por uma revisão profunda do software intelectual da Comissão, que defendia as virtudes do mercado livre em todos os lugares e em todos os momentos, esquecendo que esse software tinha sido apenas o plano B da Europa nascente após a rejeição pela França da Comunidade Europeia de Defesa em 1954. Como resultado, tornou-se muito difícil para a Europa ter um verdadeiro projeto político. A Convenção resultante da declaração de Laeken sobre o futuro da União Europeia, em dezembro de 2001, foi uma oportunidade duplamente perdida, por um lado, de iniciar um grande processo democrático destinado a fazer emergir a consciência de um povo europeu e, por outro, de rever esse integrismo do mercado. A rejeição, nos referendos francês e neerlandês de 2005, do projeto de tratado da União deveria ter constituído um sinal de alarme, mas não foi tida em conta. Como resultado, os europeus ainda não têm consciência de partilhar um destino comum e a Europa, com o seu integrismo de mercado, tornou-se o «ventre mole» da globalização económica, sendo o mercado único europeu apenas uma réplica do mercado único mundial, o que a impediu de ter uma verdadeira política de desenvolvimento e de ter em conta os cada vez mais numerosos perdedores da globalização.

Quinto ponto: *os limites dos direitos humanos como base de uma comunidade mundial*. Durante a segunda metade do século XX, a Declaração Universal dos Direitos Humanos tornou-se, graças aos sucessivos protocolos que alargaram os direitos, essencialmente políticos na sua origem, às questões sociais e ambientais, a referência ética quase única para a vida internacional. Isso foi esquecer, em primeiro lugar, que os direitos humanos individuais não são um valor universal que se encontra em todas as culturas e, em segundo lugar, que a soma dos direitos uns dos outros não constrói uma comunidade. Uma comunidade baseia-se, de facto, na ideia de responsabilidades mútuas. O perigo aumentou quando, como na União Europeia, um sistema jurídico essencialmente baseado na Convenção Europeia dos Direitos Humanos acreditou poder impor à força uma reforma dos costumes, mesmo aos países que não partilhavam os valores e a evolução sociológica da Europa Ocidental. E o fenómeno agravou-se devido ao facto de os meios ditos «progressistas», sem imaginação para renovar o

software social-democrata à luz da globalização económica e dos desafios da transição para sociedades sustentáveis, terem-se refugiado em programas de reforma dos costumes à força, provocando uma reação adversa num número crescente de países. Esta crise da «esquerda» também se manifestou na América Latina, onde a glorificação de Hugo Chávez, que estava a arruinar a Venezuela, ou de Fidel Castro, teve efeitos contraproducentes.

Sexto destaque: *a marca duradoura do islamismo político*. Nascido do sentimento de fracasso da entrada na modernidade de muitos países de maioria muçulmana, o Islão político, incluindo a vontade de islamizar a sociedade pela força, imagem invertida da democracia pela força, continuou a prosperar apesar dos seus fracassos em gerir eficazmente as sociedades e representa uma ameaça difusa, mas omnipresente, aos valores ocidentais, seja através da vontade de impor uma sharia amplamente reinventada nos países onde está no poder, seja através das diásporas muçulmanas nos países ocidentais, seja através da pressão jihadista, primeiro no Médio Oriente, hoje no Sahel africano, face a poderes percebidos pela população como pouco legítimos. As respostas estritamente militares ou policiais a esta ameaça são notoriamente insuficientes. A ineficácia da intervenção ocidental no Afeganistão ilustra isso mesmo. Em vez do «fim da história», é o carácter trágico da história que volta a estar em destaque.

Sétimo ponto, *as dificuldades crescentes em gerir as interdependências globais*. Dois exemplos muito diferentes ilustram isso: a luta contra as alterações climáticas e a gestão dos fluxos migratórios. A luta contra o aquecimento global pressupunha uma partilha equitativa dos esforços, entre os países, por um lado, e entre as classes sociais dentro de cada país, por outro. Supunha também a adoção de medidas realmente eficazes para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. Em ambos os planos, o fracasso é evidente. O Acordo de Paris, alcançado na COP 21, a vigésima primeira conferência das partes, em 2015, é um belo exemplo de esquizofrenia coletiva assumida. A comunidade mundial comprometeu-se a manter o aquecimento bem abaixo de dois graus até ao final do século, ao mesmo tempo que assumia compromissos voluntários e não vinculativos dos Estados, cuja soma conduzia a um aquecimento superior a três graus. A forma como se quis gerir uma transformação estrutural da economia e dos modos de vida com os instrumentos do mercado estava condenada ao fracasso, mas a inércia dos sistemas conceptuais e institucionais torna impossível conduzir uma grande transição da qual depende, no entanto, a nossa sobrevivência coletiva. Quanto à gestão dos fluxos migratórios, ela tenta, sem sucesso, conciliar um diferencial de crescimento demográfico e de prosperidade, levando a uma forte pressão migratória que os países ricos procuram conter, com os princípios dos direitos humanos. O fosso entre os bens globais a gerir e o reforço dos soberanismos estatais não tem deixado de se aprofundar.

1.2 – Reforçar as sinergias entre as ações financiadas

Em 1991, no final do seu primeiro período sabático, a Fundação tinha previsto realizar o segundo cinco anos depois, em 1996. Mas, nessa data, o Conselho, confrontado com a dinâmica emergente e promissora da Aliança, considerou que não era possível fazer uma

pausa de um ano ou mais e decidiu adiar a pausa sabática para depois da Assembleia Mundial, inicialmente prevista para 1999. Foi, portanto, somente em 2002, doze anos após a primeira, que se iniciou a segunda pausa sabática. Durante esses doze anos, o quadro estratégico da fundação permaneceu o mesmo que havia sido definido em 1991, com seus sete programas e quatro políticas, mas a importância dos recursos alocados à Aliança e, posteriormente, à Assembleia Mundial tornou-a a pedra angular do conjunto.

Entretanto, os riscos do modo de organização adotado em 1991 tornaram-se evidentes. Era tentador para os membros da equipa responsáveis apoiarem-se na rede temática que tinham constituído para fazer de cada programa uma «pequena fundação», co-gerida pela equipa e pela rede de parceiros. O síndrome observado na Aliança se repetia mutatis mutandis em cada um dos programas: quanto mais uma rede temática se consolidava, mais ela podia reivindicar legitimamente um papel na condução do programa, tendendo a reduzir a fundação a uma fonte de financiamento que delegava a cada programa a tarefa de definir suas próprias orientações estratégicas. E, como os financiamentos não eram extensíveis, a outra tentação de cada rede de parceiros era evitar qualquer extensão da rede para não ter de partilhar mais amplamente os financiamentos.

Esta possível evolução conduzia a uma contradição que o Conselho da Fundação tinha repetidamente salientado: cada um dos sete programas de 1991 cobria um campo tão vasto que poderia facilmente absorver todo o financiamento da Fundação; por conseguinte, conduzir os sete ao mesmo tempo não fazia sentido, a menos que a qualidade das relações entre os programas criasse, por si só, um valor acrescentado. Isso pressupunha uma atenção às interações entre os diferentes programas, portanto, uma redução da autonomia de cada um deles. É certo que as «reuniões de segunda-feira», das quais toda a equipa participava, permitiam identificar ao longo do tempo as sinergias possíveis, mas essa era uma resposta imperfeita enquanto essas sinergias não fossem explicitadas e assumidas. Este desafio da participação de todos no trabalho coletivo não é exclusivo da fundação, mas assumia aqui um relevo particular, tendo em conta a ambição do nosso projeto.

É frequente que as fundações recorram a um comité estratégico para definir as suas orientações, ajudando-as a reposicionar a sua ação num mundo em constante mudança. Tendo em conta a convicção que nos animava, de que os desafios futuros eram de dimensão mundial, poderíamos ter sonhado com um comité estratégico mais pertinente do que a Assembleia Mundial que acabara de se realizar e com uma conclusão mais clara do que a Agenda do Século XXI que acabávamos de definir? Evidentemente que não. É por isso que, na opinião do Conselho da Fundação, essa Agenda do Século XXI era o ponto de partida inevitável para o nosso sabbatical, sendo que a questão colocada era saber o que uma fundação de tamanho modesto como a nossa, mas imbuída do seu dever de ambição, poderia contribuir de útil para uma agenda que dizia respeito a toda a humanidade.

O enquadramento do ano sabático estava, portanto, traçado e compreendia três vertentes: que valor acrescentado trazer à agenda do século XXI? Que modo de organização da equipa para assumir o carácter global do nosso projeto? Qual era, neste esquema pós-Assembleia Mundial, o lugar da Aliança e das suas relações com a Fundação?

As novas orientações foram adotadas em junho de 2003 pelo Conselho da Fundação, num texto de sessenta páginas³⁴³ e numa síntese de dez páginas³⁴⁴, cujo essencial retomaremos aqui.

1.3 – Orientações decorrentes da Agenda para o Século XXI

«A constatação fundamental da qual parte o projeto da fundação é que o crescimento das interdependências entre os seres humanos, as sociedades e entre a humanidade e a biosfera não parou de crescer e é irreversível. Mas a sociedade mundial que está a emergir sem referências comuns, sem instituições legítimas, sem justiça, sem responsabilidade, sem solidariedade, sem visão comum, sem visão a longo prazo, sem objetivos partilhados, está a caminhar para o desastre. Para que a aventura humana possa continuar, o século^{XXI} terá de ser um século de grandes mudanças. A fundação aproveita a sua independência e a sua capacidade de agir a longo prazo para se colocar ao serviço deste desafio. Compromete-se a contribuir para as mudanças a longo prazo das nossas sociedades. Para tal, apoia o surgimento de uma comunidade mundial capaz de conceber e conduzir três grandes mudanças: a revolução da governação; uma base ética comum; novos modelos de desenvolvimento.»

Ilustrando o que chamamos de dever de ambição, não partimos do que somos capazes de fazer para encontrar áreas de aplicação, mas sim do que precisa ser feito, a agenda, e procuramos maneiras de ser úteis para a sua realização.

«A passagem da segunda para a terceira etapa da fundação caracteriza-se tanto pela continuidade como pelas mudanças. A continuidade reflete-se na ambição de nos colocarmos ao serviço dos grandes desafios e no estilo (uma aventura humana a longo prazo, em que o caminho se inventa à medida que se avança). Refletem-se também nas prioridades e nos métodos que decorrem do que aprendemos ao longo de vinte anos. As mudanças [da nossa estratégia] têm três origens. Em primeiro lugar, o mundo mudou profundamente desde 1990. Os desafios fundamentais continuam os mesmos, mas o contexto económico, político, social, intelectual, científico e técnico transformou-se. Em segundo lugar, a própria ação transformou-nos profundamente, o que nos leva a definir-nos de outra forma. Por último, a capitalização realizada revelou as nossas fraquezas, os nossos limites e as nossas contradições, convidando-nos a corrigi-los [...]»

A abordagem seguida para elaborar o projeto, bem como a que orientará a sua implementação, inspira-se nas reflexões da fundação sobre a governação. É certo que a governança de uma fundação não é a transposição direta da governança pública à escala de um território e de um Estado. No entanto, já verificámos que as reflexões sobre a governança

³⁴³ BIP 2547 - julho de 2003 - O projeto 2003-2010 da Fundação Charles Léopold Mayer para o Progresso da Humanidade. A fundação apoia o surgimento de uma comunidade mundial capaz de conceber e conduzir três grandes mudanças: a revolução da governança; uma base ética comum; novos modelos de desenvolvimento

³⁴⁴ BIP 2550 - julho de 2003 - Síntese do projeto 2003-2010 da Fundação Charles Léopold Mayer para o Progresso da Humanidade. As orientações da fundação para o período 2003-2010 baseiam-se nos vinte anos de trabalho anteriores, divididos em duas etapas. Alimentadas por esses aprendizados, elas também se baseiam na agenda para o século XXI resultante da Assembleia Mundial dos Cidadãos de dezembro de 2001

de diferentes tipos de instituições convergem. É por isso que o texto que se segue é amplamente inspirado, na sua estrutura e conteúdo, pelos «princípios comuns de governança» desenvolvidos em 2003 no livro «La Démocratie en miettes» (A democracia em pedaços), daí as frequentes referências ao livro, nomeadamente nos capítulos que tratam da parceria e da organização.

A obra «Démocratie en miettes» (Democracia em pedaços)³⁴⁵, aqui referida, foi escrita precisamente durante o ano sabático, como contribuição para a capitalização do programa «Estado e sociedade», que, em doze anos, passou por uma profunda transformação. Partindo das relações entre o Estado e a sociedade civil, o programa culminou numa teoria da governança. Para isso, foi necessário dar uma definição ampla de governança, pois esse termo, de origem francesa, foi retomado e popularizado durante os anos 1990 pelas instituições de Bretton Woods, FMI e Banco Mundial, sob uma forma muito ideológica, dos preceitos da «boa governança», que equivaliam a reduzir ao máximo o papel do poder público e, na linha do livro de Francis Fukuyama «O fim da história», fazer da democracia representativa o horizonte insuperável da gestão das sociedades, suscitando uma forte hostilidade dos meios intelectuais franceses em relação ao próprio conceito de governança, percebido como o cavalo de Tróia de um neoliberalismo globalizado. Foi, portanto, necessário lutar em duas frentes: combater na cena internacional, com certo sucesso, as teses das instituições de Bretton Woods; defender, no cenário nacional, o conceito que tinha a imensa vantagem de tornar as nossas instituições e ideologias ocidentais uma simples variante, historicamente marcada, de uma questão muito mais constante: como as sociedades, ao longo dos milénios, se organizaram para se manterem no seu domínio de viabilidade? Este conceito conduzia, portanto, a uma análise comparativa da gestão das sociedades de uma cultura para outra, de um século para outro, e a uma abordagem multiescalar dessa gestão, do local ao global.

«A agenda [para o século XXI século] enuncia duas mudanças prioritárias: a dos modelos de desenvolvimento – os modos de vida, a forma de produzir, consumir, trocar – e a da governança – a arte de organizar e gerir as sociedades, de garantir a coesão social, a justiça, a paz, a diversidade, o desenvolvimento de cada um, a preservação dos recursos, a preparação do futuro. A ligar as duas mudanças está a ética. A construção de uma sociedade mundial viável pressupõe um acordo sobre princípios éticos comuns: as enormes diferenças de contexto e de tradição religiosa e filosófica não podem justificar o adiamento desta busca de critérios éticos comuns para gerir um planeta comum. [...] A governança e a ética são os dois meios inseparáveis para reafirmar a primazia dos fins sobre os meios, para dar um novo sentido à democracia, ou seja, à afirmação pela comunidade humana da vontade de conduzir o seu destino »

Redefinir o sentido da democracia, outro tema que se impôs a nós nessa década e que esclarecemos opondo a «democracia substantiva», ou seja, as escalas e os métodos que permitem efetivamente dar aos cidadãos uma influência sobre o seu futuro, à «democracia formal», que, na nossa opinião, se tinha tornado o destino comum em que as instituições

³⁴⁵ Democracia em pedaços. Publicado em 2003, por Pierre Calame. O livro dá continuidade às reflexões expostas em Missão Possível e, posteriormente, em O Estado no Coração, e também se baseia nas reflexões realizadas no âmbito da Aliança, por um lado, sobre outras escalas de governação além do Estado, com os trabalhos sobre governação territorial e governação mundial e, por outro lado, sobre a governação da própria Aliança. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/la-democratie-en-miettes/

democráticas funcionavam, mas só tinham influência sobre questões secundárias.

Mas quem pode assumir uma ambição coletiva dessa magnitude? Os grandes poderes políticos e económicos, ou seja, os grandes Estados e as grandes empresas, têm a capacidade, a legitimidade, a visão e a vontade para isso? Num momento em que uma governança mundial legítima, democrática e eficaz seria urgente e necessária, não existe uma comunidade política para instaurá-la. A maioria das estruturas mundiais ou regionais, como a ONU e a Europa, por exemplo, que poderiam ser o esboço dessa governança, estão em crise, presas na ilusão da soberania dos Estados. Nesta conjuntura histórica, é preciso sair do círculo vicioso em que a ausência de comunidade política, a ausência de instituições reguladoras e a ausência de visão se alimentam mutuamente e, para isso, é necessário construir uma comunidade mundial que reúna todos aqueles, de todos os meios e de todos os continentes, que, conscientes do seu dever e dos desafios, querem trabalhar juntos para conceber e conduzir essas mudanças, unir a sua experiência, criatividade e energias para construir um mundo responsável, plural e solidário. A construção dessa comunidade é indispensável para conceber e conduzir as mudanças necessárias, mas ela já é, em si mesma, uma mudança formidável. É, de fato, através dessa comunidade que a ética comum pode ser concebida e vivida. É também uma dimensão essencial da governança a ser construída. Juntamente com outros, a fundação deseja, portanto, contribuir para o surgimento dessa comunidade mundial.»

É evidente que nestas orientações se reflete a nossa conceção de uma «aliança para outra globalização» e a nossa reflexão sobre a governança mundial. Ainda não chegou o momento de uma forma de Estado mundial, tal como outrora sonhava o movimento dos Cidadãos do Mundo. É, portanto, através da construção progressiva de uma comunidade mundial de destino, implicando uma renovação completa das relações entre as sociedades e chegando a um acordo sobre uma ética comum de responsabilidade, fundamento de um direito verdadeiramente mundial, que poderemos superar os impasses do atual sistema intergovernamental representado pela ONU.

«É uma quimera? Um sonho impossível? O projeto de iluminados? Não pensamos assim. Um mundo está em marcha, um mundo está em busca. Uma sociedade civil multiforme está a nascer, impulsionada pela realidade da globalização, tornada possível pela revolução dos meios de comunicação. Redes de investigadores, empresários, ONG, sindicatos e movimentos sociais estão a reforçar-se. Ainda se pode criticá-los por permanecerem muitas vezes fragmentados, corporativistas ou coalizados contra um adversário comum, em vez de aliados em torno de perspetivas comuns. Mas uma evolução está a surgir, bem manifestada pelas palavras com a substituição, em dois anos, do «antiglobalismo» pelo «alterglobalismo». É um começo, o desbravamento de um longo caminho.

As mudanças que estão por vir não cairão do céu. Elas são inventadas, experimentadas e imaginadas em todos os lugares. Isoladas, elas perdem sua força porque, nas palavras de Paul Ricoeur, «*o poder existe quando os homens agem juntos, ele desaparece quando eles se dispersam*». A construção da comunidade mundial deve criar poder, reunindo as experiências e ajudando-as assim a mudar de escala. É por isso que, no projeto da fundação, a construção de uma comunidade mundial e a partilha de experiências são inseparáveis e exigem um vaivém permanente entre o global e o local.

Um fio invisível liga a governança, a ética, as alternativas de desenvolvimento e o surgimento de uma comunidade mundial. Esse fio é a construção de relações. Vivemos num mundo

radicalmente interdependente, onde tudo está interligado, seres e coisas. No entanto, os nossos sistemas educativos, científicos, mentais, morais, produtivos, políticos e administrativos passam o tempo a separar, a dividir em partes. Fomos até ensinados que essa divisão era a condição para a eficácia e o símbolo da racionalidade ocidental. Mas hoje ela é uma das causas da nossa crise intelectual, moral, política, económica e institucional. É por isso que o projeto da fundação se dedica à construção e à gestão de relações: entre ação, experiência e reflexão; entre os atores; entre o local e o global; entre as culturas; entre os problemas. A capacidade de construir e gerir essas relações no duplo respeito pela unidade e pela diversidade, no reconhecimento das divergências e na vontade de as superar de forma pacífica, está no cerne da governação, da ética e do desenvolvimento no século XXI³⁴⁶. [...] A cada época correspondem formas de organização privilegiadas. Na era da globalização e da Internet, é necessário inventar novas formas de organização, permitindo que aqueles que partilham a mesma ética de responsabilidade e solidariedade e a mesma vontade de sair da impotência se reconheçam e se relacionem mutuamente, unindo os seus esforços. Ao dar origem à Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário e, em seguida, ao apoiar o seu desenvolvimento, apoiando em diferentes domínios redes internacionais de pessoas e organizações em torno de um desafio comum, a fundação participou na aprendizagem coletiva destas novas formas de organização a que chamamos alianças. Esta aprendizagem é alimentada em todo o mundo por milhões de outras iniciativas. Estas alianças são também um contributo para a renovação da política e para novas modalidades de governação. O apoio ao surgimento de alianças mundiais constitui, portanto, uma prioridade da fundação, uma forma de valorizar, consolidar, transmitir e diversificar o que já realizou ao longo dos anos.»

1.4 – Da Aliança às alianças para construir uma comunidade global

O excerto que acabámos de ler revela uma profunda transformação na reflexão da fundação durante o ano sabático. Não vemos na Aliança para um mundo responsável e solidário A resposta por excelência a este imenso desafio de construir uma comunidade mundial. Ao tornar a Assembleia Mundial uma assembleia representativa da diversidade do mundo e não uma Assembleia de aliados, sabíamos que estávamos a virar as costas à ideia de que «a nossa aliança» era a prefiguração dessa comunidade mundial, reconhecíamos que a sua composição sociológica a empurrava mais na direção dos Fóruns Sociais Mundiais do que na direção de uma comunidade representativa do mundo. Mas, por outro lado, mantínhamos a ideia de que tínhamos inventado, por meio de tentativas às vezes dolorosas, um novo modo de organização que poderia ser aplicado a muitos outros casos. A partir daí, passaríamos a falar de alianças no plural. Mas isso também levantava a questão dos nossos potenciais parceiros. Partíamos da esperança de que muitas alianças estavam em gema e que seriam elas que apoiaríamos prioritariamente. Mas era preciso que essas gemas existissem, caso contrário, teríamos de criá-las do zero. Essa dificuldade, que se manifestara ao longo dos anos na construção da «via colegial», era, inevitavelmente, o calcanhar de Aquiles das nossas novas orientações.

³⁴⁶ Mais tarde, caracterizaremos essa mudança de era, a transição de um sistema baseado na eficácia operacional da separação e da especialização para um sistema baseado na gestão das relações: é a transição da primeira para a segunda modernidade

1.5 – O capital metodológico acumulado ao longo dos primeiros vinte anos, ao serviço da ação

«A fundação sempre esteve atenta à importância de desenvolver ferramentas e métodos sem os quais as energias se esgotam e o ímpeto se perde. A inadequação dos modos de organização e dos métodos de trabalho também faz parte da crise da governança e da democracia. A valorização do capital metodológico acumulado ao longo dos anos pela fundação, a sua constante evolução e a sua mutualização com tudo o que é inventado e experimentado noutros locais constituem outra prioridade importante.»

O que significa que permanecemos fiéis ao que estava no cerne do projeto definido em 1991: distinguir os centros de interesse, por um lado, os programas e os métodos de abordagem, por outro, as políticas. Para nós, o «o quê» e o «como» deviam permanecer complementares. E a conceção de alianças vinha enriquecer, tal como os métodos inventados para conduzir as sínteses durante a Assembleia Mundial, a paleta de «ferramentas e métodos da inteligência coletiva».

«As grandes mudanças, cuja necessidade e urgência afirmamos, não serão apenas fruto de lutas políticas e sociais. Elas exigem outra visão do mundo, outra forma de relacionar o individual e o coletivo, outra abordagem da ciência e da tecnologia, outro sistema educativo, outra governança. Tudo isto pressupõe uma profunda transformação dos sistemas de pensamento e de regulação. É a esta transformação que a fundação deve dedicar-se prioritariamente.» Inscrevemo-nos aqui na continuidade direta dos programas da Fundação e da via setorial da Aliança. A vocação da Fundação não é, acima de tudo, apoiar dinâmicas sociais, que constatámos estar também presas a antigos modelos de pensamento e organização, mas sim fazer emergir esta nova visão do mundo e, em particular, estes outros modelos de desenvolvimento e governação, esta outra ética, estas outras modalidades de diálogo entre sociedades, estes outros modos de organização. A passagem da primeira para a segunda etapa da Fundação foi um primeiro passo nessa direção. Não se limitando, como na primeira etapa, a apoiar organizações e ações pré-existentes, a segunda etapa deu origem a diálogos e até mesmo a novas organizações. Com a terceira etapa, não hesitamos mais em nos aventurar no terreno da criação de espaços de invenção de novas doutrinas ou novas organizações coletivas. Em suma, enquanto na primeira etapa partíamos do que já existia, na terceira partimos do que falta. Mas as lacunas eram tantas que, mais do que nunca, o projeto era prometeico.

«Em definitiva, podemos resumir as grandes linhas do projeto 2003-2010 da seguinte forma: a fundação compromete-se a contribuir para as mudanças a longo prazo das nossas sociedades. Para isso, apoia o surgimento de uma comunidade mundial capaz de conceber e conduzir três grandes mudanças: novas regulamentações sociais, políticas e institucionais, do nível local ao global (a revolução da governança); uma base ética comum (a carta das responsabilidades humanas); novos modelos de desenvolvimento. Ela zela por um vaivém constante entre a diversidade (expressa nas suas diferentes dimensões) e a unidade (expressa por uma atenção constante à gestão das relações e às coerências territoriais). Para implementar estas orientações, ela combina três modos de ação: a promoção de ideias e propostas; o apoio ao surgimento de alianças cidadãs; a promoção e o enriquecimento de métodos.»

E o projeto conclui-se com a análise dos recursos e capitais que podemos mobilizar ao serviço

desta ambição. O *capital financeiro*, é claro, que nos garante um orçamento anual avaliado com base no rendimento médio do capital, estimado em 4% ao ano, com a estabilidade do orçamento contrastando com a irregularidade dos resultados financeiros, mas também o *capital social*, refletido no nosso anuário, o *capital intelectual*, fruto da acumulação de reflexões, e o *capital metodológico*. Como o capital financeiro não é extensível, estamos cientes de que o impacto da fundação dependerá da forma como conseguiremos mobilizar os outros três tipos de capital.

1.6 – O segundo período sabático

No final de 2001, a equipa está exausta. Os dois anos de 2000 e 2001 foram dedicados à ação, sem tempo para levantar os olhos do trabalho. Nunca um período sabático foi tão necessário. No início de 2002, definimos em detalhe os objetivos e os métodos do período sabático que se avizinhava³⁴⁷:

«Os objetivos do período sabático são os seguintes:

3. fazer uma revisão completa dos modos de ação e do funcionamento da fundação;
4. reforçar a identidade da fundação e a coesão da equipa. Sob o peso da urgência, uma e outra tenderam a enfraquecer-se nos últimos anos em benefício do trabalho por programa e por política;
5. produzir, a partir da experiência, um conhecimento que possa ser útil não só para a fundação, mas também para o exterior;
6. redefinir as modalidades de funcionamento, a organização e as ferramentas de gestão e comunicação, tendo em conta a experiência adquirida e os desenvolvimentos tecnológicos dos últimos dez anos;
7. explorar de forma aberta as possíveis orientações da fundação em função dos novos desafios do mundo;

O Conselho deseja participar ativamente neste período de redefinição das orientações. Não deseja intervir na organização interna da fundação, que é da competência do Diretor-Geral. Por outro lado, deseja dispor rapidamente de um calendário previsional para o ano, de modo a poder associar-se, em função da disponibilidade de tempo de cada um dos seus membros, ao processo de avaliação. No entanto, reconhece que o seu papel principal é ser um espelho, identificar as questões que são menos fáceis de perceber quando se está na ação quotidiana. Assim, os membros do Conselho da Fundação não se consideram avaliadores, mas sim um grupo de pessoas encarregadas de orientar as avaliações e de reagir a essas avaliações.

Durante o período sabático, é necessário distinguir entre o envolvimento do Conselho de Fundação como tal e o envolvimento pessoal dos membros do Conselho de Fundação. O

³⁴⁷ BIP 606 - fevereiro de 2002 - Organização do sabático 2002. Os objetivos, o método e o calendário do sabático com vista a definir as grandes orientações do projeto 2003-2010 da FPH

envolvimento pessoal dos membros do Conselho permitirá que eles participem nas avaliações, com alguns deles concentrando-se, se assim o desejarem, numa área específica de ação da fundação.»

De acordo com a sua reflexão sobre a governança das fundações³⁴⁸ e sobre os limites da avaliação, porque:

«nada é mais legítimo, para um Conselho de Fundação, do que questionar se os financiamentos foram úteis [...]. O fenómeno torna-se perverso quando há uma inversão dos meios e dos fins, ou seja, quando o desejo de avaliar determina a própria ação, retendo apenas as ações avaliáveis.»

Especificamos na metodologia do sabbatical:

«Comprometida com grandes desafios, a fundação não está em condições de isolar, muito menos de medir o seu próprio impacto sobre esses desafios. Deve, acima de tudo, esforçar-se por medir a pertinência da sua ação: os desafios em que trabalha são os certos? A forma como se compromete é a correta? Os parceiros são escolhidos de forma judiciosa? As relações com os parceiros são adequadas? A nossa organização permite relacionar os problemas?»

Isso significava colocar no centro da abordagem a questão das relações entre o Conselho e a equipa, entre os membros da equipa, com os parceiros e entre as diferentes ações.

1.7 – A organização da fundação, reflexo da sua natureza e dos seus objetivos

A questão da repartição de poderes dentro da fundação foi colocada desde o início. A experiência da Aliança mostrou toda a importância de falar sobre isso de forma explícita. Para isso, é preciso saber de que poder estamos a falar, de proposta ou de decisão, e como identificar os diferentes pólos de poder: o Conselho da Fundação, o diretor, os responsáveis pelo programa, o resto da equipa (contabilidade, recepção, secretariado, assistência aos responsáveis pelo programa), os parceiros. Embora ninguém conteste realmente o facto de que os processos de preparação das propostas ao Conselho de Fundação são coletivos e que essas propostas são sempre levadas a sério pelo Conselho, não deixa de ser verdade que os parceiros da Fundação não participam nas decisões do Conselho e que o diretor, Pierre Calame, que é também secretário do Conselho e goza da confiança geral dos seus membros, dispõe de um poder considerável para arbitrar entre as propostas de todos e fazer a sua síntese. Dentro da equipa permanente, são evidentemente os responsáveis pelos programas, interlocutores privilegiados e por vezes exclusivos dos seus parceiros, que tendem a contestar o poder pessoal do diretor, ou mesmo do Conselho. Tal como expresso pelo pequeno grupo

³⁴⁸ BIP 876 - 2002 - Dez questões-chave para a governança das fundações. Apesar de terem um estatuto jurídico idêntico, as fundações podem fazer escolhas estratégicas muito diferentes, dependendo da resposta que dão a uma série de questões fundamentais

mais reivindicativo dentro da Aliança, alguns gostariam de ver uma fundação que atribuísse um orçamento global a um programa, cabendo ao responsável co-geri-lo com os seus parceiros. Outras ideias foram apresentadas, como uma direção colegial assegurada pelo diretor e pelos responsáveis pelo programa, ou mesmo a eleição do diretor pela equipa. Essas reivindicações foram colocadas sob o signo de uma «democratização da Fundação».

Numa nota de maio de 2002³⁴⁹, recorro a própria natureza de uma fundação e o caráter específico da FPH:

«Uma fundação é uma instituição não democrática por natureza: enquanto instituição, é o que há de menos coletivo no mundo. É, de facto, o resultado da vontade de um fundador de legar a sua fortuna para um fim de interesse geral, tendo os seus sucessores, representados coletivamente pelo Conselho da Fundação, a missão de traduzir, operacionalmente e em função da evolução do mundo, essa vontade geral. De todas as instituições políticas, associativas ou económicas, uma fundação é, de certa forma, a estrutura menos sujeita ao controlo coletivo. Não tem sanção direta do mercado, nem sanção eleitoral, nem é fruto da adesão e do voto dos seus membros. [...] Mas é também isso que a torna interessante e forte.»

A Fundação é a ilustração perfeita dessa força, pois, graças à sua total independência em relação aos poderes políticos ou económicos e ao privilégio de poder pensar e agir a longo prazo com as receitas do seu património, conseguiu envolver-se onde nenhum poder instituído pode envolver-se, partindo, como já foi dito, não do que existe, mas do que falta. A nota continua:

«Qualquer estrutura económica, político-administrativa ou associativa funciona segundo uma alquimia complexa. Os consensos podem basear-se na adesão voluntária, na rotina, no medo, na dissimulação, na concertação, na negociação, etc. É através destes processos que se conciliam as exigências dos órgãos institucionais e os interesses ou aspirações das diferentes partes interessadas. Estas questões estão no cerne da governança empresarial e da governança pública. Nem sempre tudo isto se resolve sem tensões. [...] Muitas vezes, essas tensões, por serem negadas ou mal geridas, produzem um discurso hipócrita e, em última análise, uma neutralização de talentos e energias. O nosso apoio à capitalização de experiências mostrou o quanto, no mundo associativo e no mundo das fundações, as relações entre as instâncias políticas (conselho de administração das associações, conselho de fundação) e as equipas assalariadas são frequentemente problemáticas ou mesmo conflituosas, por falta de uma abordagem rigorosa.»

No passado, ficávamos frequentemente surpreendidos ao ver noutras fundações o interesse pela ação diminuído devido ao facto de o Conselho e a equipa permanente desconfiarem uns dos outros. É a isso que nos referimos quando falamos da vontade de avaliação do Conselho, que acaba por predeterminar a própria natureza das ações possíveis. E é por isso que, desde 1991, nos preocupamos em criar relações de confiança entre o Conselho e a equipa, nomeadamente através da total transparência da informação, da possibilidade de qualquer

³⁴⁹ BIP 2546 - 2002 - Sobre o período sabático: contribuição para uma reflexão metodológica. O ano sabático da fundação entre março de 2002 e junho de 2003 levou a equipa a questionar-se sobre o seu papel na definição das novas orientações, sendo a definição destas prerrogativa do Conselho da Fundação. O Diretor responde sobre a natureza profunda de uma fundação como a nossa

membro do Conselho participar nas reuniões da equipa a qualquer momento, das Assembleias Gerais anuais e da possibilidade de qualquer membro da equipa recorrer ao Conselho contra o diretor. Cada um assumia então as suas funções estatutárias.

Depois, num dos raros textos em que os compromissos pessoais são destacados, recorro a verdadeira natureza desta fundação, um compromisso familiar construído ao longo do tempo:

«Paulette [Calame] e eu nunca desejámos trabalhar numa fundação. Foi o facto de a minha mãe, Madeleine Calame, ter sido a executora testamentária de Charles Léopold Mayer que colocou esta fundação no nosso caminho. Inicialmente, tratámos isso não como uma oportunidade, mas como um dever filial e um dever de fidelidade. Uma vez reconhecido, no início dos anos 80, que não podíamos escapar a esse dever, procurámos transformá-lo numa oportunidade. A oportunidade de criar uma instituição capaz de tirar o melhor partido, no interesse geral, da dupla especificidade deste estranho objeto institucional que o destino colocou no nosso caminho: a total independência (ou seja, precisamente o carácter não democrático!) e a capacidade de agir a longo prazo (de certa forma, outro aspeto do carácter não democrático da instituição). Foi porque sentimos que essa independência e essa duração eram um privilégio, e que esse privilégio tinha como corolário uma responsabilidade, e também porque sentíamos o quanto esse tipo de instituição respondia às necessidades do nosso tempo, precisamente porque o seu carácter não democrático a livrava da tirania do curto prazo, que esse dever de fidelidade familiar, inicialmente cumprido aos sábados e à noite, à margem das nossas atividades principais, tornou-se progressivamente o principal local de investimento profissional e militante, primeiro para Paulette e depois para mim. A nossa principal preocupação sempre foi, em primeiro lugar, garantir a perenidade da instituição para assegurar a sua capacidade de assumir o longo prazo. A nossa segunda preocupação, em termos de conteúdo e métodos de ação, foi garantir que a ferramenta fosse tão relevante e eficaz quanto possível, em complemento a outras instituições.»

Este dever filial transformado em oportunidade, este compromisso familiar a longo prazo, todos sabiam, mas muitas vezes permanecia por dizer. No entanto, foi precisamente porque nem a Paulette nem eu estávamos, a priori, interessados em trabalhar numa fundação, que, ao longo do caminho, inventámos outra forma de filantropia, muito diferente daquela que se poderia ensinar, por exemplo, no American Council of Foundations. Como contado na introdução desta história, tivemos a formidável oportunidade, com Madeleine Calame, a fundadora legal aos olhos do Cantão de Vaud, mesmo que ela agisse em nome do falecido Charles Léopold Mayer, de redigir os estatutos em termos suficientemente gerais para permitir que se tornassem uma aventura construída a longo prazo. Ora, essa afirmação de um compromisso familiar tinha, aos olhos da equipa, uma ressonância particular: estava claro que era Matthieu Calame, um dos nossos filhos, envolvido na aventura da fundação desde os 21 anos e responsável pela Bergerie, que teria a vocação de me suceder em 2010. Mas essa escolha era um obstáculo para os responsáveis pelo programa, que teriam preferido uma direção coletiva e contestavam silenciosamente essa sucessão «dinástica», justificada aos nossos olhos como a perpetuação do compromisso familiar. Daí a necessidade de lhes oferecer outras perspetivas de autonomia.

Em seguida, veio outra das nossas preocupações: pensar de forma estratégica.

«Uma estratégia não é uma soma de desejos, é o resultado de uma escolha. A resposta que procuramos dar há vinte anos ao bom uso da independência e da duração foi tornar a fundação uma aventura humana com tudo o que isso implica em termos de continuidade, aprendizagem, regulamentação e bifurcações. Algumas fundações gerem a sua independência com base na vontade soberana. Assim, vemos conselhos de fundações, especialmente em pequenas fundações familiares, operarem de forma quase caprichosa: as orientações da fundação são a soma dos «caprichos» dos diferentes membros do Conselho da Fundação. É uma abordagem que também conhecemos bem no meio associativo e que eu qualifico de consenso por adição. Para garantir a coesão do grupo, satisfaz-se o capricho de cada um dos seus membros. [...] É um procedimento semelhante que leva a reduzir a estratégia à soma das reivindicações uns dos outros [...]. Mas um consenso não é uma estratégia. Uma estratégia consiste não em somar, mas em agrupar e escolher.»

Foi essa vontade de construir uma estratégia coletiva que nos levou a renunciar aos programas da segunda etapa, tentando inventar modalidades de delegação a pequenas equipas ad hoc da gestão de cada autorização de programa, de modo a organizar mais sistematicamente as sinergias entre todos. Uma aposta, na verdade, muito difícil.

O modo de elaboração dessa estratégia estava no centro do exercício do poder por cada um:

«É necessário conceber o processo através do qual será produzida coletivamente uma estratégia. «Coletivamente» e não «democraticamente». Coletivamente significa que cada um tem a sua parte na elaboração, que a opinião de cada um é respeitada e ouvida, e não que a estratégia final será a soma das vontades dos membros da equipa, nem que será provavelmente o resultado de uma votação formal do Conselho de Fundação. Neste tipo de estrutura, a legitimidade e a força de uma elaboração estratégica provêm do próprio procedimento escolhido. Esta abordagem processual do período sabático e da construção das orientações da fundação não é o resultado conjuntural, específico de uma abordagem da fundação. É a aplicação à fundação de uma reflexão de natureza muito mais geral sobre a condução das organizações humanas e os princípios comuns de governança [...]. A preocupação com a legitimidade e a eficácia processual aplica-se diretamente ao período sabático da fundação. Este não é fruto da vontade da equipa, nem mesmo, propriamente dito, da vontade do Conselho de Fundação. Trata-se de um princípio estrutural adotado pelo Conselho desde 1988. Por outro lado, este ritual sabático não é questionado porque corresponde a uma necessidade claramente percebida por todos [...], que se deseja que permita um trabalho tão coletivo quanto possível.»

A disseminação, uma resposta possível à aspiração de autonomia dos membros da equipa

Com os cadernos de propostas da Aliança e, sobretudo, com os meus livros sobre governança³⁵⁰, a fundação saiu decididamente do seu papel de financiamento de iniciativas levadas a cabo por outros para se aventurar noutro terreno, o das ideias e propostas teóricas,

³⁵⁰ Em 2003, já haviam sido publicados: Missão possível (o capítulo sobre a reforma do Estado), O Estado no centro, Governança mundial, Democracia em pedaços

e começou a encarnar um «movimento de pensamento». Jean Freyss, do Conselho da Fundação, observou a este respeito que a Universidade tinha perdido o seu monopólio de produção de doutrinas. Daí a sua ideia de que estávamos de facto empenhados numa atividade de renovação das doutrinas. No entanto, estávamos longe de ter o monopólio dessa produção e a nossa legitimidade para contribuir para ela continuava frágil, ligada mais às pessoas do que à própria instituição. Daí a sua ideia de que era sem dúvida necessário criar uma nova forma de «think tank» onde se confrontassem as ideias e propostas que a fundação tirava do seu trabalho internacional e as de outras origens. Não é de surpreender que a governança tenha sido escolhida como banco de ensaio. Jean Freyss acompanhou pessoalmente a redação de *La démocratie en miettes* (A democracia em pedaços), que enunciava princípios comuns de governança que transcendiam regimes políticos e culturas³⁵¹:

«Iniciativa Internacional para uma Refundação da Governança (IRG) é o título escolhido para o programa de trabalho. Três objetivos para a IRG: conectar a reflexão dos atores sobre a governança; desenvolver as capacidades de análise, conceituação e proposição; organizar a disseminação de ideias.»

Michel Sauquet, diretor de comunicação da Fundação desde 1994, decidiu dar o passo e assumir a liderança da iniciativa, acompanhado por Jean Freyss e Martin Viélaus. Ele observa:

«Partimos, há alguns meses, da ideia de uma Escola de Pensamento sobre Governança, depois de um movimento de pensamento [...]. Seguindo a tipologia dos objetivos de Jean Freyss, pode-se dizer que o objetivo da operação é, em primeiro lugar, conectar e relacionar a reflexão dos atores sobre a governança (entre meios, entre geografias, etc.), algo que sabemos fazer mais ou menos bem; em segundo lugar, desenvolver as capacidades de análise, conceptualização e proposta, alcançar um salto qualitativo em termos de produção do pensamento (o problema aqui é o de como fazer e a articulação com os movimentos de pensamento vizinhos para se fazer ouvir e ser credível, é preciso mostrar as pontes com outras correntes); em terceiro lugar, organizar a propagação do movimento de pensamento, para não ficar apenas no centro de investigação ou no simples «think tank».»

Ao tomar posição como instituição no campo das ideias e ao criar um Instituto independente para as promover, a fundação iniciou uma nova transformação. E essa criação também respondia à aspiração dos quadros mais antigos da fundação de estar no comando de uma aventura coletiva, onde, como vimos, a origem familiar da fundação e a vontade de um projeto coerente limitavam internamente as possibilidades de autonomia.

De certa forma, generalizámos esta abordagem através da multiplicação nos anos seguintes. Por exemplo, criando o Fórum para uma Nova Governança Global, FnGM, em 2007, cuja direção foi assumida por Gustavo Marin, responsável pela Aliança na Fundação, juntamente com o politólogo franco-americano Arnaud Blin. Em 2012, eles observaram³⁵²:

«Criado em 2007 por iniciativa de Arnaud Blin e Gustavo Marin, com o apoio da FPH, o FnGM assumiu inicialmente a missão de desbravar um terreno pouco conhecido e explorar essa terra

³⁵¹ FDS 21310 - março de 2004 - Princípios para o lançamento da iniciativa internacional de refundação da governança

³⁵² BIP 4526 - fevereiro de 2013 - Nota de etapa FnGM

incógnita que era a governança global. Dando continuidade ao trabalho iniciado pela FPH na década de 1990, a constatação inicial do FnGM era simples e clara: a evolução do mundo exige novos modos de gestão de problemas que agora ultrapassam a competência dos atores em campo. Tudo leva a crer que esta problemática continua no centro das grandes questões de hoje e de amanhã. Ao mesmo tempo, embora a implementação de uma arquitetura de governação global pareça cada vez mais urgente, esta, por múltiplas razões, tem dificuldade em arrancar.

Ainda hoje, a noção de governança global está associada, na mente de muitas pessoas, à ideia de um Estado global onipotente e totalitário, uma espécie de União Soviética à escala planetária. De um modo mais geral, a ideia de «governança global» sempre foi motivada, no passado, pela vontade de prevenir conflitos. Só recentemente é que se traduziu nas mentes como a manifestação prática de um desejo ou de uma tomada de consciência da urgência de uma regulação à escala mundial dos desequilíbrios que põem em perigo não só a paz, mas também a própria existência do planeta. Mais simplesmente, a construção de uma governança global é uma resposta política à necessidade incontornável que se impõe, agora, de institucionalizar a interdependência que condiciona as relações entre os povos, tanto mais que essa interdependência permanece desequilibrada e continua a ser comandada pelas potências dominantes, antigas e emergentes.

No estado atual das coisas, a governança atual, ou mais precisamente as governanças que regem os povos e as nações, praticamente não responderam ao fenómeno da interdependência. O Estado-nação foi construído numa época em que os países funcionavam amplamente com base no princípio da autonomia e praticamente não evoluiu desde a sua «formatação» moderna nos séculos XVII e XVIII. Os acontecimentos diários estão aí para nos lembrar que os Estados e os seus dirigentes são, por múltiplas razões, incapazes de tratar de forma rigorosa e inteligente os problemas do momento e que os próprios povos têm dificuldade em compreender a natureza dos desafios, revelando-se fraca a vontade de uns e outros de mudar de abordagem, como nos lembram regularmente estas grandes reuniões (Copenhaga, Rio+20, etc.), que são sempre acompanhados por uma decepção proporcional às esperanças momentaneamente vislumbradas. A Organização das Nações Unidas, instituição venerável, que faz o melhor que pode com meios muito limitados, encarna de certa forma, e por defeito, essa governança mundial procurada por todos sempre que surge uma crise. Mas este organismo de segurança coletiva, inicialmente destinado a prevenir uma 3ª guerra mundial, não é de forma alguma a encarnação da governança mundial, e as desilusões provocadas pela sua impotência são tão evidentes quanto a sua incapacidade de evoluir para outra coisa.»

A mesma abordagem se aplica ao campo dos novos modelos de desenvolvimento. Ao contrário de outros desafios identificados na Agenda para o século XXI (governança, ética da responsabilidade, emergência de uma comunidade mundial), a fundação não havia, em 2004, produzido nenhum elemento de doutrina sobre o assunto. O programa inicial de «luta contra a exclusão» de 1991 tornou-se um programa de apoio a uma economia social e solidária que não podia pretender ser, por si só, uma nova teoria da economia. E o Conselho da Fundação, por intermédio de Maurice Cosandey, pediu-me explicitamente para reunir elementos de doutrina sobre o assunto, o que fiz com a publicação pela ECLM, em 2009, do «Essai sur l'œconomie» (Ensaio sobre a economia)³⁵³. Mas também queríamos que as reflexões da

³⁵³ Ensaio sobre a economia. Publicado em 2009, por Pierre Calame.
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/essai-sur-l-oeconomie/

fundação fossem confrontadas com outras correntes de pensamento, a fortiori neste domínio intelectual muito congestionado, onde ela não podia pretender descobrir sozinha a pedra filosofal. É esse o sentido da Iniciativa para repensar a economia (IRE)³⁵⁴, alternativa às doutrinas e ideologias da economia. Uma das nossas ideias era recensear as iniciativas de «economia heterodoxa» e até, seguindo o modelo do «prémio Le Monde da investigação universitária» que criámos com o jornal Le Monde, criar um prémio que recompensasse jovens investigadores que dessem um contributo original à ciência económica. Foi Aurore Lalucq, uma aluna de Jean Freyss, que empreendeu esse trabalho pioneiro depois de me acompanhar na redação do Ensaio sobre a economia. Sem dúvida, Philippe Amouroux teria assumido a direção de um instituto a ser criado seguindo o modelo do IRG se sua morte repentina, em 2006, não tivesse posto fim a essa perspectiva. E, finalmente, foi Aurore Lalucq³⁵⁵, juntamente com Wojtek Kalinowski, que assumiu o comando, criando o Instituto Veblen³⁵⁶:

«Financiado em grande parte e acolhido pela Fundação Charles Léopold Mayer para o Progresso do Homem (FPH), o Instituto Veblen tem como missão «participar na reforma do pensamento económico, promovendo os princípios de uma economia social e ecológica adaptada aos desafios do desenvolvimento sustentável. Pretende também apoiar e participar nas redes de atores que trabalham nesse sentido, em particular através das suas publicações e da sua participação no debate público, num trabalho orientado para propostas de reforma.»

Mais tarde, teremos a oportunidade de voltar ao conteúdo do trabalho destas três estruturas. Desde a sua criação, o Conselho de Fundação está atento às possíveis contradições do exercício. Como escola de pensamento, elas devem privilegiar as contribuições da fundação e da Aliança, mas cruzando-as com outras contribuições, caso contrário, isso se reduziria a uma política de comunicação e seria uma duplicação da editora que criámos, a Éditions Charles Léopold Mayer (ECLM)³⁵⁷. São, portanto, espaços pluralistas e isso deve refletir-se na sua governança. Mas, tendo sido criados pela Fundação com uma supervisão inicial da Fundação, será difícil convencer outras fontes de financiamento a reforçar e perpetuar as estruturas.

Na prática, trata-se apenas de um caso particular, certamente extremo, da lógica da fundação nesta terceira etapa: empenhada em criar «o que falta», a maioria das iniciativas que tomará dependerá de forma duradoura do seu financiamento e terá grandes hipóteses de se esmorecer se esse financiamento vier a faltar.

³⁵⁴ FDS 22977 - 29 de maio de 2006 - Preparação da divulgação do texto IRE

³⁵⁵ Aurore Lalucq tornou-se, desde 2019, deputada europeia, onde preside, desde 2024, a comissão económica e monetária. É também copresidente do partido Place Publique com Raphaël Glucksmann

³⁵⁶ O Instituto Veblen para as Reformas Económicas é um think tank francês criado em 2010, que trabalha para a transição para um modo de desenvolvimento sustentável e uma economia socialmente justa, promovendo ideias económicas e políticas públicas a favor da transição ecológica. Associação sem fins lucrativos e apartidária, o instituto empresta o seu nome ao economista e sociólogo americano Thorstein Veblen. Site: www.veblen-institute.org/

³⁵⁷ Site da Éditions Charles Léopold Mayer: www.eclm.fr/

1.8 – Qual o lugar da Aliança na terceira etapa?

Desde o início da sabática, em fevereiro de 2002, sabíamos que a questão do lugar da Aliança na terceira etapa da Fundação seria central. Eis como ela é mencionada na nota que lança a sabática³⁵⁸:

«Foi em 2001 que os dois navios Aliança e Fundação navegaram lado a lado e pode-se dizer que, no orçamento de 2001, todos os programas e todas as políticas foram afetados, muitas vezes de perto, pela preparação dos eventos da Aliança e pela elaboração coletiva de cadernos de propostas. [...]»

Já especifiquei a posição futura da Fundação na sessão de encerramento da Assembleia de Lille:

«Uma Aliança não é uma instituição, um movimento, uma organização política, uma ONG. É um espaço de liberdade; são métodos de trabalho que são condições para a democracia, a eficácia e a durabilidade. É, finalmente, uma aspiração comum de se conectar para dar sentido e construir força. A Aliança é apenas o que os Aliados quiserem fazer dela. Nós, da Fundação Charles Léopold Mayer, assumimos um compromisso moral quando a Aliança foi criada, em 1994: apoiá-la até o final da Assembleia dos Cidadãos da Terra, da qual a Assembleia de Lille é o símbolo [...]. Esta noite, teremos cumprido nossos compromissos. Uma nova página se abre. Ela está em branco, cabe a todos nós, a todos os Aliados, a todos aqueles que, de perto ou de longe, compartilharam a aventura através de um projeto, uma escola, um encontro, escrevê-la. A Fundação Charles Léopold Mayer estará, naturalmente, associada a esta nova etapa. Tal como em 1996, em 2002, ela empenhar-se-á em definir o lugar que está disposta a ocupar e as prioridades que irá defender [...]. Continuaremos empenhados, no que nos diz respeito, em que a Aliança seja esse espaço aberto, pluralista e democrático que tem sido até agora, um espaço onde é possível trabalhar em conjunto sobre temas difíceis.»

Estas posições foram confirmadas pelo Conselho de Fundação de 25 de janeiro de 2002³⁵⁹:

«O Conselho considera que as relações entre a fundação e a Aliança são uma dimensão essencial do sabbatical. [...] Mudámos de época depois de Lille. Nunca mais será como antes. Mas que imaginário tão formidável poderia substituir a Aliança? É essa mesma estrela ou uma nova estrela que devemos visar? Não se trata de substituir a Aliança! É preciso procurar outras modalidades que permitam a alguns encontrar nela uma bandeira. A Aliança foi uma ideia genial, mas deve permanecer uma ideia. Não é preciso que as pessoas da fundação ou de fora se cubram com a bandeira da Aliança [...]»

O Conselho compreende bem a dificuldade de expressar, no próximo período, a relação entre uma instituição, a fundação, e uma ideia, um processo e a Aliança:

«Alguns membros do Conselho não veem outra saída senão contribuir para a institucionalização da Aliança, a fim de estabelecer um novo diálogo entre a FPH, por um lado, e a Aliança, por outro. No entanto, a maioria dos membros do Conselho vê a Aliança como um processo e não como uma instituição emergente: a Aliança é aquilo em nome do qual tudo isto foi iniciado, mas não é

³⁵⁸ BIP 606, op cit

³⁵⁹ BIP 538 - 25 de janeiro de 2002 - Relatório do Conselho de Fundação

um objeto que existe. Todos estão convencidos de que a Fundação tem uma grande responsabilidade em relação à aliança que criou. Não se trata de se eximir dessa responsabilidade. Sob o nome de Aliança, dinâmicas foram colocadas em marcha. Por ocasião do sabático, é preciso identificar a realidade dessas dinâmicas. É essa realidade que determinará o dever de fidelidade da fundação em relação ao que ela criou sob esse nome. O que se tentou fazer até agora foi apoiar diferentes processos que convergiram em Lille. A mensagem de encerramento de Lille é dizer: é preciso que a coisa dê certo. Nem tudo vai dar certo. É preciso, ao mesmo tempo, apoiar os processos em que acreditamos e manter o vínculo mínimo necessário para que o todo se una.

Alguns salientam que, se não se trata de institucionalizar a Aliança como tal – o que a faria mudar de natureza (qual é o grau de centralidade compatível com algo como a Aliança? A própria ilusão da centralidade não é perigosa?) –, a FPH tem, no entanto, a responsabilidade moral de ajudar os diferentes movimentos a estruturarem-se e a tornarem-se autônomos.»

O que é interessante nesta posição, tomada logo após a Assembleia Mundial, é a distinção feita pelo Conselho entre o processo voluntarista levado a cabo pela Fundação para tornar a Assembleia Mundial um protótipo de Parlamento Mundial representativo de toda a diversidade da humanidade e as dinâmicas, muito mais parciais e díspares, que surgiram com o desenvolvimento da Aliança. É em relação a essas dinâmicas que o Conselho considera que a Fundação tem um dever de fidelidade, e não em relação à Aliança como dinâmica global.

Seguiram-se longas trocas pela Internet com aqueles que desejavam iniciar juntos uma segunda etapa da Aliança. Uma nota de fevereiro de 2005³⁶⁰ faz o balanço dos três anos de trocas. Em segundo plano, o facto de apenas algumas centenas de aliados terem participado em todas estas trocas mostrava que algo estava errado. Como a Assembleia de Lille não foi, acima de tudo, uma assembleia de aliados, não havia novas perspectivas de uma agenda comum para atrair energias. Por outro lado, essas trocas permitiram identificar melhor as alianças como uma nova forma de organização. A este título, é útil citar amplos excertos deste texto doutrinário:

«Como toda aventura coletiva, a sua natureza foi se precisando à medida que avançava: os métodos foram se desenvolvendo, as ferramentas foram se aperfeiçoando, as contradições foram surgindo. De 1996 a 1999, foram feitos vários esforços para definir a Aliança e dotá-la de um sistema coletivo de governança, ao mesmo tempo em conformidade com a sua natureza, eficaz e realista. Esses esforços não foram totalmente bem-sucedidos. No entanto, proporcionaram uma melhor compreensão das dificuldades a superar.

Ao longo dos anos, novos movimentos ou processos coletivos foram criados para promover a ideia de uma outra globalização. Os mais conhecidos são a ATTAC e os Fóruns Sociais Mundiais. A Aliança não tinha motivos para duplicá-los. O seu desenvolvimento reforçou as intuições iniciais da Aliança e mostrou o seu próprio valor acrescentado: um espaço de trabalho aberto a uma pluralidade de opiniões, a vontade de associar pessoas e instituições de todo o mundo e de todos os meios, a preocupação em avançar com propostas, a inscrição das iniciativas no tempo, a

³⁶⁰ BIP 2582 - fevereiro de 2005. Conselho de Fundação: Posição da FPH sobre a segunda etapa da Aliança - A fundação, no âmbito da elaboração do seu projeto 2003-2010, redefiniu as suas relações com a Aliança para um mundo responsável, plural e solidário. Após examinar as diferentes opções possíveis, optou por dar um apoio seletivo à Aliança, que continua a ser não institucional, mas redefinida por uma Carta constitutiva

insistência nas ligações transversais entre as diferentes iniciativas e nos métodos. Em suma, tudo o que distingue uma aliança para uma outra globalização de uma coligação antiglobalização.

Com a Assembleia Mundial dos Cidadãos, terminava o compromisso moral que a FPH assumira em 1994 em relação à Aliança. No entanto, em muitos aspetos, a aventura estava apenas a começar. Abria-se, assim, uma segunda etapa da Aliança. Esta não podia ser iniciada sem redefinir a natureza da Aliança e a sua governação. Tendo em conta o peso histórico e financeiro da FPH, esta redefinição exigia que esta última definisse as suas próprias orientações e o lugar que poderia ocupar no envolvimento numa Aliança redefinida.

O lugar do apoio à Aliança para um mundo responsável, plural e solidário nas orientações 2003-2010 da FPH, as relações entre a FPH e a Aliança, a natureza e a governança da Aliança foram amplamente debatidos durante o período sabático.

Em junho de 2003, o Conselho da Fundação teve de decidir entre três hipóteses:

1. o fim de todo o apoio à Aliança, considerando que cabia a outros assumir o seu financiamento e que essa era a única forma de cortar o cordão umbilical entre a FPH e a Aliança;
2. a transformação da Aliança numa instituição formal, dotada de personalidade jurídica e órgãos estatutários, o que permitiria estabelecer relações de parceria clássicas entre a FPH e a Aliança;
3. a redefinição da natureza da Aliança, o estabelecimento de uma Carta Constitutiva e a continuação de um apoio mais seletivo da FPH à Aliança assim redefinida, mas mantendo o seu carácter não institucional.

O Conselho de Fundação optou pela terceira hipótese. [...] a redefinição da natureza da Aliança, o estabelecimento de uma Carta Constitutiva e a continuação de um apoio mais seletivo da FPH à Aliança, assim redefinida, mas mantendo o seu carácter não institucional. Para que a terceira hipótese seja viável, é necessário, no entanto, garantir um amplo consenso sobre uma aliança redefinida e regras claras.»

Segue-se uma análise detalhada das contradições que foi necessário superar, sobre as quais não voltaremos aqui. Conclui-se:

«A Aliança, pelas próprias modalidades do seu nascimento e desenvolvimento, foi o protótipo de um novo modo de organização, as «alianças cidadãos». Acreditamos que este modo de organização tem um grande futuro, pois responde às necessidades de uma sociedade global em formação, num momento em que as organizações sociais e políticas centralizadas, hierarquizadas e dogmáticas estão desacreditadas e em que o desenvolvimento da Internet torna possível organizações mais abertas e fluidas.

A Carta Constitutiva da Aliança deve especificar as modalidades segundo as quais uma pessoa, uma iniciativa ou uma instituição pode beneficiar da Aliança: ela especifica as modalidades de consulta dos aliados e de «certificação» das iniciativas e dos documentos [...]

A FPH, de acordo com os seus estatutos e no âmbito dos orçamentos bienais aprovados pelo Conselho, define livre e soberanamente o seu apoio financeiro e metodológico à Aliança. Ela prevê apoiar prioritariamente:

1. a manutenção dos dispositivos de trabalho e do sistema de informação;
2. a implementação da governança da Aliança;
3. a divulgação, valorização e adaptação, em diferentes meios e regiões, da Carta das Responsabilidades Humanas;
4. a descompartimentação e o trabalho coletivo de síntese, nomeadamente no prolongamento dos cadernos de propostas e da Agenda;
5. o apoio a iniciativas que reflitam as prioridades enunciadas na Agenda para o século XXI, resultante da Assembleia Mundial dos Cidadãos;
6. o apoio a uma nova geração de grupos geoculturais.»

Em que princípios basear a governação da futura Aliança e das alianças cidadãs que se multiplicarão? A «Democracia em pedaços» enunciou novos princípios de governação que nos parecem válidos também para este tipo de organização que ainda está por inventar:

«Enquanto a governação tradicional privilegia as instituições, a repartição de competências entre estas instituições e a formulação de regras de natureza jurídica, a governação do futuro privilegia os objetivos perseguidos, os critérios éticos da ação e os modos de agir, as práticas concretas, os mecanismos de trabalho e as modalidades de cooperação entre os atores. Enquanto a governança tradicional se interessa prioritariamente pela legalidade do exercício do poder – ou seja, precisamente pela sua conformidade com as regras –, a governança do futuro se interessa prioritariamente pela legitimidade do exercício do poder, que decorre da conformidade do seu exercício com uma ética, do respeito pelos objetivos comuns e das exigências de eficácia. Enquanto a governança tradicional considera o poder como uma espécie de bolo a ser partilhado, a governança do futuro considera o poder como uma capacidade de iniciativa, de qualidade indefinida por natureza, uma capacidade de sair da impotência.

Dáí os três princípios que fundamentam a redefinição da Aliança:

1. uma Carta constitutiva gravada em mármore, fundamento do contrato moral entre os aliados. Ela compreende três partes: a natureza da Aliança; os seus objetivos, a sua carta ética;
2. dispositivos de trabalho, passíveis de melhoria e revisão permanente, adaptados à natureza da aliança e aos objetivos perseguidos e que definem, nomeadamente, as condições pelas quais cada aliado pode beneficiar da Aliança;
3. um colégio de «garantes», que retira a sua legitimidade da rigorosa atitude, encarregado de zelar pelo respeito da Carta constitutiva.

Na prática, a Carta constitutiva da Aliança perder-se-á nas areias, mas esta filosofia das organizações guiará a nossa ação até 2010.

1.9 – O seminário da Ilha de Yeu

Tomámos a decisão, essencial para sublinhar a inscrição das nossas orientações no tempo, de passar de um orçamento anual para um orçamento bienal³⁶¹. Os anos 2004-2005 inauguraram esta nova forma de proceder:

«Com base no trabalho da equipa e na grande quantidade de documentos fornecidos, o Conselho tomou as grandes decisões orçamentais, definiu um método de trabalho a seguir, identificou o tipo de aprofundamento que será necessário para a Ilha de Yeu e deu instruções ao diretor para que lhe apresentasse um projeto de orçamento em conformidade com as opções escolhidas .»

Foi, de facto, na ilha de Yeu que se realizaria, em maio de 2004, um seminário de vários dias reunindo todo o Conselho da Fundação e a equipa permanente, apogeu das «assembleias gerais anuais» que, há muito tempo, reuniam os dois «órgãos» legislativo e executivo da Fundação, permitindo trocas pessoais entre os seus membros. Assembleia no final da qual as orientações para os próximos anos seriam gravadas em pedra. Apogeu também no plano humano, tanto no Conselho como na equipa. O Conselho, unido por aventuras partilhadas, era muito coeso e os principais quadros da equipa, Gustavo Marin, responsável pela Aliança, Michel Sauquet, responsável pelo programa intercultural e pela editora, Pierre Vuarin, responsável pelo programa agricultura camponesa e globalização, Philippe Amouroux, do programa de economia social e solidária, e Matthieu Calame, da conversão da propriedade agrícola de Villarceaux e do programa de ciência, tecnologia e sociedade, participaram da maior parte da aventura comum. A morte repentina de Jean Freyss, membro do Conselho desde o verão de 2004, e depois a de Philippe Amouroux em 2006, iriam gradualmente desfazer essa simbiose.

A abertura do debate sobre a ciência económica

Este seminário encerrou o período de capitalização durante o qual foi feito um balanço de cada programa. As «autorizações de programa», «AP» na linguagem da Fundação, que a equipa queria submeter ao Conselho, tinham sido redigidas. Se duas das mudanças descritas, a governação e a ética da responsabilidade, já tinham sido amplamente documentadas, a terceira, a transformação dos modelos de desenvolvimento, ainda estava em suspenso. Em que medida a fundação era capaz de definir os contornos dessa transformação e escrever a sua visão do futuro? Essa era uma das principais questões que o Conselho da Fundação, em particular Maurice Cosandey, colocava à equipa. As nossas discussões internas ainda não tinham chegado a uma conclusão sobre este ponto³⁶²:

³⁶¹ FDS 21241 - fevereiro de 2004 - Ata resumida da discussão do orçamento 2004-2005

³⁶² FDS 21453 - maio de 2024 - Debate na Ilha de Yeu sobre o terceiro pilar das orientações da FPH: desenvolvimento, alternativas, desenvolvimento sustentável

«Philippe Amouroux insistiu no facto de que, na sua opinião, o terceiro pilar seria mais as próprias práticas individuais e coletivas nas formas de ser e de viver (consumir, produzir, etc.) [...]. Pierre Vuarin insistiu nas tensões nos próximos trinta anos em relação aos recursos naturais. [...] o desafio das mudanças não é, acima de tudo, cultural? Qual o caminho para a mudança? Democrático? Autoritário? Podemos construir um mundo através da ameaça e do desenvolvimento da consciência? Podemos usar a palavra desenvolvimento e em que condições?

Pierre Calame recordou as suas motivações para lançar a ideia de um concurso internacional sobre a organização do comércio local e global. Insistiu no facto de que a palavra *oeconomia* deveria ser reapropriada. É hora de voltar aos fundamentos da *oeconomia*, de considerar as regras que regem as trocas entre os seres humanos, entre as sociedades, entre a humanidade e a biosfera como um dos domínios da governança. Ele insistiu na falta de reflexão e na necessidade de mobilizar estudantes e intelectuais sobre essas questões.»

Encontramos no debate dessa época os germes de uma mudança. Desde meados da década de 1990, a nossa reflexão sobre uma outra economia, herdada do título do programa de 1991, «luta contra a exclusão», foi uma lenta migração dos efeitos excludentes da economia dominante, que exigiam respostas sociais, para um trabalho sobre as próprias fontes da exclusão, daí a importância que atribuímos à economia social e solidária, ao microcrédito, à criação de empresas, ao papel das mulheres na economia, para citar apenas alguns temas dominantes da época. Com a Agenda para o Século^{XXI}, fomos chamados a remontar ainda mais no tempo, a questionar a própria ciência económica, a reconhecer que a questão já não era escolher entre capitalismo e comunismo, já que ambos nos pareciam, à luz da história, profundamente ligados a um mesmo modelo produtivista pouco atento à integridade da biosfera, mas sim elaborar uma nova doutrina económica, tornando o campo da produção e do consumo um dos domínios da governação. Esta evolução será decisiva nos anos seguintes³⁶³.

1.10 – O orçamento de 2004-2005, reflexo da terceira etapa da fundação

As quatro entradas dos novos orçamentos: Onde? Quem? Sobre que tema? Como?

Para refletir a perenidade das «três vias da diversidade», inauguradas com a Aliança, criámos uma nomenclatura com quatro entradas, cada uma delas constituindo o carácter dominante da ação, entendendo-se, como se verá, que a partir de cada uma das entradas surgiam cruzamentos com as outras três³⁶⁴:

³⁶³ Encontra-se neste FDS a primeira expressão do que virá a ser a espinha dorsal do livro de Pierre Calame publicado pela ECLM em 2009, «*Essai sur l'oeconomie*» (*Ensaio sobre a economia*), cuja tese central é que, ao reconhecer que a economia é um domínio da governação e ao aplicar-lhe os princípios gerais da governação, enunciados em «*Démocratie en miettes*» (Democracia em pedaços), seria possível reconstruir uma ciência económica que deixasse de se reivindicar como uma ciência à parte

«A análise das iniciativas por modo de entrada, depois por subdominante e eixos de trabalho é uma forma conveniente de «desvendar o mistério». No entanto, o importante é que cada iniciativa esteja em conformidade com as orientações da FPH de acordo com os quatro modos de entrada. As ações mais valiosas são aquelas que podem ser classificadas indiferentemente de acordo com as diferentes dominantes.»

Foi uma forma de generalização do cruzamento entre «programas» e «políticas» que caracterizou a segunda etapa das Fundações. Essas entradas foram as seguintes:

1. uma entrada geográfica, «Onde», que manifestava a nossa preocupação em alargar o espectro geográfico das nossas parcerias;
2. uma entrada colegial, «Quem», marcando a preocupação em dialogar com uma grande diversidade de meios;
3. uma entrada temática, «T», que prolongava a via setorial da Aliança, privilegiando a elaboração coletiva de propostas sobre as grandes mudanças identificadas na Agenda e confirmadas nas novas orientações;
4. uma entrada metodológica, «Como», herança direta das nossas políticas da segunda etapa, enriquecida pelos novos métodos de inteligência coletiva desenvolvidos para a Aliança.

O orçamento 2004-2005 inaugura a terceira etapa da fundação

O orçamento 2004-2005 é, portanto, o primeiro da terceira etapa. É interessante citar amplamente a apresentação que fizemos na época, tanto pelo método de elaboração quanto pelas arbitragens realizadas³⁶⁵:

«No final de 2003 e início de 2004, a fundação dedicou-se a um exercício novo para ela: o estabelecimento de um orçamento bienal que inaugurasse novas orientações e uma nova organização. Esse orçamento estava sujeito a múltiplas restrições ou exigências contraditórias. Por um lado, a crise internacional dos mercados financeiros desde 2002 diminuiu o património financeiro da fundação, levando a uma maior prudência na fixação dos montantes disponíveis para o financiamento dos objetivos. Por outro lado, muitos parceiros tradicionais da fundação e outros novos, interessados nas orientações, estavam ansiosos para ver o fim do nosso período sabático e solicitavam à fundação uma parceria ou apoio. Por fim, a supressão dos programas e políticas obrigou a inventar um novo procedimento para a elaboração do orçamento, envolvendo toda a equipa [no âmbito da segunda fase da Fundação, a divisão em programas e políticas fazia com que cada um deles tivesse um responsável e a preparação do orçamento fosse feita através de diálogos entre o diretor e o responsável. A preparação do novo orçamento exigia, desta vez, um trabalho coletivo]. A vontade de que cada ação apoiada refletisse os quatro modos de entrada adotados nas nossas orientações – prioridades geográficas, prioridades socioprofissionais, prioridades temáticas e prioridades metodológicas – obrigou a considerar

³⁶⁴ FDS 21241, op cit

³⁶⁵ BIP 647 O orçamento 2004-2005

cada ação sob esses quatro ângulos de abordagem. Para elaborar o orçamento, tivemos, portanto, de recorrer de forma muito extensiva à metodologia cartográfica desenvolvida ao longo dos últimos anos. Esta consiste em descrever uma ação sob múltiplos ângulos e, em seguida, visualizar em mapas a localização de cada ação de acordo com múltiplos critérios³⁶⁶.»

Foi a partir dessa clarificação que o Conselho da Fundação pôde, com base em exemplos concretos, pronunciar-se sobre as prioridades a atribuir ao período.

«Elaborado para dois anos no âmbito das orientações 2004-2010 da fundação, o orçamento 2004-2005 representa 17 milhões de euros. É composto por quatro grandes massas:

1. *um orçamento de funcionamento* de 3,4 milhões (20% do total). Este financia o funcionamento da equipa permanente e não permanente, bem como as atividades diretas de animação da ação da fundação e de capitalização permanente;
2. *uma reserva* de 4,25 milhões (25% do total). O conselho da fundação considerou que, no momento em que as novas orientações começavam a ser implementadas, não era desejável afetar, desde o início, a totalidade do orçamento. Esta reserva visa, portanto, adaptar a ação e aproveitar novas oportunidades nos próximos dois anos;
3. *um orçamento de acompanhamento* de 1,36 milhões (8% do total). Este é dedicado ao acompanhamento individual e coletivo das ações e abrange três modos de intervenção: o acompanhamento metodológico dos parceiros para que beneficiem dos métodos e ferramentas desenvolvidos ao longo de quinze anos e para enriquecer o capital metodológico comum com a sua própria experiência; o acompanhamento das ações para garantir, inclusive com o apoio de recursos humanos externos, um diálogo constante em torno de cada uma delas; a animação de uma reflexão coletiva, envolvendo todos os parceiros interessados, em torno dos temas prioritários da fundação;
4. *um orçamento de ação* de 8 milhões (47% do total). Este é dedicado ao financiamento das ações já decididas pelo conselho da fundação na sua reunião de 9 de fevereiro de 2004.»

As ordens de grandeza dão uma ideia impressionante da evolução da Fundação. A reforma dos seus estatutos, em 1998, introduziu a noção de ação direta, a par da ação tradicional de financiamento através de doações e empréstimos da ação de outros. Por conseguinte, a natureza do orçamento denominado «de funcionamento» foi totalmente transformada. A fundação, decidida a agir, como vimos, partindo não do que existia, mas do que faltava, foi de certa forma obrigada a envolver-se diretamente na conceção das iniciativas a tomar, com outros, é claro, mas de forma voluntária. Daí o peso do orçamento denominado «de funcionamento», que correspondia à sua participação direta na ação que apoiava. O que inicialmente era próprio de um programa específico, o de apoio à Aliança, tornou-se um princípio geral para toda a fundação. Os americanos distinguem dois tipos de fundações: as «Grants giving foundations», que distribuem dinheiro a projetos que estão de acordo com os objetivos da fundação, e as «Operating foundations», que implementam diretamente os seus

³⁶⁶ Trata-se da metodologia concebida por Vincent Calame, inicialmente para a síntese dos workshops da assembleia mundial, e posteriormente aperfeiçoada com a criação do software Desmodo, que utilizámos com sucesso durante o período sabático, nomeadamente para a síntese da Africités 3 em Yaoundé e para a Assembleia Fundadora da CGLU, Cidades e Governos Locais Unidos.

objetivos (por exemplo, a gestão de um hospital). Na sequência de uma evolução iniciada em 1991, a fundação encontrava-se agora numa posição intermédia, combinando um pouco das duas funções. Isso explica que o orçamento denominado «de funcionamento» represente 20% do total, sem relação com as «despesas administrativas» da fundação, que representavam apenas um quinto desse orçamento, ou seja, 4% do orçamento total.

Da mesma forma, o Conselho estava bem ciente de que comprometer, logo neste primeiro exercício da terceira etapa, todo o dinheiro para dois anos, não permitiria um processo de aprendizagem, levando-o a manter uma reserva importante. Isso explica que o orçamento alocado, desde o primeiro dia aos parceiros, representasse pouco menos da metade do total.

Em seguida, especificámos as nossas prioridades por modo de entrada:

1. *«entrada geográfica*, insistimos na dimensão global dos problemas e, portanto, na necessidade de construir um diálogo com as diferentes regiões do mundo;
2. *entrada socioprofissional*, insistimos na necessidade de trabalhar com os diferentes meios e no interesse de apoiar, para cada um deles, a construção de alianças cidadãs internacionais envolvendo pessoas, instituições e movimentos que partilham a mesma vontade de assumir a sua responsabilidade;
3. *entrada temática*, privilegiamos as três mudanças que nos parecem essenciais: a revolução da governança; o surgimento de uma base ética para gerir o planeta, com a carta das responsabilidades humanas; a pesquisa, em todos os domínios, de alternativas aos impasses dos modelos atuais de desenvolvimento;
4. *em termos metodológicos*, insistimos em [...] três famílias de métodos: a organização e a animação da ação coletiva, em particular as alianças cidadãs; o surgimento de propostas alternativas, a evolução dos sistemas de pensamento e a difusão de ideias e propostas; o desenvolvimento de novas capacidades para pensar o mundo e agir sobre ele através de métodos de inteligência coletiva.»

Nestas prioridades, encontramos o desejo que nos animava de consolidar os frágeis resultados da Assembleia Mundial, cuja preparação nos levou a criar contactos nas vinte regiões do mundo, alargando subitamente o leque dos nossos contactos. Encontramos também as lições aprendidas com as dificuldades encontradas no «caminho colegial da Aliança», ou seja, a ausência de redes mundiais para a maioria dos meios socioprofissionais. Queríamos ajudar no surgimento dessas redes mundiais, mas com duas condições: sob a forma flexível de alianças, pois não imaginávamos criar ex nihilo instituições mundiais representativas, e centrando-se no exercício da responsabilidade por cada meio. A Carta das Responsabilidades Humanas parecia-nos o fundamento do contrato social que ligava cada meio ao resto da sociedade³⁶⁷:

«Para o modo de entrada geográfica, escolhemos cinco eixos:

³⁶⁷ Esta filosofia da «renovação do contrato social» é explicada quinze anos mais tarde no livro cujo título é um programa. Metamorfoses da responsabilidade e contrato social. Publicado em 2020 por Pierre Calame. No site da ECLM: <https://www.eclm.fr/livre/metamorphoses-de-la-responsabilite-et-contrat-social/>

1. a refundação da sociedade e da governação nas regiões do mundo mergulhadas numa crise profunda, onde a sobrevivência e a coesão da sociedade estão em causa;
2. o desenvolvimento do capital social da fundação, nas regiões do mundo onde consideramos que as relações de parceria já estabelecidas não estão à altura da importância da região;
3. o apoio a uma identidade regional e a uma consciência comum, nas regiões onde o principal desafio é desenvolver uma integração regional, independentemente das formas institucionais que ela possa assumir;
4. a participação da região nos assuntos mundiais, quando, por razões históricas ou políticas, a região se encontrou isolada durante demasiado tempo ou não exerce uma influência à altura da importância da sua civilização ou do seu peso económico;
5. a elaboração de estratégias de mudança nas regiões onde certas políticas, por exemplo económicas ou agrícolas, devem ser revistas com prioridade.»

Essa diversidade de critérios prioritários reflete a diversidade dos contactos que estabelecemos em diferentes regiões do mundo. Assim, em África, onde há muito tempo tínhamos estabelecido contactos, mas principalmente na África francófona, vimos que os Estados pós-coloniais, diretamente inspirados no Estado colonial, eram muitas vezes impostos às sociedades e que o desafio da refundação da governação era central. Em muitas regiões da Ásia, foi a preparação da Assembleia Mundial que proporcionou os primeiros contactos, que precisavam de ser consolidados. Na América Latina, era o diálogo com a construção europeia que nos parecia frutífero face às tentativas inacabadas de integração regional. Na China, onde a Aliança nos ajudou a construir contactos sólidos, percebemos (lembre-se que estávamos apenas no início do século^{XXI}!) que podíamos ser, para a «sociedade civil» (expressão a ser usada com cautela), um meio de abertura para o resto do mundo. Como se pode ver, a ideia de uma abordagem globalizada das questões devia combinar-se com a procura de ângulos de abordagem específicos em função das situações.

«Para o modo de entrada socioprofissional, escolhemos quatro eixos:

1. o apoio à *estruturação de um meio*, quando este ainda está pouco organizado à escala internacional;
2. o desenvolvimento do *diálogo com grandes redes e instituições*, em meios socioprofissionais, certamente já organizados, mas mais em torno de preocupações corporativistas ou de forma demasiado compartimentada para que as responsabilidades coletivas do meio sejam verdadeiramente assumidas;
3. a formulação de um *novo contrato social*, em meios onde as relações com o resto da sociedade devem ser repensadas;
4. a *elaboração e divulgação de propostas* sobre os desafios do mundo de amanhã, nos meios já organizados.»

A mesma necessidade de diferenciar a abordagem dos diferentes meios. Antes da Assembleia

Mundial, tínhamos a esperança de suscitar algumas assembleias mundiais específicas para um determinado meio, mas apenas se realizou, com o nosso apoio, uma «assembleia mundial dos habitantes (dos bairros populares das cidades)», no México, no início do ano de 2001. As relações eram mais ambíguas com o mundo camponês. Por iniciativa de militantes latino-americanos, foi criada a Via Campesina, que pensava poder federar, a nível mundial, as redes camponesas. Mas a América Latina não é o lugar mais adequado para isso, pois as grandes massas camponesas encontram-se na África e na Ásia e a posição antiglobalista da Via Campesina contrastava com os esforços que tínhamos feito para promover regulamentações globais equitativas e, por isso, nossas relações com esse movimento foram muitas vezes bastante conflituosas. Uma das nossas preocupações, no âmbito da Aliança, foi levantar a questão das relações entre o mundo científico e a sociedade, herança do nosso programa de «Domínio social da inovação», e promover a questão da responsabilidade social do ensino superior e da investigação perante o resto da sociedade.

No total, o orçamento de 2004-2005 incluía 85 autorizações de programa: 15 para a entrada geográfica, 19 para a entrada socioprofissional, 31 para a entrada temática e 20 para a entrada metodológica. Este número, por si só, é suficiente para causar vertigens, se pensarmos que, na sua maioria, se baseavam em iniciativas da fundação. Percebe-se imediatamente o alcance e os limites do nosso projeto, na verdade comparáveis ao alcance e aos limites da Aliança. Uma novidade formidável, pois, somadas, essas iniciativas simbolizavam um mundo em construção, mas uma dependência do apoio da fundação que limitaria, para muitas delas, a capacidade de se desenvolverem de forma autónoma. Seria tedioso descrevê-las ou mesmo nomeá-las todas.

Dediquei-me à estruturação do orçamento para 2004-2005, que lançava a terceira etapa da fundação, mas a maioria das iniciativas lançadas nessa época beneficiará de um apoio plurianual, o que justifica que sejam apresentadas em toda a sua duração. Limitar-me-ei a apresentar as mais significativas, começando pela entrada geográfica e pela China, que desempenhou, em muitos aspetos, um papel especial na história da Fundação.

II. Inventar novas modalidades de diálogo entre sociedades: Europa e China

2.1 – Capitalizar dez anos de diálogo com a sociedade chinesa

Desde os primeiros contactos na China, em 1992, por ocasião dos encontros regionais que antecederam a Convenção Preparatória para os Estados Gerais, a Fundação procurou desenvolver as relações com a China. Além da incrível ascensão deste país continental, desde a política de abertura económica conduzida por Deng Tsiao Ping, pensávamos, para retomar

uma expressão favorita da época, que *«independentemente do que se pense do regime político chinês, o mundo não se faria sem a China»*. E, de acordo com a nossa filosofia de quotas por região, a delegação chinesa foi a mais numerosa na Assembleia Mundial.

No início do século^{XXI}, a China estava em plena pesquisa e, no mesmo espírito do Japão da era Meiji na década de 1860, manifestava uma grande curiosidade pelas respostas dadas em diferentes países, particularmente na Europa, aos numerosos desafios enfrentados pela sociedade chinesa, confiante na sua capacidade de sinizar as políticas que lhe parecessem mais eficazes. Foi, portanto, nessa alternância de fases de abertura e fechamento, tão típica da história chinesa, um período privilegiado para o diálogo. No entanto, naquela época, o olhar das instituições e da mídia europeias sobre a China era ao mesmo tempo desdenhoso e paternalista. Basta lembrar que no átrio da Representação da UE em Pequim estavam expostas «imitações chinesas» de produtos europeus. Cometendo o mesmo erro de análise que com o Japão quarenta anos antes, a mensagem era clara: *«sim, graças à exploração dos seus trabalhadores, a China pode tornar-se a fábrica do mundo, mas nunca será mais do que uma fábrica que produz o que o Ocidente concebeu»*.

No entanto... com a frequência dos nossos contactos na China, víamos o enorme investimento que a China estava a fazer no ensino superior e no desenvolvimento tecnológico. Da mesma forma, alguns anos antes, na época em que os «princípios de boa governança» promovidos pelo Banco Mundial estavam em alta, o Ministério das Relações Exteriores da França decidiu publicar um livro sobre «A boa governança e a luta contra a grande pobreza», com o objetivo de demonstrar que os princípios de boa governança eram a base para a erradicação da grande pobreza no mundo. E pediu-me para escrever um capítulo sobre «O contra-exemplo asiático», que, no belo gráfico do Ministério, constituía um ponto aberrante. Foi-me fácil mostrar que a China, por si só, representava 40% da redução da pobreza extrema no mundo... o que arruinava a tese do próprio livro.

No final da Assembleia Mundial, a fundação tinha uma posição especial na China. Quatro intelectuais chineses, de nacionalidade francesa, foram durante todos esses anos os nossos intermediários com o mundo chinês: uma antropóloga especializada em relações interculturais, a Sra. Yu Shuo, um casal animador da associação Culture media, Chen Lichuan e Jin Siyan, e o secretário-geral da Associação dos Intelectuais Chineses na Europa, o historiador Chen Yan. Forte do que parecia ser, na época, a sua especificidade no mundo da filantropia, a fundação decidiu, no orçamento de 2004-2005, prolongar, através de várias ações, o diálogo bem estabelecido na década anterior.

O título geral da nossa ação era: «Desenvolver a aliança na China e apoiar uma maior participação da China nos assuntos mundiais; Aproveitar o capital social e a confiança da FPH na China e apoiar um trabalho de mediação para promover o surgimento de uma sociedade civil chinesa adaptada à sua história, em ligação com o resto do mundo e portadora de um modo de desenvolvimento mais sustentável³⁶⁸. Cada palavra aqui é importante: prolongar a Aliança na China, estimulando o diálogo com a Europa para um certo número de meios, mas

³⁶⁸ Ficha orçamental 45 - Desenvolver a aliança na China e apoiar uma maior participação da China nos assuntos mundiais

também, num momento em que a China se abria, mas ainda não tinha o costume do mundo, permitir que os chineses participassem em encontros internacionais. Foi assim, por exemplo, que a fundação assumiu, em janeiro de 2002, a primeira delegação chinesa a um Fórum Social Mundial, uma experiência verdadeiramente exótica tanto para os participantes chineses como para os outros. E foi nessa ocasião que Chen Yueguang e eu, após uma discussão aprofundada, esboçámos a ideia de um grande encontro das nossas parcerias em Pequim. Nesse período de abertura, vimos a oportunidade de desenvolvimento da sociedade civil na China, desde que não se impusesse um modelo ocidental. Finalmente, num contexto em que a «fábrica do mundo» se desenvolvia sem grande atenção ao impacto ambiental, contribuir para a busca de um novo modelo de desenvolvimento, que a China em breve iria empreender sob a expressão «sociedade harmoniosa».

A diversidade dos diálogos mantidos com a China, através dos diferentes programas da Fundação, levou-nos a preparar cuidadosamente, no âmbito do ano sabático, a reunião mencionada em Porto Alegre. Ela foi realizada em fevereiro de 2003, em Pequim, e organizada na Universidade de Pequim pela Sra. Yue Dai Yun, professora de literatura comparada. Ou seja, todos os nossos diálogos foram baseados na ideia de interculturalidade. Este encontro foi cuidadosamente preparado por ambas as partes. Tínhamos de enfrentar três riscos de incompreensão que esclarecem a posição muito específica da fundação no mundo da filantropia, onde, muitas vezes, quando se aceitava cooperar com a China, o que era bastante raro, era numa perspetiva «missionária», para convencer dos benefícios da democracia ou para apoiar projetos concretos levados a cabo pela sociedade civil.

O primeiro risco era que a fundação e a Aliança fossem confundidas na mente dos nossos parceiros chineses, o que era facilmente compreensível, uma vez que foi desde o início, em 1992, no âmbito do que viria a ser a Aliança, que os nossos primeiros contactos foram estabelecidos na China e, uma vez que o ponto alto desta primeira fase de cooperação tinha sido a Assembleia de Lille organizada pela fundação, mas sob a égide da Aliança. O segundo risco era que a fundação fosse assimilada a um financiador clássico, suscitando pedidos de apoio em vez de parcerias de diálogo. E o terceiro, que os parceiros chineses dos nossos diferentes programas (cinco dos sete tinham estabelecido as suas próprias parcerias na China) não vissem qualquer interesse nesta aproximação imposta, em vez de verdadeiramente escolhida. É o que ilustram as nossas trocas de mensagens em setembro de 2002. O desafio era importante, uma vez que o diálogo com a China simbolizava o compromisso global da Fundação e da Aliança³⁶⁹:

«O encontro de fevereiro é principalmente um encontro dos chineses com a FPH. Os chineses são parceiros da FPH (alguns desde 1992) e alguns também participaram nas atividades da Aliança. Mas o encontro de fevereiro não é um encontro específico da Aliança. Os participantes não chineses serão apenas membros da equipa da FPH. Não será uma reunião de capitalização, voltada para o passado e que se concentrará apenas no balanço das atividades realizadas. Se ela deve se basear no passado, será para melhor encarar o futuro. O título do encontro, cuidadosamente elaborado pelos participantes da reunião preparatória de agosto passado, é: «Diálogo transcultural: retrospectiva e perspetiva. A sociedade chinesa e a sociedade mundial

³⁶⁹ FDS 20145 - 2 de setembro de 2002 - Preparação da reunião na China em fevereiro de 2003

em construção» [...]. O objetivo é reforçar a vontade claramente manifestada pelos chineses de desempenhar um papel cada vez mais ativo na construção de uma sociedade civil na China e em ligação com o mundo. A FPH desempenhou, e poderá desempenhar no futuro, um papel de acompanhamento ativo. Para evitar mal-entendidos ou falsas representações, será importante que os chineses não concebam a FPH como um grande financiador que irá financiar projetos na China. Será essencial que a FPH, para além da sua condição de fundação, destaque a sua contribuição não financeira, nomeadamente o seu apoio metodológico, a mediação com outros parceiros e aliados no mundo e também as suas ideias e propostas.»

Para refletir este encontro em Pequim, dispomos de um documento precioso, com cem páginas, tradução para o francês das intervenções dos nossos parceiros chineses³⁷⁰. Ele dá uma boa ideia do espírito desta parceria e reflete um intercâmbio de qualidade excepcional, no contexto desta primeira década do século^{XXI}, que foi a época áurea do nosso papel no diálogo entre sociedades envolvendo a China: voltada para o mundo e ainda ávida por aprender com o mundo. Nele vemos uma das particularidades desta época de relativa abertura do Partido Comunista Chinês. Uma ligação multifacetada entre a China oficial, a Universidade e os esboços da sociedade civil «à chinesa». É por isso que merece que nos detemos nela:

«Este encontro é o resultado de dez anos de trabalho da FPH na China através das suas diversas ações: dez anos de existência para a Aliança, oito ou nove anos para os projetos interculturais e sete anos para o programa «APM» (Agricultura camponesa e globalização). [...] O ponto de partida do nosso encontro são as questões com que nos deparamos [...] as questões comuns que são o nosso «convocador geral». [...]. Por que temos essa necessidade indispensável de nos reunirmos, quando os meios modernos de comunicação, como a transmissão rápida de documentos, o telefone, o fax ou o correio eletrónico, são perfeitamente capazes de nos proporcionar um modo de intercâmbio à distância mais económico? Pensamos que os verdadeiros objetivos deste encontro só poderão ser alcançados se estivermos sentados frente a frente. Sentimos, de facto, a necessidade de estar simultaneamente e juntos diante destas questões. Precisamos de nos inspirar mutuamente para prosseguir uma reflexão mais humana. Nenhuma conclusão de estudo, nenhuma troca por escrito, é igual a uma reflexão cheia de emoções. Precisamos de criar e experimentar o processo de uma reflexão comum conduzida num espaço comum.»

Esta introdução ao encontro por Chen Yueguang, antigo vice-presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Juventude Chinesa, vice-diretor do Instituto Cultural da China e um dos nossos importantes parceiros na China, é interessante por duas razões.

Em primeiro lugar, ela reflete a filosofia dos nossos encontros: não estamos frente a frente, mas juntos diante das nossas questões e desafios comuns. É uma fórmula que Jean Monnet gostava de usar nos primórdios da construção da Europa. E é a filosofia da Aliança e, posteriormente, do Fórum China Europa, sobre o qual falaremos longamente mais adiante. «*Dê-lhes uma torre para construir e torná-los-á irmãos*». É através da identificação dos desafios a enfrentar em conjunto e da análise da forma de o fazer que se pode construir

³⁷⁰ BIP 4728 - abril de 2007 - Crónica de um diálogo transcultural entre a Europa e a China (1988-2003). Contribuição para a construção de um mundo de diversidade e unidade

antropologicamente um sentimento de destino comum da «família humana».

Em seguida, ela enfatiza o encontro físico. É obviamente uma questão recorrente para a fundação. Tendo em conta a pegada ecológica das viagens transcontinentais de avião, será coerente trazer mais de vinte europeus a Pequim para uma estadia de uma semana? Chen responde: em certas fases do intercâmbio, *«nada se compara a uma reflexão cheia de emoções»*. E é bem o caso da China, onde o diálogo verdadeiro deve, para se estabelecer, superar incompreensões e ressentimentos herdados da história.

O contexto histórico e o desafio desse diálogo foram apresentados na tese de Yu Shuo, publicada em 2000 pela nossa editora, a ECLM, intitulada «Chine et Occident, une relation à réinventer» (China e Ocidente, uma relação a reinventar). Nela, descreve-se, desde a chegada dos jesuítas com Matteo Ricci na Renascença, os dois encontros anteriores entre a China e o Ocidente, *«onde se entrelaçam atrações e rejeições, fascinações e ódios, entendimentos tácitos e mal-entendidos. As influências recíprocas contribuem, por vezes sem o nosso conhecimento, para uma verdadeira mistura cultural que revela os nossos valores comuns»*. É por isso que, nas nossas relações com a sociedade chinesa, falaremos frequentemente de «terceiro encontro» para descrever aquele em que participamos e que a entrada da China na Organização Mundial do Comércio irá, de certa forma, oficializar. Ao contrário dos dois primeiros, que terminaram numa ruptura, não temos escolha... Este terceiro encontro deve ser bem-sucedido a todo o custo, pois, desta vez, temos uma responsabilidade comum ineludível: a gestão de interdependências globais que se tornaram irreversíveis. Esta mensagem foi perfeitamente recebida na China na altura. Ao ver a evolução das perceções mútuas mais de vinte anos depois, há todos os motivos para temer os riscos de fracasso. De qualquer forma, teremos feito tudo o que estava ao nosso alcance para que seja um sucesso e esse é o «fundo do quadro» de todo o nosso compromisso na China.

CHEN Yueguang prossegue durante a cerimónia de abertura:

«A equipa chinesa de preparação da reunião é composta por nove membros: o professor QIN Hui, o diretor de investigação XIE Yang, o professor WANG Yi, o diretor de investigação WANG Yan, o professor ZHAO Yifeng, o professor ZHANG Wei, o professor HUANG Nubo, a professora YUE Daiyun e eu próprio.»

Com exceção de HUANG Nubo, secretário-geral adjunto da Associação dos Prefeitos da China, com quem fizemos uma viagem memorável ao centro da China em 1997, a nossa porta de entrada na China era composta por académicos de renome que gozavam de bastante autonomia. A reunião de um grupo tão renomado de intelectuais, em torno de intercâmbios com uma fundação estrangeira, teria sido pouco provável em outro país que não a China. Mas isso foi fruto da nossa perseverança e da originalidade da nossa postura.

«O número de participantes passou de 55, inicialmente previstos, para mais de 80 pessoas presentes atualmente. [...] Desejamos realizar esta reunião seguindo um método totalmente novo. Quais são as suas características? Em resumo, são três:

Primeiro, passar das perguntas ao aprofundamento das questões. Normalmente, quando se concebe uma reunião tradicional, espera-se sempre passar da pergunta à resposta, da

divergência ao acordo, da diferença à semelhança. Mas, para o nosso colóquio, são as perguntas que servem de «convocação geral» e são o nosso guia. Começaremos, portanto, pelas questões. Na cerimónia de abertura desta manhã, o professor TANG Yijie será o primeiro a usar da palavra. O seu discurso consistirá precisamente numa série de questões que se colocam ao mundo atual e conduzirá a pistas de reflexão. [...] Não procuramos a todo o custo chegar a uma resposta comum. Mas velaremos por que todo o processo seja registado. No final de cada sessão de discussão em grupo, dois representantes designados por cada grupo virão apresentar um relatório à sessão plenária. Esperamos transformar o processo de reflexão num processo inalterável, para que não desapareça sem deixar rasto, como o brilhante passar de uma estrela cadente. Queremos elaborar, através deste processo, uma capitalização a longo prazo de experiências e reflexões. Para isso, utilizaremos, durante esta reunião, um novo sistema informático de cartografia, que permite fazer um balanço durante a reunião de trabalho de cada noite e partilhá-lo com cada participante no dia seguinte.»

Reconhece-se aqui, naturalmente, o método desenvolvido durante a Assembleia Mundial de Lille e o software criado por Vincent Calame para visualizar em tempo real e comparar as contribuições de cada um.

«A segunda particularidade deste encontro consiste em deixar falar a imaginação de cada um. Reunidos na mesma sala, provavelmente permanecemos isolados no nosso interior. As barreiras erguidas entre nós podem ser numerosas e múltiplas: funcionários públicos, membros de ONG, empresários, agricultores, professores ou investigadores, estamos separados tanto pelas nossas diferentes profissões como pelos nossos diferentes estatutos sociais. O conhecimento pode ser uma barreira, em vez de uma ferramenta de intercâmbio e um meio de comunicação entre os homens. [...] Duas divisas circulam dentro da rede chinesa da APM [os intercâmbios com a fundação levaram à criação de uma rede chinesa dedicada à evolução do mundo camponês e das regiões rurais]. A primeira, «Refletir na observação», subordina a reflexão a uma constatação no terreno; a outra, «Inclinar a cabeça a partir da parede da cerca do vizinho», insiste precisamente na necessidade de acabar com essas barreiras.»

É uma bela ilustração do que chamámos nas orientações 2003-2010 de mobilização do «capital metodológico» da Fundação. Quando se conhece a natureza estereotipada da maioria dos encontros internacionais e a tentação dos oradores chineses de se refugiarem atrás do seu texto escrito, aprecia-se esta ruptura.

«Consideramos o nosso encontro mais como um ser vivo, um processo de evolução. Assim, o nosso conceito básico prevê simplesmente, em linhas gerais, abordar quatro grandes temas relacionados com os três programas originais: «Ambiente e responsabilidades do Homem», «Consciência civil e construção do terceiro espaço (ou terceiro setor)» [expressão chinesa consagrada para designar a sociedade civil, sendo os dois primeiros espaços o Partido Comunista e as empresas], «Conflito e interação entre a integração económica e a pluralidade cultural» e «Agricultura camponesa e modernização». Estes quatro temas referem-se a três programas, nomeadamente «Aliança», «Intercultural» e «Agricultura camponesa e modernização», que a FPH lançou na China há já cerca de dez anos. [...]»

Em seguida, Chen Yueguang questiona:

«O que poderá mudar este encontro? Gastámos muita energia e recursos financeiros. Todos

vieram, apesar das suas inúmeras ocupações, para participar neste encontro. O que poderemos fazer além de trocar algumas ideias? Penso que, na realidade, todos sabem bem que nada vai acontecer. A nossa reunião terminará, como previsto, na noite de 28 de fevereiro. E, em 1 de março de 2003, a Terra continuará a girar da mesma forma que antes, à mesma velocidade, com as mesmas crises, poluição e incertezas. No entanto, também sabemos que a ampliação do campo de pensamento do homem contemporâneo dependerá dos diferentes pontos de vista que cada um poderá apresentar. Estamos conscientes de que o campo de visão do homem contemporâneo depende dos pensamentos de cada um de nós. [...] Enquanto organizávamos este encontro, uma força e uma voz no nosso íntimo pareciam dizer-nos o seguinte: muitas vezes, é quando esperamos pela História que a História nos espera. Essa voz também nos lembra que o homem tem uma responsabilidade, ou pelo menos, que o pensamento é uma responsabilidade do homem [...] através deste encontro, podemos pelo menos testemunhar a nossa tomada de consciência, que consiste em afirmar que o pensamento é da nossa responsabilidade. Se tivesse de dar um título a estas reflexões e ideias da equipa chinesa de preparação sobre este encontro, esse título seria: «Assumir a nossa responsabilidade pelo pensamento.»

Eis resumida de forma magnífica, através da formulação de um chinês, a filosofia da fundação desde o apelo para os Estados Gerais do Planeta em 1988: encontramos-nos numa etapa histórica em que os sistemas conceptuais e institucionais herdados do passado já não estão em sintonia com os novos desafios. E, nestas condições, a ação mais concreta... consiste em fazer evoluir o sistema de pensamento.

Em seguida, Chen Yueguang ilustrou a nossa cooperação, mostrando a natureza muito original dos diálogos, encontros e reflexões suscitados pelo programa APM China:

«A China tem uma população de 1,3 mil milhões de habitantes, dos quais 70% vivem no campo. O que pode mudar ou provocar como evolução um trabalho como o do programa APM, que não é organizado pelo governo, nem empreendido por pessoal específico e que não dá sustento a ninguém? Qual é, então, o valor e o significado desse compromisso, que nos custou seis anos de esforço? Essa é uma pergunta que queremos fazer a nós mesmos.»

Chen Yueguang resumiu também a questão central da estratégia da fundação, aquela que fundamentava o que chamávamos de nosso «dever de ambição»: devemos, por sermos pequenos, limitar-nos a pequenos desafios na esperança de medir o impacto da nossa ação ou envolver-nos em grandes desafios com a certeza de que a nossa ação parecerá insignificante à luz das mudanças necessárias? E a sua descrição refletia bem o caminho a seguir para que a relevância da ação compensasse a sua modéstia:

«Em primeiro lugar, permitiu uma nova reunião de pessoas. Nas sociedades tradicionais, o homem distinguia-se pelo seu estatuto e classe social. Nas sociedades modernas, continuamos divididos pelas nossas profissões ou conhecimentos. No entanto, a rede APM China conseguiu integrar pessoas com conhecimentos e estatutos profissionais muito diferentes, numa reflexão comum. O seu objetivo é associar pessoas de diferentes origens a uma reflexão comum. Deste ponto de vista, o programa APM teve duas consequências na China: em primeiro lugar, eliminou as barreiras entre pessoas de diferentes camadas sociais e criou uma nova relação entre os homens; em segundo lugar, levou-nos a uma sabedoria coletiva proveniente de pessoas de diferentes origens. [...]

Em segundo lugar, suscitou a abertura dos camponeses chineses ao mundo. A sociedade chinesa passou por longos períodos de isolamento, durante os quais os camponeses chineses permaneceram num estado de retraimento ainda mais total. As ações do programa APM incentivaram os camponeses chineses a olhar para o mundo exterior. Em 1997, membros da rede internacional APM realizaram uma missão de campo em Yuncheng, na província de Shanxi. Na capital do distrito para onde nos dirigíamos, uma rua inteira estava cheia de camponeses à nossa espera. Nessa capital, de onde o exército invasor japonês fora expulso meio século antes, ninguém tinha visto um único estrangeiro! Uma senhora idosa de 70-80 anos, paralisada há vários anos e incapaz de se deslocar sozinha, pediu ao seu neto para a colocar numa bicicleta de três rodas e levá-la até à rua para ver os estrangeiros. Para essa velha camponesa, os rostos desses estrangeiros – incluindo o de Pierre Vuarin – que ela via com os próprios olhos representavam naturalmente o rosto do mundo exterior. A atenção que a população desse distrito dedicava a esses estrangeiros refletia, na verdade, a atenção dos camponeses chineses ao mundo.

Em 1999, por ocasião do Colóquio Internacional sobre Segurança Alimentar e Proteção da Agricultura em Pequim, os participantes membros da rede internacional do Programa APM [líderes camponeses e especialistas de diferentes continentes] realizaram, antes da abertura do colóquio, uma missão de estudo em Ningxia. [...] Ao percorrerem todas as regiões de Ningxia, eles gozavam de máxima liberdade: podiam parar a qualquer momento na estrada para visitar qualquer família camponesa de forma improvisada. Para os camponeses chineses, é importante responder com espírito de abertura à atenção que o mundo exterior nos dedica, porque nos interessamos pelo mundo da mesma forma. Existem muitos exemplos deste tipo. Entre os membros que participaram diretamente na rede APM China, há camponeses como o Sr. CUI Guoshun, que esteve presente no Fórum Mundial dos Camponeses. O seu interesse pelo mundo exterior é, evidentemente, mais do que comprovado.»

Este longo excerto tem o mérito de ilustrar o que tornou o programa da fundação tão específico. Em primeiro lugar, inscrevia-se numa perspetiva global. Em segundo lugar, associava estreitamente líderes camponeses e especialistas, desde as reformas agrárias à segurança alimentar e aos tratados comerciais internacionais. Essa abertura, em que cada um trazia a sua competência para uma reflexão comum, representava uma ruptura profunda com os hábitos, na China ou em qualquer outro lugar. E, quando se conhece a China, o facto de um camponês chinês poder participar num encontro internacional de líderes camponeses é um milagre e pressupõe alianças também com as instituições oficiais. Em seguida, todos os encontros internacionais da rede incluíam um trabalho comum de descoberta das realidades concretas da região anfitriã, neste caso Shanxi. E a liberdade dada aos participantes de se encontrarem com camponeses que não tivessem sido selecionados antecipadamente pelo Partido como vitrine da política oficial é, por si só, excepcional e resultado dos laços de confiança criados com as instituições. De facto, estas possibilidades de intercâmbio com o resto do mundo, de descoberta de outras realidades, em particular da força das organizações camponesas e da sua competência, incluindo em questões internacionais, criaram na China um verdadeiro choque cultural. No momento em que a OMC estava prestes a integrar rapidamente a China na globalização do comércio, levando os camponeses chineses a interessarem-se pelo mercado, o programa era a expressão concreta de outra globalização.

«Em terceiro lugar, o Programa incentivou os chineses a interessarem-se por questões que são

motivo de preocupação em todo o mundo. [...] Por exemplo, os OGM e a OMC fazem parte das questões que preocupam o Programa APM. Em 1998, durante uma viagem à África, perguntei a um camponês africano: o que você acha da globalização econômica e da adesão à OMC? É a pior coisa que existe! ele me respondeu, ela arruinou os nossos campos, destruiu as nossas raízes sem nos dar novas! O nosso modo de vida está exterminado. Mas, quando fiz a mesma pergunta a um agricultor chinês, ele respondeu: «A OMC é uma coisa boa! A adesão da China à OMC é extraordinária! No início, vendia os meus produtos à entrada da aldeia, a um preço muito baixo. Depois, levava-os para o cantão, onde os vendia a outro preço. Se eu pudesse transportá-los para Pequim, teria um preço ainda mais alto! No futuro, após a adesão à OMC, poderei exportá-los para o exterior! Nem se fala do preço alto que eu poderia cobrar! Antes, muitos de nós provavelmente tínhamos uma visão muito parecida com a desse agricultor chinês. Foi precisamente no âmbito dos projetos da APM que começamos a considerar e examinar sob vários ângulos os problemas que a China poderia enfrentar após a sua adesão à OMC. No que diz respeito aos OGM, no passado, eu não tinha consciência de que isso existia como uma questão. Durante uma missão de estudos no Brasil, um membro de uma organização camponesa francesa, pertencente à rede APM, colocou-me esta questão dos OGM, que chamou a nossa atenção de uma forma totalmente nova. É através do olhar atento do mundo que nos podemos abrir mais a questões de caráter global.»

Mais uma vez, um belo exemplo do que pode significar essa abertura mútua ao mundo e aos outros. Alguns anos mais tarde, em 2012, quando o controverso estudo de Gilles Eric Séralini sobre o efeito das plantas geneticamente modificadas suscitará debates a nível internacional, será graças a esses intercâmbios prévios que a questão dos OGM chegará à cena pública na China, dando origem a um debate cidadão indispensável.

Trata-se, então, de fazer com que a China adote preocupações e slogans forjados a partir de outras realidades? Também nesse caso, o intercâmbio internacional honesto ajuda cada parte a compreender melhor as diferenças de pontos de vista:

«Os chineses consideram os agricultores um fardo para o desenvolvimento do país. Mas, na realidade, a riqueza agrícola de um país não se resume apenas às terras, aos recursos hídricos, à mecanização, às sementes de qualidade e às novas tecnologias. São os agricultores a riqueza mais importante!»

Três dias depois, no seu discurso de encerramento do nosso encontro, o Professor Yue Dai yun resumiu assim o espírito do diálogo:

«A maioria dos membros das redes internacionais do Programa APM defende a proteção da agricultura camponesa e opõe-se à agricultura de grandes explorações ao estilo americano e ao modo de produção agrícola industrializado e em grande escala. Por outro lado, a agricultura chinesa necessita de um grau adequado de industrialização e escala. Com efeito, na sequência da aplicação do sistema de responsabilidade pelas terras, cada família possui apenas 0,5 hectares de terra, enquanto em França a dimensão de uma exploração familiar é de 40 a 60 hectares. Quanto ao Brasil, qualquer família camponesa que possua menos de 5 hectares de terra é considerada «camponesa sem terra». Essa é a diferença. Foi através do intercâmbio que as nossas duas partes conseguiram aprofundar o nosso conhecimento sobre a diferença.

Os intercâmbios permitem sempre fazer novas descobertas. No início, guiados incansavelmente

pela nossa curiosidade, dedicámo-nos a descobrir os outros. Mas a descoberta de si mesmo é a descoberta mais valiosa. Assim, quando, por exemplo, visitei uma quinta familiar no sul de França, um agricultor francês, muito invejoso do sistema de responsabilidade pela terra aplicado aos camponeses chineses que lhe tinha apresentado, perguntou-me: como é que os camponeses chineses podem ter um sistema tão maravilhoso? Tenho 45 hectares de terra e cinco filhos. Se distribuir as minhas terras igualmente entre os meus filhos, nenhum deles conseguirá manter a sua exploração [pois, em França, para uma quinta familiar com menos de 40 hectares, é muito difícil obter lucros]. Mas se eu deixar as minhas terras apenas para um dos meus filhos, ele será tributado com uma taxa muito elevada de imposto sucessório. Consequentemente, nenhum dos meus filhos quer assumir a minha quinta. Estas palavras permitiram-nos, por um efeito de eco, aprofundar a nossa compreensão do sistema agrícola específico da China. Durante a minha missão de estudo na África do Sul, soube que o governo sul-africano recrutava antigos mineiros desempregados para os reconverter em agricultores, gastando muito dinheiro, implementando medidas de tratamento preferencial e oferecendo gratuitamente terras desbravadas e alojamento. Mas constatei que esses agricultores cultivavam cebolas sem arrancar as ervas daninhas. Intrigado, fiz a pergunta. Responderam-me: o contrato que assinámos com o governo previa apenas o cultivo de cebolas, e não a remoção das ervas daninhas.»

E o professor Yue Dai Yun tirou as suas próprias conclusões do encontro:

«A nossa cooperação com a Fundação Charles Léopold Mayer para o Progresso do Homem já dura há mais de dez anos. Este longo percurso permitiu-nos conhecer-nos mutuamente e de forma bastante profunda. Através deste encontro, pretendíamos atingir dois objetivos:

Primeiro objetivo: introduzir e divulgar na China e no coração de todos aqueles que nunca ouviram falar dela, uma ideia fundamental que a Fundação se propôs recentemente a promover [a construção de um mundo responsável, plural e solidário]. Penso que, neste ponto, atingimos praticamente o nosso objetivo inicial. Trabalhámos muito para isso. Dez meios de comunicação foram mobilizados para cobrir este evento. O Sr. Calame, o Sr. Chen Yueguang e eu próprio fizemos apresentações deste encontro durante uma conferência de imprensa. Além disso, no dia 25 de fevereiro, o Sr. Calame e eu respondemos, a convite do site «Peopledaily.com», o maior site da Internet de Pequim, às perguntas feitas por internautas de toda a China. Durante mais de duas horas, respondemos a um total de 37 perguntas. Através dos internautas do site «Peopledaily.com», que são particularmente numerosos, já difundimos o ideal de um «mundo responsável, plural e solidário» a muitas pessoas, até mesmo em Taiwan, pois, entre as perguntas que nos foram feitas, várias vieram de internautas taiwaneses [...].

O segundo objetivo situa-se mais no plano da forma. Ou seja, queremos reformar a forma de realizar uma reunião. Em particular, não gostamos da forma tradicional dos colóquios científicos, que consiste em fazer desfilar no palco, com um tempo muito apertado, vinte minutos cada um, por exemplo, intervenientes que só podem apressar-se a terminar a leitura do seu texto escrito. Há muito pouco tempo reservado para a discussão. [E a oradora descreve com entusiasmo este «método de Lille»]. A este respeito, penso que o software criado por Vincent desempenhou um papel determinante. Este software permite processar informaticamente todas as propostas apresentadas e gerar em tempo real um esquema analítico e estatístico com uma clareza impecável. Vincent fez uma demonstração do seu software na Universidade de Pequim. A sala estava literalmente lotada e o interesse que ele despertou foi enorme. Além disso, tenho a certeza de que todos os participantes do encontro também apreciaram muito este software e esta forma de discutir.

«Quais foram as questões que abordámos e discutimos durante o nosso encontro? Creio que são questões importantes e que têm uma ligação direta com cada pessoa. Brincámos, dizendo que se tratava de questões que só podem ser debatidas e tratadas no Conselho de Estado, ou mesmo na ONU! Mas, na minha opinião, o facto de hoje cidadãos comuns, como nós, começarem a discutir tais questões não prova, com razão, que o nosso ideal de construir um mundo «responsável, plural e solidário» está a tornar-se realidade? Não estará cada um de nós a expressar-se de forma «responsável, solidária e plural»? Não foi depois de superarmos a mentalidade de que as pessoas comuns são impotentes e não podem fazer nada que nos reunimos para participar ativamente nos debates?»

Mais uma vez, Yue Dai Yun expressa com grande clareza qual era o objetivo da fundação nesta terceira etapa: contribuir, por mais modesta que fosse, para que os cidadãos comuns pudessem enfrentar juntos, necessariamente à escala internacional, os grandes desafios dos quais depende o seu futuro comum. É o que mais tarde chamaremos de «democracia substantiva», a verdadeira democracia que devolve aos cidadãos o controlo sobre o seu destino, em oposição à «democracia formal», que afasta os cidadãos das grandes questões, pois estas são tratadas fora da cena política nacional. Mas ainda é necessário que a educação prepare os futuros cidadãos para enfrentar esses grandes desafios comuns:

«O que eu mais gostaria de fazer agora é dirigir e redigir, em colaboração com a Fundação Charles Léopold Mayer para o Progresso do Homem, uma coleção de manuais escolares para o ensino básico e secundário, tendo como princípio orientador «responsabilidade, solidariedade e pluralidade», destinados ao ensino obrigatório de dez anos e adaptados tanto ao campo como às cidades. Esta coleção de novos manuais terá naturalmente como objetivo traduzir o espírito da Carta das Responsabilidades e descrever um mundo diferente que nos esforçamos por alcançar, um mundo «responsável, plural e solidário». Estes manuais serão plurais e abertos à coexistência e à interatividade de diferentes culturas. Considero-os absolutamente necessários. Atualmente, há uma necessidade urgente de reformar os manuais do ensino básico e secundário na China. Espero sinceramente que possamos redigir, em cinco anos, uma série de manuais básicos que possam ser utilizados não só pela China, mas também pela França ou por qualquer outro país do mundo. »

Não saberemos a tempo de exaltar o desejo de Yue Dai Yun, mas essa perspectiva de uma reforma global dos sistemas educacionais permanece, mais de vinte anos depois, na ordem do dia.

«Hoje, não somos apenas indivíduos de uma determinada nação, mas também membros de toda a humanidade. Por conseguinte, nem a individualidade proveniente de uma comunidade única, defendida pelos comunitaristas, nem a individualidade abstrata e isolada, exaltada pelos defensores do Iluminismo, são desejáveis. É a individualidade de comunidades plurais que precisamos. Em resumo, penso que, face aos intercâmbios e diálogos iniciados neste novo século entre as diferentes culturas, teremos de dar provas da nossa sabedoria para superar constantemente a oposição entre o universalismo e o particularismo culturais e promover o desenvolvimento comum das culturas da humanidade.»

Mais uma vez, Yue Dai Tun resumiu na perfeição aquilo que era a convicção e a ambição do programa DIV, «viver em paz num mundo de diversidade», animado por Michel Sauquet e

Catherine Guernier, e que encontrou a sua continuação na Universidade de Pequim. A consciência de um destino comum da humanidade não pressupõe a homogeneização cultural, ditada pela globalização comercial, mas a aprendizagem de ouvir o outro e o enriquecimento mútuo pelas diferenças. Em suma, de acordo com um dos princípios gerais da governança, conciliar de forma otimizada a unidade e a diversidade. Yue Dai Yun cita, aliás, em suas palavras, o trabalho já mencionado, realizado pela fundação de confronto intercultural das traduções da Plataforma para um mundo responsável e solidário e da Carta das responsabilidades humanas.

Quanto ao historiador Qin Hui , que apresentou longamente o surgimento na China do «terceiro espaço», tradução chinesa do surgimento da sociedade civil, ao lado das organizações públicas e das empresas, conclui as suas palavras dizendo:

«Não há muito tempo, avançamos, durante a Primeira Assembleia Mundial de Cidadãos, realizada em Lille, na França, com a ideia de construir um mundo solidário, responsável e múltiplo e publicámos uma «Declaração das responsabilidades humanas». Além dos prestigiados ativistas do terceiro espaço e dos representantes de diferentes meios de diferentes países, também estiveram presentes nesta Assembleia altos funcionários e empresários bem-sucedidos nos mercados de muitos países, ou seja, pessoas provenientes do «primeiro e segundo espaços.»

O autor destas palavras expressou, durante a sua intervenção numa sessão plenária, a sua convicção de que a Assembleia de Lille constituía um marco histórico, não só para as ações transnacionais das ONG e a construção da sociedade civil mundial, mas também para a busca de uma nova forma de interação entre as diferentes globalizações.

Como mostram Yu Shuo e Jin Siyan ao referirem-se às possíveis extensões do fórum de fevereiro na China, as perspectivas são numerosas, até mesmo abundantes. Elas enumeram catorze! Como observa Jin Siyan:

«[...] muitas discussões após o encontro de Pequim visaram atenuar as fronteiras entre as redes: o facto de os participantes o dizerem e repetirem mostra que esta ideia está enraizada nas mentes. A partir daí, eles refletem sobre a forma de dar uma espinha dorsal global às consequências do encontro.»

É preciso dizer que o período é particularmente propício na China. Além disso, é da própria estratégia da fundação aproveitar as oportunidades que surgem. É também a vantagem única que lhe confere a sua total independência, a coesão do Conselho de Fundação e a possibilidade de financiar intermediários franco-chineses que têm um conhecimento profundo da fundação e se complementam nos seus contactos na China, porque estiveram envolvidos ao nosso lado nos diferentes programas.

Entre os fatores que permitiram tal influência, está o efeito da geração. Yu Shuo, Jin Siyan, Chen Lichuan e Chen Yan pertencem todos à primeira turma das universidades chinesas reabertas após o fim da Revolução Cultural. Essas turmas, como na França após a guerra, reuniram tanto jovens que ingressavam no ciclo universitário quanto veteranos, que retornavam do campo, para onde haviam sido enviados durante a Revolução Cultural como

«jovens educados». Essas primeiras turmas forneceram os novos quadros do Partido, da economia, da universidade, dos centros de pesquisa... de modo que os nossos mediadores entre a China e a Europa dispunham de uma extensa rede em todos esses meios, o que seria difícil de imaginar vinte anos depois, um pouco como na França, onde os antigos membros do Conselho Nacional de Resistência representaram durante muito tempo uma poderosa rede, ou como os antigos alunos das grandes escolas, cuja rede se estenderia a todos os campos de atividade. Além disso, como veremos, o impacto da ação da fundação com os seus parceiros chineses, neste país continental onde se joga parte do futuro da humanidade, não teria sido possível nem dez anos antes nem dez anos depois. Esses anos do início do século^{xxi}, marcados pela abertura ao mundo simbolizada pela entrada na OMC, são também um período em que a questão do equilíbrio entre o desenvolvimento económico desenfreado e a proteção do ambiente começa a impor-se. Um dos nossos parceiros de longa data, Wang Yi, que conhecemos ainda estudante e ativista ambiental em 1992 e que, em dez anos na Academia das Ciências, se tornou um especialista respeitado nessas novas questões, fez no Fórum de Pequim uma apresentação muito detalhada sobre os desafios de governança que representava, para a China, a tomada em conta das questões ambientais. A China está à procura de si mesma. Está atenta às contribuições externas que podem alimentar a sua reflexão. A liberdade dos editores, mesmo que relativa, é real. Os meios de comunicação estão à procura de contribuições externas. Nada a ver com a China de Xi Jinping, que menos de dez anos depois iniciará uma nova fase de fechamento e afirmação do poder, na qual as contribuições intelectuais do exterior serão doravante consideradas inúteis e suspeitas.

No imediato, as consequências do fórum de Pequim tiveram um impacto decisivo na definição das nossas orientações orçamentais, como atesta a ficha orçamental 2004-2005³⁷¹:

«A consciência de que o mundo não poderia existir sem os chineses rapidamente se impôs à fundação. Em pouco mais de dez anos, desde 1993-1994, ela constituiu um importante capital social e estabeleceu relações de confiança nesse país. Uma reunião de balanço, realizada em fevereiro de 2003, em Pequim, confirmou o interesse das escolhas e prioridades da fundação e justificou o seu apoio financeiro a uma série de atividades nessa região do mundo. Vários eixos (questões culturais e editoriais, urbanização, governação e ética, agricultura, alimentação e gestão dos recursos naturais) compõem atualmente uma parceria múltipla que faz a junção entre os programas passados da fundação e as suas novas orientações. Durante o período 2004-2005, a fundação espera:

1. reforçar a dinâmica de intercâmbio entre os diferentes parceiros chineses, iniciada em fevereiro de 2003;
2. promover os laços da sociedade chinesa com o resto do mundo;
3. contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade chinesa socialmente ativa e diversificada;

³⁷¹ Ficha orçamental 45 - 2004 - Desenvolver a aliança na China e apoiar uma maior participação da China nos assuntos mundiais. Aproveitar o capital social e a confiança da FPH na China e apoiar um trabalho de mediação para promover o surgimento de uma sociedade civil chinesa adaptada à sua história, em ligação com o resto do mundo e portadora de um modo de desenvolvimento mais sustentável

4. promover a participação da China na construção de uma comunidade global, tanto por parte dos governos como da sociedade chinesa;
5. apoiar ações na China que promovam um modelo de desenvolvimento mais sustentável.

Para apoiar estas ambições, a fundação dedicará um importante trabalho de acompanhamento, mediação, tradução e interpretação, mobilizando o equivalente a dois empregos a tempo inteiro e um emprego a meio tempo.»

A participação da sociedade civil chinesa nos assuntos mundiais manifesta-se, por exemplo, através da presença em edições sucessivas do Fórum Social Mundial, presença possibilitada pelo apoio da fundação. Em 2002, foi a descoberta deste caldeirão social. Mas em 2004, em Mumbai, na Índia, já se trata da iniciativa coletiva de organizar um workshop sobre «governança global e sociedade civil»³⁷²:

«Este seminário insere-se num processo mais amplo de reflexão sobre a governança mundial e a renovação da política na sociedade chinesa. [...] Para estes debates, os aliados chineses baseiam-se também na versão chinesa do livro de Pierre Calame «La démocratie en miettes» (A democracia em pedaços), nos Cahiers de propositions (Cadernos de propostas), cuja edição chinesa é realizada pelo Yanjing Group [o grupo Yanjing é o nome coletivo adotado pelo pequeno grupo de intelectuais que se formou por ocasião do nosso primeiro encontro na China em 1992 e constitui, portanto, o núcleo inicial da nossa parceria na China] e nos trabalhos do encontro de fevereiro de 2003 em Pequim, organizado pela Academia de Cultura Chinesa.»

Como se pode ver, foi iniciado um vasto programa de tradução de textos da fundação, do livro sobre governação, dos cadernos de propostas da Aliança e da compilação de vários outros artigos sobre governação, que está a ser divulgado por diferentes canais, elementos-chave do soft power da fundação. Lançamos também a coleção «Proches-lointains» em coedição com a DDB/Presses de l'université de Pékin³⁷³, livros que, sobre múltiplos temas, apresentam uma visão europeia e uma visão chinesa. Assim como a tradução para o chinês de «L'Intelligence de l'autre» (A inteligência do outro)³⁷⁴, onde Michel Sauquet faz uma primeira síntese da maneira de «levar em conta as diferenças culturais em um mundo a ser gerido em comum». Tudo isso tem um efeito bola de neve, a um custo marginal, pois todas as conexões já estão estabelecidas, enquanto que, numa lógica institucional comum, cada uma dessas ações, cada uma dessas traduções, teria sido objeto de um «projeto» submetido à Fundação.

A parceria com a People.com é outra ilustração da ligação com as sequências de Lille³⁷⁵:

³⁷² FDS 21190 - 17 de janeiro de 2004 - Temas debatidos no seminário «China, governação, sociedade civil». A coorganização pelo fórum China e pela FPH, no âmbito do Fórum Social Mundial de Mumbai, de um workshop dedicado à governação teve um grande valor simbólico.

³⁷³ Coleção «Proches-lointains» em coedição com a DDB/Presses de l'université de Pékin <https://www.alliance-editeurs.org/+proches-lointains-> + No site da Aliança dos Editores: www.alliance-editeurs.org/+proches-lointains-

³⁷⁴ A inteligência do outro. Publicado em 2007, por Michel Sauquet, Martin Vielajus No site da ECLM: <https://www.eclm.fr/livre/l-intelligence-de-l-autre/>

³⁷⁵ FDS 22051 - fevereiro de 2005 - Plan for People.com.cn (Qiangguo Forum) Discussões. Elaboração dos temas de conexões e projetos em 2005

«O jornal «Quotidien du peuple» (ligação direta de Yu Shuo) criou uma filial na Internet, a people.com (do tamanho da RFI), que organiza fóruns de debate. A primeira operação teve início no início de 2001, a segunda no final de 2001, com a cobertura de toda a Assembleia Mundial: todos os dias era organizado um fórum na Internet sobre os temas em debate na AM. Em fevereiro passado, propusemos a eles animar, em escala mundial, um fórum de cidadãos onde seriam debatidos os temas dos cadernos de propostas. A ideia é a de uma conexão simultânea.»

O resultado foi uma longa série de chats de discussão no site People.com, com um encontro mensal ligando Paris ou outra cidade europeia aos internautas chineses para abordar as questões mais variadas, às vezes provenientes das perguntas do People.com, às vezes dos cadernos de propostas de Lille, com uma liberdade de tom inesperada para nós. O que merece uma explicação: em regimes autoritários, que desconfiam de iniciativas independentes que podem a qualquer momento escapar ao seu controlo, é no coração mesmo do sistema que se encontra a maior margem de liberdade, e o Quotidien du Peuple, órgão oficial do Partido, era bem esse o caso. A sua versão online, People.com, criou um espaço de fórum de troca onde os internautas, geralmente a partir de uma loja online e com um pseudónimo, colocavam as suas perguntas ou formulavam as suas observações com uma franqueza surpreendente. Todos os intervenientes que seleccionámos do lado europeu, geralmente dois, escolhidos em função do tema seleccionado em acordo com o People.com, guardaram uma viva memória disso.

O mesmo aconteceu com a Revista das Mulheres Chinesas³⁷⁶, outra emanção do Partido, que publicará a tradução chinesa do livro de Marlène Tuininga, «Les femmes face à la guerre» (As mulheres perante a guerra) e acolherá, durante vários anos, uma rubrica sobre o tema da responsabilidade.

As traduções de obras como «La démocratie en miettes» (A democracia em pedaços) também são uma oportunidade para espaços de debate e reflexão coletiva dos chineses sobre temas novos para eles. No caso presente, isso se encaixa muito bem no lançamento do Instituto Internacional de Pesquisa e Debate (IRG) sobre governança, cuja vocação é precisamente suscitar debates regionais, trazendo a visão da governança em diferentes culturas.

Wang Yi salienta que, num momento em que o desenvolvimentismo está em crise:

«a governança pode fornecer um quadro para mudar o nosso sistema de pensamento face à má governança e às suas consequências negativas na China. [mas acrescenta] «A comparação entre a China, o Brasil e a Rússia mostra que cada país tem os seus próprios modelos, mas que a partir dessa diversidade se pode refletir globalmente sobre «Como é que diferentes países se tornam poderosos?»»

Essa questão do retorno ao poder é, aliás, um tema dominante nas discussões entre todos. Ela também aparece no site³⁷⁷, que ajudámos um historiador funcionário público de Xangai, He Cheng, a criar para a troca de experiências entre grandes cidades: «O que faz com que uma cidade, um país, se tornem poderosos». E, alguns anos mais tarde, a CCTV, a grande cadeia de televisão oficial da China, publicará uma investigação sobre as condições em que um país se

³⁷⁶ FDS 22203 - abril de 2005 - O debate sobre a responsabilidade das mulheres na revista «Mulheres Chinesas»

³⁷⁷ FDS 21411 - abril de 2004 - O site de recursos sobre governança urbana, os próximos passos

mantém poderoso durante muito tempo, concluindo com a importância do soft power. Como se pode ver, o nosso encontro em Pequim situa-se na transição entre dois períodos: o do discurso sobre a emergência pacífica da China como potência regional e o da afirmação de uma potência mundial que não hesita em mostrar os seus músculos, desde as «novas rotas da seda» até à «diplomacia do lobo guerreiro», não hesitando em mostrar os dentes diante de qualquer tentativa de oposição. Mas, em 2005, estamos apenas no início.

Numa primeira fase, a reflexão semântica conduzida pelo IRG e por Chen Lichuan, que será o porta-voz da visão chinesa da governação e contribuirá amplamente, através de artigos e publicações, para alimentar o público chinês com as nossas reflexões sobre a governação, centra-se na forma de traduzir «governação» para chinês. Recordamo-nos que, nos anos anteriores, experimentámos a riqueza de uma confrontação das traduções de um mesmo conceito em várias línguas. Os textos do fórum sobre governação serão publicados em várias revistas (*Technologie en Chine*, *Dialogue Interculturel*...) e em vários sites na China e no site da FPH.

Mas o exemplo mais marcante do impacto inesperado das nossas iniciativas é o destino da tradução para o chinês, iniciada em 1999, por intuição feliz de Gustavo Marin, do livro de Suren Erkman, «Vers une écologie industrielle» (Rumo a uma ecologia industrial)³⁷⁸, imediatamente após o lançamento do livro em francês. Ora, ele chega em boa hora.

A FPH financiou a tradução da obra para o chinês, em colaboração com a Academia das Ciências da China. Em 2004, o primeiro-ministro anunciou as novas diretrizes para o «desenvolvimento de uma sociedade harmoniosa». Uma das harmonias diz respeito às relações entre a sociedade e a biosfera, promovendo a «economia circular», na qual se procura fechar os ciclos de matéria, transformando o subproduto de uma atividade na matéria-prima de outra. O livro de Suren Erkman é explicitamente citado na diretriz como referência. No outono de 2005, foi realizada uma conferência sobre economia circular em Wuhan. Dentro de 10 anos, a China poderá ser o país líder em matéria de economia circular. E, em julho de 2005, realizou-se em Estocolmo a conferência da sociedade internacional de ecologia industrial³⁷⁹. Do ponto de vista dos participantes presentes na conferência de Estocolmo, o elemento mais marcante foi, sem dúvida, a impressionante delegação chinesa. Em muitos workshops, sem que isso tivesse sido premeditado, os chineses representavam cerca de 20% do público, ou seja, aproximadamente a sua quota-parte proporcional da população mundial. Esta participação chinesa não só foi impressionante em termos quantitativos (sobretudo tendo em conta a distância do local da conferência para os participantes asiáticos), como também qualitativamente muito marcante pelo número e pela qualidade das suas intervenções. Um ponto específico merece destaque: todos os participantes chineses presentes em Estocolmo afirmaram conhecer a versão chinesa da obra «Vers une écologie industrielle» (Rumo a uma ecologia industrial), publicada em 1999, um ano após a edição original em francês. As circunstâncias fizeram com que esta publicação, a

³⁷⁸ Rumo a uma ecologia industrial. Publicado em 2004, por Suren Erkman
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/vers-une-ecologie-industrielle/

³⁷⁹ FDS 22420 - julho de 2005 - Conferência da Sociedade Internacional de Ecologia Industrial. Divulgação da versão chinesa do livro Rumo a uma ecologia industrial

primeira sobre o tema na China, surgisse num momento muito favorável e num contexto receptivo. Esta versão chinesa parece constituir um documento de referência para os debates em curso, há 4 a 5 anos, sobre a orientação da economia chinesa para o desenvolvimento sustentável. Assim, a ecologia industrial é abertamente apresentada como uma das principais fontes de inspiração para a «Lei da Economia Circular», atualmente em preparação. Pequena causa, grandes efeitos.

O programa editorial resultante da nossa cooperação multifacetada com a China é particularmente rico³⁸⁰:

«Tendo-se tornado presidente do Comité Científico das Edições da Universidade Normal Superior do Nordeste, o professor Zhao Yifeng publicará, em junho de 2005, uma coletânea de textos sobre a Assembleia dos Cidadãos do Mundo e a «Carta das Responsabilidades Humanas», intitulada «Perspetivas e pesquisas na civilização contemporânea – Leituras da Carta das Responsabilidades Humanas». Zhao Yifeng e Yu Shuo são os co-diretores. Será incorporado um estudo histórico sobre os conceitos-chave do pensamento tradicional chinês e sobre a governança na China antiga.»

Como se pode ver, a chegada dos nossos parceiros de primeira hora, como Zhao Yifeng, que animará na China a rede de difusão e debate sobre a Carta das Responsabilidades Humanas, a cargos de responsabilidade, bem como a riqueza dos contactos de Yu Shuo em diferentes meios, permite nesta época multiplicar os intercâmbios com a sociedade chinesa. É difícil imaginar, em França ou na Suíça, uma tal multiplicação de publicações que prolonguem e ampliem os diálogos iniciados no âmbito da Aliança.

2.2 – Contar a construção europeia aos chineses, o Fórum de Nansha, 2005

Lembramos que o orçamento de 2004-2005 incluía uma reserva financeira significativa, pois o Conselho estava convencido de que, no momento em que as novas orientações começavam a ser implementadas, não se devia congelar tudo logo no primeiro mês. Isso também estava em conformidade com a filosofia da fundação, que sempre deu prioridade à estratégia, com o que isso implica em termos de adaptação ao imprevisto, em detrimento do planeamento. A história do Fórum China Europa, que mobilizou muita energia e dinheiro entre 2005 e 2010, é um exemplo perfeito disso.

Na origem, a ligação entre Chen Yan, historiador, secretário da Associação dos Intelectuais Chineses na Europa, jornalista da RFI, e Henri Fok (1923-2006). Henri Kok é um verdadeiro ícone do «milagre chinês»³⁸¹. Nascido num sampan de uma família de barqueiros pobres, tornou-se, após a guerra, uma das maiores fortunas de Hong Kong e contribuiu, organizando a

³⁸⁰ FDS 21963 - janeiro de 2005 - Edições e divulgação da Carta de Responsabilidades na China

³⁸¹ Henry Fok Ying Tung (1923 – 2006) foi um empresário e político de Hong Kong. De 1993 até à sua morte, Fok ocupou o cargo de Vice-Presidente do Comité Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês. Era uma das pessoas mais ricas de Hong Kong

contraordem, para contornar o embargo que atingiu as importações de medicamentos pela República Popular da China durante a Guerra da Coreia, o que lhe valeu também, durante muito tempo, o cargo de vice-presidente da Assembleia Consultiva Nacional do Povo Chinês. Filantropo, também contribuiu para o desenvolvimento de um novo polo económico em Nansha, perto de Cantão. Essa é a origem do Fórum. Henri Fok desejava dar um brilho internacional ao seu novo hotel de luxo em Nansha e indicou a Chen Yan que estava disposto a oferecer gratuitamente quartos e refeições durante uma semana para um evento internacional que simbolizasse o diálogo da China com os outros continentes.

A primeira ideia de Chen Yan foi realizá-lo no âmbito do ano França-China, que coincidia com aquele ano, e associar a fundação ao evento. A ideia, desde o início, era fazer um Fórum China-Europa, uma oportunidade para partilhar com intelectuais chineses a história da construção europeia³⁸²:

«A primeira reunião de trabalho teve lugar a 11 de janeiro entre Pierre Vuarin, Chen Yan e Yu Shuo. As questões levantadas foram: organizadores, um comité de pilotagem, modalidades e método de preparação e realização, temas e quadros, animadores, participantes, pessoas-recurso [...]. Para inscrever o Fórum Europa-China na lista de programas dos Anos França-China, a fim de obter o apoio da França, fomos recebidos por Alain Lombard, Comissário Geral dos Anos França-China. Chen Yan apresentou o projeto e o seu estado de avanço. Os meios de comunicação, tanto em França como na China, estão entusiasmados. Neste caso, o Observateur fará uma publicidade gratuita de uma página inteira; a televisão Phoenix de Hong Kong acompanhará o desenrolar do Fórum.

A fim de abrir um espaço de reflexão numa perspetiva comum entre a Europa e a China, este primeiro fórum centrar-se-á no tema: «Compreender melhor os modelos para melhorar os intercâmbios.»

Mas, na prática, todos os brilhantes patrocínios reunidos do lado francês foram de pouca utilidade. Mesmo os cofinanciamentos, prometidos pela Fundação Robert Schumann, evaporaram-se no momento da ação e a fundação ficou sozinha online³⁸³. O projeto torna-se então mais concreto:

«Conteúdo, 4 temas:

1. *compreender o papel da Europa na globalização*: qual é a sua especificidade? Quais são as diferenças em relação aos EUA? Como deve a China posicionar-se?
2. *a construção europeia*: pode inspirar a China na sua busca pela unificação? Não apenas Taiwan e Hong Kong, mas também a diversidade étnica;
3. *o peso da tradição na China e na Europa*: a Europa serviu de modelo para a China desde 1840, mas agora os chineses têm os olhos postos no poder americano. É necessário regressar a um diálogo privilegiado entre a China e a Europa;

³⁸² FDS 22052 - fevereiro de 2005 - Compreender mutuamente e melhorar os intercâmbios entre a Europa e a China. Reunião com Alain Lombard, Comissário Geral dos Anos França-China

³⁸³ FDS 22 281 - março de 2005 - Organização de um colóquio Europa-China. A associação de intelectuais chineses na Europa promove o fórum. A FPH está associada a ele e é preciso especificar em que condições

4. *A sabedoria chinesa pode ser a base para um desenvolvimento sustentável? O que a Europa tem a aprender com os chineses (na verdade, este tema foi adicionado para atrair as empresas).»*

A ideia central da fundação era centrar este primeiro Fórum China Europa na construção europeia e mobilizar, para despertar o interesse do público chinês, muito interessado naqueles anos pela construção europeia, não académicos especializados em estudos europeus, pois cada vez mais universidades na China tinham criado um departamento de estudos europeus e mais um colóquio entre académicos não teria grande valor acrescentado, mas sim *verdadeiros atores históricos* da construção europeia. O capital social que a fundação tinha criado ao longo dos anos levava-a a pensar que isso seria possível. Com a sua capacidade de mobilizar rapidamente financiamentos, esse capital social era o seu principal trunfo. Esta ideia seduziu toda a gente... mas colocou fora de jogo, do lado chinês, as universidades que inicialmente deveriam organizar o encontro³⁸⁴:

«As universidades receberam uma circular interna, proveniente do nível político, que visa reforçar o controlo das ONG e das atividades de grande envergadura que podem ser realizadas. Insere-se na vontade de combater e evitar as «revoluções coloridas». Esta circular incentiva, portanto, as universidades a rever as atividades previstas. Os responsáveis da universidade questionam-se, portanto, sobre a possibilidade de organizar este fórum [...]. O Centro de Investigação sobre a Europa (Universidade do Povo) deverá assumir a responsabilidade pela organização deste fórum. É a única universidade que pode organizar colóquios internacionais sem solicitar autorização. Ele deve discutir este assunto com Song Xin Ning esta noite, espera ele... [...]. Mas se este centro participar na organização, sem fazer um pedido oficial, não será possível convidar altos responsáveis políticos do lado europeu. Com efeito, nesse caso, seria necessário fazer um pedido oficial para ter o nível político adequado perante os responsáveis europeus. »

Aí, entramos na parte difícil e inauguramos o que será quase a especificidade do nosso Fórum: conseguir organizar diálogos «de sociedade para sociedade» dificilmente compatíveis com o controlo que o Partido e a administração chinesa exercem sobre o diálogo com o estrangeiro, assim que saímos das relações interuniversitárias, que representam muito menos perigos. Como veremos, muitas vezes conseguiremos. Do lado chinês³⁸⁵:

«As opiniões individuais podem ser todas favoráveis, basta que seja colocada uma questão sobre o perigo para que ninguém aceite assumir a responsabilidade, especialmente porque houve a mensagem do Comité Central a exortar a «desconfiar das iniciativas das ONG.»

Mas, como sempre, é no centro do poder chinês que se podem encontrar espaços de liberdade. Foi o envolvimento de Wu Jianmin³⁸⁶ que permitiu desbloquear a situação (ele

³⁸⁴ FDS 22408 - julho de 2005 - Chen Yan especifica que um circular causa dificuldades para organizar o fórum China-Europa em Cantão

³⁸⁵ FDS 22439 - julho de 2005 - O fórum China-Europa vai sair da turbulência

³⁸⁶ Wu Jianmin (1939 – 2016) é um diplomata chinês, ex-porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros e ex-embaixador da República Popular da China sucessivamente em Haia, Genebra e Paris. Enquanto era embaixador em França, trabalhou para que Xangai fosse designada cidade anfitriã da Exposição Universal de 2010

também foi presidente da Universidade Chinesa de Diplomacia e, nessa qualidade, membro do Conselho de Fundadores do Fórum China Europa, juntamente com Michel Rocard e Georges Berthoin). Embaixador da China em França e depois junto da União Europeia, antigo intérprete pessoal de Mao Tse Dong, Wu Jianmin compreendeu rapidamente a importância histórica de Georges Berthoin na construção europeia e o facto de termos conseguido mobilizá-lo, bem como a Michel Rocard, contribuiu muito para a credibilidade da fundação aos seus olhos, condição para que ele assumisse o risco político de apoiar o Fórum tal como o tínhamos concebido. Foi assim que se tornou membro do Conselho de Fundadores do Fórum. Michel Rocard e Georges Berthoin, por seu lado, intervieram na cerimónia de abertura da Assembleia de Lille.

Conseguir organizar um Fórum desta magnitude, na data prevista em outubro, quando as condições políticas para a sua realização só foram reunidas no final de julho, era um verdadeiro desafio. Yu Shuo, apoiada por Jean Paul Delattre, inspetor honorário da educação nacional que lecionou na China durante a revolução cultural e que se comprometeu como voluntário, dedicou-se de corpo e alma a esta tarefa. Concentrei-me nos convites a grandes testemunhas europeias. Para Chen Yan e a associação de intelectuais chineses na Europa, que lançou a ideia, foi também uma ruptura completa com um ciclo de reuniões organizadas pela Associação que, até então, só tinham reunido intelectuais. Foi, portanto, um salto para o desconhecido. E o sucesso foi garantido. Não total, porque os chineses que responderam aos oradores europeus não estavam totalmente preparados, mas sucesso mesmo assim pela qualidade e diversidade dos oradores europeus, pela qualidade e diversidade do público, onde todas as grandes universidades chinesas estavam representadas, pela amplitude da cobertura mediática e pela intensidade da audiência ao longo dos quatro dias. O interesse foi tal, inclusive do lado europeu, que se decidiu publicar as contribuições em francês e em chinês. Do lado europeu porque, e esta é a magia do efeito espelho, a necessidade de os oradores partilharem a sua experiência com um público fora da Europa, e de o fazerem como grandes testemunhas, levou-os a partilhar o melhor da sua experiência vivida, o que muda tudo. O testemunho comovente de Georges Berthoin sobre o círculo de Jean Monnet no início da construção europeia foi, para o público chinês, a expressão mais marcante.

A editora Charles Léopold Mayer publicou o relato em francês das intervenções sob o título evocativo «A Europa não é chinesa³⁸⁷». Numa altura em que, vista da Europa, a construção europeia entrou em crise após o «não» nos referendos francês e neerlandês (dois dos seis países fundadores da União!) na primavera de 2005, estes testemunhos de uma Europa em construção, progredindo, como Jean Monnet tinha previsto, de crise em crise, tiveram um enorme valor simbólico, como a promessa de um futuro avanço. Aqui, uma vez que foi o cerne do Fórum, apenas se destacam as contribuições europeias. Estas foram divididas em cinco temas:

³⁸⁷ A Europa não é chinesa! A construção europeia explicada aos chineses. Publicado em 2007, coordenado por Yu Shuo, Huang Yé e Jean-Paul Delattre. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/l-europe-cest-pas-du-chinois/

1. *A governação mundial e a Europa*. Michel Rocard, antigo primeiro-ministro de França³⁸⁸: «A governação mundial pode encontrar na União Europeia uma fonte de inspiração». Paul Tran van Thinh, antigo embaixador da União Europeia junto da OMC³⁸⁹: «A visão do mundo da Europa e a globalização».
2. *Da fundação ao alargamento*. Georges Berthoin, antigo chefe de gabinete de Jean Monnet³⁹⁰: «Jean Monnet ou o caos criador». Jean Louis Bourlange, deputado europeu³⁹¹: «Unidade e diversidade».
3. *Superação dos conflitos bilaterais e segurança*. Gilles Delannoi, politólogo³⁹²: «A Europa, uma superação pacífica dos conflitos?». Joël Coignard, general: «A segurança na Europa e a estabilidade no mundo». Andrée Kempf, diretora da Fundação Entente Franco-Alemã: «A reconciliação franco-alemã».
4. *As instituições europeias perante o desafio da diversidade*. Milan Kucan, primeiro presidente da República da Eslovénia³⁹³: «O tempo da alargamento, os desafios futuros». John Palmer, diretor-geral do European Policy Center e antigo editor-chefe do Guardian³⁹⁴: «Construir a Europa na unidade e na diversidade». Jordi Pujol, antigo presidente da Catalunha, figura importante na integração da Espanha na União Europeia³⁹⁵: «A construção da paz e a superação das soberanias». Olivier Dord, professor associado de direito público: «O direito europeu e o desafio da diversidade».
5. *Que modelo de desenvolvimento para a Europa no século XXI*. Isabelle Durant, vice-presidente do Parlamento Europeu, ex-vice-primeira-ministra federal da Bélgica³⁹⁶: «O desenvolvimento sustentável na União Europeia». Pierre Bauby, Comité Europeu para

³⁸⁸ Michel Rocard (1930 – 2016), homem de Estado francês. Primeiro-ministro de 10 de maio de 1988 a 15 de maio de 1991. Alto funcionário, militante socialista desde 1949, assumiu em 1967 a liderança do Partido Socialista Unificado, que representou nas eleições presidenciais de 1969. Eleito deputado de Yvelines, ingressou em 1974 no Partido Socialista, no qual encarnou uma «segunda esquerda», reformista e anticomunista. Deputado europeu até 2009, embaixador encarregado das negociações internacionais para os pólos ártico e antártico.

³⁸⁹ Entrevista com Tràn, Van Thinh Paul: https://archives.eui.eu/en/oral_history/INT1141

³⁹⁰ Georges Berthoin (1925 – 2024), alto funcionário e diplomata francês, é uma figura histórica da construção europeia e, como tal, deu inúmeras conferências para explicar o longo caminho percorrido por esses países «da hostilidade à fraternidade».

³⁹¹ Jean-Louis Bourlanges, nascido a 13 de julho de 1946, é um político e ensaísta francês. Formado pela École Nationale d'Administration (ENA), iniciou a sua carreira no Tribunal de Contas, antes de se envolver com a UDF e, posteriormente, com o MoDem. Foi deputado europeu de 1989 a 2007.

³⁹² Gil Delannoi, nascido em 1958, é um politólogo francês. Depois de defender uma tese de doutoramento em ciências políticas em 1982, ingressou no Cevipof, onde desenvolveu toda a sua carreira.

³⁹³ Milan Kučan, nascido em 1941, é um estadista esloveno. Foi o primeiro presidente da República da Eslovénia, de 1991 a 2002. Seguiu uma política de transformação da Jugoslávia e conduziu a Eslovénia à independência quando se tornou evidente que esse projeto já não era viável

³⁹⁴ John Palmer é ex-editor europeu do Guardian e ex-diretor político do European Policy Centre. É professor visitante no Instituto Europeu da Universidade de Sussex e membro do conselho administrativo do Federal Trust

³⁹⁵ Jordi Pujol i Soley, nascido em 1930, é um político espanhol. Fundador da Convergência Democrática da Catalunha e, posteriormente, da coligação catalanista Convergência e União, foi eleito presidente da Generalitat da Catalunha em 1980.

os Serviços de Interesse Geral³⁹⁷: «Que serviços públicos para a Europa?». Arie Van der Brand, presidente do Centro para a Agricultura e o Ambiente dos Países Baixos³⁹⁸: «Que agricultura, que alimentação e que espaços rurais para a Europa?». Jérôme Vignon, antigo diretor da unidade de prospetiva junto de Jacques Delors, diretor na Comissão Europeia³⁹⁹: «Que modelo social para a Europa?».

Um conjunto internacional de grandes testemunhas que, neste primeiro Fórum China Europa, deram uma verdadeira «lição de Europa» polifónica. O eco foi tal, inclusive através dos meios de comunicação presentes, que no final do Fórum foi decidido transformar este evento único num Fórum bienal, realizado alternadamente na Europa e na China. Foi assim que nasceu o que foi rebatizado de Fórum China Europa, para o distinguir do que já existia. Rapidamente foi criado um site⁴⁰⁰. A partir daí, é possível acompanhar no site os trabalhos e a evolução do Fórum. A filosofia dos dois encontros que se seguiram, na Europa em outubro de 2007 e na China continental e em Hong Kong em julho de 2010, foi diretamente inspirada na metodologia da Aliança, indo mais longe na descentralização dos trabalhos em workshops, uma vez que foram distribuídos por toda a Europa em 2007, antes das sessões plenárias em Bruxelas, e por toda a China em 2010, antes das sessões plenárias em Hong Kong.

Um Comité de Fundadores foi criado na mesma sessão. Era composto por oito pessoas: Wu Jianmin, Song Xinjing, professor de relações internacionais na Universidade do Povo em Pequim, Ho Kinlap, Secretário-Geral da Fundação Henry Kok, Chen Yan, Michel Rocard, Georges Berthoin, Paul Tan van Thinh e Pierre Calame. Nas páginas seguintes, vamos descobrir o formidável desenvolvimento do Fórum e, em seguida, a impossibilidade de o continuar após 2010. Quatro fatores levaram ao seu fim: o falecimento, em 2006, de Henry Fok, cujos filhos não partilhavam do seu compromisso filantrópico, o que tornou impossível o financiamento paritário chinês e europeu do Fórum, fazendo com que o peso recaísse sobre a fundação, o que não era o espírito inicial; o falecimento, num acidente de carro, de Wu Jianmin em 2010, privando o Fórum do seu principal apoio político na China; a incapacidade da Comissão Europeia de traduzir no seu orçamento as relações de igualdade entre a China e a União, e, portanto, de apoiar financeiramente o Fórum; e a rápida evolução da perceção da UE pela China após a crise financeira de 2008, tornando-a menos interessada num diálogo entre sociedades (ver, por exemplo, «Evolução das relações entre a China e a UE⁴⁰¹, artigo de 2015).

³⁹⁶ Isabelle Durant, nascida em 1954, é uma política belga. Membro do partido Ecolo, que dirigiu por duas vezes, senadora e vice-primeira-ministra federal da Bélgica, e cofundadora do Grupo Spinelli, que defende uma Europa Federal. Posteriormente, foi eleita para o Parlamento da Região de Bruxelas-Capital, que deixou em 2017 para se tornar secretária-geral adjunta da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

³⁹⁷ Pierre Bauby, nascido em 1943, sindicalista, político e politólogo francês.

³⁹⁸ Arie van den Brand, nascido em 1951, é um político holandês do partido GreenLeft. Foi membro da Câmara dos Representantes pelo GreenLeft entre maio de 2002 e março de 2004. Van den Brand estudou ciências agrícolas na Universidade de Wageningen.

³⁹⁹ Jérôme Vignon, nascido em 1944, é um político francês e, desde 2010, presidente do Observatório Nacional da Pobreza e Exclusão Social e do Observatório Nacional da Precariedade Energética desde a sua criação em 2011. Até 2009, foi diretor da Comissão Europeia responsável pela proteção e integração social.

⁴⁰⁰ Site do Fórum China Europa: <https://china-europa-forum.net/>

Pode-se pensar que, de qualquer forma, a chegada ao poder de Xi Jinping na China em 2013 e o consequente encerramento progressivo da China às influências estrangeiras, com uma estratégia imperial cada vez mais pronunciada e um regresso à censura, manifestando-se em particular na edição, teriam posto fim ao diálogo descentralizado, envolvendo, seguindo o modelo da Aliança, todos os meios socioprofissionais e dezenas de temas de interesse comum. Não obstante, este Fórum foi, como se verá, uma aventura fabulosa, no sentido literal do termo, inimaginável na medida em que contrariava os controlos exercidos pelo Partido Comunista Chinês sobre as relações entre a sociedade chinesa e o mundo exterior; o que permitiu confirmar a validade da Agenda século XXI, nascida em Lille, e permanecerá para o futuro como testemunho do que pode resultar do diálogo entre sociedades a partir dos seus desafios comuns.

2.3 – O segundo Fórum China Europa, 2007, na Europa

Ao regressar do Fórum de Nansha, o Conselho de Fundação considerou que este fórum bienal de diálogo entre a sociedade europeia e a sociedade chinesa constituía uma continuação por excelência dos trabalhos da Aliança e da Assembleia de Lille. Com efeito, vimos que a Assembleia apelava à continuação de diálogos de um novo tipo entre as sociedades de duas regiões do mundo: entre a Europa, a China, a Índia, a América do Norte, a América do Sul e a África. Estes processos birregionais permitiriam, de facto, simplificar as condições materiais de organização do diálogo e pôr à prova a Agenda para o século XXI. Dada a importância futura da China e a intensidade das relações já criadas, o Fórum poderia tornar-se um protótipo. O Conselho decidiu, portanto, disponibilizar os meios necessários.

Mas o segundo Fórum não poderia ser semelhante ao primeiro. Os europeus dispunham de muita informação sobre a China e «apresentar a China aos europeus» teria um interesse limitado. Daí a ideia de se inspirar na abordagem da Aliança para organizar um Fórum em duas etapas: «workshops» espalhados por toda a Europa e, em seguida, uma sessão plenária em Bruxelas para fazer a síntese. A experiência mostrou-nos o quanto as ferramentas técnicas seriam indispensáveis para gerir a complexidade de um processo deste tipo. Françoise Macé, assistente de Pierre Calame, rapidamente implementou as ferramentas técnicas necessárias.

Fazemos um balanço em junho de 2006⁴⁰²:

«As quatro questões a colocar para o segundo fórum: a) quem são os parceiros? b) qual o programa? c) qual o público europeu? d) como mobilizar os grandes testemunhos da aventura chinesa?»

A primeira preocupação é definir a natureza do Fórum. Fiéis às nossas reflexões, concebemo-lo

⁴⁰¹ Artigo de revista: Percepções chinesas de uma Europa em crise, páginas 121 a 131, por Yves Heng-Lim
No site do Cairn: <https://shs.cairn.info/revue-critique-internationale-2015-4-page-121?lang=fr>

⁴⁰² FDS 22992 - junho de 2006 - A preparação do 2.º fórum China-Europa. As duas primeiras etapas: a Carta constitutiva do fórum; a constituição do grupo de organizadores do 2.º fórum em Bruxelas em 2007

como uma aliança, com a sua Carta constitutiva e um grupo de garantes, os membros fundadores já mencionados. Depois, os possíveis parceiros:

«As instituições:

- Europa: Comissão Europeia, Parlamento, Conselho Económico e Social, NEF (Network of European Foundations), Eurocidades (associação das grandes cidades europeias), Universidade Livre de Bruxelas (ULB), FPH, Associação de Intelectuais Chineses na Europa;
- China: F. Henri Fok, Uni Remmin, Uni do Centro de Estudos do Estado da China, Wang Yi e outros especialistas, Academia de Diplomacia Chinesa, Universidade de Tsingha e Academia das Ciências, Revista de Ciências e Tecnologias, associação de presidentes de câmara da China, Revista «a janela que traz o vento do Sul», People Com.»

Somos levados a mudar de escala.

Depois, surge a questão dos temas a abordar. Em julho de 2006, ainda hesitamos. Um segundo fórum centrado na compreensão da China ou num diálogo entre europeus e chineses sobre os seus desafios comuns⁴⁰³?

«A China face à dupla exigência da permanência e da abertura. A China face às contradições nascidas do seu próprio desenvolvimento – a sociedade harmoniosa. A China face ao desafio de inventar uma governação adaptada ao século XXI. A China e a sua participação nos assuntos mundiais. A China e a sua relação com outras regiões do mundo. A China em busca de um modelo social. O papel das mulheres na China. O desafio da governança urbana.»

E como despertar o interesse dos futuros participantes europeus? A China já está na moda nesta época. São inúmeras as conferências sobre a China. No primeiro Fórum, foram grandes testemunhas europeias, em pequeno número, que apresentaram as suas reflexões a um público chinês. Mas e aqui? Em primeiro lugar, quem serão os chineses que virão? «*A qualidade dos convidados europeus dependerá da qualidade dos intervenientes chineses.* ». Naquela época, as maiores dúvidas na Europa eram sobre a possibilidade de os intervenientes vindos da China se expressarem com toda a liberdade necessária, e a maioria das conferências sobre a China era dada por especialistas, mais ou menos autoproclamados, que se gabavam de «explicar a China». Nesta fase, ainda se hesita entre duas fórmulas: a do primeiro Fórum, com intervenientes de um lado e ouvintes do outro, e a da Aliança, com pessoas que dialogam em pé de igualdade. E também se coloca a questão das instituições e redes através das quais convidar participantes de toda a Europa. A fundação, por si só, não tem redes suficientes nos diferentes meios e países para poder pretender fazê-lo sozinha.

Em novembro de 2006, o formato do Fórum começa a ficar bem definido⁴⁰⁴. Será um Fórum em duas partes: workshops em diferentes países da Europa (nesta data, fala-se de nove workshops) e, em seguida, sessões plenárias em Bruxelas, na ULB, a Universidade Livre de

⁴⁰³ FDS 23070 - julho de 2006 - O fórum China-Europa: preparação da segunda edição

⁴⁰⁴ FDS 23277 - novembro de 2006 - Acordo com a Universidade Renmin e a ULB sobre o formato do 2.º fórum China-Europa. Os nossos parceiros aprovam o conceito de conferência em duas partes que lhes apresentámos; os dados concretos são especificados; é definida uma primeira repartição de tarefas e são acordadas as modalidades de informação mútua

Bruxelas, com o seu diretor do centro de estudos sobre a China contemporânea, Gustav Geraert. O seu homólogo na China será o diretor do centro de estudos europeus da Universidade Renmin de Pequim, Song Sinling:

«Os apoios: a embaixadora da China em Bruxelas está muito entusiasmada e é muito ativa. Ela era a antiga porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Pequim. Os contactos serão estabelecidos por Song Sinling em Pequim com os embaixadores dos países membros: a cada duas semanas, temos, na Universidade Renmin, um fórum europeu e os embaixadores sucedem-se nesse fórum. Gustav Geraert: os europeus têm uma visão «eles/nós». Eles, os chineses, na nossa opinião, não são livres para falar, mas esquecemos que, quando representamos a Comissão, somos obrigados a apresentar a versão oficial!»

A questão do financiamento é, evidentemente, colocada:

«A Hainan Airlines, que opera a linha direta Pequim-Bruxelas há seis meses, poderá ser um dos patrocinadores. A embaixadora em Bruxelas apoiou a criação desta linha e poderá falar com eles sobre o assunto (nota: três dias depois, tivemos a sorte de encontrar o seu diretor-geral).»

Mas, embora a filosofia geral do Fórum, em duas etapas, esteja agora definida, ainda há hesitação quanto à dimensão a dar ao Fórum e, em particular, ao número de workshops e, portanto, de participantes chineses. Pois, dependendo de se ter workshops sobre temas específicos ou temas gerais, o espírito do Fórum será diferente: *«9 grupos de trabalho implicam uma delegação de 5 chineses por grupo, ou seja, cerca de 50 chineses + 20 universitários»*. Apesar de todas as incertezas, uma coisa já está certa: um formato muito original, em todos os pontos conforme à filosofia da Assembleia Mundial, mas com uma ambição adicional: distribuir os workshops por diferentes países da Europa, com o mesmo poder de convocação e participação na organização. Agora é preciso conciliar os desejos dos potenciais organizadores, os desejos dos participantes e o domínio de um processo complexo. Neste último ponto, as ferramentas de gestão desenvolvidas pela fundação para Lille vão fazer maravilhas.

Quem é que quer o quê? Os europeus mais do que os chineses ou vice-versa? Neste ano de 2006, os europeus ainda mantêm um complexo de superioridade em relação à China. André Chieng, nascido em 1953 em Marselha, filho de pais chineses, que recebeu uma educação chinesa em casa e francesa na escola, ex-aluno da Escola Politécnica instalado em Pequim desde 2001, coloca as coisas em perspectiva⁴⁰⁵:

«É preciso fazer com que os líderes europeus percebam que hoje são eles, mais do que a própria China, que procuram este diálogo e que esta é uma das oportunidades que ainda restam à Europa, no contexto da crise europeia, para ter relevância na gestão dos assuntos mundiais.»

Será uma das funções do nosso Fórum levar os europeus a rever a sua visão da China e a compreender o que está em jogo neste diálogo entre as duas sociedades, que ainda nesta altura muitos europeus consideram impossível ou inútil. Ele adverte contra uma forma de

⁴⁰⁵ FDS 23293 - novembro de 2006 - O ponto de vista de André Chieng sobre os desafios da relação entre a Europa e a China e a conceção do 2.º fórum China-Europa

desprezo que levará a China, desapontada, a procurar outros parceiros:

«[Observo] as rejeições da Europa a Hu Jintao: no passado, dizia-se que ele era o «pato manco» de Pequim. Alguém que, como os presidentes americanos no final do mandato, só tem mais a aparência do poder. Tema retomado pela imprensa com base num único facto: antes de chegar ao poder, ele não tinha falado! Discordando, escrevi, pelo contrário, que Hu Jintao tinha assumido um poder considerável. A sua única lacuna era não ter nenhum sucesso internacional no seu currículo. Ele estava à procura de um sucesso internacional e procurou-o na Europa: levantar o embargo às armas; reconhecer a China como economia de mercado. Ele enviou Wen Jia Bao para defender a sua causa e sofreu um fracasso em ambos os planos.»

Todas estas observações levam-nos a garantir que, no âmbito do nosso Fórum, as duas partes estejam em pé de igualdade e que os europeus saiam dele, por um lado, com uma maior estima pela China e, por outro, com a convicção de que a Europa e a China têm muito a fazer em conjunto, pois enfrentam desafios comuns. Este ponto de vista foi totalmente confirmado durante uma visita de Yu Shuo e Pierre Calame à China em novembro de 2006⁴⁰⁶. Pierre Calame observa:

«Desde o dia da partida para a China, refletindo sobre as conversas que iria ter, percebi que o cenário a ser desenvolvido para o segundo fórum não poderia ser semelhante ao do primeiro e que era necessário inovar. Isso se manifestou inicialmente pela constatação de que seria difícil trazer para a Europa responsáveis chineses, atores reais, do mesmo nível que os europeus que pudemos trazer para a China para o primeiro fórum. Três razões para isso:

1. não é evidente que os atores do nível da delegação europeia no primeiro fórum estejam dispostos, na China, a disponibilizar-se para participar na Europa de um fórum na sua totalidade, tendo essa assiduidade sido uma das principais razões do sucesso do primeiro fórum.
2. O tema do primeiro fórum estava claramente delimitado. Não dizia respeito à evolução da sociedade europeia no seu conjunto, mas mais especificamente ao processo de construção da União Europeia. Por isso, foi bastante fácil identificar os atores dessa construção e convidá-los a participar. Além disso, a originalidade do fórum era imediatamente evidente pelo seu objetivo. Quando se trata, pelo contrário, de apresentar a sociedade chinesa a um público europeu, o campo é tão vasto que o fórum parece apenas mais uma ocasião entre outras para o intercâmbio entre a China e a Europa, com o risco de privilegiar intervenientes «especialistas na China» ou intelectuais que analisam a sociedade chinesa contemporânea.
3. Um dos principais interesses do fórum é dar a conhecer a consciência muito viva dos responsáveis e intelectuais chineses sobre a complexidade desta sociedade em plena transformação e as contradições que a atravessam. Mas, perante um público estrangeiro e, além disso, proveniente de uma China preocupada em dar uma boa imagem de si mesma ao exterior e cuja palavra está longe de ser livre, não se corre o risco, seja por orgulho nacionalista, seja por autocensura, de obter, no final das contas, um discurso público muito

⁴⁰⁶ FDS 23302 - dezembro de 2006 - A evolução ao longo dos dias da concepção do segundo Fórum China-Europa; Tornar o segundo fórum um espaço de reflexão entre os diferentes meios socioprofissionais chineses e europeus, por um lado, sobre as suas responsabilidades sociais e, por outro, sobre os desafios comuns

mais suave do que os discursos e reflexões privados? [...]. Ora, o verdadeiro desafio deste fórum, o seu próprio objetivo, é construir essa relação entre as duas sociedades, entre os atores conscientes, no seio dessas duas sociedades, de que a Europa e a China têm um papel importante a desempenhar nas mudanças do mundo contemporâneo e na resposta aos desafios comuns.

Na noite de 13 de novembro, Huang Nubo, a pedido de Yu SHUO, reuniu à sua volta alguns dos seus colaboradores mais próximos, um representante da União dos Presidentes de Câmara da China e, sobretudo, intelectuais de renome cujo empenho literário ele apoia. Apresentei-lhes o estado das minhas reflexões e as respostas foram muito diretas e espontâneas, indo na mesma direção das minhas próprias reflexões:

4. Uma grande conferência será decepcionante se não for precedida por um diálogo aprofundado entre os atores chineses e os seus homólogos europeus, em diferentes meios socioprofissionais: empresas, finanças, artistas, fundações, meios de comunicação, investigadores em ciências sociais, etc.
5. O fio condutor comum deve ser a ética da responsabilidade.
6. Não se trata exclusivamente de apresentar as reflexões dos atores chineses sobre as suas próprias realidades, mas de refletir em conjunto sobre os desafios comuns.
7. Isso pressupõe a utilização, para esses diálogos preparatórios em cada meio socioprofissional, de uma metodologia interativa como a que utilizámos em Lille ou na primeira reunião entre responsáveis locais (Nubo e outros participantes neste jantar tinham participado em Lille e todos ficaram impressionados com o interesse desta metodologia interativa).

Perguntei como encontrar esses atores chineses e construir uma reflexão preparatória. Huang Nubo sugeriu associar dois jornais, um jornal económico e um jornal intitulado «O Século XXI». Eles desempenham um papel ativo na animação do debate interno na China e dispõem de uma agenda de contactos considerável. Um debate teve lugar nas suas colunas. A preparação do segundo Fórum China Europa seria uma forma de relançar esse debate. Por seu lado, Nubo salienta a evolução atual de uma parte da elite económica chinesa no sentido de uma maior consciência social. Ele indica a renovação em curso nas autarquias locais, com a chegada de uma nova geração de presidentes de câmara, mais jovens e mais formados. [...]. A posição central da reflexão sobre a responsabilidade social no segundo fórum, a necessidade de torná-lo um local onde se tratam os desafios comuns da humanidade e não apenas da China, a valorização da profundidade da reflexão atual sobre as contradições do desenvolvimento chinês no seio da sociedade chinesa. Estes três temas surgiram de forma muito espontânea e vigorosa da discussão.»

Vistas com quase vinte anos de distância, estas observações são particularmente ricas e esclarecem o método da fundação. Em primeiro lugar, nada substitui as trocas interpessoais. Em seguida, a confiança constrói-se pouco a pouco e permite que cada um se entregue. Assim, Huang Nubo organizou a viagem com a Associação dos Presidentes de Câmara da China há dez anos e esta continuidade permite um alto nível de intercâmbio. Por fim, os métodos só podem ser apreciados quando praticados: foi por estarem em Lille que alguns dos nossos interlocutores, como também vimos no Fórum de Pequim de 2003, estão convencidos de que

é possível organizar grandes encontros de forma interativa.

Em dezembro de 2006, iniciamos um ciclo de encontros alargados para aperfeiçoar o dispositivo de implementação do Fórum assim reformulado. Fala-se agora de 45 workshops, cada um com 5 chineses e 14 europeus e num local diferente, de modo a que cada workshop tenha um objetivo concreto de produção com vista às plenárias em Bruxelas⁴⁰⁷:

«O fórum é construído em torno de workshops socioprofissionais e temáticos. 2 dias de workshop divididos em 4 sessões (1/2 dia por sessão)

Explicação dos métodos: no final da sessão, todos os participantes dizem o que retiveram das apresentações sobre a China e a Europa. A partir da enunciação dos desafios, a cartografia apresentará eixos estratégicos. [...] Duas formações a realizar: a dos animadores e a dos cartógrafos. Precisamos de animadores reconhecidos, especialistas na sua área, e, para os cartógrafos, estudantes de mestrado. Este método implica tantas pessoas de apoio, acolhimento, cartografia e interpretação quanto participantes. Estão previstos 45 workshops. A equipa alargada deve apresentar propostas de pessoas-chave.».

Com a experiência de Lille, a Fundação está perfeitamente ciente da magnitude do desafio.

O Fórum realizou-se como previsto em outubro de 2007. Aqui está o primeiro feedback da China, relatado por Yu Shuo algumas semanas após o evento⁴⁰⁸:

«Desde a minha chegada, encontrei-me ou comuniquei pela Internet com algumas pessoas, como o Embaixador da França e o seu Ministro Conselheiro em Pequim, bem como com participantes chineses. As linhas gerais a seguir resumem o que aconteceu:

1. Parabéns a todos pelo sucesso do fórum que, antes do evento, era considerado por muitos como impossível. Independentemente da sua posição inicial, os participantes chineses ficaram profundamente impressionados com a capacidade e a forma inédita de organizar o fórum em duas etapas: sob a forma de workshops em toda a Europa, que proporcionaram excelentes condições para o diálogo, e da sessão plenária, que criou uma cerimónia «sagrada» que permitiu elevar a consciência cidadã do mundo. Para isso, já existem muitos ensaios compostos por chineses que merecem ser valorizados sob a forma de publicações.
2. Os meios de comunicação internacionais chineses divulgaram de forma eficaz o evento como único e histórico. Um grande trabalho a ser feito é extrair os materiais da mídia e consolidar os nossos laços com eles. [...] Foram feitas críticas severas ao papel da Universidade Renmin durante o fórum. Muitos consideram que, devido a esse controlo oficial do Estado chinês, representado pelos participantes dessa universidade, «enviados especiais», na maioria dos workshops, alguns princípios do fórum foram comprometidos e o nível do diálogo sociedade-sociedade foi forçado a permanecer superficial.»

⁴⁰⁷ FDS 23340 - dezembro de 2006 - Primeiro encontro alargado sobre a preparação do fórum China-Europa 2007; Discussões sobre o formato

⁴⁰⁸ FDS 23798 - 8 de novembro de 2007 - Relatório dos contactos e reflexões de Yu Shuo na China para a continuação do fórum, tendo em vista a reunião de 9 de novembro de 2007

Em outubro de 2007, numa mensagem a todos aqueles que participaram na preparação do segundo Fórum, tirei as primeiras lições⁴⁰⁹:

«O Fórum China Europa terminou a 7 de outubro. O sonho de há 10 meses tornou-se realidade graças ao trabalho árduo de todos. Cada um soube, quando necessário, sair do papel que lhe tinha sido atribuído inicialmente para dar resposta às necessidades mais urgentes. Sem esta flexibilidade, a aventura teria-se transformado num pesadelo e quero agradecer a todos por isso. Não devemos esconder, no entanto, que, em certos momentos, os prazos eram tão curtos que, para retomar uma expressão de Françoise Macé, o edifício quase desabou, tamanha era a flexibilidade dos seus pilares.

Para retomar a expressão de Georges Berthoin, este Fórum criou um verdadeiro acontecimento histórico, atestado tanto pela amplitude dos apoios afirmados em plenário como pelo entusiasmo manifestado pelos participantes em relação ao trabalho nas oficinas.

Desses nove meses tão intensos, há inúmeras lições a serem aprendidas. Para a nossa fundação, essas lições também devem ser comparadas com as que aprendemos com uma aventura igualmente complexa: a organização, em dezembro de 2001, da Assembleia Mundial dos Cidadãos. Além disso, como sabem, foi essa aventura que inspirou em grande parte o formato do segundo Fórum China Europa. [...] Quando uma aventura difícil termina em fracasso, é grande a tentação de transformar uma avaliação numa busca por responsabilidade, ou mesmo numa busca por culpa. Quando uma aventura, pelo contrário, termina em sucesso, podemos abordar de forma mais serena as múltiplas e inevitáveis disfunções numa perspetiva construtiva, a única que nos importa: podemos tirar lições das nossas fraquezas para fazer melhor no futuro? [...] [Em particular] não se deve transformar contradições objetivas, por exemplo, a articulação entre uma iniciativa não governamental e uma autorização oficial das autoridades chinesas, num disfuncionamento do tipo: «não escolhemos os parceiros certos.»

Um fórum como o que concebemos, radicalmente novo na sua essência e na sua forma, colocava efetivamente a questão da articulação entre o envolvimento inevitável das autoridades políticas, na Europa e ainda mais na China, com a iniciativa privada, orientada por objetivos a longo prazo, com enormes margens de liberdade na organização do diálogo entre empresas, que a fundação representava. Não poderia haver uma solução perfeita, mas isso não impedia que se avançasse.

Outra constatação marcante deste Fórum foi a assimetria da cobertura mediática. Foi amplamente coberto pelos meios de comunicação chineses e muito pouco pelos meios de comunicação europeus, como se um diálogo «de sociedade para sociedade» entre a China e a Europa fosse um «não acontecimento», porque, segundo os meios de comunicação europeus, os participantes chineses não podiam trazer uma visão rica e sincera sobre os desafios enfrentados pelo seu país. O representante de um grande semanário francês em Pequim chegou a confidenciar-nos que a sua redação só queria ouvir más notícias sobre a China: *«Assim que envio informações positivas, dizem-me que está na hora de voltar, porque estou intoxicado pela propaganda do Partido»*. Essa recusa em compreender o que se passava na China, esse sentimento de superioridade que continuava a impregnar a atitude europeia em

⁴⁰⁹ BIP FCE 389 - outubro de 2007 - O sucesso do segundo fórum China-Europa cria novas modalidades de diálogo entre a sociedade europeia e a sociedade chinesa

relação à China, desempenhou um papel muito importante na miopia europeia face ao desenvolvimento deste país continental. As mesmas elites que idolatravam Mao Tse Dong e não queriam ver os dramas da Revolução Cultural classificaram a China, a partir dos motins de Tienanmen, no campo dos regimes autoritários, cujos avanços eram necessariamente pagos a um preço elevado. Como se surpreender que, entre 2007 e 2025, o olhar da Europa sobre a China tenha mudado, sem aviso prévio, de um eldorado das grandes empresas para produzir mais barato para um «concorrente estratégico» que ultrapassou tecnologicamente a Europa em muitos domínios, incluindo o da transição ecológica com carros elétricos, baterias e o rápido desenvolvimento das energias renováveis? Ao ter voluntariamente destruído as ferramentas de observação lúcida da evolução da China, e o nosso Fórum era uma delas, entre outras, a Europa privou-se de toda a capacidade de antecipação. Mais grave ainda, sem dúvida, e voltaremos a isso no que diz respeito ao terceiro Fórum, como nos tinha avisado André Chieng, perdemos a oportunidade de desenvolver uma cooperação forte com a China em torno dos nossos desafios comuns.

Pois, embora os meios de comunicação europeus tenham ignorado o Fórum, é preciso constatar, apesar do que Yu Shuo evoca sobre o papel da Universidade Renmin no controlo das declarações dos participantes chineses, que, de acordo com muitos testemunhos recolhidos junto dos participantes europeus, os trabalhos em workshop suscitaram uma grande surpresa. No início, muitos deles manifestaram uma certa reticência em relação ao Fórum: de que adiantariam workshops com participantes chineses que falariam todos a mesma língua, recitando a doutrina oficial? No entanto, em geral, não foi isso que aconteceu e, ao fim de um dia de workshop, constataram que as divergências entre os participantes chineses eram tão válidas quanto as divergências entre os participantes europeus. Foi também essa a magia do trabalho em workshop, uma libertação da palavra.

As sessões plenárias de Bruxelas só puderam basear-se numa síntese muito rápida dos quarenta e seis workshops do Fórum. Tal como para a Assembleia de Lille, era necessário valorizar posteriormente os trabalhos dos workshops através de uma exploração sistemática dos relatórios cartográficos que tinham sido elaborados e, para ser coerente com o espírito do Fórum, fazê-lo desta vez de forma coletiva. Isso foi feito em fevereiro de 2008. Coroando esta etapa particularmente marcante do Fórum e do diálogo entre a China e a Europa, esta síntese merece ser reproduzida aqui na íntegra⁴¹⁰:

«Durante o segundo Fórum China Europa, realizado em 23 cidades de 9 países da União em workshops e depois em Bruxelas em sessão plenária, 1000 participantes – 350 chineses e 650 europeus – provenientes de diferentes horizontes socioprofissionais e geográficos confrontaram as suas reflexões, no âmbito de 46 workshops realizados simultaneamente durante 2 dias. Dezenove desses workshops reuniram pessoas do mesmo meio socioprofissional; os outros 27 centraram-se cada um num tema específico. A diversidade dos participantes, a dimensão reduzida de cada workshop, o formato e os métodos de trabalho comuns a todos os workshops

⁴¹⁰ BIP 3623 - fevereiro de 2008 - Os desafios comuns da Europa e da China fundamentam a continuação do diálogo entre as duas sociedades. Durante o segundo Fórum China-Europa, em outubro de 2007, em 46 workshops socioprofissionais e temáticos, chineses e europeus trocaram análises e pontos de vista sobre os desafios e as perspetivas das suas respetivas sociedades. Uma análise rigorosa e coletiva dos resultados desses workshops mostra como, apesar das diferenças de contexto, cultura e história, os desafios são semelhantes

constituíram uma experiência única de intercâmbio entre duas sociedades.

Cada workshop decorreu em quatro sessões de meio dia cada: visão chinesa e perguntas dos europeus aos chineses; visão europeia e perguntas dos chineses aos europeus; convergências e divergências; perspectivas de continuação da reflexão coletiva.

No final de cada sessão, os participantes do workshop foram convidados a validar uma síntese comum. Cada síntese consistia numa série de frases curtas, constatações, reflexões ou perguntas que refletiam os diferentes temas abordados. Esta apresentação homogénea das sínteses foi a condição para que se pudessem extrair de forma rigorosa e transparente os principais ensinamentos de um material extraordinariamente rico e diversificado em conteúdo.

Desde as sessões plenárias, em 6 e 7 de outubro, foi possível, graças ao recurso a técnicas de cartografia conceptual desenvolvidas em conjunto pela Fundação Charles Léopold Mayer para o Progresso do Homem e a Sociedade Exemole, apresentar a todos os participantes uma síntese muito provisória dos encontros. Mas esse trabalho feito à noite, entre o final dos workshops e o início das sessões plenárias, era um trabalho solitário. Não dava demasiado espaço à subjetividade, aos preconceitos da pessoa que tinha feito a síntese?

Para responder a essa possível objeção, adotamos uma abordagem de trabalho coletivo, realizada nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2008 em Paris, por cerca de quarenta pessoas, 30 europeias e 10 chinesas. A maioria delas tinha participado num dos workshops do Fórum, mas não foi o caso de todas. Além disso, a disciplina coletiva previa que ninguém pudesse trabalhar na síntese de um workshop em que tivesse participado. O trabalho coletivo seguiu um procedimento rigoroso. Aplicou-se essencialmente às duas primeiras sessões, a visão chinesa e a visão europeia. A síntese foi feita em duas etapas. Numa primeira etapa, nove equipas de 4 a 5 pessoas cada foram convidadas, para cada sessão, a destacar as 5 ideias principais de um grupo de workshops. No final do primeiro dia, tínhamos 45 (9 x 5) temas sintéticos para cada uma das sessões. No segundo dia, os participantes foram divididos em dois grupos. O primeiro dedicou-se à síntese da visão chinesa e o segundo à síntese da visão europeia. A sua missão era agrupar os 45 temas em, no máximo, 7 eixos que constituíam a síntese das sínteses. Acrescentemos que, tanto a 14 como a 15 de fevereiro, os grupos foram constituídos de forma a que os participantes de cada grupo não se conhecessem ou se conhecessem pouco.

O resultado a seguir é notável em três aspectos: em cada uma das etapas, os grupos trabalharam em grande harmonia e conseguiram chegar a um consenso; os temas sintéticos que emergiram são, com pequenas diferenças de formulação, notavelmente semelhantes para a China e para a Europa, um resultado à primeira vista muito surpreendente, tendo em conta as diferenças de contexto; os temas sintéticos que emergiram são, com pequenas diferenças de formulação, praticamente os mesmos que foram identificados na síntese provisória de 6 de outubro.

Podemos tirar duas grandes lições destas constatações:

1. A primeira é que um método de trabalho rigoroso, desde a definição dos temas, do formato e dos métodos de animação dos workshops até à síntese coletiva final, permite extrair lições importantes de um trabalho coletivo muito vasto.
2. A segunda é que as questões importantes das sociedades se impõem, de certa forma, por si mesmas, desde que se tenha paciência e vontade de abordar uma sociedade em todos os seus aspetos.

Pode-se acrescentar uma terceira lição: o facto de os europeus trabalharem sob o olhar dos chineses e os chineses trabalharem sob o olhar dos europeus impõe-lhes, pela necessidade de transmitir aos outros ideias fortes, um esforço de clareza e síntese que permite extrair o essencial de uma sociedade. Às abordagens aprofundadas e relativamente solitárias de análise por alguns especialistas, o Fórum traz uma abordagem alternativa: a descoberta das grandes questões de uma sociedade através de uma análise coletiva de todos os seus aspetos.

Quatro grandes questões comuns emergem deste imenso trabalho de análise e compilação. Provavelmente, elas não surpreenderão as pessoas que estão familiarizadas com as duas sociedades. O objetivo de tal abordagem não é surpreender, mas, pelo contrário, basear o diálogo entre as sociedades na forte certeza e na demonstração de que, além das suas diferenças, estas sociedades enfrentam desafios surpreendentemente semelhantes, que o diálogo permite esclarecer e analisar sob os mais diversos ângulos.

Tema 1:

A China e a Europa têm de inventar juntas um novo modelo de desenvolvimento. Em momentos e ritmos muito diferentes, a China e a Europa foram arrastadas para um processo de desenvolvimento e crescimento cujos motores poderosos foram a economia de mercado e a integração no mercado mundial. Ambas as sociedades foram profundamente afetadas por esta evolução. Migração para as cidades, disparidades sociais, graves danos ao meio ambiente, envelhecimento da população, desenvolvimento das migrações internas ou externas, desintegração do modelo familiar tradicional, declínio dos antigos modos de regulação e coesão social. Em ambos os casos, será necessário inventar novos caminhos de desenvolvimento, o que na China se denomina uma sociedade harmoniosa e na Europa se denomina desenvolvimento sustentável. Como alcançar esse objetivo quando as lógicas económicas ainda parecem tão dominantes?

Tema 2:

Como cada sociedade pode defender os seus valores e a sua identidade, permanecer fiel a eles, transformá-los numa força para o futuro e no suporte de uma ética renovada num contexto de globalização e de confronto multicultural? Como permanecer fiel a si mesmo e, ao mesmo tempo, estar aberto às evoluções do mundo?

Tema 3:

A China e a Europa são agora duas regiões do mundo, de um mundo interdependente, de um mundo globalizado. Como reforçar o diálogo entre as sociedades? Como reduzir a incompreensão, os mal-entendidos e as preocupações mútuas? Como integrar-se sem desaparecer? Como construir, numa governança mundial renovada, a cooperação entre as sociedades? Com que objetivos e de que forma?

Tema 4:

Os antigos métodos de gestão da sociedade, hierárquicos e compartimentados, já não são adequados nem à natureza dos problemas a resolver, que exigem a cooperação entre os intervenientes, nem às aspirações das sociedades a uma maior participação, a um maior exercício de responsabilidades, a uma maior participação nas decisões. Como inventar uma governação adaptada às necessidades e aspirações do século XXI?»

Não é de surpreender que encontremos nesta síntese muitas convergências com a Agenda do Século XXI. É sobre estas bases sólidas que era necessário, e ainda é necessário hoje, fundamentar o diálogo entre as sociedades europeia e chinesa.

Mais uma palavra sobre o que tornou possível este segundo Fórum. Foi o total empenho do Conselho de Fundação, a sua convicção de que, com este diálogo entre sociedades, concretizávamos o ideal da Aliança, mas também a sua capacidade de se adaptar a uma nova oportunidade: pois por trás da reformulação completa do Fórum entre julho e novembro de 2006, esteve a capacidade da fundação, no âmbito do seu orçamento bienal, de reconfigurar totalmente o seu apoio ao Fórum. Apenas as relações de confiança entre o Conselho e a equipa, baseadas numa longa parceria e na elaboração conjunta das nossas orientações para 2003-2010, bem como a vontade comum de combinar o nosso capital financeiro com o capital social e o capital metodológico, tornaram esta aventura possível. Uma nota interna da Comissão Europeia que nos chegou presta-lhe a mais bela homenagem. Observava que, mesmo com meios financeiros dez vezes superiores, a Comissão não teria sido capaz de alcançar este resultado. Paradoxalmente, como veremos agora, esta incapacidade da Comissão, não só de conduzir, mas mesmo de conceber um diálogo de sociedade para sociedade, tornará impossível o seu apoio, que era, no entanto, indispensável para a perpetuação do processo.

2.4 – O diálogo com as instituições europeias e a oportunidade perdida do concurso público europeu.

A amplitude das trocas com as instituições europeias, mas também as dificuldades em traduzir em ações o envolvimento das instituições europeias, foram determinantes para o Fórum. Foram conduzidos dois diálogos em paralelo: com as regiões europeias, por intermédio do Comité das Regiões e, em particular, do seu então Secretário-Geral, Gherard Stahl, com quem estabelecemos contactos de confiança em torno das questões da governação a vários níveis; e com a própria Comissão Europeia, que se revelou muito mais complexo.

Um diálogo de confiança com as regiões europeias

A ideia principal do diálogo com as regiões europeias decorria, a curto prazo, da vontade de organizar workshops descentralizados em diferentes países europeus, apoiando-se para isso em cidades e regiões capazes de os organizar e de participar no seu financiamento, pois essa era a forma de enraizar em contextos concretos os intercâmbios entre sociedades e, a longo prazo, da intuição de que, através das já numerosas geminações entre regiões europeias e províncias chinesas, seria possível consolidar esses intercâmbios a longo prazo.

Um encontro, organizado no Comité das Regiões em abril de 2008, para fazer o balanço do

segundo Fórum, mostra a justeza destas intuições⁴¹¹. Na introdução, Gerhard Stahl sublinha o facto de que, no contexto da globalização, as regiões europeias assumem uma parte crescente do diálogo com as sociedades de outras regiões do mundo, o que se aplica particularmente à China. Uma vez que os intervenientes dessas regiões estão eles próprios envolvidos na globalização, as regiões devem acompanhá-los, assumindo também compromissos políticos. É por isso que o balanço da experiência de um pequeno número de regiões no âmbito do segundo Fórum merece ser feito, na perspetiva de uma generalização do método no futuro.

Estávamos bem posicionados numa perspetiva de longo prazo. Durante a reunião, recordei, em eco a Gerhard Stahl, as oito perguntas que uma região desejosa de participar na aventura no futuro deve colocar a si própria:

«1. Em que diálogos a região já está envolvida com a China? 2. A região quer desempenhar um papel motor no diálogo entre sociedades? 3. Quais são os principais centros de interesse da região? 4. Onde estão os pólos de excelência da região? 5. Existem na região possíveis mediadores para o diálogo? 6. Que redes de trabalho sobre estes temas já existem na Europa? 7. Com quem vou trabalhar na China? 8. Que compromisso financeiro isso representa para uma Região?»

Cabia, de facto, a cada região determinar os temas sobre os quais pretendia acompanhar este diálogo entre as sociedades.

Na sequência desta reunião, dois testemunhos serão particularmente marcantes, os da Catalunha e da região Rhône Alpes. Para a Catalunha:

«Mireia Sole i Llor: A Catalunha esteve envolvida [no segundo Fórum] em quatro workshops, três para o governo da Catalunha e um para a Câmara Municipal de Barcelona e a Deputação da Catalunha, sobre diferentes temas que são do interesse do nosso governo.

O primeiro versou sobre a migração a nível europeu e a nível da China e sobre a forma de enfrentar estes desafios em conjunto.

O segundo sobre a agricultura e a pesca. Após o Fórum, durante uma missão na China, continuámos a tratar destas questões no âmbito de um fórum que organizamos sobre questões agrícolas e da indústria agroalimentar e sobre a forma como a China e a Catalunha podem partilhar as suas experiências.

O terceiro sobre a reforma do ensino na China e na Europa, com a participação das universidades e do governo: quais são os desafios da reforma universitária? Quais são as políticas públicas que devemos enfrentar? Para que tipo de sociedade do conhecimento? E que tipo de governação universitária?

O quarto, com a participação da Câmara Municipal de Barcelona e da Diputació de Barcelona, sobre o desenho das cidades e a governação urbana. Neste tema, a cidade de Barcelona deve ser um exemplo de renovação e reconstrução urbana.

Todos os workshops foram um grande sucesso. As pessoas envolvidas estão satisfeitas com os resultados do Fórum, embora seja necessário trabalhar um pouco mais a montante para lhe dar

⁴¹¹ BIP FCE 477 - 2008 - Transcrições das intervenções durante a reunião de 1 de abril no Comité das Regiões

uma maior visibilidade. Ao contrário da visibilidade nos meios de comunicação chineses, tal como apresentada na vossa revista de imprensa, a visibilidade a nível das províncias e regiões europeias foi muito reduzida. É por isso que, começando a trabalhar mais cedo para o terceiro Fórum, poderemos garantir uma melhor visibilidade ao Fórum do próximo ano em Hong Kong. Para as regiões que querem realmente envolver-se, o importante é identificar desde já as prioridades.

Por que nos envolvemos fortemente no Fórum? Porque a Ásia é um desafio estratégico para a política externa da nossa região. O nosso primeiro campo estratégico é a zona euro-mediterrânica, a proximidade. Mas não devemos esquecer a China e a Índia, por exemplo. A Catalunha tem escritórios de promoção comercial em cidades chinesas há já algum tempo. Para nós, o Fórum é uma forma diferente de abordar o conhecimento mútuo entre as duas zonas. O governo da Catalunha quer continuar a envolver-se e a Catalunha gostaria de ser a coordenadora dos diferentes atores que querem participar no futuro do Fórum China Europa.»

Para a região de Rhône Alpes:

«Patrick Lussan; a relação de Rhône-Alpes com a China é muito antiga, uma vez que as embaixadas comerciais e económicas de Lyon foram instaladas na China e no Japão no final do século XIX, no âmbito da economia da seda. É assim que a cidade de Lyon é geminada com a cidade de Yokohama há mais de 40 anos e que a região Rhône-Alpes desenvolve uma relação comercial com Xangai há mais de 20 anos.

Hoje, tal como na Catalunha, o desenvolvimento das relações da região Rhône-Alpes com os países emergentes está no centro da política de relações internacionais. Continuamos as nossas relações com Xangai, mas também desenvolvemos relações com um estado indiano, Karnakata (Bangalore), e com um estado brasileiro, Paraná (Curitiba). O objetivo da região neste desenvolvimento da cooperação e parceria internacionais é, naturalmente, o intercâmbio mútuo em todos os domínios, mas também, e acima de tudo, o desenvolvimento da nossa economia regional a nível internacional «nos dois sentidos»: por um lado, para ajudar as empresas da região Rhône-Alpes a exportar melhor e mais para estes países emergentes, onde os mercados são muito importantes e o potencial de desenvolvimento é forte; mas também para receber investimentos internacionalmente móveis na região de Rhône-Alpes, pois eles permitem manter e criar empregos sustentáveis na região.

A nossa cooperação com Xangai é um exemplo de governação multinível, uma vez que a região de Rhône-Alpes, juntamente com a Catalunha, a Bade-Württemberg e a Lombardia, desenvolveu há muitos anos a rede denominada «quatro motores para a Europa» e que a política da região de Rhône-Alpes tem sido a de associar os «quatro motores» à colaboração com a China. O nosso primeiro grande evento conjunto teve lugar em 2006, no âmbito do Bio Forum de Xangai. Em reciprocidade, os chineses são convidados e participam regularmente no Biovision, um grande evento que se realiza em Lyon e em Rhône-Alpes, um grande evento europeu sobre o desenvolvimento das biotecnologias.

Neste contexto, a nossa participação no Fórum China Europa foi natural, para além da amizade que me liga a Pierre Calame há muitos anos. O interesse da região, quando a fundação fez a proposta, foi imediato. Em Rhône-Alpes, organizámos cinco workshops que reuniram mais de uma centena de pessoas. Os cinco temas foram: biodiversidade, energia, capacidade dos atores financeiros de levar em conta o longo prazo, relação com outras regiões do mundo e participação dos cidadãos nas escolhas da sociedade. Tendo sido responsável por este último workshop, devo

dizer que as trocas entre os quatro chineses e os oito europeus foram aprofundadas. Com este pequeno número de participantes, é possível entrar rapidamente no assunto. Durante dois dias, uma boa parte da manhã foi dedicada a «quebrar o gelo», mas depois pudemos realmente entrar no cerne da questão e sentimos, nessa ocasião, que todas as questões se colocam tanto na nossa região como na China, alguns diriam mais na China do que na nossa, mas ainda temos muito a fazer no domínio de uma democracia mais participativa.

Em termos de lições a tirar desta participação, ela teve a particularidade de se desenrolar em cinco locais diferentes na região de Rhône-Alpes, dando assim a oportunidade a uma região de dar a conhecer aos chineses, não só a sua capital, mas também outros locais, e de mobilizar, em parcerias a vários níveis, as comunidades de base que, naturalmente, estavam associadas, quer se tratasse de Annemasse, Valence, Grenoble ou Lyon, na organização e acolhimento desses fóruns descentralizados.»

O interesse destes testemunhos reside, nomeadamente, em mostrar que as regiões já têm, pelo menos as maiores delas, uma prática já antiga de diálogo internacional, que não têm dificuldade em determinar os seus centros de interesse específicos em função dos seus interesses económicos e sociais e que estão em melhor posição do que os Estados, cujas relações são regidas por longas tradições e restrições diplomáticas, para associar ao diálogo entre sociedades diferentes setores da sociedade. Elas também se sentem mais à vontade para se aliar a estruturas não estatais, como a fundação, para aprofundar esse diálogo, uma vez estabelecidos os laços pessoais de confiança. Assim, aos olhos dessas duas regiões que desempenharam um papel pioneiro desde o segundo Fórum, a ideia de um diálogo global entre as duas sociedades, europeia e chinesa, era uma extensão quase natural de sua própria ação, fazendo-a mudar de escala. Para a preparação do terceiro Fórum, basear-nos-emos nestes precedentes para alargar a iniciativa a muitas outras regiões e é certo que, se o Fórum não tivesse encontrado obstáculos intransponíveis no seu caminho, teria-se rapidamente instaurado uma prática muito original de diálogo entre sociedades.

Um diálogo mais complexo com a Comissão Europeia

Desde a preparação do segundo Fórum, entramos em contacto com a Comissão Europeia. Esta já tinha sido informada da realização do Fórum de Nansha e manifestou o seu interesse por esta forma muito original de partilhar com um público chinês as lições da construção europeia.

Na mesma reunião do Comité das Regiões, em abril de 2008, o Parlamento Europeu e a Comissão foram convidados a dar a sua opinião.

Pelo Parlamento Europeu:

«Xavier Nuttin: É com grande prazer que constato que a Europa finalmente se abriu para o continente asiático — digo finalmente porque, até ao ano 2000, isso era muito limitado. Tudo começou realmente com a China. Por ter trabalhado para a Comissão Europeia na Ásia no final dos anos 70, sentíamos-nos um pouco no fim do mundo. Finalmente, em 2004, a decisão de estabelecer uma parceria estratégica entre a Europa e a China foi perfeitamente adequada para

reforçar o diálogo entre estes dois mundos que têm tudo a ganhar em se conhecerem melhor.»

Mas, como ele observa em seguida, as instituições europeias, assim como os Estados-Membros, são pressionadas pela opinião pública e pela mídia a dar lições às autoridades chinesas sobre direitos humanos, democracia, Tibete e uigures. Assim, mesmo que o verdadeiro objetivo das missões parlamentares seja apoiar a celebração de contratos e mercados, elas são obrigadas, em suas relações públicas, a dar destaque a esses temas. Assim, as relações e tensões diplomáticas prevalecem sobre a organização de um diálogo efetivo entre as sociedades. Voltamos ao jogo clássico em que, sempre que um dos Estados-Membros tem uma tensão diplomática com o governo chinês por ter falado abertamente sobre questões delicadas, outro Estado-Membro se apressa a ir à China para assinar contratos.

Ora, estamos em 2008 precisamente numa fase de tensão entre a União Europeia, tensão que atingiu o seu auge no outono, com Pequim a não aceitar que o Dalai Lama se encontrasse com vários líderes europeus, incluindo Nicolas Sarkozy, durante uma próxima visita à Polónia, adiando consequentemente a cimeira com a União Europeia que deveria ter lugar a 1 de dezembro de 2008.

E Xavier Nuttin acrescenta: «O Fórum China Europa realizou-se em parte nas instalações do Parlamento e foi amplamente apoiado pelos deputados europeus, incluindo o Sr. Rocard, mas também os Srs. Dehaene e Sterckx. Existe, de facto, um consenso sobre o facto de que as relações entre a China e a União Europeia são fundamentais para os interesses a longo prazo de ambas as partes. A China enfrenta três desafios: demográfico, económico e ecológico. O mesmo se passa com a União Europeia. Temos valores comuns, muitos valores comuns, mas também divergências profundas. E é importante ter isso em mente quando se pensa no diálogo com a China. Os nossos valores comuns são: a mesma preocupação com a proteção do ambiente, a segurança mundial, o multilateralismo, a estabilidade regional e a luta contra as alterações climáticas. » Poder-se-ia dizer que o objetivo de um diálogo entre sociedades não é negar as divergências, que eram evidentemente muito numerosas também entre os participantes da Assembleia Mundial dos Cidadãos, mas não ficar por aí e pôr em prática o provérbio «dê-lhes uma casa para construir e torná-los-á irmãos » ou, como dizia Jean Monnet aos representantes dos povos que saíam da Segunda Guerra Mundial, não nos coloquemos de um lado e do outro da mesa, mas do mesmo lado da mesa, com os problemas a resolver em comum à nossa frente.

É também o que expõe o representante da Comissão: «Sr. Etienne Reuter: enfrentamos atualmente uma grave crise nas nossas relações com a China e, por isso, o tipo de contactos e de rede que criaram com o Fórum é particularmente importante. O acompanhamento destes intercâmbios pode permitir uma melhor compreensão entre os povos chinês e europeu, o que é essencial, pois hoje em dia nenhum problema mundial pode ser resolvido se a China não estiver envolvida e não ocupar o seu lugar de ator internacional.» Uma visão lúcida, portanto, da complementaridade entre as abordagens diplomáticas clássicas e o que estamos a inventar.

Esta complementaridade poderia resultar num apoio estrutural da Comissão ao Fórum China Europa, o que nos parecia uma condição para a sua sustentabilidade, uma vez que a ambição que tínhamos dado ao Fórum representava para a fundação um esforço que sabíamos não

poder manter a longo prazo? Nesse ponto, as coisas foram muito mais difíceis e acabámos por fracassar por três razões combinadas: uma atitude ambivalente dos funcionários da Comissão, que nos viam fazer coisas necessárias, com uma grande liberdade de manobra que estava fora do seu alcance, o que suscitava inveja; o facto de a fundação ser de direito suíço, pertencendo, portanto, a um Estado que não faz parte da União Europeia; a lentidão dos procedimentos europeus e a inadequação da estrutura do orçamento europeu a um diálogo entre sociedades em pé de igualdade.

Atitude ambivalente, em primeiro lugar, não do Diretor-Geral das Relações Externas, RELEX, da Comissão, que considerou a nossa iniciativa particularmente útil e inovadora, mas da sua equipa responsável pelas relações com a China, que se encontrava confinada em Bruxelas e ultrapassada pelas outras direções setoriais que pretendiam manter relações diretas com a China. Ao ver o vasto campo abrangido pelos nossos workshops, um dos membros da equipa exclamou: «Mas vocês querem substituir toda a Comissão!». Se fossem atribuídos meios adicionais às relações entre a Europa e a China, eles desejavam que fossem dedicados, em primeiro lugar, ao reforço... das suas próprias capacidades de especialização.

Um obstáculo relacionado, em seguida, ao carácter suíço da fundação. Aqui, é preciso reconhecer que nos faltou lucidez. Tendo em conta o desenvolvimento do Fórum, era desejável que ele se tornasse juridicamente autónomo da fundação, como fazíamos com todos os nossos projetos derivados. Com base na experiência muito positiva das relações da fundação com a autoridade de supervisão exercida pelo cantão de Vaud, e para marcar a inscrição do Fórum a longo prazo, pensámos espontaneamente em criar uma nova fundação, a FCEF, Fundação do Fórum China Europa, ela própria colocada sob a supervisão do Estado de Vaud. Ela estaria apta a receber, por um lado, a dotação da fundação e, por outro, doações e legados. Mas o vento mudou na Suíça, levando as autoridades federais a controlar mais de perto as fundações sob a égide dos cantões. Essas autoridades consideraram que a vocação internacional da FCEF não era mais da competência do Estado de Vaud, mas delas. A partir de então, entramos em relações muito mais burocráticas do que aquelas a que estávamos habituados. E, acima de tudo, esta fundação de estatuto suíço não podia, salvo derrogação, responder a concursos públicos da União Europeia, obrigando-nos a encontrar parceiros dentro da União, o que tornava os procedimentos consideravelmente mais pesados.

Mas o obstáculo mais decisivo acabou por estar relacionado com a própria estrutura do orçamento europeu. Já salientei a importância que Michel Rocard atribuía ao nosso Fórum, tendo sido um dos principais intervenientes no sucesso da primeira edição em Nansha. Tal como nós, ele estava convencido de que se tratava de uma perspetiva fundamental para a Europa. Ora, na altura, ele era um deputado muito influente do Parlamento Europeu e, além disso, como acabámos de ver, outros dois deputados influentes, diretamente responsáveis pelas relações com a China, os senhores Dehaene e Sterckx, partilhavam do seu entusiasmo. O resultado foi a tragicomédia que vou contar agora.

O lançamento do concurso público europeu, uma oportunidade perdida de perpetuar o Fórum

Michel Rocard e os seus dois aliados decidiram submeter à votação do Parlamento uma moção que instituíra uma subvenção de um milhão de euros para o diálogo entre a sociedade europeia e a sociedade chinesa. Esta moção foi aprovada. O Fórum estava assim perpetuado? Era o que Michel Rocard e nós acreditávamos. Mas tivemos de desiludir-nos. A tragicomédia desenrolou-se em dois atos.

Primeiro ato: a Comissão Europeia informa o Parlamento Europeu que a sua votação não é válida, pois os serviços do Parlamento atribuíram essa subvenção a uma rubrica orçamental errada. É preciso dizer que o caso surge no pior momento. O Parlamento Europeu, sempre em concorrência com a Comissão, derrubou a Comissão Santer, a partir do «caso Edith Cresson»: após a sua passagem efémera à frente do governo francês, ela foi eleita Comissária Europeia, mas recrutou para o seu gabinete... o seu dentista. Este mini escândalo foi escolhido pelo Parlamento para afirmar a sua autoridade, censurando uma Comissão que, na sua opinião, demonstrava um laxismo preocupante. A censura pela Comissão da votação do Parlamento a favor implícito do Fórum China Europa foi a resposta do pastor à pastora: vocês vêem que, do vosso lado, não são capazes de ler seriamente o orçamento europeu. Fim do primeiro ato.

Não importa. Michel Rocard, que insiste na sua ideia, pergunta à Comissão em que rubrica orçamental deveria ser imputada essa subvenção e, no final do mandato do Parlamento, faz com que seja votada uma moção rectificativa. É o início do segundo ato. Pois esta segunda votação tem duas consequências. Por um lado, revela que não existe no orçamento europeu nenhuma rubrica orçamental que corresponda a um diálogo de igual para igual entre a sociedade europeia e a sociedade chinesa. A única rubrica possível é uma rubrica que trata da assistência da Europa aos países em desenvolvimento. Reveladora do pensamento da Europa sobre o resto do mundo e, a fortiori, da incompreensão institucional do crescimento da China, esta rubrica orçamental coloca em pé de igualdade o diálogo com a sociedade chinesa e a assistência técnica ao Burquina Faso!

Tornou-se evidente que só obteríamos esse financiamento distorcendo gravemente a natureza do que estávamos a fazer com o Fórum. Para agravar a situação, a Comissão não pode celebrar um contrato por mútuo acordo por um montante semelhante. Por isso, tem de recorrer a um concurso público e redigir ela própria os termos... que já nada têm a ver com o texto da moção votada pelo Parlamento. Estava tudo decidido. A Fundação Fórum China Europa teve de encontrar na Europa um promotor do projeto e depois responder ao concurso público. Fizemo-lo com honestidade, recordando o espírito do Fórum, e fomos eliminados logo na primeira fase, uma vez que o nosso projeto não foi considerado pertinente à luz dos termos do concurso... Além do tempo considerável perdido, numa altura em que a energia devia concentrar-se na preparação do terceiro Fórum, esta tragicomédia, ao mostrar que não conseguíamos mobilizar fundos europeus para uma aventura que também dizia profundamente respeito à sociedade europeia, deixou a fundação sozinha com a responsabilidade de o financiar. Foi o início do fim. É certo que criámos, sob a égide do Instituto de França, também ele entusiasmado com o nosso Fórum, uma nova associação de

direito francês para poder captar fundos europeus, mas a oportunidade perdida nunca mais se repetiu e, na verdade, nunca poderá concretizar-se enquanto as instituições europeias não traduzirem orçamentalmente a perspetiva de diálogos entre sociedades.

2.5 – O terceiro Fórum China Europa, na China, 2010

Os elementos de continuidade entre o segundo e o terceiro Fórum

O segundo Fórum permitiu criar as condições para um trabalho comum em workshops socioprofissionais ou temáticos, mas não podia ser mais do que um primeiro passo, cuja principal limitação foi a falta de tempo de preparação. No final do segundo Fórum, tínhamos duas preocupações: consolidar este trabalho em workshops durante o terceiro Fórum e reproduzir na China o que tinha feito o sucesso do Fórum na Europa, ou seja, a distribuição dos workshops por todo o território. Fortalecidos por este sucesso, queríamos que os grandes encontros, alternadamente na Europa e na China, não fossem um fim em si mesmos, mas etapas marcantes de um diálogo duradouro. Daí um duplo objetivo definido pouco tempo depois do segundo Fórum: procurar para cada workshop «pessoas-chave» na China e na Europa; e identificar nas diferentes províncias chinesas o futuro ponto de ancoragem de cada um deles. O papel muito positivo das regiões europeias no sucesso do segundo Fórum nos fez sonhar com uma parceria duradoura entre regiões europeias e províncias chinesas para a condução dos workshops. Seguiu-se um longo trabalho de identificação de uns e outros e de estabelecimento de uma primeira parceria entre os pilares, sem esquecer o desafio das traduções. Tudo isto num contexto em que os nossos melhores aliados no seio do Partido na China, a embaixadora Zhang Qiyue ou o embaixador Wu Jianmin, consideravam a nossa ambição de um Fórum descentralizado nas diferentes províncias chinesas incompatível com o funcionamento administrativo e político chinês!

Uma das questões colocadas, desde a preparação do terceiro Fórum, é garantir que os workshops do segundo Fórum permaneçam ativos durante este período de dois anos. Já sabemos que o terceiro Fórum não reproduziria esses workshops de forma idêntica, mas, na ótica de um «diálogo permanente entre sociedades», seria absurdo partir do zero. É feito um esforço especial para garantir essa continuidade. Limitar-nos-emos aqui a alguns exemplos:

- *A continuidade do workshop sobre empresas.* O exemplo do workshop «empresas», realizado no INSEAD em Fontainebleau, no qual a Sra. Zhao Rong participou com entusiasmo, é significativo a este respeito. Fazemos um balanço com o seu organizador, Henri Claude de Bettignies⁴¹², a partir de fevereiro de 2008⁴¹³. Henri Claude está próximo

⁴¹² Henri-Claude de Bettignies, nascido em 1938, professor de administração de empresas. Representa a União Europeia para a governação global e as relações comerciais sino-europeias, sendo membro da China Europe International Business School e diretor do Centro Europa-China para a Liderança e a Responsabilidade.

⁴¹³ FDS 145 FCE - 20 de maio de 2008 - Continuação do workshop «empresas» do Fórum China-Europa e a construção do diálogo entre empresas chinesas e europeias

da fundação há muito tempo e tem se interessado vivamente pela nossa abordagem da responsabilidade. Ele é simultaneamente um dos cofundadores do INSEAD e diretor do Centro China-Europa para a Liderança e a Responsabilidade na China Europe International Business School (CEIBS) em Xangai:

«A ideia é, no âmbito do Fórum, construir um diálogo entre empresas chinesas e europeias, apoiando-se na China na cidade de Xangai e na CEIBS (China Europe International Business School) e, na Europa, nos «quatro motores» (Ródano-Alpes, Catalunha, Bade-Wurtemberg e Lombardia) e nas escolas de gestão de referência dessas quatro regiões.»

- *O workshop sobre a formação de funcionários públicos.* Aqui, no âmbito da fundação, beneficiamos de um ponto de apoio mais duradouro, o Instituto de Investigação e Debate sobre Governança (IRG), que criámos em 2004 e que, desde o início, apostou na internacionalização dos debates sobre governança e, de forma mais ampla, no diálogo intercultural que isso implica. O diretor do IRG, Michel Sauquet, que dirigiu o programa da Fundação sobre o diálogo intercultural na década de 1990, é particularmente sensível a essa exigência. Chen Lichuan, que animou o intercâmbio com a China sobre governança, faz parte do Conselho de Administração do IRG. Com Yu Shuo, começámos a desenvolver contactos com os centros de formação de funcionários públicos das províncias. Nesse contexto, fiz uma conferência em Lanzhou⁴¹⁴ mostrando como a concepção do Fórum se baseou nos princípios gerais da governança. Essa rede de centros provinciais de formação de funcionários públicos, menos restrita do que o centro nacional, será um excelente ponto de apoio para este workshop.

Desde o segundo Fórum, o workshop sobre a formação de funcionários públicos, coorganizado pelo IRG e pela Escola Nacional de Administração francesa (ENA), foi um grande sucesso⁴¹⁵:

«O workshop dedicado à formação de responsáveis administrativos teve lugar em Estrasburgo, nas instalações da École Nationale d'Administration (ENA), a convite conjunto da Fundação Charles Léopold Mayer, da ENA e do Instituto de Investigação e Debate sobre a Governança (IRG). Além dos representantes dessas três instituições, reuniu três responsáveis de escolas de administração chinesas (das províncias de Shaanxi, Gansu e Guangdong), um gestor da cadeia de televisão chinesa CCTV e responsáveis de escolas de administração pública da Alemanha, Suíça, Catalunha, Itália, Grécia, Polónia e França, bem como representantes da administração francesa e do Tribunal de Contas. Uma variedade de atores, a maioria dos quais envolvidos diariamente na condução da formação em assuntos públicos e desejosos de desenvolver o intercâmbio de experiências sobre a reforma da formação, reforçar as ligações em rede e criar programas comuns.»

Já é um conjunto impressionante de instituições. A ENA aceitou continuar a aventura connosco⁴¹⁶:

⁴¹⁴ BIP FCE 499 - outubro de 2008 - O Fórum China Europa à luz dos princípios de governança

⁴¹⁵ BIP 677 do FCE - março de 2008 - Segunda edição do Fórum China-Europa: discussão do grupo administrativo (resumo) Fórum China-Europa: Workshop sobre a formação de responsáveis pela administração

⁴¹⁶ FDS 24480 - dezembro de 2008 - Workshop China Europa sobre a formação de responsáveis pela administração. Acordo de princípio da ENA França - Identificação dos participantes - etapas, organização, elementos financeiros

«A ENA deu o seu acordo de princípio para apoiar a organização do workshop do Fórum China Europa, na continuidade do organizado em Estrasburgo em 2007 sobre a formação de responsáveis da administração. A participação da ENA francesa facilita a participação da ENA chinesa em ligação com as ENA provinciais [...]. Do lado europeu, procurar-se-á, na medida do possível, uma representação de todas as regiões da Europa. Do lado chinês, estarão presentes representantes dos institutos de administração provinciais».

9. O workshop sobre bioética⁴¹⁷:

«Os dois primeiros encontros sobre bioética foram em Pequim e Paris. Mas, em Wuhan, havia um polo de juristas. As Universidades de Bordéus 2 e 3, bem como o comité regional de bioética, estão interessados numa geminação. [...] A abordagem das doações de órgãos é muito diferente consoante os países europeus. A França tem um défice. A Espanha está em equilíbrio e contribui financeiramente para os funerais dos dadores, na Suécia 40% das doações são feitas entre amigos.»

Um dos interesses aqui é que o diálogo euro-chinês também induz um diálogo entre os países da Europa.

5. Os OGM⁴¹⁸:

«O primeiro passo seria um debate no People.com: os desafios dos OGM e as controvérsias, e publicar um texto sobre a problemática. – No que diz respeito ao apoio a um workshop deste tipo, a região Rhône-Alpes parece, em vários aspetos, ser o parceiro natural. Matthieu Calame: Parto do princípio de que o caso da melanina provocou na China um choque em relação à tecnologia, semelhante ao que se verificou na Europa com a vaca louca. Pierre Calame: Seria importante para os chineses conhecer a controvérsia na Europa sobre os OGM. Frédéric Jacquemart⁴¹⁹: os OGM não são uma controvérsia, são dois discursos que se cruzam sem nunca se encontrarem. A China pode compreender este tipo de questionamento filosófico? Notei que as sociedades que se «lançam» na ciência e na tecnologia vêem qualquer crítica à ciência como um questionamento da sua própria existência. Yu Shuo: «A ciência em debate» está presente na China. Todas as reflexões europeias são traduzidas na China, mas há um desfasamento de 10 a 20 anos para que isso se traduza em consciencialização. Por outro lado, há, de um lado, intelectuais que não conhecem a prática e, do outro, profissionais que até agora estavam no desenvolvimentismo, mas que hoje enfrentam problemas. F. Jacquemart: Não são os OGM que me interessam, mas sim saber em que medida os OGM refletem um erro grave da nossa civilização. O que nos apaixona no Fórum é, por um lado, apresentar a situação e a história e, por outro, trazer para a esfera pública uma reflexão mais ampla sobre a nossa sociedade.»

⁴¹⁷ FDS 24505 - janeiro de 2009 - Os desafios da bioética na China e na Europa. Apoiar-se numa dinâmica franco-chinesa pré-existente para fazer avançar um tema fundamental e delicado, o da bioética, e para completar o das normas

⁴¹⁸ FDS 24504 - janeiro de 2009 - A partir dos OGM e no âmbito do FCE, suscitar uma reflexão conjunta sobre os impasses filosóficos e os perigos sociais de uma abordagem cientificista. A Inf' OGM está plenamente consciente do desafio de um diálogo com a China sobre estas questões. Definimos as primeiras etapas

⁴¹⁹ Frédéric Jacquemart, representante da France Nature Environnement no Haut Conseil des Biotechnologies (HCB), foi eleito para o cargo de vice-presidente do Comité económico, ético e social. Organismo criado em França em 2006 e extinto em 2013. O seu papel era informar o executivo sobre todas as questões relacionadas com as grandes orientações da nação em matéria de política de investigação científica, transferência de tecnologia e inovação. Este papel foi assumido pelo Conselho Estratégico de Investigação.

Esta rápida troca de ideias é interessante porque ilustra, também, o facto de que preparar-se para um diálogo com os chineses obriga o lado europeu a confrontar pontos de vista.

Como conciliar a nossa conceção do Fórum com as restrições administrativas e políticas chinesas?

No início de 2009, permanece a questão da capacidade da China de aceitar o Fórum, tal como o concebemos, com workshops descentralizados em todo o país. Em fevereiro de 2009, realizou-se uma nova troca de pontos de vista com a Embaixada da China em Bruxelas⁴²⁰. Para nós, o essencial é que as autoridades chinesas não se sintam confrontadas com um facto consumado, o que levaria a um bloqueio total:

«Pierre Calame: Há uma urgência em relação ao avanço do Fórum, garantir que os workshops serão autorizados a ser organizados nas cidades chinesas. É por isso que precisamos de uma autorização por escrito da voz oficial da China. Wang Yajun: Durante a visita do primeiro-ministro Wen Jiabao à UE, a China e a UE decidiram organizar a 11.ª Cimeira China-Europa antes do final da presidência da República Checa. Sou favorável ao seu Fórum, as relações sino-europeias tiveram atritos em 2008. Notamos que os europeus não têm conhecimento suficiente sobre a China, por exemplo, no que diz respeito ao Tibete [...]. O embaixador Song Zhe e eu apoiamos totalmente o Fórum China-Europa. Como enfrentar os nossos desafios comuns? É muito importante ter projetos concretos. É por isso que a iniciativa do Fórum faz muito sentido, assim como os seus workshops. Pierre Calame: Os nossos workshops são organizados de forma concreta com diferentes temas. Tratamos os assuntos em profundidade e é necessário que os participantes conversem de forma concreta, é necessário que os europeus vejam a China em movimento, descubram a verdadeira China: se as pessoas forem a Nanjing, a Wuhan, ... um pouco por todo o lado, vão descobrir o verdadeiro progresso da China. Reunir os participantes nas sessões plenárias tem como objetivo promover uma reflexão coletiva. Portanto, uma declaração política ao mais alto nível afirmando que acreditamos neste Fórum é muito importante para organizar os nossos workshops na China. WYJ: Vou informar-me junto de Pequim, para ver, por exemplo, se podemos obter apoio moral do ministério. [...] Mas o melhor seria que o Fórum estabelecesse uma relação de parceria estratégica com uma organização chinesa em Pequim, que poderia assim coordenar-se com as diferentes cidades para facilitar a organização dos workshops. YU Shuo: Já estabelecemos uma colaboração com a Universidade Normal de Pequim [...] WYJ: Parece-me muito útil manter os contactos com a CPPCC⁴²¹ (Conferência Consultiva Política do Povo Chinês), que tem vários departamentos [...]. Também é importante estabelecer contactos com o Conselho Económico e Social da China. E se conseguirem estabelecer uma relação de parceria estratégica e de longo prazo com esta organização, será mais fácil encontrar uma solução para obter a autorização oficial. [...] vou propor ao embaixador Song Zhe que redija uma carta de apoio ao Fórum China-Europa. Apreciamos a iniciativa do Fórum e esperamos que

⁴²⁰ FDS FCE 242 - 13 de fevereiro de 2009 - Entrevista do ministro conselheiro da Missão da China junto à UE com Pierre Calame e Yu Shuo em Bruxelas. Um encontro para informar sobre a organização dos workshops na China e discutir as modalidades do apoio oficial das autoridades chinesas ao Fórum, facilitar a obtenção das autorizações para a realização dos diferentes workshops na China continental. Solicitar o apoio por escrito do embaixador SONG Zhe

⁴²¹ A Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, ou CCPCC, é uma assembleia consultiva da República Popular da China. Ela existe em diferentes níveis do país, sendo o Comité Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês o órgão de nível nacional.

ele se torne a base do diálogo e da compreensão entre a China e a Europa.»

Assim, gradualmente, acostumámos os nossos interlocutores na China à ideia deste Fórum descentralizado, que inicialmente lhes parecia impossível de organizar. E, tanto na China como na Europa, foi aceite a ideia de que isso só poderia surgir de uma iniciativa não governamental.

A etapa intermédia bem-vinda: o encontro dos principais responsáveis chineses e europeus em Paris, em julho de 2009

Durante a primavera de 2009, a três meses da realização do Fórum, soubemos que a epidemia de gripe suína H1N1 se estava a alastrar na China e que não seria possível organizar um grande encontro internacional em julho. A flexibilidade de funcionamento da fundação revelou-se então maravilhosa. Decidimos rapidamente transformar o mal em bem e aproveitar para reforçar o Fórum, organizando em Paris um encontro de dois dias com os principais responsáveis pelos diferentes workshops. Cerca de 200 pessoas participam neste encontro improvisado. Aproveitamos o período de férias universitárias para organizar, em muito boas condições, este encontro na Cité universitaire. As condições são rústicas, longe do decoro das receções chinesas, mas isso revela-se uma vantagem, reforçando a ideia de uma abordagem da sociedade civil⁴²²:

«Este encontro foi improvisado em resposta à nova situação criada pela impossibilidade de realizar as sessões plenárias em Hong Kong. Não foi previsto qualquer orçamento para tal encontro e o prazo apertado impediu qualquer possível procura de um cofinanciamento substancial. A Fundação Charles Leopold Mayer concordou em cobrir as despesas relacionadas com este encontro, mas ao menor custo possível. Daí a escolha das residências internacionais de estudantes em Paris para o alojamento e da Casa Internacional para o encontro. Os participantes devem estar plenamente conscientes desta restrição financeira e aceitar antecipadamente as modestas condições materiais associadas a esta oportunidade humana extraordinária.»

O objetivo do encontro é chegar, para cada workshop, à definição de uma problemática comum e aperfeiçoar o método que será implementado, em julho de 2010, para confrontar «em tempo real» os resultados dos diferentes workshops. Um enorme desafio metodológico que pressupõe a implementação de uma metodologia interativa que é, para a maioria dos participantes, uma novidade radical⁴²³:

«A nossa primeira meia-feira é dedicada ao trabalho em workshops. Mais de sessenta deles estão aqui representados, tanto do lado chinês como do lado europeu. Muitos dos participantes

⁴²² BIP 607 - Julho de 2010 - Calendário da reunião dos principais impulsionadores chineses e europeus do Fórum China-Europa. 22 a 24 de julho de 2009: A reunião dos principais impulsionadores tem como objetivo conhecer-se melhor, aprofundar os métodos de trabalho e implementar um plano de ação para o período de julho de 2009 (Nota de apresentação da reunião)

⁴²³ BIP 639 - 22 de julho de 2009 - Discurso de boas-vindas da Sra. Yu Shuo, coordenadora geral do Fórum, e do Sr. Pierre Calame, presidente do às 13h30

dos workshops ainda não se conhecem pessoalmente. Por isso, é necessário reservar algum tempo para que se conheçam, discutam os seus interesses comuns e preparem o plano de ação para o próximo ano. Mas é também uma oportunidade para cada oficina simular em pouco tempo o que poderá ser o trabalho dos dois dias de oficinas em julho de 2010, para ter uma primeira abordagem dos métodos pelos quais se fará a ligação entre os trabalhos das oficinas e as sessões plenárias. [...] Nos vossos computadores está disponível uma tabela que permite uma apresentação sintética do que poderiam ser as conclusões de um workshop: as preocupações comuns; as experiências mais significativas; as ações.»

Paralelamente, 12 workshops cuja preparação estava tão avançada que cancelá-los teria quebrado uma dinâmica estão a ser realizados em diferentes regiões da China. Uma ilustração do pragmatismo da abordagem. Esta sessão em Paris revelar-se-á benéfica em todos os aspetos. Devido à falta de intercâmbios prévios entre os organizadores, que não se conheciam, para definir uma problemática, a maioria dos outros workshops não estava suficientemente avançada para ser realizada com sucesso em 2009. A qualidade humana das relações entre os organizadores se tornará o símbolo do que entendemos por diálogo de sociedade para sociedade.

Também tiramos lições metodológicas deste encontro⁴²⁴, como, por exemplo, prever o agrupamento dos workshops em seis para facilitar sínteses intermédias e não saltar de um workshop para sessenta.

A preparação e a realização do terceiro Fórum na China, em julho de 2010

O ano seguinte foi particularmente intenso. Era necessário combinar vários desafios.

Em primeiro lugar, responder aos desejos expressos de abertura de novos workshops, levando em conta as expectativas dos chineses, o que garantia o seu enraizamento e a responsabilidade material pelo workshop por parte das autoridades locais, o que era a condição para a sua realização. Essas expectativas foram fonte de atritos dentro da equipa europeia, com alguns a considerar que era necessário parar essa corrida que impedia a boa preparação das oficinas decididas há muito tempo, e outros a considerar que era necessário honrar da melhor forma as expectativas dos nossos parceiros chineses. É preciso reconhecer que alguns workshops improvisados foram mais dinâmicos do que outros mais antigos, mas que essa estratégia foi uma grande fonte de cansaço, pois a cada novo tema era necessário encontrar um líder e participantes na Europa.

O segundo desafio era garantir que os participantes viessem de diferentes regiões da Europa, o que levou Églantine Jastrabsky a procurar novos parceiros, por exemplo, na Itália⁴²⁵, na

⁴²⁴ FDS FCE 306 - 10 de julho de 2009 - Exploração e valorização dos trabalhos do encontro dos líderes. De Simple Grille a sínteses transversais baseadas em Desmodo, diferentes etapas a prever

⁴²⁵ FDS 349 - novembro de 2009 - Missão na Itália: Emilia-Romagna/ Piemonte/ Vale de Aosta

Eslovénia⁴²⁶, em Portugal⁴²⁷ ou na Alemanha⁴²⁸.

Terceiro desafio: acompanhar cada oficina na definição da sua problemática, alimentá-la com documentos básicos a traduzir para francês, inglês e chinês e publicar tudo no site.

O quarto desafio, e não menos importante, era garantir que os workshops tivessem chances de obter autorização. Vamos nos deter um pouco neste último ponto. Tal como em 2007, a Universidade Renmin foi o nosso ponto de apoio oficial e, desta vez, acolheu a equipa na China continental. Mas, nesta ocasião, exerceu um controlo político que, como vimos, foi avaliado de forma diversa pelos participantes chineses e, apesar do apoio do seu vice-presidente Chen Yulu, fervoroso defensor do nosso Fórum, mostrou-se relutante em divulgar os workshops em toda a China. O desbloqueio veio da cidade de Chengdu, que apreciou enormemente a iniciativa e acolheu workshops desde julho de 2009. As coisas desbloquearam-se durante uma viagem à China de Yu Shuo e eu em março de 2010, menos de quatro meses antes da realização do Fórum⁴²⁹. A situação era inicialmente muito tensa:

«23 de março pela manhã: conversa durante o pequeno-almoço com Angie (organizadora das sessões plenárias na Universidade Politécnica de Hong Kong, Poly U). Eu [é Pierre Calame que fala] partilho com ela a minha preocupação com o conteúdo do relatório da reunião de 13 de março entre a Poly U e a Renmin, tanto no que diz respeito a uma alteração estratégica prevista para os workshops, concentrando-os em cinco grandes cidades, como no que diz respeito aos prazos fixados: 30 de março para a lista completa dos workshops; 20 de abril para os participantes. [...] De forma mais ampla, sublinho que há um nível de restrições políticas que pesam sobre o fórum, além do qual o seu espírito é tão alterado que é melhor dizê-lo e parar. O desafio é, como sempre, o da «autorização» e das precisões que a Universidade Renmin é obrigada a fornecer ao Ministério da Educação para obter os famosos carimbos, sem, aliás, ter a certeza de que os obterá finalmente, no vaivém entre o Ministério da Educação e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ela concorda que essas regras e prazos se aplicam apenas aos workshops que realmente precisam de um carimbo oficial e aos participantes desses workshops, ou àqueles que precisariam de um convite oficial para obter, por exemplo, despesas de viagem. Os workshops que não se concentrarem nas cinco cidades (Pequim, Xangai, Chengdu, Cantão, Shenzhen) serão mantidos, mas terão de tratar das relações com as províncias e das autorizações. Os participantes virão como turistas. É claro que, do ponto de vista da plenária, esses workshops não serão clandestinos, mas claramente divulgados no programa. Esse dispositivo ainda precisa ser validado com Renmin, mas é, na verdade, o único compromisso seriamente viável.

A solução encontrada é um bom reflexo do pragmatismo chinês. Muitos workshops serão, afinal, «oficialmente clandestinos», realizar-se-ão à vista e ao conhecimento de todos, sem terem sido «autorizados».

⁴²⁶ FDS 354 - 3, 4 e 5 de dezembro de 2009 - Missão em Liubliana

⁴²⁷ FDS 346 - de 7 a 11 de novembro de 2009 - Acompanhamento da missão em Lisboa

⁴²⁸ FDS 383 - 17 de março de 2010 - Convite à apresentação de propostas da Comissão Europeia: relatório n.º 1 da reunião em Essen

⁴²⁹ FDS 396 - março de 2010 - Relatório resumido da missão à China. Como sempre, programa extremamente denso. Muito bem organizado. Muito produtivo. Os diferentes elementos serão distribuídos de acordo com a nomenclatura nas fichas de acompanhamento

«23 de março: reunião com o presidente da Poly U. Ele recebe-nos durante 45 minutos, apesar de partir para Londres no mesmo dia, o que é um sinal positivo. Ele manifesta o seu acordo quanto ao interesse do fórum. Concorde que a Poly U seja parceira na resposta ao concurso europeu (sobre o qual falaremos mais adiante). Pela primeira vez, Angie e a sua equipa manifestam a vontade de um compromisso duradouro. [...] Reunião com a diretora adjunta do «gabinete de assuntos internos» (uma espécie de ministério dos assuntos locais) do governo de Hong Kong, Grace Lu Li: também aqui, uma recepção calorosa e muito informal. Um interesse real pelo fórum. A consciência de que Hong Kong «tem de inventar uma nova vocação». É uma conversa que terei várias vezes, durante esse dia, com os meus interlocutores: Xangai, Cantão e, de um modo geral, a China já não precisam, em termos económicos, da janela que Hong Kong representava para o mundo. A sua vocação profunda deverá, no futuro, expressar-se como uma abertura livre para outras sociedades. A este respeito, Grace Lu Li falou da «sobrevivência de Hong Kong».

Ela não imaginava o quanto estava certa, tendo em conta o que aconteceu nos quinze anos seguintes.

«Chengdu, 26 de março. A viagem a Chengdu era muito importante. A Universidade Politécnica de Hong Kong está muito empenhada na Universidade e nas autoridades de Chengdu. Em particular, canalizou a ajuda privada proveniente de Hong Kong após o terramoto de Sichuan (Chengdu é a capital de Sichuan e o epicentro do terramoto está localizado a cerca de 70 km da cidade, na zona do sopé entre planícies e montanhas). Na sequência destes contactos, a cidade de Chengdu, que conta com 13 milhões de habitantes, situada no sudoeste da China e que sofre do desfasamento entre a sua importância numérica e económica e a sua falta de renome internacional, manifestou um interesse particular pelo fórum China-Europa. Isso traduz-se na vontade de acolher, a partir de 2010, com financiamento da autarquia local, um conjunto de workshops do fórum e de se candidatar para acolher as reuniões plenárias do Fórum na próxima edição chinesa, ou seja, provavelmente em 2016. Esta é a primeira manifestação massiva do compromisso de uma autarquia local desta importância na China em relação ao fórum e, por isso, o contacto com Chengdu foi estratégico. [...] É importante lembrar que o terramoto apanhou as autoridades chinesas de surpresa. Elas temeram uma revolta da população, alimentada por duas indignações: a maioria dos sismógrafos chineses está localizada ao redor da capital e não onde os riscos de terremotos são mais elevados, demonstrando a indiferença do poder em relação à população e, acima de tudo, as principais catástrofes humanas ocorreram durante o terramoto com o colapso de escolas e liceus, colocando seriamente em causa a competência ou a probidade das autarquias locais. Neste contexto, foram as ONG que reagiram mais rapidamente, revelando de certa forma às autoridades o forte potencial de estruturação da sociedade civil. Assim que pôde, o poder chinês afastou as ONG para substituí-las por uma ação pública: primeiro os militares e depois um programa de reconstrução cujas responsabilidades foram repartidas entre as diferentes províncias da China. Mas, a nível local, e o vice-presidente da Câmara irá confirmar-nos isso, isso levou as autoridades locais a tomarem consciência de uma nova realidade com a qual era necessário contar. No nosso encontro, estávamos acompanhados pela vice-presidente da Universidade Renmin com os seus dois colaboradores e por uma representante da Universidade Politécnica de Hong Kong. O primeiro encontro demonstrou a vontade de compromisso das autoridades de Chengdu. As intervenções foram mesmo comoventes sob este ponto de vista: «O Fórum é um processo de invenção, um método novo, inventivo, único no seu género. Propus mesmo à cidade utilizar o método Desmodo para permitir uma ligação permanente entre os diferentes intervenientes da cidade». «Queremos

participar no Fórum a longo prazo e a nossa diretora de urbanismo é capaz de encontrar financiamento». Esta apropriação do fórum e este compromisso «surpreenderam» os burocratas de Renmin, que vieram dizer que, tendo em conta os prazos curtos, seria difícil obter as autorizações oficiais para os workshops do fórum. As respostas dos interlocutores de Chengdu a esta reafirmação do poder burocrático foram bastante contundentes: «o presidente do Comité de Ciências (de Chengdu) não sabia que era necessária uma autorização...»; «de qualquer forma, abaixo de uma conferência de 100 pessoas, esta autorização é da competência da província e não precisa de passar por Pequim»; «Comprometi-me com o presidente da câmara a organizar o meu workshop, não posso dizer ao presidente da câmara que vou mudar e, de qualquer forma, conseguirei obter a autorização»; «De qualquer forma, precisamos destes workshops para a nossa cidade. O nosso presidente da câmara é poderoso e pode fazer o que quiser»; «Chengdu está muito interessada no Fórum porque na China estamos conscientes de que existem muitos mal-entendidos entre a China e a Europa e o Fórum preenche uma lacuna»; «Acho que compreendi profundamente o espírito do fórum»; «Para a bienal, recorreremos ao governo porque ele é forte. O governo de Chengdu deseja transmitir o espírito do fórum o mais amplamente possível. É com essa perspectiva que a cidade já aprovou financiamentos para receber os workshops do próximo mês de julho». Em seguida, eles mencionam o novo workshop que desejam criar, aquele que é indevidamente chamado de «cidade-jardim» e que, na verdade, trata de uma nova visão da cidade e da condução do seu desenvolvimento a longo prazo. Observo que este workshop não estava previsto e que não disporemos dos meios financeiros para trazer os participantes europeus. Resposta: «Estamos empenhados neste novo workshop e assumiremos os custos de deslocação dos europeus». Na verdade, os nossos interlocutores locais, que, aliás, nos receberam assim que descemos do avião com uma cordialidade contagiante, estabelecem uma ligação direta entre o espírito do Fórum e o movimento de solidariedade local e internacional que sentiram no momento do terramoto: «por ocasião do terramoto, Sichuan sentiu o significado do calor humano, com a solidariedade universal que se manifestou»; «queremos construir uma cidade sustentável, harmoniosa, construída com os seus habitantes, mas para isso nos faltam pessoas experientes e o Fórum pode nos ajudar [...]». Esta manifestação de compromisso da sociedade de Chengdu em favor do fórum desempenhou um papel psicológico importante junto das pessoas de Renmin. Até então, como vimos na reunião que tivemos com eles na noite anterior, uma reunião particularmente tensa em que eu disse estar disposto a renunciar à realização dos encontros bienais na China se os obstáculos burocráticos fossem tais que, para respeitá-los, fosse necessário desvirtuar o espírito do Fórum, o Fórum era uma conferência internacional como qualquer outra, a ser tolerada ou proibida conforme a vontade do Príncipe. Em Chengdu, eles perceberam que, longe de Pequim, o espantinho que brandiam da necessidade de autorizações emitidas pelo governo central já não funcionava e que, pelo contrário, como eu lhes tinha dito na véspera, assumiam uma grande responsabilidade se «torpedeassem o fórum.»

Essa posição, ao demonstrar que as grandes cidades não dependiam de forma alguma de um aval político da Universidade Renmin, nem mesmo do governo central, para organizar e financiar workshops e uma compreensão formidável do espírito do Fórum, foi decisiva, mesmo além de Chengdu, ao libertar a dinâmica de uma tutela de Pequim. Foi o sinal de partida para o Fórum que se organizaria. Foi também, em complemento ao compromisso de Hong Kong, um possível enraizamento do Fórum no tempo.

«A organização das sessões plenárias e os recursos humanos necessários [...], será lançado um apelo a todas as universidades de Hong Kong para mobilizar estudantes voluntários. Estes terão como missão (tal como na Assembleia Mundial dos Cidadãos em 2001) assegurar um acompanhamento personalizado dos participantes, tanto para os ajudar a resolver problemas materiais, ganhar tempo para encontrar hotéis, quartos, locais de reunião, etc., como, se possível, para facilitar a comunicação linguística. De facto, as duas línguas principais do fórum serão o chinês e o inglês, e a ideia é prestar assistência linguística personalizada ou semi-personalizada, quando necessário, para as outras línguas. Será uma contribuição «à medida».

Uma vasta colheita de lições dos sucessos e fracassos do terceiro Fórum

Em setembro de 2010, Pierre Calame fez, para os membros fundadores europeus do Fórum, um primeiro balanço do que aconteceu no final do terceiro Fórum⁴³⁰. Podemos citar vários excertos:

«O Fórum China Europa encerrou, em 2010, o seu primeiro ciclo, mostrando que este diálogo global era possível e desejado na própria China. Isso implicou superar muitas contradições, traçar um caminho por vezes arriscado entre dificuldades de diferentes naturezas, aceitar compromissos entre o desejável e o possível, construir um processo passo a passo em que a visão do futuro permite o passo seguinte sem que a realidade se submeta completamente aos nossos sonhos e projetos. Mas o facto é que o Fórum se tornou um objeto político de natureza nova. [...]»

O terceiro Fórum foi um sucesso incontestável, mas também revelou uma série de desafios relacionados com as expectativas de uns e outros, quer se trate da valorização dos trabalhos dos workshops, para os quais alguns participantes, nomeadamente académicos, teriam desejado uma restituição mais formal sob a forma de atas, quer da relação, necessariamente complexa, entre cada workshop e o conjunto do Fórum:

«[...] ter pedido a cada organizador que mobilizasse financiamento para o acolhimento na China obrigou-o a negociar o conteúdo e o formato do workshop com diferentes tipos de instituições – autarquias locais, universidades, empresas... – que tinham todas as suas agendas e expectativas. Nenhuma instituição está, a priori, convencida dos métodos de trabalho interativos preconizados para os workshops do Fórum, que têm a desvantagem de não produzir resultados visíveis de imediato, não permitindo, portanto, um «retorno sobre o investimento» satisfatório para os cofinanciadores. Além disso, essa busca por cofinanciamentos contribuiu para que, durante longos meses, houvesse uma grande incerteza sobre a viabilidade, tanto financeira quanto política, dos workshops. Mesmo no caso da cidade de Chengdu, onde participei pessoalmente dos workshops e cujo envolvimento estratégico no Fórum foi mencionado, a expectativa em relação ao «retorno sobre o investimento», em particular em termos de notoriedade da cidade e da sua política de reconstrução após o terramoto, ou a dificuldade em compreender a natureza de um diálogo interativo, introduziram sérios enviesamentos em relação à conceção dos workshops tal como a tínhamos promovido. [...] Digamos simplesmente

⁴³⁰ BIP FCE 721 - setembro de 2010 - O Fórum China Europa 2005-2010; um esboço de balanço e uma perspetiva. Após a realização dos terceiros encontros do FCE, é necessário ir além de uma avaliação pontual e, a partir dos desafios enfrentados e daqueles que permanecem, traçar um balanço geral

aqui que a dificuldade, para nós, foi dupla: fazer com que todos os workshops, e em particular todos os animadores chineses dos workshops, aceitassem um método comum, em total ruptura com os hábitos; fazer com que aceitassem uma metodologia tão rigorosa para o trabalho em grupo como para o trabalho em plenário. Yu Shuo fez um trabalho considerável na China na formação dos assistentes, geralmente doutorandos anglófonos, para lhes explicar os métodos. Eles, tendo em conta os resultados, desempenharam magnificamente o seu papel. Quem viveu isso em tempo real não pode deixar de se lembrar da emoção de ver os resultados dos workshops surgirem um após o outro, quando, nesse tipo de dinâmica coletiva, uma rebelião é sempre possível, como experimentamos muitas vezes ao longo da história da fundação. Uma dificuldade adicional, tendo em conta a pesada carga de trabalho que representou até ao último momento a organização dos workshops, foi que a metodologia das sessões plenárias foi definida e implementada à última hora, não permitindo uma seleção nem uma formação satisfatórias dos animadores dos grupos. Não é, portanto, surpreendente que as frustrações tenham sido múltiplas, algumas concentradas no desenrolar dos workshops, aliás com pontos de vista muito contrastantes, outras concentradas no trabalho de grupo durante as sessões plenárias. Foi através de uma valorização paciente da riqueza de todos os trabalhos e, em seguida, de um trabalho pedagógico que aproveitou todas as aprendizagens e insuficiências dos encontros de 2010, tal como aproveitámos as insuficiências e os ensinamentos das sessões plenárias de 2007, que poderemos dar conta a todos do valor do que fizeram e aperfeiçoar esta dialética da diversidade e da unidade no futuro. Desde já, o facto de todos os trabalhos dos workshops e das sessões plenárias terem sido publicados tão rapidamente no site não é um resultado insignificante.

Imediatamente tangíveis durante os workshops e a sessão plenária, as dificuldades linguísticas pesaram ao longo de toda a preparação: quando se tratou de elaborar um texto sobre «questões comuns» para os workshops; quando se tratou de trocas diretas entre os animadores chineses e europeus das oficinas, único meio de não sobrecarregar a organização central do Fórum; quando se tratou de partilhar documentos de reflexão. Para avaliar essa dificuldade, basta observar no site que muitos textos sobre as questões dos workshops remontam aos encontros de 2007, quando a sua redação foi objeto de um processo centralizado e ainda são raras as notas conjuntas sobre as questões. Quando nos lembramos que a redação dessas notas era considerada prioritária, em julho de 2009, após o encontro entre os principais responsáveis chineses e europeus em Paris, compreendemos a magnitude das frustrações. O desafio da tradução dos documentos, tanto em termos da sua realização efetiva como da sua qualidade e prazos, é considerável. O site do Fórum conta agora com cerca de 1900 documentos numa ou noutra língua, o que é, em si mesmo, um resultado excecional, mas ainda são necessárias melhorias a longo prazo!

A queixa constante, ouvida na Europa, são os meses de silêncio dos interlocutores chineses animadores de workshops, em geral, durante o período entre julho de 2009 (sucesso do encontro dos responsáveis em Paris) e março de 2010, data em que, na perceção dos europeus, «os seus homólogos chineses finalmente acordaram». A interpretação desse hiato, tal como proposta pelos organizadores chineses, é que na China todos estão ocupados com várias tarefas e que é costume acordar no último momento e trabalhar a todo o vapor. Enquanto isso, era preciso «confiar» na vontade dos interlocutores chineses de passar à ação, mas nem sempre era fácil para a equipa organizadora europeia explicar isso aos principais responsáveis europeus e, por sua vez, para eles explicarem aos participantes previstos!

Este problema de temporalidade também se revela de outra forma: sem dispormos de uma

medida quantitativa a este respeito, a minha sensação é que nem sempre foram os workshops que pareciam preparados há muito tempo que funcionaram melhor. Mesmo quando a preparação parecia perfeita, os participantes europeus ficavam por vezes surpreendidos ao chegar à China e descobrir o formato real do workshop. Era preciso, portanto, agir com confiança, sentir intuitivamente a motivação, mas, quanto mais nos afastávamos do núcleo central da organização, mais difícil era transmitir essa «confiança a priori».

Uma última tensão estrutural, menos fácil de detectar e analisar, está relacionada com a própria conceção de uma dinâmica como a do Fórum. É a que opõe os processos construtivistas à construção de objetos pré-determinados. [...] Na preparação do Fórum, isso traduziu-se em tensões aparentemente triviais, mas por vezes pesadas, com cada um a dizer que não conseguia mobilizar participantes do seu lado porque não sabia nada sobre os participantes do outro lado. Parece-me que, em média, os participantes europeus não se arrependeram de ter acabado por embarcar nesta aventura sem saber muito bem o que os esperava no local. Mas é preciso reconhecer que a incapacidade de fornecer informações fiáveis foi difícil de suportar para cada uma das equipas organizadoras.

Durante a minha missão com Yu Shuo [a de março de 2010, da qual vimos alguns excertos], descobri uma consistência social do Fórum na China que me encantou e que eu estava longe de suspeitar. Mas consistência social também significa expectativas! E expectativas elevadas para workshops que, na nossa mente, estavam adiados para as calendas gregas. Ora, na credibilidade dos processos de cooperação, o tempo é um fator decisivo. Tínhamos ali um exemplo vivo disso. Tomei então a decisão estratégica, da qual assumo plenamente a responsabilidade e as consequências, de responder da melhor forma possível a essa demanda social que se manifestava. As consequências concretas, sobre a equipa e sobre a preparação do Fórum, foram consideráveis. Em primeiro lugar, isso desviou o tempo e a energia da equipa europeia da preparação serena das condições humanas e logísticas dos workshops «bem preparados» em benefício de uma dezena de workshops que precisavam de ser montados com urgência. Tanto mais que a equipa teve de substituir em grande parte os organizadores europeus, uma vez que estes não existiam. Na maioria dos casos, nós próprios nos encarregámos de estabelecer ou completar a lista de participantes europeus. Para dar uma ideia, tivemos de substituir a coordenação delegada, que era a regra, por uma coordenação direta.

Todos estes esforços permitiram que 54 workshops fossem realizados em julho de 2010, além dos 12 que foram realizados em julho de 2009 ou entre julho de 2009 e julho de 2012. Alguns, particularmente sensíveis, não puderam ser levados a bom termo, em especial os workshops socioprofissionais dos militares, dos habitantes, dos migrantes, dos camponeses e dos sindicatos. É inútil comprometer todo o Fórum por lutas perdidas de antemão. As autoridades chinesas não estão preparadas para ver os militares dialogarem diretamente entre si sem controlo político, nem, por enquanto, para ver surgir em meios sensíveis redes sociais sobre as quais não teriam controlo. As questões foram então retomadas sob a perspetiva de workshops temáticos mais neutros, como a governação global e a segurança, as políticas sociais de habitação, a proteção das minorias, os direitos dos trabalhadores, etc.

Que avaliação fazer? Do lado europeu, dispomos de um número suficiente de histórias e avaliações imediatas para identificar uma série de avanços e falhas importantes. Em ambos os casos, pontos positivos e negativos, isso reflete uma espécie de «índice de satisfação imediata». Globalmente, é a satisfação que prevalece: «foi feito», «foi possível», «houve um verdadeiro diálogo», «descobrimos uma China que não imaginávamos». Em suma, «algo aconteceu» em quase todos os lugares. Mesmo que, como veremos, as sessões plenárias recebam sua cota de

críticas, a profusão de workshops e o sentimento de cada um de «fazer parte de uma grande aventura coletiva» são frequentemente mencionados. Da mesma forma, o fato de os workshops terem sido realizados em 22 locais diferentes em toda a China é um resultado considerável para o futuro. Quando agora se usa o zoom e se observa cada workshop de perto, muitas falhas aparecem. A primeira, e mais constante, diz respeito aos problemas de tradução e interpretação. Na maioria dos workshops, os documentos preparatórios não foram traduzidos ou apenas uma parte deles. Quanto à interpretação durante as sessões, ela foi frequentemente assegurada por estudantes e muitos pensam ter perdido parte da riqueza dos intercâmbios. [...] o financiamento da interpretação foi deixado a cargo dos organizadores chineses, tal como as despesas de acolhimento e estadia. Confrontados com a dificuldade de encontrar financiamento suficiente e não querendo receber mal os hóspedes europeus, muitas vezes foram as despesas com interpretação que eles cortaram. É preciso acrescentar que a interpretação profissional, mesmo em inglês e, a fortiori, em francês, é muito cara na China e nem sempre está disponível no local.»

Como conceber as sessões plenárias em Hong Kong de forma a valorizar as conclusões de 66 workshops? Obviamente, não com 132 relatores, um chinês e um europeu para cada workshop, desfilando no palco diante da indiferença geral! E também não procedendo durante a noite a uma síntese geral dos 66 workshops, síntese que teria refletido sobretudo os preconceitos dos seus redatores. Graças à adaptação por Vincent Calame do software Desmodo, desenvolvido no espírito da Assembleia Mundial de Lille, optámos por um método intermédio, constituindo 9 grupos de workshops, cada grupo encarregado de fazer a síntese dos workshops do seu grupo. Apesar de uma metodologia desenvolvida muito tardiamente (na noite anterior à sua implementação!) e graças ao quadro homogêneo de restituição dos workshops que tínhamos estabelecido, mesmo que, como acabámos de ver, as instruções tenham sido apenas aproximadamente respeitadas, o resultado foi convincente⁴³¹:

«Partimos da hipótese, que se revelou frutífera, de que a apresentação em sessão plenária da síntese de cada um dos nove grupos, cada um com dez minutos, era um bom compromisso entre a litania de 66 relatórios e a apresentação de uma síntese única [...]. É claro que houve muitos fracassos dos grupos que não trabalharam respeitando as instruções que lhes foram dadas. Lembro-me de mim mesmo, exausto, no dia 13 de julho, tentando encontrar grupos dispersos pelo campus da Escola Politécnica de Hong Kong, descobrindo que alguns deles haviam voltado aos métodos tradicionais, cada oficina contando longamente sua história às outras, diante da indiferença geral, tendo que retomar o controle da situação e repreender os facilitadores. Podemos imaginar a cena. E, no entanto... E, no entanto, o método é tão simples que os resultados foram interessantes, que todos os grupos acabaram por produzir a sua síntese de acordo com a metodologia solicitada. Não vou afirmar que as sínteses, apresentadas no dia 14, refletiam fielmente as contribuições de cada workshop e que realmente aproveitaram todos os recursos dos métodos. Mas o facto é que cada síntese de dez minutos respeitou o seu tempo de uso da palavra com dois oradores, um chinês e outro europeu, e que todas as apresentações foram interessantes.»

E quanto às intervenções das personalidades na sessão plenária?

«Do lado europeu, foi o discurso de Michel Rocard, durante a cerimónia de abertura, que marcou as mentes. Ele recolocou o fórum na sua perspetiva histórica, sublinhou que este diálogo de

⁴³¹ BIP FCE 732 - julho de 2010 - Plenárias 2010: Resultados dos workshops e das sessões de síntese em 9 grupos

sociedade para sociedade era absolutamente necessário para os próprios governantes e abriu caminho para a Assembleia Mundial Rio + 20 em 2012. O presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, gravou a sua mensagem em vídeo. Ele também salientou a importância deste diálogo entre sociedades. As palavras de Pat Cox, antigo presidente do Parlamento Europeu, e de Gerhard Stahl, atual secretário-geral do Comité das Regiões, ilustraram a importância que as instituições europeias atribuíam ao fórum. Do lado chinês, o discurso do antigo vice-presidente da Assembleia Nacional Consultiva vale mais pela autoridade moral de quem o apresentou, Cheng Siwei, do que pelo seu conteúdo, que estava um pouco «fora do tema», tratando essencialmente de questões energéticas. O discurso de encerramento de Ye Xiao Wen é interessante por duas razões. Primeiro, pelas responsabilidades e pelo lugar do orador na hierarquia chinesa (ele tem o cargo de ministro e é diretor do Instituto do Socialismo). O seu discurso foi bastante lírico. Ele estabeleceu uma ligação entre o diálogo que se estabeleceu entre a Europa e a China durante o Renascimento com Matteo Ricci e, por meio da Rota da Seda, o que estamos a tentar fazer hoje. Não hesitou em falar sobre isso como uma «nova Renascença» e uma «nova Rota da Seda». Através dessa abordagem, disse ele, «as pessoas se reúnem para forjar um novo nós». Tendo em conta as responsabilidades da pessoa que fala, isso vale como garantia política do fórum.»

E a cobertura mediática?

«Tal como em 2007, verificou-se uma assimetria radical entre a notável cobertura mediática do lado chinês e o silêncio mediático do lado europeu. Yu Shuo e a equipa chinesa desenvolveram uma parceria notável e duradoura com os meios de comunicação chineses, parceria da qual beneficiamos durante os encontros. O silêncio da mídia na Europa provavelmente não pode ser explicado apenas pela nossa falta de profissionalismo do lado europeu. Conversei com vários jornalistas que participaram no «workshop de jornalistas» em Chengdu e ficaram encantados. No entanto, não tencionavam publicar um artigo sobre o fórum e o que tinham vivido nos seus respetivos meios de comunicação social quando regressassem, considerando que era necessário que «a ocasião se prestasse a isso». E, até agora, a ocasião não parece ter surgido. O que parece significar que, na Europa, ainda hoje, a criação de um diálogo estruturado com a sociedade chinesa e «o que os chineses têm a dizer sobre o futuro» não é suposto interessar ao grande público. Já em julho de 2009, durante o encontro em Paris dos principais responsáveis, alguns representantes da imprensa francesa, antigos correspondentes na China, confessaram-nos que as suas redações queriam que se falasse do Tibete, dos direitos humanos, da situação dos trabalhadores ou ainda da minoria uigur, mas consideravam que as mensagens positivas dos seus correspondentes sobre o que se passava na China não eram objectivas ou que não interessavam ao seu público! Este é um problema importante do fórum e, pessoalmente, não tenho ideia de como resolvê-lo. Pelo contrário, na China, o fórum teve uma cobertura excepcional. Yu Shuo e a sua equipa trabalharam com trinta e três meios de comunicação, televisões, jornais e revistas, fóruns na Internet. Dezesete deles criaram uma secção «fórum» com o título «converse to converge» – dialogar para buscar convergências –, slogan dado às reuniões plenárias de Hong Kong. Foi o que fez, por exemplo, o grande blog Tencent. Mais de quarenta vídeos teriam sido produzidos. Yu Shuo e a sua equipa analisaram o aumento das conexões com o site do fórum. Foram 1.260 nas primeiras reuniões, 3.700 nas segundas e saltaram para quase 400.000 nas terceiras. Oitenta e seis reportagens foram realizadas pelos jornalistas, nomeadamente por ocasião dos workshops. A agência Chine nouvelle cobriu o evento. Tendo em conta os acordos existentes entre esta agência e 800 meios de comunicação chineses, a equipa de Pequim estima que tenham sido reproduzidas várias dezenas de milhares de artigos. É difícil imaginar melhor. O fórum China-Europa parece ter-se estabelecido

firmemente no panorama chinês. Não é esse o caso hoje em dia na Europa.»

Estamos aqui perante um paradoxo central da posição europeia. Esta atribui um lugar importante à sociedade civil, mas numa visão muito institucional da mesma, em conformidade com os seus modelos de organização. Como já tinha sido demonstrado, em 2008, pelo diálogo com o Parlamento Europeu, a Europa não imagina que a sociedade exista quando esta não se pode expressar pelos mesmos canais que nós e, para desacreditar a sociedade chinesa, destaca algumas palavras de ordem nas quais estão encerrados os líderes políticos, suspeitos de «vender a alma» se não disserem, ao regressarem da China (na esperança de assinar contratos...), que advertiram firmemente os seus homólogos chineses sobre os direitos humanos, o Tibete e a repressão dos uigures. Vemos neste silêncio mediático e nas suas razões, por um lado, porque é que a Europa não compreendeu nada da ascensão do poder chinês e, por outro, porque é que os chineses, à medida que se impunham na cena mundial, reivindicavam a sua própria cultura ao ponto de banir das publicações na China a própria expressão «valor universal». Ao provocar um diálogo de outra natureza, o Fórum violou um tabu dos meios de comunicação europeus. Mas nunca é bom partir o termómetro para baixar a febre, e foi precisamente isso que a Europa tentou fazer em relação à China.

E as consequências? Percebemos que um Fórum a cada dois anos absorveria toda a energia na preparação dos encontros, em detrimento de um trabalho de fundo, e concluímos por um Fórum trienal⁴³²:

«Há tanto trabalho a fazer com todas as consequências esboçadas para os workshops que gostaríamos de dar prioridade a essas consequências, sem ainda saber muito bem, a fortiori depois de termos perdido o concurso europeu, como mobilizar recursos financeiros para essas consequências. O potencial de dinamismo existe de ambos os lados. O risco continua a ser grande de que, na ausência de um mínimo de meios financeiros para acompanhar, cada um desista das consequências.»

Infelizmente, não se poderia dizer melhor.

Com base neste balanço, os membros fundadores europeus do Fórum reuniram-se em outubro de 2010⁴³³. Michel Rocard, Georges Berthoin e Paul Tran Van Tinh têm uma vasta experiência internacional, Chen Yan tem um profundo conhecimento da evolução da sociedade chinesa. As conclusões que se retiram são claras. A realização do Fórum com esta amplitude demonstra o interesse que o poder chinês tem nele, sem dúvida num contexto de existência cada vez mais autónoma da sociedade civil em relação ao poder, contribuindo o Fórum para fazer uma ponte entre os dois. Ao espaçar os encontros a cada três anos, damos a nós próprios a oportunidade de trabalhar entre dois encontros. A questão que continua em debate é saber o que levaria as autoridades chinesas a ver o Fórum como um perigo. Michel Rocard e Georges Berthoin convidam-nos à prudência na promoção das relações entre as

⁴³² BIP 704 - O fim do primeiro ciclo do Fórum e as perspetivas para o futuro. Avaliação do terceiro encontro do Fórum; exposição de Pierre Calame nas conclusões das plenárias de Hong Kong

⁴³³ FDS FCE 412 - 4 de outubro de 2010 - Balanço e perspetivas do Fórum: algumas lições a tirar dos terceiros encontros. Reunião do Comité de Fundadores a partir do texto de balanço de Pierre Calame (bip721)

regiões europeias e chinesas: isso pode ser interpretado como um incentivo a tendências centrífugas que ameaçam o regime chinês. Na verdade, quinze anos depois, o que impressiona é que nenhum de nós imaginava a evolução futura, a ascensão de Xi Jinping e a retomada do controlo da sociedade pelo Partido Comunista.

Ainda em abril de 2012, a poucos meses de um Congresso do Partido decisivo⁴³⁴ e após a queda de Bo Xilai, Chen Yan descreve-nos as lutas no seio das esferas dirigentes chinesas: «*em 1989, os antigos queriam modernizar para salvar o partido, enquanto hoje a ala liberal pensa que é preciso escolher entre a morte do partido e a morte do país.*». Durante a nossa conversa, o nome de Xi Jinping⁴³⁵ nem sequer foi mencionado. Graças à popularidade da luta contra a repressão na China, ele rapidamente ganhou força e afirmou, pelo contrário, que o reforço do papel do Partido é a condição para a sobrevivência do país. Qual teria sido a posição do novo regime em relação ao nosso Fórum? Sem dúvida, teria sido hostil, mas isso é apenas ficção científica, pois, entretanto, o Fórum se autodestruíu.

2.6 – Epílogo: fim do Fórum, fim de uma era

Em janeiro de 2010, Matthieu Calame tornou-se diretor da Fundação após a minha aposentadoria. Tínhamos estabelecido, nos ritmos da fundação, o ciclo de trinta anos ao final do qual a fundação procederá a uma revisão geral de suas orientações em resposta às evoluções do mundo, o que coincide com a mudança de geração na direção. A questão do compromisso da Fundação com a continuação do Fórum é colocada diretamente, uma vez que este, como se pôde ver, encarna a visão de uma fundação que inventa outro modelo de filantropia, dedicando-se a desafios que nenhuma outra instituição poderia enfrentar: na linha da Aliança para um Mundo Responsável e Solidário e da Agenda para o século XXI^o, inventar as modalidades de emergência de uma comunidade mundial de destino para a humanidade e renovar o pensamento sobre a economia, a governança, a ética e o direito. Uma concepção prometeica da fundação, partindo do que falta e não do que já existe, com a ideia não de nos considerarmos mais do que somos, uma pequena instituição face aos desafios, mas com a ideia de que dispomos, ao longo das décadas, do capital financeiro, metodológico e social que nos permite realizar um trabalho útil. Nesse sentido, como vimos, o terceiro Fórum, que mobilizou esses diferentes tipos de capital, é o apogeu dessa fase da vida da Fundação, consolidando a nossa credibilidade perante as maiores instituições e, ao realizar o que todos pensavam ser impossível, beneficiando, mas não sabíamos, de uma janela de oportunidade histórica que se fechou com uma China segura da sua força e que já não aceita o olhar moralizante da Europa em relação a ela, com um novo presidente, Xi Jinping, impondo o jugo

⁴³⁴ FDS FCE 435 - 4 de abril de 2012 - A situação atual na China, a poucos meses de um congresso decisivo. As peripécias da demissão de Bo Xilai refletem as lutas pelo poder no topo e as repercussões nas tendências da opinião pública

⁴³⁵ Xi Jinping, nascido em 1953, estadista chinês. É presidente da República Popular da China desde 14 de março de 2013. Filho de um companheiro de Mao Zedong, Xi Zhongxun, aderiu ao Partido Comunista Chinês na década de 1970 e exerceu as suas primeiras funções na década de 1980, assumindo responsabilidades cada vez mais importantes até chegar às portas do poder

do Partido à sociedade com um vigor renovado.

A reunião de 4 de outubro de 2011 com Matthieu Calame e os três membros do Conselho de Fundação diretamente envolvidos no Fórum marca o fim do jogo⁴³⁶:

«Tivemos conversas muito enriquecedoras com Pierre. Identificámos claramente os nossos desacordos. Não consigo acreditar no dispositivo China-Europa porque isso vai contra as minhas convicções profundas. Por isso, não quero estar no comando. Quero apenas ser um referente acompanhante com toda a simpatia necessária. E que não me peçam para dar vida a algo em que não acredito. É um projeto apoiado pela fundação, mas não é um projeto da fundação.»

Esta distinção era obviamente essencial porque, na realidade, era um projeto da fundação, mobilizando, como vimos, os seus diferentes tipos de recursos. Jean Paul Delattre, envolvido desde 2005 no desenvolvimento do Fórum e que lecionou na China no final da Revolução Cultural, responde:

«A primeira etapa foi no território chinês. O Fórum não é apenas uma criação de Pierre. A natureza suíça da fundação não permitiu que a Comissão Europeia concedesse um financiamento equivalente ao da FPH [referência ao facto de a fundação de direito suíço China Europa Forum ter sido curiosamente excluída do concurso lançado pela Comissão para implementar a votação de uma subvenção de 1 milhão de euros a favor de um diálogo entre empresas da Europa e da China]. A grande mudança é o facto de terem sido realizados 66 workshops no território chinês. É uma grande novidade que diversos atores dialoguem, mesmo que não seja possível às autoridades organizá-lo. Uma série de encontros sobre temas que não são estranhos aos temas que a fundação apoia. Nada disso teria parecido possível em 2005. O Conselho da FPH nunca acompanhou este Fórum de olhos fechados, houve discussões acaloradas. É tudo menos um foguete sem base. A FPH sempre assumiu esta ambição. Se integrarmos o tempo de trabalho de Pierre Calame e Chantal Planché e os metros quadrados oferecidos, isso representa 1,5 milhões por ano. A proposta de Matthieu é uma divisão por 5 [Matthieu propôs ao Conselho de Fundação que o apoio aos parceiros fosse limitado a 200 000 euros por ano, o que, segundo ele, deveria aplicar-se ao Fórum], o que constitui uma desaprovação muito pesada. Isso não permitirá consolidar o Fórum. A proposta que irei apoiar no Conselho é não descer abaixo de 1 milhão de euros por dois anos. A associação que criámos, sediada no Instituto de França para dispor de uma base institucional na União Europeia, pode receber esses fundos.»

Jean Fischer, membro de longa data do Conselho de Fundação, antigo secretário-geral da Conferência das Igrejas Europeias, KEK, muito envolvido nos workshops do Fórum sobre o lugar das religiões, uma questão altamente inflamável na China que pudemos abordar com serenidade:

«Foi no buffet da estação que começámos a falar do Fórum. E eu disse imediatamente: há uma grande oportunidade a aproveitar com a China no domínio inter-religioso. Era essencial ter um diálogo entre pessoas influentes. Acreditei nisso desde o início. Compreendo a sua visão, Matthieu. É normal quando se assume uma sucessão; vivi isso na KEK e no Conselho Ecuménico. Mas a China não é o Camarões, é um terço da humanidade. Com a nossa grande liberdade, não

⁴³⁶ FDS FCE 431 - 22 de dezembro de 2011 - Debate no Fórum China-Europa, o seu futuro, o seu orçamento

podemos ter dois pesos e duas medidas na forma como nos desligamos. Há etapas a seguir, a começar por europeizar muito mais. São necessárias figuras importantes na Alemanha e na Escandinávia. Só Estocolmo tem uma cooperação com a China. É preciso negociar as mudanças de forma a não capotar. É preciso especificar a competência de cada estrutura. Se quisermos tornar o Fórum autónomo, a associação será responsável pela angariação de fundos. A Fundação não deve dar a impressão de estar a estrangular o bebé. É normal que o antigo e o novo diretor tenham visões estratégicas diferentes [...] A equipa também precisa de estar um pouco convencida do interesse do Fórum em relação à fundação e ao mundo.»

Essa também era uma das dificuldades, a mesma que enfrentámos no final da década de 1990, quando todos os programas da fundação foram convidados a participar na Aliança: quase todos os programas, como vimos, tinham desenvolvido parcerias com a China e o Fórum convidava-os a inscreverem-se na sua lógica global. Além disso, o sucesso do terceiro Fórum mobilizou energias além das capacidades de uma equipa, que era muito pequena em relação a tudo o que tinha sido feito. Matthieu responde:

«Ninguém internamente está entusiasmado com o Fórum. A reflexão da equipa é mais no sentido de dizer: apostámos muito no Fórum China Europa. Mas as minhas reservas em relação ao Fórum não datam do momento em que me tornei diretor. Há uma tensão entre a exigência de continuidade e a exigência de um diretor estratégico que deve fazer propostas.»

A sentença estava dita. Era impossível para mim, que tinha insistido em promover Matthieu como diretor, contestar a sua legitimidade para, por sua vez, formular uma estratégia. Esta está resumida em 2025 no site da Fundação:

«1982-1989: o período é dedicado ao apoio a projetos que associam reflexão e ação. Várias centenas de projetos foram financiados em diferentes continentes. Eles abordaram temas como: políticas de desenvolvimento, saúde, educação, habitação, agricultura, criação de empresas, microcrédito, meio ambiente, reflexão sobre o futuro do planeta.

1990-2002: abandono do apoio a projetos pontuais em favor da construção de redes internacionais com temática dominante e de estratégias coletivas de mudança. A fundação também se comprometeu mais firmemente com métodos de intercâmbio, difusão e capitalização da experiência.

2003-2011: o período é de compromisso voluntarista. A Fundação apoia a criação e o desenvolvimento de alianças socioprofissionais e institutos temáticos.

2012 até hoje: abandono de uma forma de ativismo. A Fundação dedica-se a acompanhar os atores da mudança a longo prazo: reforço do apoio estrutural às organizações da sociedade civil, envolvimento em redes de fundações para uma melhor coordenação do apoio.»

A fraqueza da estratégia da fundação no período de 1991 a 2010 era inerente à sua própria natureza. Ao ser levada a criar do zero novos processos ou novos atores, que não respondiam à lógica institucional dos atores existentes, incluindo os da sociedade civil, ela dificultava a transferência do seu financiamento, a fortiori sendo ela própria percebida como uma fonte de financiamento. Por conseguinte, a sua retirada enfraqueceu consideravelmente as redes que tinha criado, precisamente porque estas não satisfaziam os padrões habituais, em particular

as «alianças» que eram informais, ou porque se respondia à fundação que ela tinha meios para continuar a financiá-las ela própria. O Fórum não escapou a esta regra. Nenhuma estrutura estava em condições de disponibilizar os mesmos meios com a mesma liberdade de ação.

Não morreu instantaneamente. Foi necessário despedir gradualmente os funcionários da Fundação China-Fórum e, em seguida, dissolver essa fundação, cujo estatuto suíço não nos trouxe sorte. Não tivemos os meios financeiros e humanos para acompanhar a continuação dos diálogos nas oficinas e, mesmo que fosse apenas devido aos problemas de tradução, eles foram desaparecendo um após o outro. O Fórum em si, agora dirigido por Chen Yan, manteve uma forte reputação. Foi assim que a Comissão Europeia se apoiou na Fundação para estabelecer a «parceria estratégica euro-chinesa sobre urbanização». Desde 2012, a Comissão Europeia deseja associar-nos à parceria estratégica que está a ser delineada entre a Europa e a China em matéria de urbanização e fui convidado, em setembro de 2012, a apresentar o primeiro Fórum de Presidentes de Câmara em Bruxelas⁴³⁷:

«O novo impulso dado hoje ao diálogo entre as cidades chinesas e europeias vê a sua importância amplificada pelos resultados da recente conferência internacional Rio + 20, durante a qual os Estados renunciaram claramente a assumir compromissos mútuos fortes e formais para a transição para sociedades sustentáveis e, em última análise, deixaram a cargo das autarquias locais e das cidades fazer o que reconhecem já não ser capazes de fazer. Este é o contexto do nosso encontro. As cidades europeias, através dos trabalhos prospectivos da Comissão e do relatório «A cidade do futuro», através dos trabalhos do Comité das Regiões, por exemplo sobre a governação a vários níveis, através dos trabalhos do Pacto de Autarcas, refletiram muito sobre estas questões e emergiu o que me atrevo a chamar um «consenso europeu sobre o problema». Quais são os elementos desse consenso? Primeiro ponto, o potencial das cidades e dos territórios: as cidades serão os atores centrais da transição para sociedades sustentáveis, porque são os níveis em que se pode sonhar com uma abordagem mais integrada dos problemas das nossas sociedades e porque são os níveis privilegiados onde se podem articular os problemas económicos, sociais e ecológicos. Segundo ponto, na realidade, existe hoje uma enorme discrepância entre este potencial e a capacidade das autarquias locais das cidades para o concretizar. Terceiro ponto, existem inúmeras experiências-piloto, inúmeras experiências bem-sucedidas, mas elas ocultam o facto de que, no seu conjunto, as cidades não conseguem, no seu funcionamento atual, responder aos grandes desafios da transição. Quarto ponto: o problema não é principalmente tecnológico. Já dispomos das tecnologias necessárias para essa transição. O problema principal está noutro lugar. Precisamos de inovações importantes. As primeiras situam-se no campo da governação [...]. Outra inovação importante é a co-construção do bem público, seja ela chamada de envolvimento dos habitantes, parceria público-privada, visão partilhada, etc. É claro que a transição não se dará simplesmente por vontade política, ela exige a construção de novas formas de parceria entre os atores. Terceira inovação: não se pode gerir o que não se conhece. Ora, as nossas cidades, no sistema atual, conhecem muito mal o seu metabolismo, os fluxos não só energéticos, mas de todos os tipos que as atravessam ou que circulam no seu interior. Há, portanto, um enorme progresso a fazer neste domínio. [...] só avançaremos através de uma troca muito rigorosa de experiências, conduzida a longo prazo.»

⁴³⁷ BIP 745 - 20 de setembro de 2012 - Introdução à primeira mesa redonda do Fórum dos Presidentes de Câmara - Bruxelas

Esta introdução é interessante por vários motivos. Em primeiro lugar, mostra o crédito conquistado pelo Fórum, que lhe dá a oportunidade de introduzir um intercâmbio resultante de um acordo oficial entre a China e a Europa. Em seguida, valoriza as reflexões mais amplas conduzidas pela fundação sobre a governança. Por fim, ela enfatiza o que mais falta nessas cooperações interestatais ávidas por grandes encontros: a troca de experiências mais contínua, mais modesta... mas mais difícil. Mais de dez anos depois, o desafio permanece intacto.

Uma nota que redigi em outubro de 2012 permite compreender todo o contexto⁴³⁸. Merece ser citada na íntegra, pois mostra como se combinam capital intelectual e capital social, mas também como a nossa fraqueza institucional não nos permitirá perceber os dividendos financeiros da nossa credibilidade:

«A presente ficha de acompanhamento descreve, de forma sintética, as múltiplas trocas que tiveram lugar desde o mês de fevereiro e que levaram a posicionar o Fórum China Europa como um interlocutor credível tanto para as autoridades chinesas como para as autoridades europeias.

Em fevereiro de 2012, Alexandra Sombsthay, da DG Energia da Comissão Europeia, enviou-me uma mensagem a indicar que gostaria de trocar ideias comigo sobre as perspectivas de cooperação entre a Europa e a China no domínio das cidades. Alguns funcionários (DG Emprego e Assuntos Sociais, DG Investigação) ajudaram-nos a identificar redes europeias mais amplas do que a nossa e participaram em vários workshops do Fórum. Por outro lado, na altura, não conseguimos obter um compromisso institucional em relação a um fórum que, visto de Bruxelas, é um pouco um objeto institucional e político não identificado. Mas a ausência de compromisso institucional não significava ausência de interesse. Foi isso que demonstrou o primeiro apelo de Alexandra. Ela disse-nos, em essência: está a ser preparada uma nova cooperação estratégica entre a China e a Europa no domínio da urbanização. Gostamos da forma como o Fórum aborda as questões e gostaríamos que ele estivesse envolvido. De facto, estava a ser elaborado o texto de um acordo ao mais alto nível entre as autoridades chinesas e europeias, tornando a urbanização e a cidade sustentável um tema prioritário da sua cooperação. Este acordo foi concretizado em maio por um protocolo assinado pelo presidente da Comissão Europeia, Barroso, e pelo atual vice-primeiro-ministro da China, Le Quiyan, que em breve se tornará primeiro-ministro. Tornar as questões urbanas um eixo de parceria estratégica entre a China e a Europa é, em si, uma novidade, numa cooperação e numa relação bilateral tradicionalmente marcadas por questões económicas e comerciais ou pela investigação e transferência de tecnologias. A prioridade dada à urbanização é simultaneamente óbvia e problemática. É evidente porque, se nos interessarmos pelo desenvolvimento sustentável e, de forma mais ampla, pela transição para sociedades sustentáveis, a urbanização chinesa, muito rápida, constitui um dos principais desafios mundiais, pois é verdade que as formas urbanas, uma vez estabilizadas, determinam por muito tempo tanto o consumo de energia fóssil quanto as relações entre a sociedade e seu ambiente natural. Mas, ao mesmo tempo, problemática, porque numa sociedade maioritariamente urbana, a urbanização afeta, por definição, todos os aspetos da sociedade, o que torna o tema específico e muito geral e implica sair do domínio delimitado da diplomacia, do comércio e da transferência tecnológica para se envolver, discretamente, num diálogo muito mais global «de sociedade para sociedade». Já se pode observar que, sob a aparência de um impulso comum a serviço dessa

⁴³⁸ FDS 444 - outubro de 2012 - Implicação do Fórum China-Europa na nova parceria estratégica sobre urbanização entre a União Europeia e a China

nova parceria, muitas reticências e rivalidades estão surgindo, tanto do lado europeu quanto do lado chinês: quem irá liderar a cooperação em um tema tão transversal? Que procedimento de implementação imaginar quando o procedimento europeu tradicional de licitação parece inadequado para um campo tão vasto? Ao mesmo tempo, esta nova cooperação não surge, para dizer o mínimo, em «terreno virgem»: existem inúmeras geminações entre cidades e regiões chinesas e europeias; já existe um programa de investigação conjunto; as cooperações bilaterais entre os Estados-Membros da UE e a China são numerosas e, em alguns casos, solidamente estabelecidas; todas as grandes empresas de serviços europeias há muito que estão de olho no mercado das cidades chinesas, onde, além disso, competem entre si, o que pode não facilitar, longe disso, a sua cooperação num projeto europeu comum. Isto significa que, uma vez formalizado o compromisso político desta cooperação através do protocolo de acordo, o mais difícil ainda está por vir: a sua implementação. O facto de alguns membros da Comissão Europeia estarem de olho no Fórum China Europa para os acompanhar nesta árdua tarefa constitui um reconhecimento implícito da credibilidade adquirida pelo Fórum. Muito rapidamente, após este primeiro contacto, o Fórum China Europa associou-se à Friends of Europe, a pedido desta, para organizar em Bruxelas um grande encontro de personalidades, eleitos e especialistas, lançando publicamente esta nova cooperação. Aproveitamos a ocasião, em 9 de março, para organizar na FPH, na sequência deste grande evento, um pequeno workshop sobre urbanização na Europa e na China, uma oportunidade para nós de relançar alguns animadores de workshops ou algumas redes associadas ao Fórum em workshops relacionados com a questão urbana, bem como alguns especialistas de confiança e responsáveis chineses pela política de urbanização. De facto, mais de dez workshops do Fórum, entre 2007 e 2010, abordaram a questão da urbanização sob um ângulo ou outro, desde a conceção dos bairros até à participação dos habitantes na gestão ou na cidade, da ecologia territorial à organização dos serviços urbanos. Isso confere ao Fórum não apenas credibilidade moral pela sua maneira de conceber o diálogo entre sociedades, mas também uma dimensão de expertise coletiva sobre o próprio tema dessa nova cooperação. E tenho a sorte de fazer parte dessa experiência, pois as questões de urbanização constituíram o fator comum das minhas duas experiências, na função pública e à frente da Fundação há quase 45 anos. E, por um acaso feliz, Yu Shuo colocou-nos em contacto com um especialista chinês, Li Tie, diretor, na NDRC (a poderosa Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma⁴³⁹) do Centro de Investigação sobre a Cidade, um antigo colega de turma dela que se revelará, tanto a nível intelectual como, mais recentemente, a nível institucional, o verdadeiro pivô chinês da futura cooperação. A reunião de 9 de março revelou-se muito positiva, tanto para a parte europeia, que teve a oportunidade de ouvir a exposição de Li Tie, sem concessões, sobre o processo de urbanização chinês (essa franqueza crítica ainda é suficientemente rara na China, pelo menos em discursos públicos, para merecer ser assinalada), como para a parte chinesa, que vê que o Fórum dispõe tanto de capacidade de especialização (creio que o texto que apresentei nessa ocasião sobre as lições retiradas de cinquenta anos de urbanização na Europa foi apreciado⁴⁴⁰) como de poder de convocação. O pontapé de saída oficial da nova cooperação foi dado nos dias 19 e 20 de setembro, novamente em Bruxelas, com a organização de um Fórum de presidentes de câmara chineses e europeus. Entretanto, Min Yan, uma colaboradora particularmente experiente do Fórum, sediada em Bruxelas, tornou-se mediadora entre os responsáveis europeus (na DG Regio, Pedro Ballesteros e Alexandra Sombsthay) e a NDRC na China. É, portanto, sob o ângulo da mobilização de uma competência

⁴³⁹ A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (en.ndrc.gov.cn) é uma agência chinesa de gestão macroeconómica subordinada ao Conselho de Assuntos do Estado

⁴⁴⁰ BIP 739 - janeiro de 2012 - Compreender o processo de urbanização europeia dos últimos cinquenta anos e as lições que podem ser tiradas pelas sociedades que estão passando por um movimento de urbanização mais tardio

intercultural e multilingue que o Fórum se revela credível. Esta credibilidade é, de certa forma, sancionada pelo facto de os organizadores do Fórum dos Presidentes de Câmara Europeus e Chineses de 20 de setembro me terem pedido para co-presidir uma das sessões, sendo a única pessoa sem cargo institucional na Europa ou na China a beneficiar desta honra, que confere ao Fórum um estatuto público. Finalmente, a 24 de setembro, voltamos a intervir junto da Comissão Europeia e da NDRC, representada desta vez ao mais alto nível, pelo vice-ministro, e sou convidado, a título de perito individual, a fazer uma apresentação sobre as lições retiradas da urbanização do pós-guerra e sobre as evoluções recentes. A apresentação foi visivelmente apreciada⁴⁴¹, o que aumentou novamente a credibilidade do Fórum. Trata-se de um reconhecimento apreciado dos seus objetivos, métodos e redes. Dito isto, embora o envolvimento do Fórum nesta nova cooperação estratégica seja gratificante e promissor para a sua continuidade, o mais difícil ainda está por vir. Esta nova cooperação deve encontrar o seu lugar num campo já muito ocupado pelas cooperações bilaterais (o governo alemão, por exemplo, compreendeu há anos a importância destas questões urbanas para os interesses comerciais alemães e investiu maciçamente e, desde há muito, nas relações com a China). A maioria dos países europeus, pelas mesmas razões, deve ter uma cooperação bilateral com a China em determinados aspetos urbanos. Para além desta primeira dificuldade de ocupação prévia e massiva do terreno, existem as dificuldades intrínsecas ao objeto da cooperação. Como já referi, a questão urbana abrange todas as questões da sociedade, pelo que o âmbito da cooperação é difícil de delimitar e nem uma abordagem global, que não permitiria diversificar os ângulos de abordagem, nem uma justaposição de cooperações setoriais podem responder às necessidades. É por isso que tomei a iniciativa de apresentar à Europa e à China uma nota sobre as orientações da nova cooperação⁴⁴², posicionando desta vez o Fórum a partir da sua metodologia: um grande número de workshops que abordam pontos específicos, seguidos de uma partilha de ideias em sessões plenárias. Foi para destacar a importância destas questões metodológicas que avancei com a ideia de um workshop em janeiro de 2013 na China, que permitiria reunir os animadores de todos os workshops que contribuíram para a reflexão sobre a questão urbana no seio do nosso Fórum. Mas surge uma terceira dificuldade, que nos coloca numa posição de grande fragilidade: para implementar esta cooperação, será necessário inscrever-se nos procedimentos europeus, nomeadamente nos procedimentos de concurso público, que beneficiam sobretudo os grandes gabinetes de consultoria, na sua maioria internacionais ou anglo-saxónicos, que podem alinhar as garantias financeiras exigidas pela Comissão (fala-se de um concurso público de 10 milhões de euros que implica uma garantia de 3,5 milhões de euros) e que são profissionais na obtenção de financiamentos europeus. A experiência do primeiro concurso público lançado na sequência da votação do Parlamento Europeu para apoiar o nosso Fórum, no final do qual não obtivemos um cêntimo, constitui para nós uma memória amarga e permite-nos avaliar bem as nossas fraquezas. Tanto na China como na Europa, os organizadores desta nova cooperação estão perfeitamente conscientes da inadequação dos procedimentos europeus a uma parceria estratégica. Procuram outras modalidades que permitam uma maior flexibilidade, nomeadamente a transferência de fundos para a NDRC, que poderia agir mais facilmente de comum acordo. É certamente com esta condição que o Fórum, que tanto precisa, poderá beneficiar de uma parte da maná financeira anunciada.»

⁴⁴¹ BIP 746 - setembro de 2012 - A urbanização europeia desde 1950 e as mudanças recentes; Apresentação na NDRC e na Comissão Europeia. Bruxelas, 24 de setembro de 2012

⁴⁴² BIP 743 - maio de 2012 - As diretrizes da cooperação entre a China e a Europa em matéria de urbanização

Neste contexto, continuaremos a organizar eventos interessantes, em particular o Fórum de Guangzhou em novembro de 2013⁴⁴³, que reunirá especialistas europeus e chineses em urbanização, onde poderemos recordar todos os desafios da condução da transição:

«Os dez grandes desafios da transição que deverão estruturar a nossa cooperação:

- uma nova visão do território, da cidade e do seu papel na transição;
- a compreensão das cidades como ecossistemas, o conhecimento dos metabolismos e a gestão dos fluxos;
- a coprodução do bem público e o envolvimento de todos os atores;
- a relação entre territórios sustentáveis e cadeias de produção sustentáveis;
- as estratégias de transição energética e a gestão da mobilidade;
- uma nova conceção da governação, com ênfase nas relações entre os níveis de governação, entre domínios e entre atores, e o desenvolvimento de uma formação global sobre estes temas;
- uma nova conceção do planeamento estratégico e da conceção de novos bairros;
- uma abordagem humanista da tecnologia e da cidade inteligente;
- a coresponsabilidade dos atores e a coprodução do conhecimento;
- ferramentas financeiras adequadas a esses objetivos.»

O Fórum de Guangzhou foi uma oportunidade para reunir representantes de workshops do Fórum que tratavam da questão urbana, mas já não dispúnhamos dos meios financeiros para organizar workshops sobre esses diferentes temas e fomos-nos afastando progressivamente do panorama institucional.

Por seu lado, Chen Yan tentou encontrar meios para criar em França um campus euro-chinês sobre civilização ecológica, mas sem sucesso. Apesar de alguns encontros posteriores, foi o fim do Fórum.

III. Criar alianças cidadãs internacionais

A «via colegial», ou seja, a preocupação em dar voz aos diferentes meios socioprofissionais, com a convicção de que há mais proximidade entre pessoas com a mesma inscrição profissional e social, nos quatro cantos do mundo, do que entre pessoas de meios diferentes dentro de um mesmo país, tinha sido uma das originalidades da Aliança. Constatámos nessa ocasião que eram raras as verdadeiras redes colegiais planetárias.

⁴⁴³ BIP 754 - 17 de novembro de 2013 - O papel das cidades na transição para sociedades sustentáveis: um grande desafio para o diálogo euro-chinês; Conferência de abertura do Fórum de Guangzhou sobre a parceria UE-China para a urbanização Guangzhou

A elaboração da Declaração Universal das Responsabilidades Humanas abriu-nos, por sua vez, outra perspectiva: qual era a responsabilidade própria de cada meio? E, mais precisamente, como basear o contrato social entre um meio e o resto da sociedade na declaração da sua responsabilidade⁴⁴⁴? Enunciámos o princípio segundo o qual a responsabilidade de cada um, de cada meio, era proporcional ao seu conhecimento e poder. O que significava que cada um tem a sua parte de responsabilidade, onde quer que esteja, mas que essas responsabilidades são diferenciadas.

Dáí a ideia principal, que nos guiaria durante anos, de que era necessário promover o desenvolvimento de redes colegiais internacionais, centrando-se na sua responsabilidade para com a sociedade como um todo. Sabíamos, em 2004, que o grande desafio seria encontrar, em cada meio, redes ou, na sua falta, pessoas que partilhassem essa preocupação e que era inevitável proceder por tentativa e erro. Estávamos convencidos de que não devíamos criar ou procurar sistematicamente instituições que partilhassem essa preocupação, mas sim suscitar uma aliança entre organizações já existentes ou futuras. As fichas orçamentais de 2004-2005 ilustram esta abordagem exploratória, que parte geralmente das iniciativas escolares constituídas no âmbito da Aliança. É o ponto de partida do que será um fio condutor durante muitos anos. Seria, portanto, inútil dividir cada uma das alianças em tranches orçamentais de dois anos. Em vez disso, retomaremos cada uma delas no seu ponto de partida para descrever o seu destino ao longo do tempo. Retemos apenas que esta foi uma das modalidades privilegiadas para difundir a ideia de responsabilidade como valor cardinal do século XXI.

3.1 – A aliança internacional dos habitantes

Em 2004, essa ideia de aliança dos habitantes, centrada nos moradores de bairros pobres, já era antiga. Desde a Declaração de Caracas de 1989, sobre a evolução dos bairros populares, a questão da voz dos moradores desses bairros havia sido levantada. Durante a Cimeira Mundial sobre Habitação, conhecida como Habitat2, realizada em Istambul em 1996, a fundação salientou a necessidade de que essa voz pudesse ser ouvida diretamente e não fosse constantemente mediatizada, ou mesmo confiscada, por especialistas, por mais dedicados que fossem à causa dos «pobres». Assim, a fundação convidou vários moradores de bairros populares para participar dessa cúpula mundial, onde milhares de funcionários públicos e especialistas falariam sobre eles, ou mesmo em seu nome, mas na sua ausência⁴⁴⁵. Esta questão esteve na origem de uma crise no seio da Habitat International Coalition (HIC), uma ONG bem estabelecida e com uma vasta experiência, mas típica desta apropriação da voz dos

⁴⁴⁴ Esta ideia de reformulação do contrato social com base na Declaração Universal das Responsabilidades Humanas é amplamente ilustrada no livro «Metamorfoses das responsabilidades e contrato social». Publicado em 2020, por Pierre Calame, No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/metamorphoses-de-la-responsabilite-et-contrat-social/

⁴⁴⁵ BIP 2385 - junho de 1996 - Palavra dos Habitantes em Istambul. Texto adotado no final do Fórum dos Habitantes organizado pela FPH durante a Cimeira Habitat II em Istambul, em junho de 1996

habitantes por «especialistas militantes». Com base nas redes regionais de habitantes que começámos a constituir, nomeadamente em África, o encontro de Istambul deu origem a uma primeira rede internacional de habitantes. Uma vez superada a crise com a HIC, organizaremos com ela, em 2000, a primeira Assembleia Mundial de Habitantes em Cidade do México⁴⁴⁶:

«No âmbito da Aliança para um mundo responsável, plural e solidário, a HIC (Habitat International Coalition) organizou, com o apoio da FPH, uma primeira Assembleia dos habitantes das cidades do mundo na Cidade do México, em outubro de 2000. Esta Assembleia foi frequentemente precedida por encontros regionais. Mais de 400 pessoas de mais de 30 países participaram.»

O caderno de propostas, elaborado com vista à Assembleia Mundial de Cidadãos⁴⁴⁷, recorda o processo de preparação desta Assembleia através de encontros em diferentes regiões do mundo:

«Pela primeira vez, associações e comités de bairro, organizações populares e habitantes organizados reuniram-se para repensar, a partir da sua própria perspetiva, a cidade que querem (construir) para o século XXI e as estratégias a implementar. Pela primeira vez também, os habitantes não ficaram em silêncio a ouvir os discursos dos especialistas, mas foram os urbanistas e os profissionais que ouviram a voz dos habitantes.»

Foi neste terreno fértil, fruto de anos de trabalho, que surgiu a Aliança Internacional dos Habitantes (AIH)⁴⁴⁸, apoiada desde o início pela fundação:

«A fundação considera que é necessária uma profunda renovação das relações entre os poderes públicos e os habitantes, nomeadamente na produção da cidade e da habitação. Tal renovação passa pelo reforço das redes de habitantes, a fim de os colocar numa outra relação de poder e de competência face aos poderes públicos e às organizações profissionais. [...] Gradualmente, tornou-se necessário distinguir claramente, por um lado, a construção de uma rede de organizações de habitantes e, por outro, uma coligação mais ampla na qual participam tanto organizações de habitantes como organizações profissionais e universidades. É por isso que a fundação decidiu apoiar dois parceiros de longa data — Cesare Ottolini e Sidiki Daff — na construção de uma Aliança Mundial de Habitantes. Inspirando-se na conceção da governança das alianças que a fundação teve a oportunidade de desenvolver noutro contexto, esta rapidamente foi alvo de algum reconhecimento internacional. A presente ação visa apoiar o desenvolvimento desta aliança, em particular financiando, durante os anos 2004-2005, o seu coordenador Cesare Ottolini, funcionário italiano em licença.»

Vinte anos depois, esta aliança manteve o rumo, com, entre outros, uma Carta de

⁴⁴⁶ BIP 667 - outubro de 2000 - O ideal coletivo dos habitantes das cidades do mundo - Cidade do México 2000. Texto resultante das reflexões realizadas no âmbito da primeira assembleia dos habitantes das cidades do mundo. Cidade do México, 2-6 de outubro de 2000.

⁴⁴⁷ BIP 597 - outubro de 2000 - Pensar a cidade do futuro: a palavra dos habitantes - Caderno de propostas. Síntese dos trabalhos da primeira Assembleia Mundial dos Habitantes (Cidade do México, outubro de 2000). Os participantes expõem a sua visão da cidade, da habitação e do seu próprio papel na sua produção e gestão.

⁴⁴⁸ Site da AIH: <https://fre.habitants.org/>

Responsabilidades adotada em 2015⁴⁴⁹, uma campanha internacional contra as expulsões e uma Universidade Popular Urbana que guarda a memória das ações. O modelo de aliança permitiu reunir associações de base de todos os continentes.

3.2 – A Aliança dos Jornalistas

Apoiar o nascimento de uma aliança internacional de jornalistas responsáveis⁴⁵⁰:

«No contexto de globalização que vivemos, o desenvolvimento das ferramentas de comunicação e as suas repercussões no tratamento da informação exigem uma reflexão profunda sobre a responsabilidade e o impacto dos meios de comunicação social. Desde o final da década de 1990 e início da década de 2000, a fundação apoiou, no âmbito da Aliança para um mundo responsável, plural e solidário, iniciativas que visavam constituir «colégios de jornalistas». A receptividade a tais iniciativas deu origem à ideia de uma aliança de jornalistas. Concebida como um espaço virtual e físico de debate no qual jornalistas e pessoas envolvidas no mundo dos meios de comunicação social pudessem trocar e confrontar as suas reflexões, esta aliança visa a implementação de ações comuns, fora de qualquer interesse de promoção ou desenvolvimento de projetos pessoais. Em 2004 e 2005, o apoio da fundação incide no financiamento de quatro animadores continentais (está previsto identificar um quinto) e na organização de encontros, em cada um destes continentes, sobre temas locais prioritários, mas também em articulação entre os diferentes pólos.»

E precisamos em fevereiro de 2005:

«Isis de Palma, no Brasil, e Linda Pollack, nos Estados Unidos, respeitaram perfeitamente os nossos convites para agir junto dos meios jornalísticos das suas regiões. Ambas empreenderam a tradução do texto do apelo para as suas línguas e, acima de tudo, organizaram duas reuniões durante o outono em dois locais diferentes da sua área geográfica.»

Os outros dois coordenadores são Siddartha, na Índia, e Ziad Majed, no Líbano, para o Médio Oriente. Manola Gardez, até então funcionária da fundação, tornou-se coordenadora em 2006, no âmbito da nossa política de expansão. Ela continua a ser a diretora quase vinte anos depois. Embora o âmbito geográfico tenha diminuído ao longo dos anos e os recursos financeiros se tenham restringido à Europa e ao Brasil, a Alliance⁴⁵¹ soube encontrar o seu lugar no panorama intelectual e institucional com dezoito cadernos produzidos ao longo dos anos sobre a prática responsável de uma profissão⁴⁵² que, nos últimos vinte anos, conheceu com a Internet, as redes sociais, o investimento de bilionários em jornais para transformá-los

⁴⁴⁹ A Carta das Responsabilidades dos Habitantes, 2016.

No site da AIH: https://fre.habitants.org/la_voie_urbaine/charte_des_responsabilites_des_habitants

⁴⁵⁰ Ficha orçamental 26 - 2000 - Apoiar o nascimento de uma aliança internacional de jornalistas responsáveis. Apoiar-se nas iniciativas tomadas pela fundação para reunir «colégios de jornalistas» preocupados em refletir sobre a responsabilidade e o impacto dos meios de comunicação social, a fim de contribuir para o lançamento de uma aliança de jornalistas

⁴⁵¹ Site da Aliança Internacional de Jornalistas (AIJ): www.alliance-journalistes.net/

⁴⁵² Coleção Jornalismo responsável. No site da AIJ: www.alliance-journalistes.net/rubrique65.html

em plataformas para suas visões políticas (como Jeff Bezos nos EUA ou Vincent Bolloré na França), e doze cadernos na coleção «pesquisadores e jornalistas».

3.3 – A Aliança dos Juristas

Em 2004, não criámos um «colégio de juristas» propriamente dito, mas sabíamos, por um lado, que o papel do direito seria essencial nas regulamentações mundiais e, por outro lado, que precisaríamos da contribuição dos juristas para que a Carta das Responsabilidades Humanas, como ainda a chamávamos na época, pudesse ter chances de se tornar um dia o «terceiro pilar» das regulamentações internacionais. O orçamento reservado para essa potencial aliança, em 2004 e 2005, é um orçamento exploratório⁴⁵³:

«No contexto atual, que vê uma concepção hegemónica do direito internacional e da governação desenvolver-se e reforçar-se [referência à visão monopolista dos direitos humanos pelo Ocidente e ao discurso das instituições internacionais sobre os «princípios universais da boa governação], a questão do direito é central e a necessidade de apresentar uma alternativa torna-se imperiosa. [...] A questão central é, portanto, questionar a responsabilidade dos juristas face aos desafios éticos das sociedades e das instituições em que atuam.

A fundação reuniu um colégio de juristas, em novembro de 2001, em Santiago do Chile, para debater a Carta das Responsabilidades Humanas e os novos desafios do século XXI. Este encontro reuniu juristas e responsáveis de associações de defesa dos direitos humanos de muitos países. Deu origem a um dossiê com cerca de trinta fichas relatando experiências de luta contra a impunidade e os desafios da governança e do direito. Desde então, a fundação manteve laços com juristas preocupados em refletir sobre as suas responsabilidades face aos desafios éticos, sociais e políticos. Embora a iniciativa de criar uma aliança internacional de juristas ainda não tenha reunido os parceiros com os quais prosseguir o seu trabalho, a fundação espera que a dinâmica iniciada abra em breve oportunidades reais para repensar o direito em relação ao surgimento de uma comunidade mundial. [...] Os animadores deste esboço de colégio de juristas mantiveram o contacto com os participantes europeus. [...] William Bourdon⁴⁵⁴, presidente da Sherpa⁴⁵⁵ com sede em Paris, respondeu ao Apelo à apresentação de iniciativas lançado pela FPH e propõe-se continuar os esforços para construir uma rede internacional de juristas para um mundo responsável e solidário.»

Na prática, esta iniciativa terá uma rica posteridade, mas sob várias formas diferentes. Revelou-se complicado construir uma posição coletiva dos juristas sobre as suas

⁴⁵³ Ficha orçamental 41 - 12 de maio de 2004 - Apoiar uma aliança internacional de juristas; Criar um espaço de debate onde o direito seja entendido como um meio de construir uma sociedade justa e responsável

⁴⁵⁴ William Bourdon, nascido em 1956. Advogado francês da Ordem dos Advogados de Paris, à frente do escritório de advocacia Bourdon & Associés

⁴⁵⁵ Sherpa (<https://asso-sherpa.org>), organização sem fins lucrativos criada em 2001 com o objetivo de proteger e defender as populações vítimas de crimes económicos. A Sherpa reúne juristas e advogados de diversas origens e trabalha com várias organizações da sociedade civil em todo o mundo. A Sherpa foi fundada por William Bourdon, presidente da associação até 2017, que passou o cargo a Franceline Lepany em 2018

responsabilidades, nomeadamente na evolução do direito internacional e mundial, uma vez que são especialistas em responsabilidade... aplicada a outros atores. É por isso que o trabalho com os juristas se subdividiu em três ramos.

O primeiro, representado pela Associação Sherpa, parte da ideia de que as multinacionais estão em posição de força em relação às populações civis, especialmente nos países do Sul. Nestas condições, o papel dos juristas é utilizar todos os recursos do direito para reequilibrar a relação de forças, obrigando assim, apesar das legislações nacionais que não o facilitam, as multinacionais que dão ordens a assumir as suas responsabilidades face às violações dos direitos fundamentais das populações civis provocadas por elas próprias e, mais frequentemente ainda, por filiais ou subcontratantes a milhares de quilómetros da sede social⁴⁵⁶:

«A associação SHERPA foi criada em 2001 com o objetivo de empreender todas as ações tendentes a que a globalização da economia, em todos os seus aspetos, se realize no respeito por uma ética global e, consequentemente, no respeito pelos princípios fundamentais de proteção dos direitos humanos, sejam eles individuais ou coletivos. [...] A associação SHERPA é uma rede internacional de juristas (com sede na Europa, América do Norte, África, Ásia e América Latina) que trabalha em colaboração com organizações de defesa dos direitos humanos e associações de proteção do ambiente. Os seus objetivos são:

- Organizar e promover o acompanhamento, nomeadamente jurídico, das sociedades civis nas suas iniciativas, reclamações e, se for caso disso, queixas contra instituições internacionais [...].
- Promover, quando necessário, e iniciar, em França e no estrangeiro, qualquer ação judicial perante os tribunais nacionais, regionais e internacionais, com o objetivo de identificar e processar as pessoas singulares e coletivas, as instituições e, de um modo mais geral, os agentes económicos responsáveis por violações dos direitos humanos.
- Procurar também meios para obter reparação pelos danos sofridos pelas vítimas dessas violações.
- Realizar atividades de perícia, análise, auditoria e consultoria sobre a globalização sempre que os seus efeitos diretos ou indiretos forem suscetíveis de prejudicar os direitos humanos na sua dimensão mais ampla.
- Propor novas ferramentas jurídicas.»

Esta primeira vertente alinha-se com a corrente do Observatório das Multinacionais⁴⁵⁷, que financia e que considera que o carácter extraterritorial da ação das multinacionais constitui uma fonte importante de negação dos direitos humanos, em particular ambientais e sociais.

A segunda, que foi objeto de workshops liderados pela Fundação das Gerações Futuras e, em particular, pelo seu presidente, François Ost, incidiu sobre a consistência jurídica da Declaração Universal das Responsabilidades Humanas, à qual chegámos no final da primeira

⁴⁵⁶ FDS 21277 - 2 de março de 2004 - Workshop sobre juristas e responsabilidades no âmbito da campanha responsabilidade e nova governança FGF, Bernheim, FPH

⁴⁵⁷ Site do Observatório das Multinacionais: <https://multinationales.org/fr/>

década do século XXI ⁴⁵⁸. Sem dúvida prematuros na época, pois a versão final da Declaração só seria publicada seis anos depois, esses workshops, baseados nos textos da Assembleia Mundial, tiveram o mérito de nos conscientizar do trabalho jurídico que ainda precisava ser feito antes de pensar em apresentar um texto fundador às instâncias internacionais.

A terceira vertente dizia respeito às condições em que uma visão renovada da responsabilidade poderia um dia tornar-se o terceiro pilar da ordem internacional, ao lado da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Carta das Nações Unidas. Para isso, contámos com o apoio de personalidades políticas incontestáveis, como Michel Rocard, e de juristas de renome internacional, como Mireille Delmas Marty e Alain Supiot, ambos professores do Collège de France. Voltaremos a este assunto em pormenor ao descrever os esforços para elaborar e promover a Declaração Universal e destacar as metamorfoses do próprio conceito de responsabilidade necessárias para, um dia, chegar a um direito mundial, no capítulo que trata especificamente da Declaração.

3.4 – A Aliança dos Artistas

A nossa ambição era explorar a viabilidade de uma aliança duradoura de artistas ao serviço de uma cultura de paz, na continuidade do «colégio de artistas» que se constituiu no âmbito da Aliança⁴⁵⁹:

«No seio da Aliança para um mundo responsável, plural e solidário, surgiu em 1999 um colégio de artistas. Até 2001, o seu trabalho centrou-se na elaboração coletiva do Caderno de Propostas «Para o reencantamento do mundo», que reúne mais de cinquenta experiências artísticas e apresenta propostas para que a arte e os artistas desempenhem um papel mais importante na sociedade. Reencantar o mundo é promover uma maneira nova e radical de se posicionar na sociedade, individual e coletivamente. Hamilton Faria e Pedro Garcia, dois poetas brasileiros animadores do colégio de artistas, explorarão, graças às contribuições de outros participantes do colégio, a viabilidade de uma aliança de artistas que atuam pela paz e que vai além do contexto brasileiro.»

Esta perspetiva não teve continuidade.

3.5 – A Aliança dos Académicos

Desenvolver a aliança internacional de universitários para um novo contrato social⁴⁶⁰:

⁴⁵⁸ BIP 2626 - outubro de 2004 - A associação SHERPA e a responsabilidade penal das multinacionais

⁴⁵⁹ Ficha orçamental 39 - 11 de maio de 2004 - Explorar a viabilidade de uma aliança de artistas para uma cultura de paz; para que a arte participe no reencantamento do mundo, ajudando os cidadãos a envolverem-se de forma mais ativa e inovadora nos debates da sociedade

⁴⁶⁰ Ficha orçamental 35 - 2004 - Desenvolver a aliança internacional de académicos para um novo contrato social; Apoio à ORUS, Observatório Internacional das Reformas Universitárias, sob o patrocínio intelectual de Edgar Morin

A Associação para o Pensamento Complexo de Edgar Morin, liderada principalmente por Alfredo Pena Vega, dirigiu, em 2000 e 2001, o «colégio universitário» da Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário. Nessa ocasião, demonstrou uma capacidade real de cumprir prazos num projeto complexo e de se apropriar dos objetivos e métodos. Após a Assembleia Mundial dos Cidadãos (2001) e beneficiando da notoriedade de Edgar Morin na América Latina, o «colégio universitário», com base no Caderno de Propostas que produziu sobre a reforma da universidade, transformou-se numa associação independente denominada ORUS (Observatório Internacional das Reformas Universitárias). A fundação viu na criação da ORUS a possibilidade de levar adiante, coletivamente, o debate sobre o que chamou de «novo contrato social entre a universidade e a sociedade.»

O envolvimento da Fundação na evolução do ensino superior já é antigo e decorre do seu próprio projeto, que consiste em fazer com que os conhecimentos acumulados contribuam melhor para o progresso da humanidade. Michel Falise⁴⁶¹, então vice-presidente da Associação Internacional de Universidades (AIU) e presidente da Federação das Universidades Católicas Europeias, propôs-me, como já referi noutro local, que participasse no colóquio da AIU de 1997 em Banguecoque, em preparação para a Conferência Mundial sobre Ensino Superior organizada pela UNESCO em outubro de 1998. Uma nota de janeiro de 2001 resume todos os contactos que estabelecemos ao longo dos anos⁴⁶²:

«No âmbito da Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário, o papel eminente da formação das futuras elites profissionais e sociais sempre foi reconhecido como uma das nossas prioridades de trabalho. Esta nota dá uma visão geral do diálogo estabelecido com algumas organizações sobre a questão da reforma do ensino superior [...]:

- A Associação Internacional de Universidades (AIU): é uma associação mundial, criada na sequência da criação da UNESCO após a guerra e que tem a sua sede nas instalações da UNESCO. A sua força reside no facto de estar presente em todos os continentes. A sua outra força, que é também a sua fraqueza, reside no facto de reunir reitores ou decanos de universidades e, por conseguinte, ter principalmente em comum a defesa, eventualmente corporativista, dos interesses e privilégios da universidade. Foi com a AIU que foi lançado o primeiro trabalho coletivo da Aliança sobre a Universidade, graças a um aliado, Michel Falise, quando era membro do Conselho da AIU como antigo presidente do Instituto Católico de Lille. Eva Egron Polak, uma aliada, foi particularmente ativa nesta iniciativa quando ainda era funcionária da AIU em Paris. Em particular, em Banguecoque, em 1997, durante uma assembleia mundial da AIU, procurámos definir em conjunto os contornos de uma universidade cidadã, responsável e solidária. Foi também neste contexto que esboçámos a ideia de que um novo contrato social deveria ser elaborado entre a universidade e a sociedade, em vez do contrato implícito ou explícito atual, que se limita a dizer: «o ensino é fundamental e deve ser apoiado pela sociedade; a melhor forma de o apoiar é defender a autonomia universitária» (e, consequentemente, a liberdade de cada faculdade definir o conteúdo do seu próprio ensino). No seio da AIU, parece que esta ideia de contrato social, ou pelo

⁴⁶¹ Michel Falise (1931 – 2012), economista e académico francês. Foi o primeiro reitor leigo da Universidade Católica de Lille e, em 1993, presidente da Federação Europeia das Universidades Católicas

⁴⁶² BIP 743 - janeiro de 2001 - Um conjunto convergente de iniciativas no domínio da reforma do ensino superior. Visão geral do diálogo estabelecido com algumas organizações sobre a questão da reforma do ensino superior

menos a ideia de que, em contrapartida do apoio da sociedade, a universidade deve garantir que responde às suas necessidades, começou a ganhar terreno. O desafio é relançar o diálogo coletivo no seio da AIU para traduzir essas ideias em propostas de reforma. [...]

- A Associação para o Pensamento Complexo (APC). Esta associação, criada por Edgar Morin, nasceu da audiência internacional das suas reflexões sobre a complexidade e a educação. Está presente sobretudo no mundo universitário dos países da Europa Latina e da América Latina. Nos últimos anos, Edgar Morin foi levado a precisar a sua reflexão sobre a educação e os conhecimentos essenciais, tanto a pedido do governo francês como a pedido da UNESCO. Os seus dois últimos livros, «La tête bien faite» e «Les sept savoirs», esboçam as bases de uma profunda reforma do ensino. Dentro da rede da APC, muitos académicos esforçaram-se por traduzir, na sua prática pedagógica, os preceitos de uma abordagem da complexidade. A rede decidiu mobilizar-se em torno de propostas a debater no âmbito da Aliança.»

E, em 1998, Pierre Calame foi convidado a sintetizar os debates da Federação das Universidades Católicas Europeias sobre o tema da universidade cidadã⁴⁶³:

«Examinarei sucessivamente os desafios da cidadania para a Federação das Universidades Católicas Europeias (FUCE), os conteúdos e características de uma universidade cidadã e os próximos passos. A questão é simples: o que quer ser? Que conteúdo dar ao facto de ser membro da Federação? Foram opostas duas definições de cidadania: a cidadania concebida como um direito decorrente da pertença a uma comunidade e a cidadania concebida como um vínculo que contribui para uma comunidade. O que significa ser membro cidadão da FUCE? É uma federação identitária onde o facto de ser universidade, católica e europeia confere automaticamente o «direito de cidadania» ou é uma federação que se define pelos laços entre os seus membros, pela comunidade que esses laços criam e pelo projeto dessa comunidade?»

Depois de sublinhar a ligação entre cidadania, no sentido ativo do termo, e responsabilidade, o texto continua:

«Responsabilidade de quê? Há quatro dimensões nesta questão:

1. Que elite quer formar? Cidadãos abertos ao mundo, humanistas, pessoas atentas aos outros? Ou especialistas fechados nos seus conhecimentos fragmentados, autistas sociais com grandes dificuldades em compreender e representar todos aqueles que não pertencem à sua cultura e ao seu meio?
2. Que desafios as nossas sociedades devem enfrentar? Como os locais de conhecimento e experiência que vocês são podem contribuir para enfrentar esses desafios? Com quem devemos enfrentar esses desafios? Como a universidade pode estabelecer parcerias com outros atores da sociedade?
3. Que relações com o conhecimento queremos construir e difundir? Trata-se de uma relação descendente, dos detentores do conhecimento para a população, ou é um conhecimento que se constrói a partir da experiência de cada um, com as pessoas e,

⁴⁶³ BIP 418 - abril de 1998 - Universidade católica europeia e cidadania; Síntese da conferência de Lovaina, 24/25 de abril de 1998

poderíamos dizer, de baixo para cima?»

É com este pano de fundo que Edgar Morin e Alfredo Pena Vega elaboram o caderno de propostas da Aliança «Universidade, que futuro?»⁴⁶⁴

A Fundação, após a Conferência Mundial sobre Ensino Superior de 1998, que permaneceu fiel ao tema corporativista clássico «dêem-nos os meios financeiros e a liberdade para ensinar e formaremos os quadros de que a sociedade necessita», goza de credibilidade junto da UNESCO, o que lhe permite continuar a sua interpelação, intervindo em janeiro de 2003⁴⁶⁵:

«Neste início do século XXI, o principal problema já não é promover o ensino superior, mas reorientá-lo com base num novo contrato social entre a universidade e a sociedade e definir estratégias de mudança para conduzir essa reorientação. A humanidade enfrenta mudanças decisivas e a universidade, devido ao próprio desafio que representa a formação dos quadros da sociedade de amanhã, tem uma responsabilidade considerável, tanto individual como coletiva, em relação a essas mudanças. No entanto, as instituições universitárias, como todas as grandes instituições públicas, evoluem lentamente e as estratégias de mudança implicam uma forte vontade coletiva e a criação de redes entre todos aqueles que partilham esta ambição de mudança.»

Em seguida, o texto destaca os impasses do quadro de ação prioritária adotado na conclusão da conferência mundial de outubro de 1998:

- «A necessidade de o ensino superior se transformar radicalmente com base numa reforma do pensamento e num contrato social renovado com a sociedade, para enfrentar os desafios urgentes do século XXI;
- A natureza da responsabilidade individual e coletiva dos professores e das instituições de ensino superior. Com exceção de uma vaga alusão, na última página, à «responsabilidade social»;
- O dever de construir redes internacionais de académicos e universidades capazes de conceber e conduzir estratégias de mudança; a questão é reduzida, na declaração, a intercâmbios interuniversitários.»

Estávamos bem cientes do caminho a percorrer para que o mundo académico se comprometesse com este difícil questionamento de uma ideologia tão profundamente enraizada na «primeira modernidade» e da dificuldade para as instâncias coletivas existentes, a começar pela AIU, de o empreender⁴⁶⁶:

« Os animadores da AIU estão conscientes da necessidade de redefinir e promover a

⁴⁶⁴ Universidade: que futuro? Publicado em 2003, por Alfredo Pena-Vega, Edgar Morin
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/universite-quel-avenir/

⁴⁶⁵ BIP 1002 - julho de 2003 - A universidade cidadã, responsável e solidária: um novo contrato com a sociedade e uma estratégia de mudança em rede. Conferência de abertura da 8ª consulta coletiva UNESCO/ONG sobre o ensino superior

⁴⁶⁶ BIP 668 - abril de 2002 - Quais as perspectivas de cooperação entre a AIU, a APC e a Aliança sobre a reforma da Universidade. Memorando - Hans Van Ginkel (Presidente da AIU), Eva Egron Polak (Secretária-geral da AIU), Alfredo Pena Vega, Pierre Calame

responsabilidade das universidades perante a sociedade, de reformar a educação. Mas a AIU, à imagem das próprias universidades, é muito heterogênea. Para que haja mudança, ela deve vir de dentro das universidades, a partir do nível local e das preocupações dos próprios professores. Ora, essas preocupações são bastante especializadas e não dizem respeito à reforma do pensamento. Este diálogo ilustra de forma exemplar os desafios da mudança dos diferentes atores sociais: dificuldade em impô-la de fora, dificuldade em fazê-la surgir de dentro.»

Compreendemos, portanto, que era necessário contar com um forte impulso político para lançar tal processo. Em 2003, acreditamos tê-lo encontrado no Ministro da Educação do Brasil, Cristovam Buarque⁴⁶⁷. As circunstâncias são favoráveis. Cristovam Buarque, na época membro do Partido dos Trabalhadores (PT) do presidente Lula, eleito em janeiro de 2003, com toda a aura que se atribuíra na época a esse primeiro presidente de esquerda, é ex-reitor da Universidade de Brasília e, portanto, tem dupla legitimidade universitária e política. O primeiro mandato de Lula foi muito marcado pela vontade de grandes reformas levadas a cabo coletivamente. Teremos oportunidade de voltar a este assunto. Era, portanto, um contexto promissor. Tanto mais que Edgar Morin gozava de um prestígio particular na América Latina, sendo o seu nome capaz de abrir todas as portas. Concordamos, então, em organizar com Cristovam Buarque uma conferência internacional em Brasília sobre o futuro da universidade. Na verdade, esse foi o ponto alto desse esforço coletivo. Eu preparei o terreno durante a sessão plenária de abertura da conferência⁴⁶⁸:

«A universidade faz parte das causas da crise do mundo atual, tanto quanto das soluções. Daí a necessidade de uma mudança radical e de um novo contrato entre a universidade e a sociedade [...] e a necessidade de conceber, para isso, uma estratégia de mudança em rede. [...] Além dos mecanismos de dominação econômica que todos nós conhecemos, a crise do mundo contemporâneo tem fundamentos conceptuais, ideológicos e institucionais. Trata-se, na verdade, de uma crise de relações: entre os homens, entre as sociedades, entre a humanidade e a biosfera. Crise entre os homens, como o exemplo da exclusão social, entre as sociedades, com a extraordinária dificuldade de gerir as nossas interdependências no âmbito das regulamentações políticas atuais, e, finalmente, uma crise das relações entre a humanidade e a biosfera, pois a sociedade consome recursos muito mais rapidamente do que estes se reproduzem e, como bem se compreende, isso não poderá continuar indefinidamente... Esta dificuldade em estabelecer relações encontra-se em todos os domínios, como se o modelo cartesiano, decompor para compreender, tivesse degenerado numa esquizofrenia e numa compartimentação generalizadas. No campo da produção industrial, é a justaposição de setores; na universidade, é a compartimentação do conhecimento; na ação pública, é a justaposição de políticas setoriais [...]. O contrato social atual está ultrapassado. Para a ciência e para a universidade, existia, no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, uma forma de contrato social. Para a ciência, este contrato nasceu da reconversão do formidável esforço de mobilização de cérebros que a guerra exigiu. Para a universidade, o contrato social implícito tinha duas dimensões: a construção e a difusão

⁴⁶⁷ Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque, nascido em 1944, é engenheiro, economista, professor e reitor da Universidade de Brasília. Personalidade política no Brasil como membro do Partido Democrático Trabalhista, senador e ministro da Educação Nacional do Brasil

⁴⁶⁸ BIP 2311 - novembro de 2003 - A Universidade do século XXI será cidadã, responsável e solidária... ou não será. A reforma da universidade deverá basear-se num novo contrato com a sociedade. A sua construção exige uma estratégia de mudança em rede. Discurso de Pierre Calame na conferência internacional «Universidade 21» de Brasília

do conhecimento especializado; as franquias universitárias. Mas este contrato histórico está a falhar em todos os aspetos. Em primeiro lugar, porque a natureza das saídas da universidade mudou: cada vez menos é a reprodução da própria universidade ou a supervisão da sociedade pelo Estado e, cada vez mais, a formação de gestores de conhecimentos e competências nas empresas. Daí:

- a perda do monopólio na transmissão do conhecimento e o peso crescente da empresa, com a deriva do conhecimento para uma mercadoria;
- o desaparecimento da universidade em benefício de sistemas que respondem diretamente às necessidades de curto prazo da economia. Em segundo lugar, porque o ceticismo da sociedade em relação a esse modo de produção e reprodução do conhecimento está a aumentar. Em suma, a sociedade confia cada vez menos na universidade: o carácter ultrapassado do contrato retira progressivamente o apoio social da sociedade à universidade;
- em terceiro lugar, porque a universidade, tal como o Estado, já não detém o monopólio da especialização. Vemos isso com a ascensão do que chamo de especialização cidadã em rede.

Tudo isto significa, claramente, que se os académicos se recusassem a descer do seu pedestal, acabariam por ser simplesmente derrubados como uma vulgar estátua de um líder deposto. Por último, porque, na sociedade da informação, a partilha de conhecimentos não se coaduna com as barreiras visíveis ou invisíveis das instituições. [...] O novo contrato social baseia-se na Carta das Responsabilidades Humanas. »

Com tal lançamento, pensávamos ter lançado as bases para essa rede internacional de universitários trabalhando juntos na renovação do contrato social e, foi com base nisso que elaboramos o orçamento para 2004-2005. Infelizmente, na sequência de um conflito com o presidente Lula, Cristovam Buarque demitiu-se no início de 2004 e nunca mais voltámos a encontrar uma oportunidade semelhante.

A ORUS procurou outros pontos de apoio, nomeadamente na Venezuela de Hugo Chávez, mas isso significava encerrar o processo na lógica do «bolivarismo», que encarnava antes a subordinação das universidades ao poder político. Em 2008, com um novo presidente da ORUS, Marco Antonio Dias, representante da Universidade das Nações Unidas junto à UNESCO, evocamos um novo começo. Juliette Decoster, em nome da fundação⁴⁶⁹:

«O conselho da fundação manifestou dúvidas quanto à continuação do financiamento da ORUS. Este foi, ainda assim, validado, mas o conselho tem a sensação de uma estagnação, ou mesmo de um abrandamento por parte da ORUS. Nas nossas reuniões anteriores (há mais de um ano), eu já tinha insistido na necessidade de valorizar melhor os avanços da ORUS e de apresentar melhor a estratégia da ORUS em relação aos desafios (orientações, estratégia, modos de ação, organização e gestão da associação em função da estratégia escolhida).»

A ORUS reúne bons intelectuais, mas já não tem verdadeiro poder de convocação e tem dificuldade em tornar-se efetivamente um «observatório das reformas universitárias»,

⁴⁶⁹ FDS 24096 - abril de 2008 - Entrevista com Alfredo Pena-Vega, ORUS. Recomeçar com novas bases

reunindo fichas de casos. O processo vai esmorecer. Outro representante da fundação, Nicolas Krauz, volta a referir em 2011, a propósito de um colóquio em Dijon⁴⁷⁰:

«O fórum prevalece sobre a cozinha: o foco é colocado no fórum sobre o discurso teórico (muitas vezes conceptual, holístico e frequentemente catastrofista – heurística do medo) e muito pouco sobre as experiências no terreno e os processos dos atores (daí o desfasamento com as poucas experiências locais concretas e positivas).»

Afastámo-nos progressivamente da própria ideia de aliança entre académicos e a Fundação decidiu, conseqüentemente, suspender as suas subvenções.

A questão do contrato social entre a universidade e a sociedade ressurgirá alguns anos mais tarde no âmbito das traduções concretas da Declaração Universal das Responsabilidades Humanas e voltaremos a falar sobre isso neste contexto.

3.6 – A Aliança dos Jovens: «vamos cuidar do planeta»

No âmbito da Aliança, desenvolveu-se um «colégio de jovens», frequentemente composto por jovens universitários de vários continentes⁴⁷¹:

«O colégio de jovens deu um passo muito importante em 1998. Após vários anos de trabalho, este colégio organizou o seu primeiro encontro internacional. Este teve lugar na Índia. Esta rede de jovens participou ativamente na Conferência Mundial da UNESCO sobre o ensino superior, em setembro de 1998. Os pontos de apoio do Chantier Jeunes começaram o seu trabalho em todos os continentes (Brasil, Canadá, Quênia, Tailândia, Índia, França, Bélgica, Austrália, Estados Unidos). Estão prontos para participar ativamente nas atividades da Assembleia dos Cidadãos da Terra, entre 1999 e 2001.»

Não se institucionalizou após a Assembleia Mundial, mas as ligações entre os seus membros permaneceram, na sua maioria, vivas. É sob outro ângulo, o dos jovens estudantes do ensino secundário, que a dinâmica irá renascer no início dos anos 2000. Embora colocada sob o signo da responsabilidade, como no caso do ensino superior, a dinâmica foi tal que tem aqui o seu lugar.

No início, uma conferência nacional brasileira em 2003⁴⁷². Ela se insere na política impulsionada pelo presidente Lula:

«Após a eleição de Lula, que se comprometeu a fazer política de outra forma e a consultar a população, foram lançadas duas grandes conferências nacionais: uma sobre as cidades e outra

⁴⁷⁰ FDS 25769 - junho de 2011 - Participação na Universidade de Dijon (Rio 20 depois) organizada por Edgar Morin e o IIRPC

⁴⁷¹ FDS Q&R 9771 - janeiro de 1999 - A Aliança e os jovens

⁴⁷² FDS 21438 - abril de 2004 - Alcance e limites da Conferência Nacional Brasileira sobre o Meio Ambiente. A CNB sobre o meio ambiente mobilizou 3,5 milhões de pessoas. Mas o que fazer com os resultados dessa gigantesca consulta? A FPH propõe uma abordagem de acompanhamento para passar das recomendações a uma estratégia

sobre o ambiente, intitulada «Vamos cuidar do Brasil », cuja coordenação ficou a cargo de uma aliada, amiga e parceira de Isis de Palma na Imaginem, Rachel Trajber. Esta segunda conferência foi realizada em seis meses e mobilizou 3,5 milhões de pessoas! Duas conferências paralelas, uma para adultos e outra para jovens das escolas (cuja coordenação foi confiada a uma ex-aluna do colégio da Aliança, Soraia Mello). Uma abordagem em duas etapas: a nível de cada um dos 27 estados e, em seguida, a nível federal. Um quadro de debates «setoriais»: infraestruturas, agricultura, biodiversidade, etc. Um procedimento inspirado na democracia formal: eleição dos delegados; votação das recomendações propostas. O resultado, no final da conferência nacional final realizada em novembro de 2003, foi um caderno com várias centenas de propostas de diversa natureza.»

Mas isso foi apenas uma primeira tentativa. Em 2005-2006, foi realizada a segunda conferência de jovens sobre o meio ambiente⁴⁷³. E foi um grande sucesso. Ela foi organizada conjuntamente pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad, um aliado da Aliança, e pela Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, um ícone do Brasil da época por ser viúva do grande ativista Chico Mendes, assassinado por lutar contra o desmatamento na Amazônia. E é Rachel Trajber, porta-voz das reflexões da Aliança sobre responsabilidade, a principal organizadora:

«Em 2005-2006, em conexão com a divulgação da Carta das Responsabilidades Humanas, os ministérios da Educação e do Meio Ambiente do Brasil organizaram um amplo processo de reflexão de jovens de 11 a 15 anos sobre suas responsabilidades futuras para com o Brasil e o mundo. O processo mobilizou 12.000 escolas e 4 milhões de crianças. Na primavera de 2006, 600 crianças delegadas, de todos os cantos do Brasil, reuniram-se em Brasília para compartilhar as reflexões e chegar ao texto «Vamos cuidar do Brasil», que é uma verdadeira carta de responsabilidades dos jovens. Rachel Trajber, do comité internacional da Carta, foi uma das principais impulsionadoras do processo. Este só foi possível graças ao extremo rigor metodológico demonstrado pela equipa de animação do início ao fim.»

Temos, em francês, um relato detalhado desse processo, provavelmente único na história, pelo seu objetivo – jovens refletindo sobre as suas próprias responsabilidades –, pela sua amplitude, é claro, e pela sua metodologia, que reserva um grande espaço para alunos um pouco mais velhos orientando os mais novos, os «facilitadores». O processo foi concluído em Brasília, onde uma delegação de jovens foi apresentar ao presidente Lula as conclusões e os compromissos a que chegaram: Vamos cuidar do Brasil! Edith Sizoo, coordenadora da Carta das Responsabilidades Humanas da Aliança, esteve presente neste momento histórico⁴⁷⁴:

«No âmbito da divulgação internacional da Carta das Responsabilidades Humanas, o Brasil acaba de viver um evento de alcance histórico. Vários milhões de jovens de 12 a 15 anos, de 12 000 escolas, participaram na elaboração da Carta das Responsabilidades dos Jovens em relação ao Brasil e ao mundo. Como não sonhar em estender a iniciativa a nível mundial?»

Ao relatar à fundação o que viu em Brasília, Edith Sizoo desculpa-se: «*No entusiasmo,*

⁴⁷³ BIP 3249 - junho de 2006 - Vamos cuidar do Brasil - segunda conferência nacional de crianças e adolescentes pelo meio ambiente; Viver a diversidade na escola. Ministério da Educação do Brasil

⁴⁷⁴ BIP 3079 - junho de 2006 - Let's take care of Brasil - Cuidemos do Brasil. Conferência nacional de adolescentes sobre responsabilidade pelo meio ambiente. Uma conquista educacional e social única. Uma conferência exemplar que mobilizou todo o Brasil e milhões de crianças em torno de sua responsabilidade pelo Brasil e pelo mundo de amanhã

perguntei aos jovens: por que não convidam os vossos colegas de todo o mundo?». Aplausos estrondosos. «O que eu fiz?» Ela fez... o que tinha que fazer. Temos aqui o início inesperado de um diálogo entre crianças e jovens de todo o mundo sobre as suas responsabilidades: vamos cuidar do planeta! O movimento está lançado. Podemos contar com o apoio do governo brasileiro da época e de Rachel Trajber para apoiar os nossos esforços. «Foi sugerida a ideia de reproduzir um processo equivalente em outros grandes países ou continentes para chegar, por volta de 2010, a uma assembleia mundial de jovens e a uma carta mundial da juventude. Daí a importância de fazer com que todos os interessados se beneficiem do conjunto de reflexões metodológicas conduzidas pela equipa brasileira». O horizonte de 2010, suficientemente próximo para criar dinamismo e suficientemente distante para permitir a organização das coisas, é ideal.

O ano de 2008, a meio do caminho, é um momento crucial para fazer um balanço com a equipa de preparação do encontro mundial, no Brasil e em França⁴⁷⁵. Como sempre, a fundação esforça-se por ligar as iniciativas da sociedade civil às iniciativas oficiais:

«O lançamento oficial da conferência pelo governo brasileiro está previsto para muito em breve (dentro de um mês). Duas vias possíveis: assinatura dos três ministérios (Educação, Meio Ambiente, Relações Exteriores) ou, se possível, diretamente pelo presidente Lula (maior impacto a nível internacional). Duas modalidades possíveis: por meio de um encontro oficial ou por envio a cada embaixador dos outros países. O Ministério da Educação brasileiro apoia muito este programa. A data oficial do encontro internacional seria, idealmente, dois anos após o seu lançamento oficial. Mas, por enquanto, a data escolhida para este encontro é de 5 a 10 de junho de 2010, no Brasil. A escolha desta data é estratégica (5 de junho: Dia da Terra, além disso, o mandato de Lula termina no final de 2010 e uma lei o impede de tomar qualquer iniciativa seis meses antes da data das eleições...). Os encontros nacionais serão realizados, para o Brasil, em abril de 2009 (3º encontro nacional após os de 2003 e 2005), e nos outros países, entre maio de 2009 e abril de 2010 (o encontro brasileiro servirá de exemplo e, para isso, receberá observadores internacionais). Quais países participarão do projeto? Teoricamente, todos aqueles que manifestarem o desejo e reunirem as condições necessárias para o fazer. Metodologia pedagógica: uma nova versão do documento Paso a Paso (passo a passo), (já utilizado em conferências nacionais anteriores – documento metodológico para implementar atividades nas escolas e a nível nacional) foi lançada e será distribuída a todas as escolas participantes no Brasil, juntamente com um conjunto de documentos metodológicos e pedagógicos (guias sobre os principais temas ambientais, um guia «Mudar e agir nas escolas e comunidades», um volume para professores com explicações e sugestões de atividades, guia para o pós-conferência, etc.). Esses documentos também serão enviados aos países participantes, que poderão adaptá-los ao seu contexto. Os países participantes formarão um Comitê Organizador Nacional (CON) por meio dos ministérios ou da sociedade civil. As escolas envolvidas são escolas de ensino fundamental II, para crianças de 11 a 14 anos. O encontro será realizado em estreita colaboração com a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável da ONU. O Comitê Francês para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável da ONU organiza, de 27 a 29 de outubro de 2008, em Bordéus, uma Conferência Internacional sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável, com 60 países e 800 pessoas. Esta seria uma oportunidade para apresentar o programa da Conferência Internacional da Juventude para o Meio Ambiente. Rede

⁴⁷⁵ FDS 24279 - julho de 2008 - Preparação da Conferência Internacional de Crianças e Adolescentes pelo Meio Ambiente

da Carta das Responsabilidades Humanas: Cada membro da Carta explorou o terreno em seu país para participar do encontro. Sabemos que o projeto é viável em vários países, com apoio governamental e/ou associativo, dependendo do país. O interesse da rede da Carta das Responsabilidades Humanas é que ela é bastante equilibrada geograficamente em termos de representatividade, com parceiros em todos os continentes.»

Este momento decisivo é muito revelador da forma de mobilizar o capital social construído no âmbito da Aliança para combinar iniciativas governamentais, como o convite oficial lançado pelo governo brasileiro, e iniciativas da sociedade civil, como a mobilização da rede da Carta para encontrar meios de incentivar diferentes países a acolherem a iniciativa brasileira.

Nesse mesmo mês de julho de 2008, Rachel Trajber procura distinguir as circunstâncias excepcionais, relacionadas com os primeiros anos da presidência de Lula, que permitiram que esta aventura acontecesse, das condições mais duradouras para o sucesso d⁴⁷⁶:

«A chave do sucesso no Brasil, desde 1992, foi a parceria entre os Ministérios da Educação e do Meio Ambiente e a «lealdade mútua» do núcleo fundador. Mas é preciso distinguir as condições excepcionais que permitiram a invenção do processo das condições mais comuns que permitiriam produzi-lo.

Primeiro princípio: os jovens escolhem os jovens – eleição dos delegados.

Segundo princípio: os jovens formam os jovens.

Terceiro princípio: as diferentes gerações educam-se mutuamente.

A supervisão e a animação das oficinas em Brasília [durante a conferência de 2006] foram realizadas por jovens de 17 a 29 anos que elaboraram a sua própria Carta de Responsabilidades. Mas eles perceberam que «a Carta das Crianças era melhor do que a deles»! Pois as crianças, para cada compromisso, perguntaram-se sempre «somos capazes de fazer isto?». Em Brasília, as crianças trabalharam até às três da manhã, recusando-se a ir dormir enquanto não terminassem, recusando-se a aceitar um conceito se não fossem capazes de o assumir. A ideia de «somos responsáveis pelo que podemos fazer» é plenamente partilhada pelas crianças. Elas recusam o «eles devem» que normalmente povoa este tipo de processo.»

Esses diferentes princípios se revelarão particularmente poderosos durante a Conferência Mundial de 2010. Essa conferência mundial é realizada em Brasília em junho de 2010. É um sucesso total⁴⁷⁷. Relatório elaborado pelos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente do Brasil:

«O processo preparatório foi acompanhado por 55 países, envolvendo, de acordo com a minha metodologia brasileira, o trabalho prévio em estabelecimentos escolares nos quais as crianças elegeram os seus delegados para a conferência. 47 países participaram efetivamente na conferência. Durante cinco dias, ela reuniu 658 participantes, dos quais 333 jovens de 12 a 15

⁴⁷⁶ FDS 23071 - julho de 2008 - Cenário de uma Assembleia Mundial dos Jovens pela sua responsabilidade, pela vida e pelo planeta

⁴⁷⁷ BIP 4228 - janeiro de 2011 - Compilação dos documentos de apresentação e balanço da conferência internacional das crianças em junho de 2010 no Brasil; uma conferência internacional «cuidemos do planeta» e suas repercussões nacionais e europeias

anos envolvidos em um debate sobre os desafios globais da sustentabilidade. Cada país também delegou um «facilitador» entre 20 e 25 anos. [...] A mobilização internacional começou com o convite conjunto dos dois ministérios brasileiros e de seus colegas de todo o mundo, convidados a acompanhar como observadores a terceira conferência brasileira de jovens em abril de 2009. O governo brasileiro financiou, juntamente com a FPH, a equipa organizadora. A partir da primavera de 2009, 62 países iniciaram um processo inspirado no processo brasileiro com uma abordagem de baixo para cima, partindo das instituições escolares para chegar ao nível nacional, resultando na elaboração de uma Carta Nacional de Responsabilidades: «vamos cuidar do nosso país» [...]. A Conferência inscreveu-se ainda na década da UNESCO sobre a educação para o desenvolvimento sustentável, ilustrando a força da cooperação entre instituições internacionais, governos nacionais, sociedade civil e as próprias escolas. Permitiu que jovens de todo o mundo assumissem as suas próprias responsabilidades face aos desafios globais da sustentabilidade.»

Foi na Índia que o processo preparatório foi mais coletivo, envolvendo mais de onze milhões de jovens. Todos os participantes do encontro mundial ficaram impressionados com a mistura de seriedade e entusiasmo coletivo que, ao longo do encontro, emanou desses jovens delegados, com workshops, cantos e danças sucedendo-se sem interrupção. O resultado dos trabalhos foi apresentado solenemente em Brasília, ao Presidente da Assembleia Nacional, durante uma emocionante cerimónia de encerramento no Museu Nacional da República.

A fundação, que foi a principal organizadora desta conferência com o governo brasileiro, acompanhou em particular o processo na Europa, que envolveu sete países, incluindo a França. Os trabalhos preparatórios culminaram, durante a Conferência de Brasília, num Manifesto Europeu intitulado «Vamos cuidar do planeta». A associação Monde pluriel de Grenoble, liderada por Delphine Astier, assegurou a coordenação europeia. Em julho de 2010, informei Herman von Rompuy, presidente do Conselho Europeu, sobre a realização e os resultados da Conferência⁴⁷⁸:

«Depois de lhe ter entregue um dossiê sobre a Conferência de Brasília e uma cópia da Carta das responsabilidades dos jovens, «Vamos cuidar do planeta», ele manifestou o seu interesse por esta iniciativa e deu o seu acordo de princípio para receber uma delegação de jovens europeus, o que, por si só, era algo inesperado [o presidente do Conselho Europeu é a personalidade política mais importante da UE]. [...] Ser recebido por ele é um privilégio bastante excepcional, que confere subitamente grande credibilidade a quem consegue uma entrevista. O seu acordo de princípio ajudou-nos depois a despertar o interesse de outras instituições. Assim, marcámos a visita a Bruxelas de acordo com a data que Herman Van Rompuy nos propôs. Foi a 24 de novembro. [...] Uma palavra sobre a delegação. Do lado dos jovens, era composta por um alemão, uma italiana, uma espanhola, um grego e um francês, aos quais se juntaram dois facilitadores, um alemão e outro espanhol. [...] Na noite de 23 de novembro, houve o ensaio geral. Passemos agora às quatro reuniões que se sucederam no dia 24, com a Comissão Europeia, o vice-presidente do GIEC (IPCC), o presidente do Conselho Europeu e, por fim, o secretário-geral do Comité das Regiões. O objetivo, em todos os casos, era mostrar o que estava em jogo na Conferência, o lugar que a União Europeia ocupava nela e evocar as possíveis consequências. Devido às discussões de Brasília e à perspetiva do 20.^o aniversário da Cimeira da Terra no Rio em maio de 2012 (conferência internacional denominada Rio+20), focámo-nos na ideia de

⁴⁷⁸ BIP 4205 - novembro de 2010 - Um eco inesperado na Conferência Internacional das Crianças e dos Jovens nas instituições europeias

realizar uma conferência europeia de jovens antes da Rio+20 na primavera de 2012, com o objetivo, entre outros objetivos pedagógicos, de preparar a contribuição dos jovens europeus para esta conferência internacional [...]. A terceira entrevista, com Herman Van Rompuy, foi, naturalmente, o ponto alto do dia. Não só nos recebeu, como nos recebeu durante quase uma hora, mais do que o previsto antes do início da crise irlandesa. A duração da entrevista é, em si mesma, um ato político cuja importância não deve ser subestimada. Na introdução da entrevista, situámos a Conferência Internacional da Juventude em duas perspetivas conjuntas: a necessidade de adotar, à escala internacional, uma ética global centrada na responsabilidade dos diferentes tipos de atores; a necessidade, face às interdependências que se tornaram globais, de construir a consciência viva dos habitantes deste planeta de que formam uma comunidade de destino. Foi precisamente a estas duas prioridades que os jovens responderam com entusiasmo: mostrando que, embora supostamente «sem poder», estavam determinados a assumir a sua própria responsabilidade e, ao viverem em Brasília um evento do qual todos deram testemunho, e que lhes permitiu ultrapassar as fronteiras para se sentirem «cidadãos do mundo». Herman Van Rompuy mostrou-se atento e amigável. Em particular, confirmou a sua adesão a estas duas prioridades: a adoção de uma ética global e a construção de uma comunidade mundial. Isto permitir-nos-á retomar o contacto com os seus serviços para examinar a possibilidade de inscrever o encontro europeu de crianças e jovens na agenda oficial da União Europeia na primavera de 2012. A última reunião do dia teve lugar no Comité das Regiões Europeias. Fomos magnificamente recebidos pelo secretário-geral do Comité, Gerhard Stahl, e por um dos seus colaboradores, Boris Essender. Com eles, e tendo em conta o grande interesse que manifestaram pela nossa iniciativa, explorámos outra via, complementar à anterior, para conceber e organizar a conferência europeia da juventude. Desta vez, trataria-se de inscrever esta conferência na agenda das regiões e coletividades territoriais europeias que o Comité representa.»

Tal como no caso do Fórum China Europa, o apoio do Comité das Regiões Europeias revelou-se decisivo para o sucesso do principal resultado das nossas conversações em Bruxelas, a organização por Delphine Astier, da Monde Pluriel, de uma Conferência da Juventude Europeia antes da conferência mundial RIO+20, vigésimo aniversário da Cimeira da Terra. No final da conferência, várias personalidades tomaram a palavra para saudar o trabalho realizado durante três dias em Bruxelas por oitenta jovens, delegados dos seus colegas de 14 países da UE. Michel Lebrun, em nome do Comité das Regiões⁴⁷⁹:

«Estou entusiasmado com o que acabei de viver convosco. 400 escolas, 14 países, que produções, que apelo ao mundo político! Saúdo verdadeiramente o vosso trabalho. A carta aberta que nos enviaram na conclusão não é apenas teórica, mas concretiza algumas ações que pretendem levar a cabo. Vocês vão ao cerne do que é preciso mudar no mundo. [...] Estarei na cimeira Rio+20 para transmitir a vossa mensagem, que é concreta e desafiante para o mundo político e os grandes decisores.»

Connie Hedegaard, Comissária Europeia para a Ação Climática:

«Esta é a mais bela carta aberta que já recebi. É incrível que, em um único workshop, vocês tenham chegado a esta dupla questão: se não formos nós, quem será? Se não for agora, quando será? É essencial que cada um assuma as suas responsabilidades. Pois, até agora, não soubemos

⁴⁷⁹ FDS 26228 – maio de 2012 - Conferência europeia «Cuidemos do planeta» de 14 a 16 de maio em Bruxelas. Como 80 jovens produzem em 3 dias resultados e compromissos que permanecem, uma conferência bem-sucedida com potencial para o futuro

cuidar do planeta. Temos apenas um, precisamos de dois e, em breve, de três, se continuarmos a consumir como estamos a fazer.»

É difícil, para quem não esteve presente, imaginar a energia que emanava do trabalho destes oitenta jovens delegados, que dispunham da solene sala de conferências do Comité das Regiões no edifício Jacques Delors, em Bruxelas, e dos meios de tradução do Comité para trabalhar em quatro línguas. Aqui estão alguns excertos da sua carta aberta:

«Nós, jovens da Europa, reunimo-nos em Bruxelas nos dias 14, 15 e 16 de maio e trabalhamos com zelo e entusiasmo para encontrar soluções para os problemas ambientais que nos preocupam profundamente.

Precisamos ser ouvidos e precisamos que vocês, tomadores de decisão, cooperem conosco para que possamos mudar a atitude da sociedade em relação à Mãe Terra. [...] Chegamos a um acordo sobre as seguintes responsabilidades e compromissos.

Sentimo-nos responsáveis por sensibilizar a população para a redução do uso de energias poluentes e esgotáveis e pela sua substituição por energias renováveis. Para tal, comprometemo-nos a:

Criar workshops informativos, organizar visitas e eventos pontuais, criar vídeos, etc.

Incentivar os decisores a terem em conta as energias renováveis. [...] comprometemo-nos a:

1. Implementar cursos específicos e projetos escolares sobre biodiversidade e recursos naturais;
2. Organizar viagens, encontros e solicitar o apoio de ONGs;
3. Não nos esqueceremos de usar as redes sociais para informar sobre as boas práticas.

Jovens da Alemanha, Dinamarca, França, Grécia, Geórgia, Lituânia, Malta, Polónia, Roménia, Rússia, República Checa, Suécia e Turquia.»

Em seguida, os jovens apelam às autoridades: «*Assumimos os nossos compromissos, solicitamos o vosso apoio e a vossa participação*». Segue-se uma série de apelos: diretores de estabelecimentos de ensino, jornalistas, dirigentes empresariais, presidentes de câmara, instituições internacionais. E a carta aberta conclui: «*Onde há vontade, há um caminho (when there is the will there is the way)*».

A associação Monde pluriel fez um relato detalhado de toda a aventura⁴⁸⁰, incluindo as consequências imediatas em cada um dos catorze países:

«Após a Conferência Europeia, de regresso de Bruxelas, a maioria dos países participantes organizou eventos para transmitir os resultados da conferência, entregar a Carta Aberta ou falar sobre a sua experiência nas salas de aula, nas escolas, junto dos pais ou mesmo junto dos representantes locais eleitos. Muitos também enviaram a Carta Aberta aos jornais locais.»

⁴⁸⁰ BIP 4558 - junho de 2012 - documentos relativos à conferência europeia Cuidemos do planeta em maio de 2012 em Bruxelas: convite, programa, materiais pedagógicos, documentação da conferência europeia e fase de preparação

O relatório também inclui vários testemunhos dos jovens. Todos eles, tal como este, dão testemunho do que foi o evento:

«A Conferência Europeia da Juventude 2012 foi um dos maiores eventos em que participei na minha vida. A minha colega de turma e eu tivemos a oportunidade não só de representar o nosso país de origem, mas também de conhecer jovens de toda a Europa, aprender sobre as suas culturas, os seus hábitos, a sua língua e fazer amigos. Estou muito feliz por termos cumprido o nosso objetivo, cooperando e refletindo todos juntos.»

O impacto do evento foi tão forte que os organizadores, a começar pelo Comité das Regiões Europeias, decidiram repetir o processo em 2015, desta vez com vista à COP21, que se realizou em Paris em dezembro de 2015⁴⁸¹. A conferência europeia da juventude voltou a realizar-se no Comité das Regiões em maio de 2015, com o mesmo entusiasmo da anterior, com seguimentos previstos em cada país e três outros países europeus a aderirem ao processo.

Esta dinâmica internacional dos jovens, em particular as conferências europeias, teve um impacto inesperado: a Ministra da Educação francesa, Najat Vallaud Belkacem, conseguiu que, pela primeira vez, a questão global da educação fosse objeto de uma sessão oficial durante a COP21 de Paris. E os jovens que participaram na segunda conferência de Bruxelas encerraram esta sessão da COP, pedindo

«Uma escola mais enraizada no seu ambiente e nos problemas do mundo, uma escola que nos abra a mente em vez de nos ocupar, uma escola que, no que diz respeito ao clima, não se limite a descrever-nos as alterações climáticas, mas nos faça refletir sobre as soluções, uma escola que desenvolva um interesse real pelo outro, seja ele aqui ou do outro lado do mundo, que desenvolva um sentimento real de pertença ao mundo, queremos estar preparados para o mundo real, divulgar a ideia de corresponsabilidade, uma escola onde os projetos interdisciplinares sejam a norma e permitam a aplicação concreta dos nossos conhecimentos.»

Em suma, um verdadeiro programa de reforma da educação traçado por estes jovens europeus e que termina com a fórmula agora consagrada e que será o símbolo duradouro desta dinâmica internacional: *«Se não formos nós, quem será? Se não for agora, quando será? Se não for com vocês, com quem será?»*

3.7 – A iniciativa internacional sobre a responsabilidade dos quadros

Promover e implementar uma iniciativa internacional para a responsabilidade dos quadros. A Carta das Responsabilidades Humanas sublinha que a responsabilidade pessoal e coletiva de cada um é proporcional ao conhecimento que possui e ao poder que exerce⁴⁸²:

⁴⁸¹ FDS 27773 - maio de 2015 - 2.ª conferência europeia Cuidemos do planeta, de 19 a 23 de maio de 2015 em Bruxelas, 80 jovens delegados de 14 países produzem materiais de comunicação e um apelo à corresponsabilidade - uma rede de professores toma forma - colaborações com as instituições europeias (Comité das Regiões e Comité Económico e Social) para a COP21 em Paris

«Numa sociedade e numa economia em que a mobilização do conhecimento se tornou o principal fator de produção, os quadros das empresas ou instituições públicas têm, portanto, uma responsabilidade social considerável. Muitos deles estão presos em contradições entre o desejo de exercer essa responsabilidade e o desconforto que isso lhes causa ou as exigências do contrato de trabalho. Mas a formação dos quadros, nomeadamente técnicos, prepara-os mal para enfrentar essas contradições e os dilemas éticos decorrentes do exercício da sua profissão. Além disso, raramente encontram espaços onde possam partilhar as suas interrogações.

Unidos por esse mesmo diagnóstico, um grupo de sete primeiros signatários franceses (o ramo executivo da CFDT e da CGT, o Centro de Jovens Executivos (CJD), o Centro de Jovens Executivos da Economia Social (CJDES), Ingénieurs Sans Frontières (ISF), a École de Paris de Management e a FPH) elaboraram em 2003 um manifesto comum sobre a responsabilidade dos quadros.

Rapidamente, eles perceberam que esse manifesto teve uma boa repercussão, tanto na França quanto no exterior, porque respondia a uma preocupação geral. Essa repercussão se refletiu nos sindicatos, nos centros de formação, nas empresas e nos meios de comunicação. Por isso, eles procuraram uma maneira de dar continuidade a esse manifesto. Inspirando-se no conceito de aliança cidadã desenvolvido pela fundação, eles lançaram, no final de 2004, uma iniciativa internacional para a responsabilidade dos quadros (IResCa). Muitos signatários institucionais do manifesto aderiram ao processo (por exemplo, o Comité Mundial de Quadros da Federação Sindical Internacional UNI ou a Eurocadres, Conselho Europeu de Engenheiros e Quadros). Será criado um site web, que constituirá a montra e a ferramenta de trabalho da iniciativa.

Até ao final de 2004, toda esta ação foi possível graças às contribuições em espécie dos primeiros signatários. A FPH contribuiu amplamente para o conteúdo e a metodologia de governação das alianças cidadãs. Continuará a apoiar de diferentes formas uma dinâmica de grande importância pelo seu tema e de grande originalidade pela invulgar reunião dos primeiros signatários.

O manifesto dos quadros surgiu do esforço feito pela fundação em 2000 e 2001 para criar, no âmbito da Aliança, um «colégio de quadros e especialistas». A FPH apoiou para isso uma iniciativa da Ingénieurs Sans Frontières. Foi a ocasião de conhecer a secretária-geral adjunta da CFDT-Cadres, Anousheh Karvar, também em ligação com Christelle Didier, do Centre Éthique, Technique et Société de Lille, que apoiamos. Foi este grupo inicial que concebeu a ideia do Manifesto. A sua originalidade profunda reside no carácter composto invulgar dos seus primeiros signatários, que reúnem organizações sindicais e patronais. O sucesso está garantido. De momento, deve muito ao dinamismo e às redes internacionais da CFDT Cadres.»

Em 2025, o site da Ingénieurs sans frontières resume bem a forma como uma rede militante aborda esta questão da responsabilidade:

«A questão da cidadania dos engenheiros e do seu envolvimento na sociedade é um dos temas fortes da Ingénieurs Sans Frontières. Para nós, o compromisso não deve parar à porta da empresa e os engenheiros devem poder, dentro da sua empresa, tomar consciência das suas responsabilidades e aplicá-las livremente.»

⁴⁸² Ficha orçamental 85 - 11 de maio de 2004 - Promover e implementar uma iniciativa internacional para a responsabilidade dos quadros. A partir do manifesto pela responsabilidade dos quadros elaborado em 2003, nasce em 2004 uma aliança cidadã internacional intitulada Iniciativa pela Responsabilidade dos Quadros (IResCa)

A iniciativa internacional para a responsabilidade dos quadros, IRESCA, conheceu, nos primeiros anos, um belo desenvolvimento, com a combinação de membros institucionais e membros a título pessoal, com uma expansão internacional, nomeadamente em direção à América Latina, e com um esforço para classificar as questões, aproximando, nessa ocasião, várias das iniciativas da fundação; o trabalho sobre a formação ética dos quadros, que há muito levávamos a cabo com Bertrand Hériard Dubreuil e as escolas de engenharia ligadas à Universidade Católica de Lille; a reflexão sobre a responsabilidade institucional e pessoal com a questão emergente da proteção dos denunciantes; a insistência naquilo que melhor caracteriza a ética, a resolução de dilemas. A saída de Anousheh Karvar, a talentosa animadora da Iniciativa, do gabinete confederal da CFDT, não foi, apesar da boa vontade de todos, totalmente compensada.

Como observámos numa reunião da IRESCA em dezembro de 2006, uma das principais dificuldades foi reunir estudos de caso sobre o exercício da responsabilidade por parte dos quadros⁴⁸³:

«Jean-Paul BOUCHET constata as limitações das nossas redes para transmitir ideias e experiências. Vários métodos são considerados, questionário online, convite para redigir estudos de caso, mas o que levaria um executivo a responder a perguntas difíceis? Não se sente que as pessoas respondam sozinhas diante do seu computador. Um executivo comum de uma empresa comum não correrá o risco de se expressar na Internet. É preciso dar o pontapé inicial com casos de dilemas que se colocam aos executivos. Recolher casos seria mais fácil em plataformas regionais, onde se pode contar com relações personalizadas. Quando nos reunimos com grupos de executivos, a conversa flui... desde que haja um gatilho. A recolha de casos pelos estudantes requer a implementação de currículos e módulos de cursos adaptados, o que exige um processo de decisão bastante longo. Conseguiremos muitos casos procedendo dessa forma? [...] em todas as áreas relacionadas com a ética, os professores precisam de materiais. Estariam eles dispostos a partilhar esses materiais?»

Essa dificuldade em dar forma à experiência de uma forma transmissível, em passar do oral, onde, em grupos, a palavra se liberta, para a escrita, que compromete e não pode facilmente permanecer anónima, no contexto da época em que a noção de «denunciante» ainda não era objeto de proteção jurídica, será uma das principais limitações desta iniciativa, ao não conseguir alimentar o site com uma coleção de casos suficientemente rica para suscitar outras intervenções. Conforme observado na reunião de dezembro de 2006, o IRESCA deveria ter criado, a partir de seus membros institucionais, vários grupos regionais que constituíssem grupos de discussão, mas, com exceção de um grupo em Lyon, não conseguimos.

No entanto, em março de 2006, constatou-se que todos os signatários do Manifesto, provenientes das redes fundadoras da IRESCA ou de instituições de formação de engenheiros e quadros, cada vez mais interessados na iniciativa, insistiam todos neste ponto⁴⁸⁴:

«O que interessa aos estudantes é como eu vou agir numa situação difícil [...] descobrimos a

⁴⁸³ FDS 23327 - dezembro de 2006 - Reforçar a capacidade da Iresca de suscitar debates e formações sobre a responsabilidade dos quadros. O site da Iresca ainda não é suficientemente interativo e o nosso dispositivo ainda não permite estruturar a troca de experiências e suscitar debates em torno dos casos

diversidade de reações de acordo com o papel e a cultura de origem. Este diálogo é muito rico para tomar distância em relação às situações. [...] a questão da responsabilidade vai além das situações de conflito propriamente ditas; é a introdução da ética na atividade diária. O dilema não é retirar ou não um produto perigoso, mas fazer com que ele não chegue à venda. [...] para os estudos de caso, é preciso dar uma definição ampla, mas há necessidade de casos concretos.»

Uma das soluções que encontramos foi fazer uma reflexão coletiva a partir de escândalos: o que você teria feito no lugar deles?⁴⁸⁵ Esse é o tema de um editorial que escrevi para o IRESCA em 2008:

«A ética trata de dilemas. Caso contrário, seria apenas moral, uma série de prescrições. Os quadros sabem disso, porque esses dilemas fazem parte do seu cotidiano. Cada profissão tem os seus dilemas e teremos de fazer um panorama deles. Mas vamos nos concentrar em alguns casos recentes. O que teríamos feito, o que teriam feito no lugar deles?

Primeiro, a Société Générale. Ela perdeu alegremente 5 mil milhões devido ao comportamento do jovem Jérôme Kerviel. 5 mil milhões, quanto é isso em salários mínimos? Ele declarou durante o seu interrogatório: «Os meus colegas, assim como os meus superiores, conheciam os meus métodos e, enquanto eu ganhava dinheiro, ninguém tinha nada a dizer» (Le Monde – 29 de janeiro de 2008). Se as coisas aconteceram como ele diz, temos um miúdo abandonado em frente ao seu computador, num jogo tão abstrato quanto um videogame, cheio de adrenalina, preocupado, ao que parece, em provar a si mesmo e aos outros que valia a pena. 50 mil milhões de compromissos. 5 mil milhões de perdas. Cortam-se algumas cabeças no meio da hierarquia. O presidente-diretor executivo permanece no cargo. Muda-se de assunto. O que teria feito no lugar de Jérôme Kerviel? O que teria feito no lugar de Daniel Bouton? Que reflexões coletivas gostaria de suscitar entre todos os seus colegas se fosse quadro de um banco?

Segundo exemplo, Kokopelli. Kokopelli é uma associação que vendia sementes de variedades vegetais não conformes, ou seja, não inscritas no catálogo. Kokopelli foi condenada, não na sequência de uma queixa de um jardineiro ou agricultor que se sentisse enganado, mas sim na sequência de uma queixa do agrupamento nacional interprofissional de sementes e plantas. Veja o debate contraditório no site www.semencespaysannes.org. Muitos de nós pensamos, juntamente com a rede europeia de sementes camponesas, que as regras ditas de proteção dos consumidores são, na prática, desviadas do seu objetivo e que a questão do direito dos camponeses de manter a biodiversidade através da troca livre das suas sementes é hoje mais vital do que o respeito pela lei. Aliás, é significativo que a justiça tenha condenado Kokopelli, mas que o Ministério Público tenha renunciado a exigir o pagamento da multa. Ele sabe muito bem de que lado, na realidade, está a opinião pública. E você, o que teria feito no lugar da Kokopelli, entre as duas opções: respeitar a lei ou preservar a biodiversidade? O que teria feito no lugar do agrupamento interprofissional, no lugar do juiz, no lugar do Ministério Público?

Terceiro exemplo, a Monsanto. Muitos de vocês talvez tenham assistido ao documentário exibido no canal Arte, no último dia 11 de março, ou mergulhado na leitura do livro de Marie-Monique Robin. Caso contrário, acesse o site www.combat-monsanto.org. O que teria feito se fosse um

⁴⁸⁴ FDS 22880 - março de 2006 - Esboço de um programa de trabalho com os signatários do Manifesto sobre a responsabilidade social dos executivos. Os signatários manifestam um interesse particular pela recolha de casos. Os temas enunciados na Carta constitutiva da Iniciativa podem servir de base para grupos de iniciativa descentralizados

⁴⁸⁵ BIP 3633 - dezembro de 2008 - E você, o que teria feito no lugar deles? Editorial para o site do IRESCA

executivo da Monsanto? Aceitaria trabalhar, porque é preciso trabalhar, numa empresa que mentiu sobre os PCB, sobre a hormona do leite, sobre a dioxina, sobre a biodegradabilidade do herbicida Roundup? O que diria ao seu filho se ele lhe fizesse perguntas sobre o assunto? Acha normal que uma empresa química que mentiu durante anos sobre a perigosidade dos seus produtos possa, no dia seguinte, adotar como slogan «Alimentação, Saúde e Esperança» (Food, Health and Hope)? Acha normal que uma empresa ainda tenha o direito de exercer a sua atividade quando se dedicou a atividades criminosas? Não é surpreendente que apenas alguns denunciante isolados, muitas vezes abandonados pelos seus colegas, tenham reagido a questões tão graves? Como é que se passa insensivelmente de uma simples covardia quotidiana e ocasional para o que a filósofa Hannah Arendt chamava de banalidade do mal?

Último exemplo: os subprimes. Quantos pais e mães de família honestos, pagos à comissão, concederam empréstimos imobiliários a pessoas notoriamente insolventes? Sem dúvida, pensando que estavam a fazer um trabalho social, vendo-se como pequenos Mohamed Yunus, mostrando que os bancos, ao contrário do ditado que diz que só se empresta aos ricos, estavam dispostos a emprestar aos pobres. E quantos profissionais honestos, em nome da inovação financeira, dissolveram o risco dos subprimes em produtos financeiros opacos que os diferentes atores financeiros passaram uns aos outros como se fosse uma epidemia? Quem está infetado? Quem vai sucumbir? E todos os médicos dos bancos centrais e dos Estados correm para o leito deste setor doente. Conheço bem essa irresponsabilidade que se repete em cada grande crise: «os outros faziam isso, por que eu deveria desconfiar?» Ou ainda: «de qualquer forma, se eu não tivesse feito isso, outro teria feito». Os contribuintes vão socorrer os bancos. E os bancos, no dia seguinte, vão retomar seus belos discursos sobre a eficiência dos mercados. O que teria feito se lhe tivessem pedido para conceder esses empréstimos de risco? O que fez perante a diluição do risco numa irresponsabilidade generalizada? O que faz, enquanto profissional bancário, para colocar o problema em conjunto, dizer que já chega, correndo o risco de ver a sua carreira comprometida ou os seus colegas deixarem de lhe dar a mão?»

Este quadro era interessante e dava vontade de definir os dilemas mais clássicos de cada ramo de atividade económica. A dificuldade, que não conseguimos resolver bem, mesmo com as numerosas instituições de formação que aderiram à iniciativa, foi passar destes casos públicos, próximos da questão dos denunciante, para casos mais comuns que todos enfrentam na sua vida profissional.

Outro obstáculo encontrado ao longo do tempo foi a divergência entre os membros fundadores da IRESCA sobre o próprio conceito de responsabilidade, o equilíbrio entre a responsabilidade pessoal, com o risco de culpar, e a transferência da responsabilidade para as instituições, com o risco de esvaziá-la de seu significado⁴⁸⁶:

«Um dos problemas é que os membros fundadores da IRESCA não concordam com a própria conceção da responsabilidade dos quadros. A CGT tem uma visão mais defensiva, vendo o risco de a direção se eximir da sua responsabilidade para com os trabalhadores, enquanto a CFDT tem uma visão mais positiva. É por isso que é necessário explicar o que é a responsabilidade.»

É essa incapacidade coletiva de tornar o site da IRESCA um verdadeiro site de recursos, alimentado por casos concretos de dilemas, que fará com que o movimento se esvaia aos

⁴⁸⁶ FDS 24390 - outubro de 2008 - Iresca e a pedagogia da responsabilidade. A organização do seminário «Pedagogia da responsabilidade»

poucos, substituído quinze anos depois por duas parcerias dentro da Fundação: o apoio à Ingénieurs sans frontières (Engenheiros sem Fronteiras) e o apoio à Maison des lanceurs d’alerte (Casa dos Denunciantes). No entanto, a falta de estudos de caso permanece, inclusive para alimentar a reforma da formação de engenheiros ou escolas de comércio.

3.8 – A Aliança dos Militares pela Paz

O programa «arte da paz», que coorganizávamos desde 1991 com a Escola da Paz de Grenoble, fundada e dirigida por Richard Pétris, não equiparava paz e não violência, movimento pela paz e antimilitarismo. Sendo a violência uma constante nas nossas sociedades, a questão não era suprimir as forças armadas, mas colocá-las ao serviço da paz, o que, no contexto das interdependências mundiais, levantava a questão da ordem militar na gestão do planeta. Foi por isso que insistimos em identificar, no âmbito da Aliança para um Mundo Responsável e Solidário, um «colégio militar». Na Assembleia Mundial de Lille, participaram vários militares indianos, chineses, russos, europeus e latino-americanos. Houve até um momento de glória em Lille, quando, durante um jantar, o general francês e o general russo, sentados à mesma mesa, perceberam que, durante a crise dos mísseis Pershing, conhecida como «crise dos mísseis europeus»⁴⁸⁷, momento de extrema tensão entre a URSS e a Europa Ocidental no final dos anos 70, eles lideravam, de cada lado, as forças operacionais que teriam se enfrentado.

Na sequência da Assembleia Mundial, pensámos ser possível, com base nos contactos já estabelecidos em diferentes continentes, criar uma aliança de militares pela paz, centrando-nos, por um lado, nas relações entre os militares e o resto da sociedade e, por outro, na definição e no exercício da responsabilidade, neste corpo social responsável, em princípio, pela violência legítima. Eis como definimos o desafio no âmbito do orçamento 2004-2005 da Fundação⁴⁸⁸:

«Há muitos anos e em vários países, as forças armadas atravessam uma crise de legitimidade. Conscientes da evolução dos contextos e das mentalidades, os militares apelam a uma reforma das suas próprias instituições e a um novo contrato com as sociedades civis dos seus países. A fundação considera que tais evoluções são propícias à criação de uma Aliança de militares pacificadores. Uma primeira rede foi constituída em setembro de 2001 em Grenoble, sob a égide de um parceiro de longa data da fundação, a École de la Paix. As propostas apresentadas desde então pelos animadores desta rede abordam questões-chave da segurança nacional, regional e mundial, desde a reforma dos programas das escolas militares até à reorganização das forças de intervenção militar em regiões conturbadas, a fim de prevenir a guerra ou consolidar a paz. As atividades realizadas neste âmbito incluíram a realização de workshops por militares de alta patente durante os Fóruns Sociais Mundiais de Mumbai, em 2004, e Porto Alegre, em 2005. Todos estes são sinais reveladores, tanto da mudança de mentalidades como do potencial de

⁴⁸⁷ A crise dos euromísseis é um período de relações tensas entre o Leste e o Oeste e de debates entre os membros europeus da OTAN, que surge com as primeiras implantações de mísseis soviéticos SS-20 em 1977 e termina com a assinatura do tratado sobre forças nucleares de alcance intermediário em 1987. Esta crise insere-se no contexto mais global de um período de regresso à Guerra Fria, entre meados da década de 1970 e meados da década de 1980, que pôs fim a um período de distensão entre o Leste e o Oeste, nomeadamente na Europa.

⁴⁸⁸ Ficha orçamental 18 - 11 de maio de 2004 - Apoiar uma aliança de militares para um novo contrato com a sociedade. Criar um espaço de diálogo entre militares pacificadores e a sociedade civil

uma tal iniciativa de aproximação. Convencida de que um diálogo frutífero entre militares pacificadores e líderes associativos e políticos reforçaria consideravelmente a sociedade civil mundial e as condições para uma paz possível, a fundação apoia este projeto de tornar esta rede uma verdadeira aliança. [...] Estamos, de facto, convencidos de que a FPH e a Aliança podem desempenhar um papel significativo para ousar uma iniciativa talvez inédita: propor um novo contrato entre os exércitos e as sociedades no novo contexto da globalização. Os militares que encontramos são os primeiros a solicitar a realização de uma iniciativa deste tipo, pois estão conscientes de que as instituições militares enfrentam desafios éticos e políticos cruciais. A legitimidade das forças armadas em contextos sociais cada vez mais tensos é questionada, o isolamento em que se encontram os militares defensores de uma profunda reforma das instituições militares impede um debate construtivo, a impotência e, muitas vezes, a irresponsabilidade dos políticos em garantir as condições essenciais para a segurança, etc., fazem com que a exigência dos militares defensores de um novo contrato entre as forças armadas e as sociedades se torne uma questão fundamental para o presente e o futuro da comunidade mundial.»

Ao longo dos anos seguintes, a animação do grupo seria assegurada, ao lado de Richard Pétris, da École de la Paix, pelo coronel Manfred Rosenberger⁴⁸⁹, proveniente do exército alemão, militante fervoroso da reconciliação franco-alemã e um dos quadros da brigada franco-alemã que foi pioneira histórica da ideia de «exército europeu».

Em maio de 2005, Richard Pétris faz um balanço intercalar da convenção celebrada com a École de la Paix para acompanhar o desenvolvimento de um colégio de militares para a paz⁴⁹⁰.

«Os nossos esforços incidem em várias direções. Em primeiro lugar, o reforço do diálogo entre os militares e a sociedade civil. De forma significativa, convidámos um general, Hugues de Courtivron, para intervir no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, antigo comandante do contingente francês no Kosovo e responsável por projetos internacionais no Centro para o Controlo Democrático das Forças Armadas em Genebra [...], que participou muito ativamente nos intercâmbios com a sociedade civil, nomeadamente no âmbito da mesa de diálogo e controvérsia sobre a nova ordem internacional. Como já havíamos constatado anteriormente, nos fóruns anteriores, com os generais Cot e Glevarec e com o almirante Ramdas, estes militares são claramente muito favoráveis a estes esforços da sociedade civil mundial para se organizar, uma vez que é agora evidente que, para qualquer grupo humano, a segurança só pode ter um carácter global, que o tratamento das crises ultrapassa largamente o recurso exclusivo à força armada e que as ações civis devem, portanto, ser encorajadas.»

Este esforço vai no sentido de uma abordagem mais global da segurança e da paz, estando a sociedade consciente dos desafios da segurança e os militares conscientes do facto de que nenhum sucesso militar é capaz de criar as condições para a paz. É este o sentido da parceria com a associação Civisme Défense Armée Nation-CiDAN, cujo vice-presidente é o general Jean

⁴⁸⁹ Manfred Rosenberger é coronel reformado das Forças Federais Alemãs e antigo chefe do Estado-Maior do Instituto Federal de Estudos Superiores de Política de Segurança (Berlim). Atualmente, coordena a Aliança Internacional de Militares pela Paz e Segurança - www.world-military.net - destinada a promover a evolução das relações entre os representantes das «forças armadas» e das «sociedades civis» para que saiam dos estereótipos antinómicos

⁴⁹⁰ FDS 22217 - 2004 - Um colégio de militares O ponto intermédio da convenção 2004-2005

Cot⁴⁹¹. Os encontros [desta associação] têm como objetivo definir o conteúdo e as condições para o surgimento de uma Consciência Europeia de Segurança e Defesa (CESD), complemento necessário da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). Um primeiro «encontro de Klingenthal⁴⁹²» na Alsácia permitiu avaliar a possibilidade de coordenação das estruturas do tipo CiDAN numa rede europeia, examinando mais particularmente os organismos austríacos, suecos, alemães, espanhóis, belgas e polacos. O desafio aqui, para a fundação, é fazer convergir os esforços até então dispersos de promoção de um exército cidadão, colaborando com o resto da sociedade para criar as condições de segurança e paz.

Klingenthal será doravante um ponto fixo de intercâmbio no seio do colégio militar, sempre em diálogo com a sociedade civil e os investigadores. Na mesma linha de reflexão, um diálogo em Espanha:

«As relações entre «civis» e «militares» colocam cada vez menos problemas, uma vez que o papel destes últimos é agora enquadrado pela norma democrática, à imagem deste jovem oficial espanhol que pode fazer a comparação com a época e o regime que o viram nascer, há quarenta anos. Um dos principais problemas da governação é o exercício das suas responsabilidades pelo político, que deve decidir dotar-se das forças de segurança adequadas e da sua utilização.»

Este período pós-Guerra Fria é propício a uma reflexão geral sobre a segurança e a paz. O General Bezacier, Diretor do Centro de Doutrina e Emprego das Forças, apresenta-se como um militar-filósofo. Para ele:

«O objetivo final de qualquer ação militar é instaurar a paz. É preciso criar as condições para essa paz, algo que ainda não sabemos fazer muito bem. Contra o terrorismo, é preciso conquistar os corações e as almas.» A educação é um elemento essencial para o sucesso das nossas forças.»

Há um consenso de que nem os militares sozinhos nem a sociedade civil sozinha são capazes de criar as condições para uma paz e segurança duradouras. Os chefes militares franceses da época têm experiência em intervenções externas, nos Balcãs e na África, e conhecem bem os limites do que podem fazer.

Além da Europa, o colégio estabelece laços na América Latina:

«Na Colômbia, a relação estabelecida com o general Medina, antigo diretor da Escola de Guerra de Bogotá, permite tomar uma iniciativa que é esperada por muitos setores da sociedade colombiana no atual período crucial e responde a um problema real de governança. Um coronel, antigo magistrado militar, fundações, eleitos locais, etc. manifestam o seu interesse. Sabemos que os vizinhos equatorianos, brasileiros e chilenos também estão interessados.»

⁴⁹¹ Jean Cot, nascido em 1934, é um militar francês, general do exército na reserva. Ex-aluno da Escola Militar Especial de Saint-Cyr, nomeado coronel em 1975 e promovido a general em 1982, foi o general mais jovem do exército. Foi inspetor da DOT e ocupou o cargo de chefe de gabinete do secretário-geral da Defesa Nacional. A partir de março de 1993, comandou a FORPRONU. Entre 2001 e 2004, lecionou na Universidade de Reims. É Grande Oficial da Legião de Honra e detentor de cinco menções honrosas. É também detentor da Legião de Mérito com o grau de oficial e da Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha com o grau de comandante.

⁴⁹² Os seminários europeus de Klingenthal. Por uma consciência europeia de segurança e defesa, 2006
No site Irénées: https://www.irenees.net/bdf_fiche-experience-543_fr.html

Uma etapa importante para isso será a conferência de Santiago⁴⁹³, organizada em outubro de 2005 por Gustavo Marin, franco-chileno, e Arnaud Blin⁴⁹⁴, coanfitriões do Fórum para uma nova governança mundial criado pela Fundação:

«Durante o encontro «Os Militares, a Paz e a Democracia», realizado em Santiago do Chile de 5 a 10 de outubro de 2005, foram organizadas duas reuniões entre os militares participantes do encontro e organizações da sociedade civil pela Corporação AYUN, associação chilena responsável pela iniciativa. A primeira teve lugar num bairro popular a sul de Santiago, conhecido no Chile como um dos bastiões da esquerda e das organizações de defesa dos presos políticos e desaparecidos. A outra foi realizada em Valparaíso, animada pelo Centro Cultural Juvenil do bairro Playa Ancha, na antiga prisão onde um hangar havia sido destinado ao confinamento de presos políticos durante a ditadura de Pinochet. Esses dois encontros foram particularmente fortes e intensos. No início, os líderes das organizações de defesa dos direitos humanos e das associações de jovens manifestaram abertamente a sua desconfiança, e até mesmo as suas dúvidas sobre a legitimidade dos militares para falar de democracia e paz. As suas perguntas eram, por exemplo: com que direito vocês, militares, ousam falar de paz e democracia, quando são responsáveis por golpes de Estado e violações sistemáticas dos direitos? O que foi bastante impressionante nessas trocas foi ver como, pouco a pouco, os militares conseguiram fazer com que seus interlocutores mudassem de opinião. Eles reconheceram que alguns militares e as instituições militares como tais, especialmente na América Latina, violaram direitos e impuseram ditaduras, mas que isso representava um abuso ilegítimo do poder e uma usurpação da vontade do povo de viver em democracia. No entanto, afirmavam com veemência que alguns militares se opuseram aos golpes de Estado e se recusaram a servir de instrumentos de tortura ou violação dos direitos fundamentais. Um facto significativo era que, entre os militares presentes, alguns tinham sido feitos prisioneiros e torturados por se terem oposto aos golpes de Estado. O coronel Aguerre, do Uruguai, passou treze anos na prisão e o tenente Pérez, do Chile, ficou numa cela de prisioneiro durante 10 meses, porque recusaram as ordens dos seus superiores durante os golpes de Estado nesses dois países. O coronel Garcia, da Espanha, também foi preso porque lutou pela abertura democrática no final do regime de Franco. Outros militares não foram presos, mas os seus testemunhos reforçaram a ideia de que os militares também podem trabalhar pela paz [...] Para dar uma ideia do ambiente destas trocas, citemos as palavras de um dirigente das organizações juvenis da comuna de San Miguel. Ele disse que, quando foi convidado para esta reunião com os militares, a sua primeira reação foi não comparecer. No entanto, acabou por comparecer, mas colocou um ponto de interrogação no título do convite: «diálogo com militares pacificadores». No final da reunião, decidiu retirar esse ponto de interrogação.»

É fácil imaginar o carácter improvável desse tipo de intercâmbio e sua riqueza para fazer emergir, em um continente ainda marcado por golpes militares, uma outra visão das relações entre militares e sociedade.

A iniciativa da Fundação e da Escola da Paz é, como se pode ver, levada a sério pela própria instituição militar, preocupada em compreender o mundo que se aproxima e o papel que deve

⁴⁹³ FDS 22590 - outubro de 2005 - O diálogo entre militares e sociedade civil é indispensável para construir a paz. Conferência de Santiago

⁴⁹⁴ Arnaud Blin, nascido em 1960, é um historiador e politólogo franco-americano. Estudou ciências políticas e história nos Estados Unidos (Georgetown e Harvard). Especializou-se no estudo de conflitos, em particular o terrorismo. É autor de uma dúzia de obras de história e geoestratégia

desempenhar nele, como ilustra o facto de, em junho de 2005, eu ter sido convidado a dar uma palestra, baseada nas reflexões da Aliança, no Colégio Interarmas de Defesa (antiga Escola de Guerra)⁴⁹⁵.

Graças a outro contacto da fundação, o coronel reformado René Cagnat, instalado no Quirguistão após ter estado na embaixada francesa em Moscovo, estamos a planear, em 2006, facilitar um diálogo entre militares da Ásia Central⁴⁹⁶:

«René Cagnat: uma reflexão sobre o papel do exército na Ásia Central envolve necessariamente chineses e russos. Nunca vi uma sociedade com uma divisão tão forte entre o exército e a sociedade como na China. O ponto de aproximação com eles pode ser precisamente a Ásia Central. Eles possuem um terço dela e esta região é um desafio para eles. Os iranianos provavelmente viriam. Dois países poderiam não estar presentes: o Uzbequistão e o Tajiquistão. Três países certamente aceitariam: China, Irão e Rússia. O Azerbaijão participaria se o Irão participasse. A participação pessoal de militares está excluída; nesses países, só pode haver uma participação institucional.»

Este intercâmbio, que pode parecer surrealista, é um bom indicador das condições em que a fundação pode aventurar-se num terreno tão distante das suas bases: uma forte credibilidade; um capital social; a referência à reconciliação franco-alemã, dando todo o seu valor à ideia de um encontro em Klingenthal. Por fim, o estatuto suíço como imagem de um espaço de neutralidade afastado do jogo das potências. E, efetivamente, em 2007, conseguiremos organizar este intercâmbio em Klingenthal⁴⁹⁷, organizado com o CIDAN, a Fundação GOETHE e a Fundação para a Entente Franco-Alemã. Na introdução do encontro, apresento o que está no cerne da estratégia da Fundação:

«Este encontro é fruto do acaso e da necessidade. Na nossa fundação, insistimos muito na ideia de que qualquer parceria é, acima de tudo, uma aventura humana. Uma aventura conduzida por seres humanos, por seres de carne e osso. Uma aventura humana é sempre fruto tanto da necessidade como do acaso, e é precisamente esse o caso deste encontro. Do lado da necessidade, temos a ideia de que, no estágio em que se encontra a humanidade, com a amplitude das interdependências entre os povos da Terra, é necessário construir uma comunidade mundial onde homens e mulheres de todo o mundo aprendam a se conhecer e a se respeitar. Só podemos construir o mundo de amanhã construindo uma amizade entre homens e mulheres em toda a Terra. Nesta construção, o que se passa na Ásia Central pareceu-nos algo importante. Ao nível da fundação, dissemos: «temos de desenvolver as nossas ligações com a Ásia Central». Mas este desenvolvimento das ligações só existe através de encontros humanos e é aí que intervém o acaso. É feito de amizades que se forjam progressivamente. Primeiro foi a amizade entre Gustavo Marin e o General Cot, depois, através do General Cot, a amizade entre Gustavo e Manfred Rosenberger e, um dia, o encontro, através de Manfred, com René Cagnat.

⁴⁹⁵ FDS 22386 - 30 de junho de 2005 - Os militares face à globalização e aos novos fatores de união e divisão das sociedades modernas. No âmbito do Colégio Interarmas de Defesa (antiga Escola de Guerra), Pierre Calame teve a oportunidade de debater as condições em que a globalização e a construção de uma sociedade «em organo» alteram profundamente os conceitos e os desafios da identidade, da solidariedade, do território nacional e da defesa

⁴⁹⁶ FDS 22941 - junho de 2006 - Como construir um espaço de diálogo cidadão entre militares na Ásia Central?

⁴⁹⁷ BIP 3434 - junho de 2007 - Os desafios das forças armadas na Ásia Central e as razões do apoio da FPH. Exposição introdutória de Pierre Calame na conferência de Klingenthal, no domingo, 24 de junho de 2007

Com Manfred e René, durante um jantar, creio que não nos conhecemos apenas, reconhecemo-nos, como se fôssemos movidos pela mesma paixão. Foi, portanto, através desta cadeia de amizade e paixão partilhada, e não por uma estratégia elevada definida de antemão, que surgiu a oportunidade deste encontro. [...] Não é uma história de estruturas e instituições, é uma história de homens e amizade. A segunda ideia que quero destacar, e que estará presente em todo o vosso encontro, é que não se pode construir uma comunidade de homens e mulheres do mundo sem um princípio de responsabilidade. É preciso que cada um assuma a sua responsabilidade. Hoje, qual é a responsabilidade dos altos oficiais das forças armadas em relação ao mundo? A mesma questão se coloca para os governantes, para os chefes de empresas, para os investigadores, para os professores, para cada um de nós. Num contexto que já não é o das nações soberanas em confronto, mas sim o de um mundo a gerir, cada profissão, a começar pela militar, é confrontada com a questão da sua própria responsabilidade perante a sociedade, perante o resto do mundo. Isso pressupõe uma profunda reflexão sobre as relações entre as forças armadas e a sociedade num novo contexto, que é o da globalização das interdependências.»

Em dezembro de 2007, Hervé Maillot, a quem foi confiada a tarefa de capitalizar as alianças cidadãos, faz o balanço deste «colégio de militares pela paz»⁴⁹⁸. Como ele salienta, a própria associação das palavras «militares pela paz» e a ideia de uma aliança internacional sobre este tema não é óbvia e pode parecer paradoxal, embora, em última análise, se torne evidente num contexto de interdependências globais:

«Se nos perguntarmos quem, nas nossas sociedades, é competente e legítimo para levar a cabo iniciativas que contribuam para instaurar a Paz, não é certo que pensemos em primeiro lugar nos militares. No entanto, trabalhar em questões de governança global, ética e arte da paz sem colaborar com aqueles que dominam a arte da guerra é correr o risco de nunca ver avançar os processos de paz que se procura construir. Os exemplos históricos são muito numerosos. Se existem indivíduos e um meio socioprofissional que possuem, no seu capital intelectual, técnico e humano, uma profunda experiência em questões de guerra e paz, esses são os militares! Partindo desta simples constatação, alguns oficiais de diferentes países e algumas organizações da sociedade civil, convencidos de que o diálogo entre militares e civis é essencial para construir uma comunidade mundial responsável, plural e solidária, lançaram-se na lenta e determinada construção de uma aliança internacional de militares.»

Para além do desenvolvimento das relações entre militares e sociedade civil, em torno do conceito global de segurança, o objetivo principal da fundação continua a ser a implementação da responsabilidade, tal como definida na Carta. E é em torno deste conceito que se estruturará o que será um dos momentos fortes do colégio militar, a participação no centenário da Escola de Guerra da Colômbia. Esta participação está a ser preparada desde 2008⁴⁹⁹:

«Durante a missão realizada na Colômbia, em maio de 2008, por Gustavo Marin e o General Patrice Mompeyssin, Diretor do CiDAN da França (Civismo, Exército, Defesa, Nação), do Coronel

⁴⁹⁸ BIP 3497 - dezembro de 2007 - Alianças Cívicas: Militares pela Paz. Hervé Maillot realizou a capitalização da aliança dos militares

⁴⁹⁹ FDS 24136 - maio de 2008 - A Carta das Responsabilidades Humanas perante a Escola Superior de Guerra da Colômbia

Manfred Rosenberger (animador da aliança dos militares) e Richard Pétris (diretor da Escola da Paz de Grenoble, França), a Carta das Responsabilidades Humanas foi apresentada aos 300 oficiais da Escola Superior de Guerra. Gustavo explicou as origens da iniciativa, as raízes filosóficas e políticas que a inspiraram, a metodologia participativa e intercultural que permitiu redigir a versão atual da Carta, o trabalho de animação realizado pelo Comité Internacional de Animação da Carta, a apropriação desta Carta pelas diversas alianças cidadãos e redes socioprofissionais [...]. A Carta foi projetada num grande ecrã no centro do anfiteatro da Escola Militar. Gustavo leu e comentou três princípios em particular:

1. Não se pode conceber uma paz duradoura sem liberdade, justiça e um processo de reconciliação que respeite a dignidade e os direitos humanos.
2. O exercício do poder é legítimo quando serve o bem comum e responde pelos seus atos perante aqueles sobre os quais é exercido.
3. Ao tomar decisões sobre prioridades de curto prazo, a avaliação das consequências a longo prazo deve ser feita de acordo com prioridades éticas de justiça...

Em seguida, Richard Pétris centrou a sua apresentação nos novos conceitos de segurança e defesa, e a conferência foi encerrada com uma apresentação, animada conjuntamente por Patrice Mompeyssin e Manfred Rosenberger, sobre as lições da construção da paz na Europa após a Segunda Guerra Mundial, nomeadamente através do exemplo da fraternidade franco-alemã. Após estas apresentações, teve lugar um debate muito animado com os oficiais. Algumas questões foram particularmente candentes: como a Carta de Responsabilidades Humanas pode ajudar o exército colombiano a derrotar as FARC? A paz duradoura não pode ser considerada sem justiça, mas de que justiça se trata? Como o exército colombiano pode travar uma guerra e respeitar os direitos humanos? Que papel pode desempenhar o diálogo entre o exército e a sociedade civil para construir uma paz duradoura?»

O facto de a Carta de Responsabilidades poder ser debatida neste fórum e no contexto de um exército colombiano envolvido há décadas numa guerra civil sem fim foi, por si só, um progresso impressionante. É preciso lembrar que, naquela época, o exército colombiano cometia atrocidades terríveis, especialmente com o caso dos «falsos positivos», jovens de bairros populares sequestrados, disfarçados de militantes das FARC e depois mortos, com o único objetivo de o exército «atingir a meta»: uma das questões dolorosas debatidas anos mais tarde no âmbito da Comissão da Verdade⁵⁰⁰ presidida pelo nosso parceiro de longa data na Colômbia, Francisco de Roux⁵⁰¹, um dos intervenientes na cerimónia de abertura da Assembleia Mundial dos Cidadãos.

Assim, em abril de 2009, uma delegação da fundação e do Colégio Militar desempenhou um papel central na cerimónia do centenário da Escola de Guerra em Bogotá⁵⁰². Durante a cerimónia de abertura, convidei os participantes, centenas de oficiais colombianos, a refletir

⁵⁰⁰ Entre 2008 e 2014, Francisco de Roux foi o chefe da comunidade jesuíta na Colômbia. Em novembro de 2017, ele tomou posse como presidente da Comissão da Verdade, criada no âmbito do acordo assinado entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). De Roux explica o imenso desafio que essa instituição estatal deve enfrentar.

⁵⁰¹ Francisco José de Roux Rengifo, S.J., nascido em 1943, é um padre jesuíta, economista, filósofo e artesão da paz colombiano. É conhecido por ser o presidente da Comissão da Verdade, uma instituição que faz parte do sistema integral de verdade, justiça, reparação, na sequência dos acordos de paz de 2016, no âmbito do conflito armado colombiano.

sobre o que se tornou dos conceitos de comunidade natural e responsabilidade:

«A vida e a morte, antigamente, pareciam claras, assim como os valores do soldado. Havia comunidades que pareciam naturais, em particular a comunidade nacional. Todos sabiam que ela era resultado de uma construção histórica, mas parecia estar lá para durar. Era o espaço de um destino comum. Uma comunidade, muitas vezes unida por valores comuns, imemoriais, indiscutíveis, na maioria das vezes associados a uma transcendência e uma fé comuns. Uma comunidade dotada de uma autoridade legítima, quer essa legitimidade provenha do sagrado, do voto ou do costume. A necessidade de garantir a coesão no interior, a defesa das fronteiras no exterior. E, para o soldado, a principal virtude da obediência a uma autoridade militar indiscutível. O nacionalismo construiu-nos, o nacionalismo destruiu-nos. O que poderia significar, para o futuro, essa defesa de um território herdado da história de uma pátria, quando se tratava progressivamente, para retomar a bela expressão de Edgar Morin, de construir uma Terra pátria? De que nos serviria a adesão a uma transcendência, uma fé e valores partilhados, quando era imperativo construir uma paz duradoura com outras comunidades, outras tradições históricas, outras crenças, aos olhos das quais a nossa pretensão de definir sozinhos e para todos os valores universais é insuportável? Com quem partilhamos uma comunidade de destino? Com quem inventamos um destino comum? Basta, segundo o lema dos jesuítas, obedecer «perinde ac cadaver», como faria um cadáver, aos líderes políticos, militares ou religiosos, confiando-lhes inteiramente a definição do sentido das regras e dos limites da ação? Para nos vermos isentos de qualquer responsabilidade pessoal? Da disciplina das SS nazis aos atentados da Al Qaeda, passando pela solidariedade incondicional no seio dos bandos delinquentes, as virtudes do militar, hoje e amanhã, podem satisfazer-se com vizinhanças tão duvidosas? Assim, a escala das nossas solidariedades, a natureza das nossas comunidades, a legitimidade dos nossos poderes, os fundamentos éticos uns dos outros, as razões para chegar ao sacrifício da própria vida, os limites da obediência são todos questionados em conjunto. São questionados, fundamentalmente, pela mudança de escala das nossas interdependências, pelas transformações induzidas pelos nossos sistemas técnicos, pela súbita tomada de consciência da fragilidade do planeta e da biosfera, pela descoberta de que, não só, como dizia André Malraux, as civilizações são mortais, mas também que a própria humanidade o é.»

Na perspectiva deste encontro, que deve ser qualificado como histórico, o general Jean René Bachelet⁵⁰³, então chefe da doutrina do exército de terra, redigiu, em nome do Fórum para uma nova governança mundial, um texto notável, apresentado em Bogotá em sessão plenária, «É possível controlar a violência bélica num mundo globalizado?». Este texto fundador pode ser encontrado na íntegra no site da Irenees⁵⁰⁴, mas vale a pena reproduzir aqui alguns trechos, pois constitui um verdadeiro resumo da ética militar na era da globalização. Jean René Bachelet faz uma vasta retrospectiva histórica da violência e dos seus dois modos de regulação, pela força e pelo direito, mas observa que esses dois modos parecem hoje

⁵⁰² BIP 3876 - abril de 2009 - A carta das responsabilidades humanas, a construção de uma comunidade mundial, a ética militar. Exposição no centenário das escolas de guerra da Colômbia Bogotá, 20 de abril de 2009

⁵⁰³ Jean-René Bachelet, nascido em 1944, teve uma carreira militar completa no exército francês, chegando aos mais altos níveis de responsabilidade. Como oficial general, comandou (como brigadeiro) o setor de Sarajevo no âmbito da FORPRONU em 1995. Desde 1996, conduziu uma reflexão profunda sobre os fundamentos da profissão militar em termos de ética e comportamento, o que permitiu ao exército francês dotar-se de um quadro de referência nesta matéria

⁵⁰⁴ Controlar a violência da guerra num mundo globalizado. Publicado em 2009, por Jean-René Bachelet No site da Irénées: www.irenees.net/bdf_fiche-analyse-936_fr.html

ineficazes, o primeiro devido a conflitos assimétricos que se prolongam, o segundo devido ao duplo padrão das grandes potências.

«Assim, enquanto a humanidade aprendeu, ao longo de séculos, a regular mais ou menos a violência com o Estado como ator central e os exércitos nacionais como principal ferramenta, eis que se encontra agora desamparada face a violências de todos os tipos, até as mais extremas, hoje globalizadas, fora de qualquer capacidade de regulação.»

Observando em seguida que não há paz possível sem um acordo sobre valores, ele constata que a pretensão do Ocidente, e mais precisamente dos Estados Unidos, de considerar os seus valores como universais tornou-se contraproducente devido a:

«a imensa contradição entre o discurso dos «direitos humanos», brandido como um estandarte como nunca antes, e a prática de uma grande potência.»

Em seguida, ele destaca:

«os efeitos deletérios de uma doutrina e de uma prática de uso paroxístico do poder de destruição à distância, cuja pretensa «precisão cirúrgica» não preserva dos terríveis «danos colaterais» que afetam os mais fracos e os mais desfavorecidos. Quem não vê a amplitude dos fermentos de ódio ao Ocidente e de rejeição dos seus valores induzidos por tais práticas, mesmo quando, nomeadamente face a um terrorismo, certamente condenável, a guerra assim conduzida é travada em nome desses mesmos valores que se quer defender e promover? [...] os interesses comuns de toda a humanidade prevalecem agora amplamente sobre todos os outros. Lá onde ainda se invoca, por vezes, o imperativo maior da «sobrevivência da nação», temos tanto a possibilidade como o dever imperioso de aceder à consciência de um imperativo de «sobrevivência da humanidade», em todo o caso de sobrevivência coletiva, ultrapassando o quadro das nações.»

Em poucas palavras, uma bela ilustração das duas lutas, inseparáveis uma da outra, travadas pela fundação: a emergência de uma cidadania universal, de uma comunidade mundial de destino, que encarnámos através do diálogo entre sociedades sobre os desafios comuns, da Aliança ao Fórum China Europa, e o carácter universal da responsabilidade, com a condição de uma metamorfose do conceito para ter em conta as interdependências radicais entre as sociedades, entre a humanidade e a biosfera.

A geração da general Bachelet é, entre outras coisas, marcada pela impotência da ONU nos dramas da ex-Jugoslávia:

«A experiência das reações inadequadas da comunidade internacional face ao desmembramento da Jugoslávia foi, durante quatro longos anos, de 1991 a 1995, ilustrativa de um equívoco amplamente partilhado quanto à natureza da força a ser empregada. A expressão «soldados da paz», então em voga, é muito significativa de uma confusão entre fins e meios. É certo que o objetivo de um compromisso militar não pode, de facto, ser outro senão a paz. Mas, neste caso, os meios são necessariamente proporcionais à coerção a exercer, sob pena de se condenar à impotência. O caso do cerco de Sarajevo, de 1992 a 1995, é particularmente revelador a este respeito. Durante todo esse tempo [...] comboios humanitários, escoltados por forças da ONU, tiveram de garantir, da melhor forma possível, o abastecimento da cidade sitiada. Mas essas

«forças» estavam armadas apenas para sua estrita autodefesa e só estavam autorizadas a intervir contra os beligerantes em resposta a uma agressão caracterizada contra elas próprias, [...]. Por outras palavras, tratava-se então de garantir que essas populações sitiadas pudessem ser alimentadas, mas não de pôr fim à situação de violência que lhes era imposta, nem mesmo de poupá-las da morte.

Às «operações de paz» sob a égide e o mandato das Nações Unidas [...], opuseram-se «operações de coerção» conduzidas de acordo com a doutrina americana: o objetivo é então a destruição das forças vivas do adversário [...]. Com a ajuda das mudanças tecnológicas, isso foi acompanhado por «armamentos inteligentes», «digitalização do campo de batalha» e «ataques cirúrgicos». [...] O uso da força, assim concebido, oferece um contraste impressionante entre a amplitude dos meios empregados, os prodígios da tecnologia solicitados, o poder de destruição implementado, as despesas astronômicas ocasionadas... e a extrema modéstia dos resultados, uma vez que estes devem ser avaliados em relação aos «objetivos de guerra» que vão muito além da simples destruição do aparato militar adversário.

Mas em que condições será legítimo recorrer à força? Derrogar o princípio da humanidade?

Primeira condição: a autoridade que decide é legítima [...].

Segunda condição: os objetivos da guerra são eles próprios legítimos [...].

Terceira condição: o uso da força é realmente a «ultima ratio». O uso da força, tal como definido anteriormente, só se justifica como resposta a situações de violência para as quais se esgotaram todos os meios pacíficos que permitem pôr-lhes fim [...].

Quarta condição: o uso da força não está condenado ao fracasso. É preciso lembrá-lo? Ao usar a força para combater a violência, queremos trabalhar por um mundo melhor em nome do princípio da humanidade. Mas o preço é sempre alto, moral e materialmente; é o preço do sofrimento e da morte. Mais do que alto, esse preço é exorbitante, e a guerra é sempre uma má solução, mesmo que seja necessária e a menos má. Assim, do princípio da proporcionalidade que se aplica a todos os níveis de decisão, ou ainda do respeito pelo adversário e pelas populações, cuja negação só pode ocorrer por iniciativa de tal ou tal nível de responsabilidade ou de execução, mas também pode inscrever-se desde o início nos objetivos da guerra ou, mais insidiosamente, no próprio referencial da profissão das armas [...].

Quinta condição: os meios mobilizados e implementados são adequados e proporcionais à capacidade de obter vantagem sobre o adversário. [...] Este princípio, que se aplica a todos os níveis, desde os mais altos níveis de responsabilidade até aos combatentes individuais, não é, no entanto, óbvio. Com efeito, os desafios são tais e a incerteza é geralmente tão grande que, mesmo que seja apenas por precaução, para minimizar os riscos, para «colocar todas as hipóteses do seu lado», a tendência natural será sempre garantir uma ampla margem de superioridade nos meios e fazer deles, desde logo, o uso mais devastador. [...] O princípio da proporcionalidade não leva a escolher sistematicamente a opção mais baixa, mas a não escolher sistematicamente a opção mais alta [...]. Ora, o respeito ou não do princípio da proporcionalidade depende em grande parte de comportamentos adquiridos, gerados amplamente a montante em dois níveis: a doutrina operacional e a formação a todos os níveis [...].

Sexta condição: as populações civis devem ser protegidas e salvaguardadas na sua vida e nos seus meios de subsistência. [...] Quem não vê hoje o contraste impressionante entre as proezas da nossa civilização tecnológica e o incrível retrocesso que faz das populações civis os alvos e as

principais vítimas da guerra? Ora, hoje em dia, justifica-se o recurso inconsiderado à força com o argumento de que seria o único meio de neutralizar os combatentes entrincheirados no meio dessa população, como se estivessem atrás de um «escudo humano». No entanto, na maioria das vezes, tais modos de operação são ditados pela preocupação primordial de poupar a vida do agressor. Como não ver nisso um terrível retrocesso da civilização? Não só o soldado perde a nobreza que exige que a terrível capacidade de infligir a morte seja exercida com risco da própria vida, mas, pior ainda, perde a sua alma ao afastar esse risco à custa do sacrifício dos fracos e dos inocentes [...].

Sétima condição: o adversário deve ser respeitado. Às vezes, a obrigação de «respeitar o adversário» é apresentada como uma sobrevivência ultrapassada de uma época feudal e aristocrática, entre pessoas do mesmo mundo, nomeadamente entre tropas mercenárias que observavam os mesmos códigos e que podiam muito bem passar de um campo para outro de uma estação para outra. Acrescenta-se então que o adversário, o inimigo, é hoje multifacetado e não merece respeito, especialmente quando se trata de um terrorista. Além disso, esse respeito não pode existir sem reciprocidade e, como tal não é o caso, o inimigo de hoje não pode ser respeitado. [esse ódio ao inimigo] é explicitamente qualificado e incentivado nas ações de formação e no processo pedagógico; uma sacralização excessiva da causa política e da missão militar que, em certo grau, leva à demonização do adversário, a quem é negada a humanidade. [...] é precisamente por isso que tudo deve ser feito para promover um ideal de «guerra sem ódio». Não se trata de uma utopia [...]. Teremos algumas hipóteses de ganhar esta causa se agirmos a dois níveis. Em primeiro lugar, ao nível dos conceitos: os documentos regulamentares e pedagógicos de referência para orientar os comportamentos devem não só banir tudo o que possa contribuir para uma sacralização excessiva da causa e para o ódio ao inimigo, mas também promover este ideal de «guerra sem ódio» como o sumo do profissionalismo militar. [...] Em seguida, na prática, através do empenho resolutivo e do exemplo dos chefes com uma pedagogia adaptada. [...] O que torna as tropas valentes – e isso é uma constante histórica –, além, é claro, do valor dos homens, da sua competência, do seu equipamento e do seu treino, é o que se costuma chamar de «espírito de corpo», alimentado pela «fraternidade de armas». Por outras palavras, as solidariedades inabaláveis que se estabelecem no seio do regimento, do batalhão, da companhia, horizontalmente no espírito de camaradagem e verticalmente nas relações hierárquicas, feitas de confiança mútua e estima partilhada. [...] Neste contexto, o chefe, coronel, capitão, mas também sargento para a sua dezena de homens, é verdadeiramente o federador do espírito de corpo e dessa poderosa alquimia que é a fraternidade de armas. [...] Isso mostra a imensa responsabilidade dos chefes, a quem cabe ensinar, promover e dar o exemplo dos valores sem os quais a «fraternidade de armas» pode se perverter a ponto de alimentar a barbárie.»

Gostaríamos de citar todo o documento, pois cada afirmação é ilustrada por exemplos de guerras recentes... sem falar no que estamos a viver em 2025 com o ataque de Israel a Gaza, mas é preciso imaginar o impacto de tais palavras em Bogotá para um exército atolado numa «guerra suja». Palavras ainda mais poderosas, pois um especialista americano em contra-guerrilha interveio em seguida para... defender a tese contrária.

Traduzindo essas reflexões, de densidade excepcional, o colégio militar incluiu em seu programa de 2011 a comparação esclarecedora dos códigos do soldado.

Fiel ao seu método de bola de neve, a fundação facilitou a presença em Bogotá de militares de alto escalão de diferentes países, da América Latina, é claro, mas também da África, o que

despertou entusiasmo e deu origem a novas vocações. Foi assim que, no outono de 2009, surgiu a ideia de uma conferência africana de militares pela paz, por iniciativa de militares senegaleses. O exército senegalês é, de facto, um dos únicos da África que sempre foi leal à República e nunca fomentou um golpe de Estado⁵⁰⁵:

«O sucesso da conferência de Bogotá, em abril passado, permitiu imediatamente a abertura de diálogos regionais com o continente africano. Duas missões foram realizadas em Dakar para apresentar a FPH e a Aliança dos Militares. Com o apoio do General Gabar Diop, participante no congresso de Bogotá, a Carta das Responsabilidades Humanas, os objetivos da FPH e as atividades da Aliança puderam ser apresentados ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas senegalesas e a diferentes representantes de potenciais parceiros no local (embaixadas, fundações internacionais, etc.). As partes concordaram em aprofundar em conjunto a reflexão com vista à realização de uma primeira Conferência Internacional em Dakar.

Um seminário foi realizado em Klingenthal, de 5 a 12 de setembro de 2009. Ele reuniu cerca de vinte especialistas militares e civis (liderados pelo Embaixador Said Djinnit, Representante Especial do Secretário-Geral e Chefe do Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental, e Ousmane Sy, Coordenador da Aliança para Refundar a Governança em África (ARGA), vindos não só dos principais países da África Ocidental, mas também da Alemanha, França, Suíça, América Latina e Ásia Central. O seminário, organizado para lançar as bases de um diálogo entre militares e sociedade civil na África Ocidental com base na experiência franco-alemã, permitiu definir os contornos e os temas do Fórum Internacional sobre o mesmo tema, previsto para novembro de 2010 em Dakar, no âmbito das comemorações do cinquentenário da independência deste país.»

Sempre com o objetivo de combinar as vantagens de uma abordagem não governamental flexível com um enraizamento institucional. Realizada em novembro de 2010, um mês antes da minha aposentadoria, esta conferência de Dakar correspondeu às expectativas⁵⁰⁶:

«Os dois grandes desafios do encontro são o intercâmbio entre civis e militares, bem como o intercâmbio entre atores de diferentes países da África Ocidental entre si e com atores de todo o mundo, tudo isto com uma recepção muito «teranga» (wolof para a recepção senegalesa), com o desafio da segurança humana, no ano dos cinquentenários das independências. Um período de preparação de dois anos. Um conselho científico presidido por uma mulher e composto por membros civis e militares internacionais. Momentos formais em uniforme e momentos informais. Organizado numa abertura e encerramento solenes com o presidente da República e o ministro da Defesa, respetivamente – um grande encontro de homens (principalmente masculinos) fardados, em 7 painéis e duas sessões de 3 workshops em paralelo com intervenientes civis e militares e debates enriquecedores através das experiências dos participantes da Mauritânia, Camarões, Burkina Faso, Senegal, RDC Congo, Níger, Nigéria, Gâmbia, Mali, Cabo Verde, Togo, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Colômbia, Suíça e Canadá.»

⁵⁰⁵ FDS 24822 - novembro de 2009 - De Bogotá a Dakar: continuação dos trabalhos da aliança militar

⁵⁰⁶ FDS 25408 - novembro de 2010 - Colóquio internacional de Dakar forças de defesa e segurança no centro da segurança humana de 8 a 11 de novembro de 2010 em Dakar. Uma missão rica, densa, de alta qualidade e promissora organizada por Manfred Rosenberger a convite das forças armadas senegalesas e em cooperação com a fundação Konrad Adenauer e o CiDAN

Assim, em seis anos, a bola circulou da Europa para a América Latina, Ásia Central e Europa, ao preço, como para todas as outras alianças cidadãos, de um forte investimento direto da fundação, portadora de métodos de organização de alianças, contactos com instituições, uma visão com a Carta de Responsabilidades e capacidade de fazer a ponte com outros meios, nomeadamente no seio da sociedade civil.

A partir de 2011, a preocupação da nova direção da fundação foi estar menos diretamente envolvida na ação, o que pressupunha uma autonomia institucional desta rede que, até então, tinha funcionado de forma informal. A opção escolhida foi, portanto, integrá-la a uma rede pré-existente, a Sociedade Internacional de Ética Militar (ISME), da qual seria criada a filial europeia Euro-ISME, liderada por Manfred Rosenberger. A sua aposentadoria em 2014 marcou o fim de uma epopeia.

3.9 – A Aliança dos Cientistas

A relação problemática entre a investigação científica e o progresso da humanidade

A relação entre a investigação científica e o progresso da humanidade é uma questão consubstancial à Fundação, que tomou como ponto de partida para a sua ação a questão: «Como é que nunca fomos tão sábios e nos revelamos tão incapazes de enfrentar os grandes desafios da humanidade?». Muitos dos projetos financiados pela fundação, na primeira fase da sua existência, giraram em torno da questão da mobilização do progresso científico a serviço das populações mais carentes. O livro «Mission possible»⁵⁰⁷, escrito em 1993, é a primeira síntese do que a fundação aprendeu sobre este assunto durante os seus primeiros dez anos de existência. Nele encontram-se as premissas de todas as reflexões realizadas posteriormente, a começar pelo diálogo com as comunidades de investigadores. Dois capítulos do livro abordam este assunto.

O primeiro é uma análise dos sistemas «biossociotécnicos». Criação conceptual que data dessa época e que orientará muitas reflexões posteriores, a noção de sistema bio-socio-técnico remete para a ideia de que as nossas sociedades são constituídas por três subsistemas inter-relacionados, mas cada um com a sua própria lógica: um sistema «bio» que descreve as inter-relações entre as sociedades e a biosfera; um sistema «socio» que descreve as sociedades na sua lógica cultural, social, económica e política; um sistema «técnico» que, finalmente, descreve, num determinado momento da história, as inter-relações entre os diferentes conhecimentos e tecnologias. A identificação deste terceiro subsistema é, em si mesma, uma escolha metodológica importante. Implica reconhecer a esses sistemas técnicos uma forma de independência em relação às outras lógicas sociais, tornando o domínio da

⁵⁰⁷ Missão possível, Pensar o futuro do planeta. Publicado em 2003, por Pierre Calame
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/mission-possible/

evolução dos sistemas técnicos uma questão em si mesma, o que deu origem a um dos sete programas da Fundação entre 1991 e 2003, o programa «domínio social das tecnologias».

O segundo capítulo de *Mission Possible* trata das modalidades da produção científica e das condições em que essa produção pode ser colocada ao serviço da sociedade. Intitulado significativamente «A ciência ainda está no campo da liberdade?», ele levanta questões que reencontraremos, durante os trinta anos seguintes, no diálogo com o mundo científico, a começar pela relação entre investigação científica e democracia. Daí o interesse em retomar algumas passagens para contextualizar o tema.

Em primeiro lugar, a contestação da relação automática entre investigação científica e progresso:

«Nunca a produção científica, a quantidade de inteligência e dinheiro que ela mobiliza, o número de artigos e patentes que ela gera anualmente foram tão gigantescos, mas será que a ciência está no campo da liberdade? A ciência ainda serve ao progresso da humanidade?»

Na época, era perturbador sequer colocar a questão.

«A ideologia cientista é a única das ideologias herdadas dos séculos XVIII e XIX que parece não ter entrado em colapso. No entanto, também ela se encontra numa crise profunda. É certo que somos mais sábios do que nunca [...] e, no entanto, as ameaças planetárias acumulam-se.

Esta simples constatação define o leque de questões que nos colocámos sobre a forma de orientar, conduzir e valorizar a investigação científica:

1. as relações entre a produção de conhecimento e o progresso de todos os homens;
2. as prioridades atribuídas à investigação científica;
3. as lógicas e os métodos da produção de conhecimento;
4. a ética e a responsabilidade dos cientistas;
5. as complexas relações entre produção e utilização do conhecimento;
6. a formação das elites científicas e técnicas.»

Na forma de conduzir a investigação científica, uma das questões que nos preocupa, neste final do século XX, é o lugar concedido à investigação multidisciplinar, condição, em nossa opinião, para tirar a investigação da sua torre de marfim e adequá-la aos desafios concretos das sociedades:

«Diz-se em voz alta que são necessárias pessoas transdisciplinares, pessoas que se dediquem à divulgação, ao ensino, mas murmura-se baixinho que aqueles que se dedicam a isso são aqueles que perderam a corrida pela excelência [...]. Subrepticamente, o que não pode resultar num artigo científico numa grande revista, numa patente ou num mercado, o que não é sofisticado, deixa de ter interesse para o investigador. Esta forte lógica institucional orienta o trabalho dos investigadores e a formação das elites científicas. [...] A ciência que se faz continua a privilegiar a enunciação de «leis universais» que regem certos aspetos parciais de um sistema. É o resultado do trabalho de investigadores profissionais que têm de divulgar os seus conhecimentos aos profissionais para que a população possa beneficiar deles. A maioria dos cientistas sabe bem que

a relação triangular entre o «especialista», o «profissional» e o «beneficiário» não é assim tão simples. Mas esta cascata de conhecimento, que flui da investigação fundamental para as suas aplicações, continua a ser, na prática, a representação dominante da vulgata científica.»

Esta linha de reflexão conduz-nos a três perspetivas:

1. o envolvimento da sociedade na definição das prioridades da investigação, condição para integrar a investigação no campo da democracia:

«As comissões parlamentares de avaliação de tecnologias que se desenvolveram em muitos países são outro progresso. Elas mostraram que o bom povo pode formar uma opinião informada sobre questões que, à primeira vista, parecem reservadas aos especialistas. [...]»

2. a forma de associar a própria sociedade à investigação científica, o que mais tarde será designado por «terceiro setor da investigação»:

«A valorização da «investigação clínica». Cada sistema, por mais complexo que seja, deve poder ser abordado como um tema único, combinando a experiência local, o conhecimento que o sistema tem de si mesmo e os conhecimentos externos. [...] A investigação clínica é a vontade de abordar os sistemas bio-socio-técnicos na sua globalidade e singularidade. Ela coloca problemas metodológicos muito sérios; em primeiro lugar, porque obriga a integrar as ciências naturais e as ciências humanas e, em segundo lugar, porque obriga a enunciar de forma diferente o problema da prova. »

3. O exercício, pelos próprios cientistas, da sua responsabilidade:

«A ciência é o novo nome do destino? Perguntávamos na declaração de Vézelay, em outubro de 1987. Esta questão tem como corolário a da responsabilidade do investigador. Se a ciência é o destino, se a busca do conhecimento é a vocação irrevogável do Homem, custe o que custar, então a questão da responsabilidade do cientista em relação à sua pesquisa nem sequer se coloca. Se temos liberdade em relação ao desenvolvimento, às orientações, aos métodos e às utilizações da ciência, a questão da responsabilidade do investigador coloca-se. [...] Onde está a ética da liberdade e da responsabilidade? Nem o argumento «se eu não fizer, outro fará» nem o argumento da «imprevisibilidade das consequências da investigação» se sustentam. O primeiro aplica-se a qualquer crime, o segundo a qualquer risco. Proponho três princípios simples para avaliar a responsabilidade científica:

a) tudo o que for possível será feito;

b) tudo o que for feito dependerá do equilíbrio de forças, nomeadamente ecológicas e políticas;

c) tudo o que for feito aos animais será feito aos homens.

Esquecer estes princípios é antecipar fazer parte daqueles «que não queriam isso». Opõe-se ao cidadão comum o princípio «ninguém pode ignorar a lei». Quando vemos a complexidade das leis e a inventividade dos políticos e das administrações, este princípio é extremamente severo para o pobre cidadão. Então, por que hesitar em opor ao investigador, muito mais informado do que o cidadão comum, um princípio muito mais simples: ninguém deve ignorar o equilíbrio de forças? Vamos parar de acreditar que a ética do cientista é uma ética de intenções e uma ética individual, interna à ciência, que se resume a não trapacear com os

factos. A ética científica a construir é uma ética coletiva do controlo do uso do conhecimento. Deixemos de nos assustar, de gritar à Inquisição perante qualquer ideia de regulação social da investigação. O domínio do Homem sobre a natureza tornou-se tal que nenhuma investigação pode mais dispensar-se, em nome da liberdade de investigar, de questionar as suas possíveis e mesmo previsíveis aplicações, tendo em conta as relações de força e as lógicas em presença. A ciência não pode mais, em nome de uma ética da «busca da verdade» que alegremente esconde os seus determinantes sociais, económicos e políticos, subtrair-se a qualquer julgamento ético que lhe seja externo. [...] Os comités éticos internos ao meio científico são notoriamente insuficientes; é outra forma de reforçar o carácter eclesiástico ou mafioso do meio científico. A revogação do direito de ser julgado apenas pelos seus pares foi, se não me engano, uma conquista democrática.»

A primeira oportunidade concreta de diálogo estruturado com uma comunidade científica surgiu em 1993. Alain Ruellan, amigo muito próximo da fundação, era, na época, presidente do departamento de ambiente do CNRS. Ele propôs-nos coorganizar, em Montpellier, um primeiro colóquio conjunto⁵⁰⁸. Alain observou a este respeito:

«Já será difícil trazer os cientistas de volta às questões fundamentais das relações entre a investigação ambiental e a sociedade.»

Debates ricos, resultados decepcionantes. Essa é a dificuldade com que nos deparamos ao longo dos anos. As trocas estimulam as reflexões individuais dos investigadores, mas têm dificuldade em transformá-las em reflexões coletivas do meio ou das suas instituições. Uma segunda oportunidade surge em 1996⁵⁰⁹, por ocasião da organização de um colóquio intitulado «Que ambiente no século XXI? Controlo do longo prazo e democracia». Fontevraud foi a ocasião para iniciar um «colégio de cientistas» da Aliança, mas o desafio continua a ser associar as grandes redes pré-existentes e participar nas reflexões internacionais. Essas são as próximas etapas.

Numa nota publicada em 1998, no *Courrier de la Planète*, animado por Laurence Tubiana⁵¹⁰, avançamos a ideia de um novo contrato entre a ciência e a sociedade⁵¹¹:

«A nota retoma as reflexões iniciadas na década de 1980 e sintetizadas na plataforma para um mundo responsável, plural e solidário. Se a ciência está a tornar-se o novo nome do destino,

⁵⁰⁸ FDS Q & R 3825 - setembro de 1993, Colóquio «Educação – investigação – ambiente»

⁵⁰⁹ FDS Q & R 6667 - abril de 1996 - Organização do colóquio de Fontevraud

⁵¹⁰ Laurence Tubiana, nascida em 1951, é uma alta funcionária francesa. Economista, académica e diplomata, é professora associada desde 2003 no Instituto de Estudos Políticos de Paris, onde é titular da cátedra de desenvolvimento sustentável. Foi presidente do conselho de administração da Agência Francesa de Desenvolvimento, após ter fundado o think tank do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Relações Internacionais (IDDRI), que dirigiu de 2002 a 2014. Embaixadora para as negociações da conferência de Paris de 2015 sobre as alterações climáticas, dirige desde 2017 a Fundação Europeia para o Clima. Em 2019 e 2020, ela copreside a Convenção Cidadã para o Clima.

⁵¹¹ BIP 2640 - junho de 1998 - Pierre Calame. Trazer a ciência para o campo da cidadania: o papel do desenvolvimento das ciências e das técnicas na evolução das nossas sociedades implica que não há mais verdadeira democracia sem a capacidade coletiva dos cidadãos de orientar as prioridades em matéria de ciência. Isso altera radicalmente a posição da comunidade científica e a forma de produzir investigação: as relações são da competência do contrato social e a reflexão sobre a investigação deve ser reintegrada nas reflexões sobre a governação.

então a democracia chegou ao fim. Ainda é preciso compreender qual é o sistema ideológico que permitiu chegar a este ponto. Os textos fundadores sobre a ciência elaborados após a Segunda Guerra Mundial eram todos orientados pela defesa da «liberdade de investigação [...] [A nota mostra] como essa pressuposição permitiu ao mundo científico elaborar uma ideologia corporativista solidamente cimentada e capaz de relegar os espíritos críticos à imagem do retrógrado.»

Aqui iniciamos uma ideia fecunda que será retomada também para a educação e para as empresas: implícita ou explicitamente, existe um contrato social entre estes três grandes atores, cientistas, universitários e empresas, formulado no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, e é este contrato que hoje deve ser revisto para responder a uma situação radicalmente nova⁵¹²:

« Esta iniciativa [a iniciativa popular na Suíça sobre a rejeição dos OGM, que anteriormente não tinha sido objeto de qualquer debate público e foi vigorosamente combatida pelas autoridades federais e pelo lobby industrial] e as reações que suscitou têm, no entanto, o mérito de nos fazer compreender que, atualmente, a ciência escapa de forma cada vez mais radical à apreciação e ao controlo dos cidadãos. Ela escapa de três maneiras. Em primeiro lugar, nega-se aos cidadãos comuns, se não na teoria, pelo menos na prática, a capacidade de compreender os desafios e os mecanismos da investigação científica. Em segundo lugar, as decisões importantes relativas ao desenvolvimento das ciências e das técnicas são tomadas a nível internacional, enquanto a cena política permanece nacional. Nestas condições, qualquer esforço para controlar as orientações da ciência a nível nacional esbarra no argumento supremo, que os cruzados da luta contra a iniciativa popular suíça não deixaram de brandir: se não formos nós a fazê-lo, outros o farão e, por isso, perderemos batalhas na guerra económica. Por fim, cada vez mais integrada diretamente na estratégia das grandes empresas, a investigação escapa ao controlo público.»

A renovação do contrato social entre o mundo científico e a sociedade

A ideia de que um contrato social explícito entre o mundo científico e a sociedade havia sido construído após a Segunda Guerra Mundial foi desenvolvida por Jacques Mirénowicz em seu livro publicado em 2000, «Ciência e democracia: a união impossível?»⁵¹³. Será que ainda é relevante face aos novos desafios do mundo? Concordamos, então, com o interesse de nos envolvermos na preparação da Conferência Mundial sobre Ciência, que se realizará em 1999, em Budapeste⁵¹⁴, pois é a ocasião ideal para começar a colocar a questão e, para isso, iniciamos o diálogo com diferentes redes internacionais «comprometidas»: INES, International Network of Engineers and Scientists for Global Responsibility⁵¹⁵ e Pugwash,

⁵¹² Este tema foi apresentado de forma sintética no livro de 2020 «Metamorfoses da responsabilidade e contrato social». No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/metamorphoses-de-la-responsabilite-et-contrat-social/

⁵¹³ Ciência e democracia: uma combinação impossível? Publicado em 2000, por Jacques Mirenowicz. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/sciences-et-democratie-le-couple-impossible/

⁵¹⁴ FDS Q&R 9666 - novembro de 1998 - Preparação da Conferência Mundial sobre Ciência (CMS)

⁵¹⁵ Site da INES: <http://inesglobal.net/>

nascida da luta dos cientistas contra as armas nucleares⁵¹⁶. Para Arber, presidente do ICSU⁵¹⁷, Budapeste será o momento de dizer: «*Estamos fartos de todas estas críticas à ciência. Mas outras correntes vão expressar-se.*» Pois o contexto é muito interessante. O mundo científico perdeu o seu prestígio, tem cada vez mais dificuldade em atrair jovens, suscita uma desconfiança crescente na sociedade e, por isso, a tensão é palpável entre aqueles que vêm na conferência a oportunidade de silenciar essas críticas e de se agarrar ao antigo contrato social e aqueles que, como a Fundação, pensam num novo contrato social baseado na responsabilidade.

Pouco antes da conferência mundial, organizamos, na Bergerie de Villarceaux⁵¹⁸, um encontro entre vinte e cinco cientistas⁵¹⁹. Ele nos permite esclarecer as nossas reflexões sobre a corresponsabilidade dos cientistas em relação aos processos de produção possibilitados pelas suas pesquisas. Trata-se de um tema extremamente sensível, uma vez que está profundamente enraizada na comunidade científica a ideia de que a investigação científica é pura por essência e que apenas as suas más aplicações seriam responsáveis pelos seus danos. Reiteramos a nossa refutação desta postura simplista e a nossa afirmação de que «ninguém pode ignorar as relações de poder».

Três textos que redigi imediatamente após a conferência mostram como ela refletiu as dúvidas em relação à investigação científica tal como é conduzida, mas também as resistências à ideia de inventar um novo contrato social. O primeiro é dedicado às intervenções inaugurais⁵²⁰:

«Era de esperar que a conferência mundial sobre ciência, organizada pela UNESCO em Budapeste em junho de 1999, fosse um hino à ciência triunfante, dispensadora de todos os benefícios. No entanto, quase todos os intervenientes na conferência inaugural adotaram um tom completamente diferente. Do presidente da Hungria ao presidente da Academia Húngara de Ciências, do secretário executivo da UNESCO ao representante da Academia de Ciências dos EUA e, até mesmo nas palavras mais contundentes do decano da Assembleia, Joseph Rotblat, o que se destaca na conferência inaugural é, antes, uma advertência. «Será que conseguiremos sobreviver ao desenvolvimento tecnológico?», já dizia Von Neuman. A ciência deve ser orientada, ou mesmo travada: a ética da responsabilidade é a base da ação científica. É preciso procurar construir uma ciência cidadã. Não é mais possível deixar-se dominar pela ideologia cientificista, tão

⁵¹⁶ O Movimento Pugwash é o nome abreviado das Conferências Pugwash sobre Ciência e Assuntos Mundiais, uma organização internacional que reúne personalidades do mundo académico e político com o objetivo de reduzir os riscos de conflitos armados e procurar soluções para as ameaças à segurança mundial. Foi fundado em 1957, durante a Guerra Fria, por Józef Rotblat e Bertrand Russell em Pugwash, após a publicação, dois anos antes, do manifesto Russell-Einstein

⁵¹⁷ O Conselho Internacional para a Ciência reúne associações científicas nacionais e associações internacionais por disciplina. Site: <https://science.societe.fr/international-council-for-science-icsu/>

⁵¹⁸ A propriedade agrícola da Fundação no Vexin francês foi objeto de um vasto processo de conversão à agricultura biológica, conduzido por Matthieu Calame com Olivier Ranke e Philippe Cacciabue. Também utilizamos os antigos edifícios da quinta como local propício ao intercâmbio. Site web: www.bergerie-villarceaux.org/

⁵¹⁹ BIP 1486 - julho de 1999 - Propostas de Villarceaux sobre a Ciência - Seminário organizado à margem da Conferência Mundial sobre a Ciência. Coordenado por Jacques Mirenowicz

⁵²⁰ BIP 2644 - junho de 1999 - Longe de uma ciência triunfante e adornada com todas as virtudes, a conferência mundial sobre ciência organizada pela UNESCO em Budapeste abre novas questões sobre as relações entre ciência e sociedade. A ciência deve estar ao serviço da humanidade e de um planeta rico em sua unidade e diversidade

conveniente para defender os interesses materiais da comunidade científica.»

Mas essas dúvidas não são partilhadas pela maioria dos participantes, que se agarram à sua ideologia corporativista. Dois artigos refletem essas resistências e contradições. O primeiro, publicado pela revista *l'Hebdo*, na Suíça, tem um título evocativo⁵²¹, «Alguns loucos, muitos hipócritas, alguns sábios ou a divisão em três da comunidade científica mundial»:

«As pessoas presentes em Budapeste? [entre as quais, aliás, estão ausentes as figuras-chave do mundo científico e económico], muitos loucos, muitos hipócritas e uma minoria de sábios. Os loucos continuam a erguer o princípio da liberdade de investigação como um direito humano e atribuem os problemas atuais da ciência a uma falta de comunicação da comunidade científica com a sociedade; comunicação unidirecional, claro está. Os hipócritas reconhecem que seria melhor articular a ciência com os desafios da sociedade, mas, como propostas, limitam-se a reafirmar a sua fé na investigação. Por fim, há aqueles para quem a sabedoria é mais importante do que o conhecimento e que gostariam de basear as decisões relativas à investigação científica em regras e valores comuns a toda a sociedade.»

O segundo foi redigido a pedido da revista *Futuribles*. Intitula-se «As evoluções científicas da segunda metade do século XX, nomeadamente no domínio da genética, obrigam a questionar os fundamentos éticos da ciência atual e a defender um novo contrato entre a ciência e a sociedade»⁵²². A conferência de Budapeste é, de facto, muito marcada pelos progressos da genética. Ela ocorre no momento em que o projeto Genoma Humano (PGH, ou HGP para Human Genome Project), lançado no final de 1988, cuja missão era estabelecer a sequenciação completa do ADN do genoma humano, está chegando ao fim.

«[Ora, este projeto revela] a contradição entre os pressupostos inerentes à investigação em biologia molecular e os princípios de igualdade afirmados pelos direitos humanos, o que levou a UNESCO, na sua declaração universal sobre os genomas humanos, a fazer contorções muito estranhas.»

A «Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos» foi efetivamente adotada em julho de 1997. Na minha reação, começo por recordar o discurso visionário de Joseph Rotblat na conferência inaugural de Budapeste:

«O mais impressionante desta sessão plenária foi a verdadeira ovação reservada à intervenção final de Sir Joseph Rotblat⁵²³, físico nonagenário e fundador do movimento Pugwash. Ora, Sir Joseph não mede as palavras. Cito-o a partir das minhas notas da sessão. Os cientistas devem

⁵²¹ BIP 2636 - julho de 1999 - Alguns loucos, muitos hipócritas, alguns sábios ou a divisão em três da comunidade científica mundial. Retrospectiva da conferência mundial sobre ciência em Budapeste. Entrevista realizada por Béatrice Pellegrini e publicada no *Hebdo* em 8 de julho de 1999

⁵²² BIP 2560 - julho de 1999 - As evoluções científicas da segunda metade do século XX, nomeadamente no domínio da genética, obrigam a questionar os fundamentos éticos da ciência atual e a defender um novo contrato entre a ciência e a sociedade. Texto escrito após a Conferência Mundial sobre Ciência, que recoloca a reflexão sobre as relações entre ciência e sociedade numa perspetiva histórica, filosófica e sociológica

⁵²³ Józef Rotblat (1908 - 2005) foi um [físico polaco](#), especialista em física nuclear. Foi o único cientista a abandonar o projeto Manhattan antes da destruição de Hiroshima. Com o objetivo de sensibilizar a humanidade para os perigos da bomba atômica e na sequência do manifesto Russell-Einstein, criou o Movimento Pugwash, pelo qual foi galardoado com o Prémio Nobel da Paz em 1995

assumir a responsabilidade pelas consequências das suas descobertas. Antigamente, estes problemas não se colocavam, a ciência era uma troca entre cavalheiros. Agora é uma atividade a tempo inteiro e o fosso entre a ciência e a sociedade aumentou. No entanto, os cientistas construíram uma torre de marfim, acreditando que estudavam leis que nada tinham a ver com as paixões humanas e, para isso, criaram uma série de afirmações: ciência sem limites; ciência sem política. Hoje em dia, isso já não é credível. A ciência tornou-se um elemento dominante nas nossas vidas, com grandes progressos e grandes riscos. Já não existe um fosso entre a ciência fundamental e a ciência aplicada. Os cientistas já não podem afirmar que a sua atividade não tem nada a ver com política. No entanto, muitos cientistas continuam a afirmar que é a aplicação da ciência que pode ser prejudicial e consideram que a sua responsabilidade se limita à transmissão do conhecimento. Esta negação da responsabilidade pessoal é imoral. O conhecimento implica responsabilidade. O desenvolvimento do conhecimento deve estar subordinado a uma condição de utilidade para a comunidade humana: não pelo prazer do espírito, mas pelo bem da vida. É necessário um código de ética, uma espécie de juramento de Hipócrates para todos os jovens cientistas. O que valia há 2500 anos para o médico, porque tinha nas suas mãos a vida do doente, aplica-se agora a todos os cientistas, porque têm nas suas mãos a vida da sociedade. »

Em seguida, o texto do artigo concentra-se na engenharia genética:

«A revelação do vivo é-nos apresentada como uma nova fronteira tecnocientífica. Mas todos sentimos bem o que há de violento no discurso da ciência sobre a ciência, especialmente quando se aplica ao vivo. As fórmulas ouvidas em Budapeste sobre a possibilidade de «desvendar» os segredos do vivo, «obrigar a natureza a revelar os seus segredos», são de uma violência simbólica incrível, pois emprestam do vocabulário da invasão, da violação e da confissão sob tortura. Podemos sorrir com indulgência, para rapidamente voltarmos ao discurso tranquilizador e convencional sobre os benefícios da ciência para a medicina, para a inovação e para o emprego. Mas também temos o direito de estremecer. Também temos o direito de pensar e dizer que, com a genética, com a biologia molecular, com a decifração do genoma humano, surgem questões sociais e antropológicas radicalmente novas. [...] Nada é mais significativo do que o atual desconcerto das contorções da Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos elaborada pela UNESCO e aprovada por muitos países. Essas contorções são impostas por duas contradições fundamentais inerentes ao próprio projeto de decifração do genoma humano.

Primeira contradição: por um lado, em nome dos princípios éticos formulados na Declaração dos Direitos Humanos, proclama-se a igualdade dos seres humanos, mas, por outro lado, em nome da liberdade de investigação, legitima-se investigações que, pela sua própria natureza e origem, são fundamentalmente eugénicas, como lembra justamente Pierre Thuillier em *La Grande Implosion*⁵²⁴. Ele cita, nomeadamente, um dos descobridores do ADN, Sir Francis Crick, Prémio Nobel de 1962, que avançou a seguinte proposta: nenhuma criança recém-nascida deveria ser reconhecida como humana antes de passar por uma série de testes relativos à sua dotação genética [...] se não passar nos testes, perde o direito à vida. Discurso em linha com as palavras de outro biólogo famoso, Julian Huxley, que também foi o primeiro diretor-geral da UNESCO, que recomendava, na década de 1920, considerando que a eugenia se tornaria prática comum, que se eliminassem as camadas mais baixas de uma população geneticamente misturada. Sem

⁵²⁴ Pierre Thuillier (1932 – 1998), filósofo e historiador francês da ciência do final ^{do}século^{xx}, foi crítico da tecnocracia triunfante do início dos anos 1970, do cientificismo e das pseudociências, e publicou vários livros e artigos sobre as relações entre a ciência e a sociedade.

mentonar o caso, ainda mais conhecido, de outro Prémio Nobel, Alexis Carrel, que recomendava, em 1935, o estabelecimento, por meio da eugenia, de uma aristocracia biológica hereditária e considerava indispensável que as classes sociais fossem cada vez mais classes biológicas [...].

A segunda contradição, que explica as contorções da Declaração Universal sobre o Genoma Humano, resulta do modo de financiamento da investigação. A declaração começa por afirmar no artigo primeiro que «o genoma humano é, num sentido simbólico, património da humanidade». Mas tudo está na palavra simbólico. Isto permite, pelo menos, precisar que o simples conhecimento de sequências parciais de genes, no seu estado natural, não deve dar lugar a ganhos pecuniários. Mas, acrescenta o comentário imediatamente a seguir, este artigo não exclui que os resultados da investigação genética possam ser objeto de direitos de propriedade intelectual, que constituem a contrapartida indispensável aos investimentos consentidos para a investigação. O que significa que é evidente que a investigação sobre o que temos de mais íntimo se insere no campo do raciocínio económico.

A Futuribles renunciará a publicar este artigo, considerando que os seus leitores ficarão chocados com as ideias expressas. Surpreendente para uma revista de prospectiva, mas isso ilustra bem a dificuldade de um «meio esclarecido» em avaliar as contradições nas quais estamos a mergulhar.»

Assim, a conferência de Budapeste marca uma etapa decisiva na reflexão da Fundação e na sua relação com os meios científicos. A partir daí, ela não cessará de identificar cientistas dispostos a enfrentar essas questões incómodas, essa minoria de sábios, de que falamos, disposta a definir realmente um novo contrato entre a ciência e a sociedade. Talvez valha a pena falar de tecnociência, para retomar a expressão de Joseph Rotblat, uma vez que a investigação científica é inseparável das ferramentas técnicas que permitem conduzi-la e mobilizam meios consideráveis, pondo fim, como ele diz, à ficção de uma ciência reduzida a um diálogo entre cavalheiros.

Com a nossa visão agora bem estabelecida, surgiu, como em toda aliança, a questão «com quem?». Inicialmente, não queríamos criar uma nova estrutura e, muito menos, fazê-lo sozinhos. Duas pistas foram então exploradas: as redes pré-existentes de cientistas que partilhavam a mesma reflexão sobre a responsabilidade; as outras fundações.

Foram identificadas duas redes pré-existentes de cientistas: a Rede Internacional de Engenheiros e Cientistas (INES) e o movimento Pugwash. A primeira nos pareceu demasiado focada nas ligações entre as indústrias de armamento e a investigação científica, embora a sua evolução ao longo dos anos, agora destacando a ideia de «responsabilidade global dos cientistas», pareça, em 2025, deixar esperança de convergências. A segunda apresentava a dupla vantagem de uma paternidade prestigiada, com Josef Rotblat e Bertrand Russell. No início dos anos 2000, procurámos, portanto, construir essa aliança com ela, em particular apoiando um seminário internacional da Pugwash sobre ciência e responsabilidade⁵²⁵. Os resultados foram decepcionantes. Devido às condições em que nasceu, a Pugwash continuava,

⁵²⁵ FDS 20414 - novembro de 2002 - Organização do seminário Pugwash «Responsabilidade social dos cientistas»

na época, muito centrada na questão da guerra nuclear. O fim da Guerra Fria obrigou-a a redefinir-se, e a transformação não estava completa. Foi preciso esperar até 2012 para considerar uma parceria com o movimento⁵²⁶.

A mesma decepção relativa se verificou do lado das fundações. Encorajámos o Centro Europeu de Fundações, do qual a FPH era membro, a organizar uma reflexão coletiva sobre o posicionamento das fundações em relação à atividade científica. Muitas delas, devido à data da sua criação, numa época em que a ciência triunfava, apoiam estatutariamente o desenvolvimento da atividade científica identificada como motor do progresso, e era interessante ver se algumas delas tinham passado por uma evolução comparável à nossa e aceitavam reconsiderar o contrato social entre cientistas e sociedade. No início de 2002, organizámos um workshop sobre este tema durante a AG do Centro Europeu de Fundações⁵²⁷ e, na sequência do workshop, fizemos uma proposta de coligação de algumas fundações em torno da ideia de um «novo contrato»⁵²⁸, mas esta proposta não teve eco.

O nascimento da Fundação Ciências Cidadãs

Paralelamente, e conscientes das dificuldades em contar com o apoio de uma vasta coligação, discutimos com três cientistas próximos da Fundação a possibilidade de tomar uma iniciativa. Jacques Testart⁵²⁹, um biólogo de renome, conhecido por ter exigido uma moratória sobre os processos de reprodução in vitro, considerando que estas pesquisas eram arriscadas antes que as regulamentações públicas necessárias pudessem ser implementadas. André Cicollella⁵³⁰, precursor dos denunciantes, conhecido a nível nacional por ter chamado a atenção para a perigosidade dos produtos químicos utilizados na limpeza de equipamento informático e por ter sido sancionado por isso. Christophe Bonneuil⁵³¹, historiador e sociólogo das ciências. Em 2002, concordamos que eles criariam uma associação, inicialmente chamada «Fundação Ciências Cidadãs», hoje «Ciências Cidadãs»⁵³², para promover, a longo prazo e com o apoio da fundação, uma reflexão coletiva e ações de promoção de uma ciência cidadã, com

⁵²⁶ FDS 26089 - novembro de 2012 - Apoio aos encontros Pugwash França UNESCO «Ciência e Responsabilidade Social». Colaboração com a fundação La Ferthé

⁵²⁷ BIP 1000 - maio de 2002 - Ciência e democratização. Um workshop durante a Assembleia Geral do Centro Europeu de Fundações em Bruxelas expõe as respostas clássicas à crescente desconfiança da população em relação à ciência

⁵²⁸ BIP 705 - junho de 2002 - Um consórcio de fundações para promover novos laços entre a atividade científica e a sociedade. Perante os novos desafios da humanidade, as responsabilidades dos cientistas mudam de natureza. As fundações, tradicionalmente empenhadas no apoio à ciência, devem acompanhar esta mutação

⁵²⁹ Jacques Testart, nascido em 1939, biólogo, doutor em ciências, diretor honorário de investigação do Inserm, ex-presidente da CFDD, dedicou-se aos problemas da procriação natural e artificial em animais e seres humanos e escreveu mais de 300 artigos na imprensa científica internacional

⁵³⁰ André Cicollella, nascido em 1945, é químico, toxicologista e investigador francês em saúde ambiental, especialista em avaliação de riscos sanitários

⁵³¹ Christophe Bonneuil, nascido em 1968, é historiador da ciência e professor francês, atualmente diretor de pesquisa no CNRS e professor na EHESS. Publicou trabalhos sobre história ambiental, Antropoceno, modernização agrícola e ciências e sociedades.

⁵³² Site da Fundação Ciências Cidadãs: <https://sciencescitoyennes.org/>

os múltiplos significados que, há mais de quinze anos, atribuímos a este conceito.

Desde o verão de 2002, redigimos a Carta que, vinte anos depois, continua a ser a referência da associação⁵³³:

«Após a era do domínio da natureza, deve vir a era do domínio da ciência, da cidadania científica. A Sciences Citoyennes tem como objetivo promover e prolongar o movimento atual de reapropriação cidadã e democrática das ciências, a fim de colocá-las a serviço do bem comum. Ela estabelece, nomeadamente, os seguintes objetivos:

- aumentar as capacidades de investigação e de especialização da sociedade civil, das forças associativas, dos consumidores, dos sindicatos e dos cidadãos. Apoiaremos a constituição de um terceiro setor científico [...];
- o incentivo à liberdade de expressão e debate no mundo científico, o apoio aos denunciantes e o desenvolvimento de controvérsias públicas [...];
- promover a elaboração democrática de escolhas científicas e técnicas [...]

A associação, há muito animada por Claudia Neubauer, doutora em química e jornalista científica, conseguiu encontrar o seu lugar, tanto a nível francês como europeu, em todos os debates relativos à integração da investigação científica no progresso das sociedades. É também com a Fundação Ciências Cidadãs, considerada um «parceiro de primeiro círculo» da fundação, que inauguramos uma nova prática: o acolhimento nas nossas próprias instalações de parceiros a quem prestamos assistência em espécie, além do apoio financeiro. Inicialmente prevista para seis meses, ela ainda está lá mais de vinte anos depois⁵³⁴.

Das três vertentes de ação da associação, a que diz respeito à responsabilidade coletiva dos cientistas foi a que começou mais tarde. A questão, é verdade, é particularmente difícil: os cientistas podem ser responsabilizados eternamente pelo uso que é feito das suas pesquisas? E, inversamente, isentá-los de qualquer responsabilidade a esse respeito não abre a porta a uma forma de irresponsabilidade generalizada? Como repetimos há muito tempo, ninguém deve ignorar as relações de poder. Mas esse atraso também se deve ao facto de que, no nascimento da Sciences Citoyennes, o trabalho de elaboração da Declaração Universal das Responsabilidades Humanas, sobre a qual falaremos mais adiante, estava longe de estar concluído, e ainda não tínhamos iniciado o trabalho com juristas para ver o que implicavam as novas formas de responsabilidade e co-responsabilidade na era das interdependências globais e do antropoceno.

Foi em outubro de 2015 que a associação adotou um «Manifesto para uma investigação científica responsável»⁵³⁵. Citaremos simplesmente a sua conclusão:

⁵³³ Carta da associação Ciências Cidadãs: https://sciencescitoyennes.org/l_association/

⁵³⁴ FDS 20788 - maio de 2003 - Apresentação da Fundação Ciências Cidadãs. A acolhida da Fundação Ciências Cidadãs leva à criação de uma jurisprudência coletiva

⁵³⁵ Manifesto por uma investigação científica responsável. Publicado em 2015, por um coletivo. No site da Sciences citoyennes: <https://sciencescitoyennes.org/manifeste-pour-une-recherche-scientifique-responsable/>

«Estamos conscientes de que o tipo de investigação [que defendemos], voltada para o interesse geral e na qual os cidadãos têm um papel central, exige mudanças profundas, tanto na formação e nas missões dos investigadores e professores-investigadores, como no papel e nas funções das instituições de investigação ou nos objetivos das políticas de investigação. Em resumo, apelamos a uma investigação científica responsável – que consideramos ser a única capaz de reconstruir a confiança entre a ciência e a sociedade – e de fazer com que a ciência seja parte integrante de uma sociedade sustentável e de bem-estar.»

E, em 2018, a Sciences citoyennes organizará uma série de três dias de colóquio para definir os seus contornos⁵³⁶:

«O Conselho Científico reunido em torno da programação decidiu abordar os temas da responsabilidade das instituições (6 de abril de 2018), das práticas da profissão de investigador (29 de maio de 2018) e dos possíveis contra-modelos (13 de setembro de 2018).»

Ressaltemos aqui, a propósito da responsabilidade dos investigadores:

«A preocupação em considerar a investigação científica como uma atividade profissional, tal como as outras, e sujeita a critérios de avaliação da mesma natureza. Ora, até agora, a tendência dos cientistas era tratar-se como uma classe à parte, beneficiando da sacralização da Ciência. [...] E, ao longo do século^{xx}, a ciência pareceu, por um momento, a única religião que resistia. Hoje, assistimos à sua secularização. Ao colocar a ciência num pedestal, conseguimos que os trabalhadores científicos também fossem colocados nele. O primeiro passo para descer do pedestal é, portanto, torná-los atores sociais como quaisquer outros. Nessa qualidade, eles participam da atual irresponsabilidade ilimitada das nossas sociedades, são parte integrante dela, nem mais, nem menos do que os outros. E a responsabilidade dos investigadores, por esse facto, é perfeitamente comparável à responsabilidade dos outros atores. Por exemplo, Mari-Angèle Hermitte deu vários exemplos da dificuldade em atribuir a responsabilidade pelas consequências prejudiciais do envolvimento das descobertas científicas a um investigador em particular. Ora, essas dificuldades são as mesmas noutros setores da sociedade, por exemplo, nas finanças. Lembremo-nos de que nenhum dos verdadeiros responsáveis pela crise financeira mundial de 2008 foi parar à prisão. É indispensável falar de co-responsabilidade, reconhecer que a irreversibilidade dos efeitos dos nossos modos de desenvolvimento levanta questões novas e difíceis. Assim, a dificuldade em definir a responsabilidade dos investigadores não é mais do que a dificuldade geral que se encontra em elaborar a noção de co-responsabilidade num sistema interdependente⁵³⁷.»

O círculo estava fechado, justificando que o mundo científico fosse considerado como uma das alianças cidadãs, implicando redefinir as suas ligações com o resto da sociedade, tal como as outras.

⁵³⁶ Ciclo de colóquios para uma investigação científica responsável. Iniciativa da associação Ciências Cidadãs
No site da iniciativa: <https://recherche-responsable.org/>

⁵³⁷ O debate aprofunda-se ano após ano, como ilustra a discussão internacional na primavera de 2025 sobre a proibição da produção de «bactérias espelho» sintéticas: Células espelho: é lançada uma reflexão ética sobre pesquisas de alto risco. Uma conferência, realizada em 12 e 13 de junho de 2025 em Paris, marca a primeira etapa de uma série de discussões internacionais com o objetivo de impedir a criação de formas de vida sintéticas suscetíveis de devastar o mundo

Os OGM

Tendo em conta o empenho da Fundação neste tema há várias décadas e o seu caráter exemplar em matéria de democracia, vamos agora contar as múltiplas peripécias da subordinação do vivo à lógica da privatização e da patenteação, bem como as modalidades escolhidas pela Fundação para levar este debate ao público. Destacamos aqui quatro modos de ação: apoiar o desenvolvimento da agroecologia; alimentar o debate público com informação, em particular sobre os OGM (organismos geneticamente modificados); promover o intercâmbio de sementes camponesas; levantar a questão das modalidades de comercialização de novas moléculas ou novos OGM. Esta história, que se estende por mais de trinta anos, será resumida ao essencial e às primeiras etapas fundadoras.

Apoiar o desenvolvimento da agroecologia

A Fundação possui uma propriedade agrícola de várias centenas de hectares em Villarceaux, na região de Vexin Français. Desde a década de 1980, o Conselho da Fundação questionou-se sobre a coerência entre as orientações da Fundação e o modo de exploração desta propriedade na agricultura industrial, altamente consumidora de fertilizantes sintéticos e pesticidas. Com base numa análise feita por Matthieu Calame, o Conselho decidiu, no início dos anos 90, iniciar a conversão de toda a propriedade para a agricultura biológica⁵³⁸. A esta escala, foi provavelmente uma iniciativa inovadora na França, liderada por Matthieu Calame com dois colegas agrónomos, Philippe Cacciabue e Olivier Ranke. Matthieu tornou-se, durante alguns anos, presidente do Instituto Técnico de Agricultura Biológica (ITAB). É um especialista reconhecido nestas áreas⁵³⁹ e um orador regular nos meios de comunicação social e nas universidades. Esta experiência, muito concreta, tornou a fundação muito atenta aos desafios e efeitos da investigação agronómica.

Alimentar o debate público sobre os OGM

Joseph Tarradellas, professor de ecotoxicologia na Escola Politécnica Federal de Lausanne (EPFL) e um dos membros mais antigos do Conselho da Fundação, deu o alarme em 1997, chamando a nossa atenção para a votação popular organizada na Suíça sobre a aceitação dos OGM. Na prática, trata-se de plantas e até animais geneticamente modificados, sendo as modificações genéticas em laboratório uma prática antiga. Aqui, com os novos desenvolvimentos da investigação, é todo o sistema agrícola e a integridade dos ecossistemas que estão em causa. Ora, e é aí que reside o desafio desta votação popular suíça, estas modificações radicais foram iniciadas na ausência de qualquer debate público e democrático⁵⁴⁰.

⁵³⁸ La Bergerie 1995 – 2000, .Rumo a uma gestão responsável e solidária de um espaço rural, inserido na sua região e no mundo Publicado em 2001, por Matthieu Calame. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/la-bergerie-1995-2000/

⁵³⁹ Uma agricultura para o século XXI. Publicado em 2007, por Matthieu Calame. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/une-agriculture-pour-le-xxie-siecle/ - Compreender a agroecologia. Publicado em 2016, por Matthieu Calame. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/comprendre-l-agroecologie/

⁵⁴⁰ BIP 2709 - novembro de 2002 - inf'OGM Como instrumento de debate público. Thierry Raffin

«[Como recorda uma nota de 2002], foi preciso esperar até 1996 e a ação das organizações ambientalistas para que a questão dos OGM surgisse nos meios de comunicação social e a opinião pública comesse a interessar-se por ela. Muito rapidamente, os OGM tornaram-se objeto de controvérsia num contexto de escândalos agroalimentares (vaca louca, frango com dioxina, farinha animal, EEB) e médicos (sangue contaminado) relacionados com riscos para a saúde. As sondagens e, em particular, o Eurobarómetro, registam um aumento da desconfiança e da resistência à aplicação das biotecnologias no domínio sensível da alimentação; mas, ao mesmo tempo, observam uma sensação de falta de informação das populações inquiridas sobre o assunto. Aproveitando a votação de junho de 1997 na Suíça «pela proteção genética», a FPH organizou uma série de encontros internacionais, entre 1997 e 1998, sobre o tema dos OGM na agricultura. No final desses encontros, e em acordo com as ONG que participaram neles, constatou que havia uma real falta de informação neste domínio. Em França, pela primeira vez, foi organizada uma conferência de cidadãos sobre o tema dos OGM em junho de 1998, para finalmente abrir o debate público sobre a questão e, talvez, extinguir a polémica que se intensificava. A experiência passou praticamente despercebida e acabou por ser bastante controversa, mas teve o mérito de chamar a atenção dos políticos para a necessidade de um debate cidadão sobre os OGM. Como a conferência não esgotou o debate, tudo continua por fazer. É neste contexto que, na primavera de 1999, surge o projeto «Inf’OGM – vigilância cidadã sobre os OGM», com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do debate público, através da disponibilização, valorização e divulgação de informações sobre este novo domínio tecnológico. Trata-se de mapear os desafios e os impactos potenciais e multidimensionais. [...] Para tal, a Inf’OGM mobilizará diversos meios e empreenderá, em seu nome próprio ou através dos seus membros animadores, ações específicas, procurando evitar posições ideológicas e promovendo, sempre que possível, o diálogo entre cientistas e cidadãos.»

Em 2025, a Inf’OGM continua a ser apoiada pela Fundação. Eis como apresenta este parceiro:

«Criada em 1999, a partir da constatação de que informações compreensíveis e acessíveis sobre organismos geneticamente modificados (OGM) são essenciais para permitir que o debate cidadão ocorra sem ser influenciado pelos interesses económicos das empresas. Há vinte anos, a Inf’OGM realiza um trabalho de recolha e tratamento de informações sobre a situação dos OGM na França, na Europa e no mundo. Há vários anos, a associação também aborda outros temas relacionados, correspondentes à evolução deste dossiê, como as sementes, a multiplicação de novas tecnologias de transformação do vivo, a desmaterialização dos recursos genéticos através da constituição de bases de dados de sequências e a reivindicação da propriedade industrial sobre o vivo.

A Inf’OGM considera que o debate técnico tende a ofuscar o debate social. No entanto, os desafios atuais – crise ambiental, social, climática, etc. – exigem uma visão global, incompatível com o reducionismo técnico que se concentra em resolver os problemas a curto prazo. A associação exige das autoridades públicas uma verdadeira transparência da informação e a criação de um serviço público eficaz e fiável de informação sobre os OGM. A associação dirige-se aos cidadãos, eleitos e profissionais, a fim de lhes permitir retomar o controlo das decisões que lhes dizem respeito.»

Por trás da questão dos OGM, questionam-se simultaneamente a relação entre a investigação científica e a democracia e a relação dos investigadores com a sua lógica institucional e as suas responsabilidades. É o que expressa Matthieu Calame num artigo que submeteu ao INRA

em 2004⁵⁴¹:

«Os investigadores têm demasiada tendência, à semelhança de outras profissões, para conceber a sua atividade como radicalmente diferente. Mas se aceitarmos comparar a evolução da investigação à luz de outros setores de atividade, as semelhanças saltam à vista. [...] Os OGM, uma inovação técnica? Os OGM, um tema de investigação? Talvez. Mas os OGMs são, acima de tudo, um meio formidável de captar riqueza, um meio formidável de compensar, por meio de patentes, a diminuição dos fundos públicos. Os OGMs? O pilar de uma estratégia de sobrevivência económica, a garantia de um financiamento duradouro. Tenho dificuldade em acreditar que, neste dossier, o INRA tenha sido apenas um observador. Acredito, ao contrário, que, para uma parte desta instituição, os OGM são um elemento de uma estratégia de sobrevivência e desenvolvimento da sua atividade, e acredito que, em França, mas também em todo o mundo, foi a investigação que vendeu a ideia dos OGM ao setor económico e não o contrário.»

A atividade da Inf'OGM não se limita à França. A associação desempenha rapidamente um papel significativo no debate público na Índia, na China, em África⁵⁴²:

«A atividade internacional desenvolvida pela Inf'OGM nos últimos anos é impressionante. Além da divulgação do seu boletim mensal e do acesso ao seu site muito além das fronteiras francesas, a Inf'OGM esteve presente em numerosos encontros internacionais, por vezes como observadora, muitas vezes como interveniente e até mesmo como organizadora de workshops.»

Este papel da fundação na estruturação do debate público sobre os OGM e a recusa de uma abordagem puramente tecnicista do problema não escaparam ao lobby agroindustrial, que a aponta do dedo na sua carta «Agricultura e ambiente», cujos apoios são totalmente opacos. Na sua carta de 2006, lê-se⁵⁴³:

«Para além das ações amplamente divulgadas pela Greenpeace, Attac, Amigos da Terra ou ainda pela corrente de José Bové no seio da Confederação Camponesa, uma estrutura mais pequena desempenha há vários anos um papel essencial — embora mais discreto — na guerrilha anti-OGM em França: a Fundação Charles-Léopold Mayer para o Progresso do Homem (FPH), uma fundação de direito suíço criada em 1982 e dirigida pelo enigmático Pierre Calame.»

Em 1999, pela nossa promoção da Aliança para um Mundo Responsável e Solidário, fomos suspeitos de ser uma seita. Em breve seremos promovidos a eco-terroristas. Decididamente, trazer a investigação científica para o campo da democracia, o nosso projeto há mais de vinte anos, não agrada a todos.

⁵⁴¹ BIP 2472 - 2004 - Salvemos a investigação, o INRA, os OGM e Sócrates. Um projeto de artigo para a Missão Ambiente e Sociedade do INRA. A investigação? Em primeiro lugar, uma atividade humana, integrada nas outras e com as mesmas motivações económicas e sociais. Uma mudança de ponto de vista para revelar fenómenos demasiado frequentemente ocultados

⁵⁴² BIP 2710 - fevereiro de 2003 - Nascimento de uma rede internacional de informação - INF'OGM. O lugar e o papel da inf'OGM. Frédéric Prat

⁵⁴³ Para quem trabalha a inf'OGM, 2006.
No site Agricultura e ambiente: www.agriculture-environnement.fr/2006/08/22/pour-qui-roule-inf-ogm

Sementes e sementes camponesas

A quem pertence o vivo? Podemos privatizá-lo e em benefício de quem? É legítimo introduzir no mercado bens que, por natureza, «se multiplicam ao serem partilhados», como a variedade genética das sementes⁵⁴⁴?

Há alguns anos, a regulamentação obriga os agricultores a comprar sementes selecionadas, registadas num catálogo, e não lhes permite reproduzi-las eles próprios. Mais uma vez, uma questão filosoficamente e ecologicamente essencial, reduzindo voluntariamente a diversidade em nome da garantia de qualidade, que escapa totalmente ao debate público. Situação tanto mais singular quanto muitas decisões sobre o assunto foram tomadas pelo regime de Vichy, sob a ocupação alemã. Mas quem sabe disso? Em 2012, a fundação publicou um livro de Christophe Bonneuil, «Semences une histoire politique» (Sementes, uma história política)⁵⁴⁵, que reconstitui essa história, não para denunciar, mas simplesmente para ajudar a compreender de onde viemos e qual é a origem das decisões que, ao longo dos anos, adquiriram força de lei:

«Nos últimos anos, a contestação dos organismos geneticamente modificados (OGM) trouxe à tona questões que, até então, pouco mobilizavam a opinião pública. De onde vêm as variedades de legumes, frutas e cereais que consumimos? É legítimo que sejam objeto de formas restritivas de propriedade intelectual? O «progresso» passa necessariamente pela homogeneização genética das plantas cultivadas em detrimento da biodiversidade? A agricultura industrial não torna os agricultores dependentes das grandes empresas de sementes e agroquímicos?»

Esta obra revela como certas escolhas específicas foram feitas no passado e apresenta as múltiplas alternativas que se abrem hoje em matéria de seleção varietal: agricultura ecológica, sementes camponesas... tantos meios que permitem «inovar de outra forma». Já em 1997, André Talmant e Pierre Calame, no seu livro «L'État au cœur»⁵⁴⁶, falavam dessas regras administrativas que ninguém ousa tocar porque se esqueceu a sua origem.

A Fundação não podia deixar de se interessar por alternativas que respeitassem melhor a natureza do vivo e respondessem à necessidade de preservar a biodiversidade doméstica e selvagem. Desde dezembro de 2002, ela apoia um primeiro encontro de camponeses em Toulouse⁵⁴⁷. Lá, soa o alarme:

«O contexto científico (pressão dos defensores dos OGM e dos produtores de sementes), jurídico

⁵⁴⁴ No livro «Essai sur l'économie», publicado em 2009, no site da ECLM: www.eclm.fr/livre/essai-sur-l-oeconomie/, Pierre Calame desenvolve a ideia de que existem quatro categorias de bens, e não duas, como defende a teoria clássica da economia. Apenas uma dessas quatro categorias pertence legitimamente ao mercado. Não é a essa categoria que pertencem as sementes

⁵⁴⁵ Sementes: uma história política. Publicado em 2012, por Christophe Bonneuil, Frédéric Thomas, Olivier Petitjean
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/semences-une-histoire-politique/

⁵⁴⁶ O Estado no centro. Publicado em 1997, por Pierre Calame e André Talmant
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/l-etat-au-coeur/

⁵⁴⁷ FDS 20419 - novembro de 2002 - Encontro de Toulouse sobre as sementes camponesas. Apoio da FPH a este encontro e perspetivas

(transposição da diretiva europeia sobre a conservação da biodiversidade, aplicável aos produtos biológicos e que os obriga a utilizar sementes «biológicas», entre outras), pressão internacional sobre os acordos ADPIC (que têm como objetivo integrar os direitos de propriedade intelectual, direitos de autor, marcas registadas ou comerciais, patentes, etc. no sistema da OMC). Este acordo aplica os princípios do sistema comercial aos direitos de propriedade intelectual⁵⁴⁸, a ausência dos profissionais [os próprios agricultores] em todos estes debates e, sobretudo, a sua falta de união, deixou o campo livre aos produtores de sementes (GNIS), às instâncias do Estado (INRA, GEVES) e aos institutos técnicos (ITAB) para orientar os debates para a solução única das sementes certificadas, excluindo assim todos os recursos disponíveis dos agricultores.

O encontro resultou, no ano seguinte, em 2003, na «Declaração de Auzeville»⁵⁴⁹, do nome da escola agrícola onde se realizou o encontro fundador da Rede de Sementes Camponesas. Aqui estão os primeiros parágrafos:

«Nós, mais de 350 pessoas, incluindo numerosos representantes de movimentos e sindicatos camponeses, associações de agricultura biológica e biodinâmica, ONG da França e de 10 outros países, reunidos em Auzeville (31), França, nos primeiros «Encontros sobre Sementes Camponesas», nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2003, declaramos: As sementes são o principal recurso dos camponeses e são um produto vivo da natureza que os camponeses utilizam, multiplicam e reproduzem nos seus campos desde que a agricultura existe; poder voltar a semear é um direito inalienável dos camponeses, que deve ser reconhecido e respeitado.

O domínio camponês das sementes. As sementes camponesas são fonte de diversidade e autonomia. Produzem variedades que se adaptam aos terroirs, após várias gerações de plantas selecionadas pelos camponeses. As sementes camponesas não são homogêneas nem estáveis, evoluem com a vida. A sua dinâmica faz com que corresponda melhor às necessidades de uma agricultura diversificada e garante aos camponeses a qualidade e diversidade de produtos que uma diversidade de consumidores procura. As sementes que o camponês produz no seu campo, a partir de variedades antigas ou atuais, de variedades esquecidas ou órfãs, também permitem conservar vivo, «in situ», um património genético e cultural de uma região.»

À ideia de bancos de genes, que seriam conservados no frigorífico «por precaução», a rede opõe a gestão viva, coletiva e cooperativa da biodiversidade doméstica. Esta rede soube impor-se pela sua seriedade e fazer avançar as coisas, inclusive a nível europeu. A fundação continua a apoiá-la mais de vinte anos após a sua criação.

⁵⁴⁸ O Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio é um texto anexo ao Acordo que institui a Organização Mundial do Comércio. O seu objetivo é integrar os direitos de propriedade intelectual no sistema da OMC. Este acordo aplica os princípios do sistema comercial aos direitos de propriedade intelectual. Adotado em 15 de abril de 1994, o texto entrou em vigor em 1 de janeiro de 1995

⁵⁴⁹ BIP 4647 - 2012 - Rede de Sementes Camponesas (RSP) declaração de Auzeville e relatório de atividades 2003-2012

Os fundamentos científicos da homologação de produtos a nível europeu e o «Caso Séralini»

Uma das principais questões levantadas pelos OGM diz respeito aos testes em que se baseia, a nível europeu, a autorização de comercialização de novos produtos. Como se sabe, a controvérsia sobre a perigosidade do glifosato⁵⁵⁰, princípio ativo do Round Up, herbicida emblemático da Monsanto (hoje absorvida pela Bayer), dura há várias décadas⁵⁵¹. Ora, esta controvérsia é indissociável dos OGM, uma vez que a primeira geração de plantas geneticamente modificadas visava especificamente criar plantas, nomeadamente milho, tolerantes ao Round Up. A Comissão Europeia reivindica o carácter «científico» das avaliações que fundamentam a autorização de colocação no mercado, mas os desafios económicos e financeiros associados a esta autorização são tais que todos os lobbies estão em ação. Mais uma vez, uma questão central das relações entre investigação científica e democracia. Tanto mais que, nestes domínios, todos os peritos envolvidos no processo de autorização são inevitavelmente partes interessadas, e a noção de conflito de interesses, se fosse aplicada rigorosamente, esvaziaria sem dúvida os comités científicos dos seus membros.

Em 2009, a Fundação foi consultada sobre esta questão pelo Comité de Investigação e Informação Independente sobre Engenharia Genética (CRIIGEN), fundado em 1999 pela Sra. Corinne Lepage, pelo Prof. Jean-Marie Pelt, pelo Prof. Gilles-Éric Séralini e pela Sra. Chantal Jacquet. O Comité demonstra-nos as insuficiências dos testes supostamente científicos que presidem à autorização de colocação no mercado. Para além do facto de esses testes serem fornecidos pela empresa que solicita a autorização, os seus critérios de cientificidade são questionáveis, como se verá mais tarde no caso dos desreguladores endócrinos⁵⁵². Na verdade, eles são inspirados na abordagem tradicional dos venenos: mesmo efeito em ambos os sexos, efeito proporcional à dose⁵⁵³, duração curta, menos de seis meses para determinar se há ou não efeito. Como se descobrirá ao longo dos anos, essas modalidades são inadequadas para a maioria dos produtos químicos ou biológicos liberados na atmosfera, no solo e na água. O CRIIGEN, conseqüentemente, propõe à fundação apoiar uma investigação do professor Gilles Eric Séralini, biólogo de renome e crítico ferrenho dos OGM, desta vez com a duração de dois anos e com os mesmos ratos que são utilizados pela Monsanto nos seus próprios testes.

⁵⁵⁰ O glifosato é um herbicida utilizado para destruir o que é comumente chamado de ervas daninhas, ou plantas que crescem num local onde não foram plantadas. Este herbicida tem a propriedade de ser total e sistémico. Produzido inicialmente apenas pela Monsanto, sob o nome comercial de Roundup, tornou-se de domínio público em 2000. Atualmente, é fabricado e comercializado por um grande número de empresas. No que diz respeito a utilizações não agrícolas, o uso do glifosato por coletividades em espaços abertos ao público é proibido em França desde 1 de janeiro de 2017.

⁵⁵¹ A controvérsia está longe de ter sido extinta em 2025. Em 16 de novembro de 2023, a Comissão Europeia (um dos dois ramos executivos da União Europeia) anuncia a renovação da autorização do glifosato na União Europeia, válida pelos próximos dez anos. Em setembro de 2024, ONGs recorrem à justiça europeia para exigir a anulação da renovação da autorização do glifosato por dez anos

⁵⁵² Os efeitos em doses muito baixas dessas moléculas, as interações sinérgicas entre os desreguladores e os efeitos não lineares dependentes da dose questionam as abordagens regulatórias baseadas em «limiares toxicológicos» por produto. Apesar dos efeitos cada vez mais conhecidos de alguns destes desreguladores endócrinos na saúde, a sua proibição ou limitação enfrenta a pressão da indústria petroquímica, nomeadamente na União Europeia, onde, apesar do anúncio da urgência do problema em 1999, as medidas legislativas que permitem regulamentar estes PE são regularmente adiadas (Wikipedia).

⁵⁵³ De acordo com o ditado «é a dose que faz o veneno»

Deixemos de lado as condições rocambolescas da implementação da investigação, a começar pela necessidade de obter amostras de milho, uma vez que a Monsanto proíbe os seus clientes de as ceder para fins de investigação.

Os resultados são espetaculares e, além disso, são objeto de uma estratégia de divulgação que não está em conformidade com os cânones de cortesia do meio científico, que reserva ao «meio» (o termo, note-se, não deixa de ser ambíguo) o monopólio das reações antes de as divulgar ao grande público. O que, neste caso, lhe será violentamente reprochado. No mesmo dia da publicação do artigo científico⁵⁵⁴:

«[...] na revista Food and Chemical Toxicology. Um estudo com repercussão planetária. Ratos alimentados com milho transgénico e/ou Roundup (o herbicida da Monsanto à base de glifosato) desenvolveram tumores enormes, imediatamente exibidos na primeira página dos jornais. A cobertura mediática, considerável, é um desastre para a imagem da Monsanto e dos seus produtos, mesmo que o estudo seja considerado inconclusivo por todos os círculos científicos.»

A Monsanto conseguiu até «convencer» a revista Food and Chemical Toxicology a «retirar» o artigo incriminado.

«O pesadelo da Monsanto. Foi isso que Gilles-Eric Seralini, professor de biologia da Universidade de Caen, se tornou em 19 de setembro de 2012. Esta evidência transparece na nova edição dos «Monsanto papers». Esses documentos internos da multinacional agroquímica foram tornados públicos no âmbito de uma ação coletiva movida contra ela nos Estados Unidos. Eles mostram que os executivos da empresa manobram nos bastidores, durante várias semanas, para obter a retratação do controverso estudo do biólogo francês. E que eles conseguiram o que queriam.»

Não entraremos aqui na questão de saber até que ponto os resultados apresentados por Gilles-Éric Seralini eram tão conclusivos como os meios de comunicação social afirmaram. O que é certo, porém, é que a controvérsia foi planetária e que o objetivo principal da fundação, questionar os fundamentos «científicos» das autorizações de comercialização, foi alcançado.

3.10 – A Aliança dos Editores Independentes

Apoiar o desenvolvimento da Aliança dos Editores Independentes para uma outra globalização⁵⁵⁵:

«A Aliança dos Editores Independentes para uma outra globalização dá continuidade ao trabalho iniciado por um programa da Fundação Charles Léopold Mayer, intitulado Biblioteca

⁵⁵⁴ Jornal Le Monde, 5 de outubro de 2017: «O caso Seralini ou a história secreta de um torpedeamento». A publicação do controverso estudo do biólogo francês Gilles-Eric Seralini, que alegava ter demonstrado os efeitos nocivos do Roundup, provocou uma onda de choque na Monsanto, que não parou de tentar desacreditar a publicação por todos os meios

⁵⁵⁵ Ficha orçamental 23 - 2004 - Continuar a apoiar o desenvolvimento da Aliança dos Editores Independentes. Apoiar o desenvolvimento da Aliança dos Editores Independentes para uma outra globalização e, se for caso disso, a partir do próximo período orçamental, o lançamento de uma aliança de produtores de filmes independentes

Intercultural. Criado em 1996, esse programa tinha como objetivo principal iniciar e apoiar processos editoriais realizados de forma intercultural. Progressivamente, o aspeto de «criação de redes» entre os parceiros do programa ganhou importância: a necessidade de os editores e tradutores envolvidos nos projetos se reunirem e se organizarem coletivamente tornou-se urgente.

Durante o primeiro encontro geral da Biblioteca Intercultural (Paris, novembro de 2001), os participantes, vindos de todo o mundo, destacaram a importância de constituir uma aliança para participar, em particular defendendo a edição independente, na implementação de uma outra globalização, mais humana.

A Aliança dos Editores Independentes para uma Outra Globalização (AEI), uma associação francesa sem fins lucrativos criada na primavera de 2002, foi fundada por um pequeno grupo de profissionais do setor editorial, como continuação do programa Biblioteca Intercultural da fundação. Através da criação progressiva de uma rede internacional de editores, independentes dos grandes grupos, que se reúnem regularmente e trabalham em conjunto em projetos editoriais, a AEI participa na circulação de ideias e na construção de uma sociedade civil internacional. [...] Em 2003, realizou-se a primeira reunião geral da Assembleia dos Aliados da AEI. Este encontro, que reuniu 60 editores de 36 países diferentes, permitiu confirmar a convergência dos membros da AEI com os da Fundação.»

Partindo da ideia da responsabilidade dos editores na difusão de ideias, a AEI responde a duas preocupações principais. Em primeiro lugar, mostrar que existe uma alternativa à crescente concentração do mundo editorial, que põe em risco a «bibliodiversidade», a diversidade de opiniões e análises expressas nas publicações escritas, das quais continuamos convencidos de que são a matriz da reflexão estruturada. A este respeito, a evolução dos últimos vinte anos mostra que este perigo é bem real. Em segundo lugar, em linha com o programa «Viver em paz num mundo de diversidade», promover o diálogo entre culturas ao serviço do surgimento de uma sociedade civil global, contrariando os efeitos de domínio cultural que se observam habitualmente.

Graças a uma grande continuidade da equipa de animação sob a direção de Laurence Hugues, a um excelente domínio da governança das alianças, que permite combinar uma equipa permanente e uma vasta rede de aliados, e também graças à continuidade do apoio da Fundação há praticamente vinte e cinco anos, a Aliança dos Editores Independentes soube desenvolver a sua rede ano após ano. Assim, na apresentação dos parceiros da Fundação em 2025, podemos ler⁵⁵⁶:

«A Aliança Internacional de Editores Independentes é um coletivo profissional que reúne mais de 980 editoras independentes presentes em 60 países em todo o mundo. Todas as atividades da Aliança visam promover e dar vida à bibliodiversidade (a diversidade cultural aplicada ao mundo do livro).

No âmbito das suas missões, a Aliança criou um «Observatório da Bibliodiversidade», que reúne as pesquisas, análises e ferramentas produzidas no seio da Aliança, destinadas a profissionais e autoridades públicas. Além disso, a Aliança organiza e anima encontros profissionais

⁵⁵⁶ Ficha Beneficiária 65 - 2025 - AIEI = Aliança Internacional de Editores Independentes

internacionais e workshops temáticos que permitem aos editores independentes de diferentes continentes trocar ideias e iniciar colaborações. A Aliança também apoia projetos editoriais internacionais (coedições solidárias, traduções, cessões de direitos, etc.), para uma maior circulação dos textos e um acesso aos livros o mais equitativo possível para os leitores.

Em 2022, a Aliança lançou uma iniciativa inédita: a primeira edição da «Babelica», a feira internacional da edição independente, que se realiza uma vez por ano online, a 21 de setembro (Dia Internacional da Bibliodiversidade).

Além disso, a Aliança organiza e anima encontros profissionais internacionais e workshops temáticos (por exemplo, sobre edição infantil, sobre o digital...) que permitem aos editores independentes de diferentes continentes trocar ideias e estabelecer colaborações. Estes encontros promovem o reforço das capacidades através do intercâmbio entre pares, uma dimensão desenvolvida nomeadamente em torno da edição digital no âmbito do Laboratório Digital. Por fim, a Aliança apoia projetos editoriais internacionais (coedições solidárias, traduções, cessões de direitos, etc.), para uma maior circulação dos textos e um acesso aos livros o mais equitativo possível para os leitores.»

Aline Jablonka, diretora da Éditions Charles Léopold Mayer (ECLM) e interlocutora da AEI para a Fundação, observa no outono de 2024⁵⁵⁷: «*a governança da AEI (redes linguísticas, CIEL, etc.) continua exemplar*». No contexto da concentração dos meios de comunicação nas mãos de bilionários, que já não escondem a sua vontade de influenciar as linhas editoriais e a seleção das obras publicadas, da multiplicação das notícias falsas nas redes sociais, da afirmação cada vez mais brutal dos imperialismos económicos e culturais, a Aliança Internacional de Editores Independentes, que hoje merece plenamente o seu nome, demonstra o que pode ser, nos termos estabelecidos desde o início, «uma outra globalização da cultura». Em muitos aspetos, este sucesso da AEI é o reflexo do que a fundação conseguiu fazer ao longo de trinta anos, com um Conselho de Fundação muito estável e muito envolvido, uma direção e uma equipa igualmente estáveis, unidas por um projeto mobilizador. Ao contrário, sem dúvida, das lições de «boa governação» que, em nome da democracia, fazem rodopiar as presidências.

3.11 – A Aliança de Doadores para uma Outra Globalização

Lembramo-nos que, na década de 1990, no âmbito do desenvolvimento da Aliança para um mundo responsável e solidário, tentámos aproximar-nos de outras fundações, na esperança de que, mesmo que a vulgata da governação das fundações não fosse nesse sentido, algumas delas partilhassem a nossa ideia de um «dever de ambição» destes instrumentos da filantropia. Foi após trocas regulares com o Centro Americano de Fundações que partilhámos com ele a nossa concepção de governança, contrariando o catecismo da filantropia⁵⁵⁸. Foi nesse texto, em particular, que opomos a avaliação do impacto de uma ação apoiada à avaliação da sua pertinência:

⁵⁵⁷ FDS 32067 - setembro de 2024 - Reunião da rede francófona da Aliança Internacional de Editores Independentes

«Quando uma fundação aceita envolver-se na realidade dos desafios do mundo, que são necessariamente complexos, vastos e de longo prazo, ela precisa renunciar à avaliação ponto a ponto do seu impacto. No entanto, isso não significa que ela tenha o direito de abandonar essa preocupação com a avaliação. A questão não é saber se um determinado financiamento pontual provocou tal transformação, mas sim se, face aos desafios apresentados, os meios disponíveis foram bem utilizados. Trata-se de uma abordagem estratégica e não de uma abordagem de controlo de gestão. Foram os desafios certos? Os parceiros certos? Utilizou-se a independência para concentrar a ação nos pontos sensíveis, nos pontos de bloqueio onde a ação da fundação torna possível o que antes não era? Foi possível alimentar a ação com o que se aprendeu com as ações anteriores? Houve efeitos de sinergia? A ação em curso será, por sua vez, fonte de ensinamentos para outros, etc.? É o que se pode chamar de avaliação da pertinência, em oposição à avaliação do impacto.»

No final da década de 1990, podia-se pensar que essas palavras se tornavam aceitáveis no mundo, é preciso dizer conformista, das fundações. O apoio dado por algumas grandes fundações, como a Ford ou a Mott, consideradas «progressistas», ao Fórum Social Mundial (FSM) nos levava a pensar que o caráter irreversível das interdependências planetárias levaria algumas grandes fundações a compartilhar nossa concepção, mesmo que, como vimos, medíamos a diferença entre as diferentes concepções do altermundialismo, a do FSM e a da Aliança. O regresso dos republicanos à liderança dos Estados Unidos, com a eleição de George Bush em 2001, pôs fim a essa evolução. A ação política das fundações progressistas americanas foi vivamente criticada pelas instituições americanas, pois, segundo elas, saía do papel apolítico reservado às fundações, e as perspectivas de aliança com grandes fundações americanas foram-se esvanecendo progressivamente. No orçamento de 2004-2005, será ainda votada uma pequena verba para desenvolver o diálogo com as fundações, mas a modéstia do montante mostra que não tínhamos ilusões excessivas⁵⁵⁹:

«Toda a evolução da fundação, nos últimos anos, tendia para o abandono progressivo do financiamento de programas temáticos em favor de uma ajuda à construção de uma comunidade mundial. Esta reflexão posta em prática foi acompanhada também por uma reflexão sobre o papel das organizações capazes de se comprometerem neste caminho. As fundações e as grandes ONG internacionais estão entre as poucas instituições capazes de se comprometer financeira e intelectualmente para promover as grandes mudanças das próximas décadas. A fundação comprometeu-se então a procurar alianças capazes de catalisar essas energias e recursos. A experiência mostrou inicialmente que, por várias razões, eram poucas as instituições dispostas a aderir a esta iniciativa. Mas, gradualmente, verificou-se que algumas delas tinham evoluído nessa direção. A fundação gostaria, portanto, de apoiar um pequeno núcleo e, em seguida, proceder a uma ampliação progressiva, a fim de esboçar estratégias comuns. Em outras palavras, trata-se, por meio da presente ação, de construir uma aliança cidadã de grandes atores sem fins lucrativos desejosos de participar do surgimento de uma comunidade mundial.»

⁵⁵⁸ BIP 876 - 1998 - Dez questões-chave para a governança das fundações. Apesar de terem um estatuto jurídico idêntico, as fundações podem fazer escolhas estratégicas muito diferentes, dependendo da resposta que dão a uma série de questões fundamentais. Nota escrita para o Council of Foundations em 1998

⁵⁵⁹ Ficha orçamental 70 - 11 de maio de 2004 - Construir uma aliança de financiadores para uma globalização diferente. Relançar o esforço de aproximação com as fundações e grandes ONG que apoiam o surgimento de uma comunidade mundial, para tentar construir uma dinâmica mais coletiva

Na falta de perspectivas a nível internacional, começámos a investir a nível europeu, embora sabendo que o Centro Europeu de Fundações (CEF), dependente do financiamento de fundações americanas para as quais a Europa era um terreno de missão, estava sob influência. Em 2002, a oportunidade surgiu na sequência da Convenção Europeia⁵⁶⁰:

«No seu apoio à sociedade civil, as fundações comprometem-se essencialmente a nível local ou nacional. Mas o desenvolvimento do papel da União Europeia e das suas políticas, bem como as perspectivas de alargamento da União à Europa Central e Oriental, levam a pensar que a construção de uma sociedade civil e de uma cidadania europeia é uma prioridade para o futuro. A ação das fundações para o reforço da sociedade civil deve, por isso, ser concebida de forma mais ampla como um apoio à organização e à expressão dos diferentes meios sociais e profissionais na sua contribuição para a construção da Europa de amanhã.»

O sucesso também não esteve presente. No CEF, mantemos relações privilegiadas com algumas fundações, como a Fundação das Gerações Futuras, cuja criação patrocinámos no passado, ou a Fundação Bernheim, o que nos permitiu realizar iniciativas conjuntas interessantes, em particular o painel europeu de cidadãos sobre o futuro do espaço rural⁵⁶¹ (ver descrição mais adiante). Mas estes sucessos pontuais não podem esconder o fracasso de uma aliança mais ampla e duradoura, tal como a sonhávamos. A lógica institucional da maioria das fundações europeias, muitas vezes seguindo os métodos das fundações americanas, estava demasiado distante da nossa para que pudéssemos imaginar mais do que cooperações pontuais. A presença assídua de Françoise Astier, então presidente do Conselho da Fundação, nas assembleias anuais do CEF não alterou esta realidade.

3.12 – A Aliança das Grandes Empresas

Para a maioria das organizações progressistas da sociedade civil, a empresa transnacional encarna uma forma detestável de globalização, uma ameaça à soberania dos Estados, um perigo para o ambiente, escapando, graças à mobilidade do capital, a qualquer controlo público ou democrático. O Transnational Institute (TNI), onde tínhamos, há algumas décadas, muitos amigos, é bastante representativo dessa posição, associando a ideia de empresa transnacional à ideia de impunidade. A rede de juristas próximos da Fundação, de que falámos a propósito da aliança dos juristas, dedica-se principalmente, à semelhança da Sherpa, a lutar contra essa impunidade que resulta do desfasamento entre uma globalização económica e financeira muito avançada e sistemas jurídicos que permaneceram essencialmente nacionais.

Na ficha orçamental de 2004, que descreve as nossas intenções, precisamos a nossa própria

⁵⁶⁰ BIP 703 - junho de 2002 - Consórcio de fundações para a promoção de uma sociedade civil europeia. Aproveitar a oportunidade da Convenção Europeia para apoiar o nascimento de uma sociedade civil transeuropeia capaz de expressar a sua visão dos desafios e das políticas da Europa face aos desafios do mundo de amanhã; promover uma cidadania europeia

⁵⁶¹ BIP 3489 - julho de 2007 - Balanço do Painel de Cidadãos Europeus sobre o Espaço Rural. Análise das propostas sob o ângulo das expectativas em relação ao poder público

posição⁵⁶²:

«O contexto mundial submete as grandes empresas a múltiplas pressões e, atualmente, leva a interação com a sociedade civil mais para o terreno das relações de força do que para o de uma abordagem cidadã. As grandes empresas são, na maioria das vezes, estigmatizadas, enquanto as nações sucumbiram aos mesmos vícios da concorrência económica e da globalização dos mercados financeiros. Elas são vistas de forma negativa em geral, e as estratégias em relação a elas são essencialmente coercivas e reguladoras. No entanto, cada vez mais evidências da boa vontade de certos líderes e empresas mostram que as grandes empresas podem contribuir para um mundo mais responsável, plural e solidário, de forma mais proativa, inovadora e até visionária, à altura dos desafios reais da humanidade [...] Historicamente, a rápida evolução dos últimos dois séculos e, mais ainda, das últimas cinco décadas foi marcada pelo surgimento e posterior expansão de grandes empresas transnacionais. As grandes empresas são, de facto, atores importantes no panorama económico, mas também locais de integração e desenvolvimento social à escala local, nacional e internacional. Os valores que defendem, de forma formal ou não, em domínios tão variados como a utilização dos recursos naturais, as suas estratégias de produção e distribuição, os seus modelos económicos, as suas práticas sociais e ambientais, a sua gestão económica e financeira, as suas ligações aos poderes instituídos, a sua vontade de transparência ou os seus compromissos a longo prazo moldam concretamente a evolução do mundo. [...] é difícil fazer com que as grandes empresas evoluam devido à forte pressão a que estão sujeitas em termos de concorrência e remuneração dos acionistas. As nações, que substituíram progressivamente os grandes impérios durante o mesmo período, criaram ou permitiram a criação de um mercado mundial aberto e colocaram-se em concorrência económica. Elas também estiveram na origem dos mercados de capitais e da arquitetura financeira mundial em que vivemos atualmente, reduzindo assim a sua margem de manobra tanto em termos de políticas monetárias e económicas como em termos de capacidade de regulação e controlo social e ambiental. Elas não desempenham suficientemente o seu papel de garantia e orientação para melhores políticas devido à competitividade económica que as anima. [...] individualmente, os dirigentes das grandes empresas são tão sensíveis quanto a maioria dos cidadãos ao desenvolvimento social e ao ambiente. Portanto, é menos nas intenções pessoais do que nas regras do jogo da economia global (regras das quais as grandes empresas também tiram partido) que se deve procurar a sua incapacidade de reorientar profundamente os seus modos de ação. É também isso que limita o alcance das pressões que seriam exercidas sobre esta ou aquela empresa sem trabalhar também nessas regras do jogo [...]. Quatro modos, classificados do mais reativo ao mais proativo, são possíveis para levar as empresas a contribuir para a construção de um mundo responsável, plural e solidário:

1. o modo coercitivo, imposto de fora, por vezes necessário para erradicar comportamentos sociais ou ambientais inaceitáveis [...];
2. o modo regulador, que inclui todas as regulamentações e regulamentações nas quais a empresa inscreve a sua ação, constatando que esta última demonstrou no passado a sua forte capacidade de adaptação;
3. o modo ativo, que inclui todas as iniciativas tomadas proativamente pelas empresas no contexto atual para ir além das suas obrigações [...];

⁵⁶² Ficha orçamental 95 - 2004 - Estimular a criação de uma aliança internacional de grandes empresas responsáveis, a partir das redes existentes. Promover uma contribuição real das grandes empresas para os desafios do mundo atual e para o surgimento de um mundo responsável, plural e solidário

4. o modo inovador, ou mesmo visionário, que consistirá em fazer evoluir de forma significativa e sustentável o contexto e o pensamento dominante relacionados com a prioridade atual dada à economia [...].

Muitas ONG já contribuem amplamente para os dois primeiros aspetos. A FPH deseja propor uma abordagem ambiciosa para contribuir para reflexões e mudanças sustentáveis nos dois últimos aspetos, e particularmente no quarto.»

Reconhece-se aqui a filosofia da Fundação naquela época: não se trata de negar o interesse das formas de ação de outros atores da sociedade civil, cujas preocupações compartilhamos amplamente, mas de nos investirmos onde os outros têm mais dificuldade em chegar. Aliás, um pouco a título de provocação, o nosso site incluiu, durante algum tempo, a seguinte frase: «reconheçamos que as empresas transnacionais estão entre os únicos atores à altura dos novos desafios». A frase foi rapidamente retirada, pois a maioria dos membros da equipa não suportava uma ideia tão estranha à sua própria ideologia.

A ficha orçamental de 2004 previa uma estratégia muito progressiva, baseada nomeadamente numa parceria com algumas escolas de gestão, a começar pelo muito conceituado International Institute for Management Development (IMD) de Lausanne. O processo deveria ser conduzido por pessoas que soubessem falar a linguagem da empresa, neste caso Philippe Amouroux, membro da equipa da Fundação, responsável pelo programa sobre alternativas económicas, e um voluntário, Guy Vandebrouck, consultor e professor no IMD. A morte de Philippe, na primavera de 2006, e o afastamento de Guy tornaram essa estratégia obsoleta. Será que teria sido bem-sucedida? Nada é menos certo. Alguns anos depois, entramos em contacto com Paul Polman, o icónico presidente da Unilever, cujas convicções e declarações estavam totalmente de acordo com as nossas, bem como com Emmanuel Faber, também ele um icónico presidente-diretor-geral da Danone, mas ambos foram empurrados para a saída pelos seus acionistas. No entanto, a evolução na França para um estatuto de «empresa com missão» vai no sentido de uma nova conceção da empresa. A fundação não desempenhou qualquer papel nisso. Progressivamente, essa perspetiva de uma aliança de empresas responsáveis foi abandonada pela Fundação, por falta de concretização, em favor de ações mais clássicas de vigilância e denúncia das ações das multinacionais.

Tendo em conta o peso dos acionistas nas grandes empresas, explorámos, nos anos seguintes, a possibilidade de constituir um núcleo duro de fundos de pensões que animasse uma aliança de finanças responsáveis. Fundos de pensões porque são os atores financeiros, que representam os assalariados que lhes confiam as suas poupanças para a reforma, os mais aptos a pensar a longo prazo e a ter em conta o impacto das atividades económicas nas sociedades. Também aqui não fomos bem-sucedidos.

No entanto, a fecundidade destas iniciativas não foi negligenciável. Manifestou-se em duas direções complementares: a ênfase colocada nos setores; as propostas relativas a um novo contrato social entre as empresas e a sociedade. Aqui, abordaremos apenas a primeira via, sendo a segunda retomada e detalhada no capítulo que trata da Declaração Universal das Responsabilidades Humanas.

Na economia atual, cada empresa é uma engrenagem, mais ou menos poderosa, numa cadeia de atores, muitas vezes vários milhares, que criam as cadeias de produção. As ligações entre esses atores podem ser muito variáveis, desde ligações jurídicas entre empresa-mãe e filial, a simples ligações comerciais pontuais, passando por ligações de subcontratação estáveis ao longo do tempo. Essas relações são quase sempre assimétricas, regidas pelo que o jurista Alain Supiot⁵⁶³ chama de «relações de lealdade» em benefício das empresas «mandantes», capazes de captar uma parte significativa do valor devido ao controlo que podem exercer sobre toda a cadeia. Este mecanismo ficou perfeitamente evidente em casos de escândalos como o colapso do edifício Rana Plaza, no Bangladesh, que causou a morte de milhares de trabalhadores e, nos escombros do qual, foram encontradas etiquetas de várias marcas de vestuário de países ricos, etiquetas que bastava coser para criar «vestuário de marca». Nestas condições, a tentação é sempre grande para as empresas dominantes «comprarem uma virtude», transferindo para os seus parceiros e vassallos o peso do trabalho sujo. No Ensaio sobre a economia⁵⁶⁴, que em 2009 faz o ponto das nossas reflexões sobre o novo modelo de desenvolvimento económico a promover, levei este raciocínio até ao fim, estimando que dois atores coletivos, no sentido de que não são necessariamente atores dotados de um estatuto jurídico próprio, dominarão este novo modelo: as *cadeias mundiais de produção*, por um lado, também chamadas de cadeias de valor ou cadeias de abastecimento (termo que se tornou atual por ocasião da pandemia da Covid, pois só nos damos conta delas quando essas cadeias se rompem), e os *territórios*, por outro. A partir de então, a atenção da fundação passará a se concentrar na análise das cadeias e na promoção de cadeias social e ecologicamente sustentáveis. O Basic⁵⁶⁵, um gabinete de estudos criado em 2013, hospedado e apoiado pela fundação, que se dedica à análise das cadeias e da distribuição de valor dentro delas, é a continuação lógica disso.

3.13 – A Aliança dos Agricultores e Pescadores Artesanais

Em 1989, a Fundação criou um programa chamado «Agricultura camponesa e modernização», que mais tarde passou a se chamar «Agricultura camponesa e globalização», iniciado por Henri Rouillé d'Orfeuil⁵⁶⁶ e liderado, durante trinta anos, por Pierre Vuarin e Françoise Macé em nome da fundação. A mudança de significado da sigla é significativa da evolução do programa: o desafio da agricultura camponesa, por vezes também chamada agricultura

⁵⁶³ Alain Supiot, nascido em 1949, é um académico e jurista francês, especialista em direito do trabalho, segurança social e filosofia do direito. É professor emérito do Collège de France, onde ocupou, de 2012 a 2019, a cátedra «Estado social e globalização. Análise jurídica das solidariedades».

⁵⁶⁴ Ensaio sobre a economia. Publicado em 2009, por Pierre Calame.
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/essai-sur-l-oeconomie/

⁵⁶⁵ Site Le Basic: <https://lebasic.com/>

⁵⁶⁶ Henri Rouillé d'Orfeuil, nascido em 1946, é engenheiro agrónomo e doutor em economia. Trabalhou no Ministério dos Negócios Estrangeiros, na Datar, no Banco Mundial e no CIRAD. Foi conselheiro técnico no gabinete do Ministro da Cooperação (1981-1982). Além disso, foi presidente e membro fundador do GRET (1974-1982), vice-presidente do GFAR (Fórum Global sobre Investigação Agrícola), presidente da FINANSOL (1998-2004) e presidente da Coordination SUD (2001-2008). É membro da Academia de Agricultura de França desde 2009.

familiar, que constitui a base da estabilidade social em muitos países, é encontrar o seu lugar numa economia globalizada.

Na década de 1990, a fundação alargou as suas perspetivas aos pescadores artesanais, também eles gestores da biosfera e confrontados com a concorrência da pesca industrial, historicamente menos respeitadora dos ecossistemas de água doce e salgada do que os pescadores artesanais que, tal como os camponeses, vêem a sua sobrevivência depender da manutenção a longo prazo dos ecossistemas dos quais retiram o seu sustento.

Um relatório de 2006, apresentado ao Conselho da Fundação, relembra a história da rede, a mais antiga criada pela Fundação⁵⁶⁷:

«A Rede Mundial APM Terre citoyenne foi criada progressivamente a partir de 1993. Esta dinâmica mundial surgiu no âmbito do programa APM (Agriculturas Camponesas, Sociedades e Globalização), que a fundação apoiou e animou de 1989 a 2002. Centrado no futuro da população agrícola mundial e da alimentação, este programa assistiu à constituição progressiva de redes regionais e continentais que associavam agricultores, pescadores, membros de ONG e investigadores. Por ocasião do primeiro encontro mundial dessas redes, em 1993, o lançamento de projetos internacionais em torno de temas comuns (alimentação, agricultura, pesca, gestão de recursos naturais, etc.) revelou a existência de uma dinâmica mundial que ia além das identidades regionais das redes, das organizações camponesas e das ONGs associadas: a Rede Mundial APM havia nascido. Organizada com base em relações de confiança mútua, esta rede passou progressivamente de uma capacidade de produzir inteligência coletiva para a de elaborar e apresentar propostas a nível internacional. A redução do apoio da fundação, por ocasião do período de balanço e reflexão em 2002-2003, levou os animadores a uma reflexão global. Os anos de 2004 e 2005 provaram que, mesmo funcionando de maneira informal, a rede continuava sendo um espaço propício às iniciativas de seus membros, capaz de se alimentar da experiência coletiva e de associar toda ou parte da rede.»

Além da originalidade de envolver tanto agricultores como pescadores artesanais, a especificidade desta rede, desde o início, foi dupla: em primeiro lugar, não pretender ser «representativa» dos agricultores e pescadores, pois muitas organizações pretendem sê-lo, mas, pelo contrário, facilitar o intercâmbio entre essas organizações; em segundo lugar, alimentar reflexões temáticas e elaborar propostas, associando especialistas em questões agrárias, alimentação, recursos naturais, pesca, processos de integração regional e comércio internacional. Um dos resultados significativos foi contribuir para dotar as organizações de agricultores e pescadores de conhecimentos especializados que reforçam a sua posição nas negociações nacionais, regionais ou internacionais.

Em 2002, o encontro mundial realizado em Yaoundé, nos Camarões, reuniu mais de quarenta organizações de todos os continentes. Assim, desde o início da terceira etapa da fundação, pode-se falar de uma rede mundial dotada de mecanismos de trabalho bem estabelecidos.

Os temas debatidos durante este encontro mundial refletem bem o leque de preocupações comuns. Em primeiro lugar, o acesso à terra, a gestão fundiária e dos recursos naturais. Em

⁵⁶⁷ BIP 3202 - junho de 2006 - Dossiers do conselho de fundação de 16 de junho de 2006 em Lausanne. Habitantes, camponeses, pescadores face à globalização

seguida, a capacidade de não sofrer uma «globalização selvagem», com a questão da segurança alimentar e do direito dos povos de se alimentarem a si próprios, em ligação com as políticas públicas de alimentação e nutrição. Depois, a capacidade de se fazer ouvir nas negociações sobre integrações regionais e comércio mundial (OMC). Neste contexto, insere-se a recusa da privatização do vivo, questão particularmente sensível com o risco de pilhagem e patenteamento dos genes das plantas indígenas e imposição dos OGM. Depois, vem a questão em que a rede APM tem trabalhado muito, a formação de líderes sociais, desde a governança de suas organizações até a compreensão das questões internacionais nas quais essas organizações estão envolvidas (na primeira década do século^{xxi}, muitos dos líderes de organizações camponesas, na América Latina ou na África, se beneficiaram do processo de formação coletiva que constituía a APM). Por fim, a promoção de uma agricultura sustentável, na qual os membros da APM estão convencidos de que a agricultura camponesa, longe de ser um simples absorvente de subemprego ou uma reminiscência do passado, tem um papel importante a desempenhar.

Ao serviço desta ambição, uma forma de «empoderamento», de reforço do poder de agir, mas à escala mundial, uma reflexão sobre a governação da rede muito inspirada na governação das alianças:

1. «Objetivos: a busca de um desenvolvimento sustentável social, económica e ecologicamente; o reforço das capacidades da sociedade civil para resistir, expressar-se, criticar, analisar, trocar, propor, controlar, criar, gerir em certos casos [...].
2. Uma ética de comportamentos e ações: a consideração fundamental dos comportamentos humanos individuais e coletivos, a fim de superar a lógica da concorrência e evitar guerras de poder [...].
3. Dispositivos de trabalho a partir de temas emergentes nas regiões e que alimentam as outras regiões.

Esta dinâmica global, que associava a animação de uma rede internacional de organizações de camponeses e pescadores artesanais, o diálogo com especialistas, a elaboração de cadernos de propostas e a estratégia de formação das organizações camponesas para os desafios nacionais e internacionais, foi típica do segundo período da Fundação. O orçamento anual do programa era de cerca de 900 000 euros por ano em meados da década de 1990.

Em 2021, Françoise Macé elaborou um relatório de capitalização do programa⁵⁶⁸. Foi também uma oportunidade para recensear os doze cadernos de propostas produzidos pelos parceiros do programa, em particular com vista à Assembleia de Lille:

1. «O direito dos povos à alimentação e à soberania alimentar.
2. Políticas fundiárias e reformas agrárias.
3. Alimentação, nutrição e políticas públicas.
4. Agricultura e desenvolvimento sustentável.

⁵⁶⁸ BIP 5391 - novembro de 2021 - Nota sobre questões agrícolas e alimentares na FPH, período 1990-2003. O programa «Agriculturas camponesas, sociedades e globalização» - APM

5. Recusar a privatização da vida e propor alternativas.
6. Soberania alimentar e negociações comerciais.
7. Sociedade civil e OGM: quais estratégias internacionais?
8. Os camponeses perante os desafios do século XXI.
9. Propostas sobre Segurança Alimentar .
10. Salvar os nossos solos para preservar as nossas sociedades.
11. Formação de líderes sociais: para conhecimentos e práticas ao serviço da mudança social.
12. Pesca em águas turvas?»

Como observa Françoise Macé neste balanço, o terceiro período da fundação, que substituiu os programas pela implementação da agenda para o século XXI, levou os parceiros da APM a se reorganizarem. A «rede camponesa» não estava centrada no exercício das suas responsabilidades e não podia reivindicar representatividade no meio, sendo um espaço de trabalho comum e não uma organização formal. Os seus membros inscreveram-se na nova dinâmica da fundação e desempenharam um papel muito ativo em diferentes dinâmicas: as negociações internacionais sobre o lugar da agricultura no comércio mundial, a luta contra a apropriação de terras, a reflexão coletiva sobre as reformas agrárias, a internacionalização do debate sobre os OGM e, sobretudo, a «soberania alimentar», entendida como o direito dos povos de escolher a sua alimentação e a sua produção, em oposição à «segurança alimentar», vista mais como a possibilidade de fornecer a todos a alimentação necessária. Com sucessos em que os parceiros da Fundação desempenharam um papel significativo sem serem os seus iniciadores, por exemplo,

1. A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham nas Zonas Rurais especifica no Artigo 15.4:

«Os camponeses e outras pessoas que trabalham em zonas rurais têm o direito de determinar os seus próprios sistemas alimentares e agrícolas, reconhecido por muitos Estados e regiões como direito à soberania alimentar. Isto inclui o direito de participar nos processos de tomada de decisão sobre a política alimentar e agrícola e o direito a uma alimentação saudável e adequada, produzida por métodos ecologicamente saudáveis e sustentáveis que respeitem as suas culturas.»

2. Algumas nações (Equador, Bolívia, Venezuela, México...) também concederam reconhecimento constitucional à soberania alimentar. As perturbações causadas pela pandemia da COVID-19 nas cadeias alimentares industriais lembraram aos governos nacionais a importância de criar economias locais sólidas.
3. A agroecologia camponesa, fundamental para garantir a soberania alimentar dos territórios, é agora reconhecida pela FAO como essencial para a luta contra o aquecimento global.

A associação AGTER⁵⁶⁹, ainda apoiada em 2025 pela Fundação, é um bom exemplo da continuidade dada às reflexões temáticas apoiadas por redes internacionais que muitas vezes tiveram a sua origem na rede APM:

«Criada em 2005, após a realização do Fórum Mundial sobre Reforma Agrária em Valência [apoiado massivamente pela Fundação], a AGTER nasceu da convergência entre as dinâmicas apoiadas pela FPH (programa Agricultura Camponesa e Globalização) e as de redes universitárias e associativas informais pré-existentes. O objetivo da associação é contribuir para a melhoria da governança da terra, da água e dos recursos naturais no mundo, promovendo uma reflexão coletiva a fim de trazer novos elementos para a concepção de soluções adaptadas aos grandes desafios do século^{xxi}. A AGTER atua essencialmente através da organização de fóruns de reflexão e intercâmbio sobre temas ou espaços geográficos específicos, na maioria das vezes em associação com outras organizações e movimentos sociais [...]; da disponibilização ao público de informações e documentos relativos a experiências de governança de recursos fundiários e naturais de várias regiões do mundo e de várias épocas (site da Internet, publicações, etc.); o desenvolvimento de uma parceria com organizações e instituições envolvidas nas questões relacionadas com uma melhor gestão dos recursos fundiários e naturais.»

O caso da aliança dos pescadores artesanais é mais simples do que o dos camponeses. Desde a década de 1990, a Fundação trabalhou para aproximar associações de pescadores artesanais, a fim de criar um movimento mundial capaz de enfrentar os desafios da pesca industrial. O caminho não foi fácil, com rivalidades inevitáveis⁵⁷⁰:

«Em outubro de 2000, em Loctudy (Bretanha, França), a Assembleia Constituinte do Fórum Mundial dos Pescadores Artesanais deveria estabelecer as bases oficiais de uma organização mundial capaz de se opor à pesca industrial. Devido a desacordos no seio do comité de coordenação provisório, esta assembleia resultou na existência de dois fóruns distintos: o Fórum Mundial dos Povos Pescadores e o Fórum Mundial dos Pescadores e Trabalhadores da Pesca. Atualmente, cada um deles esforça-se por construir bases sólidas para a sua organização e elaborar políticas para defender a pesca artesanal a nível mundial.

O Fórum Mundial dos Pescadores e Trabalhadores da Pesca, que representa os pescadores costeiros da América Latina, Europa e América do Norte, realizou uma reunião de 18 a 21 de abril de 2001 em Quebec, Canadá. Este encontro insere-se no âmbito da Cimeira dos Povos das Américas, organizada para contrabalançar a Cimeira das Américas, que reunia, ao mesmo tempo, na mesma cidade, os líderes americanos (com exceção de Cuba) com vista a prosseguir as negociações para uma zona de comércio livre das Américas.

O encontro internacional destacou a situação dos cerca de 30 milhões de pescadores independentes face aos 25 000 barcos industriais da frota internacional. Para garantir a proteção dos recursos haliêuticos, o acesso prioritário a esses recursos deve ser reservado aos pescadores profissionais independentes, e as suas organizações profissionais devem participar em todos os níveis de decisão da gestão das pescas, bem como no desenvolvimento das políticas de pesca. Os membros do Fórum exigem que as leis nacionais sobre as pescas reconheçam o estatuto profissional dos pescadores [...]. A privatização dos recursos haliêuticos, através da

⁵⁶⁹ Site da AGTER: www.agter.asso.fr/

⁵⁷⁰ FDS 21158 - 9 de janeiro de 2004 - Encontro em Quebec do Fórum Mundial dos Pescadores e Trabalhadores da Pesca

implementação de Quotas Individuais Transferíveis (QIT) em benefício das grandes frotas industriais, é a nova ideia para dar o peixe às grandes empresas. Isto significa que os recursos poderiam ser vendidos ou alugados num mercado internacional sem fronteiras e que as comunidades que vivem da pesca e os pequenos pescadores independentes estariam ameaçados de extinção. Os membros do Fórum Mundial consideram que este modo de gestão deve ser completamente eliminado. O Fórum também recomendou, para a América Latina, a criação de zonas costeiras exclusivas para os pescadores artesanais.»

A rede mundial de pescadores artesanais teve duas especificidades interessantes para a Fundação.

A primeira, associar pescadores marítimos e pescadores de água doce. Foi assim que a polêmica suscitada na época pelo filme «O Pesadelo de Darwin»⁵⁷¹, lançado em 2004, para denunciar a introdução no Lago Vitória, na África, de uma variedade alógena, o perca do Nilo, destinada às mesas europeias, com inúmeras consequências ecológicas e sociais, permitiu colocar a questão do papel da grande distribuição neste comércio internacional, unir a gestão dos grandes lagos e a gestão dos mares, e permitiu uma negociação com a Carrefour para incluir no preço de venda um montante destinado às organizações de pescadores do lago Vitória para fazer face a estas transformações.

Segunda especificidade: colocar a questão das cadeias de pesca responsáveis. Uma nota de 2007 recorda os termos⁵⁷²:

«Pensar na responsabilidade global dos atores de uma cadeia é pensar em novos termos de cooperação e concorrência, construindo um quadro coletivo e procurando a sua tradução, seja sob a forma de adesão voluntária a um rótulo, seja sob a forma de colaboração na elaboração de novas regras jurídicas capazes de transformar radicalmente o contexto. Esta relação de cooperação e concorrência em todas as fases da cadeia impõe um duplo diálogo de um tipo novo.

Primeiro, um diálogo vertical entre os diferentes elos da cadeia. No caso da pesca, esse diálogo é fundamentalmente intercultural, pois une atores que evoluem em mundos estranhos uns aos outros, com, de um lado, pescadores artesanais e, do outro, grandes grupos internacionais de distribuição.

Em seguida, um diálogo horizontal, levando os atores concorrentes, em particular as grandes empresas de distribuição, a acordar em conjunto novas regras, eventualmente vinculativas, mas aceites por todos.

Ao longo dos últimos cinquenta anos, a oposição tradicional entre a esfera pública, que assume o monopólio do bem público, nomeadamente através da promulgação de um arsenal legislativo e regulamentar, e a esfera privada, onde cada interveniente persegue apenas os seus próprios interesses, revelou-se incapaz de assumir de forma responsável a complexidade das nossas

⁵⁷¹ O Pesadelo de Darwin é um documentário que denuncia as consequências do comércio do perca do Nilo e do tráfico de armas na Tanzânia. Realizado pelo cineasta austríaco Hubert Sauper, foi lançado em 2004 e estreou nos cinemas franceses em 2005. Este filme obteve grande sucesso em vários festivais de cinema na Europa e foi selecionado para o Oscar de melhor documentário em 2006.

⁵⁷² BIP 3363 - março de 2007 - O compromisso da Fundação Charles Léopold Mayer com o lançamento de uma Aliança para a Pesca Responsável é a expressão imediata de suas orientações

novas interdependências. Emerge lenta mas seguramente a ideia de uma inevitável coprodução do bem público, através da cooperação de atores responsáveis e, por isso, responsáveis uns perante os outros. O campo tradicionalmente ocupado pela norma e pelo controlo públicos está a ser progressivamente preenchido por novos quadros normativos coproduzidos, desde as normas ISO até aos múltiplos rótulos. [...] Interdependência, cadeia produtiva, novos modos de negociação, diálogo e cooperação entre os atores, gestão consciente de uma parte do ecossistema mundial, coprodução do bem público: acreditamos que a Aliança para a Pesca Responsável pode constituir um avanço significativo e o próprio símbolo de uma globalização responsável e solidária.»

Através do apoio à pesca artesanal, a Fundação tornou-se parte integrante desta negociação. Um dos desafios para nós foi convencer as redes de pescadores artesanais que, no norte da Europa, já possuíam grandes embarcações, de que «pesca artesanal» e «gestão responsável dos ecossistemas e dos recursos haliêuticos» não eram sinónimos e que a defesa da pesca artesanal passava pela adoção de uma Carta de Responsabilidade dos Pescadores. O facto de termos de definir, em conjunto com os intervenientes da grande distribuição e com os poderes públicos, um rótulo de «pesca responsável» foi, para isso, de grande ajuda. Nessa mesma altura, participámos mesmo numa negociação sobre a criação de um rótulo desse tipo na Suíça⁵⁷³.

3.14 – A Aliança dos Religiosos

Já relatámos os esforços envidados para suscitar, no âmbito da Aliança, um diálogo entre líderes religiosos sobre a sua responsabilidade face aos desafios do século que se iniciava, e vimos as limitações do diálogo inter-religioso sobre estas questões, em que as igrejas cristãs sempre tiveram um papel motor. Procuramos retomar esse diálogo no âmbito das nossas novas orientações, mas a modéstia dos montantes atribuídos a este esforço mostra bem que não alimentávamos ilusões excessivas a este respeito⁵⁷⁴. De facto, os diálogos rapidamente se desviaram para a questão do diálogo inter-religioso⁵⁷⁵, uma questão obviamente candente na Europa com a ascensão do Islão político, e na Índia com as relações conflituosas entre hindus e muçulmanos. Foram esses diálogos que polarizaram a atenção da fundação nos anos seguintes. Mas essa era outra questão. Teríamos conseguido, com teimosia e meios, chegar a uma Carta das Responsabilidades dos Líderes Religiosos ou a uma divulgação conjunta da Declaração Universal das Responsabilidades Humanas? É difícil dizer. De qualquer forma, não o fizemos.

⁵⁷³ FDS 23 630 - junho de 2007 - Projeto Suíça: promover uma abordagem de pesca responsável

⁵⁷⁴ Ficha orçamental 94 - 11 de maio de 2004 - Desenvolver uma aliança internacional de cidadãos composta por líderes religiosos e espirituais. A partir do Colégio Inter-religioso da Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário, elaborar um projeto de Carta das Religiões e Espiritualidades, base para uma futura aliança internacional

⁵⁷⁵ FDS 25715 - junho de 2011 - Encontro com Jean Fischer e Jean-Claude Basset sobre as perspetivas do programa de diálogo inter-religioso

3.15 – Lições aprendidas com estas alianças cívicas

Catorze histórias, catorze situações diferentes. Este número é, por si só, uma mensagem importante: a Fundação não desistiu, muito pelo contrário, de dialogar com os diferentes meios e, na verdade, isso é a sua marca registada, uma herança preciosa da Aliança. Pois como podemos imaginar construir o mundo de amanhã limitando-nos a privilegiar alguns meios que nos são próximos, ou alguns países que falam a nossa língua e partilham o nosso regime democrático, ou representando um mundo dualista onde os «bons», aqueles que nos são próximos, muitas vezes organizações da sociedade civil, lutariam contra os «maus», os poderosos, os capitalistas, as grandes empresas, as instituições financeiras que deveriam ser obrigadas a assumir finalmente as suas responsabilidades, sem nos questionarmos sobre as nossas, aplicando-nos a grelha de leitura da Declaração Universal das Responsabilidades Humanas, da qual falaremos no próximo capítulo? Vimos isso claramente com as nossas tentativas frustradas de aliança internacional de fundações em torno de um dever comum de ambição. É uma honra para a fundação ter desejado este diálogo com uma multiplicidade de atores.

Segunda lição: é sempre difícil levar um meio a falar sobre as suas próprias responsabilidades e sobre a gestão dos dilemas que estão no cerne da responsabilidade. Vimos isso em vários casos, como o dos juristas, para quem falar de responsabilidade é falar da responsabilidade dos outros, mas também o dos agricultores e pescadores, no outro extremo do espectro, que se consideram responsáveis por natureza, uma vez que são pequenos agricultores ou pescadores artesanais. É claro que nem tudo é falso nessa posição, e um pescador artesanal tem mais interesse na preservação a longo prazo dos recursos do que um arrastão industrial que vasculha os mares do globo, mas continua a ser indispensável para uns e outros precisar as suas responsabilidades e mostrar concretamente como as assumem. No caso dos juristas, não têm eles uma responsabilidade esmagadora pelo facto de não terem sabido iniciar coletivamente a metamorfose da responsabilidade para repensar os fundamentos do direito?

Terceira lição: a importância de aproveitar momentos privilegiados para dar uma nova dimensão às alianças. Vimos isso com as universidades e com os jovens. Em ambos os casos, foi durante o primeiro mandato presidencial de Lula no Brasil que se abriu uma formidável janela de oportunidade para suscitar um diálogo mundial, a conferência das universidades de Brasília, o encontro mundial dos jovens. Em ambos os casos, foi um impulso formidável, mas a janela de oportunidade pode fechar-se rapidamente. Os meios a mobilizar para manter esta dimensão mundial são sempre muito significativos e o entusiasmo pode esmorecer rapidamente. Foi o que aconteceu com as universidades. No caso dos jovens, o impulso foi tal que se beneficiou de importantes prolongamentos na Europa antes que, por sua vez, esta dinâmica perdesse força. Não obstante, esses momentos privilegiados têm um valor duradouro, e podemos, a qualquer momento, partir dessas conquistas. Foi assim que os resultados da conferência de Brasília de 2005 para as universidades puderam ser atualizados, quinze anos depois, no diálogo com a Federação Internacional de Universidades Católicas. É esse o desafio da abordagem estratégica da Fundação: nunca perder de vista os ganhos do passado e os objetivos permanentes para aproveitar novas oportunidades quando elas

surgirem. Sempre essa frase do filósofo Sêneca: «não há vento favorável para o marinheiro que não sabe para onde vai».

Quarta lição: nenhuma dessas alianças pode alcançar a autonomia financeira. Promover alianças cidadãos, se essa é a vocação da fundação, implica um financiamento de longo prazo. Vimos isso ao longo da história: as alianças que duram são aquelas em que a Fundação continuou seu financiamento por mais de vinte anos. E mesmo com um financiamento sério, a dimensão mundial desaparece rapidamente em favor de iniciativas úteis e simpáticas, mas com um horizonte geográfico e temático muito mais restrito. A construção de uma comunidade de destino, como já vimos no caso do Fórum China Europa, é uma ruptura antropológica tal que, sem meios suficientes, não se consegue manter o nível de ambição necessário.

Mas talvez a quinta e mais importante lição seja que, mesmo com meios irrisórios em relação aos desafios e ambições, na maioria dos casos, a fundação foi capaz de provocar mudanças significativas e abrir novas perspectivas.

IV. Colocar a responsabilidade no centro da vida das sociedades e do direito

Da Plataforma para um Mundo Responsável e Solidário de 1993 à Assembleia Mundial dos Cidadãos de 2001, a questão dos valores comuns a toda a humanidade, para fundar um futuro comum e um direito mundial reconhecido por todos, nunca deixou de nos preocupar. Contámos, na primeira parte, como abraçámos a convicção de Maurice Strong de que faltava à vida internacional um terceiro pilar, a par da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Por isso, participámos na elaboração da Carta da Terra, uma iniciativa que ele tomou com Mikhaïl Gorbatchev, mesmo que achássemos que era preciso ir além de um texto que tratasse das relações entre a humanidade e a biosfera. Contámos porque é que chegámos à conclusão de que esta Carta da Terra não correspondia ao nosso objetivo de procurar valores comuns a toda a humanidade e através de que processo de diálogo intercultural chegámos à conclusão de que a responsabilidade para com os outros e para com a biosfera era realmente esse valor comum que procurávamos. Foi, portanto, bastante tarde que deixámos de chamar «Carta da Terra» ao texto fundador para o qual queríamos contribuir, passando a chamá-lo «Carta das Responsabilidades Humanas».

A Assembleia Mundial dos Cidadãos foi a ocasião ideal para confrontar as teses a que chegámos com a pluralidade de pontos de vista dos participantes. Uma versão da Carta das Responsabilidades Humanas resultante dessas trocas foi apresentada em sessão plenária, no

último dia da Assembleia, e adotada como «texto provisório».⁵⁷⁶ A sua apresentação no site da Aliança, www.alliance21.org, relembra as últimas etapas deste trabalho:

«O processo de elaboração de uma Carta foi iterativo, pois tinha de satisfazer os dois objetivos de unidade e diversidade: era necessário elaborar bases comuns para a ação, respeitando simultaneamente a diversidade cultural, linguística, económica, política e geográfica. Foi adotada uma abordagem de ida e volta para construir progressivamente uma convergência. De 1995 a 1998, por iniciativa de André Levesque e da sua equipa, foram organizados workshops na África, Ásia, América Latina e Europa. O objetivo desses workshops era identificar valores e princípios comuns, a partir da realidade quotidiana, tal como era vivida nas diferentes sociedades. A primeira proposta de Carta (1999) foi o resultado desse trabalho. De 1999 ao final de 2000, esse projeto de Carta foi testado de forma sistemática, examinando como os princípios enunciados poderiam ser aplicados de forma específica em diferentes domínios da atividade humana e em diferentes contextos culturais. Ao mesmo tempo, vários grupos de trabalho da Aliança elaboravam propostas capazes de enfrentar os desafios do século^{xxi} cada um na sua área. As reações ao projeto de Carta de 1999 e a análise dessas propostas levaram à decisão, em 2001, de reformular o projeto num texto capaz de incorporar todas essas reflexões. No outono de 2001, o Comité de Redação apresentou um primeiro projeto a um Comité de Sábios, cujos comentários permitiram introduzir melhorias consideráveis no texto inicial. Esta proposta final será apresentada à Assembleia da Aliança em dezembro de 2001, em Lille. [...] Após a Assembleia de Lille, a Carta deverá seguir o seu caminho na sociedade civil e, pelo menos assim o desejamos, em algum momento, junto das instituições internacionais. A Aliança continuará a testar a pertinência do texto em relação aos diferentes contextos culturais e aos diferentes meios socioprofissionais [...]. A Carta deve servir de base para um novo pacto social, definindo novas regras para cada meio social e profissional, nas suas relações com a sociedade. Pretende ser um quadro de referência para condutas pessoais, mas também para a vida política, institucional e jurídica. Os princípios gerais que enuncia devem ser traduzidos em diversos contextos e ser objeto de aplicações progressivas em diferentes domínios da atividade humana, constituindo o quadro de referência de diferentes meios (as próprias pessoas, as comunidades, os meios socioprofissionais, os governos, as empresas, etc.).»

Segue-se o texto da Carta, um texto inacabado, síntese de diversas preocupações, mas ainda muito longe de poder ser esse «terceiro pilar» da governança mundial com que sonhamos e o fundamento de um direito mundial. As ideias estão lá e o carácter central da responsabilidade não irá variar, mas é claramente apenas uma etapa. As diferentes alianças cidadãos, de que acabamos de falar, não transporão este texto para o adaptar à sua realidade, mantendo-o apenas em «segundo plano».

No momento em que se inicia, em 2003, a terceira etapa da Fundação, a primeira preocupação é submeter novamente o texto ao teste da tradução em várias línguas e ver se ele encontra eco. Esse é o objetivo da ficha orçamental 2004-2005⁵⁷⁷:

⁵⁷⁶ Carta das Responsabilidades Humanas. Documento para download: www.alliance21.org/fr/themes/charter/docs/charter_finale1101_fr.pdf

⁵⁷⁷ Ficha orçamental 20 - 11 de maio de 2004 - Promover e divulgar a Carta das Responsabilidades Humanas em diferentes regiões do mundo e diferentes meios. Debater, traduzir e enriquecer a Carta das Responsabilidades Humanas, a fim de torná-la o «terceiro pilar» da sociedade mundial, ao lado da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Carta das Nações Unidas

«A fundação ambiciona que esta Carta se torne o «terceiro pilar» da sociedade mundial [...]. Tal ambição, cuja ousadia e dificuldade a fundação compreende plenamente, implica um trabalho muito importante de divulgação e promoção da Carta das Responsabilidades Humanas. [...] A divulgação e a promoção da Carta das Responsabilidades Humanas seguirão um processo contínuo e multifacetado, que se estenderá por vários anos e culminará numa reformulação do texto com base nos resultados obtidos.

Desde o início de 2002, na sequência da Assembleia Mundial dos Cidadãos, em dezembro de 2001, Édith Sizoo e a equipa da FPH mais diretamente dedicada ao acompanhamento da Carta [essencialmente Catherine Guernier, que, ao lado de Édith Sizoo, animou os primeiros esforços de diálogo interlinguístico em torno da plataforma para um mundo responsável e solidário] continuaram o trabalho. Progressivamente, foi constituído um Comité Internacional, cuja primeira reunião teve lugar em outubro de 2003, na Grécia. Na sequência deste encontro fundador, os membros do Comité elaboraram planos de trabalho em cada região, a fim de divulgar a Carta, traduzi-la e submetê-la a debate nos diversos meios socioprofissionais em que estão envolvidos [...]»

Como bem diz a ficha orçamental, trata-se de uma ambição ousada e difícil, cujos pré-requisitos nem todos são conciliáveis: um texto que «seja válido» uma vez traduzido para dezenas de línguas e que encontre eco em culturas muito diferentes, onde a «responsabilidade» será traduzida de acordo com as tradições próprias de cada uma⁵⁷⁸; um texto que seja a base do contrato social; um texto que tenha o mesmo valor que a Declaração Universal dos Direitos Humanos para fundamentar novos princípios jurídicos. De qualquer forma, cada um dos objetivos perseguidos não se deduzirá dos outros. Podemos testar a pertinência da Carta uma vez traduzida para o chinês, o hindi ou o suaíli e, em determinados meios sociais, isso não fará avançar o seu estatuto a nível internacional nem garantirá que seja levada a sério pelos juristas especialistas em direito internacional.

Por conseguinte, a nossa abordagem, aliás muito pragmática, aproveitando como sempre as oportunidades quando elas se apresentam, irá desenvolver-se em cinco direções: o teste da Carta em relação às diferentes culturas; a sua tradução concreta em diferentes meios profissionais como base do contrato social; as alianças possíveis com outras dinâmicas semelhantes; o trabalho com juristas; as oportunidades políticas para promover a Carta nas instâncias internacionais. Já abordámos a segunda direção com as alianças cidadãs e iremos referir aqui as outras quatro.

4.1 – Da Carta da Terra à Declaração Universal das Responsabilidades Humanas

No orçamento de 2004-2005, começamos pela primeira direção, a comprovação das ideias da Carta à luz do diálogo intercultural. Trata-se, na verdade, da continuação do trabalho realizado antes da Assembleia Mundial. Édith Sizoo, acompanhada na fundação por Catherine

⁵⁷⁸ Mais adiante, reencontraremos esse desafio de traduzir a palavra «responsabilidade» no âmbito da cooperação da Fundação com o Collège de France

Guernier, está à frente⁵⁷⁹ nesta vertente intercultural, que é ao mesmo tempo a sua especialidade e a sua paixão: *«ela contactou pessoas para traduzir a Carta em vinte e cinco línguas. Quanto ao comité de pilotagem de cinco pessoas, é necessária uma por continente»*. Édith Sizoo defende uma abordagem por círculos sucessivos: coordenadores continentais, cada um deles encontrará coordenadores nacionais, com um processo orgânico.

A ficha orçamental descreve o programa de divulgação e teste em diferentes regiões do mundo, animado em cada uma delas por membros do comité internacional: Brasil (Isis de Palma e Marcos Reigota), Colômbia (Diego Escobar e Claire Launay), Chile (Carlos Liberona), China (Zhao Yifeng), Índia e Sudeste Asiático (Sudha Reddy), Filipinas (Fleur de Lys Castelo-Cupino), África Oriental (John Stewart), África Ocidental (Markoua Dadjo), Egito (Amina Rachid), Líbano (Ziad Majed e Tanous Basil), Estados Unidos (Rob Weeler e Nina Gregg), Nova Zelândia e «continente líquido» (ou seja, as ilhas espalhadas pelo Pacífico) (Betsan Martin). Os trabalhos na Europa estão em espera... o sapateiro é o que tem os sapatos mais gastos.

Esta breve descrição ilustra, ao mesmo tempo, a riqueza do processo, sendo cada programa definido de acordo com as redes de que dispõem os animadores nessas diferentes regiões do mundo, e as suas limitações, podendo cada um ser apenas uma gota de água no oceano. Resta que a combinação desta abordagem por região do mundo, complementada pela abordagem por meio socioprofissional, é bastante única. Estamos, evidentemente, muito longe do processo de elaboração e aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, um trabalho exclusivamente baseado nas tradições ocidentais, alimentado pelas declarações americana e francesa do século^{xviii} e redigido por juristas.

O desafio de coordenar as diferentes abordagens da Carta não é pequeno. Aproveitamos, pois é uma das suas principais utilidades, os Fóruns Sociais Mundiais para apresentar a Carta e reunir o comité de coordenação⁵⁸⁰:

«A reunião com o comité de pilotagem seguiu-se às trocas entre Édith Sizoo e Pierre Calame, na sequência do envio das propostas dos diferentes membros do comité de pilotagem para uma estratégia de debate e divulgação da Carta nas diferentes regiões do mundo, proposta acompanhada de um pedido de financiamento. Pierre Calame ficou então preocupado com o risco de que este comité de pilotagem considerasse a ação dos seus membros como a única ação dedicada à divulgação da Carta e que, por isso, os orçamentos solicitados absorvessem a totalidade do que a fundação poderia atribuir a esta estratégia. O seu receio era, além disso, privilegiar de forma demasiado exclusiva uma abordagem geocultural da Carta em detrimento de múltiplas outras iniciativas, nomeadamente por meio socio-profissional. Para ele, o comité de pilotagem deve ser um comité de animação, preocupado, antes de qualquer ação própria dos seus membros, em verificar que todas as oportunidades de divulgação da Carta, independentemente da sua origem, fossem conhecidas e interligadas.»

⁵⁷⁹ FDS 20652 - março de 2003 - Quem faz o quê na Carta das Responsabilidades Humanas. Como a carta está em contato com todos os aspectos da Aliança, não se pode sustentar a sua difusão num único quadro financeiro

⁵⁸⁰ FDS 1179 - janeiro de 2004 - Uma visão comum da coordenação global da difusão da Carta das Responsabilidades Humanas. O fórum social de Mumbai foi a ocasião para reunir parte do comité de coordenação da Carta e discutir em profundidade o papel desse comité e o sistema de informação necessário

Trata-se de um grande desafio estrutural nesta terceira etapa da Fundação: cada parceiro, e isso é natural, vê o que está à sua porta e tem apenas uma visão muito parcial, apesar de todos os nossos esforços, do lugar da sua ação na estratégia global. Ora, para nós, para dar apenas um exemplo, é essencial que os animadores regionais de divulgação e debate da Carta tenham em mente as outras direções de trabalho e aproveitem as oportunidades para as fazer avançar, por exemplo, testando a Carta em diferentes meios socioprofissionais ou junto dos juristas da sua região do mundo. Isso será feito de forma bastante desigual, mas Isis de Palma, no Brasil, cujo papel importante no encontro mundial das crianças já vimos, Suddha Reddy, na Índia, e Betsan Martin, no Pacífico, souberam desempenhar particularmente bem essa difícil tarefa. Voltaremos a encontrá-los no decorrer do relato.

Édith Sizoo faz um primeiro balanço na primavera de 2005⁵⁸¹:

«Ele destaca os objetivos almejados em 2004 e os resultados, as abordagens metodológicas implementadas, as dificuldades encontradas, a grande diversidade de parcerias construídas, bem como os projetos previstos para 2005. O relatório mostra que promover a noção de Responsabilidade como valor central, traduzir um texto de referência em várias versões culturalmente adaptadas, iniciar um processo global que visa envolver uma grande variedade de grupos socioprofissionais e alianças cidadãos, tudo isso constitui uma iniciativa não só ambiciosa, mas também sem precedentes.»

O relatório é muito detalhado e citar passagens dele estaria fora do escopo, mas ele mostra a proliferação de iniciativas, apesar da redução dos recursos orçamentários alocados pela fundação a cada polo regional, que é o corolário do número de iniciativas a serem tomadas para promover a Carta. Ele também dá uma ideia das dificuldades encontradas em diferentes regiões diante de uma iniciativa que vem de fora. É o reflexo mais amplo do desafio de uma fundação de tamanho médio, portadora de uma ambição colossal. Cada linha de ação implica uma profusão de iniciativas e, apesar de todos os esforços de comunicação (Édith Sizoo prevê, só para a Carta, um sistema de informação inspirado no da Fundação para dar acesso a cada um dos parceiros à informação de todos os outros), é difícil permitir que todos tenham uma visão global, pois os meios que lhes são atribuídos para a sua própria ação já lhes parecem muito escassos em relação às ambições. Não obstante, a soma das iniciativas de enraizamento da Carta em cada contexto é impressionante.

O livro coordenado por Édith Sizoo e publicado em 2008 pela Éditions Charles Léopold Mayer, «Responsabilité et cultures du monde» (Responsabilidade e culturas do mundo)⁵⁸² é, de certa forma, a conclusão dessa abordagem intercultural. Como observa Michel Sauquet, coordenador do programa intercultural, no prefácio:

«Por trás de palavras aparentemente tão simples como «mundo», «solidariedade», «desequilíbrio», «assinatura», etc., verificou-se que, do mandarim ao peul, do árabe às línguas andinas, do inglês ao malaio, as línguas — e os homens — atribuíam significados muitas vezes

⁵⁸¹ BIP 2751 - março de 2005 - Construir uma aliança mundial de cidadãos para uma Carta das Responsabilidades Humanas

⁵⁸² Responsabilidade e culturas do mundo. Publicado em 2008, por Édith Sizoo.
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/responsabilite-et-cultures-du-monde/

radicalmente diferentes. [...] Uma das palavras cuja tradução se revelou então uma das mais difíceis, e que parecia veicular as representações mais diversas de acordo com as culturas, era a palavra «responsabilidade». O livro explora, portanto, a diversidade de significados ao longo de onze capítulos que tratam, respetivamente, da ética indígena na Nova Zelândia; da responsabilidade nos Estados Unidos, do individualismo ao desafio do dever coletivo; das noções indianas de responsabilidade: o eu, a sociedade e o mundo; do dever e da responsabilidade nas margens do Congo, herança comunitária à prova de um mundo em mutação; da abordagem jurídica da responsabilidade em França face à complexidade do mundo; da responsabilidade na cultura árabe islâmica, prova para o indivíduo, monopólio dos mais velhos e dos mais poderosos; da responsabilidade segundo o pensamento confucionista: ser digno de confiança; das noções filipinas de responsabilidade: a identidade partilhada do eu e do outro; no contexto georgiano: a língua, a pátria, a religião; da responsabilidade na Alemanha, recuperar o sentido da responsabilidade; finalmente, no Brasil: imaginação, experiência e educação ambiental.»

Essas dinâmicas regionais continuarão por muitos anos, mas o livro de Édith Sizoo foi o principal marco intercultural, uma espécie de advertência salutar contra qualquer desejo de impor nossas próprias representações do mundo a outras culturas. Uma vez descrita a diversidade das visões de mundo, o desafio de gerir um mundo interdependente permaneceu e implicava um acordo sobre regras globais.

As alianças possíveis com outras dinâmicas vizinhas

Essa foi a segunda direção do nosso trabalho exploratório. A própria Carta nasceu dessa vontade de não reinventar a roda e não agir sozinhos, num domínio necessariamente saturado de iniciativas de todos os tipos. A ideia do terceiro pilar da vida internacional não partiu de nós, mas foi defendida por Maurice Strong, um legado já antigo da primeira Conferência Mundial sobre o Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972. A UNESCO, por seu lado, esperava identificar valores comuns universais. O teólogo alemão Hans Kung pensava tê-los destacado. A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) trabalhava num texto...

Chegámos à conclusão de que era necessário ir além da questão da gestão ambiental ou da ética universal, para chegar a um texto que pudesse fundamentar de forma mais ampla a gestão das interdependências, que se tornaram irreversíveis e planetárias, e um futuro direito mundial, o que reduzia o leque de iniciativas semelhantes. Mais uma vez, foi Édith Sizoo que, a pedido de Matthieu Calame, que se tornou na Fundação o referente do trabalho sobre a Carta, publicou, em outubro de 2011, um trabalho de síntese muito notável, «contextualizando», para usar o seu próprio termo, o nosso trabalho, situando-o num panorama geral dos termos utilizados e das iniciativas em curso⁵⁸³. Duas frases significativas em destaque: «*O mundo mudou e nós temos de mudar com ele... O que nos é exigido agora é uma nova era de responsabilidade*», disse o presidente Barack Obama no seu discurso de tomada de posse, e

⁵⁸³ BIP 4646 - outubro de 2011 - Documento de contextualização sobre a Carta das Responsabilidades Humanas. Recenseamento das Cartas e iniciativas internacionais sobre ética realizado por Édith Sizoo

«Uma viagem de mil li começa com um único passo», ditado chinês. Um resumo perfeito tanto do desafio de uma nova era como da nossa abordagem, conscientes de que se tratava de uma longa viagem e que era preciso dar um passo de cada vez.

Mais uma vez, este texto mereceria ser reproduzido na íntegra, mas limitar-nos-emos a algumas ideias-chave. Primeiro, sobre o seu desafio:

«Este documento visa oferecer um contexto para a reflexão sobre o estatuto, o conteúdo e o impacto potencial de um texto de referência internacional sobre as Responsabilidades Universais. Ele defende que os novos desafios que a humanidade deve enfrentar no século^{xxi} exigem um esforço renovado para elaborar tal texto, explicitando as responsabilidades humanas em todas as esferas da vida, aprovado não apenas pelos Estados, mas também pelos cidadãos e pelas grandes potências de influência em vários níveis políticos, económicos e sociais. Assim, ele visa responder a uma pergunta frequentemente feita desde que foi tomada a iniciativa de promover a ideia de uma Carta das Responsabilidades Humanas na Assembleia Mundial dos Cidadãos do Mundo⁵⁸⁴ em Lille, em 2001: existe a necessidade de tal texto de referência? A resposta dada nas páginas seguintes resume-se a um «sim», embora reconhecendo que um texto internacional não é suficiente. São necessários outros esforços também, em diferentes níveis e setores da sociedade, local e regionalmente. Tal processo em vários níveis contribuirá para o surgimento de culturas de responsabilidade e servirá de catalisador para criar a consciência da necessidade de um texto de referência que faça autoridade e para acompanhar esse texto uma vez que ele seja realizado.»

Esta é uma das nossas ideias centrais, que faz a ponte entre as diferentes iniciativas tomadas pelos pólos regionais da Carta e pelas alianças cidadãos: a responsabilidade exerce-se a três níveis⁵⁸⁵:

«Primeiro nível, esses valores comuns devem tocar o nosso coração e contribuir para orientar os nossos próprios comportamentos, as nossas próprias escolhas. Os valores só têm sentido se nos guiarem nas escolhas da nossa própria vida. Quando milhões de pessoas reconhecem valores comuns, isso terá um impacto na transformação da sociedade.

Segundo nível, o das convicções coletivas. Quando um meio, os jovens, as empresas, os juristas, os cientistas, os jornalistas, etc., reconhecem que esses valores comuns estão no centro da sua prática coletiva. Então, esses valores começam a agir nas relações dentro da sociedade. Eles podem até se tornar uma norma num meio, por exemplo, as regras de responsabilidade dos jornalistas, das empresas, dos jovens, dos professores, dos cientistas, etc.

E, por fim, o terceiro nível, como vemos na Declaração Universal dos Direitos Humanos: é a forma como os valores aceites pela sociedade criam normas de direito internacional, que se impõem aos Estados, às grandes empresas e ao resto da sociedade.»

O texto de Édith Sizoo passa então a analisar o significado, em inglês e em francês, das três palavras possíveis para caracterizar o texto sobre o qual estamos a trabalhar:

«Declaração. Ação de declarar: afirmação, anúncio, confissão, promessa, revelação; Declaração

⁵⁸⁴ Assembleia Mundial, Lille 2001. No site da Aliança: www.alliance21.org/lille/fr/

⁵⁸⁵ BIP 4417- junho de 2012 - Os três níveis da ética e o desafio de uma Carta das responsabilidades universais. Conferência na Rio+20 no âmbito de um «evento paralelo à conferência»

dos Direitos: documento que precede uma Constituição e enuncia os direitos e liberdades reconhecidos aos cidadãos [...]

Carta. Regras fundamentais de uma organização oficial (Carta das Nações Unidas, Carta de um sindicato)

Convenção. Compromisso formal, contratual; união contraída por compromisso mútuo.»

É esta análise que nos convencerá, bem como o paralelismo reivindicado com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a passar para a expressão «Declaração Universal das Responsabilidades Humanas». É este termo que utilizaremos no resto do texto, mesmo que a passagem de Carta para Declaração tenha sido feita apenas de forma progressiva. Até então, tínhamos evitado usar o termo Declaração, uma vez que o Interaction Council⁵⁸⁶ já tinha proposto uma declaração com o mesmo título, em 1997.

Após uma breve revisão de cerca de quinze Declarações, Cartas e Convenções que tratam de assuntos semelhantes aos nossos, Édith Sizoo observa que, até o momento, nenhuma iniciativa da sociedade civil pôde ser incluída na agenda das Nações Unidas. Nenhuma delas *«menciona o facto de que as práticas quotidianas produzem dilemas relacionados com escolhas concretas a fazer sobre quais valores – numa determinada situação – devem prevalecer em detrimento de outros valores, por exemplo, a necessidade de incentivar o desenvolvimento económico, protegendo ao mesmo tempo o ambiente e respeitando os direitos humanos. A falta de reconhecimento desses dilemas reais enfraquece o impacto potencial da implementação dos valores preconizados»*. Desde os trabalhos realizados com André Lévesque, pensávamos que a existência de tais dilemas e a necessidade de hierarquizar valores estavam, pelo contrário, no cerne da ética e era isso que a distinguiu da moral ou dos deveres. Vimos que foi na formulação desses dilemas, a partir de situações concretas, que a iniciativa sobre a responsabilidade dos quadros executivos tropeçou. O que nos interessava na própria noção de responsabilidade era que ela remete à ideia de escolha, incluindo a escolha pessoal (o que, mais uma vez, vimos como um obstáculo em certas alianças cidadãs, nas quais muitos gostariam de ignorar a questão das escolhas pessoais para transferir a responsabilidade para as instituições).

No que diz respeito ao impacto potencial de um texto, Édith Sizoo, tendo em conta os precedentes, convida-nos a não apostar tudo e a não esperar tudo de um texto que venha a ser adotado pela Assembleia Geral da ONU:

«Um fator importante para um impacto potencial é a influência moral, social e política dos signatários. Isso não significa necessariamente que o mais alto nível de representação internacional, como a Assembleia Geral da ONU, terá o impacto mais forte. Se uma Carta de Responsabilidades, para cada setor profissional, fosse adotada pelos atores nos campos de atividade humana em questão (como o Juramento de Hipócrates para os médicos), o seu impacto seria mais imediato do que uma Carta da ONU assinada pelos Estados-Membros. Para aumentar o impacto potencial a longo prazo, uma abordagem passo a passo é não só inevitável, mas provavelmente também mais eficaz.»

⁵⁸⁶ Site do Conselho de Interação: www.interactioncouncil.org/

Mais adiante, reencontraremos esse pragmatismo nas recomendações da jurista Mireille Delmas Marty. Sob a influência inicial de Maurice Strong (que mais tarde ele próprio renunciou), estávamos inicialmente demasiado focados no objetivo irrealizável de uma consideração à escala da ONU. Essas reflexões, pelo contrário, reforçaram essa abordagem passo a passo, combinando, como na própria Aliança, três vias de abordagem: geocultural, colegial e temática (a responsabilidade aplicada ao clima, aos oceanos, à coesão social, à investigação científica, etc.).

Baseando-se no livro que coordenou, «Responsabilidades e culturas do mundo», Édith Sizoo mostra então o que, através de termos muito variáveis, as diferentes línguas retiveram da responsabilidade:

«A Responsabilidade: um fardo. A ideia de «responsabilidade» refere-se, em primeiro lugar e em todo o mundo, a «fardos» — muitas vezes vistos como encargos (literal e figurativamente) — que devem ser cumpridos para criar, manter ou estabelecer coisas que são consideradas importantes para vivermos juntos como um grupo de seres humanos. Como tal, tem uma conotação positiva porque se refere a cuidar de [...].

Responsabilidade: um conceito relacional. A dimensão relacional da responsabilidade é universal. Embora quase não existam equivalentes simétricos nas línguas do mundo para a palavra francesa «responsabilité», a ideia de responsabilidade no sentido de cuidar do que tem valor num contexto mais geral ressoa em toda a parte.

Assumir responsabilidades. Se os direitos são reivindicados, as responsabilidades são assumidas. Mas não pelas mesmas razões em todos os lugares, nem pelas mesmas coisas. Em geral, a distinção entre dever e responsabilidade é menos marcante em contextos culturais não ocidentais do que ocidentais. Nestes últimos, o dever é percebido como uma restrição definida e imposta pelos outros, enquanto a responsabilidade é sentida mais como um compromisso pessoal com base no livre arbítrio. A ideia de que se pode assumir uma responsabilidade por vontade própria implica que também se pode ser responsabilizado pelas consequências dos seus atos. »

O que retiramos do texto da declaração é a ideia de que a responsabilidade é universal, mas proporcional ao poder e ao conhecimento.

«Assim, de acordo com os diferentes contextos culturais e sociais, uma responsabilidade pode ser assumida: por livre arbítrio, por solicitude para com os outros ou para com algo; porque uma tarefa lhe é confiada por um grupo ao qual pertence; porque isso é considerado inerente ao facto de ser humano, uma vez que o homem faz parte integrante da totalidade do mundo vivo.»

A revisão dos diferentes textos em debate reforçou a nossa perspetiva de uma declaração centrada nas responsabilidades. Além do texto do Interaction Council já citado, outra iniciativa chamou a nossa atenção, tanto pela proximidade das ideias como pela proximidade dos seus promotores: «A Declaração de Interdependência»⁵⁸⁷. Concebida inicialmente pelo

⁵⁸⁷ FDS 22492 - setembro de 2005 - A proclamação do dia da interdependência na Câmara Municipal de Paris. Depois de Filadélfia e Roma, a Câmara Municipal de Paris acolhe e assina a declaração de interdependência promovida por Benjamin Barber e o Collégium éthique

sociólogo Benjamin Barber, *«dois séculos após a declaração de independência americana, é tempo de proclamar a nossa interdependência»*, essa declaração, defendida nomeadamente por Michel Rocard e Milan Kucan (dois intervenientes importantes do primeiro Fórum China Europa) e por Mireille Delmas Marty, ressoa com a nossa vontade de conduzir o que mais tarde chamarei de *«As metamorfoses da responsabilidade»*⁵⁸⁸ na era das interdependências planetárias. Pois é isso mesmo que nos interessa: a responsabilidade, como demonstrou Édith Sizoo, não é de todo uma ideia nova, pelo contrário, a sua força advém do facto de se encontrar em todas as civilizações, mas o que é radicalmente novo é a escala, espacial e temporal, a que deve ser aplicada hoje em dia. É graças a essa proximidade que, a partir de 2010, Michel Rocard e Mireille Delmas Marty assumirão um papel importante na reescrita e divulgação da Declaração.

A reescrita da Declaração e o trabalho com os juristas

A partir de 2008, os múltiplos diálogos que foram conduzidos reforçaram a nossa ideia de uma Declaração Universal das Responsabilidades Humanas e a perspectiva de torná-la um texto de referência, mas também a ideia de que era necessário um trabalho de reescrita, já que o texto resultante da Assembleia Mundial dos Cidadãos, fruto de múltiplas emendas, era um texto «mestiço» que não podia, de forma alguma, pretender, como o seu gêmeo dos direitos humanos, prestar-se a diversas variações. E, no início de 2010, esboçamos o processo de reescrita⁵⁸⁹. O seminário que lançou as bases para a reescrita ocorreu em 28 de outubro de 2010. Participaram, além de Édith Sizoo e Pierre Calame, Michel Rocard, Mireille Delmas Marty, Pedro Dallari⁵⁹⁰, advogado e político brasileiro, Sir Eddie Thaiakurei, único juiz de origem maori na Suprema Corte da Nova Zelândia, Gisela Gorovitz, advogada brasileira, Gustavo Marin, responsável pelo Fórum para uma Nova Governança Mundial, William Bourdon e Yann Queinnec, da associação Sherpa. Nesse dia, com base nas reflexões comuns, foi decidido confiar a Michel Rocard e Pierre Calame a redação de um texto de duas páginas, uma página de preâmbulo e uma página de regras de responsabilidade. Aqui está o texto⁵⁹¹:

⁵⁸⁸ Metamorfose da responsabilidade e contrato social. Publicado em 2020, por Pierre Calame No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/metamorphoses-de-la-responsabilite-et-contrat-social/

⁵⁸⁹ FDS 25143 - maio de 2010 - Processo de reescrita coletiva da Carta

⁵⁹⁰ Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, nascido em 1959, é um advogado brasileiro que integrou a Comissão Nacional da Verdade, onde ocupou o cargo de coordenador a partir de novembro de 2013. Foi juiz e presidente do Tribunal Administrativo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) entre 2004 e 2008 e é membro do Conselho de Administração do Centro de Estudos sobre Justiça nas Américas (CEJA), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA).

⁵⁹¹ Declaração Universal das Responsabilidades Humanas. No site: www.alliance-respons.net/article-10_fr.html

Declaração Universal das Responsabilidades Humanas

projeto promovido pela Aliança para Sociedades Responsáveis e Sustentáveis

Preâmbulo

Nós, Representantes dos Estados-Membros das Nações Unidas, constatando

1- que a amplitude e a irreversibilidade das interdependências que se criaram entre os seres humanos, entre as sociedades e entre a humanidade e a biosfera constituem uma situação radicalmente nova na história da humanidade, transformando-a irrevogavelmente numa comunidade de destino;

2- que a prossecução indefinida dos atuais modos de vida e de desenvolvimento, acompanhada de uma tendência para limitar as próprias responsabilidades, é incompatível com a harmonia entre as sociedades, a preservação da integridade do planeta e a salvaguarda dos interesses das gerações futuras;

3- que a amplitude das mudanças hoje necessárias está fora do alcance de cada um de nós e implica o compromisso de todas as pessoas e de todas as instituições públicas ou privadas;

4- que as modalidades jurídicas, políticas e financeiras de pilotagem e controlo das instituições públicas e privadas, em particular aquelas cujo impacto é global, não as incentivam a assumir plenamente as suas responsabilidades, ou mesmo as incentivam à irresponsabilidade;

5- que a consciência das nossas responsabilidades partilhadas em relação ao planeta é uma condição para a sobrevivência e o progresso da humanidade;

6- que a nossa co-responsabilidade, para além dos interesses legítimos dos nossos povos, é preservar o nosso planeta único e frágil, evitando que desequilíbrios importantes provoquem catástrofes ecológicas e sociais que afetem todos os povos da Terra;

7- que a consideração dos interesses dos outros e da comunidade, bem como a reciprocidade entre os seus membros, são os alicerces da confiança mútua, de um sentimento de segurança e do respeito pela dignidade de cada um e pela justiça;

8- que a proclamação e a prossecução dos direitos universais não são suficientes para regular a nossa conduta, uma vez que os direitos são ineficazes quando nenhuma instituição tem a capacidade de garantir, por si só, as condições para a sua aplicação;

9- que estas constatações exigem a adoção de princípios éticos comuns que inspirem as nossas condutas e regras, bem como as dos nossos povos.

Adotamos, em nome dos nossos povos, a presente Declaração Universal das Responsabilidades Humanas e comprometemo-nos a: torná-la a base dos nossos comportamentos e das nossas relações; promovê-la junto de todos os setores da sociedade; tê-la em conta e pô-la em prática no direito internacional e nos direitos nacionais.

Princípios da responsabilidade humana

1. O exercício das responsabilidades por cada um é a expressão da sua liberdade e dignidade como cidadão da comunidade mundial.

2. Cada ser humano e todos juntos têm uma co-responsabilidade para com os outros, para com a comunidade próxima e distante, e para com o planeta, na proporção dos bens, do poder e do conhecimento de cada um.
3. Esta responsabilidade implica ter em conta os efeitos imediatos ou diferidos dos seus atos, prevenir ou compensar os danos causados, quer estes tenham sido cometidos voluntariamente ou não, quer afetem ou não sujeitos de direito. Aplica-se a todos os domínios da atividade humana e a todas as escalas de tempo e espaço.
4. Esta responsabilidade é imprescritível quando o dano é irreversível.
5. A responsabilidade das instituições, tanto públicas como privadas, independentemente das regras que as regem, não isenta a responsabilidade dos seus dirigentes e vice-versa.
6. A posse ou o usufruto de um recurso natural implica a responsabilidade de o gerir da melhor forma para o bem comum.
7. O exercício de um poder, independentemente das regras pelas quais é atribuído, só é legítimo se responder pelos seus atos perante aqueles sobre os quais é exercido e se for acompanhado de regras de responsabilidade à altura do poder de influência exercido.
8. Ninguém pode eximir-se da sua responsabilidade em nome da sua impotência se não tiver feito o esforço de se unir a outros ou em nome da sua ignorância se não tiver feito o esforço de se informar.

Doravante, este texto servirá de referência, em particular ao decliná-lo para propor cartas de responsabilidade específicas para diferentes meios socioprofissionais. Já tivemos exemplos disso com as universidades e com os investigadores e encontraremos outros ao longo do caminho.

Se este novo texto respondia, desta vez, às necessidades e não foi mais alterado desde então, restava saber como a iniciativa poderia ser recebida pelo mundo jurídico e se teria chance de avançar num meio onde o direito internacional se alimentava, há décadas, das convenções de aplicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. E foi Mireille Delmas Marty quem serviu aqui de fada madrinha. Mas, para tornar a cronologia compreensível, precisamos aqui mencionar os esforços feitos em 2011 para levar adiante a ideia de responsabilidade no cenário internacional.

4.2 – A promoção da Declaração a nível internacional

No momento em que a nova versão da Declaração está sendo finalizada, a oportunidade mais óbvia para divulgá-la é a preparação da Conferência Rio+20, que deve ser realizada no Rio de Janeiro, em 2012, para o vigésimo aniversário da Cúpula da Terra. Não foi por ocasião dessa cimeira de 1992 que Maurice Strong, então Secretário-Geral da Conferência, tentou, sem sucesso, promover uma Carta da Terra?

É certo que, naquela época, não era mais Lula quem presidia os destinos do Brasil, mas sua sucessora, Dilma Rousseff, muito mais «produtivista» do que o seu mentor e mais preocupada em explorar os campos de petróleo ao largo da costa brasileira do que em preservar o clima, mas mantemos, graças a Isis de Palma, Rachel Trajber e Pedro Dallari, grandes aliados próximos do PT, o Partido dos Trabalhadores, que ainda está no poder. No início de 2011, com a ajuda deles, pretendemos entrar em contacto com o governo brasileiro para ver quais as iniciativas que ele estaria disposto a tomar em matéria de responsabilidade no âmbito da Rio+20. Sabemos que o país anfitrião das conferências internacionais não tem controlo sobre a agenda, mas a Rio+20 não é uma conferência como as outras. Para termos chances de dialogar, no mais alto nível, precisamos de um trunfo. Mais uma vez, será Michel Rocard, que compartilha das nossas reflexões e mantém uma excelente reputação no Brasil, onde o PT, em particular Lula, se sente herdeiro da «segunda esquerda», da qual Michel Rocard foi o inspirador. E é assim que se prepara a viagem. Este trunfo não compensa a falta de ambição já visível para a Rio+20, tanto na ONU como no Brasil⁵⁹²:

«Rachel Trajber ouviu a apresentação de Figueredo, encarregado pelo governo brasileiro de ser o interlocutor da ONU para a preparação da Rio + 20. Ecoando a falta de ambição que caracteriza o processo do lado da ONU, Figueredo preparou, segundo ela, uma declaração pobre em conteúdo para o governo brasileiro. Mas não está excluído que o governo e ele estejam interessados em dar mais ambição a este processo. Daí o interesse em associá-lo de alguma forma ao diálogo que procuramos ter sobre este assunto, que é o objetivo da próxima viagem de Édith Sizoo e Pierre Calame ao Brasil.»

Vou com Édith Sizoo pela primeira vez ao Brasil, de 12 a 16 de abril de 2011. A nossa visita tem três objetivos⁵⁹³:

1. «Sondar o interesse do governo brasileiro em tomar uma iniciativa por ocasião da RIO+20 para colocar na agenda da comunidade internacional a questão da ética global, com a expressão concreta de uma Carta de Responsabilidades Universais.
2. Divulgar a Agenda do Século XXI e as quatro mudanças a serem conduzidas: «em que ética comum basear a gestão e a preservação do planeta (a Carta de Responsabilidades)? Como ajudar no surgimento de uma comunidade mundial de destino? Que governança e, em particular, que governança mundial deve ser gradualmente implementada? Como organizar a transição para sociedades sustentáveis?
3. Propor fazer da Cimeira dos Povos (conferência paralela à Cimeira governamental RIO+20) o início de uma forma de conselho consultivo mundial.»

O terceiro ponto remete ao projeto da sociedade civil brasileira, na grande tradição das «cúpulas dos povos» realizadas paralelamente às cúpulas de chefes de Estado, de organizar no Rio, ao mesmo tempo que a Rio+20 oficial, uma cúpula paralela que tratará dos mesmos assuntos da conferência. É também a resposta a uma frustração muito antiga da sociedade civil, que remonta à Cimeira da Terra de 1992, onde os múltiplos movimentos e redes socioprofissionais que se

⁵⁹² FDS 25640 - março de 2011 - A preparação da Rio+20 e as iniciativas do governo brasileiro

⁵⁹³ FDS n.º 25689 - 12 a 16 de abril de 2011 - Relatório sucinto da visita ao Brasil de Pierre Calame e Édith Sizoo

deslocaram para lá foram confinados longe da conferência dos chefes de Estado: não se mistura o que não se mistura. Em 2011, vimos nisso a perspectiva de ultrapassar os limites dos Fóruns Sociais Mundiais, que representavam apenas uma pequena parte da sociedade. Infelizmente, desde a primavera de 2011, percebemos que a nossa expectativa seria frustrada, como ilustra a troca de mensagens com Candido Grzybowski, um velho aliado e pilar dos FSM. Ele nos disse:

«não só não há consenso no Comitê Preparatório [da Cúpula dos Povos], composto por cerca de cinquenta representantes de ONGs e movimentos sociais, como também ainda não há ideias (alternativas) claras. Ele explica que isso se deve principalmente ao facto de o próprio governo brasileiro ainda não se ter pronunciado sobre as questões e a agenda da RIO+20. A orientação da conferência paralela deve estar ligada à agenda da conferência governamental. Isso é necessário para obter a permissão para a Cimeira dos Povos e os fundos do governo central e/ou da cidade do Rio, dos quais não podemos prescindir... Isis diz-nos que a tendência no comitê preparatório é fazer portas abertas, ou seja, sem seleção de participantes, como no FSM.»

Uma Cimeira dos Povos dependente de financiamento brasileiro, que passará pela Petrobras⁵⁹⁴, a grande empresa petrolífera! Seguindo uma agenda oficial sem ambição e reproduzindo as mesmas fraquezas dos FSM. Compreendemos rapidamente que não há nada a esperar! Os contactos em Brasília são claramente mais encorajadores⁵⁹⁵:

«A 13 de abril, audiência com o Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Dimas Lara Barbosa. O bispo ouviu principalmente a exposição de Pierre. Achou a ideia de uma Carta interessante, mas sem se comprometer. [...] Por outro lado, o Padre Ernanne Pinheiro parecia muito mais interessado, o que é importante, pois é ele quem vai influenciar o novo Secretário-Geral [...].

Em seguida, contacto com Nilo Diniz, um alto funcionário do Ministério do Meio Ambiente, encarregado de preparar uma proposta do Ministério do Meio Ambiente para a RIO+20. Mais uma vez, confirma-se a impressão de que o governo brasileiro ainda está a tentar definir a orientação desta conferência governamental. Parece que, na verdade, os governos não estão muito entusiasmados com esta conferência, pois ela inevitavelmente exporá a falta de resultados a nível governamental internacional. O governo brasileiro também não tem interesse em que um movimento social internacional venha ao Rio para contestar esses resultados nas ruas. Que rumo positivo dar a esta conferência? Ninguém parece ter uma ideia brilhante, pelo menos até agora.

À tarde, entrevista com o ex-ministro das Relações Exteriores do governo Lula, Celso Amorin [ele será nomeado ministro da Defesa em agosto de 2011]. Discussão apaixonante entre, por um lado, um diplomata de carreira, veterano em compromissos diplomáticos e conhecedor de todos os obstáculos nas negociações entre governos e, por outro lado, um visionário que está convencido de que é preciso fazer o necessário, em vez do possível. O Sr. Amorin, apesar do seu ceticismo de diplomata, ficou seduzido pela ideia da iniciativa. E apesar da sua modéstia em relação à sua influência sobre o ex-presidente Lula, prometeu falar com ele sobre o assunto. Recebeu-nos durante cerca de uma hora e meia, na sua residência, e acompanhou-nos até à

⁵⁹⁴ Apenas três anos antes do início da operação Lava Jato, também conhecida como o escândalo da Petrobras, que puniu essa mistura de géneros e desacreditou duradouramente o PT

⁵⁹⁵ FDS 25689 - 29 de abril de 2011 - Relatório sucinto da visita ao Brasil de Pierre Calame e Edith Sizoo - 12 a 16 de abril de 2011

saída.

A 14 de abril, encontro com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Não houve necessidade de convencer o Sr. Cardozo. Pierre e eu [escreve Edith Sizoo] tivemos o privilégio de o conhecer no ano passado, em Brasília. Ele recebeu todos os documentos e, graças ao briefing pessoal de Pedro Dallari, um antigo amigo da resistência, estava perfeitamente informado. O Sr. Cardozo demonstrou mais do que um interesse educado. Ele definiu claramente as suas próprias possibilidades de contribuir para a realização da iniciativa, prometendo que falaria pessoalmente com a Presidente Dilma [...]. Ele também convidou Pedro Dallari para ir a Brasília apresentar a proposta. Todos saímos dessa reunião... deslumbrados e impressionados.»

Um eco político inesperado num contexto de falta de ambição geral para esta conferência Rio+20, cuja perspectiva não entusiasma ninguém, tanto a nível internacional como brasileiro (o principal resultado, dir-se-á da Conferência, foi que não houve retrocesso, um magro consolo). Pelo menos, pudemos verificar que, com boas entradas, era possível despertar o interesse pela Declaração ao mais alto nível político. Esta missão de abril permite-nos preparar uma mais ambiciosa, para o mês de setembro, desta vez na presença de Michel Rocard⁵⁹⁶:

«A missão foi preparada de forma muito profissional por Isis de Palma e a sua equipa, desde o mês de maio, e graças aos bons contactos que estabelecemos, nomeadamente com o Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, com base nas propostas que lhe apresentei, em junho de 2010, após a Conferência Mundial da Criança, propostas que visavam que o Brasil tomasse a iniciativa de alterar a agenda da Conferência Internacional Rio+20, de modo a evitar que fosse um fracasso. [...] A missão foi um sucesso total e, segundo Pedro Dallari, superou em muito as expectativas que a equipa brasileira tinha depositado nela. Esse sucesso se deve a dois fatores que não controlávamos inicialmente: a imagem de Michel Rocard é muito forte no Brasil, pois o retorno à democracia coincidiu com a época em que ele era primeiro-ministro da França e, além disso, ele fez muitas amizades no Brasil, de modo que seu nome e sua presença nos abriram todas as portas; e a nossa visita ocorreu em boa hora, pois o governo brasileiro estava a começar a perceber que todas as condições para um fracasso estavam reunidas para a Rio+20 e que precisava tomar uma iniciativa, mas não sabia qual. Longe de parecer uma ingerência, a nossa visita foi muito bem recebida, pois respondia a uma necessidade real.»

Brasília: 14 a 16 de setembro

Os dois primeiros encontros ocorreram sem Michel Rocard. O primeiro encontro foi com a pessoa do Ministério do Meio Ambiente responsável pela coordenação da preparação da Rio+20, um grupo interministerial co-presidido pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério das Relações Exteriores. O segundo, na manhã de 15 de setembro, com a jovem e dinâmica Ministra dos Direitos Humanos. Cada um desses dois primeiros encontros, assim como os seguintes, durou uma hora, o que, para um ministro, é um sinal de grande interesse pelo assunto abordado e pelos interlocutores. O responsável pela organização da Rio+20 qualificou a nossa visita de «providência». Quanto à Ministra dos Direitos Humanos, eu pensava que, à semelhança de muitos movimentos da sociedade civil que tradicionalmente

⁵⁹⁶ FDS 25899 - setembro de 2011 - Michel Rocard, Edith Sizoo e Pierre Calame no Brasil, de 14 a 21 de setembro de 2011

colocam a tónica nos direitos, ela se mostraria relutante em destacar a Carta das Responsabilidades. Pelo contrário, ela concluiu a nossa entrevista dizendo *que «abraçava a Carta»*. Foi um começo magnífico.

O terceiro encontro, na tarde de 15 de setembro, foi com Celso Amorim, desta vez na presença de Michel Rocard. Já tínhamos encontrado Celso Amorim na primavera, quando ele estava sem mandato ministerial, após ter sido Ministro das Relações Exteriores durante oito anos, nos dois mandatos do Presidente Lula. Ele é amigo pessoal de Michel Rocard [...]. Desta vez, o encontramos como Ministro da Defesa. Embora tenha lembrado várias vezes que não era responsável pela Rio+20, mostrou-se muito mais positivo em relação à nossa proposta. A tal ponto que, salientando que o assunto dizia respeito principalmente ao Ministro das Relações Exteriores, Patriota, com quem não tínhamos marcado uma reunião, pegou no telefone e conseguiu-nos uma longa entrevista para a manhã seguinte!

Quarto encontro, na mesma noite de 15 de setembro, com Gilberto Carvalho, chefe da Casa Civil⁵⁹⁷, e com Marc Aurelio Garcia, conselheiro diplomático da presidente. Ambos falavam francês perfeitamente, devido ao exílio durante a ditadura. O primeiro mostrou-se muito interessado nas nossas propostas, até mesmo entusiasmado. Ao longo das reuniões, aperfeiçoamos o nosso discurso, cuja essência é a seguinte (combinação das preocupações de Michel Rocard e nossas):

«A máquina internacional está travada. Desde o início do século^{XXI}, não houve nenhum avanço significativo nas negociações (clima, OMC, desarmamento nuclear, etc.). Isso deve-se ao facto de as grandes potências, contrariamente à Carta das Nações Unidas, exigirem que as decisões sejam tomadas por unanimidade em conferências de consenso, o que dá a cada um, e em todos os assuntos, um direito de veto. Esta atitude deve-se, nomeadamente, a um endurecimento das soberanias: quanto menos real é a soberania dos Estados, mais eles se agarram ao seu símbolo. A única maneira de sair dessa situação é mudar as regras do jogo das negociações internacionais, aceitar que, por meio de um agrupamento internacional dentro da ONU, os países dispostos a um acordo possam se livrar das tentativas de bloqueio de tal ou tal país (os EUA são os mais frequentemente citados porque sua oposição é sistemática, seguidos pela China e pela Grã-Bretanha). Mas, para seguir esse caminho, é vital legitimar a superação das soberanias através do reconhecimento, por todos os Estados, da sua interdependência e dos princípios de co-responsabilidade em relação aos assuntos do planeta que daí decorrem.

Se a Rio+20 se limitar a um balanço do que foi feito e do que não foi feito, à constatação lamentável de que a maioria dos compromissos dos Estados não foram cumpridos e a uma nova lista de coisas a fazer, será uma conferência inútil. É necessário que, gradualmente, o não cumprimento dos compromissos possa ser sancionado. Isso pressupõe, previamente, a construção de um corpus de direito internacional legitimado por um terceiro pilar da comunidade internacional: a Carta das Responsabilidades Universais. É claro que não é possível que tal Carta seja adotada logo na Conferência Rio+20, mas é necessário que a ideia, e eventualmente um projeto de texto, já esteja na agenda, o que pressupõe, como explicamos a todos os nossos interlocutores, uma iniciativa nesse sentido. [...] esta só poderá ser bem-sucedida se a iniciativa for apoiada por um certo número de países. Se o Brasil decidir tentar a

⁵⁹⁷ O chefe da Casa Civil é, no Brasil, um regime presidencial, o equivalente a um primeiro-ministro ou secretário-geral da Presidência

aventura, estamos prontos, através das redes de Michel Rocard, através das redes da Aliança e da Carta, a procurar os primeiros aliados: Austrália, Eslovénia, Nova Zelândia, Filipinas, eventualmente Índia e Malásia ou os 43 países insulares ameaçados pelo aquecimento global e pela elevação do nível do mar (AOSIS).

O outro tema abordado dizia respeito ao conteúdo da Conferência. Centrada no tema oficial «A economia verde ao serviço da erradicação da pobreza extrema», a Rio+20 corre o risco de ser completamente marginalizada devido ao recrudescimento da crise económica e financeira [desencadeada em 2007 pela crise dos «subprimes» e pela falência do Lehman Brothers]. Mas, ao mesmo tempo, esta crise cria uma nova oportunidade. Ela revela que o atual sistema económico está esgotado. Ele não se depara mais apenas com os seus impactos ambientais, os danos ao clima, à biodiversidade, ao esgotamento progressivo da energia e dos recursos naturais; ele se depara com os limites de um crescimento impulsionado pelo endividamento privado nos Estados Unidos. Ele também se depara com a magnitude da dívida pública em muitos países, incapazes de sustentar um crescimento indefinido no momento em que a crise financeira mostra a dificuldade dos Estados em implementar uma regulamentação financeira internacional à altura dos riscos sistémicos. Por isso, o debate da Conferência deve alargar-se à «grande transição» para sociedades sustentáveis e suscitar uma reflexão sobre outro modelo de desenvolvimento e sobre os alavancadores da transição.»

Essa foi, em linhas gerais, a nossa proposta ao governo brasileiro.

«Marc Aurelio Garcia, conselheiro diplomático da presidente, foi o mais negativo de todos os nossos interlocutores: há um litígio manifesto entre a diplomacia brasileira e a Europa. Na primavera, Celso Amorim queixou-se de que a Europa o tinha abandonado e desautorizado, quando, segundo ele, a iniciativa do Brasil em relação ao Irão tinha sido suscitada nos bastidores pela Europa e pelos Estados Unidos. Marc Aurelio Garcia, por seu lado, queixou-se do abandono da Europa nas negociações de Copenhaga face à intransigência americana, que provocou, por ricochete, uma intransigência chinesa. O receio de ser novamente abandonado por uma Europa, que não sabe fazer valer uma vontade política forte, estava muito presente nessas reticências.

No dia seguinte, na manhã do dia 16, Michel Rocard, Pedro Dallari e eu nos reunimos com o ministro das Relações Exteriores, Patriota. Foi ele quem se mostrou mais entusiasmado. Não só com a ideia da Carta de Responsabilidade, pois nos entregou um discurso proferido em Genebra no qual destacava a importância desse conceito, mas também com a discussão das alavancas da grande transição e com a ideia de uma Assembleia Mundial de Cidadãos. Mais distante dos movimentos sociais do que o Chefe da Casa Civil, que é um antigo sindicalista responsável pelas relações com esses movimentos, ele aderiu imediatamente à ideia de que era necessário conceber de outra forma a representação da «sociedade mundial» na Conferência Rio+20.»

Rio de Janeiro: 16 a 18 de setembro

«Na tarde do dia 16, fomos encontrar-nos com o jovem presidente da Câmara do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Ele recebeu-nos na companhia de alguns colaboradores. Sabíamos que o presidente da câmara do Rio desejava tomar uma iniciativa e elevar o prestígio do Rio por ocasião da Conferência Rio+20. [...] Percebemos, porém, que ainda não havia um projeto concreto de encontro das cidades no âmbito da Rio+20. Além da argumentação geral já mencionada, sobre os riscos de fracasso do Rio e a possibilidade de transformar as condições de fracasso da Conferência em condições de sucesso, evocámos o papel das cidades na transição e

eu [escreve Pierre Calame] esbocei o que poderia ser o formato e os métodos de um encontro internacional das cidades.»

Essa experiência brasileira, do ano de 2011, foi particularmente enriquecedora. Ela mostrou que, quando se dispunha de condições particularmente favoráveis, neste caso a cumplicidade de Michel Rocard, o seu prestígio no Brasil e a formidável qualidade da equipa da «Carta» no Brasil, era possível suscitar interesse ao mais alto nível pela nossa forma de abordar os desafios globais e pelas propostas da Declaração de Responsabilidade e da Assembleia Mundial. Mostrou também, como tinha sido a experiência de Michel Rocard enquanto primeiro-ministro, quando organizou a Conferência de Haia⁵⁹⁸, que, face à lentidão e à pesada burocracia dos processos da ONU, é por vezes possível organizar avanços, desde que se disponha dos contactos pessoais necessários. Isso nos levou, após o sucesso das duas missões no Brasil, a procurar, com os nossos contactos regionais da Carta e da Aliança, se alguns países poderiam se associar ao Brasil em uma iniciativa que, como bem compreendemos, o Brasil não tomaria sozinho⁵⁹⁹:

«Convencido de que, caso o Brasil tomasse uma iniciativa, precisaria de aliados. Graças às redes internacionais de confiança mútua construídas no âmbito da Aliança para um Mundo Responsável e Solidário, o Fórum conseguiu reunir-se com conselheiros influentes dos governos da Ásia, Índia, Malásia, Filipinas, Indonésia e Bangladesh. Esses contactos tiveram dois efeitos positivos: mostraram-nos que uma rede internacional portadora de propostas credíveis e fundamentadas poderia encontrar ouvidos atentos no mais alto nível do Estado e que a nossa análise dos impasses da comunidade internacional atual era ouvida com atenção. Mais ainda, mostraram-nos que, em sociedades predominantemente muçulmanas ou hindus, o princípio da responsabilidade encontrava forte eco.»

Esses contactos são mais um belo exemplo de como podem funcionar os laços internacionais tecidos por ocasião da Assembleia Mundial. Tínhamos focado na Ásia e, mais especificamente, na ASEAN, para procurar possíveis aliados para uma eventual iniciativa brasileira. Em outubro de 2011, surgiu a oportunidade com o convite para participar do Fórum Asiático de Economia Solidária, realizado em Kuala Lumpur⁶⁰⁰, onde apresentamos a Declaração. Isso me permitiu então viajar com Edith Sizoo para a Índia, Filipinas e Indonésia.

Primeira etapa na Índia⁶⁰¹:

«As datas da estadia na Índia foram fixadas em função da estadia na Malásia. Foram mal escolhidas, pois coincidiram com o Diwali, a grande festa das luzes, que na Índia é também uma

⁵⁹⁸ A história da política climática da França retrata os principais eventos e ações que caracterizam a política conduzida pelo governo da França e suas instituições desde 1989 na luta contra as alterações climáticas. Ela pode ser estruturada em cinco períodos que correspondem aproximadamente às diferentes presidências da República

⁵⁹⁹ BIP 4463 - outubro de 2012 - Tornar a responsabilidade o cerne da ética do século^{xxi} e construir a partir dela um terceiro pilar para a comunidade internacional: qual estratégia após o fracasso da Rio + 20? Texto martirizante que sintetiza o que foi feito nos últimos vinte anos e a maneira de consolidar o processo nos próximos dez anos. Pierre Calame, Édith Sizoo

⁶⁰⁰ FDS 25936 - novembro de 2011 - Resumo do Fórum Asiático, Kuala Lumpur, de 30 de outubro a 2 de novembro de 2011

⁶⁰¹ FDS 25941 - outubro de 2011 - Rio+20 e a Índia. Relatório dos contactos estabelecidos na Índia de 26 a 28 de outubro de 2011

feita familiar. A diversidade dos contactos que conseguimos estabelecer demonstra ainda mais as excelentes ligações que Sudha Reddy, coordenadora da Carta na Índia, e Byra Reddy (sem qualquer ligação familiar, apesar da homonímia, sendo os Reddy uma subclasse da classe dos comerciantes) conseguiram criar. [...] O único contacto inicial foi a reunião com o Sr. Ayiar. Foi a pessoa que Sudha identificou quando lhe perguntei se existia na Índia uma personalidade política que já não exercesse funções, mas que tivesse uma elevada autoridade moral, para internacionalizar o grupo de sábios que imaginávamos criar para garantir a promoção da Carta das Responsabilidades Universais. [...]. Homem de 70 anos, ele foi várias vezes ministro, nomeadamente dos assuntos locais, do petróleo e da energia. Era um amigo próximo de Rajiv Gandhi, o primeiro-ministro assassinado, e uma figura influente do Partido do Congresso (o partido de Rajiv Gandhi, novamente no poder atualmente). Um pouco como aconteceu no Brasil, o Sr. Ayiar fez questão de nos mostrar os limites do intervencionismo ocidental, o facto de que, ao mesmo tempo em que se apresentava como intervencionista humanitário, o Ocidente tinha uma abordagem muito seletiva e que havia muitos casos de violações graves dos direitos humanos em que o Ocidente não levantava um dedo, enquanto invocava a proteção das populações para intervir militarmente na Líbia. [...] Ele também criticou fortemente a forma ingénua como os ocidentais, especialmente os americanos, pretendem impor a democracia ocidental [...]. No que diz respeito à possível posição do governo indiano e ao papel que Ayiar pode desempenhar nela, sentimos uma nostalgia da época de Nehru, quando a Índia era líder dos países não alinhados e era movida por ideais. Ele lembra, por exemplo, que a Índia, na época, foi a primeira a romper relações diplomáticas com a África do Sul durante o apartheid. Esse tempo, segundo ele, já passou. O governo indiano está numa posição de seguidismo: agora há um grande desejo de fazer parte de um grupo de países poderosos. O idealismo está ausente. A moralidade está muito baixa. Uma vez feitas essas reservas (encontramos o mesmo retrato do governo atual em quase todas as declarações), ele não exclui que a Índia se envolva em uma iniciativa da Rio + 20, desde que, em particular, se chegue a um consenso entre Brasil, Índia e China [...]. No final das nossas conversas, Ayiar aceitou ser o nosso «mensageiro» com base num memorando que lhe prepararíamos (uma página, acompanhada de vinte páginas de anexo) dirigido ao ministro dos Negócios Estrangeiros, por um lado, e ao embaixador da Índia no Brasil, por outro.

Os outros contactos foram feitos posteriormente, em função da nossa presença no local. Foi mesmo mencionado um contacto com o ministro dos Negócios Estrangeiros, que Sudha e Byra conhecem, pois é, como eles, de Karnakata (Bangalore), mas encontrava-se na Austrália. Tivemos, no total, quatro contactos de qualidade:

1. Encontro com um grupo de animadores da sociedade civil no Centro de Investigação Social, animado pela Sra. Ranjana Kumari e na presença, nomeadamente, do Sr. Vijay Pratap, uma figura socialista e um dos principais pensadores da sociedade civil. Tivemos uma boa troca de ideias, permitindo-lhes compreender bem que as responsabilidades eram o complemento indispensável dos direitos e que a Rio + 20 constituía um desafio para a sociedade indiana e para este tipo de movimento. No final da reunião, Ranjana Kumari compreendeu bem o desafio que a Índia enfrenta para se envolver no sucesso da Rio + 20. Ela foi a primeira a dizer que o atual governo indiano estava mais numa posição de seguidismo, mas que era sensível à pressão da mídia e da sociedade civil.
2. Jantar com Brag, um jornalista influente na Índia e, além disso, membro do Conselho de Imprensa indiano, órgão regulador entre a imprensa e os leitores, entre a imprensa e o poder, com um papel quase judicial. Sudha e o Sr. Brag conhecem-se bem. Ele tinha lido os

nossos documentos e recebeu-nos bem. Ao mesmo tempo, recebi uma cópia da mensagem de Federico Mayor à editora-chefe do Times of India, enviando-lhe o projeto de artigo que preparámos com ele, Michel Rocard e Mario Suarez, antigo primeiro-ministro português. Brag confirmou-nos o caráter tímido do atual governo indiano, mas também a sua sensibilidade ao que é dito nos meios de comunicação social. Ele comprometeu-se a publicar um artigo que escreveríamos sobre a questão da Rio + 20 (artigo feito) e, além disso, uma série de artigos sobre a China e a Europa, sobre a governança em vários níveis, etc. É uma pista particularmente interessante [...].

3. Encontro com o porta-voz da conferência dos bispos católicos indianos. Este contacto foi improvisado. Também aqui, o nosso interlocutor dedicou-nos todo o tempo necessário. Ele ouviu-nos com atenção. Evidentemente, ele estava pouco informado sobre a preparação da Rio + 20 (de um modo geral, todos os nossos interlocutores tinham um conhecimento limitado do que estava a ser preparado, o que ilustra bem a ausência de interesse percebida até agora por esta conferência). As nossas perspectivas pareceram-lhe interessantes. Tal como os nossos outros interlocutores, ele teve a gentileza de nos dizer «*aprendi muito*»; «*isso abriu-me muitos horizontes*». O desafio para nós é que este tema seja abordado nas próximas conferências das igrejas cristãs, seja à escala da Índia (próxima conferência em meados de novembro), seja à escala da Ásia.»

Próxima etapa: as Filipinas. Tínhamos contatos mais antigos e numerosos com a sociedade filipina e essa etapa foi igualmente frutífera⁶⁰²:

«Para compreender este sucesso, é necessário ter em conta vários fatores: contámos com três redes diferentes, mas que rapidamente se conectaram: a rede da Carta das Responsabilidades Humanas, animada nas Filipinas por Pinky Cupino; a rede de Ben Quinones da coligação asiática para uma economia solidária; a rede de Rixto Roxas, um amigo de Pierre há vinte e cinco anos, da época do Grupo de Vézelay e da Convenção Preparatória para os Estados Gerais, que, aos 84 anos, continua a ser uma importante referência intelectual nas Filipinas.

Por fim, tal como no Brasil, muitos dos nossos amigos uniram-se na luta contra a ditadura de Marcos, muitos estiveram na clandestinidade, alguns na prisão, o que, para além das eventuais diferenças partidárias, deu origem a fortes laços de amizade e solidariedade [...].

Primeira reunião com o secretário de Estado do Desenvolvimento Económico, responsável pela Rio + 20, acompanhado pela pessoa que acompanha a Rio + 20 e o conselho filipino de desenvolvimento sustentável (em 1992, foi o primeiro conselho nacional criado). Conversa um pouco tensa no início com o ministro, muito mais aberto e imediatamente interessado com a mulher responsável pela Rio + 20. As reservas do ministro, que reencontraremos de várias formas ao longo da estadia, eram do tipo: nada de bom ou tranquilizador pode vir do estrangeiro; as Filipinas sempre viram imposições estrangeiras, primeiro no âmbito da colonização, depois do FMI, Banco Mundial e outros. Por isso, uma nova carta internacional suscita como primeira reação: os países poderosos vão aproveitar-se desta carta para nos impor a sua vontade. Com as cartas antigas, ao longo do tempo, encontrámos um *modus vivendi*, mas qualquer aparecimento de um novo texto é um risco. Apesar destas reservas iniciais, ambos acabaram por se declarar a favor da iniciativa. O que era essencial, uma vez que eram as

⁶⁰² FDS 25956 - novembro de 2011 - As Filipinas e a Rio + 20. Crónica da mobilização de uma sociedade para apoiar a iniciativa brasileira

primeiras pessoas a quem o presidente filipino pediria a sua opinião [...].

Segunda reunião com o diretor do movimento de reconstrução rural. Trata-se de um movimento com sede nas Filipinas, mas com ligações em vários países asiáticos. Foi fundado no rescaldo da guerra por um chinês. O seu diretor, Serrano, é uma das figuras da sociedade civil internacional. Ele está envolvido com a sociedade civil na Rio + 20. Tivemos uma longa conversa. Ele compartilha do nosso diagnóstico e está interessado nas soluções que propusemos ao governo brasileiro. No âmbito de uma tomada de posição a nível da ASEAN, esta rede pode ser muito valiosa para representar a aprovação da iniciativa pela sociedade civil.

Durante a noite, recebi uma mensagem do Brasil com o comunicado de imprensa da conferência dada por Ilma Rousseff, no final do G20 em Cannes. Ilma Rousseff pronuncia-se claramente a favor de um alargamento da agenda da Rio + 20 a uma reflexão sobre o modelo atual de desenvolvimento. É exatamente a segunda proposta feita ao governo brasileiro. Independentemente da publicidade, relativamente fraca neste momento, dada a esta conferência de imprensa, este comunicado vai mudar o tom da nossa estadia. Com efeito, em vez de nos referirmos a uma iniciativa hipotética do Brasil, podemos mostrar que esta iniciativa e, além disso, as propostas que fizemos, são diretamente retomadas. Isto reforçou evidentemente a nossa credibilidade nas conversas subsequentes.

Preparamos o encontro, em princípio o mais importante da estadia, com o Sr. Ochoa, o principal assessor do presidente. Reunião bastante curta, mas, segundo nossos amigos filipinos, decisiva. O conselheiro (que aqui é considerado o cérebro do presidente) manifesta o seu interesse pela iniciativa. Ele compromete-se a que as Filipinas apoiem uma iniciativa brasileira e demonstra o seu interesse por uma iniciativa a nível da ASEAN. Durante a reunião com Ochoa, Édith Sizoo foi encontrar-se com a ministra dos Assuntos Sociais, uma figura importante, ao que parece, no atual governo, ela própria militante do movimento da sociedade civil e da resistência à ditadura de Marcos. Ela parece ter compreendido bem a nossa iniciativa e também garantiu a Edith o seu apoio.

O sucesso desta missão, além das excelentes conexões dos nossos diferentes contactos – antes da nossa chegada, Ben Quinones, Pinky Cupino e Sixto Roxas não trabalhavam juntos nem se conheciam –, a rapidez e a eficácia dos contactos também mostram uma sociedade filipina onde a classe dominante, fora da esfera económica, é suficientemente pequena para que se tenha a sensação de circular, em termos sociológicos, claro, porque em termos de distâncias é outro problema, numa espécie de grande aldeia.»

Terceira etapa, a Indonésia. O caso indonésio é particularmente significativo⁶⁰³:

«A nossa viagem à Indonésia foi um pouco como uma pirâmide apoiada na ponta. A ideia de ir a este país [escreve Pierre Calame] foi-me proposta por Ben Quinones, no final de um encontro inter-religioso em que ele participou. Lá, ele conheceu um jovem intelectual indonésio, Ichan, que representava o Islão na conferência e fez parte, com Ben, da equipa de redação das conclusões. Ele mencionou possíveis conexões com a presidência indonésia (o seu melhor amigo é sobrinho da esposa do presidente [...]).

O facto de já estar presente no sul da Ásia era uma oportunidade única para se estender até

⁶⁰³ FDS 25957 - novembro de 2011 - Estada na Indonésia: é possível que a ASEAN tome uma iniciativa em relação à Rio + 20? O capital social e simbólico da fundação permitiu, em poucos dias, tecer relações muito importantes

Jacarta. Essa hipótese nos interessava na perspectiva da Rio + 20: a Carta das Responsabilidades Universais, baseada inicialmente num diálogo inter-religioso, envolver no processo de preparação da Rio + 20 e no processo de adoção da Carta o país muçulmano mais populoso do planeta, que além disso pratica um Islão chamado «moderado», tinha tudo para nos seduzir.

A ideia de que, ao desembarcar na Indonésia, poderíamos ter uma reunião com o presidente ou com o vice-presidente parecia-nos um pouco surrealista. Estávamos prestes a cancelar a nossa viagem, pois não tínhamos a menor ideia de quem iríamos encontrar. Foi Ben Quinones que nos convenceu a manter o plano inicial, lembrando-nos que, na Ásia, tudo se baseia em contactos interpessoais e que nada pode acontecer sem antes conhecermos as pessoas.

Eu também não tinha percebido que tínhamos um trunfo na pessoa de Bambang. Ele é um cristão de 73 anos que, há muito tempo, criou uma das principais ONGs da Indonésia, que se expandiu gradualmente para atividades bancárias, apoio a pequenos agricultores, consultoria e formação. Bambang, o que eu tinha esquecido completamente, participou na Assembleia Mundial dos Cidadãos de Lille e guardava uma forte lembrança disso.

O seu envolvimento na preparação da nossa viagem foi decisivo. Quando estávamos nas Filipinas, Ben Quinones alertou-nos para a relutância das autoridades indonésias em receber-nos. É compreensível. Quem éramos nós? Com base nos documentos recebidos, os nossos amigos indonésios fizeram o possível para explicar o objetivo da nossa viagem, mas, não estando em condições de responder a perguntas imprevistas, não lhes foi fácil demonstrar a nossa credibilidade. [...] A análise de Ben Quinones estava correta: não ir à Indonésia teria sido um grande erro. Chegando na noite de terça para quarta-feira, tive o bom senso de abrir meu e-mail (em toda a Ásia, tudo se resolve consultando constantemente o e-mail nos novos smartphones) e descobri que tínhamos um compromisso na manhã seguinte na Presidência com o chefe da equipe de assessores do presidente, o professor Emil Samil. Ao que parece, ele inicialmente manifestou grande ceticismo em relação à nossa iniciativa e à Carta das Responsabilidades Universais. Foi claramente a aura de Bambang que o levou a nos receber (ele provavelmente lhe contou sobre a Assembleia Mundial de Lille e, como sempre, o fato de termos sido capazes de ousar essa Assembleia nos dá um crédito considerável).

Fomos, portanto, recebidos por Emil Samil na presidência. Ele foi ministro durante quase vinte anos. Organizou uma reunião com cerca de vinte pessoas, metade representantes da administração e metade representantes da sociedade civil, incluindo redes de empresários. A reunião durou quase três horas e permitiu um debate muito animado. Encontrámos, de ambos os lados, um grande interesse pelo conceito de responsabilidade universal, tanto mais que a Indonésia obtém a maior parte das suas receitas das indústrias extrativas, em particular do petróleo, gás e carvão, e se depara, se bem compreendemos, com a irresponsabilidade do comportamento das grandes empresas em relação ao ambiente.

A preocupação justificada de Emil Samil era saber que benefício concreto a sociedade indonésia poderia tirar da Carta das Responsabilidades Universais. De facto, como ele me observou à parte no final da reunião, o governo indonésio assinou há alguns anos a Carta da Terra, mas sem qualquer acompanhamento concreto.

Antes de partirmos de Paris, eu não tinha percebido um dos principais desafios da viagem à Indonésia: a Indonésia é atualmente a presidente da ASEAN e uma reunião com os chefes de Estado está marcada para os dias 17 e 18 de novembro em Bali. A nossa iniciativa se viu, portanto, confrontada com uma urgência imprevista: seria possível que, em uma semana, a

questão da preparação da Rio + 20 fosse colocada na agenda da ASEAN?

A única solução nesse tipo de situação é apresentar uma proposta concreta, que Emil Samil não estava em condições de redigir com base em uma única reunião conosco. Ele pediu-me, então, para redigir um projeto de resolução da ASEAN. Um exercício sem rede de segurança, pois não tenho experiência com esse tipo de documento, não sou diplomata e, além disso, o inglês não é a minha língua materna. No entanto, aceitei. O tempo dirá. O texto foi redigido na mesma noite, enviado a Emil Samil, mas também aos nossos amigos das Filipinas e da Malásia, e dois dias depois soube que Denison, da Malásia [outro participante da Assembleia Mundial], o transmitiu ao secretário-geral da ASEAN. [...]

No dia seguinte, 10 de novembro, tivemos três reuniões igualmente instrutivas. A primeira com o Center for Policy Reform. Trata-se, ao que parece, de um think tank que reúne principalmente acadêmicos, mas que é influente na esfera governamental. Fiz uma longa apresentação sobre as quatro dimensões da transição e questioneei sobre as possíveis contribuições de uma abordagem islâmica da economia e das finanças. Édith e eu pudemos constatar o quanto a franqueza do teu discurso surpreendeu e interessou, especialmente a análise do caráter superficial e ideológico dos discursos do Banco Mundial sobre governança. Talvez seja algo a aprofundar, pois foi uma constante da nossa viagem: países como as Filipinas ou a Indonésia enfrentam tanto as instituições internacionais, que têm a sua própria agenda e procuram impor os seus conceitos, como as grandes ONG, que também têm a sua própria agenda.

Embora estejam no coração de uma Ásia em plena dinâmica, esses países parecem relativamente isolados do movimento de ideias. Quantas vezes ouvi durante a nossa estadia na Malásia, nas Filipinas e na Indonésia: «Aprendi muito, isso abriu novos horizontes para mim». Talvez não percebamos o quanto o facto de percorrer o mundo e de ligar constantemente a construção de redes, a ação e a reflexão nos dotou de uma visão global que ainda não sabemos partilhar suficientemente bem. [...]

Segundo encontro com cerca de quinze pessoas da sociedade civil, organizado por uma instituição equivalente à Coordination Sud, a INFID. O que me impressionou nesta reunião, tal como na anterior, foi a boa acolhida dada ao conceito de responsabilidade neste país de cultura islâmica. [...]

Último encontro, improvisado e importante, com o reitor da universidade islâmica da Indonésia. Um homem jovem e dinâmico. Ele também demonstrou grande interesse pelo conceito de responsabilidade. Ele o vê como muito coerente com a cultura islâmica. Como sinal do seu interesse, ele deu a Ishan os contactos de dois líderes espirituais indonésios que parecem ter grande influência na comunidade muçulmana mundial.»

Edith Sizoo e eu voltamos para a Europa «chocados» com o que vivemos em dois meses, do Brasil ao sul da Ásia. É certo que Dilma Rousseff não quis aproveitar esses contactos para tomar uma iniciativa com os aliados asiáticos por ocasião da Rio+20 e, por isso, ninguém nessa conferência fez avançar a causa de uma ética universal e da Declaração Universal das Responsabilidades Humanas. Por outro lado, a viagem revelou-nos a força das redes tecidas ao longo dos anos, redes que permitiram, em quatro países, e não dos menores, estabelecer com uma facilidade desconcertante contactos a um nível que não teríamos sido capazes de alcançar em França, compreender as reticências desses países em relação a iniciativas vindas da Europa e em relação a instituições internacionais a reboque dos EUA, mas também

verificar que o que tínhamos a dizer, com base nos trabalhos e conclusões da Aliança, era muito bem recebido do outro lado do mundo. Talvez tenha sido uma das melhores ilustrações do facto de que outra filantropia é possível e permite contribuir, sem hesitação, para enfrentar desafios que parecem fora do alcance das grandes instituições.

4.3 – A cooperação com o Collège de France

A reescrita da Declaração Universal das Responsabilidades Humanas aproximou-nos dos juristas Mireille Delmas Marty, da França, Eddie Thiaakurei, da Nova Zelândia, e Pedro Dallari, do Brasil. Mas isso foi apenas um primeiro passo. Ainda era necessário que o mundo dos juristas se apropriasse, por sua vez, da nova visão da responsabilidade e que se verificasse, também com esse meio, que as bases de um direito verdadeiramente mundial⁶⁰⁴ eram concebíveis, apesar da diversidade das tradições jurídicas. Mais uma vez, foi a combinação, tão cara à Fundação, de visão de longo prazo e aproveitamento de oportunidades que fez maravilhas.

No início, Mireille Delmas Marty convidou-me para participar numa reunião plenária da rede ID. ID: uma rede que ela criou e que, há alguns anos, organiza intercâmbios bilaterais entre juristas franceses, por um lado, e americanos, brasileiros ou chineses, por outro. Em abril de 2012, ela organizou pela primeira vez uma reunião quadripartida entre franceses, americanos, chineses e brasileiros. O tema foi «O direito internacional diante do desafio da responsabilidade, da territorialidade e da soberania»⁶⁰⁵:

«O objetivo é compreender como a ordem jurídica se internacionaliza. É preciso sonhar o impossível para realizar todo o possível. Cada rede trabalhou com um certo número de exemplos. Para o encontro multilateral, tivemos de escolher princípios transversais a esses diferentes exemplos e seleccionámos três: responsabilidade; territorialidade; soberania.»

É difícil para nós esconder a nossa satisfação ao ver que juristas de diferentes países e de renome internacional partilhavam, a partir da sua própria experiência profissional, as preocupações a que chegámos através da abordagem internacional da Aliança e da Declaração Universal. Na sequência, redigi um relatório deste encontro destinado ao Conselho de Fundação. Tudo mereceria ser citado, tanto os temas abordados ecoavam as nossas próprias preocupações. Retomaremos aqui apenas algumas frases da introdução do encontro por Mireille Delmas Marty e da conclusão por Jean Marc Sauvé. Mireille Delmas Marty:

«Devemos falar, no que diz respeito ao direito, de patologia ou de metamorfose? Falar de metamorfose da ordem jurídica seria antecipar os resultados. Trata-se, em primeiro lugar, de patologia. Por exemplo, no que diz respeito à responsabilidade, quem é responsável e perante quem? E no que diz respeito à soberania, o Estado está preso entre a afirmação da independência e o reconhecimento das interdependências. Neste contexto, o direito

⁶⁰⁴ Distingue-se aqui um «direito mundial» a ser construído, que se aplicaria a todos os tipos de atores, do direito internacional atual que rege as relações entre os Estados

⁶⁰⁵ BIP 4460 - abril de 2012 - O direito internacional diante do desafio da responsabilidade, da territorialidade e da soberania. Debates durante a conferência França-Brasil-EUA-China da rede ID, criada e animada por Mireille Delmas-Marty

internacional ainda se assemelha a alguma coisa? Mas esta patologia também pode iniciar uma transformação da ordem jurídica, que deve ser simultaneamente internacional (regulando as relações entre os Estados) e mundial (aplicando-se a toda a humanidade). Isto implica uma visão evolutiva da ordem mundial: a passagem do caos à paz.»

E Jean Marc Sauvé⁶⁰⁶, vice-presidente do Conselho de Estado:

«Não podemos mais viver com a ficção dos Estados e dos direitos soberanos. É certo que a extraterritorialidade comporta perigos, mas é um avanço coletivo inevitável. A rapidez desses avanços dependerá da vontade dos Estados, da vontade dos juízes, mas não ocorrerá se os povos não se sentirem, um dia, atores para superar a grande assimetria entre os atores da globalização. E isso pressupõe, finalmente, a produção de uma doutrina do direito mundial. Esse será o grande debate das próximas décadas.»

Assim, alguns meses depois de a digressão pelo Brasil e pelo Sul da Ásia nos ter mostrado a possível receptividade dos responsáveis políticos, dos líderes da sociedade civil ou das autoridades religiosas à ideia da Declaração Universal das Responsabilidades Humanas, vimos a convergência com juristas de grande renome. Já não nos sentíamos uma iniciativa marginal da sociedade civil, percebíamos ecos insuspeitados à nossa Declaração. O interesse suscitado pelo relato «em tempo real» que fizemos do encontro teve um efeito inesperado, mas essencial: dar origem a uma parceria entre a Fundação e o Collège de France.

Em abril de 2013, Édith Sizoo e eu fizemos um balanço com Mireille Delmas Marty da conferência Rio+20, que frustrou as suas esperanças. Para Mireille, foi a oportunidade de partilhar a sua reflexão pessoal sobre a evolução do direito e o alcance potencial de um texto como a Declaração Universal⁶⁰⁷:

«Ela não cessa de sublinhar, tal como nós, o desfasamento atual entre o estado da globalização económica e das interdependências mundiais, por um lado, e as regulamentações e normas internacionais que deveriam, para retomar a sua expressão, «humanizar a globalização». Se a constatação do desfasamento é unânime, a questão histórica que se coloca é a das estratégias possíveis para o reduzir.

A abordagem que empreendemos com Michel Rocard aposta demasiado, segundo ela, no voluntarismo político. Os Estados são os últimos a compreender, porque as regulamentações jurídicas nacionais são um dos últimos atributos da soberania.

Segundo ela, a esfera judicial está mais aberta à construção dessas regulamentações do que a esfera estatal. Isso se manifesta através das jurisdições internacionais, cada vez mais numerosas e que estão a aprender a dialogar entre si, e através da evolução das jurisdições nacionais.

⁶⁰⁶ Jean-Marc Sauvé, nascido em 1949, é um alto funcionário francês. Ex-aluno da École nationale d'administration, ingressou no Conselho de Estado em 1977, ocupando depois vários cargos na alta administração pública francesa. Foi, nomeadamente, prefeito de Aisne e secretário-geral do governo. Em 2006, foi nomeado vice-presidente do Conselho de Estado, tornando-se vice-presidente honorário em 2018

⁶⁰⁷ FDS 26693 - abril de 2013 - O caminho íngreme para um direito internacional da responsabilidade. Contribuir para um processo multilateral de emergência de um direito internacional da responsabilidade, sendo os juristas um desses intervenientes

É o que ela chama de «ascensão do poder dos juízes». No entanto, segundo ela, também não são eles que irão desencadear o movimento. É toda a importância do papel dos atores da «sociedade civil», que encarnam uma cidadania mundial em marcha, mas também das empresas transnacionais, dos cientistas, como se vê no domínio do ambiente, e dos juristas, que intervêm aqui, não como juízes, mas como especialistas. O paradoxo, diz ela, é que o movimento de humanização da globalização é impulsionado pelos atores mais fracos.»

Estas palavras encorajam-nos a procurar aproximar esta abordagem da «sociedade civil» à dos juristas. Será, por sua intermédio, o acordo de parceria assinado em 2014 entre a Fundação e o Collège de France⁶⁰⁸. Este acordo de parceria tem três objetivos:

- «1. O enraizamento do princípio jurídico da responsabilidade em diferentes tradições culturais e as misturas em curso [...].
2. A convergência da abordagem da responsabilidade por diferentes meios socioprofissionais e pelo mundo económico [...].
3. A organização de uma conferência internacional sobre as transformações do direito da responsabilidade.»

Liderado por um colega de Mireille Delmas Marty, professor do Collège de France, Alain Supiot, especialista em direito do trabalho de renome internacional, este processo de investigação culminará, após a conferência internacional em junho de 2015, num livro de grande qualidade cujo título satisfaz os desejos da fundação: «Prendre la responsabilité au sérieux⁶⁰⁹» (Levar a responsabilidade a sério: o direito da responsabilidade no mundo globalizado). Na sua introdução, Alain Supiot mostra como, no passado, o direito soube reinterpretar conceitos antigos para responder a novos desafios. Ele também retoma uma expressão que me é cara: a soma das responsabilidades limitadas dos atores leva a uma sociedade com irresponsabilidade ilimitada. Graças a esta forma de reconhecimento das reflexões conduzidas pela fundação e pela Aliança por parte das personalidades mais prestigiadas do mundo jurídico, poderemos intervir com alguma confiança. Foi o que aconteceu em 2015, na Índia⁶¹⁰:

«Sudha Reddy, o ponto focal da Aliança na Índia, particularmente ativa, soube entrar em contacto com juristas de alto nível que a ideia de uma «abordagem pela responsabilidade», para usar a sua própria expressão, seduziu progressivamente.

Foi neste contexto que a Sociedade Indiana de Direito Internacional (ISIL), organizando em janeiro de 2015, pela primeira vez em solo indiano, um «Congresso Mundial de Direito Internacional», nos convidou a organizar, durante este congresso, um «evento paralelo» intitulado: «Consulta sobre a responsabilidade do Estado e o direito internacional». Estava presente, nomeadamente, o presidente do Tribunal Internacional de Justiça de Haia, Peter

⁶⁰⁸ Convenção 12-235 - setembro de 2013 - Levar a responsabilidade a sério. Projeto de investigação conjunto do Collège de France e da Fundação Charles Léopold Mayer para o progresso da humanidade

⁶⁰⁹ Levar a responsabilidade a sério. Publicado em 2015, PUF, por Alain Supiot e Mireille Delmas-Marty
No site do Collège de France: www.college-de-france.fr/fr/actualites/prendre-la-responsabilite-au-serieux

⁶¹⁰ FDS 28 (P. Calame) - janeiro de 2015 - Governança, alterações climáticas: a base e o poder de convocação da Aliança pela Responsabilidade afirmam-se a nível internacional no espaço público

Tomka.

Para a nossa rede, preparar uma sessão deste tipo, no âmbito de um congresso de juristas internacionais, foi um grande desafio. Aceitámos o desafio, começando por redigir uma nota conceptual baseada nos nossos diálogos com o Collège de France. A nota despertou o interesse dos organizadores, de tal forma que o que inicialmente era um evento paralelo se tornou um dos oito painéis do congresso.»

O mesmo tipo de retorno ocorreu na Nova Zelândia. Tal como aconteceu com o mundo político em 2011, foi a combinação do enraizamento dos nossos correspondentes regionais e da nova credibilidade adquirida no mundo jurídico que foi a chave para esses avanços⁶¹¹:

«O encontro na Nova Zelândia foi coorganizado por Betsan Martin, o ponto focal neozelandês da Aliança para a Responsabilidade, e pela Faculdade de Direito de Waikato, a cerca de 50 km de Oakland. A etapa prévia foi, com o apoio do Fórum, a criação, dentro dessa universidade, de um polo da ONU dedicado à responsabilidade. Um dos objetivos do encontro era consolidar a abordagem da responsabilidade no mundo jurídico, com um ponto de aplicação muito significativo: a governança da água.»

Como continuar a nossa aventura com o Collège de France? O passo seguinte, sempre por iniciativa de Mireille Delmas Marty, foi voltar à dimensão intercultural de qualquer avanço do direito internacional. Assim, concebemos com ela, naquela que seria a sua última obra, um seminário internacional de confronto entre tradições jurídicas. Raros eram, na cena internacional, os juristas capazes de reunir à sua volta representantes qualificados dessas diferentes tradições para conduzir «*a pesquisa, com uma rede internacional de juristas, de um jus commune mundial na confluência das diferentes tradições jurídicas*». Este trabalho monumental deu origem, por sua vez, a um livro publicado em 2021, «*Sur les chemins d'un jus commune universalisable*» (Nos caminhos de um jus commune universalizável).⁶¹² «Jus commune» refere-se ao facto de, durante toda a Idade Média na Europa, cada país ou região ter o seu direito consuetudinário, mais ou menos inspirado no direito romano, mas também partilhar com todos os outros um direito comum, inspirado no direito romano e no direito canónico da Igreja. Com este trabalho, concluímos o ciclo de diálogos com o mundo jurídico, colocando à sua disposição e à disposição da sociedade um material de trabalho sem igual.

A qualidade dos diálogos e, em particular, as reflexões de Mireille Delmas Marty e Alain Supiot sobre a metamorfose dos antigos conceitos jurídicos para se adaptarem aos novos desafios, levaram-me a dar esse título à obra, publicada em 2020, que sintetiza os conhecimentos intelectuais sobre a Declaração Universal das Responsabilidades Humanas: «*Métamorphoses*

⁶¹¹ FDS PIC 28 - 15 de janeiro de 2015 - Governança, alterações climáticas: a base e o poder de convocação da Aliança pela Responsabilidade afirmam-se a nível internacional no espaço público. Desde o encontro de outubro na Bergerie, que decidiu a transformação do fórum Ética e Responsabilidade em aliança e a extensão do seu âmbito para o direito, a governança e a economia, a rede constituída ao longo dos anos revela uma surpreendente capacidade de convocação em meios onde não se esperaria, na Nova Zelândia, no Peru, na Índia

⁶¹² Nos caminhos de um Jus Commune universalizável. Publicado em 2021, mare & martin, sob a direção de Mireille Delmas-Marty, Camila Perruso, Kathia Martin-Chenut.
No site da mare & martin: www.mareetmartin.com/livre/sur-les-chemins-dun-jus-commune-universalisable

de la responsabilité et contrat social⁶¹³» (Metamorfoses da responsabilidade e contrato social: da responsabilidade subjetiva à responsabilidade objetiva), livro com prefácio de Mireille Delmas Marty. Para ajudar a compreender a natureza da metamorfose, ele destaca as seis dimensões da responsabilidade e sua tradução jurídica que sofreram, ou deverão sofrer, uma mutação para responder aos novos desafios de uma sociedade global interdependente:

1. da responsabilidade subjetiva, que implica uma vontade, para uma responsabilidade objetiva baseada nas consequências dos atos, independentemente da sua intenção;
2. da responsabilidade limitada no tempo e no espaço para uma responsabilidade ilimitada, levando em conta os impactos distantes ou de longo prazo;
3. da responsabilidade pessoal para uma responsabilidade coletiva, a fim de levar em conta todas as situações em que é a soma de múltiplos atos que causa o dano;
4. da responsabilidade pelo impacto de atos passados para uma responsabilidade avaliada com base no impacto futuro, o que inclui o princípio da precaução e levanta, como vimos em relação à investigação científica, a questão delicada do controlo da utilização dos resultados da investigação;
5. da responsabilidade apenas para com os seres humanos para a responsabilidade para com a biosfera, o que implica uma conceção alargada da comunidade, que se estende aos não humanos;
6. de uma responsabilidade limitada à implementação de meios para uma responsabilidade em relação aos resultados obtidos para limitar ou cessar os danos.

4.4 – O desejo frustrado de uma Aliança Mundial da Responsabilidade

Em novembro de 2011, a fundação reuniu na Bergerie todos os atores envolvidos, com o seu apoio, no desenvolvimento de uma ética da responsabilidade, uns representantes de alianças cidadãs, outros da dinâmica de promoção da Declaração⁶¹⁴:

«O seminário «Ética e Responsabilidade» reuniu, de 27 a 30 de novembro de 2011, na Bergerie, todos os parceiros internacionais do programa, ou seja, os 14 representantes das redes profissionais, os 4 representantes regionais e a equipa de coordenação (Édith Sizoo e Marina Urquidi), Globethics (Christoph Stückelberger e Nadia Gianoli) e o World Forum de Lille .»

Estes parceiros da Fundação nunca se tinham reunido todos juntos e o seminário deu um impulso geral, agrupando as propostas de cada um em quatro grandes temas (ambiente, economia, sociedades, direitos e política) cruzados com quatro modos de ação (formação em culturas de responsabilidade, criação de ferramentas e normas de responsabilidade, procura

⁶¹³ Metamorfoses das responsabilidades e contrato social. Publicado em 2020, por Pierre Calame.
No site da ECLM: <https://www.eclm.fr/livre/metamorphoses-de-la-responsabilite-et-contrat-social/>

⁶¹⁴ FDS 25 997 - 27-30 de novembro de 2011 - Seminário Ética e Responsabilidade - La Bergerie

de alianças de responsabilidade, lobbying para políticas de responsabilidade nacionais e internacionais).

Isso também permitiu estruturar um site comum⁶¹⁵ e criar entre todos uma «Aliança para Sociedades Responsáveis e Sustentáveis», o que, no espírito da fundação, levaria à substituição dos numerosos acordos celebrados com cada parceiro por um financiamento global da Aliança. Apesar do impulso muito real dado por este encontro na Bergerie, esta opção revelou-se um erro a longo prazo. Na verdade, tratava-se de transferir para um coletivo ainda frágil, onde cada parceiro tinha os seus próprios interesses e ações a defender, a responsabilidade pelas arbitragens financeiras entre todos. O que, em poucos anos, fez com que a dinâmica diminuísse: a equipa de coordenação, com a presidente Betsan Martin, que substituiu Édith Sizoo na coordenação, e a vice-presidente Yolanda Ziaka, que eram partes interessadas na ação, foram suspeitas de conflito de interesses. Para responder a isso, elas aceitaram um processo muito pesado de seleção das ações que beneficiariam de apoio no âmbito desse orçamento, sem relação com os meios financeiros comprometidos. Esta transferência de responsabilidade da fundação para o coletivo de atores foi acompanhada, de facto, por uma forma de desligamento da sua parte na condução geral, embora tivesse desempenhado um papel decisivo na reescrita e promoção da Declaração e fosse, aos olhos de muitos parceiros, a mais legítima para a continuar. O resultado foi, contrariamente à esperança de uma aliança que se desenvolvesse ao longo dos anos, um esmorecimento progressivo da dinâmica.

4.5 – A difícil emergência da responsabilidade dos atores financeiros

É evidente que os atores financeiros têm uma responsabilidade considerável em relação à transição, devido às escolhas de investimento que fazem e ao horizonte mais ou menos distante que impõem aos atores económicos. Mas, no âmbito da Aliança, não criámos um «colégio» específico de atores financeiros, embora, como contei na primeira parte, tenhamos mandatado dois economistas, Paul Dembinski e Alain Schoenenberger, da Eco'diagnostic, para nos apresentarem propostas que foram objeto de um livro, «Marchés financiers une vocation trahie⁶¹⁶» (Mercados financeiros, uma vocação traída). Este primeiro trabalho deu origem ao Observatório das Finanças, que publica regularmente uma revista, «Finance et bien commun⁶¹⁷» (Finanças e bem comum: uma revisão da vida financeira). Reunindo, ano após ano, reflexões sobre o papel e a responsabilidade dos atores financeiros, a revista não colocou em debate uma carta de responsabilidades dos atores financeiros.

A fundação, por seu lado, enfrentava a questão de duas maneiras: gestora do seu património

⁶¹⁵ Site da Aliança para Sociedades Responsáveis e Sustentáveis: www.alliance-respons.net

⁶¹⁶ Mercados financeiros: uma vocação traída? Dossier para debate 1993, por Paul Dembinski e Alain Schoenenberger
No site do Observatório das Finanças: www.obsfin.ch/fr/textes-fondateurs/marches-financiers-une-vocation-trahie/

⁶¹⁷ Apresentação da revista «Finance & Bien Commun» no site do Observatório da ficha www.obsfin.ch/fr/activites/revue-finance-bien-commun/

financeiro, cujos rendimentos permitem a concretização dos seus objetivos, está, como qualquer fundação, ameaçada de esquizofrenia: tirar partido dos mercados financeiros para apoiar ações que visam criticar os seus impactos... No início da fundação, nas décadas de 1980 e 1990, delegámos a gestão do seu património a quatro bancos suíços, mais ou menos em concorrência, mas de acordo com uma lógica tradicional, e pedimos a cada um deles que dedicasse uma parte do património a «investimentos éticos». Esta abordagem não foi convincente, uma vez que estes bancos tinham uma visão muito limitada sobre o que poderiam ser esses investimentos. Isso deixou-nos um pouco desconfiados em relação à qualificação de «investimentos éticos» num momento em que muitos bancos, para responder à procura de um segmento da sua clientela, começavam a colocar no mercado «fundos éticos» e «fundos verdes».

A partir de 1998, a Fundação mudou o seu modo de gestão, recorrendo a uma consultoria, a MBS, fundada por Moshen Sohrabi, com quem construímos uma parceria duradoura. Quinze anos depois, Moshen Sohrabi e eu registámos as lições aprendidas numa brochura escrita a quatro mãos e amplamente divulgada: «A gestão robusta, ética e sustentável do património de uma fundação». A nossa reflexão incide, nomeadamente, sobre os limites dos investimentos e fundos éticos atuais:

«O que é um investimento ético? A fundação colocou-se esta questão desde a sua origem. Basta dizer que é um investimento que pretende sê-lo? A experiência do nosso primeiro período de gestão, 1983-1997, levou-nos à prudência. Um determinado fundo ético, por exemplo, privilegia como critério a «boa governação da empresa», com o argumento de que se trata de um dado fácil de compreender. Noutro, descobrimos que o prazo de detenção dos títulos é inferior a um ano e meio, o que, por si só, exclui qualquer abordagem de investimento a longo prazo. Muitas instituições financeiras criaram, nos últimos anos, «fundos éticos» para captar uma clientela sensível à coerência da gestão das suas poupanças com as suas convicções, mas com uma abordagem que deve mais ao marketing do que às convicções profundas dos seus dirigentes. Mesmo os fundos éticos, dotados de meios de investigação sérios, têm hoje de se basear nos relatórios sociais e ambientais das empresas em que investem para avaliar a qualidade ética dos seus investimentos. No entanto, esses relatórios são mais frequentemente confiados ao departamento de relações públicas do que ao departamento de ética ou de desenvolvimento sustentável.

Num sistema globalizado, a verdadeira responsabilidade social e ambiental só pode ser avaliada à escala de toda a cadeia [...]. É por isso que a análise do carácter ético de uma empresa implica interessar-se por toda a sua «esfera de influência», incluindo filiais autónomas, subcontratados e fornecedores. No entanto, até agora, não existiam análises globais dos setores, que estavam fora do alcance das agências de notação ética. Daí o risco de se limitar aos dados mais acessíveis, mesmo que, refletindo bem, eles reflitam apenas parcialmente a forma como uma empresa assume o impacto social, territorial e ambiental da sua atividade. É por isso que a fundação se associa aos esforços, cada vez mais numerosos, que visam construir uma avaliação coletiva dos setores⁶¹⁸...»

⁶¹⁸ A Fundação Charles Léopold Mayer acolhe em particular e cofinancia o gabinete de estudos militante «Le Basic», dedicado à análise de diferentes setores (<https://lebasic.com>)

Na nossa opinião:

«Numa abordagem de investidor a longo prazo, robustez, investimento financeiro e preocupação ética convergem. Nenhuma empresa que aja sem consideração pelo seu pessoal, pelas comunidades em que está implantada ou pelo ambiente, nenhuma empresa, por exemplo, que não tenha em conta desde já as contradições do modelo económico atual, poderá desenvolver-se a longo prazo. Após a guerra, o mundo financeiro passou de investidor a especulador. Segundo eles, essa é a primeira característica de uma gestão financeira não ética. Esta mudança de um mercado de investidores para um mercado de especuladores é perfeitamente ilustrada pela evolução da duração média de detenção de títulos em fundos de investimento: de 6 anos em média nos anos do pós-guerra, atualmente é inferior a um ano. A transição ocorreu em quinze anos, entre 1970 e 1985. [...] Este ambiente também tem um impacto negativo na vida das empresas, colocando os seus dirigentes perante a necessidade de apresentar resultados económicos a curto prazo, mesmo que isso implique sacrificar os investimentos necessários para o desenvolvimento a longo prazo⁶¹⁹. Assim, mesmo antes de se dispor de uma análise dos setores, os dois primeiros critérios de uma gestão ética são o investimento na economia real e o tempo de detenção das ações. Num universo caracterizado, nos últimos quinze anos, por grandes incertezas e flutuações de grande amplitude, esta gestão sustentável permitiu, todos os anos, libertar do património um orçamento constante para financiar os objetivos da fundação.»

É claro que se trata apenas de um primeiro nível de exigência na gestão, mas o seu cumprimento já representa metade do caminho, pois, como a carteira contém apenas um número limitado de empresas, torna-se possível analisar o setor em que cada uma delas se insere.

Após a crise financeira de 2007-2008, conhecida como crise dos subprimes, muitas organizações da sociedade civil na Europa, instigadas por um grupo transpartidário de eurodeputados, liderado por Pascal Canfin, desejaram dotar-se de uma ferramenta para influenciar as orientações do sistema bancário⁶²⁰. Foi assim que nasceu a Finance Watch. A Fundação aceitou apoiar o trabalho de preparação:

«Lançar uma nova abordagem estrutural de defesa e lobbying, sediada em Bruxelas, e dedicada a produzir uma contra-perícia «cidadã» sobre a regulamentação financeira. Esta ideia parte da constatação de que, no domínio das finanças, não existe qualquer contrapeso ao lobbying do setor (como pode existir noutros domínios), o que produz uma legislação muito tendenciosa a favor dos mercados financeiros. Mas, devemos notar desde já, também é necessário um trabalho de longo prazo e livre das negociações políticas do momento, focado na visão das finanças sustentáveis.»

Na prática, a Finance Watch irá concentrar-se quase exclusivamente nas regulamentações do sistema bancário europeu, em paralelo com as negociações conduzidas pela Comissão. Mas qual é a relação entre regulamentação e responsabilidade? É a pergunta que fazemos em

⁶¹⁹ Neste contexto, não é surpreendente que a duração média do mandato de um diretor-geral seja inferior a seis anos, quando a sua principal responsabilidade, a alocação dos investimentos da empresa, só pode ser exercida e avaliada num período muito mais longo

⁶²⁰ FDS 25337 - setembro de 2010 - Ponto sobre o arranque do projeto Finance Watch. Relatório da reunião em Bruxelas, em 27/28 de setembro de 2010

2014 à Finance Watch⁶²¹:

«A multiplicação das regulamentações, longe de eliminar os riscos de irresponsabilidade, pode contribuir para agravá-los: quanto mais restritivo for o cumprimento das regras, menos se pode acusar de irresponsabilidade um agente – indivíduo ou instituição – que tenha cumprido formalmente as regras.»

Esta é uma questão importante no domínio da ética. A responsabilidade diz respeito aos graus de liberdade de qualquer agente. De acordo com o ditado «o código cria a astúcia», tememos que a multiplicação das regras tenha um efeito contrário ao pretendido. Daí o afastamento da Finance Watch para explorar vias mais diretas de responsabilização dos atores financeiros, colocando-nos duas questões: o comportamento responsável e a capacidade de orientar a poupança para investimentos a longo prazo, que serão necessários para conduzir a transição para sociedades sustentáveis. Os limites da ação da Finance Watch levam a fundação a retomar iniciativas. Assim, em 2017, tendo-me tornado presidente honorário da Fundação, promovi um encontro de parceiros interessados em economia e finanças⁶²²:

«O ponto de partida do encontro foi o esboço de uma Carta Social dos Gestores de Ativos, um ator financeiro cujo papel é frequentemente subestimado. Mas a responsabilidade de um ator é dificilmente separável da dos outros e o seu alcance permanece limitado se os outros atores se comportarem de forma irresponsável. Chegámos, portanto, a abordar a co-responsabilidade dos atores.

Para cada um dos atores, a responsabilidade das instituições e a responsabilidade das pessoas, em particular dos dirigentes dessas instituições, são inseparáveis. A responsabilidade individual é difícil de implementar em instituições cuja lógica leva à irresponsabilidade; inversamente, qualquer que seja o quadro institucional, ele pode ser desviado dos seus objetivos por dirigentes que fazem uso cínico dele. Além disso, independentemente do sistema jurídico criado para sancionar as irresponsabilidades, as sanções que atingem as instituições que agem de forma irresponsável são amplamente ineficazes, pelo menos no que diz respeito às grandes empresas e aos grandes bancos, se não afetarem pessoalmente os seus dirigentes.»

É a ideia do ecossistema dos atores da economia e das finanças, que já não trata as «finanças» como um monólito, mas se interessa pela diversidade dos atores das finanças, acionistas, fundos de pensões, fundos de investimento, gestores de ativos, empresas, levando-nos a propor para cada um deles uma Carta de Responsabilidades inspirada na Declaração Universal.

«O século XIX inventou a sociedade anónima de responsabilidade limitada, para circunscrever o risco assumido pelos acionistas e empresários. Um século e meio depois, os modos de produção e consumo, que se desenvolveram à escala planetária, conduzem a sociedades com irresponsabilidade ilimitada: o seu impacto não é da responsabilidade de ninguém. No estado atual do direito internacional, as violações graves do equilíbrio das sociedades e do planeta por

⁶²¹ BIP-PIC 31 - março de 2014 - As duas vertentes das finanças: um comportamento responsável dos operadores; a capacidade de orientar a poupança para o longo prazo

⁶²² A responsabilidade social dos atores financeiros e empresariais - Aproveitar a oportunidade da renovação do Parlamento Europeu e da Comissão para colocar as questões fundamentais das finanças na Europa, Pierre Calame, maio de 2017

parte dos atores económicos e financeiros escapam a qualquer sanção. Dois exemplos: o aquecimento global não é da responsabilidade de ninguém; e nenhum dos responsáveis objetivos pela crise financeira mundial de 2008 foi preso. [...] Dois exemplos significativos foram mencionados durante a nossa reunião. O primeiro diz respeito ao «dever de vigilância» das empresas contratantes, dever consagrado na França por uma lei muito recente. Ao nos interessarmos pela esfera de influência de uma grande empresa, saímos da ficção de uma responsabilidade circunscrita pelo perímetro jurídico da «pessoa jurídica» para nos interessarmos pela realidade do poder exercido pela empresa sobre as filiais, os subcontratantes, os fornecedores com os quais está diretamente em contacto, o que poderíamos chamar de parceiros de primeiro nível. Um progresso inegável. Mas até onde ir, na cadeia indefinida que liga entre si os diferentes atores da economia? Devemos levar em conta, por exemplo, as filiais das filiais, os subcontratantes e os fornecedores dos subcontratantes de primeiro nível, de certa forma os parceiros de segundo nível? A lei sobre o dever de vigilância não o especifica, mas o escândalo do Rana Plaza, que está na origem da lei, o desabamento de um edifício de confecção no Bangladesh sobre as trabalhadoras, dizia precisamente respeito a um subcontratante de segundo nível.

O segundo exemplo diz respeito aos gestores de ativos. Eles atuam no âmbito de um mandato conferido por investidores privados ou institucionais. As expectativas desses investidores são decisivas na formulação do mandato. Mas elas são frequentemente influenciadas pelo ponto de vista dos gestores de ativos. Qual é a responsabilidade destes últimos na informação, ou mesmo na formação, dos seus clientes?»

Nesse mesmo ano de 2017, num colóquio organizado pela Axylia⁶²³, esclareço o que considero «falsas pistas» da finança responsável tal como é praticada⁶²⁴:

«O que se entende por responsabilidade social das finanças e por que é necessário analisar as ideias em voga? Vou dar seis exemplos:

1. dar importância à governança da empresa. Ouço frequentemente dizer que é preciso ser um acionista ativo, votando nas Assembleias Gerais, para promover uma «boa governança da empresa». Mas o que é uma boa governança? [...];
2. investir em fundos éticos? Muitos fundos éticos autoproclamados têm um prazo de detenção de ações de um ano e meio, pouco acima da média. Fim da discussão;
3. privilegiar investimentos éticos? Pessoalmente, prefiro a ideia de investidor ético, caso contrário, dentro de uma política de investimento pouco responsável, destacamos uma verba minoritária à qual dedicamos todos os nossos esforços;
4. investir nas «melhores empresas do setor», as famosas «best of the class»? Mas numa turma de burros, o melhor também pode ser um burro. Se não atacarmos as causas estruturais da irresponsabilidade, não iremos muito longe. Citarei três: as regras jurídicas que concedem o direito de voto a qualquer acionista assim que compra uma ação – será que pensamos em conceder a nacionalidade francesa a uma pessoa pelo facto de ter acabado de atravessar a nossa fronteira? As regras contabilísticas: privilegiam o curto prazo e os resultados financeiros em detrimento do capital humano e

⁶²³ Site da Axylia: www.axylia.com/

⁶²⁴ Intervenção de Pierre Calame no workshop da Axylia sobre finanças responsáveis, em 15 de junho de 2017

do capital natural; o direito da responsabilidade: continua a ser largamente nacional num sistema globalizado, privilegia a responsabilidade das pessoas coletivas, quando a responsabilidade só pode ser solidária entre todos os intervenientes do setor;

5. as agências de notação? A maioria delas dispõe apenas de meios de investigação limitados e tem de se basear nos relatórios extrafinanceiros das empresas sobre a sua responsabilidade social e ambiental, cuja credibilidade é frequentemente questionada;
6. promover, em nome da responsabilidade, uma regulamentação cada vez mais detalhada? Nada disso resolve a questão do risco moral. »

Como se pode ver, distanciamo-nos seriamente da abordagem dominante da ética financeira. Mas onde e com quem levar estas ideias de co-responsabilidade dos atores financeiros? Como sempre, esta é a questão-chave e vemos claramente a relutância da maioria dos atores em se unirem para promover novos princípios de responsabilidade. Uma das oportunidades oferecidas são as jornadas anuais do PRI, o programa das Nações Unidas sobre os princípios do investimento responsável. Será possível convencer os seus organizadores a levar adiante esta reflexão? É com esta perspetiva que participo, em 2018, no encontro anual do PRI em São Francisco⁶²⁵:

«Mais de dez anos após o lançamento do programa das Nações Unidas sobre os princípios do investimento responsável, verificaram-se evoluções, tanto por parte das próprias instituições financeiras como por parte das regulamentações públicas. Mas ainda estamos longe de estar à altura dos desafios, nomeadamente climáticos. A adoção e implementação de Cartas de corresponsabilidade dos investidores, gestores de ativos e grandes empresas permitiria dar um passo significativo em frente. A conferência UN-PRI de 2019 em Paris oferece uma oportunidade interessante para isso.

A UN-PRI baseia-se na assinatura, por parte dos atores financeiros, dos seis princípios do investimento responsável. Essencialmente, os signatários comprometem-se a verificar se as empresas nas quais investem elaboram relatórios extrafinanceiros sobre a implementação da sua responsabilidade social e ambiental (RSA) [...]. Os princípios estipulam também que a exigência de investimentos em empresas preocupadas com a sua responsabilidade económica e social não deve prejudicar o rendimento financeiro. [Tudo isto] baseia-se na ideia de que «a virtude acaba por compensar», que apenas as empresas preocupadas com a sua responsabilidade a longo prazo são realmente eficientes e que, mais cedo ou mais tarde, colherão os benefícios. [...] Quaisquer que sejam as suas limitações, ou talvez graças a elas, o programa teve um enorme sucesso, com mais de 2000 signatários em 2018, representando mais de metade do capital investido em todo o mundo. Devido a este sucesso, o programa tornou-se incontornável em tudo o que diz respeito à responsabilidade das empresas e das instituições financeiras. [...] O grupo francófono, com base nas pesquisas do PRI, observa que hoje 95% dos ativos são geridos por empresas que efetivamente publicaram seus relatórios ESG e climáticos. 40% já apresentaram uma estratégia para manter a trajetória em 2º, mas, observa o relator, trata-se essencialmente de um exercício académico [...]. Face aos riscos de diluição, que seriam o preço a pagar pelo sucesso, a equipa do PRI publicou um roteiro para dez anos (blueprint), com o objetivo de dar um novo impulso. [...] foram sobretudo os quadros permanentes do PRI que

⁶²⁵ BIP-PIC 159 - setembro de 2018 - As perspetivas do programa UN-PRI. Reflexões pessoais após a conferência anual da UN-PRI em São Francisco

intervieram neste blueprint durante a conferência, sugerindo que esta abordagem mais voluntarista não agradava a todos os signatários. [...] ao mesmo tempo, assistimos nos Estados Unidos, como em todos os outros domínios, a um verdadeiro retrocesso [é o primeiro mandato de Trump]. Uma diretiva governamental de abril de 2018 excluiu que as decisões de investimento dos fundos de pensões pudessem ter em conta as responsabilidades ambientais e sociais, uma vez que tal consideração era considerada incompatível com o dever fiduciário. Como é frequente nos Estados Unidos, é o risco de litígio jurídico relacionado com esta consideração que é destacado: existem advogados especializados em provocar este tipo de litígio.»

Pensávamos que os fundos de pensões, organismos essencialmente orientados para o longo prazo, uma vez que gerem as contribuições dos trabalhadores que servirão para lhes pagar as pensões, seriam parceiros privilegiados e que seria possível encontrar alguns fundos de pensões pioneiros para elaborar connosco uma Carta de Responsabilidades dos Gestores de Ativos. Mas a nova posição do governo americano sobre o dever fiduciário (fiduciary duty) reforçou a relutância do meio. Poucos meses após a conferência de São Francisco, a presidente da CALPERS, o maior fundo de pensões americano que gere as contribuições de todos os funcionários públicos da Califórnia, que tinha assumido uma posição de vanguarda durante a conferência, foi demitida sem cerimónias. É certo que algumas organizações particularmente ativas no assunto, como a ISS (Institutional Shareholder Services), defendem a possibilidade de, pelo contrário, processar os fundos de pensões que não levam em conta o risco das alterações climáticas nos seus investimentos, precisamente em nome do seu dever fiduciário, mas isso não foi suficiente até agora para fazer surgir a coligação de fundos de pensões que adotam uma Carta de responsabilidades comum que tanto desejamos.

V. Promover uma revolução na governança

A revolução da governança é, juntamente com a busca por valores comuns, um novo modelo de desenvolvimento económico e o desenvolvimento das relações entre as sociedades para fazer emergir a consciência de uma comunidade mundial de destino, um dos quatro desafios identificados na agenda do século XXI. Consequentemente, na fase exploratória em que nos encontramos em 2004, abrimos uma série de perspetivas, em conformidade com as nossas orientações, seguindo três eixos:

1. a governança em diferentes níveis, do local ao global, e a governança em vários níveis;
2. a governança em diferentes regiões do mundo e a implementação de princípios gerais de governança em diferentes culturas e tradições;
3. a governança aplicada a diferentes domínios, água, solos e recursos naturais, informação...

A criação de um Instituto de Investigação e Debate sobre Governança (IRG), uma das ramificações da Fundação, reflete a vontade de inscrever essas perspectivas no tempo.

Todas estas pistas não terão a mesma fertilidade nem a mesma durabilidade. Aqui, vamos concentrar-nos apenas nas mais duradouras.

5.1 – O Instituto de Investigação e Debate sobre a Reestruturação da Governança, IRG

Tomar uma iniciativa internacional para uma refundação da governança, com a criação do IRG⁶²⁶:

«A governança está no centro de todas as crises que afetam as nossas sociedades. Convencida da centralidade desta questão e da necessidade imperiosa de reformar a forma como ela é concebida e praticada, a fundação e os seus parceiros dedicam-se a ela há mais de dez anos a nível internacional. Tendo em conta as mudanças científicas, técnicas, sociais, económicas e políticas que, sob o efeito combinado da mundialização e da globalização, marcaram os últimos séculos, a fundação considera que as instituições e as regras concebidas para a convivência já não são capazes de responder aos desafios do século^{XXI}. Os ensinamentos do seu trabalho podem ser resumidos em três pontos essenciais: é necessário repensar o próprio objeto da governança, fazendo interagir todas as suas escalas territoriais, domínios e atores; as suas regras de elaboração não devem limitar-se à soma das decisões de cada instituição, tomadas isoladamente, com base apenas no princípio da legalidade, mas devem ser elaboradas coletivamente, com base em valores partilhados e envolvendo a noção de legitimidade; finalmente, uma verdadeira reforma da governança exige transformações profundas nos sistemas de pensamento e nos modos de funcionamento institucional, a fim de não reproduzir o esquema clássico de regras e práticas impostas «de cima». Estas ideias constituíram o ponto de partida de uma abordagem voluntarista da fundação, com o objetivo de confrontar os seus próprios trabalhos com os de investigadores, formadores ou responsáveis políticos que, em todo o mundo, partilham a sua convicção da necessidade de reformar os atuais sistemas de governação, de acordo com uma abordagem interdisciplinar e intercultural.»

A perspetiva assim aberta está na intersecção de dois dos antigos programas da Fundação: o programa «Estado e sociedade», de onde nasceu e se afirmou a nossa conceção abrangente de governança, muito distante dos «preceitos de boa governança» promovidos pelas instituições internacionais⁶²⁷; o programa «Viver em paz num mundo de diversidade», cujo papel de vigilância se viu na elaboração da Declaração Universal das Responsabilidades Humanas. O

⁶²⁶ Ficha orçamental 2 - 11 de maio de 2004 - Tomar uma iniciativa internacional para uma reformulação da governança (IRG); A IRG, rebatizada Rede Internacional de Investigação Comparativa e Debate sobre a Reforma da Governança, inicia os seus primeiros projetos

⁶²⁷ O livro «La démocratie en miettes, pour une révolution de la gouvernance» (A democracia em pedaços, por uma revolução da governança), de Pierre Calame, 2003, é, nesta época, o nosso manifesto da governança: «capacidade das sociedades humanas de se dotarem de sistemas de representação, instituições, processos, regras, corpos sociais, ritos, valores partilhados e práticas para se gerirem a si mesmas num movimento voluntário».

facto de Michel Sauquet, antigo responsável por este segundo programa, assumir a direção do IRG é uma garantia de que as diferentes concepções de governança serão tidas em conta, mesmo que, ao longo dos séculos, a concepção europeia de Estados soberanos se tenha imposto na cena internacional, mascarando a diversidade cultural das concepções do exercício legítimo do poder.

Uma nota de outubro de 2004 esboça uma estratégia⁶²⁸:

«A IRG tem como missão recensear as diferentes representações da governação de uma cultura para outra, comparar as soluções encontradas pelos diferentes meios e as suas propostas, e debater o conjunto para ajudar ao surgimento progressivo de uma escola de pensamento sobre a governação adaptada aos novos desafios deste século. O IRG dará especial atenção às questões de formação em ação pública e administração local. Apoiará encontros internacionais, um banco de dados e a produção de várias publicações.»

Esta estratégia será aperfeiçoada ao longo do tempo, como ilustra o novo texto de abril de 2006⁶²⁹:

«Primeiro objetivo do Instituto: desempenhar um papel de interface entre a reflexão académica e as práticas dos profissionais (líderes da sociedade civil, responsáveis políticos, funcionários do Estado, das autarquias locais ou de organizações internacionais, etc.), para que a reflexão e a ação se enriquecem mutuamente. [...]. Segundo objetivo: mostrar a diversidade cultural e intelectual das reflexões sobre a governação. [...] Ao contrário da abordagem dos «think tanks», que geralmente se dedicam a promover uma única corrente de pensamento, o espaço IRG está aberto a escolas de pensamento muito diversas e procura animar o debate entre elas.»

Esta definição da estratégia ilustra bem as contradições da abordagem de «disseminação» da fundação. Por um lado, traduz o desejo de Jean Freyss, que foi o seu iniciador⁶³⁰, de que a fundação se assuma como uma «escola de pensamento» e ouse afirmar que a abordagem que seguiu ao longo dos anos, atenta às práticas e questões em diferentes continentes, dá uma base sólida às suas propostas e teses. Por outro lado, reflete o receio das pessoas responsáveis por esta política de serem apenas «faz-valer» da fundação, receio transmitido pela relutância de alguns dos nossos parceiros em defender as teses da fundação, reunidas em 2003 na «Democracia em pedaços», o alfa e o ómega do Instituto⁶³¹.

Estas contradições só serão parcialmente resolvidas ao longo dos anos. Desde a criação dos três institutos, o IRG, o IRE (Iniciativa para repensar a economia) e o FNGM (Fórum para uma nova governança mundial), cada um correspondendo a um domínio no qual a fundação havia apresentado propostas, o Conselho da Fundação se perguntou o que aconteceria se houvesse um fosso entre os objetivos e teses da fundação e a estratégia dos institutos. E respondeu:

⁶²⁸ BIP 2627 - outubro de 2004 - Rede Internacional de Investigação Comparativa e Debate sobre a Reforma da Governança (IRG) - Primeira versão

⁶²⁹ BIP 3075 - abril de 2006 - Instituto para um novo debate sobre a governança (IRG) - Uma iniciativa internacional da Fundação Charles Léopold Mayer. Apresentação do espaço de debate internacional e intercultural sobre a governança

⁶³⁰ Infelizmente, Jean Freyss faleceu repentinamente em 2004 e não pôde acompanhar este processo ao longo do tempo

⁶³¹ BIP 2721 - fevereiro de 2005 - Desafios das dimensões universitária e intercultural do IRG. Resposta a Sipko De Boer sobre o IRG

«Nessa hipótese, o financiamento da fundação cessaria.»

De imediato, Michel Sauquet faz uma síntese subtil das duas atitudes possíveis, a divulgação das teses da fundação ou a criação de um espaço de debate que se liberte delas, propondo que o programa de trabalho se organize, não em torno das teses propriamente ditas da fundação, mas em torno das questões que estão na origem dessas teses⁶³²:

«[A estruturação dos debates organizados pelo IRG], sempre motivo de debate, é, nomeadamente, o resultado do trabalho coletivo de um grupo internacional de vários investigadores, familiarizados com o conceito de governação. É também o resultado de um longo processo de estruturação temática do domínio, iniciado pela Fundação Charles Léopold Mayer, criadora do Instituto. Entre as principais questões que alimentam as reflexões e os debates do Instituto encontram-se, nomeadamente, as da legitimidade e da responsabilidade, da participação no poder, da articulação das escalas de governança e, de forma mais transversal, da análise da diversidade dos discursos sobre a governança e dos mecanismos de regulação coletiva.»

Ao fazê-lo, o IRG torna-se não uma «escola de pensamento», mas um espaço de valorização das reflexões provenientes de todas as partes, distinguindo três tipos de atividades: uma função de investigação e vigilância documental; uma função de divulgação e debate de ideias; um apoio à reforma da formação em assuntos públicos⁶³³:

«Em muitos países, os atuais currículos de formação em assuntos públicos, quando existem, refletem a inércia das concepções dominantes de governança. Muitos responsáveis pela formação estão cientes disso e desejam reformar os percursos pedagógicos. O espaço internacional de debate constituído pelo IRG permitirá, esperamos, ter uma melhor visibilidade dos sistemas de formação existentes e, talvez, deduzir o que eles revelam sobre as concepções de governança.»

Nesta estratégia, a estruturação do site é decisiva. É ela que deve refletir os avanços e as análises em torno dos diferentes temas selecionados. Mas o que era uma força se tornará uma fraqueza: após o fim do financiamento do IRG pela fundação, o domínio institut-gouvernance.org não será mantido e o trabalho de estruturação se evaporará⁶³⁴. Felizmente, o IRG também teve um programa de publicações que garante a continuidade desse investimento.⁶³⁵

A abordagem intercultural leva o IRG a reunir um grupo internacional de especialistas que permitirá compreender o que, em diferentes civilizações, se entende por aquilo a que chamamos na fundação «governança». Assim, esta contribuição de Chen Lichuan sobre o significado da palavra «governança» na China. Encontramos a abordagem intercultural conduzida por Édith Sizoo sobre a responsabilidade⁶³⁶:

«Atualmente, o termo governança é traduzido em chinês de duas maneiras: xietong zhili (協同治

⁶³² BIP 3075; op cit

⁶³³ BIP 3075; op cit

⁶³⁴ Vincent Calame fez uma cópia de segurança que permitirá recuperar o essencial

⁶³⁵ Paradoxalmente, para sites mais antigos, como o da Aliança, www.alliance21.org, conseguimos preservar o site, mas não foi o caso nem para o IRG nem para o FNGM. É toda a fraqueza do «tudo internet»

理, governar em conjunto ou governar em sinergia) e xietiao guanli (協調管理, gerir em coordenação ou gerir em conjunto). Etimologicamente, nos termos xietong (協同) e xietiao (協調), encontramos conotações como unir forças, agir em conjunto, concordar ou chegar a um acordo. Nos termos zhili (治理) e guanli (管理), temos a mesma palavra li (理), cujo significado próprio é veia de jade, mármore ou madeira. O sentido figurado é dirigir, estabelecer a ordem e governar.»

O mesmo esforço de contextualização será feito para outras regiões do mundo, em particular para África, com a Aliança para Refundar a Governança em África (ARGA), da qual falaremos mais adiante, e no mundo árabe-muçulmano.

As Crónicas da Governança

A partir de 2007, o IRG, que se constituiu como associação em 2006, começa a publicar com a Éditions Charles Léopold Mayer as «Crónicas da Governança»:

«Estas Crónicas pretendem abrir a reflexão sobre uma noção onnipresente no discurso atual, mas que continua a suscitar muitas questões. As Crónicas da Governança são compostas por um grande número de artigos, alguns já publicados, nomeadamente na *Courrier international*, outros redigidos especialmente para a revista. A diversidade de pontos de vista adotados e de temas abordados torna-as uma ferramenta rica e viva, capaz de suscitar a reflexão⁶³⁷. O sumário da edição de 2007 reflete os primeiros «temas em discussão»: o modelo democrático posto à prova e *a tensão entre legalidade e legitimidade* no exercício do poder; *a gestão dos bens comuns*, um desafio importante da governança mundial; *Estado, governo, democracia*, o aprofundamento de uma relação; falar, fazer-se ouvir, dialogar, *os novos espaços de comunicação entre cidadãos e instituições*; *as escalas de governança* em debate, articular sem opor.»

A parceria com o *Courrier international* foi particularmente relevante. Em ambos os casos, tratava-se de dar voz diretamente a pontos de vista de diferentes continentes. Seguir-se-ão outras quatro edições das crónicas: 2008, 2009-2010, 2012 e 2015. Estas completam os temas abordados em 2007 com: «A coprodução do bem público», «Legitimidade e enraizamento do poder», «Pensar a economia sob a ótica da governança», «As práticas de avaliação da governança», «Formar para a governança, um desafio intercultural e interdisciplinar», «A crise dos modelos dominantes de governança democrática», «Os Estados num impasse, rumo a uma mudança de paradigma», «Rumo a uma governança democrática refundada», «Reforma da administração pública e formação». O último número, em 2015, intitulado «Todos responsáveis», cruzava os temas da governança e da responsabilidade: evolução da governança e mutação das responsabilidades, novos atores da responsabilidade, a responsabilidade coletiva a serviço de uma ação pública eficaz e legítima.

⁶³⁶ BIP 2775 - abril de 2005 - Questão da governança na China, ontem e hoje - Artigo IRG. Nesta nota de reflexão, Chen Lichuan - repórter, colunista da revista *Dialogue Transculturel* e presidente da Associação *Culturemedia* - analisa a visão chinesa da governança na China antiga e no período contemporâneo e destaca as duas acepções da palavra governança hoje em debate

⁶³⁷ Crónica da governança 2007. Publicado em 2007 pelo Instituto de Investigação e Debate sobre Governança (IRG) No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/chroniques-de-la-gouvernance-2007/

O IRG conseguiu assim reunir contribuições internacionais sobre os cinco princípios gerais de governança enunciados em «La Démocratie en miettes» (A democracia em pedaços): condições de legitimidade do exercício do poder; pertinência dos dispositivos de governança; coprodução do bem público; parceria entre atores; articulação das escalas de governança e a coleção das Crónicas continua, dez anos depois, a ser uma boa referência sobre todos estes temas.

Também em 2007, o IRG consolidou o seu papel de centro nevrálgico dos debates sobre governança, organizando uma série de encontros internacionais, geralmente em parceria com outras instituições: «Tradição e modernidade» no Mali, em parceria com a Aliança para Refundar a Governança em África⁶³⁸; «Os desafios da governança democrática» com a Universidade de Harvard; «A sociedade civil mundial» com a Fundação Ford⁶³⁹; «A formação dos funcionários públicos», com a Escola Nacional de Administração, já mencionada em relação ao Fórum China Europa e que permitiu, entre outras coisas, acelerar os intercâmbios entre instituições europeias⁶⁴⁰. A criação de um «Observatório internacional da formação em assuntos públicos⁶⁴¹» insere-se nesta perspetiva:

«O IRG, a Fundação Charles Léopold Mayer (FPH) e o Instituto de Altos Estudos em Administração Pública (IDHEAP, Lausanne) tomaram, em 2005, a iniciativa de lançar o projeto do Observatório Internacional de Formação em Assuntos Públicos (OFAP), ao qual se juntaram posteriormente a Sciences Po (Master of Public Affairs) e o CIGI (The Center for International Governance Innovation). Trata-se de identificar, em diferentes zonas geográficas, os locais de formação, os programas e conteúdos, os perfis dos professores, os métodos pedagógicos, o modo de recrutamento dos estudantes, etc., para destacar o que se entende aqui e ali por «assuntos públicos» e «governança», sobre a forma como os diferentes atores envolvidos (o poder político, a administração, a universidade) concebem a construção de regulamentações, a ligação entre o Estado e a sociedade, os modos de articulação das escalas de governança, o jogo democrático, etc. As modalidades e práticas de formação são, de facto, reveladoras das representações e culturas políticas.»

Por falta de financiamento suficiente, este observatório só será atualizado durante alguns anos.

O IRG, na confluência da sua abordagem intercultural e da sua insistência no facto de que a governação é uma prática, participa muito logicamente nos «workshops internacionais de estudantes»⁶⁴² concebidos pela Sciences Po com parceiros estrangeiros:

«Nos últimos anos, o IRG concebeu e acompanhou mais de uma dúzia de Workshops Internacionais de Estudantes, em colaboração com uma série de universidades parceiras: Columbia University, Sciences Po Paris, Universidad de los Andes de Bogotá, Université de

⁶³⁸ BIP 3725 - janeiro de 2007 - Entre tradição e modernidade: que governação para África? Atas do colóquio de Bamako

⁶³⁹ BIP 3726 - abril de 2007 - Intervenção da sociedade civil na reforma da política pública global. Atas do seminário internacional IRG/Fundação Ford, Paris, 17-18-19 de abril de 2007

⁶⁴⁰ BIP 3627 - março de 2008 - Fórum China Europa: Workshop sobre a Formação de Responsáveis da Administração

⁶⁴¹ BIP 3735 - julho de 2008 - Observatório Internacional de Formação em Assuntos Públicos (OFAP)

⁶⁴² BIP 4022 - 2009 - Os Workshops Internacionais de Estudantes; algumas lições da experiência do IRG. Martin Viélajus

Esta descrição dá uma ideia da diversidade das instituições que o IRG conseguiu associar à sua iniciativa. O resultado é tanto mais notável quanto o Instituto era um recém-chegado a um panorama institucional já muito concorrido, demonstrando, mais uma vez, que com meios financeiros limitados, mas uma estratégia clara, era possível despertar o interesse de grandes instituições por esta abordagem comparativa. Esta integração do IRG no panorama institucional foi confirmada, em 2011, pelo seu reconhecimento como think tank francês pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação⁶⁴³.

O IRG e o Fórum Latino-Americano sobre Governança, FLAG

Na sequência das trocas com os nossos parceiros latino-americanos, criámos na mesma época o Fórum Latino-Americano⁶⁴⁴ sobre governança, FLAG, animado por Claire Launay. Ele foi administrativamente vinculado ao IRG, transformando o Fórum em IRG-América Latina. Em 2009, o FLAG organizou uma série de conferências sobre governança, uma oportunidade para confrontar as nossas teses com as realidades sul-americanas. Durante essa turnê, cuja organização mostra que o FLAG, apoiado pelo capital social da fundação, soube construir parcerias em pelo menos cinco países da América Latina hispânica, foram abordados dez temas, correspondentes às expectativas manifestadas nas trocas prévias:

- «1. Por que e, sobretudo, como revolucionar a governança e reinventar a democracia; O pensamento sobre a governança nasce da ação e retorna à ação;
2. Colmatar o défice de investimento intelectual na gestão pública⁶⁴⁵;
3. O posicionamento e o modo de funcionamento do Estado são inadequados à realidade da sociedade;
4. É ilusório querer atribuir competências exclusivas a cada nível de governação;
5. A democracia representativa enfrenta uma crise multifacetada;
6. A abordagem comparativa internacional mostra a surpreendente semelhança das crises de governança;
7. Estabilidade e evolução: o paradoxo fundador da governança;
8. Ética, governação, sociedade sustentável: a trilogia das mudanças do século XXI;

⁶⁴³ BIP 4258 - julho de 2011 - Diário de bordo do IRG

⁶⁴⁴ BIP 3922 - 2009 - Conferências sobre governança na América Latina. Na primavera de 2009, Pierre Calame realizou uma série de conferências em cinco países da América Latina: Colômbia, Equador, Chile, Peru e Uruguai, por ocasião da publicação em espanhol do livro «La democracia en migajas» (A democracia em pedaços), cujo título traduzido é «Rumo a uma revolução da governança; reinventar a democracia». O texto é o fio condutor geral dessas conferências. Ele enfatiza a abordagem de descoberta do conceito e dos princípios da governança, em vez de descrever esses princípios em detalhes.

⁶⁴⁵ Essa ideia foi desenvolvida a nível internacional, em particular no Médio Oriente, por ocasião da apresentação no Cairo da tradução árabe de «O Estado no coração»: enquanto a gestão pública é muito mais complexa do que a gestão privada, a segunda foi objeto de bilhões de investimentos e deu origem a grandes consultorias internacionais, a primeira foi deixada de lado, como se pudessemos nos contentar com regras administrativas. E o resultado foi que, quando a crise dos Estados se revelou profunda, recorreu-se às receitas da gestão privada, o que é um contrasenso?

9. Os cinco princípios fundamentais da governança.

O sucesso desta digressão ilustra bem, como indica um dos temas, a semelhança das crises de governança e o facto de que, com recursos financeiros e humanos reduzidos, foi possível criar um espaço internacional de intercâmbio. Isso foi confirmado em 2012⁶⁴⁶. A longa nota escrita para a ocasião retoma a história da implantação das reflexões sobre a governança na América Latina e das relações entre o IRG e a fundação. Ela é de grande importância para compreender o que está em jogo num período crucial das suas relações, ao qual voltaremos mais tarde.

A nota recorda, para começar, as razões pelas quais este Fórum Latino-Americano foi criado:

«Originalmente, o interesse que Françoise Macé [escreve Pierre Calame] e eu tínhamos pelo que estava a acontecer em matéria de governança na América Latina, com os esforços para uma democracia mais participativa, o lançamento de experiências constitucionais no Equador e na Bolívia. [...] [chegámos à ideia de um] Fórum Latino-Americano de Governança, manifestando a nossa preocupação, num continente onde as divisões intelectuais entre os países continuam fortes, como atesta, por exemplo, a área estritamente nacional, com exceção do México e da Argentina, das editoras, em facilitar a circulação de ideias. Daí o nome inicialmente adotado de «Fórum Latino-Americano de Governança». Na época, contávamos com duas pessoas estabelecidas na América Latina, uma na Colômbia, Claire Launay, e outra no Peru, Thomas Mouriès, capazes de fazer a ligação com o mundo intelectual, de divulgar na Europa os debates em curso na América Latina e, em troca, trazer as reflexões que a FPH havia reunido ao longo de suas parcerias nos diferentes continentes.»

Em outras palavras, este Fórum é o teste da possibilidade de confrontar as nossas reflexões sobre a governança, aliás elas próprias alimentadas por diálogos com parceiros sul-americanos, com os debates em curso na mesma época nesse continente. É o meio de verificar, numa abordagem contínua de ida e volta entre a busca de princípios gerais e o reconhecimento das especificidades de cada contexto, se as nossas reflexões encontram eco:

«Um passo adicional foi dado em 2009, por ocasião da publicação em espanhol, por cinco editoras diferentes da Colômbia, Equador, Peru, Chile e Uruguai, do livro «Democracia em pedaços». Este evento teve um impacto significativo para o futuro do IRG. Significava que, nestes cinco países, o conceito amplo de governação que procurávamos promover, em ruptura com o conceito de «boa governação» que servia de repousoir, tanto na América Latina como na Europa, aos intelectuais hostis ao neoliberalismo, podia ser interessante. Significava também que as experiências em curso de renovação das Constituições, ou de um diálogo renovado entre as administrações públicas e a população, não esgotavam a necessidade de repensar profundamente o modo de gestão da sociedade, com o que isso implicava de novos conceitos, novas instituições e, sobretudo, novas práticas.

Em cada um dos cinco países, tudo isso foi possível graças à presença local de parceiros, antigos ou mais recentes, e ao trabalho de preparação realizado pela pequena equipa do IRG América Latina. Foi também nessa ocasião que, com Claire Launay, começámos a ouvir os intelectuais e parlamentares equatorianos e bolivianos para avaliar o potencial e os limites do que eles proclamavam ser Constituições de uma nova geração. Na altura, permiti-me expressar-lhes

⁶⁴⁶ BIP 4410 - junho de 2012 - O grande interesse de um polo do IRG na América Latina: a minha experiência de cinco dias de trabalho na Colômbia

algumas reservas sobre essa vontade de transformar uma Constituição, concebida como um texto que enuncia alguns princípios fundamentais da convivência e algumas regras básicas da organização dos poderes, em verdadeiros programas políticos. Foi também com Claire Launay que, por ocasião dessas discussões, produzimos uma primeira reflexão sobre o que poderia ser, para o novo Estado plurinacional e pluricultural que a Bolívia quer ser, o conteúdo e os métodos de uma nova Escola Nacional de Administração.»

O envolvimento da Fundação ao lado do IRG – América Latina é também uma oportunidade para esclarecer a natureza do IRG e as suas ligações com a fundação:

«O objetivo original do IRG nunca foi criar um polo de investigação financiado pela fundação de forma duradoura. [...] [O IRG tem duas naturezas]: o trabalho comparativo de investigação internacional, por um lado, e o trabalho de evolução concreta da governação e do seu ensino, por outro. No equilíbrio a longo prazo do IRG, estas duas naturezas deverão manifestar-se através de uma crescente autonomia financeira da instituição: tínhamos a esperança de que o trabalho de acompanhamento das evoluções concretas da governação encontrasse, pelo menos em parte, o seu financiamento [...]. É aqui que a forma de antena geográfica é rica em ensinamentos.

No domínio da cooperação internacional, o IRG beneficiou do impulso dado pela contribuição de Séverine Bellina, quando ainda estava no Ministério dos Negócios Estrangeiros, e por mim próprio para o estabelecimento da «doutrina da governança» do Ministério da Cooperação francês. Graças a essa contribuição, a governança surgiu como um dos eixos privilegiados da cooperação da França, com uma definição ampla do conceito, em conformidade com as reflexões que eu havia desenvolvido, rompendo com a concepção de «boa governança» que o Banco Mundial havia promovido até então nas cooperações bilaterais. Também contribuímos, mas em menor medida, para a evolução da cooperação europeia.

Estas circunstâncias foram muito favoráveis à implantação do IRG na América Latina. Recebeu, tanto por parte da coordenação andina da cooperação francesa como por parte da cooperação com a Colômbia, uma recepção favorável e apoios. Isto manifestou-se tanto através do cofinanciamento de seminários internacionais temáticos organizados pelo IRG como através de um apoio mais direto: a instalação do escritório de Claire Launay na Embaixada da França em Bogotá, reconhecimento implícito de que o IRG – América Latina era, para o próprio Ministério das Relações Exteriores, um sólido ponto de apoio para o desenvolvimento da cooperação no domínio da governança. [...] Esta notável integração de Claire Launay no tecido regional, também atestada pela missão junto do governo boliviano para a criação da escola de formação de funcionários públicos, criou circunstâncias muito favoráveis para ir além da vertente de investigação do IRG e traduzir-se na divulgação das nossas reflexões no seio das próprias instituições responsáveis pela governação.»

A nova missão em Bogotá, três anos após a digressão pela América Latina, foi um teste importante ao crédito que tínhamos adquirido em questões de governação, sendo que o «nós» diz respeito tanto à fundação como ao IRG⁶⁴⁷:

«Já não é tempo de nos perguntarmos como uma iniciativa europeia poderia ser recebida pelos intelectuais latino-americanos; estamos a trabalhar para testar em grande escala o interesse dos

⁶⁴⁷ BIP 4410 op cit

conceitos que a fundação e eu, mais recentemente apoiados pelo IRG, desenvolvemos ao longo dos anos, para contribuir para estratégias de mudança através de múltiplos canais: consultoria, troca de experiências, formação. Foi esse salto qualitativo que revelou a minha curta estadia em Bogotá. [Apesar de um contexto político a priori pouco favorável], tivemos, em cinco dias, seis reuniões, cada uma com um tipo diferente de instituição, o que reflete tanto a antiguidade de algumas das nossas parcerias na Colômbia quanto a qualidade da implantação de Claire Launay. Essas seis reuniões envolveram: a sociedade civil, com o CINEP, nosso parceiro histórico na Colômbia; a Câmara de Comércio de Bogotá; o embaixador da França e o diretor da AFD, os jesuítas e o corpo docente da Universidade Católica de Bogotá; a cidade de Bogotá; o Parlamento Andino.

Com o CINEP, discutimos um grande projeto que ele havia lançado: transformar uma pequena região da Colômbia, Magdalena Medio, em um «laboratório de paz». É uma oportunidade para aprofundar as relações entre governança e construção da paz, apesar da guerra civil que continua a assolar a Colômbia:

«[O CINEP concebeu] um plano trienal com o objetivo de transformar, de forma construtiva, os conflitos sociais; aprofundar a construção da democracia; apresentar propostas alternativas para o desenvolvimento do país. [...] o CINEP manifestou grande interesse pelas reflexões que apresentei no final da reunião sobre alternativas económicas, articulação entre níveis de governação e ética da responsabilidade. Portanto, há todo o interesse em continuar o diálogo com ele sobre essas novas bases. As preocupações da fundação e do IRG, que podiam parecer-lhe exóticas há três anos, agora coincidem com as deles. Ora, o CINEP é certamente, entre outras coisas devido à sua ligação com a rede dos jesuítas, uma das organizações não governamentais mais respeitadas e emblemáticas da Colômbia. Através dele, abre-se toda uma reflexão sobre a co-construção do bem público, graças a relações mais construtivas do que no passado entre os poderes públicos nacionais e locais e as sociedades civis.»

Esta foi, portanto, uma nova oportunidade de cruzar dois dos programas criados em 1991, «Estado e sociedade» de um lado, «Arte da paz» do outro.

Depois, vem a reunião na Câmara de Comércio de Bogotá:

«Um facto particularmente significativo é que foi a Câmara de Comércio que se aproximou espontaneamente de Claire Launay depois de ter descoberto o site da IRG, e não Claire que a procurou. Isto ilustra o papel do site e a riqueza de informação que ele revela no interesse que a nossa abordagem suscita. [...] a Câmara de Comércio, talvez preocupada também em corrigir a imagem de uma burguesia industrial hostil a qualquer reforma, manifestou o desejo de tomar a iniciativa de um plano de desenvolvimento voltado para o desenvolvimento sustentável. Outro sinal dos tempos, uma vice-presidência de «governança» foi criada dentro da poderosa Câmara de Comércio, dotada de uma equipa de cerca de vinte pessoas. É interessante ver assim o termo governança, outrora tão criticado pela esquerda intelectual da América Latina, impor-se com tanta força que se chega a criar, numa instituição poderosa, uma vice-presidência para a governança antes mesmo que o conceito tenha uma verdadeira substância.

Vemos também impor-se a ideia de co-construção do bem público, de novas formas de cooperação entre atores que, até agora, tendiam a ignorar-se ou a combater-se. Foi nesse contexto que Claire Launay foi contactada para ver se o IRG estava em condições de acompanhar parte do processo. Ela aproveitou a minha visita para organizar uma sessão de trabalho de duas

horas com toda a «equipa de governança» da Câmara de Comércio.

Mostrei a ligação entre os conceitos de governação e desenvolvimento sustentável⁶⁴⁸, dois indicadores da ruptura necessária no modo de gestão da sociedade, nos modelos de desenvolvimento, no sistema de produção e consumo. Apresentei as minhas reflexões sobre o papel futuro dos territórios, como atores centrais da economia do século^{XXI}, desde que se repense profundamente a própria natureza dos territórios e se lhes dotem de ferramentas para conhecer o seu metabolismo.

É difícil avaliar o impacto a médio e longo prazo desta sessão de trabalho. No máximo, podemos constatar um excelente nível de escuta e um apetite para compreender estes novos conceitos e aplicá-los, por exemplo, no domínio da gestão da água, que é um dos pontos quentes da governação desta região metropolitana de 10 milhões de habitantes.»

Para nós, que há muito defendemos a ideia da co-construção do bem público, contrariamente à visão tradicional em que o poder público detinha o monopólio, o facto de termos sido tão bem recebidos num fórum como este foi particularmente reconfortante.

O encontro seguinte, com o embaixador da França, confirmou a credibilidade adquirida pela Fundação e pelo IRG – América Latina:

«O tempo que ele nos dedicou e o interesse que demonstrou pelas nossas propostas devem-se, acima de tudo, à reputação que Claire Launay conquistou, especialmente desde que se instalou na embaixada e que um concurso público europeu foi ganho. Segundo ela, uma das razões pelas quais fui tão bem recebido em todos os lugares é que a Colômbia, após tantos anos de guerra civil, continua um pouco isolada, afastada das visitas e, às vezes, das correntes de pensamento. O facto de eu chegar como membro fundador do IRG, que adquiriu uma verdadeira reputação no local, de ter escrito vários livros; o facto também de, para a preparação da Rio + 20, ter ido ao Brasil com Michel Rocard, cuja reputação continua a ser grande em todos estes círculos diplomáticos [...], dá a mim e à Claire uma credibilidade lisonjeira, a ponto de o embaixador ter procurado, apesar dos prazos ridiculamente curtos, fazer-me encontrar a vice-ministra chefe da delegação da Colômbia para a conferência Rio + 20.»

É particularmente interessante a descrição do que constrói de forma cumulativa a credibilidade de uma fundação e de um instituto que, a nível institucional, não representam grande coisa, mas que conseguem combinar capital intelectual e capital social até se tornarem interlocutores procurados. A semelhança é impressionante com as missões nos países da ASEAN para promover a Declaração Universal das Responsabilidades Humanas.

Mudança de cenário com o encontro seguinte: passamos da governança para a responsabilidade das universidades:

«Francisco de Roux é o meu amigo mais antigo na Colômbia. Foi através dele, quando era diretor, que se estabeleceu a parceria de longo prazo com o CINEP. Há dois anos, ele é o provincial dos jesuítas da Colômbia, um grupo humano restrito de menos de 400 pessoas, mas que goza de uma influência considerável em toda a sociedade e, em particular, como é costume entre os jesuítas,

⁶⁴⁸ Trata-se do Ensaio sobre a economia, do qual falaremos no próximo capítulo

na formação das elites. Francisco de Roux, cujo carisma é unanimemente reconhecido, foi, recordemos, um dos oradores mais aplaudidos na sessão plenária de abertura da Assembleia Mundial dos Cidadãos, em Lille, em dezembro de 2001. Assim que Claire Launay o avisou da minha visita, ele imediatamente quis nos encontrar e, após uma conversa a sós, organizou um encontro com uma dezena de professores da universidade jesuíta [...].

Eu disse-lhe o quanto era importante para mim a existência de redes de universidades desejosas, por um lado, de transformar profundamente o seu ensino e, por outro, de renovar as suas relações com o resto da sociedade. Aliás, são as duas faces da mesma moeda, pois o que está no centro, em ambos os casos, é saber de que elites o mundo precisará, como formá-las e com base em que responsabilidade para com o resto da sociedade. [...]

A reunião que se seguiu, com uma dezena de professores de ciências políticas, relações internacionais e economia, permitiu esclarecer esta perspetiva, pelo menos no que diz respeito ao conteúdo do ensino. Todos, de facto, afirmaram, de uma forma ou de outra, que o seu ensino estava em crise e, para retomar a expressão de um dos professores de economia, *«há vinte anos que já não acredito no que ensino»*. Mas nestas três áreas das relações internacionais, das ciências políticas e da economia, não se pode substituir algo por nada. É a tese que defendi no «Ensaio sobre a Economia», dizendo que, se não se propusesse outro modelo, capaz do mesmo nível de coerência que a economia clássica, seria impossível suplantá-la, mesmo que as suas hipóteses estivessem evidentemente ultrapassadas. Da mesma forma, um dos professores manifestou desde o início a consciência das limitações do que ensinava, no domínio da administração pública e das ciências políticas, por não dispor de conceitos para explicar as ligações entre o local e o global.»

Esta troca também é muito interessante em relação à estratégia da fundação. Tendo desenvolvido propostas sobre cada um dos quatro grandes desafios do século XXI^o século, ela está em condições de aproveitar missões distantes para abordar tal ou qual proposta, dependendo dos interlocutores, neste caso a intersecção da Declaração Universal das Responsabilidades com a promoção de um novo modelo económico: uma enorme economia de tempo, energia, dinheiro... e pegada ecológica, cada viagem intercontinental sendo rentabilizada graças a esta abordagem sistémica da transição.

Próxima conferência na Câmara Municipal de Bogotá:

«Fiz uma apresentação sobre governança urbana, longa o suficiente para explicar os princípios da governança, os desafios dos territórios, os principais aspetos da governança urbana, insistindo no fato de que era necessário se interessar pelo funcionamento prático, por exemplo, a realidade das cooperações intersetoriais entre os diferentes serviços da municipalidade, bem como o «currículo oculto» dos funcionários, ou seja, a forma como se sentiam avaliados independentemente dos discursos oficiais, tanto quanto a organização formal da municipalidade. As perguntas feitas após a apresentação mostraram que os participantes presentes estavam atentos e interessados. Fizem muitas perguntas muito precisas sobre «como fazer».

Encontramos aqui o que tem sido a força do nosso trabalho sobre a governança: baseando-se em experiências concretas, ele permite sair de considerações teóricas ultrapassadas para se interessar pela maneira como as coisas realmente acontecem;

«Parece-me que é mesmo um teste à pertinência de todas as nossas reflexões sobre a governação e de todos os nossos sistemas de intercâmbio de experiências o facto de, em situações concretas, termos de responder a uma diversidade de perguntas, utilizando os nossos sites de recursos como meio de acesso ao melhor da experiência internacional.»

Última intervenção no Parlamento Andino:

«É a mais significativa das potencialidades oferecidas por uma representação geográfica do IRG, quando é assegurada por uma pessoa tão capaz como Claire Launay de estabelecer os mais diversos contactos. Através de um jovem cooperante francês que trabalha no Parlamento Andino, Claire sugeriu que eu interviesse na sessão do Parlamento que se realizava em Bogotá durante a minha estadia. Claire, com base no meu último livro «Sauvons la démocratie !⁶⁴⁹» (Salvemos a democracia! O que a Europa pode aprender com a América do Sul), propôs como tema «A restauração da confiança» [...] O tema escolhido, «Como restaurar a confiança na política», revelou-se acertado.

Além dos vinte deputados do Parlamento Andino, havia mais de 200 participantes da sociedade civil ou da universidade de diferentes países andinos. Comecei pela crise da democracia, pelo contraste entre o sopro nascido da Primavera Árabe nos países que ainda não têm um regime democrático e o sentimento de desilusão que prevalece na maioria dos países que alcançaram a democracia. Mostrei que a desconfiança vinha do desfasamento entre a ação política (a curto prazo, a nível nacional, interna aos sistemas de pensamento existentes) e as necessidades do século XXI (mudanças a longo prazo, à escala internacional, a necessidade de uma mudança do sistema de pensamento) e do fosso entre o discurso e os atos. Tomei o exemplo da Carta Social Andina, mostrando que, dependendo do uso que se fizesse dela, ela poderia contribuir para reforçar a desconfiança ou, pelo contrário, restaurar a confiança. Ela reforçava a desconfiança se fosse mais um belo documento sem qualquer alcance prático; contribuía para restaurar a confiança se, pelo contrário, fosse o ponto de partida de um processo de trabalho coletivo entre os países andinos [...]. Muitas perguntas me foram feitas: como colocar um Estado realmente a serviço do povo? Como implementar a Carta num sistema económico mundial amplamente excludente? Como formar os quadros políticos – funcionários públicos e responsáveis eleitos? Como se inspirar em exemplos internacionais? É possível imaginar um modelo económico alternativo? Podemos contar com uma rede andina de estudantes para renovar a formação em governação e economia? Temos exemplos de princípios orientadores provenientes da experiência internacional? Etc.»

Tal como com o município de Bogotá, as questões colocadas durante estas missões, longe de França, são um estímulo formidável, desafiando-nos a mobilizar tudo o que aprendemos numa ampla gama de registos para dar respostas precisas, se possível baseadas em exemplos concretos.

Estas duas missões na América Latina, em 2009 e 2012, são uma boa ilustração do que era a estratégia da fundação, combinando o enraizamento em diferentes continentes e a credibilidade nascida do nosso capital social e intelectual, e as bases de experiências que nos propusemos construir. Nesse sentido, foi certamente um dos pontos altos da nossa parceria com o IRG. Ao mesmo tempo, porém, começava a surgir uma crise que, cinco anos depois,

⁶⁴⁹ Sauvons la démocratie. Publicado em 2012, por Pierre Calame. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/sauvons-la-democratie/

levaria ao fim das relações entre o IRG e a fundação. Em dezembro de 2009, Pierre Calame se aposentou, seguido por Michel Sauquet em 2010. Seis meses depois dele, foi a vez de Martin Viélajus se afastar, considerando-se demasiado jovem para assumir a sucessão e não se vendo a trabalhar com outro diretor. Severine Bellina é a nova diretora e Yvan Clouzel o seu adjunto.

Séverine Bellina e eu nos conhecemos bem e nos estimamos. Séverine é ex-aluna de Jean Freyss. Ela colaborou com a fundação no passado para coordenar uma excelente compilação de experiências sobre a coconstrução do bem público no Mali, «On ne ramasse pas une pierre avec un seul doigt» (Não se pega uma pedra com um único dedo)⁶⁵⁰. Organizações sociais no Mali, um trunfo para a descentralização. Exemplos concretos.». Doutora em direito público, Séverine trabalhou vários anos no Ministério das Relações Exteriores francês e colaborou estreitamente comigo para fazer evoluir, no sentido amplo que a fundação lhe dá, a forma como o Ministério define a governança na sua política de cooperação internacional. Face ao rolo compressor dos «preceitos de boa governação» do Banco Mundial, ter feito triunfar a nossa visão não foi uma vitória fácil. Esta prolongou-se mesmo a nível europeu, aquando da definição da governação na cooperação internacional da União Europeia.

Mas a mudança de dirigentes, tanto à frente da fundação como do IRG, altera completamente o panorama. Tanto mais que, ao contrário de Michel Sauquet e Martin Viélajus, que se consideravam mediadores, transmissores, nomeadamente interculturais, tanto Séverine Bellina, que passou pelo Ministério da Cooperação, como Yvan Crouzel, o seu novo adjunto, que passou pelo Banco Mundial, são especialistas em gestão pública e cooperação internacional institucional. Eles tenderão a transformar o IRG num centro de investigação sobre governação, centrado nomeadamente nas suas próprias competências, África, cooperação internacional e pluralismo jurídico. É por isso que a fundação lhe lembra, desde essa época, que não tem vocação para financiar de forma sustentável um centro de investigação.

Michel Sauquet, Claire Launay e eu tínhamos uma longa história em comum, éramos amigos. Foi isso que permitiu, no início do IRG, chegar a um bom compromisso entre as minhas expectativas, valorizar as teses a que cheguei ao longo dos encontros e experiências da fundação, e as de Michel, criar um espaço intercultural de reflexão sobre a governança. Da mesma forma, esses laços de amizade levaram a ligar «por ordem» Claire Launay e o Fórum Latino-Americano sobre Governança ao IRG, mas sem qualquer vínculo de subordinação. Por fim, essa cumplicidade entre nós fez com que a elaboração do programa do IRG fosse fruto de trocas diretas. É certo que o IRG conquistou a sua independência administrativa em relação à fundação, dotando-se de um estatuto associativo com um Conselho de Administração, presidido por Pascal Delisle, diretor do centro americano de Sciences Po, mas esse Conselho foi concebido como um apoio à equipa assalariada e não como um órgão autónomo de definição da estratégia do IRG.

Não existia qualquer vínculo de amizade ou cumplicidade intelectual deste tipo entre Séverine e Matthieu Calame, por um lado, e Séverine e Claire Launay, por outro. Matthieu

⁶⁵⁰ Não se apanha uma pedra com um único dedo. Publicado em 1996, por Collectif.
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/on-ne-ramasse-pas-une-pierre-avec-un-seul-doigt/

defende uma abordagem muito mais formalista. Para ele, o Conselho de Administração de uma associação é o seu interlocutor, estando a equipa assalariada lá para implementar uma estratégia definida pelo Conselho. E Séverine considera-se a superiora hierárquica de Claire. Em ambos os casos, trata-se de uma mudança completa nos modos de funcionamento. Matthieu não vê por que razão a fundação apoiaria um centro de investigação especializado num segmento bastante restrito da governação e espera que um Conselho de Administração renovado proponha uma estratégia. Encontramos outra inserção administrativa que não o IRG para Claire, mas ao preço de uma redução significativa do âmbito das suas intervenções e nunca conseguiremos repetir o sucesso da missão de 2012. A cooperação continuará por mais cinco anos, mas a cumplicidade intelectual que a cimentava e a eficácia desapareceram. Bela ilustração do facto de que, nas aventuras humanas, os laços interpessoais contam mais do que os laços institucionais.

10. As conferências interafricanas sobre as fontes da legitimidade

Para compreender as razões pelas quais Severine Bellina assumiu a direção do IRG, é preciso recuar alguns anos. Desde 2007, o IRG propõe organizar em África uma série de conferências sobre as múltiplas fontes de legitimidade no exercício do poder. Uma questão igualmente central para a fundação, que insiste sempre na diferença entre legalidade e legitimidade e considera que os fundamentos da legitimidade são indissociáveis da história de cada sociedade. Um primeiro colóquio foi organizado conjuntamente pelo IRG e pela Aliança para Refundar a Governança em África (ARGA), em janeiro de 2007. Intitulou-se: «Entre tradição e modernidade, que governança para África⁶⁵¹»:

«O colóquio, organizado com o apoio da FPH, do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês (MAE) e da Direção da Cooperação Suíça (DDC), teve lugar de 23 a 25 de janeiro de 2007, em Bamako, Mali. Reuniu cerca de quarenta participantes, personalidades políticas, islamólogos e líderes religiosos, chefes tradicionais da África Ocidental, bem como académicos francófonos e anglófonos africanos, franceses e canadianos. Uma mistura de géneros bem-sucedida, que permitiu emergir e precisar uma série de ideias sobre o modo de exercício do sufrágio universal, a reforma das constituições nacionais, o pluralismo jurídico, a questão das línguas nacionais, a reforma do Estado, a utilização mais ou menos pertinente da tradição, etc. »

As nove fichas de análise resultantes do colóquio falam por si⁶⁵²:

1. Das regras do passado à escolha aleatória dos atuais dirigentes
2. Governança, legitimidade e legalidade no Mali
3. A escolha dos líderes: inspirar-se na experiência histórica africana

⁶⁵¹ FDS 23386 - janeiro de 2007 - O colóquio «Entre tradição e modernidade, que governança para África?», 23-25 de janeiro em Bamako (Mali)

⁶⁵² Entre tradição e modernidade, que tipo de governança para África? Atas do colóquio de Bamako - 23 a 25 de janeiro de 2007 Dossiê no site do IRG: www.institut-gouvernance.org/fr/dossiers/motcle-dossiers-30.html

4. A gestão dos bens públicos: o caso dos Estados muçulmanos do Mali
5. Governança despótica, governança tribal e governança pós-colonial
6. Existir através da terra e mantê-la, adaptando-a às novas exigências e realidades
7. A responsabilidade do poder vista por um chefe tradicional
8. Integrar as autoridades tradicionais nos sistemas de governo democrático
9. O poder nos antigos reinos wolof do Senegal, desde as origens até ao século XVIII.

Ilustram a abordagem conjunta do IRG e da ARG. A legitimidade do poder pressupõe o sentimento da população de que o poder é exercido de acordo com valores partilhados pela sociedade e que estes são o resultado de uma longa história. Mas os desafios que a sociedade enfrenta mudaram. Daí a atenção dada ao exercício tradicional do poder, muito distante do olhar desdenhoso do Ocidente sobre o poder tradicional em África, mas sem, por outro lado, idealizar esses modelos tradicionais.

Este sucesso deu origem a um ciclo de cinco conferências em diferentes regiões de África, sempre com o apoio do MAE, no âmbito do programa do IRG intitulado «Legitimidade e enraizamento do poder»⁶⁵³. O segundo colóquio realizou-se na África do Sul em 2008⁶⁵⁴:

«Um desafio difícil, mas vencido. Cerca de sessenta participantes da África Austral (África do Sul, Namíbia, Moçambique, Lesoto, Zimbábue) e Ocidental (com a excelente participação da Aliança para Refundar a Governança em África, através de Assane Mbaye, e um diálogo ativo entre as zonas francófona e anglófona). Uma grande diversidade de perfis: políticos, funcionários públicos, autoridades tradicionais, líderes religiosos, advogados, sindicalistas, investigadores. E, através do seu responsável pela zona SADC [Comunidade de Desenvolvimento da África Austral], a participação ativa da União Africana. Um diálogo muito aberto, por vezes controverso, sobre as diversas fontes de legitimidade (constituições, lutas de libertação, fontes tradicionais e religiosas, incluindo as mais recentes), sobre os processos constitucionais e sobre a gestão coletiva do bem comum (nomeadamente fundiário).»

Como sempre, o colóquio é objeto de um relatório muito detalhado⁶⁵⁵, em francês e inglês, permitindo uma reflexão duradoura muito além dos participantes do colóquio. É também uma marca registrada da fundação, do IRG e da ARG: o encontro presencial é indispensável para que se estabeleça um diálogo verdadeiro, mas só faz sentido se der origem a um produto duradouro acessível a um público amplo. Outro exemplo notável de partilha de capital social e intelectual, para estabelecer relações de trabalho entre regiões de África, aprofundando temas essenciais nesta região do mundo, onde as estruturas de governação são, na maioria das

⁶⁵³ Programa «Legitimidade e enraizamento do poder» - Percorso internacional de debate e propostas sobre a governação (2007 – 2012). No site do IRG: www.institut-gouvernance.org/parcours-gouvernance.html#&panel1-2

⁶⁵⁴ FDS 24254 - 2008 - O encontro do IRG em Polokwane (África do Sul); Um marco essencial no percurso africano sobre a legitimidade dos poderes; www.institut-gouvernance.org/fr/ouvrage/fiche-ouvrage-25.html

⁶⁵⁵ Fontes de legitimidade do poder - Síntese dos debates de 2008. No site do IRG: www.institut-gouvernance.org/fr/chapitrage/fiche-chapitrage-55.html

vezes, calçadas no sistema colonial.

O terceiro encontro realiza-se em Arusha, na Tanzânia, em novembro de 2009. O que é impressionante neste caso é o número e a diversidade das instituições e redes associadas à sua preparação, com uma rara mistura de instituições públicas, como a União Africana ou o Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, e organizações da sociedade civil, como o Fórum dos Pequenos Agricultores da África Oriental e Austral ou o Fórum das Organizações Pastorais Indígenas. Essa foi realmente a força dessas ramificações da fundação, que se beneficiaram de sua tradição e credibilidade para dialogar em pé de igualdade tanto com as grandes instituições quanto com as redes de pequenos agricultores.

O quarto colóquio realizou-se em Yaoundé, nos Camarões, em outubro de 2010, e reuniu parceiros da África Central⁶⁵⁶. Abordou, em particular, a concorrência ou a complementaridade entre fontes de legitimidade:

«As fontes de legitimidade do poder na África Central: uma diversidade competitiva; a articulação das fontes de legitimidade; Constituições e constitucionalismo: que processo para uma governação legítima?»

O quinto encontro realizou-se em Tunes, em março de 2012, e reuniu parceiros do mundo árabe e do Magrebe⁶⁵⁷:

«Foi dedicado a cinco países da sub-região do Norte de África (Argélia, Egito, Líbia, Marrocos, Tunísia). Tal como nas etapas anteriores, o encontro caracterizou-se pelo cruzamento de olhares, culturas, disciplinas e atores. Cerca de cinquenta representantes da sociedade civil, do setor privado, líderes religiosos, personalidades políticas, institucionais, etc. vieram da sub-região do Norte de África, da Turquia, da Europa, da América Latina, da América do Norte e de África para trocar as suas experiências no contexto de uma atualidade que confirma a urgência de identificar processos e vetores de governação democrática legítima.»

O colóquio realizou-se no contexto da Primavera Árabe. No Egito, Mohamed Morsi foi eleito presidente, apoiado pelos Irmãos Muçulmanos, mas Abdel Fattah al-Sissi, que o derrubaria em 2013, já era Ministro da Defesa. Na altura, a Tunísia parecia ser o país onde a Primavera Árabe tinha tido mais sucesso, mas, quinze anos depois, sabemos o que aconteceu. A equipa do IRG observou, aliás, à fundação, ao regressar do colóquio⁶⁵⁸:

«A natureza e a diversidade da participação neste colóquio não foram tão marcantes como nos nossos encontros anteriores. Os contextos políticos autoritários impediram, durante muitos anos, o surgimento e a formação de organizações sociais da sociedade civil e do pluralismo político. O vazio resultante foi particularmente sentido na diversidade da representação dos intervenientes neste debate.»

⁶⁵⁶ Encontro de Yaoundé, 2010. No site do IRG: <https://institut-gouvernance.org/fr/colloque/fiche-colloque-8.html>

⁶⁵⁷ Encontro de Tunes, 2012. No site da IRG: www.institut-gouvernance.org/fr/colloque/fiche-colloque-11.html

⁶⁵⁸ FDS 26147 - março de 2012 - O colóquio de Tunes, de 12 a 14 de março de 2012: último encontro regional em África do Percurso de debate e propostas sobre a governação

Percepção particularmente lúcida do que viria a ser a pedra angular da Primavera Árabe.

O ciclo foi concluído em Adis Abeba, na sede da União Africana, em novembro de 2012⁶⁵⁹:

«O encontro, baseado numa troca de experiências – africanas, latino-americanas e europeias – no domínio dos processos constitucionais e dos direitos humanos, questionou os desafios concretos de uma governação plural. Em que medida e de que forma a diversidade deve constituir o postulado de partida da ação pública? Que papéis podem os diferentes atores desempenhar na tomada em consideração da diversidade? Que dispositivos institucionais facilitam essa tomada em consideração? Como pode o Estado encarnar, e não uniformizar, essa pluralidade? Os intercâmbios deste encontro confirmam que é na ação pública que a pluralidade das fontes de legitimidade pode ser articulada para dar corpo a uma convivência pacífica e partilhada. Esta reflexão coletiva contribui assim para uma melhor compreensão das modalidades possíveis de uma ação pública plural, eixo forte do trabalho do IRG.

No final destes cinco colóquios exemplares, tanto pela vontade de cobrir as diferentes regiões de África como pela diversidade dos participantes e pela qualidade das conclusões, o IRG e a ARGA cumpriram perfeitamente o seu papel de catalisadores, organizadores e divulgadores dos intercâmbios, constituindo uma rede internacional que associou até parceiros norte-americanos como a Universidade de Columbia, conferindo legitimidade internacional e substância sólida à questão da legitimidade no exercício do poder, uma das questões abordadas conjuntamente pelo IRG, a ARGA e a fundação. Séverine Bellina, interlocutora do IRG em nome do MAE durante o primeiro colóquio, tornou-se sua diretora no último.

Nos anos seguintes, Séverine dedicou-se especialmente a valorizar esse formidável capital acumulado de experiências, publicando dois livros pela editora Khartala, «Refonder la légitimité de l'État⁶⁶⁰» (Refundar a legitimidade do Estado: o caso da África Subsaariana)

Uma divergência estratégica entre as razões de ser do IRG e as novas orientações da fundação

A partir dessa época, a confiança entre a Fundação e o IRG foi seriamente abalada. Matthieu Calame critica tanto a fraqueza do Conselho de Administração quanto a imprecisão do programa⁶⁶¹:

«Há quatro anos que as discussões com o IRG se revelam complexas: imprecisão nas propostas do IRG, imprecisão na sua identidade e função, fraqueza do seu Conselho de Administração. Isto levou a um projeto de convenção de 1 ano [em vez das convenções de dois anos que, na altura,

⁶⁵⁹ Encontro de Adis Abeba, Diversidade e ação pública, o desafio da governança democrática legítima. Publicado em 2014 No site do IRG: <https://institut-gouvernance.org/fr/ouvrage/fiche-ouvrage-44.html>

⁶⁶⁰ FDS 27721 - 2015 - Lançamento do volume 1 de «Refonder a legitimidade do Estado quando as experiências e as práticas falam», produzido pelo IRG. Uma valorização do programa «Legitimidade e enraizamento dos poderes» do IRG. Publicado em 2015, Karthala, por Séverine Bellina com a colaboração de Marion Muller. No site da Karthala: <https://www.karthala.com/accueil/2930-refonder-la-legitimite-de-letat-quand-les-experiences-et-les-pratiques-parlent-volume-1-9782811113834.html>

⁶⁶¹ FDS 27821 - junho de 2015 - Redinamização do conselho de administração do IRG, perspectivas favoráveis; renovação da direção - perspectivas de orientação para o período

eram a regra com os parceiros da fundação para garantir uma perspectiva de duração]. [...] [está prevista] uma saída gradual em 2018-2020 em caso de divergência estratégica. [...] O gabinete tenciona demitir-se em bloco (4 dos 5 membros) para ser renovado. Além disso, o comité de orientação também será renovado [...]. Acolhi com agrado esta evolução, sublinhando a importância de que a governação do IRG e, em particular, a composição dos seus órgãos dirigentes, integrem personalidades suscetíveis de participar na sua ação de difusão e influência. [...] [Matthieu também especifica qual é a nova orientação da fundação: afastar-se do internacional e recentrar-se na Europa e na francofonia]. Em termos geográficos, para além da francofonia europeia, os dois eixos são a francofonia não europeia e a Europa. [e com prioridade dada às ligações com os movimentos sociais] apoiar os movimentos cidadãos/sociais que não têm uma teoria de governação para além do local.»

A discrepância entre o que fundamentou a estratégia do IRG, o internacional, a diversidade das parcerias institucionais, a contribuição para um pensamento intercultural sobre a governança, e a nova estratégia da fundação é evidente. O IRG é convidado a uma evolução radical, uma forma de abandono de todo o capital de credibilidade construído ao longo de doze anos, sob pena de perder o apoio financeiro, mas também intelectual e social, da fundação, que foi determinante desde o início. A aventura estava evidentemente a chegar ao fim.

A pedido da fundação, o IRG produziu um texto especificando a sua estratégia⁶⁶². É realçada a ligação entre a revolução da governança e a transição para sociedades sustentáveis, que está no cerne da Agenda do Século XXI:

«Para o IRG, a questão da governança é central para o sucesso dessa Transição. A construção de regulamentações públicas (globais ou setoriais) favoráveis a um modelo de desenvolvimento humano e sustentável implica, de fato, a participação da pluralidade dos atores envolvidos nas escolhas da sociedade e no exercício do poder político. A complexidade de cada uma das nossas sociedades faz com que os atores se encontrem em situações muito diferentes dentro dos próprios grupos a que estão ligados (sociedade civil, instituições, poderes económicos, decisores públicos, etc.). É na interação entre todos estes atores, em toda a sua diversidade, que podem surgir soluções justas e sustentáveis e que se podem impor relações de força favoráveis.»

O IRG não se considera de forma alguma um apoio exclusivo aos movimentos sociais, pois a sua vocação é renovar o pensamento e a prática da governança que diz respeito a todos os atores e se expressa em todos os níveis, do local ao global. O Instituto não poderia aderir à nova estratégia da fundação, a menos que renegasse a si mesmo. A renovação do Conselho de Administração, do qual faz parte um velho amigo da fundação, Henri Rouillé d'Orfeuil, assume a presidência⁶⁶³, a criação de um «Conselho de Orientação Alargado», com a ideia de, a partir daí, fazer emergir um «novo IRG» que reflita as orientações da fundação, não alterará em nada a contradição entre a vocação do IRG, tal como definida em 2004, e estas novas orientações. A relação continuará a avançar com dificuldades até 2019⁶⁶⁴, mas o entusiasmo e a confiança desapareceram.

⁶⁶² FDS 27840 - junho de 2015 - Reunião FPH - IRG com membros da diretoria. Discussão a partir da nota sobre o futuro do IRG

⁶⁶³ FDS 28125 - fevereiro de 2016 - Entrevista com Henri Rouillé d'Orfeuil, novo presidente do IRG. Lançamento do «novo» IRG

Devemos lamentar isso? Sim, evidentemente, se considerarmos a dinâmica que havia surgido, as redes que haviam sido criadas, a riqueza das contribuições, a credibilidade adquirida. Mas, como consolação parcial, os resultados alcançados estão aí e foram uma contribuição importante para a reflexão internacional em um determinado momento da história. É preciso reconhecer que essas dinâmicas são inseparáveis das pessoas que as sustentam e dos laços entre elas. Com os principais responsáveis a reformarem-se, as estratégias das instituições a evoluírem, quando se abre um fosso, quando as cumplicidades intelectuais desaparecem, continuar a cooperação seria mais uma rotina de casais idosos que tudo divide, mas que não conseguem separar-se, do que uma verdadeira parceria. O IRG é o reflexo de muitas dinâmicas empreendidas no âmbito do projeto 2003-2010 da Fundação. Eram dinâmicas mais humanas do que institucionais. Em ruptura com o que representavam as instituições, elas não podiam ser autónomas em relação à fundação, que era ao mesmo tempo seu apoio financeiro e sua fonte de capital social e intelectual. Não estando mais em sintonia com a estratégia da fundação após 2010, a maioria delas não conseguiu sobreviver, a menos que renegassem a si mesmas. Mas será que isso é tão diferente na vida das instituições? Quantas delas, sob a aparente continuidade dos estatutos e órgãos, trazem um sopro de ar fresco ao mundo num determinado momento da história e depois voltam à rotina? Os dez anos de atividade do IRG contribuíram para a reflexão sobre a governação e para o diálogo internacional sobre este tema essencial, talvez mais do que muitas instituições duradouras.

5.2 – A Aliança para Refundar a Governação em África, ARGA

Alcance e limites da pressão para o multipartidarismo em África

Até à queda do Muro de Berlim, África foi um dos principais campos de confronto entre o bloco comunista e o bloco ocidental. Neste confronto, as democracias europeias e americanas foram pouco exigentes com a gestão interna dos países africanos que se alinharam sob a sua bandeira, fechando os olhos à ausência de democracia e às violações dos direitos humanos.

A partir de 1989, o cenário mudou. O «campo comunista» estava em ruínas. O Ocidente, sob a pressão da opinião pública, tornou-se subitamente mais exigente em relação aos seus aliados africanos. A França, no âmbito do que se convencionou chamar de «França África», um complexo sistema de influências que combina ajuda económica, interesses franceses em África, redes mais ou menos mafiosas e envolvimento militar, está no comando e, como sempre, segura da sua superioridade, age com arrogância. Estamos em 1990, o famoso «discurso de La Baule» do presidente Mitterrand. Vale a pena citá-lo⁶⁶⁵. As passagens-chave do

⁶⁶⁴ FDS 29949 - julho de 2019 - Entrevista com Henri Rouillé d'Orfeuil. Origem da reunião - fim do IRG-EGA e projetos alimentares territorializados

⁶⁶⁵ O discurso de La Baule foi escrito - do ponto de vista formal, mas não do ponto de vista do conteúdo - por Erik Orsenna. Foi proferido pelo presidente da República Francesa, François Mitterrand, em 20 de junho de 1990, no âmbito da 16.^a conferência dos chefes de Estado de África e da França, para a qual foram convidados 37 países africanos e que se realizou na comuna francesa de La Baule-Escoublac

discurso relacionam a ajuda pública, importante em plena crise da dívida, com uma «democratização» através da transição para o «multipartidarismo»:

«A França vinculará todos os seus esforços de contribuição aos esforços que serão realizados para avançar em direção a mais liberdade; haverá uma ajuda normal da França aos países africanos, mas é evidente que essa ajuda será mais tímida para com aqueles que se comportarem de forma autoritária e mais entusiástica para com aqueles que derem, com coragem, esse passo em direção à democratização [...] no que diz respeito à democracia, existe um esquema pronto: sistema representativo, eleições livres, multipartidarismo, liberdade de imprensa, independência do poder judicial, recusa da censura [...]. Cabe a vocês, povos livres, a vocês, Estados soberanos que eu respeito, escolher o seu caminho, determinar as etapas e o ritmo.»

Em seguida, em flagrante contradição com o trecho anterior, Mitterrand acrescenta:

«A democracia é um princípio universal. Mas não se pode esquecer as diferenças de estruturas, civilizações, tradições e costumes. É impossível propor um sistema pronto a usar. A França não tem de ditar qualquer lei constitucional que se imporia de facto a todos os povos que têm a sua própria consciência e a sua própria história, e que devem saber como se orientar para o princípio universal que é a democracia [...] a França não tenciona intervir nos assuntos internos dos Estados africanos amigos [...]. Para nós, esta forma subtil de colonialismo, que consistiria em dar lições constantemente aos Estados africanos e aos seus dirigentes, é uma forma de colonialismo tão perversa como qualquer outra».

O presidente francês não perde o sentido de humor. A França nunca deixou de fazer recomendações ameaçadoras. Alguém disse um dia que a África tinha recebido, do resto do mundo, o maior número de maus conselhos. A causa está decidida, os países africanos devem adotar, sem demora, «um sistema representativo, eleições livres e multipartidismo». Ponto final.

Com base nas suas primeiras experiências de cooperação internacional, a fundação não concorda com esta atenção exclusiva às formas externas da democracia. Em junho de 1992, organizou, em Santiago do Chile, um encontro internacional para debater o papel das organizações da sociedade civil, das ONG, nos processos de transição para a democracia e os diferentes modelos possíveis de relação entre os poderes públicos e as ONG. As suas conclusões foram reunidas na «Declaração de Santiago⁶⁶⁶». Como observámos, ao relatar o início da segunda etapa da Fundação, que se seguiu ao primeiro período sabático, «*Nos anos 80, os nossos parceiros eram todos ONG. Nos anos 90, os governos ou instituições públicas também passaram a ser partes interessadas*». Daí, mesmo que na época se falasse de Estado e não de governança, o interesse pelas relações entre os poderes públicos e a sociedade civil.

Na Declaração, começamos por fazer uma distinção, essencial no caso africano, entre «organizações de cidadãos» e «organizações de serviço e apoio», aquelas com as quais tivemos muito contacto no primeiro período da fundação e que são dirigidas a partir do exterior, promotoras de projetos de cooperação, por vezes aceites localmente não por

⁶⁶⁶ Das iniciativas locais às políticas globais – A Declaração de Santiago, memória do encontro, junho de 1992
No site da ECLM: <https://www.eclm.fr/livre/des-initiatives-locales-aux-politiques-globales/>

convicção íntima, mas porque o dinheiro dos projetos é indispensável para a comunidade local.

Em seguida, distinguimos três funções possíveis para estas ONG:

- «ser um substituto, mais ou menos provisório, de um Estado governado de forma ilegítima, ineficaz ou injusta e o refúgio, muitas vezes sob a proteção de igrejas, instituições religiosas ou internacionais, de militantes democratas e opositores políticos [...]»;
- lutar contra a exclusão social. Vemos então organizações de cidadãos constituírem-se, por sua própria iniciativa ou mesmo por iniciativa do Estado, para assumir a responsabilidade pela sua própria sobrevivência e desenvolvimento, e organizações de serviço esforçarem-se por prestar um apoio adaptado às necessidades das populações excluídas, embora por vezes maioritárias;
- ser os germes de uma nova conceção da sociedade, face à crise dos modelos de desenvolvimento, do Estado-providência, da organização hierárquica dos partidos e da ação pública.»

Para nós, é o início da reflexão sobre o que mais tarde chamaremos de co-construção do bem público e parceria multi-atores.

Ousmane Sy⁶⁶⁷ participa neste encontro e na redação da Declaração. É o início de uma longa amizade. Alpha Oumar Konaré⁶⁶⁸, que se tornou presidente da República em 1992 no âmbito da transição para uma democracia pluralista e um Estado de direito no Mali, encarrega-o de conduzir o processo de descentralização no Mali. Bisneto de El Hadj Oumar Tall⁶⁶⁹, criado em Bandiagara, que foi uma das capitais do seu antepassado, doutor em desenvolvimento económico e social pela Universidade Francesa de Paris I, militante do movimento democrático ao lado de Konaré, Ousmane goza de uma dupla legitimidade: tradicional, pelo seu sangue e pela sua educação; intelectual, pelos seus diplomas. Tendo-se tornado amigo de Jean Freyss, numa altura em que este trabalhava para o primeiro-ministro Michel Rocard na implementação da ideia de co-desenvolvimento⁶⁷⁰, que privilegia uma cooperação descentralizada entre territórios, partilha com a fundação a preocupação de que as populações africanas possam inventar o modo de governação que lhes convém. A nossa

⁶⁶⁷ Ousmane Sy, nascido em 1949, é um político maliano. Trabalhou como especialista para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Desde 2004, dirige um centro do qual é promotor: o Centro de Especialização Política e Institucional em África (CEPIA). Foi também coordenador da Aliança para a Refundação da Governação em África e vice-presidente do Instituto de Investigação e Debate sobre a Governação. Considerado o pai da descentralização no Mali, teve de levar a cabo várias missões nesse sentido antes de ser nomeado, em 2000, ministro da Administração Territorial e das Colectividades Locais pelo presidente Alpha Oumar Konaré. Em 26 de dezembro de 2012, durante a transição, foi encarregado pelo presidente interino Dioncounda Traoré do secretariado-geral da presidência.

⁶⁶⁸ Alpha Oumar Konaré, nascido em 1946, é um estadista e historiador maliano. Foi presidente da República de 1992 a 2002 e presidente da Comissão da União Africana até 2008. Até hoje, é o único presidente maliano a ter terminado o seu mandato com uma transição entre dois presidentes eleitos e não com um golpe de Estado.

⁶⁶⁹ El-Hajj Oumar Ibn Saïd al-Futi Tall (cerca de 1794-1864), Umar Saidou Tall, nascido em Futa Tooro, na Senegâmbia, foi um líder político da África Ocidental. Erudito islâmico, comandante militar Tijani Soufi e Toucouleur, fundou um breve império que abrangia grande parte da atual Guiné, Senegal e Mali.

cooperação e amizade remontam à década de 1990. Como já vimos, na história do IRG, ele esteve plenamente envolvido no ciclo de colóquios sobre «A legitimidade e o enraizamento do poder».

A avaliação da cooperação europeia no âmbito da Convenção de Lomé

Em 1998, Michel Rocard, que se tornou presidente da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento do Parlamento Europeu, desejava obter uma avaliação da «Convenção de Lomé⁶⁷¹», que rege, desde 1975, a cooperação entre a União Europeia e quarenta e seis países denominados «ACP» (África, Caraíbas, Pacífico), anteriormente colonizados por um Estado europeu. A Comissão Europeia confiou-me, desta vez na qualidade de consultor, a coordenação dessa avaliação. Para tal, mobilizei os métodos desenvolvidos pela fundação, começando por recolher mais de 250 histórias concretas de cooperação⁶⁷², das quais, após uma reunião internacional realizada na Comissão Europeia em Bruxelas, foi elaborada uma síntese⁶⁷³. A síntese é bastante severa para a União Europeia, pois o sistema implementado, extremamente pesado, é «um modelo de má governação que dá lições de boa governação». Esta ineficácia da cooperação europeia não será em vão, ao longo das décadas, para empurrar os africanos para os braços dos chineses, ou mesmo dos russos, que não se preocupam em dar lições de democracia e direitos humanos, e querem apenas adquirir matérias-primas em troca da sua cooperação. A fundação conclui, por sua vez, que é preciso parar de explicar aos africanos como devem se comportar e, ao contrário, ajudá-los a repensar sua governança, do nível local ao continental, saindo da atitude mimética que os levou, após a independência, a retomar as estruturas e os conceitos do Estado colonial. Não se trata, portanto, de uma simples reforma dos Estados, mas de uma verdadeira refundação. É essa a origem da Aliança para Refundar a Governação em África (ARGA).

Na verdade, a ideia de animar uma rede de intercâmbio de experiências está praticamente na origem desta Aliança. Esta rede nasceu durante um seminário realizado em Lomé⁶⁷⁴ por iniciativa de um dos fervorosos defensores do método de recolha e capitalização da

⁶⁷⁰ Desde os anos 90, o uso deste termo é cada vez mais frequente para quem quer evocar a ligação entre «desenvolvimento» e «fenómenos migratórios». A nova conceção de «co-desenvolvimento» baseia-se na procura da complementaridade entre migração e desenvolvimento: «Ela visa sobretudo reforçar a integração em França, promovendo simultaneamente a solidariedade ativa com os países de origem, criar as condições sociais para ajudar os potenciais migrantes a permanecerem nos seus países [...]. Significa ir além da cooperação para estabelecer objetivos comuns. O interesse comum da França e dos países de origem é fazer da imigração um vetor de desenvolvimento». Documento disponível para download no site do GRDR: https://grdr.org/IMG/pdf/Fiche_le_co-developpement_a_t_il_un_sens.pdf

⁶⁷¹ A Convenção de Lomé é um acordo de cooperação comercial assinado em 28 de fevereiro de 1975 entre a CEE e 46 países da África, das Caraíbas e do Pacífico, e renovado em 1979, 1984, 1990 e 1995. Em 2000, a Convenção de Lomé foi substituída pelo Acordo de Cotonou. Anteriormente com apenas 18 Estados-Membros, conta agora com 79, o que comprova a sua atratividade

⁶⁷² BIP 44 - 1999 - A cooperação entre a União Europeia e os países da África, das Caraíbas e do Pacífico. 260 histórias que ilustram as insuficiências da cooperação europeia atual e os princípios orientadores que a devem guiar no futuro. Textos em francês e inglês

⁶⁷³ BIP 1848 - abril de 1999 - Colocar a cooperação europeia ao serviço dos atores e dos processos de desenvolvimento. A pedido do Parlamento Europeu, a FPH conduziu um processo coletivo de avaliação da cooperação europeia com os países da África, Caraíbas e Pacífico. Um seminário internacional, realizado em Bruxelas em abril de 1999, e um relatório permitiram estabelecer um diagnóstico severo e propostas de reforma.

experiência, o senegalês Sidiki Daff, pilar da reflexão sobre a evolução dos bairros populares das cidades⁶⁷⁵:

«No final dos debates, workshops de escrita e reuniões específicas sobre o tema da governação, este seminário suscitou muitas questões e expectativas. Algumas dizem respeito aos conceitos, nomeadamente às noções de democracia, rede e comunicação relacionadas com as especificidades africanas, salientando, por exemplo, que a escrita pode não ser o melhor meio de comunicação em todos os contextos africanos. Outras, sobre aspetos mais técnicos, destacando a necessidade de formação sobre as ferramentas. Este seminário revelou, acima de tudo, a riqueza que uma rede de intercâmbio de experiências internacionais pode trazer, permitindo que cada um saia da impotência através do reforço mútuo. O olhar cruzado uns dos outros sobre situações muitas vezes diferentes mostra que os verdadeiros problemas são, muitas vezes, os mesmos.»

Este ponto de partida marcará de forma duradoura a futura Aliança para refundar a governação em África, que sempre teve como especificidade valorizar as experiências concretas. É nomeadamente isso que fará a riqueza e a perenidade do seu sítio web⁶⁷⁶: esta troca de experiências impede, de facto, que nos limitemos a discursos normativos e enraíza na realidade as lições de governação que daí se retiram.

A primeira ideia da fundação tinha sido criar duas redes de troca de experiências, uma sobre a descentralização e outra sobre a integração regional, e vários animadores nacionais tinham sido contactados para as animar. O encontro de Cotonou⁶⁷⁷, em maio de 2000, fez-nos mudar de opinião:

«O trabalho realizado pelos animadores permitiu, em poucos meses, chegar a várias centenas de pessoas. Foram organizados workshops nacionais e começaram a tomar forma reflexões coletivas em diferentes colégios (meios socioprofissionais). [...] Os temas da governança, da descentralização e da integração regional são reconhecidos como urgentes em todos os países da África Ocidental, mesmo que os contextos difiram de um país para outro. A abordagem, profundamente inovadora (ligação entre descentralização e integração, abordagem colegial, intercâmbio interafricano, importância dada às experiências, funcionamento horizontal...), suscita um verdadeiro entusiasmo coletivo.»

Não se trata mais de justapor duas redes de intercâmbio distintas, mas de facilitar o surgimento de um pensamento africano sobre a governança. Resta encontrar as modalidades de pilotagem e lançar as bases, evitando encerrar o pensamento num pseudo-africanismo que

⁶⁷⁴ BIP 539 - Lomé, outubro de 1999 - A rede sobre a «governança africana» sob o signo da troca de experiências. Seminário de Lomé: como a troca de experiências, a circulação de informação e a constituição de redes de cidadãos contribuem para a implementação da democracia em África

⁶⁷⁵ Na sequência da Declaração de Caracas, um dos «encontros fundadores» do segundo período da Fundação, cuja origem e resultados já relatámos, constituiu-se nos anos 90 uma rede interafricana de habitantes que esteve na origem de vários encontros interafricanos com o objetivo de fazer evoluir as relações entre os poderes públicos e as organizações de habitantes dos bairros populares

⁶⁷⁶ Site da Aliança para Refundar a Governação em África (ARGA): www.afrique-gouvernance.net/

⁶⁷⁷ BIP 549 - Cotonou, maio de 2000 - O primeiro encontro regional da rede «Diálogos sobre a governação: descentralização e integração regional em África». O encontro de Cotonou: etapa importante no processo de organização dos diálogos interafricanos sobre a governação

ignoraria as questões universais sobre a governança.

O Comité de Iniciativa para a Refundação da Governação em África

É criado um comité de iniciativa. Os seus começos são difíceis, por falta de um verdadeiro líder, mas reúne-se em Paris, em setembro de 2000, e define então a sua ambição numa nota de orientação⁶⁷⁸ que será a sua referência duradoura:

«É composto por Ousmane Sy (antigo Chefe da Missão de Descentralização e Reformas Institucionais), que se tornou Ministro da Administração do Território e das Colectividades Descentralizadas do Mali), Antoine Sawadogo (antigo Ministro da Administração do Burquina Faso, que se tornou Presidente da Comissão Nacional de Descentralização), Alhassane Condé (antigo Secretário de Estado responsável pela Descentralização na República da Guiné), Fadel Diamé (diretor regional da Fundação Rural para a África Ocidental (FRAO), com sede no Senegal), Jean Freyss (membro do conselho da FPH) e John Igué (antigo ministro das Pequenas e Médias Empresas do Benim, professor e diretor do Laboratório de Análise Regional e Peritagem Social LARES).»

O papel do Comité de Iniciativa é conferir legitimidade política ao processo, enquanto os animadores nacionais, identificados por país, garantem a credibilidade técnica. A nota de orientação do Comité de Iniciativa confere uma ambição muito forte ao processo. Eis um excerto da nota de orientação:

«O nosso diagnóstico é o profundo fracasso do Estado-nação africano tal como foi construído aquando das independências. Não responde às aspirações das nossas populações e não sabe ouvi-las, compreendê-las, nem associá-las à iniciativa e à autoridade. A nossa soberania é ilusória. As elites públicas acabam por ter como único objetivo a sua própria perpetuação. Para esta refundação, o Comité apela à ousadia: [...] temos de mudar o nosso sistema de pensamento e ação e inventar novos paradigmas, queremos que a nossa iniciativa ouse explorar novos caminhos, propor novas alternativas para uma mudança qualitativa e sustentável [...]. Uma governação africana legítima não nascerá nem de uma simples imitação de receitas que deram provas noutros lugares, nem de um recuo para uma hipotética africanidade. É necessária uma governação simultaneamente enraizada na nossa cultura, aberta às contribuições de outras partes do mundo e adaptada à realidade da sociedade global de amanhã. [...]. A ambição claramente assumida pelo Comité é influenciar no futuro a formulação das políticas públicas, evitando, no entanto, constituir-se como um partido político: [...] o nosso impacto não virá da nossa força institucional e política, mas da nossa credibilidade moral e intelectual e da credibilidade das propostas que seremos capazes de formular, do seu profundo enraizamento na realidade das nossas sociedades e do eco que suscitarão nas aspirações dos nossos povos.»

Duas ideias principais, portanto: uma refundação e não apenas um remendo; uma reflexão enraizada na realidade das sociedades africanas, mas aberta a contribuições de qualquer

⁶⁷⁸ BIP 657 - Paris, setembro de 2000 - A nota de orientação do Comité de Iniciativa. O Comité de Orientação Política do processo «Governança em África» pôde finalmente reunir-se. Elabora o documento de orientação e transforma-se em Comité de Iniciativa

origem. Estamos já longe do «discurso de La Baule» de François Mitterrand, mas veremos, mais adiante, que a França e a Europa não renunciaram a impor o seu modelo de democracia e de Estado, tal como o Banco Mundial não renunciou facilmente aos seus preceitos universais de boa governação, inspirados nas fundações conservadoras americanas. Aliás, já na primavera de 2007, analisei detalhadamente a forma como o Banco Mundial construiu os seus indicadores supostamente universais de «boa governação»⁶⁷⁹:

«Percebe-se, em primeiro lugar, que mais da metade das trinta e uma instituições [que contribuíram para a elaboração dos indicadores] são organismos muito próximos das grandes empresas e dos bancos de desenvolvimento. [...] A análise detalhada, organismo por organismo e indicador por indicador, mostra o peso desproporcional dessa lógica e desses interesses. [...] À concentração das organizações que são a fonte dos indicadores no mundo do acompanhamento das grandes empresas na exportação, acrescenta-se o carácter quase exclusivamente monocultural dessas instituições. Todas, repito, todas, com exceção do Banco Europeu de Investimento, estão sediadas nos Estados Unidos ou são financiadas pela USAID. Isto mostra o quão longe estamos do discurso sobre uma governação que cada país deveria conceber livremente! A análise de alguns dos sites destas instituições é ainda mais reveladora. Dois exemplos entre os raros que não estão diretamente ligados ao apoio ao investimento estrangeiro: a Freedom House e a Heritage Foundation [duas fundações americanas muito conservadoras].»

Ora, na época em que o Comité de Iniciativa redigiu a sua nota de orientação, o Banco Mundial espalhou-se por toda a África para promover os seus «indicadores universais» de boa governação. O trabalho coletivo da rede irá construir uma resposta eficaz a esta ofensiva. Apenas os serviços da Cooperação Suíça, que não são partes interessadas como a França e a Grã-Bretanha, antigas potências coloniais, irão, juntamente com a fundação, dar um apoio inicial à constituição desta rede.

Um documento de 2002 relembra as diferentes etapas do que ainda é chamado de rede interafricana de diálogo sobre *governança*⁶⁸⁰:

«O processo iniciado sobre a governação na África Ocidental inspira-se nos diferentes instrumentos e conceitos desenvolvidos pela fundação:

- constituição de redes transnacionais de trabalho e implementação de um sistema descentralizado de gestão de fundos;
- criação de vários órgãos diferentes para definir as orientações políticas, conduzir o trabalho diário e garantir o rigor científico e técnico das avaliações e propostas;
- recurso sistemático às fichas de experiência DPH e desenvolvimento de um tesouro

⁶⁷⁹ BIP 3177 - abril de 2007 - Uma leitura crítica dos indicadores do Banco Mundial e a necessidade de iniciar um debate fundamental sobre os mesmos. O Banco Mundial produziu indicadores sintéticos sobre a qualidade da governança para a maioria dos países do mundo. Esses indicadores são gravemente tendenciosos. No momento em que a União Europeia se engaja em um debate internacional sobre governança, é indispensável que as instituições públicas e privadas reflitam fundamentalmente sobre a natureza e o uso dos indicadores

⁶⁸⁰ BIP 653 - abril de 2002 - O desenrolar do processo «Governança África», os encontros e as notas de etapa que o marcam; onde se vê como, desde 1999, um processo de trabalho coletivo se vai estabelecendo progressivamente, apropria-se dos métodos da fundação, define os seus diferentes órgãos e respetivos papéis, desenvolve em cada país os contactos com diferentes meios socioprofissionais e adquire um início de visibilidade coletiva.

cartográfico para recolher experiências e pontos de vista e delimitar o âmbito temático do trabalho;

- abordagem em três vertentes (geocultural, colegial e setorial) inspirada na Aliança;
- criação de um site web capaz de dar boa visibilidade à rede.»

Encontramos aqui toda a estratégia da fundação: combinar uma «abordagem temática», a governança, uma «abordagem geográfica», África, e uma «abordagem metodológica», neste caso as fichas de experiências, a metodologia das «três vertentes» e a conceção de sites web de recursos, de acordo com o modelo desenvolvido por Vincent Calame para a fundação, que será aplicado aos quarenta parceiros da Comunidade de sites de recursos para uma democracia mundial, COREDEM⁶⁸¹.

Nos anos seguintes, a rede se expande e se fortalece. Por exemplo, em 2004, a Fundação promove um encontro de seus parceiros africanos⁶⁸² para reforçar as sinergias da rede de governança africana, seja com grupos de atores, como agricultores e pescadores, seja em torno de um tema, como pequenas empresas. Ganha-se em ambos os lados: as redes temáticas ou colegiais beneficiam de uma reflexão aprofundada sobre a governança, reforçando a sua credibilidade perante os poderes públicos; a rede de governança africana recebe os contributos dessas redes para alimentar o banco de experiências.

Da rede de intercâmbio a uma Aliança para refundar a governança em África, ARGA

A credibilidade da rede permite-lhe estabelecer contactos com o mundo académico, por exemplo, com a UNISA⁶⁸³, a maior universidade por correspondência de África. No final de 2004, e por ocasião de uma ampla renovação dos animadores nacionais da rede, para dar lugar a pessoas mais inseridas no seu contexto, testa-se também a ideia de passar de uma rede para uma aliança. Ousmane Sy e Momar Dieng fazem uma digressão por oito países africanos para consolidar o papel dos animadores nacionais e reforçar a ligação com os poderes públicos⁶⁸⁴:

«Momar e Ousmane visitaram nove países em dois meses: Mali, Senegal, Guiné, Guiné-Bissau, Camarões, Burkina, Gâmbia, Benim e Togo. Objetivo:

- estimular grupos de iniciativa em torno das propostas;
- testar a ideia de aliança junto dos decisores;

⁶⁸¹ Participantes da COREDEM: www.coredem.info/rubrique21.html

⁶⁸² FDS 21503 - 2004 - Parcerias em África e governação. As relações entre parceiros africanos em torno de questões de governação

⁶⁸³ FDS 21631 - junho de 2004 - Perspectivas de cooperação UNISA-FPH. Boas convergências que prometem pistas de cooperação: sobre a formação de novos quadros do sul do Sudão; sobre ORUS e o contrato social; talvez sobre ética profissional e formação de líderes sociais; sobre África e governação

⁶⁸⁴ FDS 21960 - dezembro de 2004 - Balanço das missões «países» de governação África

- incentivar os animadores nacionais a retransmitir o debate sobre as propostas;
- envolver os meios de comunicação no processo.

[...] a ideia da aliança suscita grande interesse tanto entre os decisores políticos, a sociedade civil como os parceiros de desenvolvimento [...]. A recepção foi excelente. A forma como concebemos a governação tranquiliza as pessoas, porque convidamos (pela primeira vez) cada sociedade a inventar as suas modalidades. Porque existe um mal-estar geral em relação a este conceito. Aqui, as pessoas sentem que são convidadas a um esforço de criação. Cada país partiu dos seus desafios atuais, e a questão foi saber se as nossas propostas eram relevantes para esses desafios. Um dos debates constantes é o da descentralização. Por exemplo, o Presidente da Guiné-Bissau pensa que, se descentralizarmos, o país vai desmoronar-se. E percebemos que a questão dos conflitos é central [o que levará a reforçar os laços entre a rede e o site de recursos Irenées sobre a arte da paz⁶⁸⁵, cuja criação foi apoiada pela Fundação: sempre essa arte da fertilização mútua que está no centro da nossa estratégia].»

Estamos a falar aqui, pela primeira vez, de aliança e não mais de rede. O reforço da dinâmica obriga, de facto, a repensar e requalificar a organização dessa dinâmica coletiva, para dar lugar a todos aqueles que se comprometem com ela, nomeadamente partilhando as suas experiências, sem, no entanto, criar uma associação pesada onde se misturariam, com o mesmo estatuto, pessoas muito empenhadas e relações mais pontuais ou episódicas. É o modelo da «Aliança», inspirado nas reflexões realizadas a partir da Aliança para um mundo responsável e solidário, que é adotado pelo Comité de Iniciativa. Uma aliança é definida por uma Carta constitutiva que descreve os objetivos comuns, a ética e os mecanismos de trabalho. Entre esses mecanismos de trabalho, naturalmente, a recolha, a partilha e a capitalização da experiência. Mais tarde, por ocasião da criação na França da aliança «Fabrique des transitions», teorizaremos os fundamentos das alianças, comparando-as às estruturas associativas clássicas.⁶⁸⁶

O Centro de Recursos da rede, dirigido por Sidiki Daff, com o apoio técnico de Vincent Calame e Karine Goasmat, desempenha um papel fundamental devido à importância dada à recolha de experiências, às ferramentas de análise e ao site de recursos. Em 2005, tomou a iniciativa de redigir um projeto de Carta Constitutiva⁶⁸⁷ da futura aliança, que foi objeto de um trabalho coletivo de correção envolvendo toda a rede. A Carta Constitutiva foi definitivamente adotada em setembro de 2006 e publicada no site, onde continua a ser a referência de toda a dinâmica coletiva⁶⁸⁸. A partir de 2005, e com base nos textos provisórios, a rede «Governança África» passa a ser a «Aliança para Refundar a Governança em África» (ARGA). Os seus objetivos e recursos documentais já a tornam a principal referência para as reflexões sobre a governança africana. A Carta prolonga o texto de orientação de 2000:

⁶⁸⁵ Site de recursos da Irenées: www.irenees.net

⁶⁸⁶ A Aliança, uma nova forma de organização da reflexão e da ação coletivas. No site da Fabrique des transitions: <https://fabriquedes.transitions.net/l-alliance-une-forme-nouvelle-d-organisation-de-la-reflexion-et-de-l-action-collectives>

⁶⁸⁷ FDS 22155 - março de 2005 - Carta constitutiva da Aliança para refundar a governança na África. Os mediadores se pronunciam sobre o projeto de carta apresentado pelo centro de recursos

⁶⁸⁸ Carta constitutiva da Aliança para a Reforma da Governança em África (ARGA). 2005
No site da ARGA: https://afrique-gouvernance.net/article4_fr.htm

«Com base num conjunto comum de convicções e visões, esta aliança tem como missão mobilizar as forças de mudança para aprofundar as propostas, reforçar a sua legitimidade e traduzi-las em ações. A nossa visão baseia-se na convicção da necessidade de um projeto africano de governação legítima que deve satisfazer três requisitos mínimos. Deve ser comum, ou seja, o resultado do diálogo e da relação entre as experiências e os pensamentos de todos os atores sobre a governação; deve ser global e não a justaposição de reformas institucionais parciais que mostraram as suas limitações; deve estar enraizado nas realidades de África, respondendo simultaneamente às exigências do mundo e da modernidade, e não ser uma reprodução mimética de receitas de governação impostas ou inspiradas pelo exterior. Para responder a estas exigências, deverá ser implementada uma abordagem inovadora, testada desde a criação da Rede.»

Tendo em conta o seu peso financeiro, uma das questões colocadas é a de fazer evoluir a cooperação europeia em matéria de governação. A própria conceção da Aliança priva-a do acesso aos financiamentos europeus que são destinados a projetos monolíticos. A avaliação que realizei da cooperação europeia, em 1999, não deixava muitas esperanças a este respeito. Mas a Aliança pode, no entanto, participar na reflexão europeia sobre a governação da ajuda, que se segue ao severo relatório de avaliação de 1999. É Claire Mandouze, antiga diretora da cooperação internacional na Comissão, que se tornou membro do Conselho de Fundação após o falecimento repentino de Jean Freyss, quem está a liderar este processo. Para tal, aproveitamos o facto de Ousmane Sy, por proposta da fundação, ter recebido em Bruxelas o prestigiado Prémio Rei Balduino⁶⁸⁹, do qual é o primeiro laureado africano, para abrir o diálogo com a Comissão Europeia. A nossa ambição era conseguir redigir uma Carta constitutiva da ajuda prestada pela Europa aos países em desenvolvimento⁶⁹⁰:

«Claire Mandouze: os encontros em torno do Prémio Rei Baudoin criaram uma onda de choque. Na reunião dos diretores de desenvolvimento, a diretora belga disse: temos de trabalhar com o Sr. Sy [...], temos de abrir o projeto de governança da ajuda. É a ideia de um grupo de iniciativa sobre a proposta de reforma da governança da ajuda.»

Ousmane Sy, no entanto, modera os ânimos e quer que seja uma iniciativa coletiva da Aliança:

«Não estou sozinho. Não podemos abandonar os nossos amigos, senão voltarei a cair nas histórias clássicas do africano manipulado. Por isso, temos de ter cuidado com a velocidade a que avançamos. No dia em que for só Ousmane Sy, tudo desmoronar-se-á.»

Infelizmente, ele tem razão. A Comissão, que mantém globalmente uma atitude paternalista em relação a África, quer fazer de Ousmane Sy o «seu» especialista para definir as linhas normativas da «facilidade de governação» que pretende criar, mas não está preparada para

⁶⁸⁹ O Prémio Internacional Rei Baudoin para o Desenvolvimento é atribuído de dois em dois anos pela Fundação Rei Baudoin. Tem como objetivo premiar a ação de pessoas ou organizações que contribuem significativamente para o desenvolvimento dos países do Sul. O prémio promove uma visão inclusiva do desenvolvimento. Procura recompensar iniciativas inovadoras e exemplares, que oferecem às populações locais a possibilidade de assumirem o controlo do seu próprio desenvolvimento e têm potencial para serem reproduzidas noutras partes do mundo.

⁶⁹⁰ FDS 22323 - março de 2005 - O seguimento dos contactos em Bruxelas: a aliança para reformular a governação da ajuda; o apoio à Aliança para reformular a governação em África

um diálogo coletivo com a ARGA para elaborar a Carta constitutiva da ajuda tal como a imaginávamos. Seriam necessárias reformas demasiado profundas do aparelho administrativo de Bruxelas⁶⁹¹.

O diálogo com a União Africana e a União Europeia

Paralelamente, e graças aos contactos que Claire Mandouze estabeleceu com a União Africana, que a Comissão Europeia pretende promover (com a ilusão de que esta construção institucional artificial poderia tornar-se para a integração regional africana o equivalente da União Europeia), a Aliança entra em contacto com a União Africana porque, para ela, é uma oportunidade de alargar a iniciativa da ARGA à África anglófona e lusófona⁶⁹²:

«O encontro [com a União Africana] teve lugar durante a primeira semana de abril [de 2005]. Ousmane tinha elaborado uma nota de enquadramento propondo uma parceria com a UA. A comissão da UA (8 comissários) manifestou interesse nesta parceria. A comissão simplesmente não queria acrescentar uma nova ação que não fosse financiável. Por isso, tentámos identificar os pontos de articulação: preparar uma carta da governação legítima, um fórum sobre governação, que teria dois objetivos: dar a conhecer o trabalho e lançar, nessa ocasião, uma rede interafricana de governação. Este «fórum africano sobre a governação» teria lugar no início de setembro de 2005 em Adis Abeba, Etiópia, e reuniria 10 pessoas por região: Norte de África, África Austral, África Central, África Ocidental, África Oriental, ou seja, cerca de cinquenta no total.»

O encontro acabou por se realizar em novembro de 2005. Infelizmente, permitiu medir o fosso entre a abordagem da ARGA à refundação da governação, numa abordagem de baixo para cima, e a abordagem da União Africana, muito institucional, de cima para baixo e muito dependente do discurso das instituições internacionais⁶⁹³. É preciso dizer também que, nessa época, dois projetos pan-africanos competiam entre si: a União Africana e a NEPAD⁶⁹⁴, «nova parceria para o desenvolvimento de África», iniciativa de alguns chefes de Estado africanos para promover um vasto plano de infraestruturas transafricanas, sendo o atual isolamento

⁶⁹¹ FDS 22901 - abril de 2006 - O diálogo com a Comissão Europeia sobre a governação e a renovação do diálogo sobre a governação entre a União Europeia e África. Tentar estimular a reflexão da Comissão e do Parlamento Europeu

⁶⁹² FDS 22167 - abril de 2005 - Rumo a um encontro suscetível de iniciar uma rede pan-africana sobre a governação em Adis Abeba. Na sequência do contacto de Claire Mandouze e Ousmane Sy com os responsáveis da União Africana, um encontro de líderes e académicos de todas as partes de África e da governação poderia selar a vocação pan-africana (e não apenas francófona) da Aliança para uma refundação da governação em África e, lateralmente, constituir a base de partida para um trabalho comum entre os responsáveis das três AP Governação África, capital social África anglófona e IRG

⁶⁹³ FDS 22 690 - 2005 - Análise dos documentos da União Africana e das perspetivas que podem ser extraídas em termos de parceria com a Aliança para a refundação da governação em África. Por ocasião do fórum sobre a governação africana, realizado em Adis Abeba em novembro de 2005, foram divulgados vários documentos da União Africana ou avaliações do estado da governação por grandes regiões em África. É interessante analisar o seu tom para deduzir as possíveis perspetivas de parceria entre a União e a Aliança

⁶⁹⁴ A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD, acrónimo do inglês: *New Partnership for Africa's Development*) é um projeto de desenvolvimento à escala continental através de infraestruturas. Foi iniciado pelos chefes de Estado de países africanos: Abdelaziz Bouteflika (Argélia), Thabo Mbeki (África do Sul), Olusegun Obasanjo (Nigéria) e Abdoulaye Wade (Senegal). É o órgão de implementação da estratégia de desenvolvimento da Agenda 2063 da UA

considerado um grande obstáculo ao desenvolvimento do continente. Simbolicamente ligada à União Africana para salvar as aparências, trata-se de uma estratégia autónoma que, aliás, rapidamente se perderá na indiferença. Em ambos os casos, as instituições permanecem presas a uma conceção formalista da governação e reféns dos conceitos de boa governação das instituições internacionais:

«O projeto da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação, que termina com um glossário dos termos de referência da Carta, é particularmente instrutivo a nível intercultural, porque permite ver o campo semântico abrangido pela Carta, em comparação com o campo semântico dos trabalhos da Aliança e, mais precisamente, ver como as mesmas palavras são definidas em termos diferentes. [...] Estes diferentes documentos remetem uns para os outros e, na realidade, referem-se todos, o que é particularmente interessante, a conceitos, indicadores e avaliações desenvolvidos ou conduzidos por instituições internacionais: PNUD; Banco Mundial; Comissão Económica para África. O efeito deste sistema, relativamente fechado sobre si mesmo, é muito visível nas análises regionais. Trata-se, na verdade, de compilações dos trabalhos do PNUD e da Comissão Económica para a África.»

A esperança de Claire Mandouze de ver a ARGA financiada, no âmbito do apoio maciço decidido pela Comissão Europeia à consolidação da União Africana, esbarra, na realidade, na dependência financeira e intelectual dessas instituições pan-africanas, União Africana ou NEPAD, em relação às instituições internacionais. O percurso «legitimidade e enraizamento do poder» será o único fruto das perspetivas iniciais de cooperação.

O principal resultado das trocas com a União Europeia e a União Africana terá sido o alargamento da perspetiva geográfica da ARGA⁶⁹⁵ :

- «consolidação do polo regional da África Ocidental;
- abertura para o resto do continente com 4 outros pólos regionais: em primeiro lugar, o pólo da África Central, com os Camarões e a região dos Grandes Lagos - a RDC. A questão da mediação é central neste contexto. Os Camarões encontram-se numa situação semelhante à da Costa do Marfim e, se entrarem em colapso, arrastarão os outros países. Em seguida, a parceria com a União Africana para construir os outros pólos regionais (África Austral, África Oriental, África do Norte);
- o polo «Europa»: refundar a cooperação para o desenvolvimento: «cooperar para resolver problemas comuns» (abandonar a noção de ajuda).»

Na realidade, a ARGA, por falta de financiamento institucional além do da fundação, nunca terá meios para essa abertura às Áfricas anglófona e lusófona, apesar do sucesso de cooperações pontuais.

No Mali, as eleições presidenciais estão previstas para 2007. Ousmane Sy será candidato? Com a sua habitual lucidez, Ousmane considera que não se deve sacrificar a ARGA, da qual é o líder incontestado, a uma ambição pessoal. Propõe, em contrapartida, que esta seja uma oportunidade para testar um processo original de ascensão das perspetivas de baixo para

⁶⁹⁵ FDS 22771 - janeiro de 2006 - A Aliança para refundar a governação em África e a Assembleia dos cidadãos do Mali

cima, uma «assembleia maliana de cidadãos»⁶⁹⁶:

«É uma oportunidade histórica para passar à implementação e repensar a governação. Não adianta nada ir lá (às eleições presidenciais) para fazer como os outros! Trata-se de inventar um processo de elaboração de um projeto político enraizado nos territórios locais. Desde o início, assumimos as limitações do local. [...] Como os diferentes atores, a nível local, são capazes de analisar um tema como a educação ou a saúde, etc., de compreender a complexidade. A ideia é formar animadores (150?) que aderiram à ideia de fazer política de outra forma.»

Por falta de meios financeiros, esta Assembleia não terá lugar em grande escala, mas dá a ideia de pólos da ARGA no interior do Mali e ver-se-á ressurgir em 2013 como resposta à crise política maliana.

Do lado francês, a fundação continua a promover a sua visão ampla da governança na cooperação europeia⁶⁹⁷. Ela faz isso com a colaboração das instituições responsáveis pela questão: o Ministério das Relações Exteriores, com Hervé Magro e Séverine Bellina,⁶⁹⁸ e a Agência Francesa de Desenvolvimento, com Alain Henry⁶⁹⁹:

«Hervé Magro: na Comissão, fizemos uma apresentação sobre o nosso texto doutrinário [inspirado nos trabalhos da Fundação] perante os nossos colegas europeus. A Comissão disse aos outros países que eles deveriam, por sua vez, fazer propostas, tal como fez a França. Alain Henry: a minha hipótese é que o Banco Mundial vai flutuar até à saída de Wolfowitz [na altura Presidente do Banco Mundial]. Temos quatro anos para construir uma posição europeia autónoma. Para que, no momento do despertar do Banco Mundial, sejamos uma força propositiva, em vez de apenas reativa [o que foi muitas vezes o caso no passado].»

Mas, na realidade, o comissário europeu responsável pela cooperação, Louis Michel⁷⁰⁰, não está pronto para reformar profundamente os mecanismos da ajuda europeia e não procura realmente sinergias com as ajudas bilaterais, nomeadamente francesas e inglesas. Mais uma vez, os procedimentos da Comissão funcionam com base na «aprendizagem descartável»: efeito burocrático do calendário; formalismo dos concursos públicos. Louis Michel pretende «declarar aberta a facilidade de infraestruturas» em julho, mas sem mais concertação.

⁶⁹⁶ FDS 22771, op cit

⁶⁹⁷ FDS 23031 - junho de 2006 - Uma estratégia conjunta para promover uma nova filosofia de governação, dirigida à União Europeia, à África e às autarquias locais. A aceleração do calendário de L. Michel na Comissão, a próxima realização da Africités 4 e o impacto das propostas sobre os princípios de governação obrigam-nos a acelerar o ritmo e a aproveitar ao máximo as oportunidades que nos são oferecidas.

⁶⁹⁸ Hervé Magro é historiador e diplomata. Ex-cônsul-geral da França em Istambul (2009-2013), foi terceiro secretário em Ancara e depois segundo secretário no mesmo cargo de 1988 a 1991. Hervé Magro também foi cônsul-geral da França em Jerusalém e diretor dos Arquivos Diplomáticos de 2016 a 2020. Em 2020, Hervé Magro foi nomeado embaixador extraordinário e plenipotenciário da República Francesa na República da Turquia.

⁶⁹⁹ Alain Henry é engenheiro civil de pontes e estradas. Passou grande parte da sua carreira na Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). É membro desde 1989 do grupo de investigação Gestão e Sociedade. O seu trabalho centra-se na influência das culturas no desenvolvimento dos países do Sul (África Subsariana, Médio Oriente, Sudeste Asiático). Aborda mais especificamente questões de governação, reforço das capacidades institucionais, organização dos serviços públicos e gestão empresarial.

⁷⁰⁰ Louis Michel, nascido em 1947, é um político belga francófono, membro do Movimento Reformista. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1999 e 2004 e, posteriormente, comissário europeu até 2009.

Como se pode ver, apesar das excelentes ligações com as instituições francesas e da reputação que ganhei ao liderar a avaliação coletiva da ajuda europeia realizada em 1999, a fundação não conseguirá alterar significativamente a abordagem da Comissão.

A ARGA e a governação territorial

Procuramos também aproveitar a oportunidade da organização da Africités 4 para promover uma nova filosofia de governação. O que exige um pequeno retrocesso. A Parceria para o Desenvolvimento Municipal (PDM), organismo pan-africano amplamente apoiado pela cooperação canadiana, é a organizadora dos encontros anuais das cidades africanas, Africités. A PDM é dirigida por outro velho amigo da fundação, o camaronês Jean Pierre Elong M'Bassi, que foi um dos participantes do encontro de Caracas coorganizado pela fundação em 1991⁷⁰¹, um dos encontros fundadores do segundo período da Fundação. Impressionado com os métodos desenvolvidos pela fundação e pela Exemole (Vincent Calame) para sintetizar os grandes encontros⁷⁰², Jean Pierre solicitou à Fundação que conduzisse a síntese da Africités 3, realizada em Yaoundé em dezembro de 2003 e dedicada à prestação de serviços básicos à população. Karine Goasmat e Vincent Calame organizaram o processo mobilizando relatores de workshops formados no software Desmodo desenvolvido por Vincent e pudemos fazer uma síntese em tempo real, destacando os «Seis princípios de Yaoundé⁷⁰³». A qualidade da abordagem e das ferramentas impressionou muito os participantes:

«A prestação de serviços básicos aos habitantes das cidades africanas foi o tema central do encontro de presidentes de câmara africanos na Africités 3, em dezembro de 2003, em Yaoundé. Durante os workshops, foram analisados dez serviços básicos diferentes. É notável constatar a convergência das conclusões: a capacidade das autoridades públicas para prestar serviços de forma eficaz pressupõe o respeito e a aplicação de seis princípios fundamentais:

1. os serviços básicos prestados devem estar profundamente enraizados na população, ou seja, corresponder tanto aos seus hábitos culturais como ao seu nível técnico e financeiro;
2. a prestação e a gestão dos serviços básicos só podem resultar de uma cooperação, de uma coprodução que envolva tanto o Estado como as autarquias locais, a população e os serviços públicos, o setor público e o setor privado;
3. os poderes públicos só podem obter a sua legitimidade através da sua capacidade de garantir serviços a toda a população e não reservar, em nome da modernidade, serviços mais sofisticados a uma parte limitada da sociedade ou do espaço urbano. Este é o princípio da inclusão;

⁷⁰¹ A reabilitação de bairros degradados – A Declaração de Caracas. Publicado em 1992, por Collectif No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/la-rehabilitation-des-quartiers-degrades/

⁷⁰² A ferramenta Desmodo: www.desmodo.net/

⁷⁰³ BIP 2956 - dezembro de 2003 - A prestação de serviços públicos básicos a toda a população das cidades africanas: um desafio para a governação; um teste decisivo para as políticas de descentralização. Síntese dos workshops da Africités 3 – Yaoundé, dezembro de 2003

4. para conseguir implementar os princípios anteriores, é necessário conceber organizações efetivamente capazes de o fazer, tanto pela sua própria estrutura como pela cultura, hábitos, formação e experiência dos seus membros [...];
5. as instituições devem ser capazes de gerir simultaneamente a diversidade das situações e a unidade dos problemas, agregar gradualmente os problemas locais numa visão global, inscrever a ação quotidiana numa perspetiva global e de longo prazo [...];
6. tudo isto pressupõe recursos humanos adequados, capazes de diálogo, cooperação e visão, e só a troca de experiências o permite.»

A ideia, que partilhamos com Alain Henry, é criar um fundo europeu ou francês que permita apoiar as cidades que desejam implementar os princípios de Yaoundé nos seus serviços básicos⁷⁰⁴:

«Alain Henry: a proposta da FPH é boa; os princípios de Yaoundé são claros. Isso pode ajudar as cidades a se revitalizarem. Mas é necessária uma posição comum da AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento) e do MAE (Ministério das Relações Exteriores) em relação aos nossos interlocutores africanos. Para o fundo, o principal é começar. Com que dinheiro e que escalonamento? Antes de Nairobi (Africités 4), um orçamento consultivo; depois de Nairobi, um fundo de estudos e, no final desta segunda etapa, criar um fundo regional.»

A fundação, por seu lado, apoiou com a ARGA duas operações experimentais⁷⁰⁵:

«Realizámos em Bamako e Lomé o estudo baseado nos princípios de Yaoundé. Foi a Aliança que o conduziu e isso deu uma dinâmica extraordinária. Ousmane assistiu à apresentação dos resultados com os chefes de bairro. Todos apreciaram as conclusões e, mais ainda, a abordagem.»

Um diálogo confiante entre os animadores da ARGA e o Conselho de Fundação

Em novembro de 2006, como se tornou habitual no que chamávamos de «Conselhos Intermediários⁷⁰⁶», o Conselho de Fundação realizou uma audiência com Ousmane Sy e o seu adjunto Assane M'Baye. Foi uma oportunidade para um intercâmbio aprofundado e para um conhecimento mútuo, sem o qual os membros do Conselho só conhecem os nossos parceiros através dos dossiês. Ora, é necessário que se instaure uma confiança mútua no tipo de estratégia que é a nossa, em que se visa a pertinência de uma ação mais do que o seu impacto

⁷⁰⁴ FDS 23031 - 23 de junho de 2006 - A aceleração do calendário de L.Michel na Comissão, a próxima realização da Africités 4 e o impacto das propostas sobre os princípios de governação obrigam a acelerar o ritmo e a aproveitar ao máximo as oportunidades que nos são oferecidas

⁷⁰⁵ FDS 24389 - outubro de 2008 – Governança e África: avançamos em várias frentes

⁷⁰⁶ Uma vez aprovados os orçamentos bienais, o Conselho de Fundação organizava Conselhos que não tinham como objetivo tomar decisões, mas aprofundar o «conhecimento mútuo» entre ele e os parceiros da Fundação. Cada conselho tinha na ordem do dia um pequeno número de assuntos e, em função das questões abordadas, convidávamos também outros parceiros para reforçar as sinergias

mensurável. Vale a pena citar amplamente esta troca de ideias:

«Ousmane Sy: As ambições, tirar África da estagnação apesar das ajudas maciças, partindo das bases dessa estagnação. Para isso, é preciso atacar a gestão dos assuntos públicos, o desfasamento entre as instituições e a sociedade. As instituições herdadas das independências são impostas às sociedades. Chegámos assim à questão da governação. [...]. Queríamos dar-lhe uma definição mais ampla do que a organização de eleições e a luta contra a corrupção. Lançámos o conceito de governação legítima.

Assane M'Baye: tivemos grandes avanços na adesão às nossas propostas. Em todos os meios em que estivemos, há adesão à nossa análise da inadequação das instituições à sociedade. [...] Não queremos nos limitar às propostas; queremos também experimentá-las, o que implica uma aliança com atores públicos: coletividades locais, Estados, organizações regionais.

Pascal Delisle (presidente do IRG): e as universidades africanas em tudo isso?

Assane M'Baye: as universidades são as primeiras a sentir-se afastadas das realidades africanas. Há 20 anos, os professores da faculdade de direito de Dakar eram cooperantes. Agora, são africanos, mas a imitação é tal que temos o mesmo programa das universidades europeias e francesas. Não soubemos desenvolver os nossos próprios programas. No âmbito da Aliança, queremos desenvolver laços com a Universidade⁷⁰⁷.

O desfasamento entre as instituições e a sociedade verifica-se no direito: as representações com que as sociedades se gerem são o direito herdado da colonização; este nega a capacidade das sociedades de produzirem as suas normas, quando hoje vivem com as suas próprias normas. Isto explica os conflitos permanentes entre os Estados e as comunidades sobre a gestão fundiária. No pluralismo jurídico, afirmamos a necessidade de associar normas comuns elaboradas pelo Estado com as normas produzidas pelas comunidades. Ousmane Sy: Os códigos fundiários copiados do direito ocidental são inadequados e conduzem à apropriação dos solos, fonte da degradação dos solos e de inúmeros conflitos. O cerne da guerra na Costa do Marfim é o conflito fundiário. A comunidade internacional está completamente enganada ao acreditar que o problema será resolvido através de eleições.

Outro exemplo: a democracia. Reconhecemos certos valores universais, mas a sua prática não está em consonância com as nossas representações. A responsabilização, por exemplo. É preciso ver como isso funciona realmente nas nossas sociedades para traçar um caminho específico. Não estamos a dizer que tudo o que existia antigamente era bom. As sociedades evoluíram, mas procuramos tudo o que ainda existe e tem valor para o futuro das nossas sociedades.

Ousmane Sy: na democracia copiada dos antigos colonizadores, todas as decisões são tomadas por votação. No entanto, nas nossas comunidades, as decisões são tomadas por consenso. A maioria das guerras civis em África começa após uma votação. A votação produz exclusão. Estas regras não são compreendidas nem aceites. Em algumas comunidades locais, renunciou-se à votação. A prioridade dada à democracia formal é um drama. Uma sociedade não se constrói numa hora. O problema do Mali encontra-se também no Senegal e na Mauritânia. Estes processos democráticos que a comunidade internacional propõe conduzem, na realidade, à instalação de poderes pessoais num contexto de populismo. Isso leva-nos diretamente à

⁷⁰⁷ Nos anos seguintes, as reflexões e propostas da ARGA serão retomadas em diferentes países para a formação de funcionários públicos e autoridades locais

catástrofe. É por isso que é necessário aprofundar a reflexão sobre a democracia, que está a perder o sentido e a legitimidade. Atualmente, procura-se que o direito (a legalidade) seja respeitado, mas a legitimidade não é da conta de ninguém.

Outro exemplo são as Constituições africanas. São «copiadas e coladas» das constituições dos colonizadores. Isso foi confiado a professores de direito que reproduziram o que aprenderam. Por exemplo, em África, a comunidade prevalece sobre o indivíduo. No entanto, as constituições falam apenas dos indivíduos. Ousmane Sy: quando expliquei a descentralização⁷⁰⁸, os líderes das comunidades disseram-me: «a independência devolveu-nos a nossa liberdade, mas a descentralização vai devolver-nos a nossa dignidade», porque tinham sido privados da capacidade de gerir os seus próprios assuntos. É essa capacidade que viemos devolver.

Claire Mandouze (ex-membro da Comissão Europeia e membro do Conselho de Fundação): esta aliança é um avanço extraordinário na reflexão. Graças a ela, África começa a expressar-se. Descobrimos que os africanos têm uma palavra a dizer sobre a governação. Isso contribuiu para que as instituições (europeias) reconhecessem a palavra de Ousmane Sy... instrumentalizando-a, aliás. Há um avanço na linguagem, mas a mudança de linguagem não muda as práticas. A Europa continua a dizer: «vocês vão apropriar-se... das políticas que vos impomos». A aliança é a única forma de sair do impasse.

Bérengère Quincy (membro do Conselho de Administração do IRG): como se organizam para fazer ouvir esta palavra? Assane M'Baye: Nos países, reunimo-nos com as autoridades. Não se trata apenas de um trabalho de informação, mas também de lobbying. Os grupos de iniciativa reúnem os poderes públicos e os atores sociais. Ousmane Sy: O eco é muito variável de um país para outro. Trabalhamos com os representantes eleitos locais. Trabalhamos com as instituições do Estado. Por exemplo, no Mali, organizámos uma sessão de debate com todos os atores públicos e privados.

Pierre Calame: O trabalho da ARGA pode contribuir para a formação de futuros quadros?

Assane M'Baye: A criação do Centro de Recursos servirá para isso: reunir todas as informações para partilhá-las [...]. Ousmane Sy: a recolha de experiências continua a ser o cerne da estratégia; partir das questões da nova elite que irá emergir e tentar responder a essas questões. Por exemplo, na gestão de conflitos, procuramos partir da experiência dos intervenientes nos conflitos para propor respostas.

Jacques Poulet Mathis (membro do Conselho de Fundação): e qual é o lugar das religiões? Ousmane Sy: As religiões desempenham um papel essencial. Com o Estado a retirar-se, são os grupos religiosos que compensam, incluindo os grupos extremistas vindos do Médio Oriente. É também o caso dos grupos evangélicos na Costa do Marfim. Defendemos que os Estados devem voltar a ocupar o espaço público para assegurar as mediações.

Ousmane Sy: a experiência que tivemos desde o início da rede é a dificuldade em encontrar apoio financeiro para os processos. Hoje, o nosso discurso começa a ter impacto, as nossas opiniões sobre a governação são cada vez mais partilhadas. Estes são os primeiros passos que estamos a dar e é isso, espero, que ajudará, daqui a 10 anos, o navio África a tomar outra direção. Ou damos esperança à nossa juventude, ou ela fará tudo para partir. Já há 10 anos, falávamos do desafio de gerir o fluxo de pessoas. O que fazemos não atrai a atenção das grandes instituições.

⁷⁰⁸ Recorde-se que foi Ousmane Sy quem organizou a descentralização no Mali na década de 1990.

Mas gostaria de agradecer ao Conselho pela sua parceria.»

A ARGA e o Instituto Africano de Governação (IAG)

Em 2007, surge um facto novo, consequência indireta da ARGA: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a União Africana, a Comissão Económica para África (CEA-NU) e o Ministério francês responsável pela cooperação internacional decidem criar... um Instituto Africano de Governação⁷⁰⁹ (IAG). É assim que as grandes instituições raciocinam. Cria-se uma nova instituição e só depois se procura dar-lhe conteúdo:

«A ideia do IAG⁷¹⁰ nasceu do Presidente Konaré da UA, do Presidente Abdoulaye Wade do Senegal e do gambiano Abdoulaye Djanet (PNUD). Mas, entretanto, Djanet assumiu a direção da CEA, a CEA que reivindica, face ao PNUD, a liderança do IAG. A França fornecerá um assistente técnico que fará a ligação com a Aliança. A IAG oferece grandes perspectivas à Aliança... porque os supostos «grandes pensadores» estão atrasados em relação a ela no que diz respeito à governança em África. Diferentes regiões de África estão representadas no Conselho de Administração: uma argelina, uma etíope, um congolês, a diáspora africana no mundo está representada por um haitiano [...]. A disputa pela liderança entre as instituições existentes vem do seu conservadorismo em relação ao tema da governança; é por isso que as nossas reflexões os incomodam.»

Em retrospectiva, a criação do IAG apenas permitiu dar a conhecer melhor a ARGA e as suas teses, mas não foi de grande ajuda para o acesso a novos financiamentos. O IAG rapidamente se colocou como concorrente da ARGA na obtenção de financiamentos. Ele não parou de retomar os temas da ARGA, mas sem a cultura de trabalho em rede e sem o Centro de Recursos, que eram os pilares do seu sucesso. Ousmane Sy chegou mesmo a aceitar presidir o primeiro Conselho de Administração do IAG, na esperança de facilitar o acesso da Aliança a financiamentos institucionais, mas foi em vão. Vemos aqui um belo exemplo da alternativa entre a dinâmica coletiva em rede e a criação de instituições... mas é a segunda que as grandes instituições públicas sabem praticar.

Do lado da União Africana, as coisas também estão difíceis. Claire Mandouze depositava grandes esperanças no seu desenvolvimento, mas isso não se concretizou. Ela insiste para que a ARGA continue a trabalhar com ela apesar de tudo, mas Ousmane reconhece que isso se torna impossível⁷¹¹:

«Ousmane Sy encontrou-se com o novo presidente da Comissão Africana, Jean Ping⁷¹², que foi durante muito tempo ministro dos Negócios Estrangeiros do Gabão. Ele é incapaz de tomar iniciativas inovadoras. Na conferência de imprensa de Ouagadougou com Louis Michel, ele nem

⁷⁰⁹ FDS 23875 - dezembro de 2007 - Balanço e perspectivas da Aliança para refundar a governação em África

⁷¹⁰ Ele dotou o IAG de uma sede equipada em Dakar

⁷¹¹ FDS 24389 - outubro de 2008 - Governação e África: avançamos em várias frentes

⁷¹² O primeiro presidente da Comissão, Alpha Omar Konaré, era o antigo presidente do Mali, coroado por dois mandatos democráticos sem golpes de Estado. A sua substituição por Jean Ping foi, aos nossos olhos e aos olhos de muitos, um sinal do declínio da União Africana

sequer tinha nada a dizer sobre os problemas africanos. Quando vemos a energia gasta pela Aliança para trabalhar nos documentos pós-Adis, nem sequer recebemos um e-mail de confirmação de receção [das nossas propostas de cooperação]! A Comissão da União Africana decidiu realizar uma reunião sobre «governança» em Adis Abeba e convidou-me. Eu reorganizei a minha agenda para estar presente... mas, não só eles não tinham discutido com o governo do Mali, como contavam comigo como um convidado de Bruxelas (UE) e não de Adis Abeba (UA), o que eu recusei.

A Aliança, tendo constatado que a União Africana estava interessada apenas na organização de eventos (conferências e outros), e não no trabalho sobre o conteúdo e os conceitos, decidiu reduzir as suas ambições, trabalhando com países ou organizações regionais (UEMOA, CEDEAO).

O papel central do site da ARGA e da recolha de experiências

A partir de 2009, a ARGA conduzirá, com o IRG, o percurso interafricano sobre «A legitimidade e o enraizamento do poder». Este foi amplamente descrito em relação ao IRG e não voltaremos a abordá-lo. Durante esses anos, o site de recursos da ARGA foi consideravelmente enriquecido⁷¹³. Ele destaca as seis teses fundamentais da ARGA:

1. *«Promover uma governação legítima.* A nossa conceção de governação refuta o carácter exclusivo das receitas uniformizadas e universais decorrentes do conceito de boa governação e que todo o Estado deve aplicar como um «kit» fundador da sua legalidade; a governação é antes a arte de governar, articulando a gestão da coisa pública às diferentes escalas territoriais, do local ao global. É a arte de regular as relações no seio de cada sociedade.
2. *Colocar a ética no centro da governança.* Os valores e princípios em que se baseiam os modos de regulação da sociedade devem ser elaborados com base em referências comuns, conhecidas e reconhecidas pelas populações.
3. *Colocar a experiência dos atores no centro da reformulação da governança.* A nossa ambição é partir das experiências coletadas junto a atores de diferentes meios socioprofissionais para fazer surgir propostas.
4. *Articular a unidade e a diversidade.* A herança colonial favoreceu a construção de sociedades políticas baseadas no Estado-nação como forma de superar as particularidades identitárias. [...] Para a Aliança, a unidade não se confunde com a negação das particularidades, mas corresponde antes à sua articulação harmoniosa. A valorização das identidades, nomeadamente locais, surge hoje como uma das condições de sobrevivência do continente africano na globalização cultural.
5. *Articular as escalas do local ao global.* Os princípios e mecanismos de gestão dos assuntos públicos e do espaço público em África não valorizaram suficientemente as ligações entre o processo de transformação do Estado africano, por um lado, e, por outro, o duplo processo de deslocamento dos locais de definição e impulso das políticas para o nível local e a conexão com o mercado mundial, que modifica a racionalidade dos sistemas de produção e troca e leva a

⁷¹³ Em 2025, conta com cerca de 1600 fichas de experiência (<https://afrique-gouvernance.net/>)

agrupamentos regionais.

6. *Partir do local para refundar a governação.* O nível local deve ser o nível estratégico para a reformulação da governança em África. Com base numa descentralização eficaz, o espaço local oferece a possibilidade de inventar e aplicar novos modos de gestão participativa e legítima dos assuntos públicos e do desenvolvimento local. O nível local também é fundamental para melhorar as condições de vida das populações, bem como para a prevenção e resolução de conflitos.

De 2009 a 2013, a ARGA experimentou no Mali, com o apoio do embaixador da França Michel Reveyard de Menthon⁷¹⁴, totalmente comprometido com a nossa abordagem, novas modalidades de diálogo entre os atores públicos e privados, o Fórum Multi-Atores sobre Governança, FMA. Foi na sequência do colóquio «Entre tradição e modernidade, que governação para África», organizado em 2007 em Bamako e cofinanciado pelo Ministério da Cooperação francês, que o embaixador francês estabeleceu contactos para o financiamento do processo FMA. Uma série de quatro sessões do Fórum permitirá traçar um retrato coletivamente partilhado dos desafios da governança no Mali⁷¹⁵. Esta é a base intelectual e social do trabalho que será realizado alguns meses mais tarde pela ARGA-Mali.

O golpe de Estado no Mali em 2012 e as propostas da ARGA para sair da crise política

Em 2012, um golpe de estrondo. Perante o avanço dos jihadistas de Ansar Dine, ocorre um golpe de Estado militar no Mali, liderado pelo capitão Amadou Sanogo. Segue-se um período de grande confusão. O presidente Amani Toumani Touré, ATT, demitiu-se sob pressão dos militares. Conforme previsto na Constituição restabelecida, Dioncounda Traoré, presidente da Assembleia Nacional, tornou-se presidente interino com o mandato de criar as condições para o regresso de um presidente eleito e o restabelecimento da paz no norte do país. Ousmane Sy, então presidente do Conselho da ARGA, foi nomeado secretário-geral da Presidência. É Dioncounda Touré que, em janeiro de 2013, solicita a François Hollande a intervenção urgente do exército francês para travar o avanço dos jihadistas em marcha sobre Bamako. É a operação Serval. Esta bloqueia efetivamente esse avanço, mas não resolve, evidentemente, as causas profundas do golpe de Estado. O Secretário-Geral da Presidência pede ao Presidente interino autorização para preparar um documento estratégico para tirar o Mali da crise, a mais profunda e complexa da sua história. Esta estratégia, cuja implementação poderá ir muito além do curto período de transição, deve ser deixada como herança ao novo Presidente que será eleito. Para a sua preparação, é enviado um pedido de apoio à Comissão Europeia.

⁷¹⁴ Michel Reveyard-de Menthon, nascido em 1950, é um diplomata francês. De 1992 a 1994, ingressou no Ministério da Economia e Finanças e tornou-se administrador civil na Direção-Geral do Tesouro. Em 1994, ingressou no setor privado, onde foi adjunto ao diretor de financiamentos estruturados do Crédit Local, tornando-se diretor regional para a Alta Normandia em 1996. Em 1998, regressou ao Secretariado de Estado para a Cooperação e, posteriormente, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 2000, ingressou no Ministério da Economia e Finanças, Finanças e Indústria, onde se tornou conselheiro financeiro para África. Em 2006, foi nomeado embaixador da França no Mali e, de 2011 a 2013, no Chade.

⁷¹⁵ BIP 4524 - janeiro de 2013 - Fórum multilateral sobre a saída sustentável da crise no Mali. Nota de orientação da equipa ARGA Mali

Acontece que o representante da Comissão em Bamako se mostrou muito interessado na avaliação da cooperação europeia que conduzi em 1999 e pergunta-me (sem saber da minha amizade com Ousmane!) se aceito ser colocado à disposição do Mali para ajudar na elaboração dessa estratégia. O mundo é decididamente pequeno. É uma oportunidade inesperada para valorizar o trabalho da ARGA.

Em parceria com Karine Goasmat, que assegurava o acompanhamento metodológico e administrativo da ARGA, conduzi uma missão no Mali na primavera de 2013. O envolvimento direto do Secretário-Geral da Presidência permitiu encontrar muito rapidamente todos os principais atores do Mali: responsáveis do Estado, das autarquias locais, do mundo económico e do exército. Com o trabalho da ARGA, dispúnhamos de uma preciosa grelha de leitura que as entrevistas confirmaram, ponto por ponto, o que nos permitiu, em poucos meses, apresentar à Presidência, à opinião pública e aos parceiros internacionais uma estratégia global⁷¹⁶. Em maio de 2013, essa estratégia foi publicada. Ela recebeu uma resposta muito positiva da opinião pública. Vale a pena retomar o resumo executivo enviado à Presidência, pois ele ilustra perfeitamente a abordagem da ARGA e a forma como a ARGA e a fundação se reforçavam mutuamente:

«Resumo da estratégia proposta à Presidência

Os acontecimentos de 2012, longe de serem um acidente de percurso, revelaram uma crise estrutural moral, política e económica, cujas raízes são antigas. A sua profundidade tinha sido mascarada pela ideia bastante difundida de que o Mali era um modelo de democracia em África. O objetivo hoje não é, portanto, apenas colocar o país novamente em funcionamento, graças à retomada da ajuda pública ao desenvolvimento, mas também e, acima de tudo, iniciar um verdadeiro processo de refundação. Se não definirmos agora as grandes orientações desse processo, antes mesmo da realização das eleições, corremos o risco de perder a oportunidade de debatê-lo e, assim, cair na rotina... até a próxima crise.

A situação no norte do Mali concentra a atenção da comunidade nacional e internacional. No entanto, as frustrações da população do norte em relação às deficiências do Estado e das forças de segurança são apenas o reflexo exacerbado das frustrações sentidas por toda a população maliana; é a estas frustrações que é necessário responder. As ações armadas no norte do Mali não resultam hoje de um confronto entre comunidades. Repercussão da intervenção da OTAN na Líbia⁷¹⁷ ou consequência da ausência de controlo de uma zona transfronteiriça do Saara aberta a todo o tipo de tráfico, são da responsabilidade de pequenos grupos criminosos e requerem um tratamento regional da paz e da segurança.

A dependência do Mali em relação à ajuda pública ao desenvolvimento tornou-se tal que as modalidades de concessão da ajuda também fazem parte das causas da crise. Para responder a esta situação, a comunidade de doadores deveria aceitar questionar-se a si própria e estabelecer, em particular, dois princípios para o plano de relançamento adotado em Bruxelas a 15 de maio de 2013:

⁷¹⁶ BIP-PIC 171 - agosto de 2013 - O Mali, da crise à refundação; uma crise estrutural com raízes profundas, que se tornou uma oportunidade para uma refundação

⁷¹⁷ Nicolas Sarkozy negociou com a guarda de Muammar Kadhafi, composta não só por líbios, mas também por sahelianos, a rendição do ditador, morto pouco tempo depois, em troca da possibilidade de regressarem ao seu país com as suas armas...

- 1% do plano de recuperação, ou seja, 10 milhões de euros anuais, deverá ser destinado ao apoio ao esforço de refundação da sociedade, da governação e da economia do Mali⁷¹⁸;
- 20% do plano, ou seja, 200 milhões por ano, deverão ser consagrados ao apoio direto aos níveis regional e local, para a prestação de serviços e para iniciativas locais de desenvolvimento económico⁷¹⁹.

A refundação proposta inclui as seguintes oito vertentes:

- A reformulação da governação. Baseia-se num mecanismo testado pela Aliança para Reformular a Governação em África (ARGA) e que já deu provas da sua eficácia, o Fórum Multi-Atores (FMA)⁷²⁰. Este fórum analisará as diferentes políticas públicas ou os diferentes aspetos da vida pública no Mali, como a organização de eleições ou a luta contra a corrupção, recolherá as observações dos diferentes atores e, em seguida, esboçará propostas concretas de reforma, seguindo os princípios de governação com os quais as populações se identificam. Com base nisso, o FMA proporá uma estratégia de mudança que vá à raiz dos problemas e não se limite a mudanças institucionais. Os sucessivos governos serão obrigados a dar a sua posição sobre essas propostas e o FMA será encarregado de acompanhar a sua implementação e prestar contas à população.
- A refundação da nação. Será realizada sob a forma de um processo de três anos, envolvendo todas as comunidades de base malianas e todos os grupos socioprofissionais, denominado Assembleia Maliana de Cidadãos. As primeiras etapas do processo foram testadas no passado, o que demonstrou a riqueza de uma abordagem que constrói, da base local até ao topo nacional, as razões para a convivência, os valores fundadores do Mali e as perspetivas para o seu futuro.
- A reformulação do sistema de prestação de serviços à população. Esta será uma nova etapa decisiva da descentralização. Inspirando-se no princípio da subsidiariedade ativa, que define os modos de relação entre os diferentes níveis de governação, a prestação dos principais serviços básicos à população será assegurada pelas autarquias locais mais próximas da população, comunas ou distritos, graças ao apoio de um fundo de desenvolvimento local. Estas autarquias deverão inspirar-se nos princípios orientadores resultantes da experiência africana⁷²¹. As despesas serão colocadas sob o controlo dos cidadãos graças a uma contabilidade tornada pública⁷²². O controlo dos doadores será exercido a posteriori e não a priori.
- A reformulação da política regional de paz e segurança. Ela será iniciada com a organização de um workshop regional que reunirá os diferentes países ribeirinhos do

⁷¹⁸ Essa foi uma das ideias tiradas da avaliação da ajuda europeia realizada em 1999: dar aos povos ajudados os meios para construir a sua própria doutrina

⁷¹⁹ Encontramos aqui a tese da ARGA, tão cara a Ousmane Sy: «Partir do local para refundar a governação». Em 2009, publicou o livro «Reconstruir África, rumo a uma nova governação baseada nas dinâmicas locais No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/reconstruire-l-afrique/

⁷²⁰ Nos anos anteriores, a ARGA Mali organizou um Fórum Multi-atores da Governança, FMA, apoiado pela Embaixada da França, que teve um grande sucesso porque colocou em pé de igualdade atores estatais e não estatais

⁷²¹ Trata-se, evidentemente, dos «princípios de Yaoundé»

⁷²² Exemole (Vincent Calame) desenvolveu para a ARGA uma ferramenta de contabilidade analítica com financiamentos múltiplos, o software Scarabée.

Saara e envolverá a sociedade civil, as forças armadas e as administrações. Abordará cinco desafios: – construir uma capacidade regional de resposta comum às ameaças à paz e à segurança humana; – educar para a paz e a segurança humana; – reforçar a paz e a segurança através do desenvolvimento económico; – construir a paz após as crises; – encontrar respostas internacionais às ameaças globais. Cada desafio será analisado à luz da experiência internacional, através da recolha de fichas de casos e da intervenção de grandes testemunhas⁷²³. Em seguida, os atores regionais debaterão em conjunto as respostas mais adequadas à sua situação específica.

- A reestruturação das forças de segurança. Trata-se de um processo de longo prazo, do qual o apoio europeu à formação de unidades operacionais é apenas a primeira etapa⁷²⁴. Esta reestruturação, que abrangerá o exército, a gendarmerie e a polícia, será acompanhada pela Aliança Internacional de Militares para a Paz e a Segurança⁷²⁵, que reúne oficiais superiores de outros exércitos africanos e possui experiência internacional neste tipo de processos.
- A refundação da economia. Ela pressupõe, em primeiro lugar, um vasto esforço coletivo de reflexão, que até agora tem faltado, sobre os caminhos de desenvolvimento que o Mali pode seguir no século XXI, num momento em que os modelos seguidos até agora no mundo não são mais viáveis a longo prazo⁷²⁶. A ênfase será colocada na valorização dos grandes recursos em solos e sol. Um desenvolvimento que se tornou muito dependente da ajuda externa e centrado na capital deve ser substituído por um vasto esforço de desenvolvimento local. É isso que permitirá a criação de um fundo de apoio às economias locais, que poderá combinar os seus recursos com os da diáspora e com os mecanismos já existentes. A abordagem deverá ser muito descentralizada e também colocada sob o controlo dos cidadãos.
- A reformulação da ajuda internacional. Ela condiciona as anteriores e deverá ser iniciada logo na reunião internacional de 15 de maio⁷²⁷ e, em seguida, aprofundada em conjunto no âmbito do Fórum Multilateral. A futura ajuda deve permitir um verdadeiro processo de reflexão dos próprios malianos sobre os seus valores, a sua governação e a sua economia, garantindo que não continuem subordinados a prioridades, modos de agir, quadros de pensamento e controlos a priori impostos pelo exterior. Os PTF [parceiros técnicos e financeiros, termo consagrado para a ajuda internacional], que muitas vezes se posicionam como juizes da ação dos outros, devem, por sua vez, aceitar ser julgados e avaliados. Não devem mais trazer soluções normativas, mas, pelo contrário, ajudar todos os atores

⁷²³ Com a École de la Paix, a Fundação criou, no início dos anos 2000, um site de recursos dedicado à arte da paz, onde é possível encontrar exemplos concretos de implementação de uma estratégia de paz.

⁷²⁴ Na sequência da crise no Mali, a União Europeia implementou uma política que envolvia soldados de diferentes Estados-Membros, muitos dos quais não falavam francês, com o objetivo de «treinar o exército maliano» num prazo ridículamente curto. Após o fiasco da ONU na guerra dos Balcãs, este foi mais um exemplo da inadequação da ação das instituições multilaterais para a construção da paz. Nos anos seguintes, a ONU, em paralelo com a operação Barkhane conduzida pela França, criou uma força de manutenção da paz da ONU, a Minusma, cuja ineficácia foi flagrante.

⁷²⁵ É a aliança dos militares que apresentámos no capítulo sobre as alianças cidadãos

⁷²⁶ A convicção que nos animava era a de que o Mali precisava de se comprometer diretamente com um modelo de desenvolvimento sustentável, nomeadamente valorizando os recursos de energia renovável de forma descentralizada

⁷²⁷ Reunião internacional de doadores públicos para ajudar o Mali a superar a sua crise. O financiamento internacional, que representava uma parte considerável do orçamento maliano, foi suspenso após o golpe militar de 2012. A condição para o reinício da ajuda era a organização de eleições livres

malianos a aceder à diversidade de experiências internacionais para ampliar as suas perspetivas e esclarecer as suas escolhas⁷²⁸.

- A reformulação do debate público. Deve começar agora mesmo, organizando debates em diferentes meios de comunicação social nas línguas nacionais⁷²⁹, que permitirão esclarecer a natureza e as causas da crise maliana e trocar ideias sobre as estratégias de reformulação.»

Infelizmente, a vulgata das instituições internacionais continua a reduzir-se a uma ideia simples: eleições livres são a condição necessária e suficiente para sair da crise. É também a condição para o restabelecimento da ajuda. Parte do país continua a ser controlada pelos jihadistas da AQMI e pelos independentistas tuaregues, a revisão e o estabelecimento das listas eleitorais são incertos, não é seguro que os cartões de eleitor estejam prontos a tempo e disponíveis em todo o território nacional. «As eleições, digo-vos!», repetem os países ocidentais incessantemente, como os médicos de Molière. O Presidente Dioncounda Traoré anunciou a realização de eleições presidenciais para o final de julho de 2013, para sair do período de transição. Para os parceiros internacionais, e também para a maioria dos atores políticos malianos, a transição não deveria ser longa. Entende-se que a implementação da estratégia de saída da crise preparada pelas autoridades de transição com a nossa colaboração deve ser da responsabilidade do presidente eleito e das suas equipas, que se supõe serem mais legítimas para iniciar as mudanças preconizadas. A instabilidade das instituições transitórias e o apoio maciço da «comunidade internacional» para a saída da crise desempenharam um papel importante na decisão de avançar rapidamente para as eleições.

A dependência intelectual e política das elites do país em relação ao pensamento das instituições internacionais sobre a governação e o carácter superficial da sua análise sobre a crise que o país atravessa farão com que as propostas preparadas para a saída da crise sejam rejeitadas de imediato. Mais de vinte candidatos a esta eleição, praticamente todos veteranos, como poderia ser de outra forma com a realização de uma eleição precipitada que não permitiu debater as causas profundas da crise que mergulhou o Mali? Nenhum deles, e por boas razões, tem um projeto para sair da crise a apresentar. Ibrahim Boubacar Keïta, eleito presidente em 2013 e reeleito em 2018, é derrubado por um novo golpe militar em 2020. O tema da «refundação», introduzido pela proposta de estratégia para sair da crise, tornar-se-á uma figura imposta no Mali, mas esvaziada da sua substância. É claro que é fácil dizer «ah, se nos tivessem ouvido»... mas, na verdade, a ausência de um projeto coletivo forte e de uma reflexão sobre a governação e a economia, enraizada nas realidades da região, não é alheia à transição de alguns países do Sahel para regimes militares.

2011: já se passaram dez anos desde que a ARGA, com base na nota de orientação de 2000, desenvolveu o seu site de recursos e se enraizou em diferentes países da África Ocidental.

⁷²⁸ Esta foi uma das principais lições da avaliação da ajuda pública europeia. Fazer compreender que a ajuda internacional era uma das fontes da crise maliana foi totalmente revolucionário: os representantes desta ajuda no terreno estavam perfeitamente convencidos disso... mas não tiveram meios para convencer as suas autoridades em Paris, Bruxelas ou Washington

⁷²⁹ Fora de Bamako, amplos setores da sociedade maliana não falam francês, que, além disso, veicula representações e modelos muito distantes da sociedade, como demonstrou a ARGA.

Ousmane Sy passa o testemunho, tal como fizeram em França, com um ano de diferença, Pierre Calame e Michel Sauquet. Ele passa as rédeas a Assane M'Baye, membro do Centro de Recursos da ARGA há alguns anos. Um Conselho⁷³⁰, que reúne personalidades políticas e associativas dos países de intervenção, define e acompanha as orientações do trabalho da Aliança. É também uma oportunidade para dar à Aliança uma nova perspetiva a longo prazo. Esta perspetiva a longo prazo é o projeto «África 2060», elaborado em estreita cooperação com a fundação.

O projeto «África 2060»

2011 marca, grosso modo, os «cinquenta anos das independências africanas», com um balanço, no mínimo, ambíguo. De acordo com as previsões do Banco Africano de Desenvolvimento, em 2030, nove décimos dos habitantes mais pobres do planeta ainda serão africanos. A África Subsaariana representa apenas 2% do PIB (Produto Interno Bruto Mundial). Embora a taxa de crescimento da maioria dos países seja honrosa, ela é impulsionada pela exploração de recursos petrolíferos e minerais que pouco beneficiam a população em geral, que continua a crescer a mais de 2% ao ano. Esta situação alimenta conflitos e guerras civis. Como será a África daqui a cinquenta anos, quando comemorar o primeiro século da sua independência? Este é o tema de «África 2060», que, pelo próprio título, ilustra bem a consciência dos promotores da ARGA de que uma série de falhas estruturais na governação ou na economia do continente não serão resolvidas da noite para o dia.

Eis como o projeto «África 2060» é apresentado no site da ARGA⁷³¹:

«A Iniciativa África Horizonte 2060 – África retoma o controlo do seu destino tem como objetivo criar um espaço interafricano de diálogo sobre governação e conferir-lhe uma perspetiva de longo prazo, em relação aos enormes desafios que os países africanos enfrentam e continuarão a enfrentar nas próximas décadas. Para impulsionar mudanças sistémicas, sustentáveis e apoiadas por todos os atores em África, serão organizadas quatro conferências entre 2012 e 2015 para construir, não um novo balanço, mas propostas e iniciativas concretas sobre temas fundamentais da governação, da economia e da globalização.»

Estas conferências, as « Jornadas Anuais da Governação Africana » (JAGA), são para a ARGA o meio de reforçar a dimensão pan-africana do seu projeto, que, por falta de financiamento duradouro e de cooperação com a União Africana, corre o risco de se limitar à África francófona, abordar novos temas e, se possível, reforçar a notoriedade política da iniciativa. Na verdade, apenas as duas primeiras conferências serão organizadas, em 2012 e 2014, por falta de financiamento suficiente para as seguintes.

⁷³⁰ Além de Ousmane SY e Pierre CALAME, Henrique Pereira ROSA da Guiné-Bissau, Jean Pierre LINDIRO da RDC, Anne Cica ADJAI do Benim, Antoine SAWADOGO do Burquina Faso, Alhassane CONDE da Guiné), a Sra. Kayi EDORH do Togo, Abdoulaye SENE e Cheikh BÂ do Senegal, o Dr. Cosmas CHEKA dos Camarões compõem o Conselho

⁷³¹ Site web das Jornadas Anuais sobre a Governação em África (JAGA): <https://jaga.afrique-gouvernance.net/fr/>

A primeira conferência realiza-se em Cabo Verde⁷³², na África lusófona. É acolhida pela Fundação Amílcar Cabral⁷³³, presidida pelo antigo Presidente da República de Cabo Verde, e pela autarquia da Praia, a capital, e intitula-se: «África reinventa a sua governação⁷³⁴». Os noventa participantes são provenientes de diferentes regiões de África, incluindo o Magrebe, e de diferentes meios socioprofissionais. Com base nos trabalhos de cinco workshops, uma declaração de síntese conclui a conferência⁷³⁵. Estes workshops são os seguintes:

- «Workshop 1: Fundar o «viver juntos» nas sociedades em torno de valores e princípios partilhados;
- Workshop 2: Tirar o melhor partido da tradição e da modernidade, reconhecendo: o pluralismo jurídico;
- Workshop 3: Refundar o Estado africano pós-colonial através da descentralização e da integração regional;
- Workshop 4: Promover uma gestão adequada e inclusiva dos assuntos públicos;
- Workshop 5: Construir as condições para a segurança de todos e uma paz duradoura.»

Cada workshop, conduzido de acordo com a metodologia desenvolvida pela fundação e muito bem dominada pelo «polo de recursos» da ARGA, liderado por Sidiki Daff e Karine Goasmat, é objeto de um relatório em sessão plenária e, com base nisso, é adotada uma declaração. O que é notável é que, ao contrário das conferências internacionais tradicionais, esta declaração é a síntese in loco dos workshops. A Declaração de Praia tem o mérito de mostrar que existe um amplo consenso, para além da África francófona, sobre uma série de ideias fortes:

«A consideração da governação como sendo simultaneamente a fonte e a solução das crises multifacetadas, políticas, sociais e económicas que o continente africano enfrenta; A necessidade de o continente dotar-se de uma visão endógena, global e a longo prazo da sua governação [...].

A necessidade de África, não só participar ativamente no processo de globalização, mas também partilhar a sua liderança, apoiando-se nos seus inúmeros trunfos [...].

A necessidade de as sociedades africanas definirem, formalizarem e promoverem melhor os valores e princípios partilhados que devem fundamentar as relações entre os indivíduos e entre as comunidades, as modalidades de devolução, exercício e controlo do poder ao serviço do interesse geral, bem como as modalidades de atribuição e partilha equitativa dos recursos e riquezas [...] e incluir os modos tradicionais de regulação num projeto, não retrógrado, mas de modernidade controlada.

A necessidade de se apoiar estrategicamente nos processos de descentralização, considerados

⁷³² Produções da Conferência África reinventa a sua governação. Praia, julho de 2012, incluindo a Declaração de Praia No site das JAGA: <https://jaga.afrique-gouvernance.net/fr/jagaconference/jagaconference-1.html>

⁷³³ Amílcar Cabral (1924-1973) foi o principal instigador do movimento que conduziu à independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau.

⁷³⁴ BIP 4533 - janeiro de 2013 - Balanço da ARGA do encontro da JAGA na Praia. Relatório da Conferência da Praia, 9 a 12 de julho de 2012 - África reinventa a sua governação

⁷³⁵ BIP 4434 - julho de 2012 - Declaração de Praia - Primeiro encontro JAGA, África reinventa a sua governação

não como simples reformas administrativas, mas como um projeto eminentemente político de refundação dos Estados, que reforça a sua legitimidade e eficácia e assegura uma melhor regulação da diversidade natural das sociedades.

A necessidade de reforçar os processos de integração regional, valorizando a complementaridade entre as dinâmicas institucionais e intergovernamentais e as dinâmicas sociais na base [...].

A importância da utilização das línguas africanas nos sistemas educativos, institucionais e administrativos.

Isto ilustra o facto de que as teses da ARGA eram partilhadas para além da sua esfera habitual de intervenção e que, em quase toda a parte, as mentes estavam prontas para acolher uma abordagem de «modernidade controlada», como diz a Declaração, combinando a abertura à globalização e a valorização do capital cultural de África. Apesar dos laços estabelecidos com as instituições africanas, estas não serão capazes de torná-las oficialmente a base de uma estratégia africana de refundação da governação.

O fim da cumplicidade intelectual entre a ARGA e a fundação

Ao reler os atos do encontro, percebe-se a posteriori o que será uma das dificuldades das relações entre a fundação e a ARGA nos anos seguintes. Não haverá mais a continuidade que caracterizou essas relações nos dez anos anteriores. Três ou quatro interlocutores representarão sucessivamente a fundação, nenhum dos quais com um conhecimento real dos protagonistas, do contexto e dos temas abordados. Assim, o discurso de Françoise Macé, que representa a Fundação em Praia, centrar-se-á na ação que ela acompanha de forma preferencial, a Assembleia dos Cidadãos do Mediterrâneo⁷³⁶! Tal como no caso do IRG ou da Declaração de Responsabilidades, saímos da cumplicidade intelectual para entrar progressivamente em relações interinstitucionais mais distantes, que podem fazer-nos perder o fio da história a qualquer momento. Passamos insensivelmente da coprodução da ação para relações clássicas entre doador e beneficiário. Aparentemente, ganhamos em objetividade; na prática, perdemos em pertinência e dinamismo.

A segunda conferência realiza-se em Rabat, em janeiro de 2014. A escolha do local é significativa por várias razões. Em primeiro lugar, marca a inscrição do Magrebe no campo de reflexão da ARGA. Em segundo lugar, a conferência beneficia do patrocínio do Rei de Marrocos, um patrocínio raramente concedido que ilustra a credibilidade intelectual adquirida pela ARGA. Por último, Marrocos também sai a ganhar, pois começa a desenvolver uma estratégia que o recoloca no jogo africano, posicionando-se como mediador entre o mundo desenvolvido e África, após um longo período de ostracismo em que a reivindicação da soberania sobre o Saara Ocidental lhe valeu a exclusão da União Africana⁷³⁷:

⁷³⁶ BIP 4432 - julho de 2012 - Discurso de Françoise Macé no encerramento do encontro JAGA, Praia, Cabo Verde

⁷³⁷ Produções da conferência África reinventa a sua economia. Rabat, janeiro de 2014
No site da JAGA: https://jaga.afrique-gouvernance.net/fr/jagaconference/jagaconference-2_prod.html

«Sob o alto patrocínio de Sua Majestade o Rei Mohammed VI, organizada com a parceria ativa do Ministério Delegado junto do Chefe do Governo responsável pelos Assuntos Gerais e Governação do Reino de Marrocos, a conferência de Rabat reuniu participantes de diversos meios socioprofissionais e provenientes de todas as regiões de África e da diáspora, bem como amigos de África.»

O tema da conferência é «África reinventa a sua economia». Um assunto com o qual os animadores habituais da ARGA estão menos familiarizados. A JAGA serve bem para tirar a ARGA da sua zona de conforto geográfica e temática. Mais de cem participantes do Magrebe e da África Subsaariana participam nela. A metodologia retoma a da primeira conferência, com workshops e uma síntese elaborada no local a partir das conclusões dos workshops. Ela destaca seis ideias-força:

1. «Refundar a educação a todos os níveis.
2. Construir economias africanas enraizadas e inclusivas, baseadas nas dinâmicas locais e nos territórios.
3. Conceber um modelo e percursos de desenvolvimento que combinem enraizamento, abertura e visão de futuro.
4. Desenvolver uma abordagem de parceria multilateral para a co-construção de um desenvolvimento inclusivo.
5. Praticar uma governação da economia atenta às ligações e interdependências entre os diferentes níveis territoriais.
6. Elaborar um quadro jurídico e político claro e fiável que favoreça o desenvolvimento e garanta todas as seguranças.

Mais uma vez, estamos longe dos preceitos da «boa governação» que fazem da possibilidade de investimento das empresas internacionais o alfa e o ómega do desenvolvimento. Mas isso não significa que se negue, como mostra a sexta ideia-força, a necessidade de remediar a insegurança jurídica, indissociável da corrupção na justiça, que freia as parcerias com empresas estrangeiras. A conferência chegará mesmo a recomendar a criação de um quadro jurídico regional para o direito dos investimentos. É de salientar também a ênfase dada à educação. Muitos sistemas nacionais, desde o ensino básico até à universidade, afastam os jovens africanos da sua cultura e das práticas empresariais. A leitura das propostas para cada um dos seis capítulos da síntese revela uma profundidade de reflexão incontestável. O desafio, evidentemente, é que essas propostas, para além dos participantes que as elaboraram, sejam traduzidas em ações. A sua publicação no site da ARGA, amplamente consultado na época porque a frequência das suas atualizações permitia uma boa referência nos motores de busca, é um passo significativo, mas insuficiente, tendo em conta a amplitude das reformas que a sua implementação implicaria. É o limite da JAGA e, mais amplamente, da ARGA... e da fundação.

Em 2015, a crise no Mali procura uma saída com os acordos de Argel⁷³⁸ entre o governo maliano e os independentistas. Mais uma vez, é Ousmane Sy quem está no comando, mas sem muitas ilusões⁷³⁹:

«A mediação internacional foi presidida pela Argélia, com um primeiro círculo formado pela Mauritânia, Burkina Faso e Níger, um segundo círculo formado pela CEDEAO, um terceiro círculo formado pela União Africana e um quarto círculo formado pela UE, EUA, ONU e OCI, que conduziu as negociações entre as partes em conflito. A contribuição do governo do Mali para a redação do acordo de Argel foi escrita por Ousmane, membro da delegação do Mali, e sua equipa.»

Foi acordado entre o Presidente Ibrahim Boubacar Keita e a mediação internacional, presidida pela Argélia, que seriam os mediadores, com a MINUSMA/ONU como redatores, que redigiriam o documento do Acordo para a paz e a reconciliação no Mali. Assim, a comunidade internacional, encarregada de acompanhar a implementação do acordo, será a sua garante. Ousmane, que tinha aceitado entrar no governo com a promessa de uma vontade de mudança, acabou por se retirar quando viu que nada era possível. As autoridades malianas não tiveram a coragem de levar a cabo o projeto de refundação preparado, nem de defender perante a opinião pública o acordo negociado em Argel. Para a implementação do acordo de paz e reconciliação negociado em Argel, havia três pontos em que a ARGA podia agir:

1. A organização do debate público (apoiando-se no FMA) com a 2.^a etapa do FMA.
2. A regionalização: revitalizar os territórios.
3. A mobilização de recursos para financiar o desenvolvimento. O acordo retoma os 30% da ajuda destinada ao desenvolvimento local [que tinham sido propostos na estratégia de saída da crise do Mali.

Mais uma vez, nem as autoridades malianas, nem os parceiros internacionais, que exercem uma tutela de facto, aproveitarão estas oportunidades. Todos sabem bem que não existe uma solução apenas militar para a crise em curso no Mali, mas as autoridades não saberão tirar as consequências disso. Os compromissos assumidos em Argel cairão gradualmente no esquecimento e só em 2024 é que a junta no poder em Bamako se retirará oficialmente. A história repetir-se-á.

Após 2015, com a redução do financiamento e a dificuldade da equipa em renovar-se e garantir um verdadeiro apoio político à ARGA, como o primeiro Comité de Iniciativa tinha conseguido fazer, foi necessário renunciar às duas últimas Jornadas Africanas da Governação Africana. Em 2016, um documento destinado a angariar financiamento traça um retrato dos pontos fortes e fracos da ARGA⁷⁴⁰:

⁷³⁸ O Acordo de Argel, oficialmente denominado Acordo para a Paz e a Reconciliação no Mali, é um acordo que visa pôr fim à Guerra do Mali, assinado em 15 de maio e 20 de junho de 2015 em Bamako — após negociações conduzidas em Argel — entre a República do Mali e a Coordenação dos Movimentos do Azawad

⁷³⁹ FDS PIC 50 - junho de 2015 - Perspectivas para África, para a ARGA, para a IRG. A COP21; Africités; formação em governação territorial; saída da crise no Mali

«Foi nomeadamente através do seu sítio web que a Aliança adquiriu a sua notoriedade atual. Com efeito, não se trata de um sítio institucional, mas sim de um sítio de recursos (www.afrique-gouvernance.net) onde se podem encontrar mais de 3000 documentos, em particular cerca de 1400 fichas de experiências e 1000 documentos de reflexão ou propostas. O site reúne mais de 400 fichas de organizações e a rede da Aliança conta com mais de 5000 pessoas. Isto não é fruto do acaso. As fichas de experiências refletem a preocupação de partir de tudo o que é inventado em África, na maioria das vezes a nível local, e são contribuições das sociedades para a construção de uma governação na qual se reconhecem. Os documentos, por sua vez, ilustram a atenção da Aliança ao que vem de fora e a sua capacidade de, passo a passo, elaborar com os atores propostas para o futuro. Entre elas figuram, nomeadamente, as propostas coletivas resultantes de múltiplos diálogos. Elas refletem a vontade de ligar experiências no terreno, investigação universitária e propostas. O trabalho com diferentes atores, a recolha fiel das suas palavras e pontos de vista levou ainda a Aliança a desenvolver métodos de inteligência coletiva com o objetivo de facilitar o diálogo e identificar perspetivas comuns a partir de uma diversidade de pontos de vista. Essas ferramentas, baseadas na análise das relações entre as questões por meio de «desmogramas» ou representações das ligações (desmos significa em grego: a ligação), são utilizadas em contextos variados, desde uma mesa de concertação entre os partidos políticos no Togo até a elaboração de propostas comuns. Elas são amplamente divulgadas dentro da Aliança. Romper com relações sem futuro, que se sucedem ao sabor do financiamento de projetos, a Aliança teve a vontade de construir, desde o início, uma memória coletiva, mostrando a evolução do pensamento, a sua capacidade de mobilizar a sociedade em situações concretas, sem esconder os limites desse esforço, a lentidão das evoluções, os impasses nas propostas.»

O texto descreve bem a perenidade das conquistas da Aliança, cujos membros puderam desempenhar um papel significativo no Togo ou na Costa do Marfim, mas o cansaço está presente. Em 2018, Assane M'Baye, que mantinha a sua cátedra na Universidade e, por isso, dedicava apenas parte do seu tempo à ARGA, adoeceu. A liderança enfraqueceu. As ligações entre a ARGA e a fundação enfraqueceram. O Conselho da Fundação delega um dos seus membros, Jean Richard, para fazer o balanço da parceria por ocasião da AG da ARGA. Mas, num novo golpe duro, o muito dinâmico animador dos jovens da ARGA no Mali, que tinha organizado, no âmbito do Fórum Multi-Atores (FMA), encontros locais em diferentes regiões do Mali, morre num acidente de carro⁷⁴¹:

«A morte de Ambroise Dakouo desestabilizou a ARGA Mali, pois ele era o seu coordenador. Autor, nomeadamente, de um relatório sobre o setor da segurança no Mali, reconhecido pelos atores oficiais. Começou a sua vida profissional na ARGA, aos 23 anos, como estagiário no âmbito do seu mestrado, e morreu aos 35 anos num acidente de viação, deixando para trás uma família. A próxima reunião (AG) da ARGA terá lugar em Bamako, em fevereiro de 2019. Estão previstas: representações dos grupos da Costa do Marfim, Burkina Faso, Senegal (equipa de recursos e local: cerca de 6 pessoas), Mali (uma participação alargada para garantir a consolidação após a morte de Ambroise) e Karine Goasmat (de França). Estão previstas cerca de 20 pessoas.

⁷⁴⁰ BIP-PIC 82 - janeiro de 2016 - A Aliança para a Refundação da Governança em África (ARGA): uma plataforma sustentável e métodos comprovados ao serviço da refundação das sociedades e da governança em África

⁷⁴¹ FDS 29569 - 26 de novembro de 2018 - Skype com Assane Mbaye e Sidiki Daff: ponto sobre a ARGA e preparação da Missão de Jean Richard em 2019

Note-se que o âmbito da ARGA se reduziu ao espaço francófono e à África Ocidental. O entusiasmo da JAGA esmoreceu. Com base num relatório positivo de Jean Richard, o apoio da Fundação à ARGA continuará por mais três ou quatro anos, mas a fé já não existe, nem de um lado nem do outro. Com a doença de Assane, os contactos tornaram-se muito esporádicos. É o que constata Matthieu Calame em 2022, ao observar a mudança radical de contexto⁷⁴² e a ausência de relações entre a ARGA e a fundação⁷⁴³:

«Após 18 meses de silêncio, Assane M'Baye, coordenador regional da ARGA, manifestou-se durante uma estadia em Paris por motivos de saúde. O fim da França-África já não suscita dúvidas para os atores locais, mas este fim de época é instável, perigoso e incerto, mesmo que inevitável. O Mali está agora fechado e a ARGA tem muito pouco contacto com os atores locais, enquanto a situação se deteriora no Burkina Faso e no Níger. A zona das três fronteiras está fora do controlo do Estado. Os islamistas cobram impostos, assumem o controlo das escolas, da saúde e da segurança. A China, a Rússia e a Índia estão muito presentes, atraídas pelos recursos naturais. Os regimes em vigor abrem todas as comportas para a exploração dos recursos, e ninguém fala mais seriamente em transição ecológica.»

A rica posteridade da ARGA

Fim de uma era e fim da ARGA? Tanto o governo do Mali como o governo francês ou a União Europeia não souberam, com os meios de influência que lhes eram próprios, comprometer-se de forma duradoura com a refundação da governação. Em 2025, a França foi expulsa. Regimes militares instalaram-se no Mali, no Burkina Faso e no Níger. A pressão jihadista faz-se sentir no Benim e até no Senegal.

Chegará um dia em que será necessário retomar o fio da história e constatar que a presença russa agrava a situação, multiplicando as exações. Chegará um dia em que os regimes militares, que se impuseram através de golpes de Estado em nome da sua capacidade de restabelecer a segurança, entrarão por sua vez em colapso, incapazes de cumprir as suas promessas. Então, perceber-se-á que a filosofia e as propostas da ARGA para refundar as sociedades, a governação e a economia no Sahel continuam perfeitamente atuais, tal como continua atual a estratégia de saída da crise do Mali em 2013; que a África não tem outra escolha senão aquela que a ARGA defendia desde a sua origem: projetar-se no futuro e num mundo interdependente, sem renegar as suas raízes no passado, que é o segredo do desenvolvimento para todos os povos. Assim, também se perceberá que as 1600 fichas de experiências, apesar da sua antiguidade, serão fontes de reflexão e exemplos para uma governação atenta ao que emerge dos seus territórios e preocupada com uma parceria entre os atores. É todo o desafio de manter vivo este site web que merece bem o seu nome de «site

⁷⁴² O golpe de Estado de 2021 no Mali começa a 24 de maio de 2021, quando o exército maliano detém o presidente do país, Bah N'Daw, o primeiro-ministro, Moctar Ouane, e o ministro da Defesa designado, Souleymane Doucouré. No dia seguinte à operação, o vice-presidente Assimi Goïta anunciou que assumiu o poder e destituiu o executivo. Este é o segundo golpe de Estado no país em menos de um ano, após o de 2020.

⁷⁴³ FDS 31165 - março de 2022 - Notícias da ARGA. Contexto instável na África Ocidental - a atividade da ARGA - A posição da FPH

de recursos». A aventura da ARGA teve um início. Teve um fim, como todas as aventuras humanas.

Jean Monnet dizia: *«Os homens passam, outros virão para nos substituir. O que podemos deixar-lhes não será a nossa experiência pessoal, que desaparecerá connosco; o que podemos deixar-lhes são instituições. A vida das instituições é mais longa do que a dos homens e, se forem bem construídas, as instituições podem acumular e transmitir a sabedoria das gerações sucessivas.»*. As instituições dos Estados africanos, longe de acumular e transmitir a sabedoria das gerações sucessivas, foram impostas às sociedades, obliterando, pelo contrário, essa sabedoria. A União Africana, por seu lado, não foi a instituição capaz de consolidar e implementar as propostas da Aliança. Esta não teve nem a força nem o desejo de se transformar numa instituição. A história do Instituto Africano de Governação ilustra, pelo contrário, a inutilidade da criação de instituições, na esperança de que estas dêem origem a um projeto. É, portanto, a acumulação de sabedoria que o site representa que servirá para transmitir as esperanças e as perspectivas encarnadas pela ARGA. Caberá um dia à nova geração vir aqui buscar inspiração.

5.3 – Um espaço público europeu de debate sobre o futuro dos territórios rurais

Pensamos que é necessário ajudar à emergência de um espaço público de debate à escala europeia que poderia, por exemplo, concretizar-se, numa primeira fase, através da criação de um painel de cidadãos europeus sobre a ruralidade⁷⁴⁴ :

«Tendo em conta o fosso que existe entre cidadãos, especialistas e decisores, afigura-se necessário conceber e criar espaços de debate público baseados, entre outros, nas instâncias regionais (em França, os Conselhos Regionais) de cada país. Dedicados a temas de interesse europeu e permitindo um processo de reflexão entre cidadãos, responsáveis políticos, especialistas, pessoas-recurso e grupos interessados, esses espaços podem contribuir para a expressão informada da opinião pública europeia. Por exemplo, a construção da União Europeia implica questões inegáveis sobre o futuro dos territórios rurais e o futuro da atividade agrícola e alimentar, temas que interessam tanto aos profissionais destes setores como aos cidadãos-consumidores. A criação de um painel de cidadãos europeus sobre a ruralidade poderia corresponder a uma primeira concretização desta ideia e servir de modelo para a criação de um verdadeiro espaço público europeu de discussão sobre outras questões. Esta iniciativa, já experimentada no passado a nível nacional em alguns países, será implementada pela primeira vez a nível europeu.»

Em consonância com a nossa conceção de governação a vários níveis, estamos a conceber um dispositivo em duas etapas: painéis regionais em algumas regiões da Europa; e, em seguida, a sua reunião em Bruxelas.

⁷⁴⁴ Ficha orçamental 27 - 11 de maio de 2004 - Criar um espaço público europeu de debate sobre o futuro das zonas rurais, a evolução das políticas europeias e o modelo de desenvolvimento agrícola e alimentar

Desde o início, manifestamos a vontade de não sermos os líderes da operação e prevemos confiar esse papel à Fundação para as Gerações Futuras, FGF⁷⁴⁵:

«Matthieu Calame: para que um painel de cidadãos faça sentido, são necessários «candidatos», um poder político que se declare disposto a ter em conta as conclusões do painel e «especialistas militantes». Com as teses que defendemos, somos parte integrante da terceira vertente, enquanto a FGF se posiciona como especialista no método. Para montar uma operação desse tipo à escala europeia, será necessário negociar o método nas diferentes sub-regiões. Além disso, a FPH traz a experiência e a reputação que lhe conferiu a avaliação da cooperação UE-ACP. É preciso preparar o terreno, mas não implementar o dispositivo antes de obter os acordos políticos europeus.»

Em março de 2004, avaliamos bem os desafios⁷⁴⁶. O princípio básico dos painéis de cidadãos é que os parceiros do método não são parceiros do conteúdo, pois devem ser neutros em relação aos debates. É isso que permitirá a divisão de tarefas entre a FGF e a fundação. No que nos diz respeito, estamos muito empenhados na questão rural, tanto através da Bergerie como através do programa Agricultura camponesa e modernização (APM) e do debate sobre os OGM. Além disso, há muito tempo que a fundação sublinha a necessidade de toda a sociedade se apropriar das questões da alimentação, do modelo agrícola, da água e, portanto, da questão da ruralidade, sob pena de estas serem deixadas nas mãos dos lobbies da agricultura produtivista, da química e da agroalimentar.

O precedente do encontro de Valência em 1999

Já em 1999, organizámos em Valência, Espanha, um primeiro encontro europeu sobre os temas: «Que território? Que alimentação? Que agricultura para a Europa⁷⁴⁷?», partindo da ideia de que estas questões diziam respeito a toda a sociedade. Como salientou Matthieu Calame:

«Os diferentes documentos, produzidos antes do encontro de Valência, demonstram por que razão a Política Agrícola Comum é uma política obsoleta, que não deve ser reformada, mas substituída por uma política territorial coerente, um novo pilar para a construção da Europa. Mostram também que esta mudança de perspetivas implica uma mudança das partes interessadas, incluindo na mesa redonda todos os utilizadores do território e não apenas os agricultores, por mais progressistas que sejam.»

Naquela época, os painéis ainda não tinham adquirido a credibilidade que têm em 2025 e,

⁷⁴⁵ FDS 21124 - dezembro de 2003 - Uma conferência de cidadãos europeus sobre o futuro das zonas rurais e a alimentação. O lugar da FGF no processo

⁷⁴⁶ FDS 21315 - março de 2004 - Painel europeu sobre o futuro do espaço rural europeu. Apresentação do documento de referência intermédio

⁷⁴⁷ BIP 2257 - novembro de 1998 - Por um processo cidadão na elaboração de uma política europeia dos territórios e da alimentação. Compilação de textos preparatórios para o encontro de Valência em 1999 sobre os temas: Que território? Que alimentação? Que agricultura para a Europa?

dentro da própria equipa da fundação, aqueles que há muito animavam redes de agricultores comprometeram-se com relutância, ridicularizando a ideia de que «uma dona de casa austríaca de cinquenta anos tivesse algo a dizer sobre estas questões altamente técnicas». Mas nós mantivemos a nossa posição e defendemos, pelo contrário, a ideia de que a qualidade de uma plataforma de informação e a clareza das questões em debate permitiam que os «simples cidadãos» se apropriassem de questões consideradas complexas. Foi isso que defendemos alguns anos mais tarde, ao lado da associação Sciences citoyennes, para promover as «conferências de consenso» sobre temas como os OGM. Pois, explicava Matthieu Calame, as sucessivas reformas da Política Agrícola Comum (PAC), que ainda no final do século^{xx} absorvia metade do orçamento da Europa, continuavam a ser prolongamentos da Conferência de Stresa⁷⁴⁸, em 1958, que lançou as bases desta política:

«Seria ilusório — seria mesmo um contrasenso — desejar envolver diretamente os cidadãos num debate sobre a PAC, debate cuja natureza técnica mascara a necessidade de refundar politicamente o pensamento europeu sobre a gestão do espaço rural. Com efeito, a legitimidade política da PAC atual depende em grande medida das conclusões da conferência de Stresa em 1958. Na altura, o sentido político da PAC (autossuficiência alimentar da Europa dos seis e promoção social dos agricultores) era claro. Desde então, sem questionar profundamente esta orientação, os debates sobre as orientações da PAC têm sido conduzidos à porta fechada pelos profissionais do setor, pelas instâncias europeias e pelos Estados, e centrados nos objetivos definidos em Stresa, o que poderíamos chamar de um debate sobre a oferta (os profissionais do setor). No entanto, em quarenta anos, foi a própria procura (os fundamentos políticos e sociais da PAC) que mudou radicalmente. É, portanto, tempo de inverter a abordagem, de deixar de abordar a PAC pensando nas necessidades da oferta (os profissionais do setor) para partir das necessidades da procura: as exigências sociais, agora em sua imensa maioria urbanas, em relação ao espaço rural. É de uma nova Stresa que a Europa precisa.»

A conferência de Valência, organizada por nossa iniciativa, pretendeu ser uma experiência do que poderia ser um verdadeiro debate europeu a partir das aspirações e necessidades da sociedade europeia, em sua grande maioria urbana. Concluiu-se com uma declaração convidando a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu a organizar um verdadeiro debate democrático sobre o futuro dos espaços rurais⁷⁴⁹. A abordagem da fundação inscreve-se, portanto, na convicção que há muito expressa, e da qual Matthieu Calame é o porta-voz: é necessário substituir a PAC por uma política dos territórios rurais, mas isso não será possível enquanto as negociações europeias sobre o assunto forem preemptadas pelos lobbies agrícolas. A meio caminho entre o encontro de Valência e a organização do painel europeu, é o que recorda uma nota de 2001⁷⁵⁰, «Regresso a Cork: elementos para passar da política agrícola a uma política territorial»:

«Uma reforma da PAC representa uma operação arriscada, uma vez que esta política é vista

⁷⁴⁸ A política agrícola comum é uma política implementada à escala da União Europeia. Originalmente, baseava-se principalmente em medidas de controlo de preços e subsídios, com o objetivo de modernizar e desenvolver a agricultura. É gerida pela Direção-Geral «Agricultura e Desenvolvimento Rural» da Comissão Europeia. Ao longo das décadas, este instrumento sofreu inúmeras reformas para se adaptar aos desafios económicos, sociais e ambientais

⁷⁴⁹ BIP 3137 - dezembro de 1999 - Declaração de Valência: Que campos, que alimentação, que agricultura? Apelo a um debate democrático pan-europeu

pelos agricultores como a sua política: uma política para os agricultores pelos agricultores. Como se pôde ver, nomeadamente durante a cimeira de Cork, o projeto da Comissão foi rejeitado sobretudo porque a Comissão tinha apenas os lobbies agrícolas como interlocutores.»

No entanto, o discurso sobre a multifuncionalidade da agricultura é, em nossa opinião, um truque para justificar o tratamento preferencial das atividades agrícolas em relação a outras atividades de manutenção dos territórios rurais:

«Nos últimos anos, e na tentativa de responder às críticas veementes ao modelo de agricultura produtivista, desenvolveu-se o conceito de agricultura multifuncional. Este conceito destaca os serviços que a agricultura presta, ou poderia prestar, e que justificariam a manutenção do apoio à agricultura. [...] Mas os novos serviços que a agricultura deve prestar, e em nome dos quais merece ser remunerada, não lhe são exclusivos. A floresta, o turismo rural, muitas outras atividades económicas e muitas outras estruturas jurídicas (associações, empresas não agrícolas, etc.) prestam, por vezes muito melhor, esses mesmos serviços sem serem objeto de atenção específica.»

Uma dupla renovação: a da Política Agrícola Comum e a do debate democrático

Na sequência da conferência de Valência, vemos apenas uma maneira de sair do impasse: que a política dos territórios rurais seja objeto de um debate cidadão que envolva um painel representativo de toda a população e não apenas as organizações agrícolas.

A iniciativa que tomámos em 2004 insere-se nesta perspetiva. Compreendemos que as instituições europeias ainda não estão preparadas para organizar um debate democrático deste tipo. Esta dificuldade das instituições em repensar o software que as fundou está presente em todos os domínios, a começar pelo facto de a União Europeia, a partir de 1954 e do fracasso da Comunidade Europeia de Defesa (CED), se construiu com base na unificação do mercado europeu, dando origem a um integrismo de mercado que fez da Europa, quando o mercado mundial se unificou, o ponto fraco da globalização, incapaz de conceber uma política industrial face aos campeões mundiais que os EUA e a China se tornaram.

O grande avanço que aqui vislumbramos, e cujo teste será conclusivo, é conceber desta vez um verdadeiro painel de cidadãos europeus que trabalhe em duas etapas: uma etapa regional e uma etapa europeia. A iniciativa está, portanto, na encruzilhada de dois esforços para renovar a União Europeia: reconhecer o valor dos processos deliberativos, meio de devolver aos cidadãos o controlo sobre as políticas europeias; promover uma abordagem diferente das zonas rurais, passando de uma política agrícola para uma política territorial. A fundação apoia-se na FGF para separar claramente estes dois esforços. A FGF encarrega-se da primeira inovação, no âmbito de uma dinâmica coletiva de fundações europeias para promover a democracia deliberativa. Por seu lado, a fundação procura construir uma coligação para se

⁷⁵⁰ BIP 719 - outubro de 2001 - Regresso a Cork: elementos para passar da política agrícola para uma política territorial. Da Política Agrícola Comum à Política Rural de Iniciativa Comunitária, da agricultura ao território, tal era o projeto da conferência abortada de Cork em 1996. Análise de uma mudança indispensável a partir da experiência de gestão sustentável da FPH com a quinta da Bergerie

encarregar da segunda⁷⁵¹.

Os desafios não são pequenos. Encontrar uma coligação de fundações que vejam na iniciativa um ponto de aplicação da democracia deliberativa; encontrar regiões europeias dispostas a comprometer-se na primeira etapa, a dos painéis regionais; despertar o interesse das instituições europeias pela iniciativa. Os primeiros passos são encorajadores⁷⁵²:

«A fase exploratória do painel foi essencial para conferir credibilidade. O desafio consiste em envolver as fundações (financeiramente), reunir competências e demonstrar que temos a capacidade de abrir um novo campo de reflexão. Sentimento de que o projeto suscita muito entusiasmo e interesse [...]. Sinto também que a dimensão da ambição cria apreensão, pois o tema abordado é realmente controverso, nomeadamente a ideia de trabalhar numa escala transnacional, o que não é habitual. [...] As regiões da Valónia e de Bruxelas-Capital (com as incertezas próprias da política) estão muito interessadas na dialética regional europeia e dispostas a investir financeiramente. Para Bruxelas, grande interesse pela relação cidade-campo. Na Holanda, hipótese de contacto com o Ministério do Ambiente. Em Rhône Alpes, dois contactos. Espanha (Aragão), Itália, Irlanda. Rhône Alpes está geminada com a Catalunha, Bade Wurttemberg e Lombardia.

Trata-se também de convencer, além da FGF e da Fundação Bernheim, com as quais a nossa fundação trabalha regularmente, a Fundação Rei Balduino, que está muito empenhada na democracia deliberativa e lhe dedica meios substanciais (incluindo três pessoas a tempo inteiro).

A clareza do projeto e a persistência compensam. Em agosto de 2005, graças à contratação pela fundação de Betty N'Guyen para se dedicar inteiramente a este projeto e à mobilização da FGF (Benoît Derenne e Tanguy Vanloqueren), progredimos em todas as frentes: encontrar regiões interessadas em organizar um painel de cidadãos que elas cofinanciarão, encontrar fundações para apoiar o projeto conosco, despertar o interesse das instituições europeias⁷⁵³. Acabaremos por formar um consórcio de dez fundações, dialogaremos com uma dúzia de regiões europeias, com ideias muito surpreendentes, como um painel que abrange a Irlanda do Norte e a Irlanda do Sul, que irá efetivamente avançar. O crédito que adquirimos junto do Comité das Regiões Europeias é-nos de grande ajuda, como também se viu no Fórum China Europa.

O mesmo interesse existe por parte das próprias instituições europeias. O Comité das Regiões acolherá o painel europeu nas suas instalações e disponibilizará tradução simultânea em quatro línguas. A vice-presidente da Comissão, responsável pela comunicação, está a pensar incluir os painéis de cidadãos no seu livro branco sobre a democracia. O departamento da Sociedade Civil da Direção-Geral da Educação e Cultura está interessado. O presidente da

⁷⁵¹ BIP 2611 - outubro de 2004 - Alimentação, território, painel europeu e FGF, qual a estratégia para a fundação?

⁷⁵² FDS 21874 - outubro de 2004 - O estado de avanço da implementação do painel europeu de cidadãos. Foi acordado que os recursos da FPH seriam dedicados não ao painel, mas à reunião das condições políticas, técnicas e financeiras para que o painel se realizasse a partir de 2005. O eco começa a ser positivo nestes três planos. É preciso continuar

⁷⁵³ FDS 22515 - setembro de 2005 - Ponto sobre a organização do painel europeu em finais de agosto de 2005. Boletim informativo redigido por Betty Nguyen e a FGF

Comissão da Agricultura e Desenvolvimento Sustentável do Parlamento Europeu, Joseph Daul, também. A única reticência vem da Direção-Geral da Agricultura da Comissão: a iniciativa interessa-lhe, mas «*o seu projeto de reforma da política rural acaba de ser concluído e está a ser submetido aos Estados-Membros*. Infelizmente, dá grande destaque à multifuncionalidade da agricultura, cujos limites já foram referidos. Em suma, as condições estabelecidas no início de 2004 estão a ser reunidas uma a uma.

Apesar das circunstâncias desfavoráveis, a nossa proposta beneficiou do crescente interesse por novos processos participativos, face ao desencanto, muito sensível nessa época, em relação à democracia. Conscientes de que esta aventura seria rica em ensinamentos, decidimos manter um registo preciso do processo, com os seus sucessos e fracassos, convencidos de que isso seria, tanto quanto as próprias conclusões do painel, um ganho duradouro do processo. Decisão tomada no início de 2006⁷⁵⁴. Pierre Yves Guiheneuf⁷⁵⁵, outro velho amigo da Fundação, foi encarregado de redigir esta crónica, que será publicada pela ECLM, «Crónica de uma conferência de cidadãos»⁷⁵⁶:

«As conferências de cidadãos decorreram entre maio de 2006 e abril de 2007 em regiões de França, Bélgica, Reino Unido, Irlanda, Países Baixos, Suíça, Alemanha, Eslováquia e Hungria. Depois de mobilizarem várias dezenas de europeus para refletir sobre o futuro do mundo rural, elas continuaram com um trabalho coletivo em Bruxelas, que resultou na redação de um relatório destinado às instituições europeias. Como podem simples cidadãos, leigos, dar aos políticos uma opinião sobre as orientações a seguir? É esta aventura, inscrita num longo processo de investigação e experimentação, que é aqui relatada. »

Pierre Yves Guiheneuf recorda as três inovações desta experiência. Em primeiro lugar, foi a primeira vez que se experimentou um processo participativo a dois níveis:

«Foi a primeira vez que um dispositivo desta envergadura foi concebido, com uma dimensão simultaneamente europeia e regional. Mobilizou instituições comunitárias, coletividades regionais, fundações, universidades, associações e mais de trezentos cidadãos originários de nove países.»

Em segundo lugar, levou a uma confrontação entre os métodos desta democracia deliberativa que estava a ser inventada um pouco por todo o lado:

«Esta experiência constituiu um laboratório inovador. De facto, foi uma oportunidade para confrontar, através da implementação e avaliação de um dispositivo comum, práticas e culturas diferentes da democracia participativa. Como se recrutam os participantes na Inglaterra, na Alemanha ou na Eslováquia? As etapas metodológicas são as mesmas na Irlanda e na Bélgica? O que diferencia uma conferência de cidadãos em França e na Holanda? Reunidos em torno de princípios comuns, mas desejosos de deixar margem suficiente para a expressão das diferenças nacionais, os responsáveis pelo projeto puderam assim conciliar diversas práticas.»

⁷⁵⁴ FDS 22789 - fevereiro de 2006 - Uma obra sobre os painéis europeus de cidadãos

⁷⁵⁵ Depois de ter sido consultor na área do diálogo territorial, mediador e garante, Pierre-Yves Guihéneuf foi redator-chefe da *démocratieS* e delegado-geral do Instituto de Concertação e Participação Cidadã (ICPC) até 2024

⁷⁵⁶ Crónica de uma conferência de cidadãos. Publicado em 2008, por Pierre-Yves Guihéneuf. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/chronique-d-une-conference-de-citoyens/

Por fim, na linha da conferência de Valência de 1999, ela tirou as questões tratadas do mundo agrícola, dando voz a uma diversidade de cidadãos:

«Existe um debate político sobre a ruralidade. Mas esta é provavelmente a primeira vez que cidadãos comuns, originários do campo e da cidade, agricultores e pessoas de outras categorias sociais, ativistas associativos e habitantes sem envolvimento na vida local se reúnem para confrontar os seus pontos de vista e elaborar uma posição comum sobre um tema como este.»

Por isso, as lições que se podem retirar vinte anos depois são muito numerosas. Basta mergulhar na obra para se aperceber disso. Este processo, que não exigia uma resposta imediata por parte da fundação, é muito representativo da forma como combinámos várias dimensões no cerne da nossa estratégia: a integração regional com o surgimento de um debate público europeu; a renovação da democracia; as condições para a renovação de um software administrativo e político controlado por forças sociais e lobbies, neste caso o software da PAC resultante da conferência de Stresa; os métodos de capitalização da experiência. Foi o capital intelectual e social da Fundação que permitiu esta experiência altamente improvável.

Se tivéssemos de reter algumas lições, seriam quatro. A primeira é a força potencial desta democracia deliberativa a dois níveis, regional e europeu, saltando resolutamente o nível nacional preemptado pelos lobbies, para fazer emergir um debate público europeu⁷⁵⁷. A segunda é que a base de informação disponibilizada aos cidadãos é fundamental para alimentar e, na prática, orientar os debates. Infelizmente, o site de recursos, criado para esta ocasião, também desapareceu, por falta de manutenção do nome de domínio. Era um trabalho enorme. Tinha sido delegado a terceiros. Mas a escolha das informações fornecidas e dos especialistas auditados no caso dos painéis regionais é uma dimensão crítica deste tipo de processo e não a alimentámos suficientemente. A terceira é que os métodos de animação, muito variáveis de um país para outro, teriam merecido um controlo mais rigoroso. A fundação não se atreveu a impor a utilização do software Desmodo, desenvolvido com Vincent Calame, mas este teria tido o mérito de garantir a rastreabilidade entre as contribuições dos membros do painel e a síntese feita pelos animadores. A quarta é que, em muitos aspetos, as propostas dos painéis regionais, mais enraizadas num contexto específico, são mais ricas do que a síntese à escala europeia. Uma política territorial obedece, evidentemente, ao princípio da subsidiariedade ativa: só se podem fixar à escala europeia grandes princípios orientadores, que devem depois ser adaptados a cada contexto.

⁷⁵⁷ Pierre Calame retomará essa ideia em 2016, propondo às instituições europeias, após o Brexit, a organização de uma Assembleia Europeia de Cidadãos concebida nesses mesmos dois níveis.

5.4 – Um banco internacional de experiências territoriais, CITEGO

O território, alicerce da governação: o desafio da transição de uma ideia para uma rede

O papel dos territórios na transição para sociedades sustentáveis impôs-se muito cedo no âmbito da Aliança para um Mundo Responsável e Solidário⁷⁵⁸. Desde 1999, a Fundação publica uma primeira compilação de experiências territoriais⁷⁵⁹, essencialmente francesas, organizada em torno de três temas: «inventar localmente formas alternativas de desenvolvimento»; «fazer evoluir a governança dos territórios»; «reinventar as ligações entre o local e o global». É preciso ir muito mais longe para conseguir partilhar as experiências e criar um verdadeiro movimento de pensamento. Pois, como muito bem diz o caderno de propostas da Aliança, publicado pela ECLM, a questão territorial leva a inverter o slogan popularizado pela Cimeira da Terra, «pensar globalmente e agir localmente», para «pensar localmente e agir localmente e globalmente».

As nossas primeiras tentativas já nos mostram que não será fácil fazer com que as diferentes redes que partilham a preocupação de valorizar o papel dos territórios na transição trabalhem em conjunto, e a ficha orçamental de 2004 reflete isso mesmo⁷⁶⁰:

«De 1997 a 2002, a fundação apoiou, no âmbito da Aliança para um mundo responsável, plural e solidário, o projeto Gestão integrada dos territórios. Do trabalho realizado neste contexto, mas também de outras ações conduzidas ou apoiadas pela fundação, surgiu uma convicção profunda: o território local é o espaço privilegiado para a invenção de novos modelos de desenvolvimento e novas formas de governação. Essa convicção explica também a atenção, acompanhada, em alguns casos, de apoio, que a fundação dedicou ao trabalho de muitas outras redes nacionais e internacionais de cidades e territórios que atuam no mesmo sentido. No entanto, revelou-se impossível construir, no âmbito do projeto da Aliança, uma rede internacional à altura das propostas apresentadas. Quanto às redes «externas» à fundação, elas revelam-se muito heterogêneas e demasiado compartimentadas para tender para esse objetivo. Consciente da impossibilidade de unificar essas diferentes redes num vasto movimento, a fundação gostaria de utilizar a metodologia das alianças cidadãs, que desenvolveu noutro contexto, para desencadear uma dinâmica coletiva no sentido de uma reforma da governação territorial. Tal aliança inter-redes, decididamente internacional e inter-meios, basear-se-á numa abordagem pragmática, respeitadora da autonomia e das especificidades de cada um, a fim de adotar dispositivos de trabalho comuns. Será, sem dúvida, um esforço de longo fôlego, exigindo um avanço passo a passo. A presente ação, no âmbito do orçamento 2004-2005, consistirá, para

⁷⁵⁸ Ver o parágrafo 6.1 da segunda parte: O território como alicerce da governação do futuro e o caderno de propostas da Aliança: «Pensar localmente para agir globalmente». Publicado em 2005, por Collectif
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/territoires/

⁷⁵⁹ Repensar os territórios. Publicado em 1999, por Ina Ranson. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/repenser-les-territoires/

⁷⁶⁰ Ficha orçamental 89 - 2004 - Criar uma aliança internacional de redes que trabalham por uma nova abordagem dos territórios. Considerando a divisão que persiste entre redes convencidas da importância dos territórios locais para a governança, a economia e o desenvolvimento sustentável, é importante inventar um dispositivo que permita reunir essas inteligências e esforços a nível internacional

a fundação, em iniciar trabalhos de reconhecimento prévios à construção desta aliança de redes. Concluída esta fase, tratar-se-á de apoiar-se nas dinâmicas autónomas de cada rede para as colocar em relação e, na medida do possível, fazê-las convergir.

É porque sabemos da dificuldade de fazer com que as diferentes redes trabalhem juntas que, em 2004, nos limitamos a esses «trabalhos de reconhecimento».

Nessa época, já existiam várias iniciativas internacionais bem estabelecidas. A mais antiga é a ICLEI «Local governments for sustainability»⁷⁶¹. Este «Conselho Internacional para Iniciativas Ecológicas Locais» é uma associação fundada em 1990 sob o patrocínio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. É responsável por implementar e apoiar projetos de desenvolvimento sustentável a nível municipal em todo o mundo. O seu objetivo é melhorar a situação ecológica global através da soma de todas as ações locais a favor do ambiente⁷⁶². Trata-se de uma rede que antecede em dois anos a Cimeira da Terra, mas que se insere na mesma corrente. Partilha experiências exclusivamente entre os seus membros. Em seguida, a Cimeira da Terra lançou as «Agendas 21 locais», que deveriam ser, sempre na lógica «pensar globalmente e agir localmente», a implementação a nível local das orientações resultantes da Cimeira. Desta vez, é a Carta de Aalborg⁷⁶³, adotada em 1994 pelos participantes da conferência europeia sobre cidades sustentáveis, que a encarna. Ela se apresenta como uma anti-carta de Atenas⁷⁶⁴, defendendo uma densidade e uma mistura de funções urbanas a serviço do desenvolvimento sustentável. Ela deu origem a uma «rede de cidades sustentáveis» que comemora os seus dez anos neste mesmo ano de 2004. Mas, assim como a ICLEI, essa rede não criou um site público para partilhar experiências.

A preocupação da fundação, ao lançar-se nesta aventura, é proceder a uma dupla superação: superar a ideia da Agenda 21, afirmando o papel motor dos territórios; superar o lado «clube privado» que caracterizava na época estas primeiras redes⁷⁶⁵:

«Os territórios estão chamados a tornar-se, no século XXI, a pedra angular da governação num sistema económico e social globalizado. É um dos paradoxos do nosso tempo que, no momento em que a revolução da informação e da comunicação parece abolir as distâncias, os territórios locais, em particular as cidades, longe de perderem a sua importância, se tornam mais do que nunca os locais e os níveis privilegiados da organização social, do desenvolvimento económico e da gestão das relações entre a humanidade e a biosfera. [...] [A declaração de Jonquières afirma

⁷⁶¹ Site da ICLEI: <https://iclei.org/>

⁷⁶² O ICLEI (Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais) é uma associação fundada em 1990 sob o patrocínio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, encarregada de implementar e apoiar projetos de desenvolvimento sustentável a nível municipal em todo o mundo. O seu objetivo é melhorar a situação ecológica global através da soma de todas as ações locais em favor do meio ambiente.

⁷⁶³ A Carta de Aalborg foi adotada pelos participantes da conferência europeia sobre cidades sustentáveis, realizada na cidade dinamarquesa de Aalborg, em 27 de maio de 1994. Ela se apresenta como uma anti-carta de Atenas, defendendo a densidade e a diversidade das funções urbanas a serviço do desenvolvimento sustentável.

⁷⁶⁴ A Carta de Atenas foi o resultado do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado durante uma viagem marítima entre Marselha e Atenas em 1933, sob a égide de Le Corbusier. O tema era «a cidade funcional». Urbanistas e arquitetos debateram uma expansão racional dos bairros modernos.

⁷⁶⁵ Ficha orçamental 89 - 11 de maio de 2004 - orçamento 2004-2005

que] o território local é o espaço privilegiado para inventar novos modelos de desenvolvimento e novas formas de governação, e que a relação entre o local e o global se organizará, cada vez menos, como uma matrisca encaixando diferentes níveis territoriais e, cada vez mais, por redes internacionais de territórios.»

Mesmo antes da elaboração da ficha orçamental de 2004, identificámos as três dificuldades que nos esperam: os intercâmbios, que se multiplicam, raramente se preocupam em dar forma às experiências que neles são debatidas; os ângulos de abordagem são inúmeros; as redes de autarquias locais proliferam, mas são muito compartimentadas e não se percebe muito bem quem poderia assumir a liderança para tentar fazer com que elas troquem entre si. Numa primeira fase, procurámos recolher as experiências durante colóquios e outros encontros, que também se multiplicam, utilizando a técnica dos «escritores públicos» desenvolvida com a rede DPH: aproveitar os encontros para realizar entrevistas com os oradores mais interessantes, a transformar em «ficha DPH». Por exemplo, em 2002, por ocasião dos Entretiens Internationaux de l'Aménagement et du Développement du Territoire (Encontros Internacionais de Ordenamento e Desenvolvimento do Território)⁷⁶⁶. Muitas cidades sonham, desde essa época, como a cidade de Genebra, em se posicionar como líderes desse novo movimento e tentamos convencê-las a adotar um dispositivo permanente de recolha das experiências em debate⁷⁶⁷:

«[A cidade sustentável] é um desafio complexo que deve adaptar-se à diversidade dos contextos e exige uma estratégia de partilha de experiências e de reflexão coletiva, conduzida a longo prazo. Nesta estratégia, a criação de sites de recursos interligados, estruturados de forma rigorosa em torno de um tesouro comum, está chamada a desempenhar um papel importante. Da mesma forma, a troca de experiências deve resultar em eixos estratégicos comuns, em conformidade com o princípio da subsidiariedade ativa. Com uma estratégia de preparação e um modo de gestão adequado do seu desenrolar, a Conferência de Genebra pode contribuir eficazmente para esta dinâmica coletiva e desempenhar um papel motor. É também a condição para que tenha hipóteses de se repetir nos anos seguintes.»

Tudo já está dito aqui. Na ausência dessa vontade, Genebra rapidamente desistirá desta conferência internacional anual... e, a fortiori, da criação de um site de recursos dedicado.

Outra via explorada é ajudar as instituições públicas, que dispõem de um poder de convocação e de meios financeiros superiores aos nossos, a criar a sua própria rede de intercâmbio de experiências⁷⁶⁸. Foi o que aconteceu, entre 1994 e 1997, com o Ministério do

⁷⁶⁶ BIP 906 - 2002 - Compilação de experiências durante os Encontros Internacionais de Ordenamento e Desenvolvimento do Território

⁷⁶⁷ BIP 2682 - dezembro de 2004 - Inscrever a Conferência Internacional de Genebra sobre cidades e desenvolvimento sustentável numa estratégia global que visa reforçar uma aliança internacional de territórios atores. O cantão de Genebra pretende organizar uma conferência internacional anual sobre o tema «cidades e desenvolvimento sustentável». Já existem numerosas iniciativas e redes neste domínio. Tal é plenamente justificado pela importância deste tema para o futuro. Mas é necessário que, pelo seu objeto, métodos, produtos e resultados, a Conferência de Genebra se inscreva numa estratégia global que valorize uma abordagem comum dos desafios, respeitando simultaneamente a identidade de cada um.

⁷⁶⁸ BIP 1211 - novembro de 2003 - Proposta: uma rede internacional de intercâmbio de experiências sobre a gestão integrada dos territórios. Proposta ao Ministério do Ambiente francês de um dispositivo plurianual de intercâmbio de experiências

Ambiente dirigido por Corinne Lepage. Fizemos-lhe uma proposta em três partes:

«A criação e animação de uma rede de experiências, com correspondentes regionais; a formação de mediadores no seio do Estado e das autarquias locais para a sua funcionamento; a organização de seminários de trabalho [...]. Das três partes da proposta, o Ministério acabou por aceitar apenas a primeira. Ano após ano, o processo de recolha de experiências através de fichas DPH continuou e deu origem a um site web no âmbito do Ministério do Ambiente».

Mas, na prática, esta iniciativa de recolha de experiências não sobreviverá à saída de Corinne Lepage do Ministério. Infelizmente, trata-se de um grande clássico da política: os ministros lançam iniciativas interessantes que só fazem sentido a longo prazo, mas que desaparecem com eles. A infelicidade repetir-se-á várias vezes ao longo das duas décadas seguintes. As instituições e as redes sabem muito bem organizar eventos, eventualmente lançar recolhas de experiências, mas revelam-se incapazes de um esforço de longo prazo.

A terceira via explorada foi incentivar redes temáticas, que trabalham num aspeto específico dos territórios, a dar forma à sua experiência e, numa segunda fase, tentar mutualizar as experiências das diferentes redes. Foi assim, por exemplo, que concebemos a recolha de experiências no âmbito de outra iniciativa apoiada pela fundação, a dos Pactos Locais para a Coesão Social e o Emprego⁷⁶⁹.

Quarta pista explorada, porque decididamente não desistimos da nossa ideia, é integrar esta compilação de experiências, mesmo que limitada em termos temáticos, em programas de formação, por exemplo, o das escolas de serviço social da Suíça romanda⁷⁷⁰:

«Seria ilusório pensar que a partilha de experiências ocorrerá naturalmente, pelo simples desejo de trocar ideias e trabalhar em rede, como uma espécie de «suplemento de alma» que não teria qualquer custo. Para que a iniciativa seja bem-sucedida, é indispensável que seja oficialmente colocada no centro da estratégia e da identidade das escolas, tanto em relação a elas mesmas como em relação às autoridades públicas que as financiam. Para isso, é necessário associar esta abordagem de partilha de experiências às quatro missões principais das escolas superiores: a formação inicial; a formação contínua; a investigação; a prestação de serviços aos municípios.»

Como sempre, temos sucesso em termos de reputação, mas o que propomos é demasiado inovador e difícil, porque ninguém percebe o rigor e o tempo que implica a simples formatação de uma experiência, para não falar do trabalho de capitalização. As dificuldades encontradas na década de 1980 pela fundação para implementar as primeiras compilações de experiências se repetem aqui, agravadas pelo fato de que uma experiência proveniente de um território envolve atores, especialmente políticos, mais preocupados com sua imagem do que

⁷⁶⁹ Alianças para territórios inovadores e solidários. Publicado em 2001, por Martine Muller. No site da ECLM: <https://www.eclm.fr/livre/des-alliances-pour-des-territoires-innovants-et-solidaires/>

⁷⁷⁰ BIP 3085 - novembro de 2006 - Construir a formação em serviço social a partir do intercâmbio de experiências e envolver a rede das Hautes Écoles Sociales romandes numa investigação cooperativa sobre a exclusão social, a governação e o território na sociedade suíça contemporânea. A nova coordenação entre as diferentes Escolas Superiores Sociais da Suíça romanda cria uma situação nova que pode ser propícia a uma profunda reorientação das perspetivas e dos métodos do trabalho social; para aproveitar plenamente esta oportunidade, talvez seja desejável colocar os sistemas de intercâmbio de experiências no centro do projeto comum

com uma análise rigorosa de sua ação e de seus limites.

Outra possibilidade: a parceria entre uma revista, neste caso a *Économie et Humanisme*, e uma rede⁷⁷¹, neste caso a Fundação para o Desenvolvimento Sustentável nas Regiões Montanhosas. Em 2007, também estamos em negociações com outra fundação interessada nos territórios montanhosos, criada pelo cantão do Valais⁷⁷². Mas nenhuma dessas estruturas tem solidez e credibilidade internacional suficientes para sustentar o site de recursos, tal como começamos a concebê-lo. Em 2004, sabíamos que o projeto seria difícil. Cada mês que passa confirma isso!

Uma nota de trabalho muito significativa, de setembro de 2008, recapitula a trajetória da fundação ao longo de vinte anos, observa a diversidade dos modos de entrada nos territórios e relembra as nossas contribuições em diferentes ocasiões⁷⁷³. O livro «Essai sur l'économie», publicado no ano seguinte pela ECLM⁷⁷⁴, recapitulará as nossas principais teses, muitas vezes construídas ao longo de intervenções: como um território pode tornar-se «ator»; por que razão uma sociedade sustentável só pode ser construída na intersecção de setores sustentáveis e territórios sustentáveis; o que é o metabolismo de um território e como representá-lo; por que razão é necessário avançar para equipas de profissionais dedicados a estas questões em cada território... A minha nota de setembro de 2008 descreve o que deve ser, devido à compartimentação das redes e dos modos de abordagem, a nossa própria estratégia. Nela constata-se a evolução da linguagem, uma vez constatada a impossibilidade de construir uma aliança cidadã com as diferentes redes. A estratégia tem duas vertentes: por um lado, estar presente no máximo de locais de debate para partilhar as nossas análises e propostas⁷⁷⁵; por outro lado, não desistir de promover um site de recursos para a partilha de experiências:

«Esta segunda vertente resulta de uma certa constatação de impotência, simbolizada pela teimosia, até agora pouco produtiva, em promover um site internacional de recursos sobre a gestão dos territórios. Nenhuma coletividade, considerada individualmente, tem o poder de convocação para criar tal site de recursos. A própria fundação não tem nem o poder de convocação nem a dimensão institucional para impô-lo sozinha. As grandes redes de cidades que teriam, pode-se dizer, a vocação natural para fazê-lo, em particular a CGLU, ainda não estão prontas para tomar a iniciativa. Devemos, por isso, considerar que este site de recursos sobre a gestão dos territórios e, em particular, sobre a gestão das grandes cidades, é uma quimera à qual devemos renunciar? Não creio [...]. Para nós, a troca de experiências entre os territórios não é

⁷⁷¹ BIP 3451 - setembro de 2007 - Territórios: um site de recursos a ser construído? Colaboração FPH - Economia & Humanismo - Fundação para o Desenvolvimento Sustentável em Regiões Montanhosas em torno da ideia de um site de recursos sobre os territórios

⁷⁷² FDS 23476 - março de 2007 - Valais-excellence: parceria para uma rede territorial. possibilidade de aliança com a *Économie et Humanisme* e a Valais excellence com vista a constituir uma aliança para os territórios em torno de um site de recursos

⁷⁷³ BIP 3749 - setembro de 2008 - Uma estratégia de longo prazo da fundação sobre os territórios

⁷⁷⁴ Ensaio sobre a economia. Publicado em 2009, por Pierre Calame. No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/essai-sur-l-oeconomie/

⁷⁷⁵ BIP 3842 - janeiro de 2009 - Território: dez palavras para o descrever. Apresentação na Conferência Nacional «Energia e Clima» das autarquias locais em França: como abordar os territórios com um novo olhar para que possam desempenhar o papel fundamental que lhes cabe na construção de uma sociedade sustentável. Um exemplo entre dezenas!

uma opção, é uma necessidade estratégica fundamental. Deparei-me, como uma mosca contra uma janela, com esta contradição radical entre a necessidade absoluta de implementar esta troca de experiências e a incapacidade de encontrar um promotor e gestores permanentes a longo prazo para construir esta troca de experiências. Daí decorre um elemento óbvio da nossa estratégia: basear-nos nos princípios da Coredem. Não esperar criar um único site de recursos no qual todos se reconheçam, mas continuar, ao longo de vinte anos, o esforço para convencer diferentes redes a formalizar as trocas de experiências que ocorrem no seu seio e a adotar normas mínimas de interoperabilidade, que permitam a todos que esses esforços se alimentem mutuamente.»

Esta nota é premonitória, uma vez que, desde 2024, promovemos a ideia de uma Comunidade de sites de recursos sobre os territórios e a transição (CORETET), cujas especificações são aqui descritas com precisão! Mas o caminho para lá chegar será muito longo. Era isso que prevíamos:

«Temos de nos dotar de paciência, visão a longo prazo e, depois, oportunismo, para suscitar todas as oportunidades de diálogo com as diferentes redes sobre a importância da concretização da troca de experiências, para as suas próprias necessidades, tentando posicionar-nos, ao mesmo tempo, como fornecedores de reflexões teóricas e fornecedores de métodos concretos para este trabalho de capitalização de experiências. A outra vertente da estratégia consiste em considerar que é necessário estar constantemente à descoberta de novas redes, por um lado, porque esta abordagem mais sistemática nunca foi levada a cabo, por outro, porque estas redes são muito numerosas e, por último, simplesmente porque todos os dias surgem novas redes.»

O roteiro é perfeitamente claro, mas, como diria o primeiro-ministro Raffarin, «a estrada é reta, mas a inclinação é íngreme».

Um ponto essencial que nos faz mudar de estratégia: após tantas tentativas infrutíferas, compreendemos que não encontraríamos um parceiro em condições de liderar este trabalho. A fundação terá de se encarregar disso ela própria. É o que ela vai fazer a partir de agora, sabendo que não dispõe internamente dos recursos humanos para o fazer. Resolver esta quadratura do círculo será a próxima tarefa. Nos anos 80, na primeira fase da Fundação, encarregámo-nos diretamente da criação do primeiro «banco de experiências», DPH, mas isso não podia ser a vocação duradoura da fundação e, rapidamente, transferimos essa responsabilidade para a RITIMO⁷⁷⁶, que possuía uma competência real em gestão da informação, pois essa era a sua vocação. E foi novamente com a RITIMO que, no início dos anos 2000, passámos de um simples site de recursos para uma comunidade de sites de recursos, a COREDEM.

Parece-nos que este é o caminho a seguir para os territórios e a transição. Mas a transição dos primórdios da DPH para a COREDEM levou quinze anos, e todos os membros da COREDEM são parceiros que a fundação ajudou a criar o seu site de recursos, com base num modelo uniforme. Neste caso, será necessário convencer as instituições e redes que têm a sua própria conceção de sites de recursos a adotar algumas regras comuns. Além disso, no caso dos territórios, antes de pensar numa comunidade de sites de recursos, era necessário dispor, da

⁷⁷⁶ Site da RITIMO: www.ritimo.org/

nossa parte, de uma base de experiências sobre os territórios e a sua governação, caso contrário, a nossa proposta de mutualização não teria qualquer hipótese de suscitar eco. Dirigir-se a uma instituição e a uma rede, qualquer que fosse, convidando-a a mutualizar as suas experiências num site ainda vazio, corria o risco de não ser muito convincente... E o nosso problema era complicado pela amplitude do «campo semântico», ou seja, pela imensa diversidade de temas possíveis a abordar, pois os territórios e a sua governação abrangem, por definição, todas as dimensões da sociedade e da transição. Responder a estes desafios levou-nos tempo. Por onde começar e com quem?

O nascimento do CITEGO no seio da Fundação

O ponto de partida foi a mobilização voluntária de dois dos meus antigos colegas do extinto Ministério do Equipamento dos anos 80, Claire Gillio e Régis Rioufol. Tendo permanecido ao serviço do Estado até à sua recente reforma, eles, ao contrário de mim, mantiveram os seus contactos no meio. Com eles, criámos um grupo tripartido para liderar a aventura: eles próprios, que estavam dispostos a dedicar tempo ao projeto, a RITIMO e as suas extensões operacionais, como o CEDIDELP⁷⁷⁷, que contribuíram com a metodologia, e o referente do programa na fundação, Julien Woessner. Inicialmente, ao reformar-me e mobilizar-me pelo Fórum China Europa, afastei-me, o que foi um erro, pois eu era o elo entre essas três categorias de pessoas e, na minha ausência, ninguém estava em condições de arbitrar em caso de divergências, o que era inevitável, dada a diversidade de opções possíveis para o processo que se iniciava.

O nome do futuro site foi escolhido em 2009: CITEGO, para Cidades - Territórios - Governança. É sob esta sigla que a aventura continuará a partir de agora. Ela destaca tanto o lugar das cidades, a abordagem geral dos territórios e a ênfase colocada nas questões de governança. O único arrependimento retrospectivo é que ele não valoriza o que está no centro da abordagem dos territórios pela fundação: o seu papel de «ator central na transição para sociedades sustentáveis». A nossa ideia é que é preciso «mergulhar de cabeça», independentemente do ângulo temático inicial, começando a alimentar o site, concebido de acordo com o modelo definido por Vincent Calame. Desde o início de 2009, Régis e Claire entram em contacto com os seus parceiros de trabalho recentes, em particular, o ecossistema de Lyon nos territórios, que inclui tanto a Agência de Urbanismo⁷⁷⁸, agências estatais como a CERTU⁷⁷⁹, grandes escolas e universidades. Para ir além das boas intenções sem futuro, é necessário definir um *modus operandi*. Este será o dos «dossiês temáticos». Definimos um formato financeiro para

⁷⁷⁷ Site do Centro de Documentação Internacional para o Desenvolvimento, as Liberdades e a Paz (CEDIDELP): <https://www.ritimo.org/Centre-de-Documentation-Internationale-pour-le-Developpement-les-Libertes-et-la-paix>

⁷⁷⁸ FDS 24931 - fevereiro de 2009 - Reunião realizada na Agência de Urbanismo de Lyon. Várias organizações sediadas em Lyon estão interessadas em participar na aventura do site Cité-Territoires-GOUvernance (CITEGO) e estão conscientes de que não valorizam devidamente as suas competências e experiência

⁷⁷⁹ FDS 24932 - dezembro de 2009 - Cooperação entre o CERTU e o site de recursos CITEGO (cidades, territórios, governança). Uma melhor valorização dos trabalhos do CERTU responde a um objetivo comum. Resta encontrar, a partir de um caso concreto, as modalidades de cooperação

assumir a realização de um conjunto, geralmente algumas dezenas, de fichas de casos centradas num tema específico. É a forma de avançar rapidamente para assinar convenções com organizações muito diversas. Ao longo dos anos, serão produzidos cerca de sessenta dossiês. Paralelamente, a RITIMO explora a base de dados DPH para integrar no CITEGO o que diz respeito aos nossos temas.

Com algumas organizações, a fundação dispõe de um elemento adicional de atratividade, a credibilidade que adquiriu sobre estes temas junto da Comissão Europeia e no âmbito do Fórum China Europa. Isso não é supérfluo, pois, caso contrário, a realização «técnica» de dossiês temáticos nem sempre é suficientemente atraente (os montantes das convenções são necessariamente limitados). É o caso, por exemplo, do programa de investigação URBACT da Comissão Europeia sobre as cidades⁷⁸⁰:

«Grande interesse de JL Drubigny em trabalhar com a Coredem e a equipa do site Citéx Territoires et Gouvernance (CITEGO). Estão a estruturar a sua própria base de dados online. Grande interesse também em participar no workshop «eco-bairros e cidade sustentável» do fórum China-Europa: procura avançar na definição do conceito de cidade sustentável e considera o diálogo com a China enriquecedor.»

Mas, ao longo dos anos, deparamo-nos com dois obstáculos que dificultam o progresso: cada organismo concebe, por conta própria, a disponibilização online dos seus recursos, o que dificulta a sua partilha; e a rotatividade dos responsáveis dentro de cada organismo obriga-nos a recriar, de cada vez, as relações pessoais sem as quais nada acontece.

Muito rapidamente, surge, no seio do comité de pilotagem do projeto, a questão das modalidades da sua governação⁷⁸¹, tema recorrente nos anos seguintes. Notamos a dificuldade em tirar os profissionais da sua zona de conforto:

«As instituições estão interessadas, mas todas dizem: os investigadores estão sob pressão e não farão nada fora [...]. R. Rioufol: senti que é uma questão de rede e de área temática. Cada um de nós comprometeu a sua credibilidade pessoal neste diálogo. Se não levássemos adiante, a FPH perderia a sua credibilidade.»

Os nossos voluntários já não têm uma posição institucional e, como muito bem diz Régis Rioufol, cada contacto estabelecido baseia-se, a partir daí, numa credibilidade pessoal que rapidamente se torna evanescente. Estes detalhes podem parecer supérfluos, mas ajudam a compreender a enorme quantidade de dificuldades a superar para criar um site de recursos que possa servir de referência. Em 2010, ainda estamos muito longe disso.

Todos os contactos estabelecidos mostram-nos que será impossível delegar a gestão desta aventura a uma instituição pré-existente:

«Por enquanto, tem de ser uma iniciativa não formal, com regras de governação. Oferecemos aos

⁷⁸⁰ FDS 24969 - fevereiro de 2010 - Entrevista com a Urbact: participação no CITEGO e no workshop sobre cidades sustentáveis do Fórum China Europa. Encontro com JL Drubigny, diretor da Urbact, e Ségolène Prévot, responsável pela capitalização de experiências

⁷⁸¹ FDS 25042 - março de 2010 - Princípio de governança do CITEGO e estabelecimento do orçamento previsional

potenciais parceiros uma diversidade de modalidades de cooperação.

Julien Woessner: tanto na URBA como no Ministério dos Negócios Estrangeiros, vemos que estamos a chegar a um momento em que a necessidade se manifesta em todos os lugares.»

A necessidade, sim, não temos dificuldade em convencer, mas, de forma estrutural, as instituições e as redes não sabem como fazer e não se dão os meios para o fazer! Ao longo dos anos, esta será a maldição da CITEGO. Apenas a tenacidade da fundação garantirá o resultado, não podemos contar senão com nós próprios. É, como vimos ao longo das histórias, uma das constantes da ação da fundação nesta terceira etapa da sua história: ela centra-se não no que existe, mas... no que falta e que nenhuma organização vem preencher. Por isso, seja em matéria de ética dos investigadores, de evolução do direito internacional, de diálogo entre as sociedades, de criação de um espaço de debate público europeu ou de renovação do pensamento sobre a governação ou a economia, teremos de tomar iniciativas, muitas vezes sem esperança de apoio institucional e financeiro.

O diálogo com a ICLEI, a mais antiga rede internacional sobre territórios e transição, é bastante significativo a este respeito⁷⁸²:

«O ICLEI tem uma rede de cidades alargada a nível mundial e trabalha essencialmente na animação desta rede: partilha de informações, criação de cursos de formação específicos, mobilizações em ações comuns, lobbying em encontros internacionais (por exemplo, COP). Lamentam não ter o financiamento necessário para tomar distância e realizar análises transversais sobre o que fazem. A FPH poderia proporcionar-lhes a disponibilidade para realizar tais análises, ancoradas no terreno, e beneficiar, em troca, da possibilidade de integrar a sua rede de coletividades aos outros parceiros da FPH. Se as próximas colaborações correrem bem, o ICLEI poderia passar de colaborador a importante promotor do CITEGO.»

Este intercâmbio é revelador das pistas de cooperação com certas redes internacionais. Estas centram-se na sua função de intercâmbio entre os seus membros e de defesa junto das grandes instituições. A parceria com a fundação interessa-lhes se alimentar a sua estratégia. A ajuda à capitalização, através de análises transversais⁷⁸³, é uma pista possível de cooperação. Voltaremos a este assunto.

Paralelamente, retoma-se uma velha ideia da Fundação, a do «atlas relacional do CITEGO⁷⁸⁴». Há já quinze anos que a Fundação, com os seus parceiros da DPH, está convencida de que os «tesauros clássicos» (dicionários de palavras-chave que servem para indexar um documento) são inadequados. Herdeiros das ferramentas de indexação das bibliotecas, eles são ramificados «em árvore», partindo de temas gerais que são detalhados progressivamente, mas sem que os ramos se cruzem, não refletindo, portanto, o carácter multidimensional das

⁷⁸² FDS 25324 - setembro de 2010 - Território: ICLEI, rede mundial de cidades, pode tornar-se um importante parceiro do site de recursos CITEGO. Visita ao escritório europeu da ICLEI na Alemanha

⁷⁸³ FDS 25464 - novembro de 2010 - Território e Rio +20: primeira reunião de trabalho para lançar a parceria ICLEI – CITEGO – FPH. 20 anos de experiências na implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável à escala local: que balanço? Que propostas para ir mais longe?

⁷⁸⁴ FDS 25496 - janeiro de 2011 - Atlas relacional do território, 2 reuniões de trabalho em novembro de 2010 e janeiro de 2011

questões tratadas. Ora, defendemos desde essa época que não é equivalente justapor dois descritores, por exemplo, «água» e «governança», ou criar um «governança da água», que é muito mais específico. Mas, em 2010, ainda não chegámos a uma concepção satisfatória desse «atlas relacional» que, na fundação, acabou por se tornar um mito. Em 2005, criámos, com os animadores de alguns sites de recursos, o «grupo de Epineuil», nome de uma aldeia da Borgonha onde nos reuníamos para avançar na concepção desse atlas⁷⁸⁵. A ideia, na época, era dotar todos os sites de recursos da COREDEM com essa ferramenta comum. O projeto foi abandonado, mas lançou bases duradouras, com a intuição de que poderíamos nos inspirar na nomenclatura da fundação, que tinha a mesma vocação de cruzar diferentes dimensões da ação. Este é um exemplo particularmente interessante da nossa abordagem a longo prazo: os fracassos num determinado momento não nos fazem perder a memória do que está em jogo, e podemos retomar o fio da meada mesmo após anos de estagnação.

As tensões na gestão do CITEGO, reflexo das divergências de concepção

Mais de 150 fichas de acompanhamento marcam a história do CITEGO, entre 2010 e 2015, algumas refletindo as trocas mensais no seio do «comité de pilotagem», outras os contactos com as organizações, redes, universidades ou centros de investigação associados à realização dos dossiês. Seria tão tedioso quanto inútil revê-las. No entanto, podemos destacar alguns pontos importantes. O comité de pilotagem está longe de ser um rio tranquilo. Os três tipos de membros do comité têm três níveis diferentes de legitimidade: os dois voluntários têm conhecimento do assunto e das redes ligadas ao Estado em França, os representantes da RITIMO têm competência técnica sobre os locais de recursos e a sua valorização, Julien Woessner tem a legitimidade de representante da fundação. Isso leva, na melhor das hipóteses, a uma boa complementaridade e, na pior, a divergências de pontos de vista e conflitos de poder. As escolhas a serem feitas são, de fato, numerosas, decorrentes da amplitude do assunto, da extrema diversidade de entradas possíveis e das prioridades finalmente atribuídas ao site. É necessário não só que seja rico em milhares de fichas, mas também que a navegação seja fácil, que as fichas possam interessar a uma grande diversidade de públicos e, portanto, respondam às suas perguntas, que a transição do material bruto para a realização de fichas curtas seja fiel, mas também resulte num resultado tão legível quanto um artigo de jornal. Em praticamente todos estes pontos, as divergências são sensíveis no seio do comité de pilotagem.

Os «dossiers temáticos» atingirão o seu nível ideal com o dossier liderado pela investigadora Nacima Baron, sobre a coexistência dos modos de deslocação no espaço público⁷⁸⁶:

«A evolução do código da estrada, a prática do espaço, os novos modos de mobilidade, os desafios da saúde, a convivialidade urbana. Este dossiê é co-construído com um comité espelho de 20 a 30

⁷⁸⁵ FDS 22260 - 18 de maio de 2005 - Mapa do Tendre e Atlas relacional: Mademoiselle de Scudéry em socorro de Mademoiselle d'Epineuil. A metodologia do mapa do Tendre dos salões do século^{xvii} precedeu a do Atlas relacional da FPH? De um século para outro, uma abordagem estranhamente semelhante em termos de cartografia conceptual, encontro de desejos e avaliação da consistência dos parceiros

⁷⁸⁶ FDS 27194 - março de 2014 - Relatório do Comité de orientação informal do CITEGO. Notas da reunião de 12 de março de 2014 (22 pessoas)

pessoas. Experiência muito frutífera, abrindo novas pistas de reflexão. Também é interessante a abordagem internacional (essencialmente da Europa do Sul), que mostra a relação entre a mobilidade e a crise económica. O internacional ensina-nos a observar.»

Esta noção de «comité espelho» foi introduzida por Régis Rioufol, para confrontar os redatores de dossiers temáticos com as questões de diversos públicos. Uma noção muito fecunda, mas impossível de generalizar, devido ao elevado consumo de recursos humanos que exigia. Permaneceu como um belo símbolo da tensão fecunda entre produtores e utilizadores de informação. A discrepância entre o *modus operandi* adotado e a vontade de criar um site muito vasto é a primeira fonte de divergência.

A questão da valorização do CITEGO foi uma segunda fonte de divergências. Queríamos privilegiar a função de pesquisa num vasto corpus ou a utilização posterior do CITEGO, que o aproximaria de uma revista? Algumas decisões precipitadas tiveram, nos anos seguintes, consequências consideráveis. Assim, em julho de 2012, um pequeno comité de três pessoas decidiu mudar o software de gestão do site, passando da estrutura criada com Vincent Calame para o software SPIP, muito conhecido no mundo associativo e apreciado pela facilidade de edição de documentos⁷⁸⁷. Esta escolha a favor do modelo da revista levou à reindexação das fichas já presentes no site, ainda essencialmente provenientes da época da DPH, e, alguns anos mais tarde, ao regresso ao primeiro software, com um trabalho ainda maior devido ao aumento do número de fichas, quando se impôs a prioridade dada a um site de recursos documentais, solidamente indexado com o atlas relacional.

A terceira fonte de divergências diz respeito ao âmbito temático que o CITEGO pretende abranger. Esta divergência reflete, na verdade, divergências mais amplas que atravessam a fundação na mesma época, entre a antiga equipa, que tinha uma abordagem global e multilateral da estratégia, e a nova equipa, que considera que é necessário privilegiar a francofonia, ou mesmo a Europa francófona, e também que o apoio da fundação deve servir, acima de tudo, para reforçar a sociedade civil militante. Por um lado, há aqueles que pensam que a razão de ser do site é valorizar todo o vasto campo semântico que abrange os territórios e a sua governação, considerando que mostrar a diversidade das questões e as ligações entre elas é o seu verdadeiro valor acrescentado, e aqueles que gostariam de fazer dele um site centrado nas questões militantes do direito à cidade ou do acesso dos mais pobres à habitação.

Essas divergências não impedem o avanço, mas multiplicam os dramas dentro do comité diretor. A análise das fichas de acompanhamento mostra, no entanto, que durante os dois anos de 2012 e 2013, os contactos se multiplicaram e os dossiês temáticos se desenvolveram. Uma questão recorrente permanece: a das estruturas suscetíveis de acolher o CITEGO, respeitando a sua autonomia. Todos estão conscientes de que não é vocação da fundação assumir diretamente uma ambição desta magnitude. Os «esquemas» não permitiram, alguns anos antes, a criação de estruturas juridicamente autónomas, mesmo que o projeto e os recursos humanos viessem da fundação? Mas, em 2012, vemos que os grandes programas de investigação urbana franceses não estão prontos para adicionar ao seu portfólio de atividades

⁷⁸⁷ FDS 26295 - julho de 2012 - Territórios: evolução do site CITEGO: transição para SPIP e compromisso de Stéphanie Leheis em Lausanne

um site de recursos dedicado à valorização da investigação, mas também das experiências concretas dos territórios⁷⁸⁸.

A capitalização da experiência da Energycités

No orçamento de 2011-2012, decidimos por uma parceria mais profunda com a rede europeia Energy cities, que reúne cidades comprometidas com a transição energética⁷⁸⁹. Com uma amplitude muito maior do que simples «dossiers temáticos», trata-se de capitalizar a experiência da rede com vista a produzir um caderno de propostas para o vigésimo aniversário da Cimeira da Terra, Rio+20. Esta operação, relativamente complexa, confiada de comum acordo a Hervé Maillot, permitirá à rede Energy Cities dotar-se de um referencial, publicado em 2014, que ainda lhe será útil quinze anos depois: «30 propostas da Energy Cities para a transição energética dos territórios⁷⁹⁰». Elas estão divididas em cinco capítulos e constituem, ainda hoje, uma estrutura completa para a ação das autarquias em matéria de redução do consumo de energia fóssil. Esses capítulos são os seguintes:

- «1. Reforçar as capacidades de ação local.
2. Conhecer os recursos e os fluxos do seu território.
3. Repensar a questão financeira.
4. Inventar uma nova governação local
5. Ordenar o território para reduzir o consumo energético.»

Uma ilustração muito eloquente do interesse da abordagem de capitalização promovida pela fundação. Ela não tinha meios financeiros para multiplicar tais parcerias, mas a CTEGO tornar-se-á progressivamente, explorando a sua riqueza documental, um meio poderoso de capitalização da experiência em muitos assuntos.

A parceria com o Centro Nacional de Formação do Pessoal Territorial, CNFPT

Em 2013, foi inaugurada uma nova parceria, que se revelou muito frutífera até que a crise da Covid veio quebrar o ímpeto, com o Centro Nacional de Formação do Pessoal Territorial (CNFPT). A sua criação remonta à criação do imposto sobre os salários para a formação contínua. O CNFPT obtém os seus recursos substanciais, cerca de 600 milhões de euros em

⁷⁸⁸ FDS 26258 - maio de 2012 - Ponto sobre o CITEGO e as estruturas de apoio

⁷⁸⁹ Carta de encomenda 10-56 - outubro de 2011 - Análise e estruturação do fundo documental da Énergie Cités e redação de um caderno de propostas Energia e Territórios com vista à Rio+20 - RIO

⁷⁹⁰ 30 propostas da Energy Cities para a transição energética dos territórios. Publicado em 2015. No site da Energy Cities: <https://energy-cities.eu/fr/publication/30-propositions-denergy-cities-pour-la-transition-energetique-des-territoires/>

2023, da cobrança deste imposto a todas as autarquias locais. É um parceiro particularmente importante em França, pois é o meio de divulgar as reflexões sobre os territórios aos atores-chave da política local, mesmo que, por vocação, o Centro privilegie a formação destinada à promoção interna dos funcionários das autarquias. De forma muito interessante, não foi através da CITEGO que o CNFPT nos contactou, mas sim através do tema da responsabilidade. Uma boa ilustração da estratégia da fundação: a diversidade dos modos de entrada multiplica as oportunidades de contacto e permite, em seguida, ir mais longe se cada um dos representantes da fundação, membros do Conselho ou funcionários, tiver em mente todos esses modos de entrada. Em fevereiro de 2013, fui convidado pelo CNFPT para dar uma conferência sobre a responsabilidade dos quadros das autarquias locais⁷⁹¹. É uma oportunidade para abordar os desafios que enfrentam, seguindo a perspectiva da Agenda para o século XXI:

«A responsabilidade dos funcionários públicos que gozam de autoridade é uma questão eterna. Mas a sua análise rigorosa levanta, no entanto, questões difíceis às quais muitas vezes não são dadas respostas convincentes. A evolução das interdependências à escala mundial e as transformações necessárias para enfrentar os desafios do século XXI^{século} levantam novas questões, que a conferência expõe classificando-as em três grupos, cada um correspondendo a uma das dimensões da «grande transição»: a responsabilidade no cerne da ética do século XXI; a revolução da governação; a transição da economia para a oeconomia.»

O interesse suscitado pela conferência convida a alargar a parceria. O CNFPT está, nesta altura, a abrir um novo campo de ação, o da formação à distância, através das Conferências em linha, abertas e massivas, as CLOM, tradução da sigla inglesa mais conhecida de MOOC, em complemento às formações clássicas presenciais que mobilizam os numerosos funcionários do centro (mais de dois mil). Em abril de 2013, o tema da «grande transição», lançado na conferência de fevereiro, suscitou um intercâmbio com o Comité Diretivo do CNFPT⁷⁹². Em junho, exploramos as modalidades concretas desta cooperação e, no final de 2013, o CNFPT pediu-me para conceber e realizar com o CNFPT uma série de conferências sobre a governação territorial. Isso é inovador por três motivos: o facto de ser online; o facto de sair das formações estritamente profissionais; a adoção do conceito de «governança territorial» em vez de «gestão local», que reflete a abertura progressiva do mundo administrativo francês a esse conceito, até então desprezado, pois assimilado ao discurso antiestatal do Banco Mundial. Para nós, é uma excelente oportunidade para promover a nossa conceção de governação. Proponho ao CNFPT uma série de dez conferências de cinquenta minutos sobre governança territorial⁷⁹³. Estas conferências, num total de doze, serão coproduzidas ao longo dos anos de 2014 e 2015. Entretanto, o CNFPT obteve do Ministério do Ensino Superior a

⁷⁹¹ BIP 4570 - fevereiro de 2013 - A responsabilidade social dos funcionários locais. Conferência no Centro Nacional de Formação do Pessoal Territorial (CNFPT) em 19 de fevereiro de 2013

⁷⁹² FDS 26692 - abril de 2013 - Renovar a formação do pessoal territorial a partir das quatro dimensões da transição. Reunião com o comité diretor do CNFPT, na sequência da conferência de Pierre Calame, em 18 de fevereiro, sobre a responsabilidade social dos quadros do serviço público local

⁷⁹³ BIP 4809 - novembro de 2013 - Dez conferências sobre a governança territorial. Ciclo de conferências sobre a governança territorial do CNFPT

possibilidade de difundir as suas conferências online na plataforma FUN⁷⁹⁴, em princípio reservada às universidades. Dez anos depois, estas conferências ainda estão acessíveis na plataforma FUN⁷⁹⁵, na plataforma do CNFPT⁷⁹⁶ e no site CITEGO⁷⁹⁷, após terem sido retransmitidas quatro vezes pelo CNFPT. Assim, foi possível alcançar várias dezenas de milhares de funcionários locais, ativistas associativos e eleitos de mais de trinta países.

O CITEGO torna-se juridicamente autónomo

Entretanto, em 2014, e por instigação firme de Matthieu Calame, que não via futuro para a CITEGO dentro da fundação e estava cansado das tensões no seio do comité de pilotagem, tomámos a única decisão que restava: na falta de uma instituição para a acolher, a CITEGO deveria transformar-se numa associação independente. Não tendo mais qualquer vínculo institucional com a fundação desde o fim do seu mandato como presidente em março de 2014, assumirei a presidência desta nova associação. Nesta perspetiva, durante o primeiro semestre de 2014, os doze membros do comité de pilotagem da época são convidados pelo representante da fundação, Julien Woessner, a dar a sua própria visão do futuro⁷⁹⁸. Sem serem totalmente divergentes, estas visões não coincidem:

«Para a Urbamonde, por exemplo, que promove a habitação participativa e o direito à moradia, a vocação da CITEGO está voltada para a sociedade civil e deve ajudá-la a documentar a sua ação. Para Julien Woessner, o importante são os dossiês temáticos apresentados por uma organização, que lhe permitem reforçar a sua própria defesa, e a partilha desses dossiês num site generalista parece-lhe secundária. Para Anne Marie Romera, o papel da CITEGO é, pelo contrário, através da multiplicação das contribuições e da possibilidade de as sintetizar, oferecer novas chaves para a compreensão dos novos sistemas urbanos. Para Daniel Florentin, investigador, é a vontade de descompartimentar mundos que adoram ignorar-se mutuamente e de promover o diálogo entre investigadores e profissionais. Para Catalina Duque Gomez, o grande potencial do CITEGO reside na capacidade de criar pontes entre os diferentes atores urbanos (eleitos, técnicos, investigadores, associações, habitantes/utilizadores, etc.), criar espaços de diálogo que vão além da sobreposição de pontos de vista e se inscrevem numa abordagem construtiva. [...] construir uma visão transversal ou sistémica, que ultrapasse as abordagens setoriais e disciplinares.»

É também o meu ponto de vista. É a tese «enciclopédica» e «multi-atores» que prevalecerá⁷⁹⁹. Uma associação de oito membros, um gabinete de três pessoas, Patrick Lusson, Anne Marie Romera e Pierre Calame, todos com experiência como profissionais do território, irá encarnar

⁷⁹⁴ A plataforma FUN: www.fun-mooc.fr/fr/

⁷⁹⁵ Curso sobre governança territorial na plataforma FUN: www.fun-mooc.fr/fr/cours/la-gouvernance-territoriale/

⁷⁹⁶ Curso sobre governança territorial no My Mooc: www.my-mooc.com/fr/mooc/la-gouvernance-territoriale/

⁷⁹⁷ Cursos sobre governança territorial no site do CITEGO: www.citego.org/bdf_dossier-23_fr.html

⁷⁹⁸ BIP 4894 - 2014 - Território: «Visões CITEGO», definição das linhas gerais do projeto CITEGO com vista à sua «externalização» em 2015-2017

⁷⁹⁹ A partir desta data, as fichas de acompanhamento e os documentos internos (BIP) referidos não são mais os da fundação, mas os da base de trabalho do CITEGO

esta linha diretora da CITEGO.

Não se pode esconder que a distância entre a nova linha da Fundação, após o seu período sabático de 2003-2014, encarnada por Julien Woessner, e a linha da CITEGO será, durante todo o futuro, um obstáculo a sinergias reais. No imediato, suscita muita amargura por parte dos dois voluntários, Claire Gillio e Régis Rioufol, graças aos quais a CITEGO pôde começar, têm a sensação de que o seu envolvimento e os seus contributos não foram reconhecidos pela instituição e até que a história da CITEGO, tal como é apresentada à fundação pelo referente, é seriamente enviesada, quando nunca puderam ser auditados nem pelo diretor nem pelo Conselho⁸⁰⁰ (também aqui a filosofia da Fundação mudou e foi criada deliberadamente uma distância entre os parceiros e o Conselho da Fundação). A ideia de possíveis «recursos» dos parceiros junto do diretor ou do Conselho, em caso de divergência entre um parceiro e o referente dentro da equipa, explicitamente debatida durante um Conselho da Fundação, foi rejeitada. A filosofia de gestão sofreu as mesmas mudanças profundas que as próprias orientações. Nestas condições, Régis Rioufol e Claire Gillio retiraram-se do processo.

O projeto CITEGO 2015-2025

Conscientes do esforço a longo prazo que o projeto representa, os animadores da associação adotam uma estratégia 2015-2025 do CITEGO⁸⁰¹. Situando-o em relação às múltiplas iniciativas e redes, ela especifica:

«A sua originalidade reside em quatro elementos principais: conteúdo de acesso livre, qualidade científica garantida, formato adaptado aos profissionais do setor urbano (fichas de 4 a 6 páginas) e uma ambição sistémica. [...] Um dos objetivos do CITEGO é «mostrar» o carácter sistémico da cidade e do território e ajudar os atores a estabelecer relações entre as diferentes facetas da realidade urbana, nos domínios técnico, económico, cultural, social, conceptual, institucional e financeiro. O projeto CITEGO visa ultrapassar as divisões institucionais, disciplinares ou socioprofissionais e ter em conta as interações entre as políticas. [...] Longe de se especializar ao serviço de um interveniente específico ou de privilegiar uma das dimensões das transformações em curso, o CITEGO retira e continuará a retirar o seu valor acrescentado, ao longo dos anos, da sua capacidade de interligar as diferentes dimensões, as diferentes inovações, os diferentes intervenientes e os diferentes contextos para transformar as práticas dos diferentes intervenientes urbanos.»

Nada mais distante, na verdade, de uma abordagem de defesa da sociedade civil, que é a nova prioridade da fundação. Assim, definido como um bem comum ao serviço de todos os atores, o projeto tem a fraqueza, como a maioria das ações empreendidas após a Assembleia Mundial, de não ter outro modelo económico possível além de subsídios para uma ação a longo prazo... que a fundação, no mundo da filantropia, era uma das únicas a conceder. Esta contradição entre a dependência em relação à fundação e o fosso entre os seus respetivos projetos

⁸⁰⁰ FDS CITEGO 149 - setembro de 2014 - Reunião de pilotagem do CITEGO

⁸⁰¹ BIP CITEGO 1 - setembro de 2014 - Estratégia CITEGO 2015-2025

constituirá, desde o início, o calcanhar de Aquiles da CITEGO. Isto torna ainda mais notável o facto de a fundação ter aceitado apoiar o desenvolvimento da CITEGO até 2023. Catalina Duque Gomez tornou-se a primeira secretária-geral (e única funcionária a tempo inteiro da CITEGO) antes de regressar, por motivos familiares, a um cargo operacional em Auvergne alguns anos depois. Foi com ela que a CITEGO, desta vez munida de uma linha política clara, começou a ganhar impulso. Mas a sua história ultrapassa o âmbito da fundação. Recordaremos aqui apenas os factos mais marcantes.

O primeiro foi a continuação, até à epidemia da COVID, da parceria com o CNFPT. Três outras conferências online foram concebidas e realizadas em conjunto: sobre democracia participativa em 2016⁸⁰²; sobre moedas complementares em 2017⁸⁰³; sobre sistemas alimentares locais⁸⁰⁴ em 2018. Todas as três tiveram o interesse de associar à CITEGO parceiros externos especializados na área em questão e de suscitar, paralelamente, a realização de novas fichas de experiências. A COVID pôs fim a esta parceria. Com os cursos presenciais impossibilitados, a prioridade do CNFPT passou a ser a reciclagem dos seus próprios funcionários em formações à distância e o recurso a parceiros externos como a CITEGO deixou de estar na ordem do dia. Após a pandemia, a mudança na equipa de gestão do CNFPT não permitiu recriar a confiança mútua que, como tudo o que fizemos, foi o segredo do sucesso. Em particular, não conseguimos convencer a nova direção a empreender um projeto ambicioso: um programa trienal de formação de quadros da função pública territorial para a condução da transição⁸⁰⁵. Sem dúvida demasiado ambicioso, demasiado longo e demasiado oneroso para a nova direção do CNFPT, confrontada com uma diminuição dos seus recursos. Esta perspetiva continua válida hoje em dia e o CITEGO sonha com uma parceria deste tipo que permita, em conformidade com a sua estratégia decenal, valorizar toda a riqueza do site, que continua, até à data, inigualável, para evidenciar as ligações entre as diferentes dimensões da transição.

A segunda característica marcante é o considerável enriquecimento do site ao longo dos anos. Em 2025, conta com mais de quatro mil fichas. Com a fundação a reduzir o seu apoio financeiro ano após ano, a CITEGO não estava em condições de prosseguir este enriquecimento através de dossiers temáticos, cada um dos quais sujeito a uma convenção financeira. Foi, portanto, através da multiplicação de acordos de parceria⁸⁰⁶ com organizações e redes que nos permitiram valorizar os seus recursos documentais, transformando-os em «fichas do formato CITEGO», que este enriquecimento continuou. Os progressos da tradução automática permitiram, além disso, que o CITEGO fosse efetivamente trilingue, francês, inglês e espanhol, sendo as melhores fichas traduzidas nas três línguas. Este enriquecimento permitiu dar credibilidade ao que parecia impossível para muitos, uma ampla cobertura dos

⁸⁰² Curso sobre democracia participativa no site da CITEGO: www.citego.org/bdf_dossier-234_fr.html

⁸⁰³ Curso sobre moedas complementares no site da CITEGO: www.citego.org/bdf_dossier-409_fr.html

⁸⁰⁴ Curso sobre sistemas alimentares locais no site da CITEGO: www.citego.org/bdf_dossier-636_fr.html

⁸⁰⁵ BIP CITEGO 57 - dezembro de 2019 - Plano de formação do ciclo trienal «A transição para cidades e territórios sustentáveis»

⁸⁰⁶ BIP CITEGO - 33 junho de 2018 - Gama de parcerias propostas pela CITEGO. Conjunto de propostas de parceria destinadas a redes de trabalho e centros de investigação

temas dos territórios, das cidades e da sua governação, com uma diversidade de pontos de vista. A atualização muito frequente do site, graças a esta política de parceria e à qualidade da sua estruturação, sendo cada ficha um documento html, permitiu uma referência notável dos recursos documentais da CITEGO nos principais motores de busca, garantindo várias centenas de milhares de visitantes por ano (este fluxo pode diminuir quando a frequência de atualização diminui).

O Atlas Relacional, finalmente!

Terceiro facto marcante, o desenvolvimento, em 2018, e a melhoria constante ao longo dos anos seguintes do Atlas Relacional⁸⁰⁷:

«Em 2017, o Atlas Relacional da CITEGO ficou operacional e foi instalado no seu site. Em 2018, todos os recursos documentais do site foram indexados de acordo com o atlas. Trata-se de uma ferramenta de representação da complexidade que permite navegar entre 2500 conceitos e que pode ser constantemente enriquecida com novos contributos. As intuições que estão na base do atlas remontam ao início dos anos 90, mas foram necessárias muitas tentativas e erros, e o desenvolvimento de um novo software, para chegar a este resultado que dá ao site de recursos da CITEGO a capacidade de partilhar documentos provenientes de múltiplas redes.»

Vincent Calame criou, para isso, um novo software, progressivamente aperfeiçoado graças ao trabalho de promotores de software livre nas redes. É uma ferramenta única no seu género que, na era da inteligência artificial, valoriza a inteligência humana e a experiência das relações entre as dimensões de uma questão. O trabalho de indexação de todas as fichas pré-existentes e, a partir de 2019, de todas as novas fichas, foi monumental e, em 2024, a CITEGO aperfeiçoou ainda mais o método. O Atlas permite assim navegar entre milhares de fichas e descobrir ligações insuspeitas entre as questões. É a ilustração do que uma ambição claramente formulada, como foi o caso da estratégia 2015-2025, perseguida com constância durante anos, pode permitir realizar.

Quarto facto marcante: o debate sobre a transformação ou não da CITEGO num gabinete de consultoria. A total dependência da CITEGO do financiamento da fundação constituiu, desde o início, um elemento de fragilidade do qual os sucessivos funcionários da associação estavam plenamente conscientes. A solução residia na implementação pela CITEGO das metodologias de capitalização da experiência desenvolvidas na sequência da fundação? O site da CITEGO destaca o que a fundação chamou, desde os anos 1980, de «ciclo de mediação entre a ação e a ação», a passagem pela formulação da experiência e, em seguida, o trabalho de confronto das experiências para extrair princípios gerais, cuja implementação, adaptada a cada contexto, orientará a ação futura. Numa conferência realizada no (Centro Internacional de Estudos para o Desenvolvimento Local⁸⁰⁸ (CIEDEL) em 2018, «Enjeux, place, méthodes et défis de la

⁸⁰⁷ BIP CITEGO 34 - fevereiro de 2019 - Atlas relacional: um conceito e um software ao serviço da gestão global dos territórios; história do lento surgimento, ao longo de mais de trinta anos, de uma ferramenta e de um método que permitem representar a complexidade no domínio das cidades, dos territórios e da governação territorial

capitalisation de l'expérience⁸⁰⁹» (Desafios, lugar, métodos e desafios da capitalização da experiência: a experiência da Fundação CITEGO), descrevi detalhadamente este ciclo de mediação. Não poderíamos, com base nisso, oferecer os nossos serviços às autarquias locais? É isso que deseja, de forma muito compreensível, a então Secretária-geral, Stéphanie Cabantous. Tal evolução teria duas vantagens: ter uma ação concreta «no terreno» e encontrar recursos próprios para a CITEGO. O Conselho de Administração da CITEGO vê nisso um duplo risco: gastar muita energia face à concorrência de inúmeros gabinetes de consultoria e, sobretudo, abandonar a tarefa central que é enriquecer o site, já muito visitado. Na minha apresentação ao Conselho da Fundação em junho de 2020, na minha dupla qualidade de presidente honorário da fundação (na altura, o novo Conselho da Fundação mantinha o hábito de convidar os membros honorários a participar nas discussões, enquanto detentores da história) e de presidente da CITEGO, esclareci esta posição⁸¹⁰;

«Ao lançar a CITEGO, começámos pelo difícil e pelo ingrato, sabendo que só a FPH era capaz de sair de uma lógica de projeto para acompanhar processos de mudança a longo prazo. «O essencial está nas cozinhas»: o difícil e ingrato é tudo o que diz respeito à mutualização e capitalização da experiência, à transformação dos modos de pensamento, aos métodos de gestão da complexidade, às ferramentas de formação capazes de acompanhar a transformação cultural dos atores locais, em particular das coletividades territoriais, sem a qual a transição esbarra numa parede. Para o conseguir, era essencial não ser uma rede de atores. Entraríamos em concorrência com as muitas que já existem.»

Por outro lado, a partir de 2019, convencido da necessidade de complementaridades com estruturas capazes de acompanhar a transição no terreno, o CITEGO empenhou-se fortemente na criação da Fabrique des transitions. Explico as razões ao Conselho:

«A CITEGO não tinha, além disso, nem os recursos nem a vontade de competir com outros atores no terreno do acompanhamento de estratégias locais. É por isso que se envolveu plenamente no surgimento da Fabrique, que gozava da legitimidade dos seus iniciadores, coletividades territoriais que conduziram durante várias décadas uma estratégia de transição. O que é a Fabrique? 1) um manifesto...; 2) uma aliança...; 3) disciplinas coletivas...; 4) uma rede horizontal de competências e territórios em transição...»

Mas complementaridade não significa identidade. A Fabrique não é, de longe, a única destinatária do banco de experiências da CITEGO e, por seu lado, a Fabrique não tem, longe disso, a CITEGO como única fonte de informação e aspiração. Surgiu então um novo mal-entendido com a fundação, que colocou a fusão das duas estruturas como condição para o seu apoio financeiro. Isso era impossível e foi o que pôs fim ao seu apoio.

Quinto facto marcante: as primeiras experiências de síntese temática. Lembramos que,

⁸⁰⁸ Site do CIEDEL, Centro Internacional de Estudos para o Desenvolvimento Local: www.ciedel.org/

⁸⁰⁹ Desafios, lugar, métodos e desafios da capitalização da experiência, no site do CITEGO www.citego.org/bdf_dossier-616_fr.html

⁸¹⁰ BIP CITEGO 66 - junho de 2020 - O apoio da FPH à condução das transições a partir dos territórios. Nota prospectiva para o Conselho de Fundação

inicialmente, os dossiês temáticos financiados pela CITEGO tinham como objetivo oferecer uma síntese sobre o tema escolhido, desde a partilha da via pública até ao envolvimento dos jovens no seu território, passando pelos sistemas agroalimentares locais, com base numa série de fichas de casos. A situação na década de 2020 tornou-se muito diferente: o CITEGO já não tem meios para financiar dossiês temáticos, mas, graças ao atlas relacional, pode reunir as fichas de casos mais relevantes sobre inúmeros temas e fazer uma síntese. Entre 2021 e 2023, foram realizados vários testes: sobre gestão de resíduos, economia social e solidária, paisagens. O uso ainda experimental da inteligência artificial aplicada ao corpus CITEGO abre perspectivas interessantes para o futuro.

Do CITEGO a uma comunidade de sites de recursos sobre os territórios e a transição, CORETET

Sexto facto marcante: em 2023, o CITEGO considerou que tinha chegado o momento de realizar o sonho expresso em 2008. O CITEGO, enquanto site de recursos único, deveria dar origem a uma Comunidade de sites de recursos sobre os territórios e a transição (CORETET)⁸¹¹. Esta proposta, apresentada a cerca de cinquenta redes e instituições, suscitou inicialmente muito interesse... mas, ao longo do caminho, verificou-se que muito poucos estavam dispostos a desenvolver o seu próprio site de recursos para se alinham com os padrões das bases documentais e, ainda mais, a dedicar um mínimo de recursos para dar vida a esta mutualização. Em vinte anos, tal como a Fundação tinha previsto em 2004, as redes de todos os tipos dedicadas à transição multiplicaram-se, mas cada uma segue o seu caminho, correndo o risco de que, com a crise orçamental em França, e mesmo na Europa, os cidadãos e os governos descubram a dimensão do desperdício de meios e dinheiro e ponham brutalmente fim a esta situação.

VI. Repensar a economia

Repensar a nossa teoria económica é o quarto e último desafio identificado pela Agenda para o século XXI. Em 1991, criámos um programa de «luta contra a exclusão», privilegiando formas de luta que associassem os próprios excluídos, em vez de medidas sociais de compensação da exclusão. Na primeira parte desta história, apresentámos várias ilustrações dos resultados deste programa, nomeadamente o apoio ao microcrédito e a criação da Finansol.

A partir do lançamento da Aliança para um Mundo Responsável e Solidário, o tema foi ampliado e, com vários parceiros, sob a liderança do diretor do programa Philippe Amouroux,

⁸¹¹ A CORETET (Comunidade de Sites de Recursos sobre os Territórios e a Transição) numa perspetiva histórica, 2023. No site do CITEGO: www.citego.org/bdf_fiche-document-3374_fr.html

exploramos as modalidades de outra economia, ou mais precisamente de outra socioeconomia, com a convicção, amplamente partilhada nos meios progressistas, de que a separação entre uma «ciência económica» autónoma e dotada de todas as virtudes de uma ciência exata e o resto das ciências humanas não tinha qualquer fundamento científico. O programa «Luta contra a exclusão» tornou-se o programa «Por uma socioeconomia solidária». Esta mudança de «contra» para «por» colocou-nos numa outra posição intelectual e abriu caminho à ideia de que seríamos levados, de uma forma a determinar, a contribuir para a invenção de um novo modelo económico.

O contacto com Bernard Lietaer⁸¹², em particular, levou-nos a uma reflexão fundamental sobre a natureza e a pluralidade das moedas. Foi na Éditions Charles Léopold Mayer (ECLM) que ele publicou, em 2008, com Margret Kennedy, a sua primeira obra magistral sobre este tema: «Monedas regional. Novos caminhos para uma prosperidade sustentável⁸¹³». O facto de Bernard Lietaer, alto funcionário do Banco Central da Bélgica e participante na criação do euro, mostrar, através de uma análise histórica aprofundada, que a ideia de uma «moeda única» e, por conseguinte, de um mercado europeu e mundial único era uma aberração, foi para nós um duplo incentivo. Por um lado, ao sublinhar o carácter historicamente datado da teoria económica clássica, ensinada nas faculdades de todo o mundo como uma teoria científica universal e intemporal, Bernard Lietaer encorajava-nos, pelo contrário, a fazer da teoria clássica um produto historicamente datado, que respondia às necessidades da sociedade do século XVIII, abrindo caminho para a invenção de uma nova teoria da produção e do comércio adaptada às necessidades do século XXI e aos desafios colocados pela finitude do planeta e dos seus «recursos». Por outro lado, ao promover moedas regionais para gerir o comércio à escala de um território mais ou menos extenso, ele juntava-se aos trabalhos que eu tinha realizado sobre a «governança a vários níveis», cuja teoria eu tinha esboçado em «Démocratie en miettes» (Democracia em pedaços).

Este trabalho fundamental sobre a moeda era apenas um dos projetos do polo socioeconómico da Aliança para um Mundo Responsável e Solidário. Philippe Amouroux envolveu-se plenamente na animação deste polo. Sob a sua liderança, foram criados vinte e um projetos temáticos⁸¹⁴, cada um dos quais produziu um caderno de propostas para a Assembleia Mundial de 2001. Estes cadernos eram bastante heterogéneos, tendo surgido à medida que uma equipa manifestava o desejo de assumir um tema. Eles iam da promoção da economia solidária às moedas sociais (Héloïsa Primavera, promotora do «troco global» na Argentina⁸¹⁵ em resposta à grave crise económica, era a animadora), da crítica à OMC e sua pretensão de reger todas as trocas, à busca por finanças solidárias ou critérios de

⁸¹² Bernard Lietaer (1942 – 2019) é um economista e académico belga. Professor da Universidade da Califórnia em Berkeley, antigo alto funcionário do Banco Nacional da Bélgica, cofundador do euro, membro do Clube de Roma, Bernard Lietaer é especialista em questões monetárias internacionais. É um dos mais conhecidos defensores das moedas complementares, em particular das moedas regionais. Está convencido de que estas irão assumir um papel cada vez mais importante em relação às moedas oficiais

⁸¹³ Moedas regionais. Publicado em 2008, por Bernard Lietaer, Margrit Kennedy
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/monnaies-regionales/

⁸¹⁴ Cadernos de propostas do polo socioeconómico (2000 – 2002)
No site da Aliança: www.alliance21.org/2003/rubrique177.html

responsabilidade das empresas. Eles refletiam a proliferação de pesquisas sobre uma economia mais adequada aos novos desafios. Esse foi o terreno fértil para os compromissos da fundação no campo económico.

O facto de o trabalho de fundo sobre a natureza e o futuro da moeda ter sido realizado no âmbito do Pólo de Socioeconomia Solidária (PSES) ilustra as duas vertentes da ação da fundação no campo económico a partir da Assembleia Mundial de 200. Por um lado, a valorização de todos os trabalhos realizados sob a liderança ou com a coordenação do PSES e de Philippe Amouroux; por outro, a exploração mais ampla de uma alternativa à própria ciência económica. De 2001 a 2006, prevaleceu a primeira vertente. A morte repentina de Philippe Amouroux em março de 2006, num momento em que a dinâmica coletiva que havia surgido começava a perder força, levou a fundação a reduzir o seu apoio a essa vertente e a dar prioridade à segunda.

6.1 – A aliança para uma economia responsável, plural e solidária

Em maio de 2006, a equipa geral de animação da Aliança (EGA) para uma economia responsável, plural e solidária (ALOE), abalada pela morte de Philippe Amouroux, que desempenhava um duplo papel, como interlocutor desta aliança no seio da fundação, mas também como coordenador e metodologista do trabalho coletivo, reuniu-se em Paris comigo para examinar as perspetivas de futuro. O documento interno da fundação que daí resultou reconstitui a história do polo, a sua transformação em aliança e as questões levantadas pela sua evolução⁸¹⁶ Vamos seguir o seu enredo:

«I. Situar o trabalho do Pólo de Socioeconomia Solidária (PSES) na perspetiva histórica dos compromissos da fundação.

O que viria a ser o PSES, Polo Socioeconómico Solidário da Aliança para um mundo responsável, plural e solidário, tem, no seio da fundação, raízes muito mais antigas, que remontam a 1993-1994. Após um período em que a fundação apoiou, no âmbito de um programa então denominado «Luta contra a exclusão social» (LEX), projetos de natureza económica que visavam ultrapassar os limites de uma abordagem pontual e curativa, ela quis ir mais longe, atacando de forma mais ampla as raízes da exclusão, as suas causas. Esta evolução foi incentivada na época pelas reflexões que culminaram na Plataforma para um Mundo Responsável e Solidário e, posteriormente, na Aliança com o mesmo nome: eram os nossos modelos de desenvolvimento e os nossos sistemas de pensamento que estavam em causa, tanto no que se referia aos desequilíbrios entre a humanidade e a biosfera, como à pobreza persistente em meio à opulência. Daí a vontade de abrir novas perspetivas e novos métodos de trabalho para delinear as grandes linhas de uma alternativa económica global. Foi esse o sentido, em 1995, do apelo a

⁸¹⁵ A moeda social da rede global de troca na Argentina: uma nova realidade? Fevereiro de 1999, por Héloïsa Primavera. No site da Socioeco: www.socioeco.org/bdf_fiche-document-1250_fr.html

⁸¹⁶ BIP 3069 - 2006 - De um polo de trabalho sobre a economia solidária a uma Aliança para outra economia: a gestão da transição e as perspetivas para o futuro. Após o falecimento de Philippe Amouroux, a reunião, em 16 de maio de 2006, dos principais animadores do PSES com a equipa da FPH permitiu redefinir as evoluções e os modos de funcionamento

uma outra economia que constituiu, por ocasião da Cimeira Mundial organizada pela ONU sobre a exclusão social na Dinamarca, o apelo de Copenhaga para uma aliança contra o apartheid social [que lançámos com alguns parceiros internacionais].

Não partimos do zero. Através da questão do acesso dos mais pobres ao crédito, incentivámos reflexões internacionais sobre as condições da economia solidária e chegámos, em França, à criação da associação FINANSOL. No início dos anos 90, também realizámos, à escala europeia, trabalhos sobre o direito à habitação e, de forma mais geral, sobre a efetividade dos direitos económicos e sociais. Mas, até então, não tínhamos construído redes internacionais de trabalho sobre estas questões, e muito menos tentado demarcar todo o campo intelectual que isso poderia abranger. No entanto, foi devido a essa mudança progressiva de perspectiva que o próprio programa, cujas iniciais até então eram LEX (Luta contra a Exclusão), tornou-se, por iniciativa de Philippe Amouroux [que acabara de assumir a sua direção], o programa ECO (por uma outra economia). Foram os trabalhos da Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário que ofereceram progressivamente o espaço de trabalho procurado.

Por ocasião da pré-figuração da Assembleia Mundial da Aliança, em Bertiotga, no Brasil, em dezembro de 1997, os numerosos projetos temáticos, centrados na economia, que tinham sido identificados desde o lançamento da Aliança em 1994, foram agrupados e identificados como um dos quatro «pólos» dos trabalhos temáticos da Aliança. Eles diziam respeito, nomeadamente, às finanças, à moeda, ao comércio internacional, ao turismo e ao papel das mulheres. Em suma, o essencial do que viria a ser os projetos temáticos do PSES [o programa ECO da Fundação, a partir daí, identificou-se amplamente com este polo]. A primeira função de Philippe Amouroux foi identificar os diferentes temas que poderiam ser incluídos neste quadro e, em seguida, os animadores e participantes do que se chamava, para cada tema, os projetos temáticos da Aliança. [...] Foi em 1999-2000, na perspetiva da Assembleia Mundial dos Cidadãos, onde seriam debatidas as propostas para o século XXI, que o polo organizou o trabalho para chegar a «cadernos de propostas» a divulgar durante a Assembleia Mundial dos Cidadãos. Foi a energia indomável de Philippe Amouroux, o eco que encontrou em diferentes meios e o seu gosto afirmado pelo trabalho coletivo que explicam que, no período 2000-2001, o trabalho tenha sido tão intenso e produtivo, e que o PSES se tenha tornado o símbolo e o guardião dos métodos de trabalho que foram definidos para toda a Aliança.»

Esta dinâmica foi intensa. Estima-se que, no momento da Assembleia Mundial, 700 pessoas de todos os continentes participaram na redação desses múltiplos cadernos de propostas. Para cada tema, conseguimos reunir militantes e intelectuais, que muitas vezes tinham trabalhado separadamente de um continente para outro. Por outro lado, a tentativa feita na época de ampliar a audiência por meio de fóruns eletrónicos de discussão não deu certo. Foi no dia seguinte à Assembleia Mundial que se iniciou o segundo período sabático da fundação. No caso da PSES, a questão era saber o que fazer com essa multiplicidade de cadernos. Uma das opções teria sido acompanhar o desenvolvimento de cada tema, o comércio justo, o papel das mulheres na economia, as finanças solidárias, etc. Mas eram demasiados e dispersos para constituir uma opção viável. A escolha, judiciosa, feita em 2001, foi antes perguntar-se o que eles tinham em comum e em que medida a sua aproximação faria surgir uma verdadeira alternativa à economia dominante. E é precisamente esta questão que atravessa toda a história do Pólo:

«Em junho de 2001, realizou-se em Findhorn, na Escócia, um encontro dos participantes mais

ativos dos quinze projetos do Pôle de Socio-Économie Solidaire (Polo de Socioeconomia Solidária)⁸¹⁷. O objetivo era reunir todas as propostas elaboradas no âmbito dos diferentes projetos temáticos e analisá-las para atualizar as articulações e sinergias que permitiriam definir uma estratégia global de promoção de uma economia responsável, plural e solidária. Na sequência do encontro de Findhorn, o PSES adota um novo plano de ação e decide implementar mecanismos que facilitem a transversalidade entre os diferentes projetos.

A visão global e a abordagem transversal entre temas, meios e territórios são contributos únicos, e a forma de implementar concretamente essa transversalidade é, portanto, um tema importante de reflexão coletiva. O arranque de sete novos projetos «transversais aos projetos existentes» responde a esta exigência. Estão divididos em duas vertentes: globalizar uma socioeconomia solidária; implementar sistemas de regulação da economia:

Eixo 1: Globalizar uma socioeconomia solidária

Projeto transversal 1 - «Construir uma visão integrada de uma socioeconomia solidária»: traçar a visão de outra economia possível, baseada em princípios éticos diferentes.

Projeto transversal 2 - «Avaliação plural e indicadores de uma socioeconomia solidária»: o que é que estas novas abordagens socioeconómicas trazem de concreto à sociedade? O que se pretende medir (a coesão social, a capacidade de participação, a redistribuição da riqueza...)? Como se pretende medir? É importante que o processo de determinação dos critérios e indicadores esteja em consonância com os objetivos sociais e o funcionamento democrático promovidos pelos profissionais da socioeconomia solidária. Daí a preferência por abordagens de avaliação participativa e negociada e pela discussão pública dos resultados com as autoridades públicas e os parceiros.

Projeto transversal 3 - «Projetos territoriais integrados de economia solidária»: trabalhar sobre os modos de integração, num determinado território, das diferentes alternativas de desenvolvimento (moeda social, finanças solidárias, comércio justo...) e de governação (participação democrática, políticas públicas renovadas...). Construir outra sociedade e outra economia a partir da convergência das alternativas locais e da articulação de cada prática com o contexto global.

Eixo transversal 4 - «Ferramentas pedagógicas»: criar ferramentas que favoreçam a comunicação de experiências diversas e permitam a transferência de experiências para contextos socioculturais diferentes.

Eixo 2: Implementar sistemas de regulação da economia

Projeto transversal 5 - «Regulações internacionais e instituições»: promover novas regulações para uma gestão justa e sustentável da economia global, questionando o funcionamento atual da OMC, do FMI e do Banco Mundial, para eventualmente chegar a uma nova arquitetura de governança global.

⁸¹⁷ BIP 2678 - dezembro de 2004 - Resumo do CD-ROM ECO: uma das tarefas da equipa da Fundação, durante o segundo período sabático, foi reunir, para cada um dos sete programas lançados em 1991, todos os textos significativos do programa, provenientes da Fundação (e, neste caso, objeto de um BIP) ou dos seus parceiros. Uma análise detalhada de cada CD-ROM estava fora do âmbito da presente história, mas continua a ser um registo duradouro da atividade e dos resultados de cada um dos programas

Projeto transversal 6 - «Articulação dos níveis de intercâmbio»: conceber as modalidades de implementação do princípio da subsidiariedade ativa aplicado à produção e aos intercâmbios, associando as redes de aliados envolvidos em projetos como: moeda, grandes empresas multinacionais, gestão de territórios, gestão de recursos naturais, comércio internacional e OMC, soberania alimentar e nutrição, saúde...

Projeto transversal 7 - «Responsabilidade social dos atores económicos»: apelar a uma ética da responsabilidade nas empresas. Em que condições a aplicação dos princípios da responsabilidade humana pode servir o bem comum num momento em que os danos e as injustiças da globalização neoliberal são cada vez mais evidentes?»

A abordagem, muito sistemática, à imagem de Philippe Amouroux, é impressionante em vários aspetos. Cada projeto temático, pela sua dimensão internacional, com uma presença significativa da Ásia, já criava oportunidades de abertura. Com os projetos transversais, nos quais devem participar os animadores dos projetos temáticos, manifesta-se a vontade de fazer com que cada rede saia da sua zona de conforto para participar em reflexões comuns que devem mostrar que as reflexões e as inovações, em cada domínio temático, contribuem para a invenção de um novo modelo socioeconómico. Além disso, este trabalho de descompartimentação vem ao encontro dos outros pólos de reflexão e de propostas da Fundação. É mesmo, sem dúvida, o seu carácter mais inovador. O projeto 1 coloca claramente a questão da reinvenção do modelo económico. O projeto 3 remete para o papel central dos territórios na transição de um modelo para outro. Os projetos 5 e 6 remetem para a governança global e a governança multinível. O projeto 7 remete para a responsabilidade dos atores e o seu papel na renovação do contrato social.

Pode-se dizer, sem exagero, que uma sociedade civil global emergente estava a dotar-se dos meios para fazer com que reivindicações e inovações setoriais participassem de uma ação global de transformação dos sistemas de pensamento e das instituições. Mas não se pode esconder que tal abordagem não era de forma alguma natural por parte da sociedade civil da época (e mesmo agora?), onde cada um «corre no seu corredor», defende as suas próprias prioridades temáticas e implementa, para esse fim, a sua própria defesa. Exigia, portanto, um grande voluntarismo por parte da fundação, uma capacidade constante de desenvolver sinergias entre movimentos de origens muito díspares e, para isso, mobilizar simultaneamente os seus meios financeiros, o seu capital social (para ter uma verdadeira abordagem intercontinental), seu capital intelectual (para que as inovações provenientes de um dos domínios de ação irriguem os outros) e seu capital metodológico (para dar visibilidade a todas essas interseções entre economia, sociedade, governança e ética). Philippe Amouroux era, na verdade, o único, dentro da rede da PSES e da fundação, capaz de estabelecer todas essas pontes, de mobilizar esses diferentes tipos de capital. É por isso que o seu falecimento repentino soou o fim dessa ambição. Isso é muito representativo dos pontos fortes e fracos das orientações da fundação definidas em 2003: os seus funcionários estavam totalmente envolvidos nas aventuras que financiávamos e desempenhavam um papel decisivo, pois eram os únicos capazes de mobilizar efetivamente os diferentes tipos de capital constituídos pela fundação ao longo dos anos. Com a morte de Philippe, independentemente do dinheiro que injetássemos nesse processo, ele só poderia perder progressivamente o seu ímpeto.

Mas a abordagem também apresentava outras fragilidades e, para compreendê-las, é necessário voltar à nota de maio de 2006:

«[Em primeiro lugar, era] um processo coerente, mas talvez demasiado fechado sobre si mesmo. Uma vez que os temas de trabalho transversais, dentro deste polo, nasciam da reflexão coletiva dos diferentes projetos que o compunham, houve uma sobrevalorização das interações dentro do polo e, talvez, uma subestimação das interações externas, tanto mais que os laços mais intensos de trabalho, de interconhecimento e de amizade se organizavam dentro do polo, a ponto de torná-lo, visto de fora, um todo coerente, mas que corria o risco de acreditar ser suficiente a si mesmo. Philippe Amouroux procurava injetar no trabalho do polo as ideias e perspectivas que tirava de todo o trabalho da fundação, mas ele próprio dedicava a maior parte da sua energia à animação do polo, ou seja, ao reforço da sua coesão interna. Isso é visível, por exemplo, no lançamento dos projetos mais próximos da governação. Projetos como «governança económica», «regulação internacional», «articulação dos níveis de intercâmbio» e «responsabilidade social» foram lançados sem sinergia com outras iniciativas relacionadas com a governança territorial, a Carta das Responsabilidades Humanas ou a governança global. As ligações só foram realmente estabelecidas ao longo do ano de 2005, ou seja, por vezes dois ou três anos após o início dos projetos ditos transversais.»

Em seguida, a abordagem coletiva continuou marcada por:

« [...] o conceito de economia solidária . Este foi muito útil durante alguns anos, em primeiro lugar para unificar muitas das reflexões dos projetos, que privilegiavam uma abordagem «de baixo para cima» a partir da economia dos mais pobres (tangível nos projetos «finanças solidárias», «moeda social», «comércio justo», «mulheres e economia», por exemplo) e para popularizar, nos grandes encontros que constituíam os Fóruns Sociais regionais ou mundiais, a ideia de abordar com ousadia as questões económicas numa perspectiva imediatamente compreensível pelos movimentos da sociedade civil. Mas chegou um momento, por volta de 2003 ou 2004, em que essa identificação do polo com a noção de economia solidária começou a tornar-se, pelo contrário, um obstáculo ao seu desenvolvimento. Se seguirmos a ideia de Fernand Braudel de uma economia de três níveis, economia familiar, economia local e nacional chamada economia de mercado e economia mundial organizada em torno de grandes atores multinacionais, as abordagens do PSES, sob a égide da economia solidária, permaneciam próximas do primeiro nível, talvez entre o primeiro e o segundo, mas com dificuldade em abordar o terceiro nível, a não ser sob o ângulo da denúncia dos malefícios da globalização neoliberal e das empresas multinacionais. A questão foi-se colocando progressivamente: seria imaginável repensar toda a economia a partir da economia solidária? Parte dos animadores dos projetos do polo pareciam estar suficientemente conscientes desse obstáculo para impor uma mudança progressiva de nome: de «economia solidária» para «uma economia responsável, plural e solidária»⁸¹⁸.(...). No momento da morte de Philippe Amouroux, a reunião de março de 2006 previa um novo salto semântico, adotando eventualmente o termo «œconomie»⁸¹⁹ (economia solidária e responsável), marcando a consciência dos animadores do polo de que era necessário escapar ao confinamento na «economia solidária.»

⁸¹⁸ O PSES tornou-se então a ALOE, aliança para uma economia responsável, plural e solidária, marcando a sua filiação direta com a Aliança

⁸¹⁹ Veremos mais adiante por que razão o termo «œconomie» foi escolhido para designar o objetivo procurado pela «iniciativa para repensar a economia».

Força e fraqueza ao mesmo tempo desta nova aliança, os seus membros eram, em geral, próximos do Fórum Social Mundial. Desempenharam um papel importante para que as questões económicas fossem abordadas e a «economia solidária» foi uma excelente porta de entrada. Os membros da ALOE aproveitaram plenamente a função de ponto de encontro desses Fóruns, realizando a sua reunião anual no âmbito do FSM e aproveitando a sua presença no local para organizar vários workshops em torno dos seus temas⁸²⁰:

«Os FSM foram o espaço de reconhecimento internacional da «economia solidária» como um tema importante. Uma parte significativa do movimento altermundialista era inicialmente desdenhosa em relação à economia solidária. Marcos Aruda: contribuímos para legitimar este novo paradigma. O livro brasileiro «Outra Economia» tornou-se uma obra de referência nas universidades brasileiras, e as redes da PSES no FSM contribuíram amplamente para a criação, por Lula, de um secretariado para a economia solidária. Para preparar o FSM3, reunimos, em dezembro de 2002, 260 organizações de economia solidária e levamos isso a Lula. Paul Singer foi nomeado secretário de Estado por Lula. Em junho de 2003, o «fórum brasileiro de economia solidária» também associou os poderes locais.»

Mas a própria lógica dos FSM não levava à busca de um modelo global. Os seus promotores, em particular Chico Whitaker, desconfiavam, devido à sua longa experiência política e ao seu contacto com os movimentos comunistas, de qualquer tentativa de uma «vanguarda intelectual» de impor um modelo de sociedade. Eles pensavam que, da proliferação de iniciativas, nasceria algo novo. No entanto, isso não era suficiente. A ALOE ajudou, ainda assim, os movimentos a sair do isolamento local. Uma das membros eminentes da equipa geral de animação, a japonesa Yoko Kitasawa, desempenhou um papel importante nesse sentido, ligando a ideia de economia solidária à das cooperativas⁸²¹:

«Pierre Calame questiona-se se a aliança com os «desconectores» (aqueles que afirmam que é possível regressar a trocas puramente locais) é credível e desejável. Yoko Kitasawa conhece bem Walden Bello; ele está ciente de que não basta fazer campanhas contra e que é necessário procurar alternativas. Ela também o convenceu de que a economia solidária não era apenas «micro», mas também «macro». As cooperativas japonesas estão conscientes da necessidade de agir sobre os fundamentos da OMC e as suas regras. Da mesma forma, precisamos de algo regulador como o FMI e os movimentos militantes precisam de compreender isso. Pierre Calame: para isso, as regulamentações económicas internacionais a favor de uma economia solidária devem unir-se numa reflexão mais ampla sobre a governança global. Yoko Kitasawa: estamos a estabelecer laços com a ONU. Marcos Aruda: Walden Bello, que conheço há muito tempo, evoluiu muito, inclusive em relação às empresas transnacionais e à economia solidária. Héloïsa Primavera: o nosso polo está a evoluir fortemente, inclusive para conceber a economia solidária, não como um objetivo em si, mas como um meio de repensar a governança local. É

⁸²⁰ FDS 21386 - 21 de abril de 2004 - Intercâmbio com a equipa de animação internacional do PSES. Chegou o momento da colheita para que os trabalhos do PSES alimentem todas as reflexões e todos os meios que estão no centro das orientações da FPH, mas isso pressupõe privilegiar o trabalho de capitalização intelectual e avançar para outras problemáticas e outros meios com uma linguagem adaptada

⁸²¹ BIP 3064 - maio de 2006 - O projeto do PSES sobre as regulações económicas: uma abordagem exemplar, mas que, ao reunir apenas pessoas que partilham as mesmas ideias, leva a conclusões aproximadas. Após o seminário de Hong Kong em dezembro de 2005, os animadores do projeto, Yoko Kitasawa e Walden Bello, fizeram a síntese da primeira fase. Pierre Calame questiona vários aspetos da análise e das propostas.

certamente um slogan para atrair novos membros, mas é um meio eficaz.»

Como ilustra esta breve troca de ideias, o espaço intelectual criado pela ALOE permitiu muitas evoluções e aberturas, pela sua vontade de propor e não apenas de se opor.

Um dos principais efeitos do PSES e, posteriormente, da ALOE, foi a internacionalização das reflexões e iniciativas da economia solidária, em particular a associação da Ásia a redes como a RIPESS⁸²², rede internacional de promoção da economia social e solidária, que inicialmente se concentrava na Europa e na América do Norte. Ora, existe na Ásia um grande número de iniciativas mais voltadas para o empreendedorismo social ou a solidariedade local do que para a busca de um contra-modelo ao modelo dominante. Essa conexão entre mundos que se ignoravam amplamente foi uma das principais contribuições, mesmo que não quantificável, das iniciativas da fundação. Já mencionámos isso em relação às cooperativas japonesas. Outro exemplo marcante foi a organização, por iniciativa de Ben Quinones e com o apoio da Fundação, do primeiro Fórum Asiático da Economia Solidária⁸²³:

«O primeiro Fórum Asiático de Economia Solidária teve lugar em Manila, de 17 a 20 de outubro de 2007. Foi um evento pioneiro na região. Participaram cerca de 800 pessoas vindas de Manila, de várias regiões das Filipinas, de vários países da Ásia e da Oceânia (China, Japão, Índia, Laos, Vietname, Nova Zelândia, Singapura, Indonésia, Nepal, Sri Lanka, Bangladesh) e de outros continentes (França, Itália, Espanha, Bélgica, Brasil, México, Estados Unidos da América). Os participantes eram dirigentes de associações de economia solidária, chefes de pequenas e médias empresas, universitários, economistas, líderes religiosos, estudantes, artistas, jornalistas, responsáveis por agências de cooperação internacional e fundações.

Os três eixos temáticos foram os atores da economia solidária, a economia solidária e a responsabilidade, a economia solidária e a governança regional e global.

Muitos participantes estão conscientes de que o papel e o lugar da economia asiática serão determinantes na configuração da globalização nos próximos anos. Neste contexto, os atores da economia solidária, em particular na Ásia, enfrentam um desafio inédito e histórico: tornar a economia solidária não apenas um meio de compensar as desigualdades criadas pelo mercado capitalista, mas também colocar os valores, as empresas, os bancos, as redes comerciais e financeiras próprias da economia solidária no centro da economia e das sociedades do continente.

Este desafio é enorme, dada a força da economia de mercado capitalista e das grandes corporações na Ásia. Mas os animadores das redes de economia solidária e os economistas presentes no fórum de Manila estão conscientes de que a economia solidária não pode limitar-se ao nível micro (microfinanças, microcrédito, microempresas, microcomércio justo, etc.), mas deve ousar posicionar-se ao nível macro da economia, da sociedade e do sistema político. Daí a importância dada às questões relativas à governança regional e global que Gustavo Marin⁸²⁴

⁸²² Site da RIPESS: www.ripest.org/

⁸²³ FDS 23777 - outubro de 2007 - O primeiro fórum asiático de economia solidária nas Filipinas; rumo ao segundo fórum em 2009 no Japão e ao terceiro em 2011 na Índia

⁸²⁴ Gustavo Marin foi responsável pela Fundação para o Desenvolvimento da Aliança antes de assumir a responsabilidade, durante os anos 2000, pelo Fórum para uma Nova Governança Global

expôs no discurso de abertura intitulado: Repensar a governança global e a economia solidária.»

O objetivo da fundação não era apoiar de forma duradoura os projetos temáticos nascidos no âmbito da Aliança. Velámos por que cada um elaborasse o seu caderno de propostas e muitos foram traduzidos para várias línguas. Algumas foram publicadas pela Éditions Charles Léopold Mayer⁸²⁵. Por outro lado, pelas razões mencionadas, os projetos transversais, que abrangiam temas abordados pela Fundação, deixaram de ser objeto de financiamento específico da ALOE. Isso explica por que, após o falecimento de Philippe Amouroux, ela entrou rapidamente em declínio. Por outro lado, as iniciativas da fundação contribuíram amplamente para internacionalizar o movimento, como ilustra a apresentação da RIPESS em 2025:

«A RIPESS é uma rede intercontinental de redes continentais empenhadas na promoção da economia social e solidária (ESS). As redes continentais da RIPESS (América Latina e Caraíbas, América do Norte, Europa, África, Ásia e Oceânia) reúnem, por sua vez, redes nacionais e setoriais, garantindo assim uma forte implantação territorial. O seu alcance, tanto local como global, confere-lhe legitimidade para promover a ESS, favorecer a cooperação intercontinental e realizar ações de sensibilização a diferentes níveis. A RIPESS tem em sua essência a vontade de contribuir para uma mudança sistêmica e transformadora, demonstrando, em particular, como a ESS traz respostas a nível local diante do sistema predominante, que mostra claramente suas limitações. Seus membros acreditam na importância de uma globalização da solidariedade para construir e fortalecer uma economia que coloque as pessoas e o planeta no centro de sua atividade.»

Outro legado duradouro da PSES foi a criação de um site de recursos comum a todos os movimentos da economia solidária. Já em 2002, a necessidade se fazia sentir⁸²⁶:

«O site do PSES terá uma página inicial geral (www.socioeco.org) que permitirá orientar para os diferentes projetos [os quinze projetos temáticos da Aliança], mas também fornecer informações sobre o PSES como um todo.»

Esta decisão terá um efeito muito duradouro, graças à perseverança e rigor de uma única pessoa, Françoise Wautier, que criará o site de recursos com Vincent Calame e animará, até à sua reforma no início dos anos 2020, o site www.socio-éco.org. Ela fará dele, a nível internacional, um site de recursos documentais incontornável do movimento, vasto e pluralista, da economia social e solidária, com mais de vinte mil documentos. O site é hoje retomado e perpetuado pela RIPESS.

⁸²⁵ No site da ECLM www.eclm.fr/ :

* Economia solidária. Propostas para outro modelo de desenvolvimento. Publicado em 2005 pelo Coletivo;

* Comércio justo. Propostas para intercâmbios solidários a serviço do desenvolvimento sustentável. Publicado em 2003 por Pierre Johnson

* Que comércio justo para o futuro? Por uma nova governança das trocas. Publicado em 2009 por Corinne Gendron, Arturo Palma Torres, Véronique Bisailon;

* Finanças solidárias. Para restabelecer os laços sociais Publicado em 2005 por Collectif.

⁸²⁶ BIP 611 - abril de 2002 - Documento de acompanhamento para a reformulação do site do Pôle Socio-Economie Solidaire - PSES

6.2 – A iniciativa para repensar a economia e o renascimento da economia

A equipa da fundação não contava com economistas universitários e a questão que se nos colocou no final da Assembleia Mundial dos Cidadãos foi saber até onde deveríamos e poderíamos ir para repensar os modelos económicos. Numa época em que os «economistas heterodoxos» eram simultaneamente marginais e dispersos entre múltiplas correntes de pensamento, era bastante presunçoso acrescentar ainda mais à cacofonia ambiente, avançando as nossas próprias ideias. Mas o Conselho de Fundação nos fez observar que, para os outros três desafios – os valores comuns à humanidade, a governança e as relações entre as sociedades –, tínhamos um texto de referência, o que não era o caso para o quarto desafio. Para a equipa, isso foi um belo desafio que eu levei a sério: não estávamos longe de uma missão impossível. A Aliança para uma Economia Responsável, Plural e Solidária, como vimos, não poderia resultar num texto de referência desse tipo. Por seu lado, Philippe Amouroux sentia-se demasiado envolvido nessa aliança para empreender um esforço paralelo. Decidimos, portanto, no orçamento de 2004-2005, confirmar esse esforço de criação de um novo modelo económico, separando a «iniciativa para repensar a economia» do financiamento das ações do PSES.

Eis como a iniciativa é definida no orçamento de 2004-2005: «Explorar a viabilidade de uma iniciativa internacional para repensar a economia⁸²⁷». O próprio título reflete a nossa hesitação: pode a fundação, sem cair no ridículo, comprometer-se com um objetivo tão ambicioso e pretender trazer valor acrescentado a um domínio já tão saturado? É à tentativa de responder a esta questão que se dedica este primeiro esforço:

«Os movimentos heterodoxos, ou seja, aqueles que rompem de forma mais ou menos forte com o «pensamento único», são cada vez mais numerosos, mas permanecem relativamente dispersos e, por isso, desproporcionais ao enorme desafio que representa o surgimento de novos paradigmas económicos. Todos eles sofrem, em maior ou menor grau, com a fragmentação da ciência económica. Ora, a maioria dos conceitos e instrumentos da economia, da moeda, das finanças, do mercado, da organização do comércio, da gestão das relações entre a humanidade e a biosfera, da economia da inteligência, etc., exigem uma verdadeira revolução do pensamento. A fundação, historicamente menos envolvida na reflexão sobre a economia do que na reflexão sobre a governação, hesita em se envolver numa aventura em que não tem a certeza de poder trazer um verdadeiro valor acrescentado. Se o fizer, basear-se-á em métodos que gradualmente provaram a sua originalidade e eficácia. [...] O eco encontrado pela IRG (Rede Internacional para Repensar a Governança) e vários contactos com universidades mostram que a organização de um espaço internacional de debate aberto, apoiado por um site de recursos onde se poderia encontrar um resumo das reflexões em curso, poderia suscitar muito interesse. É a viabilidade dessas iniciativas que será explorada nos próximos meses.»

⁸²⁷ Ficha orçamental 87 - 2004 - Explorar a viabilidade de uma iniciativa internacional para repensar a economia. A urgência de sair dos modelos intelectuais neoliberais, que se tornaram, ao longo da década de 1990, o pensamento único em matéria de regras do jogo da produção e do comércio, sugere mobilizar simultaneamente as inovações que nascem em numerosas redes de universitários e investigadores

A semelhança com o IRG é clara. IRG, IRE: a proximidade das siglas é a expressão disso. Philippe Amouroux, como vimos, não deseja se envolver nessa nova iniciativa e prefere explorar a maneira como o PSES pode contribuir para essa reinvenção da economia. Em resposta ao pedido do Conselho de Fundação, aceito «me dedicar a isso». Para fazer um levantamento das abordagens existentes no «mercado de ideias» e reunir os dados essenciais, é-me designada uma antiga aluna de Jean Freyss, fervoroso promotor, como se recorda, no seio do Conselho de Fundação, da ideia de «escola de pensamento», Aurore Lalucq⁸²⁸. Ela acabara de completar 25 anos e daria uma contribuição preciosa na primeira fase de gestação do que mais tarde se tornaria o «Ensaio sobre a economia»⁸²⁹, publicado em 2009.

Desde 2004, nas trocas com a equipa de animação do PSES⁸³⁰, eu destaco a intuição que será decisiva: partir da etimologia da palavra «economia», oïkos nomoi, as regras de gestão (nomoi) do domínio doméstico (oïkos). Mas serão necessários alguns anos para tirar todas as lições dessa etimologia e concluir que a economia é, afinal, um ramo da governança, aquele que se aplica à produção, ao intercâmbio e ao consumo. De certa forma, essa simples constatação me permitirá escapar da «síndrome do impostor». É certo que não sou «economista»... mas sou considerado um especialista em governança. Como corolário imediato dessa constatação, o termo «œconomie», que mantém melhor o traço da etimologia, merece ser reabilitado. É Aurore Lalucq quem mergulhará na história da œconomie: é a grafia, até 1750, do que desde então se escreve «économie». Como recorde no «petit traité d'œconomie»⁸³¹ de 2018, que resume e atualiza o Ensaio:

«As revoluções são, por vezes, silenciosas. Em 1755, a Enciclopédia de Diderot e d'Alembert deita um «o» no lixo. O que até então se chamava «œconomie» passa a ser «économie». [...] Começa então a história de uma economia que, tendo perdido a memória do seu significado original, se torna progressivamente autónoma da gestão do resto da sociedade, ao ponto de se considerar próxima de uma ciência física e mecânica, da qual, aliás, empresta as leis gerais do equilíbrio, e apresentar as leis que enuncia como leis naturais às quais as sociedades não podem deixar de se submeter. [...] Carl Von Linné⁸³² (o grande naturalista sueco do século XVIII) especifica mesmo: *«Assim, o conhecimento destas coisas naturais e da ação dos elementos sobre os corpos e da maneira de dirigir essa ação para determinados fins são os dois eixos sobre os quais gira toda a economia.»* Hoje, falaríamos do conhecimento global do funcionamento dos ecossistemas e das suas

⁸²⁸ Aurore Lalucq, nascida em 1979, é economista e política francesa. Depois de apoiar Benoît Hamon nas eleições presidenciais de 2017, ela juntou-se ao movimento Génération.s, do qual se tornou porta-voz, e em 2019 comprometeu-se com o Place publique. Foi eleita deputada europeia pela lista Envie d'Europe nas eleições europeias de 2019 e reeleita em 2024.

⁸²⁹ Ensaio sobre a economia. Publicado em 2009, por Pierre Calame.
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/essai-sur-l-oeconomie/

⁸³⁰ FDS 21386 - abril de 2004 - Intercâmbio com a equipa de animação internacional do PSES. Chegou o tempo da colheita para que os trabalhos do PSES alimentem todas as reflexões e todos os meios que estão no cerne das orientações da FPH, mas isso pressupõe privilegiar o trabalho de capitalização intelectual e avançar para outras problemáticas e outros meios com uma linguagem adaptada.

⁸³¹ Pequeno tratado Pequeno tratado de economia. Publicado em 2018, por Pierre Calame
No site da ECLM: www.eclm.fr/livre/petit-traite-d-oeconomie/

⁸³² Carl von Linné (1707 - 1778) foi um naturalista sueco que lançou as bases do sistema moderno de nomenclatura binomial. Considerando que o conhecimento científico requer nomear as coisas, ele catalogou, nomeou e classificou, sistematicamente, a essência das espécies vivas conhecidas na sua época, com base nas suas observações, bem como nas de sua rede de correspondentes

interações com a atividade humana. Dois séculos e meio depois, medimos todas as consequências da perda desse pequeno «o».

A partir de 2005, os dados estão lançados. É o conceito de economia que, doravante, orientará a reflexão da fundação sobre a forma de repensar o nosso modelo de desenvolvimento⁸³³. Este primeiro texto inicia duas linhas estruturantes para o prosseguimento da reflexão. Primeiro, uma análise crítica dos dois discursos dominantes e diametralmente opostos da época: o da «globalização feliz», encarnado por Martin Wolf, na época comentador económico-chefe do Financial Times, que acabara de publicar em 2004 um livro muito documentado intitulado «Why globalization works» (Por que a globalização funciona), e o da «globalização económica como fonte de todos os males», encarnado por René Passet, de quem éramos muito próximos, que forjou o conceito de «bioeconomia» e publicou, em 2001, «Éloge du mondialisme par un «anti» présumé» (Elogio ao globalismo por um suposto «anti»), criticando as teses neoliberais e vendo nos Fóruns Sociais Mundiais a encarnação da globalização real e desejável.

Então, em 2006, um documento interno propõe uma definição de oeconomia que desempenhará um papel decisivo na continuação da reflexão⁸³⁴:

«A oeconomia é um ramo da governança. Tem por objetivo criar atores e arranjos institucionais, processos e regras que visam organizar a produção, a distribuição e a utilização de bens e serviços, com vista a garantir à humanidade todo o bem-estar possível, tirando o melhor partido das capacidades técnicas e da criatividade humana, numa preocupação constante de preservação e enriquecimento da biosfera, de conservação dos interesses, dos direitos e das capacidades de iniciativa das gerações futuras e em condições de responsabilidade e equidade que suscitem a adesão de todos.»

É interessante notar que esta é a definição dada em 2025 pela Wikipédia⁸³⁵ e que as cinco primeiras páginas de pesquisa no Google partilham referências ao Ensaio sobre a Economia e referências à economia tal como era praticada antes de 1750. Uma homenagem póstuma a Jean Freyss e à sua intuição.

Entretanto, em 2005, a nossa preocupação era não «reinventar a roda». Identificar o que já existia e estabelecer contacto com as iniciativas mais promissoras foi a tarefa central de Aurore Lalucq. Ela começou por fazer um recenseamento das diferentes associações e instituições que, a nível internacional, se preocupavam, tal como nós, em renovar a

⁸³³ BIP 2868 - julho de 2005 - As questões incontornáveis da economia: não basta dizer que mudanças importantes devem ser empreendidas, é preciso caracterizá-las em linhas gerais

⁸³⁴ BIP 3051 - maio de 2006 - As razões para falar de economia em vez de economia e a definição de economia. Dois excertos de um livro em curso, «ensaio sobre a economia», que permitem, enquanto se aguarda a conclusão do livro, dar corpo a um conceito que surge cada vez mais frequentemente nas nossas discussões

⁸³⁵ A oeconomia é um ramo da governança que tem por objetivo criar atores e arranjos institucionais, processos e regras destinados a organizar a produção, a distribuição e a utilização de bens e serviços, com vista a garantir à humanidade todo o bem-estar possível, tirando o melhor partido das capacidades técnicas e da criatividade humana, numa preocupação constante de preservação e enriquecimento da biosfera, de conservação dos interesses, direitos e capacidades de iniciativa das gerações futuras e em condições de responsabilidade e equidade que suscitem a adesão de todos
(<https://fr.wikipedia.org/wiki/oeconomie>)

abordagem da economia⁸³⁶:

«Para testar a oportunidade de lançar, junto do mundo universitário, uma iniciativa para criar um espaço de debate internacional sobre novos modos de produção, consumo e troca, é necessário dispor de um panorama internacional dos locais e redes onde as alternativas são inventadas e debatidas. Este inventário foi realizado por Aurore Lalucq com base na Internet e numa cadeia progressiva de informações. Aurore elaborou um panorama impressionante, classificado por regiões do mundo. Mas a frase de conclusão resume a situação: embora a vontade de repensar a economia, de construir paradigmas alternativos, de fazer propostas alternativas seja frequentemente manifestada, o passo proposicional parece excessivamente difícil de dar [...] A grande maioria dessas associações e redes é ideologicamente marcada, com as suas próprias lentes.»

Paralelamente, Aurore identificou as universidades que, em todo o mundo, tinham, pelo menos parcialmente, uma abordagem da economia que se afastava da corrente dominante da economia clássica, que reinava quase sem contestação no início do século^{xxi}. Este levantamento⁸³⁷ levou-nos, nomeadamente, a entrar em contacto com o professor Frederic Lee, da Universidade do Missouri em Kansas City, que tinha criado um repertório muito completo dos trabalhos de economistas heterodoxos. Entrámos também em contacto com Gilles Raveaud que, na École normale supérieure de Cachan, liderou a revolta dos estudantes de economia contra um programa onde as reflexões heterodoxas estavam ausentes, com uma carta aberta publicada no *Le Monde* em junho de 2002, divulgada por um grupo de professores de economia. A revolta se espalhou tanto na Itália quanto em Harvard, nos Estados Unidos, revelando uma frustração bastante generalizada em relação ao pensamento único no ensino da economia.

Em junho de 2005, Aurore apresentou o seu trabalho ao Conselho de Fundação⁸³⁸. Nele, ela relembra as linhas gerais da sua constatação:

«O número de associações de economistas [que se definem como heterodoxos] atesta uma vontade de mudança, mas também a impossibilidade dos heterodoxos manifestarem as suas diferenças de opinião no seio das estruturas universitárias e/ou de investigação. Até à data, recensei mais de uma centena. Todas elas reúnem grandes nomes: J. K Galbraith filho, A. Orléan, Ha Joon Chang... Mas essa dinâmica parece estar presa em lacunas estruturais e metodológicas. Em primeiro lugar, embora, no papel, os objetivos declarados pelas organizações heterodoxas pareçam relevantes e estimulantes, por falta de tempo, os investigadores nem sempre conseguem fazer com que as suas associações funcionem de forma regular e construtiva. A isto acrescem algumas lacunas metodológicas ou, pelo menos, uma falta de imaginação nesta matéria. A esmagadora maioria dessas associações funciona apenas no modo de colóquio anual de alguns dias. Quanto aos sites da Internet, eles geralmente são pouco abastecidos, encontrando-se principalmente sites de «trabalho», «vitrine» ou «portal». Os sites de recursos são muito raros e, na maioria das vezes, são prerrogativa das instituições. No entanto, o valor acrescentado deste tipo de sites seria infinitamente grande, dada a utilização que

⁸³⁶ BIP 2781 - outubro de 2005 - Um primeiro recenseamento das associações, institutos... que se ocupam da economia

⁸³⁷ BIP 2782 - abril de 2005 - Recenseamento das universidades com abordagens alternativas; estudo das parcerias possíveis no âmbito do IRE

⁸³⁸ BIP 2800 - 14 de junho de 2005 - Apresentação do trabalho de Aurore Lalucq; Nota para o conselho de fundação

os estudantes fazem da Internet e, em particular, dos artigos económicos online da OCDE, do FMI ou do Banco Mundial, ainda demasiado frequentemente ancorados no pensamento neoliberal. Muitas vezes, essas associações assumem a forma de clubes de reflexão compartimentados por tipo de escola de pensamento. Além disso, a marginalização de que sofrem os heterodoxos há muito os empurra nessa direção.»

No entanto, Aurore matiza esta constatação pessimista e parece detectar evoluções encorajadoras:

« Observa-se em alguns economistas uma vontade real de superar as suas divisões, de confrontar as suas divergências para se fortalecerem, avançarem para mais propostas e, por que não, para o surgimento de novos paradigmas. Pois os heterodoxos não têm apenas em comum a rejeição do neoliberalismo, eles também estão determinados a refundar a economia sobre bases multidisciplinares, de diálogo, e também a reconhecer o aspecto eminentemente político e ético dessa ciência humana. Muitos heterodoxos interessam-se assim pelas questões de governação (nomeadamente Jacques Sapir), o que os aproxima ainda mais das preocupações da fundação. [...] a criação de um IRE poderia ajudar os académicos a ultrapassar esta fase de simples crítica: fornecendo ferramentas metodológicas que já deram provas da sua eficácia; desenvolvendo um site de recursos que permita a estudantes, investigadores e jornalistas aceder a uma pluralidade de abordagens; oferecendo aos investigadores o enriquecimento prático e cívico dos atores de campo próximos do polo PSES da Aliança; e acedendo às reflexões teóricas da fundação, nomeadamente em matéria de governação. Os poucos investigadores e doutorandos a quem pude apresentar o projeto pareciam realmente entusiasmados com a sua possível implementação.»

Seguindo o modelo do IRG, começamos por imaginar um site IRE que respondesse a estas expectativas⁸³⁹, constituindo um observatório de pistas de reflexão sobre uma outra economia. Contámos com a ajuda de Gilles Raveaud, na altura em Harvard, para organizar uma missão com Aurore Lalucq aos Estados Unidos em março de 2007⁸⁴⁰. Lá, encontramos Juliet Schor⁸⁴¹, economista crítica do consumismo, e Paul Raskin, fundador do Instituto Tellus⁸⁴² em Boston, Frederic Lee⁸⁴³ em Kansas City, James Galbraith⁸⁴⁴, filho do famoso economista John Kenneth Galbraith, presidente dos Economistas pela Paz e Segurança, em Austin. Boa ilustração da nossa vontade de não reinventar a roda. O interesse pelo observatório confirma-se. Mas também o facto de que todos estes movimentos não estão a

⁸³⁹ BIP 2924 - setembro de 2005 - Iniciativa internacional para repensar a economia - IRE

⁸⁴⁰ FDS 23511 - março de 2007 - Debriefing pós-missão nos EUA com Gilles Raveaud. Discussão sobre as pistas de colaboração propostas

⁸⁴¹ Juliet Schor, nascida em 1955, é economista e professora de sociologia americana. Ela estuda as tendências do tempo de trabalho e lazer, o consumismo, as relações entre trabalho e família, os problemas das mulheres, as desigualdades económicas, bem como as implicações das alterações climáticas no ambiente. De 2010 a 2017, estudou a economia colaborativa no âmbito de um vasto projeto de investigação financiado pela Fundação MacArthur

⁸⁴² Site do Instituto Tellus: <https://tellus.org/>

⁸⁴³ Frederic Sterling Lee (1949 - 2014) foi um economista heterodoxo americano. A sua principal contribuição teórica para a economia heterodoxa reside nas áreas de preços, produção, custos, concorrência de mercado, governança de mercado e modelagem da economia como um todo desagregado e emergente. Foi editor fundador do Heterodox Economics Newsletter, editor do American Journal of Economics and Sociology, presidente da Association for Institutional Thought e da Association for Evolutionary Economics. Fundador e presidente honorário vitalício da Association for Heterodox Economic

dar origem a uma reforma global dos modelos económicos.

Foi isso que nos incentivou a continuar. De facto, a abordagem pela governança conferia ao nosso trabalho uma dupla singularidade: permitia, como mencionado no diálogo entre as teses de Wolf e Passet, distanciar-se das divisões a favor ou contra a globalização e o mercado, que acabavam por neutralizar a reflexão e, acima de tudo, oferecia outra chave de leitura geral da economia, à qual era necessário aplicar, não princípios internos da «ciência económica», mas princípios gerais da governança, tal como foram progressivamente definidos no início do século^{xxi}. A minha ideia era, por isso, integrar o IRE no IRG: tornava-se necessário torná-lo autónomo e, com a definição dada de oeconomia, parecia lógico torná-lo o ramo do IRG dedicado à governança da produção, do intercâmbio e do consumo, com um site de recursos estruturado pelos princípios gerais da governança. Mas essa perspetiva não agradava nem ao diretor do IRG, Michel Sauquet, para quem isso representava um pedaço difícil de engolir, nem a Aurore Lalucq, que agora desejava voar com as próprias asas. Tive de me resignar à evidência. Criámos então um site www.i-r-e.org, mas, para Aurore, isso não era suficiente. Ela distanciou-se então da *œconomie*, escolhendo para o instituto que estava a criar o nome de Instituto Veblen para as reformas económicas. O termo «*œconomie*» desapareceria do seu vocabulário. Presidido por Philippe Frémeaux⁸⁴⁵, diretor da Alternatives économiques, e, após a sua morte em 2020, por Dominique Méda⁸⁴⁶, codirigido por Wojtek Kalinowski, o Instituto Veblen, apoiado pela fundação desde o início, encontrará o seu lugar na constelação de organizações progressistas de reflexão sobre a economia, mas, como o seu nome indica, desta vez trata-se de reformas e não de refundação. Aliás, isso está mais em sintonia com as novas orientações da fundação a partir de 2010. Infelizmente, seguindo uma prática que já observámos várias vezes, nem a fundação nem o Instituto Veblen pensaram em salvaguardar o domínio i-r-e.org, hoje adquirido por uma empresa financeira...

Continuarei, então, este esforço de refundação de forma mais solitária. O Ensaio sobre a economia foi publicado em 2009 e um resumo atualizado, «Petit traité d'œconomie» (Pequeno tratado de economia), em 2018. O termo «economia» tornou-se popular, mas em concorrência com outras expressões um pouco equivalentes, como a «economia do donut», que define uma economia sustentável como a fatia que separa uma economia ecologicamente insustentável de uma economia socialmente inaceitável, conceito popularizado por Kate

⁸⁴⁴ James Kenneth Galbraith, nascido em 1952, é um economista heterodoxo americano. Investigador e professor universitário, especialista em desigualdades. Filho de outro economista famoso, John K. Galbraith, lembrado pelos investigadores em ciências sociais que descobriram, em 1961, a análise apaixonante e, na época, inovadora da sociedade de consumo americana. James K. Galbraith também pretende lançar um olhar nem sempre convencional sobre a questão das desigualdades, cujo campo é hoje imenso, tanto nos Estados Unidos como no resto do mundo.

⁸⁴⁵ Philippe Frémeaux (1949 - 2020) jornalista económico francês, foi editor-chefe e editorialista da revista económica Alternatives économiques e presidente da cooperativa editora da publicação. Como professor, lecionou ciências económicas e sociais de 1975 a 1983 no liceu Berlioz de Vincennes, foi professor universitário de economia e sociologia das relações internacionais no Instituto de Estudos Políticos de Paris na década de 1990 e, posteriormente, professor no CELSA na década de 2000. Consultor do Gabinete de Informação e Previsões Económicas de 1983 a 1999, onde conduziu e dirigiu inúmeras missões de estudo e consultoria para o Ministério da Indústria, a CE e para muitas empresas sobre múltiplos temas (novas tecnologias, perspetivas de emprego, etc.).

⁸⁴⁶ Dominique Méda, nascida em 1962, é uma alta funcionária pública, filósofa e socióloga francesa. Os seus trabalhos incidem sobre o trabalho, as políticas sociais, os indicadores de riqueza, as desigualdades entre homens e mulheres no emprego e a transição ecológica. Em 2010, fundou o Laboratório da Igualdade Profissional entre Mulheres e Homens.

Raworth.

Entre as ações realizadas na sequência do Ensaio sobre a economia, podemos citar três que fazem parte do debate público em 2020.

A primeira diz respeito às condições de combate ao aquecimento global. De acordo com os princípios gerais de governança, este só é legítimo se as «disposições institucionais» adotadas forem relevantes em relação aos desafios. Em resumo, se não se tentar cravar um prego com uma chave de fendas ou um parafuso com um martelo. No entanto, é isso que está a acontecer com a atual luta contra o aquecimento global, com os efeitos que conhecemos. As medidas tomadas para combater o aquecimento global são ineficazes e socialmente injustas, provocando uma reação de rejeição crescente por parte da população, que critica «uma ecologia punitiva». De acordo com o Ensaio sobre a Economia, isso deve-se ao facto de a economia clássica conhecer apenas duas categorias de bens e serviços, o que não reflete a realidade e leva a considerar a energia fóssil como um bem de mercado. De acordo com a economia, como as emissões de gases de efeito estufa devem ser limitadas, a sua gestão envolve racionamento e, para que seja socialmente justa, a atribuição de quotas iguais para todos e decrescentes ano após ano. Esta ideia também foi avançada por outros economistas, em particular na Grã-Bretanha por David Fleming na década de 1990. A Wikipédia, no seu artigo sobre a conta de carbono⁸⁴⁷, faz uma ampla referência aos trabalhos da fundação sobre a economia. Em 2021, organizei com Armel Prieur as «Assises du climat» (Conferências sobre o clima). Estas conferências destacaram cinco critérios de eficácia dos mecanismos de redução dos gases com efeito de estufa:

- garantir a redução dos gases com efeito de estufa ano após ano;
- contabilizar todas as despesas com energia fóssil, incluindo as que estão incorporadas nas nossas importações;
- ser socialmente justos;
- envolver todos os atores da sociedade;
- respeitar o princípio da menor restrição para garantir a legitimidade da ação pública.

Este trabalho deu origem à Aliança Carbono⁸⁴⁸, que promove ativamente estas ideias no debate público.

A segunda ação diz respeito aos territórios e aos setores. Defendendo a ideia de que a economia, como ramo da governança, tem como objetivo criar atores e arranjos institucionais, processos e regras que visam organizar a produção, a distribuição e a utilização de bens e

⁸⁴⁷ A conta de carbono é uma quota anual de emissões de gases com efeito de estufa, ajustável e decrescente, da qual cada cidadão disporia de forma igualitária. O mecanismo foi mencionado na década de 1990 e desenvolvido em janeiro de 2020 no âmbito da Convenção Cidadã para o Clima francesa. O objetivo deste mecanismo é reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em pelo menos 80% até 2050, sem injustiça social

⁸⁴⁸ Site da Aliança para a Contabilidade de Carbono: <https://comptecarbone.cc/>

serviços, o Ensaio mostra que os atores do futuro, que estruturarão o sistema de produção, troca e consumo, não serão mais os Estados e as empresas, mas os territórios e os setores. Daí decorre o trabalho sobre os setores sustentáveis.

A terceira diz respeito aos territórios. Reunindo as reflexões realizadas na Fundação desde os anos 90 sobre a crise das relações, com a reflexão sobre o surgimento de novos atores, o texto coletivo, publicado em 2022, com vista às eleições presidenciais, «Osons les territoires» (Ousemos os territórios)⁸⁴⁹ destaca o conceito de «segunda modernidade». A primeira modernidade tirou a sua eficácia operacional da segmentação e da especialização. Ela conduz a uma crise generalizada das relações, à qual deve responder o surgimento da segunda modernidade, que se baseará na gestão das relações.

Assim, com as suas próprias forças, mas graças à sua capacidade de ligar questões geralmente tratadas separadamente, a fundação foi capaz de assumir o seu lugar, e um lugar original, na criação de novas perspectivas para a ciência e as políticas económicas, colocando-a simultaneamente numa posição de outsider e na vanguarda de lutas muito concretas para renovar os sistemas de pensamento e os sistemas institucionais. As expectativas dos «antigos» membros do Conselho de Fundação foram satisfeitas; em 2010, a fundação apresentou propostas fortes sobre os quatro desafios da Agenda para o século XXI.

⁸⁴⁹ Osons les territoires (Ousemos os territórios). Publicado em 2022, por Pierre Calame
No site da CITEGO: www.citego.org/bdf_fiche-document-2684_fr.html

Conclusão

Se não formos nós, quem será? Se não for agora, quando será? Este magnífico slogan criado pelo encontro mundial de jovens, em Brasília, em 2010, foi adotado pela fundação.

Ela nasceu oficialmente na primavera de 1982, mas seu batismo remonta à primavera de 1988, quando tomei a iniciativa de redigir, em nome do grupo de Vézelay, o Apelo para os Estados Gerais do Planeta. O que ele dizia?

«A influência do homem sobre a natureza mudou radicalmente de dimensão [...]. Pela primeira vez na história, a atividade humana corre o risco de alterar irreversivelmente os equilíbrios fundamentais do nosso planeta [...]. O pior não é certo, mas os fatores de desequilíbrio acumulam-se, como a água atrás de uma barragem: no dia em que a barragem se romper, não será mais suficiente impedir a chegada da água [...]. Os progressos técnicos aceleram a tal ponto que escapam a qualquer controle. As mentalidades e as instituições não evoluíram no mesmo ritmo [...]. É essencial agir em escala global para retomar o controle do progresso.»

Agir à escala global num momento em que os progressos técnicos se aceleram, a ponto de escapar a qualquer controlo, quando as mentalidades e as instituições não evoluíram ao mesmo ritmo? Mas quem pode agir a essa escala, quem pode colmatar o atraso das mentalidades e das instituições, e quando começar? Quem, senão uma fundação, uma instituição que não seja moldada pelo passado, que pode escolher livremente, graças aos seus estatutos vagos, os objetos, as escalas, as temporalidades e os parceiros da sua intervenção? Quando, senão a partir de hoje? Sem se preocupar com a vertiginosa assimetria entre os meios disponíveis e os desafios a enfrentar.

Com este apelo, largámos as amarras que nos ligavam ao mundo tradicional da filantropia, tão preocupado com a respeitabilidade e a avaliação do seu impacto. Para nós, o que importava era a pertinência da nossa ação, a necessidade imperiosa de encontrar formas concretas de abordar esses desafios prometeicos. A partir desse dia, pensámos, ao falar do dever de ambição das fundações, que outra filantropia não só era possível, mas indispensável na nossa época.

Ao fazê-lo, permanecemos obstinadamente fiéis a Valentin, o Vagabundo, *«divagando pelo campo e conseguindo sempre ser embarcado contra a sua vontade em incríveis peripécias»*. Com a diferença de que foi de livre vontade, com toda a lucidez, que nos embarcámos nessas incríveis peripécias. Nesse mesmo ano de 1988, Mikhail Gorbachev definiu a amplitude da tarefa: *«Pela primeira vez na história, basear a política internacional em normas morais e éticas comuns a toda a humanidade tornou-se uma exigência vital... Hoje entramos numa era em que o interesse de toda a humanidade deve ser colocado na base do progresso»*.

Concluímos que apenas a irracionalidade era razoável e assumimos essa irracionalidade. Obviamente, não para salvar o mundo sozinhos, mas para iluminar o futuro: agir como pesquisadores, identificar caminhos e meios, sempre que possível, antecipar o que poderia ser uma estratégia para a humanidade, com uma mistura de ousadia e humildade serena. Experimentámos um diálogo global envolvendo todos os continentes, todos os meios, todos os desafios. Destacámos a Agenda do século^{xxi}, o que é imperativo mudar, e quanto mais cedo melhor, se quisermos que os nossos netos e bisnetos ainda tenham um futuro. Apresentámos propostas para cada um dos quatro grandes desafios da Agenda: a revolução da governação, outro modelo de desenvolvimento económico, valores comuns para gerir juntos o planeta e fundar um verdadeiro direito mundial, inventar outras modalidades de diálogo entre as sociedades para fazer emergir a consciência de um destino comum da família humana. E para cada um destes quatro desafios, tentámos fazer reconhecer as propostas a que chegámos.

Ao fazê-lo, percorremos um longo caminho com um número incrível de personalidades, um pouco por todo o mundo, desde as mais modestas e anónimas às mais influentes e famosas, e de todos os quadrantes, desde o fundador do Fórum Económico Mundial, Klaus Schwab, aos fundadores do Fórum Social Mundial, Chico Witaker e Candido Gribowski, o próprio Mikhaïl Gorbatchev, Maurice Strong, o Secretário-Geral da Cimeira da Terra, o Presidente do Conselho Europeu, Herman von Rompuy, o Presidente da Comissão, Jacques Delors, embaixadores chineses, o cardeal Etchegaray, o reitor da Universidade de Jacarta e conselheiros influentes dos presidentes dos países da ASEAN. Em França, os grandes intelectuais da geração que nos precedeu, Georges Berthoin, Michel Rocard, Stéphane Hessel, Edgar Morin, Edgard Pisani, Claude Alphantéry... A nossa total independência na utilização dos nossos meios financeiros e a clareza da nossa estratégia permitiram-nos, muitas vezes, imaginar o inimaginável.

Num contexto institucional tão desfasado em relação aos desafios, e este desfasamento aplica-se igualmente às organizações da sociedade civil, muitas das ações que empreendemos continuaram a depender do nosso próprio empenho. Parafraseando Saint Exupéry, continuámos responsáveis pelo que tínhamos domesticado. E como essas iniciativas eram inúmeras, nessa abordagem pioneira, muitas foram-se reduzindo e desaparecendo progressivamente, quando o nosso empenho pessoal e humano veio a faltar. Era o preço a pagar. Nós sabíamos disso. O objetivo era estabelecer marcos, ir o mais longe possível, identificar os obstáculos e guardar um registo para o futuro.

Se esta história e estes vestígios tocam o seu coração e, por que não, lhe dão vontade de seguir um desses caminhos balizados, esta crónica da história da Fundação, durante os primeiros trinta anos da sua existência, terá atingido plenamente o seu objetivo.

Uma outra filantropia

Pierre Calame

Setembro de 2025

ISBN: 979-10-980137-1-3

Livro em francês disponível em versão impressa – ISBN: 979-10-980137-0-6

Traduzido do francês para o português com o software deepl pro